BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. XXXII ANO DE 1978 (JANEIRO-DEZEMBRO) N.os 73-74 (85-86)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL)

VOLUME XXXII — N.os 73-74 (85-86)

ANO DE 1978 (JANEIRO-DEZEMBRO)

Directores { DR. FORTUNATO FERREIRA DE OLIVEIRA, Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA, Bibliotecário Arquivista da Câmara de Braga
DR. EGIDIO AMORIM GUIMARAES, dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho.

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ALVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOZO

Serviços de Secretaria a cargo de
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA

Composição e impressão das Ofic. Gráficas da Livraria Cruz — Av. Imaculada Conceição — Braga
Tiragem de 500 exemplares

DEPOSITÁRIA: LIVRARIA CRUZ — TELEF. 22011 — BRAGA

SUMÁRIO

Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV, P.e Dr. José Marques. — *Francisco Sanches (1551-1623)*, Dr. Cruz Malpique. — *Nota sobre a Igreja de N. S.a de Guadalupe, de Braga, relativamente ao surto dos espaços curvilíneos, na arquitectura setecentista lusa e brasileira*, Dr. Mário Barata. — *Inventário dos Livros da Misericórdia, desta cidade de Braga.* — *Novos elementos relativos a Mestre Paulo, pregador do século XV contra os judeus bracarenses*, Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno. — *Um testamento concebido durante a peste Negra*, Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno. — *Jimeno Díaz y Adosinda Gutiérrez*, Prof. Doutor M. Rubén Garcia Álvarez. — *Itinerário de D. Fernando (1367-1383)*, Dr.a Maria Teresa Campos Rodrigues. — *Nótola sobre um levantamento popular nas vésperas do Interregno*, Dr. Armando Luís de Carvalho Homem. — *Perspectivas actuais da historiografia medieval espanhola*, Prof. Doutor José Mattoso. — *Repercussões em Portugal da Independência dos Estados Unidos*, Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos. — *Datos para la historia del monasterio de Junias*, Fr. Maria Damián Yáñez Neira. — *A esquerda e a direita em 1834. Os empregados do Tesouro Público*, Dr. Fernando de Sousa. — *Megalitismos nos arredores de Braga — Necrópoles do Monte Crasto*, Professor José João Rigaud de Sousa. — *Os santeiros da Maia*, Dr. José Manuel Alves Tedim. — *Uma raridade bibliográfica relativa a Braga*, Dr. Manuel Braga da Cruz. — *Algumas Leyendas del Miño*, P.e Prof. Doutor Enrique Chao Espina. — *Acerca do teatro espanhol em Portugal (século XVIII): alguns apontamentos críticos da Mesa Censória*, Dr. José da Costa Miranda. — *Alexandre Herculano no 1.º centenário do seu falecimento*, Escritor A. Álvaro Dória. — *Acordos e Vreacoẽs da Câmara de Braga no Episcopado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, 1566 (VIII. 14) — 1567*, Fr. António do Rosário.

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DIRECTORES

DR. FORTUNATO FERREIRA DE OLIVEIRA
Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara

FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA
Bibliotecário Arquivista da Câmara de Braga

DR. EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES
Dos Serviços de Documentação
da Universidade do Minho

VOLUME XXXII — ANO DE 1978 (JANEIRO-DEZEMBRO) N.os 73-74 (85-86)

Comemorações do I Centenário do falecimento de Alexandre Herculano

As **Comemorações do I Centenário do Falecimento de Alexandre Herculano** *surgiram numa altura em que não podia já alterar-se o elenco do volume da Revista relativo ao ano de 1977, programado com grande antecedência, por motivos de ordem técnica e sistema de trabalho que nos impusemos.*

*Elas não podiam porém deixar de constituir forte motivo de adesão dos responsáveis pela sua publicação, não só pela natureza da «***Bracara Augusta***», mas especialmente pela personalidade visada, um dos espíritos mais brilhantes e eruditos da Cultura Nacional.*

Por isso, nos apraz incluir no presente volume, um pouco extemporaneamente, é certo, mas ainda dentro do ano da data limite das **Comemorações,** *um estudo a elas dedicado, subscrito por destacado escritor contemporâneo e nosso Colaborador permanente, António Álvaro Dória, sobejamente conhecido, pelo rigor e fundamentação dos conceitos expendidos e pela sua probidade intelectual. De resto, o Escritor Álvaro Dória impôs-se de tal forma que dispensa encómios e apresentação.*

Vale a pena ler este seu trabalho com atenção, pelo que pode oportunamente acrescentar ao muito que sobre tão eminente vulto foi já dito.

Às manifestações que a Câmara de Braga terá promovido ou aquelas a que efectivamente se associou, junte-se mais esta contribuição despretenciosa, mas segnificativa, da sua Revista.

A Direcção

Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV

Por JOSÉ MARQUES

Em estudos nas últimas décadas dedicados ao tema das relações luso-castelhanas foram tratados essencialmente aspectos políticos, diplomáticos e militares (1). Para além destes, outros há a que não foi ainda prestada a devida atenção, mas que muito importa conhecer por se prenderem à vida real das populações e a problemas do seu dia-a-dia. Referimo-nos, concretamente, às relações económicas existentes entre as populações da fronteira, que, excepção feita dos períodos de campanhas militares, se caracterizam pelo predomínio do clima de convivência pacífica e até mesmo de cordialidade.

Este tema impôs-se à nossa consideração quando ao folhear o livro I da *Chancelaria de D. Afonso V* detectámos a frequência com que as populações portuguesas do vale do Minho, aproveitando a presença de D. Afonso V

---

(1) COSTA, P.e Avelino de Jesus da — *Relações de D. Afonso V com Castela e Aragão em 1460. No centenário do nascimento da princesa Santa Joana*, sep. de «Cenáculo», Braga, VII (2) 1952; SUAREZ FERNANDEZ, Luís — *Relaciones entre Portuga y Castilla en la epoca del Infante Don Enrique, 1393-1460*, Madrid, C. S. I. C., 1960; DINIS, António Joaquim Dias — *A volta do casamento do Infante D. Duarte (1409-1428)*, in «Rev. Port. de História», Coimbra, XV, 1975, pp. 5-70; FONSECA, Luís Adão — *Alguns aspectos das relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV (1449-1456)* in «Rev. da Fac. de Letras» da Universidade do Porto, Série História, Porto, III, 1973, pp. 51-112; MORENO, Humberto Baquero — *A expedição enviada pelo Infante D. Pedro ao reino de Castela em 1441*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», Paris, V, 1972, pp. 59-79. Do mesmo autor ver também *Relações entre Portugal, Castela e Aragão durante a regência do Infante D. Pedro*, cap. V de *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, 1973, pp. 191-239; *Alguns acordos de extradição entre Portugal e Castela nos séculos XIII a XV*, in «Portugaliae Historica», Lisboa, I, 1973, pp. 81-101...

nesta região, se queixavam da violência que lhes era feita pelas autoridades locais e solicitavam a confirmação dos antigos privilégios de vizinhança com as populações galegas limítrofes. Idêntica iniciativa tomavam, ao mesmo tempo, algumas populações e instituições galegas, suplicando ao rei português a confirmação dos privilégios de vizinhança com as gentes raianas de Entre-Minho-e-Lima.

A propósito do título em epígrafe desejamos esclarecer que, embora prestando atenção especial ao que neste domínio se passava a norte do Douro, não deixaremos de fazer algumas referências a outros pontos da fronteira terrestre e à actividade mercantil dos portos do litoral mais notáveis no âmbito das relações com Castela, unidade política que, de há muito, incluía a Galiza.

Não se trata de um estudo exaustivo, incomportável, de resto, num simples artigo de revista. Pretendemos somente pôr em relevo alguns aspectos das relações concretas, vividas pelas populações limítrofes dos dois reinos e apraz-nos registar que nelas residiam elementos muito mais fecundos no domínio da aproximação recíproca do que em minuciosos tratados assinados ao nível dos poderes centrais, mas sem expressão junto do homem comum. Neste sentido, convém ter presente que os concelhos do vale do Minho souberam aproveitar a visita de D. Afonso V a esta região, nos fins da Primavera e começos do Verão de 1462, e a liberalidade de que ele, nessa altura, tão largamente deu provas.

A documentação permitiu-nos reconstituir o itinerário régio (2). Por ele se verifica que o rei, partindo de Lisboa, se dirigiu para o norte nos princípios de Junho (3). Nos dias 9 a 13 demorou-se em Coimbra, a fim de repousar e poder assistir às festas de Sto. António, concedendo, então, privilégio ao mosteiro local de Santa Clara (4). Em 17 já estava no Porto (5) e aí permaneceu até ao dia 23 (6). Seguiu depois para Viana do Minho (7) e

(2) Ver apêndice I e mapa anexo.

(3) FREIRE, Anselmo Braancamp — *A chancelaria de D. Afonso V*, in «Archivo Historico Portuguez», Lisboa, III, 1905, p. 66.

(4) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 38.

(5) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 39.

(6) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 48.

(7) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 47 v.

Este documento apresenta-se datado do dia 27 de Junho. Supomos que esta data se refere à feitura do documento e não à presença do rei em Viana, porquanto no dia anterior já é assinalada a sua presença em Caminha (fl. 39) e não é crível que tivesse regressado à vila da foz do Lima, uma vez que se dispunha a seguir para Valença e

Caminha (8) aparecendo em Valença no último dia do mês (9) e aí se deteve até 3 de Julho (10). Em 4 e 5 encontramo-lo a despachar em Monção (11). No dia seguinte partiu para Ponte de Lima, que o acolheu durante os dias 7 a 9 (12), daí prosseguindo para a cidade de Braga, distinguida com a sua presença de 10 (13) a 12 (14) de Julho.

Na cidade dos arcebispos, deve ter-se encontrado com o seu antigo conselheiro e chanceler, D. Fernando da Guerra, que havia mais de um ano (15) abandonara definitivamente a corte. É mesmo provável que se tenha instalado no paço arquiepiscopal. No dia 13 teve lugar a caminhada para Guimarães e aí se fixou até ao dia 19, data em que partiu para o Porto, onde registámos a sua presença até 3 de Agosto (16).

Note-se que, à excepção da cidade do Porto, as localidades em que o rei mais se demorou foram as vilas de Guimarães e de Valença, ao tempo as mais importantes do Minho.

A viagem de D. Afonso V pelo Entre-Douro-e-Minho deixa surpreender alguns aspectos da acção governativa realizada em contacto directo com o povo e os problemas concretos da administração local e ajuda a esclarecer o alcance da itineração régia portuguesa nos finais da Idade Média (17).

Monção. Errada deve estar também a data de um outro documento que dá o rei no Porto no dia 29 de Junho (fl. 38 v), pois nesse dia ele estava em Caminha. Supomos tratar-se de lapso, escrevendo 29 por 19, dia em que efectivamente o monarca se encontrava na cidade do Porto.

(8) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 39.

(9) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 42.

(10) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fls. 39, 40 e 40 v.

(11) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 40 e 41.

(12) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fls. 41 v. e 42 v.

(13) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 41 v.

(14) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 45.

A fl. 43 encontra-se um registo datado de Guimarães, em 11 desse mês. É, segundo cremos, mais um caso de data errada, pois, no dia 12, D. Afonso V ainda estava em Braga e não é de aceitar que a chancelaria itinerante com o rei se antecipasse nos despachos à chegada do monarca.

(15) A. D. B., *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, fl. 214. A retirada do prelado da corte deve ter ocorrido no período de Fevereiro-Março de 1461, como se verifica pelos seus *Itinerários*.

(16) Segundo A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 61 v., citada por FREIRE, A. B. — *o. c.*, in «Arch. Hist. Portuguez», Lisboa, III, 1905, p. 69, é este o último dia passado a norte do Douro.

(17) Dispomos já de vários itinerários régios quatrocentistas: MORENO, Humberto Baquero — *Itinerários de El-Rei D. Duarte (1433-1438)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976; idem — *Os itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)*,

Não cabe no âmbito deste trabalho a exposição pormenorizada das deliberações tomadas e dos despachos dados pelo monarca durante a sua estadia no Minho. Acrescentaremos, no entanto, que eles visaram, particularmente, o preenchimento de vagas abertas nos quadros do pessoal administrativo e a substituição de funcionários que, por doença ou velhice, não podiam cumprir as funções que lhes estavam confiadas.

A par desta acção ligada ao governo e administração do reino, a chancelaria afonsina revela o acolhimento dispensado pelo rei aos numerosos pedidos de particulares e de certas instituições, neste primeiro e único contacto directo com os súbditos radicados a norte do Douro. Esta sumária referência visa esclarecer que a actividade desenvolvida por D. Afonso V durante a sua passagem pelo noroeste do reino, em meados de 1462, transcende os aspectos a que agora vai ser prestada atenção. Dela daremos notícia em publicação ulterior.

Entretanto, importa salientar que esta visita ficou marcada nas gentes do Alto-Minho, sobretudo, pela oportunidade que lhes ofereceu de manifestarem directamente ao rei os numerosos agravos recebidos dos guardas dos portos e outros funcionários, bem como as dificuldades por eles levantadas às tradicionais relações de vizinhança entre os habitantes de um e outro lados da fronteira, tanto no limite fluvial do Minho como na raia seca dos montes de Castro Laboreiro. Na verdade, desde Caminha a Ponte de Lima, passando por Monção, a apresentação de queixas desta natureza contra as autoridades fronteiriças constitui a nota mais presente, repetida e dominante nos encontros que o rei teve com os representantes das populações nortenhas. As perturbações introduzidas pelos agentes fiscais prejudicavam as relações de vizinhança e os interesses comerciais comuns aqui praticados entre os povos da fronteira. Por isso, quando tiveram conhecimento da presença do rei no vale do Minho, de ambas as margens lhe apresentaram, simultânea e espontaneamente, o rol dos agravos sofridos, suplicando-lhe remédio adequado.

O convívio entre as populações desta região tinha raízes profundas que a definição dos limites nacionais não conseguiu eliminar. Contudo, mercê de circunstâncias e situações de vária ordem, com o rodar do tempo, nele se vieram a introduzir elementos enfraquecedores. Cremos

---

sep. da «Revista de Ciências do Homem» da Univ. de Lourenço Marques, série B, I, 1969; SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *Itinerários de El-Rei D. João II*, vol. I, Lisboa, Acad. Port. da História, 1975.

mesmo que é na linha das antigas relações de vizinhança e da conjuntura política castelhana que se deve entender o convite dirigido, em 1369, por algumas cidades e vilas do reino vizinho ao nosso rei D. Fernando para «que começasse emtrar per Castella, e que lhe dariam as villas, e o receberiam por senhor, fazendo-lhe menagem» ([18]). Na lista dessas povoações, só na Galiza, além das cidades de Tui e Orense, e posteriormente Santiago de Compostela, Fernão Lopes regista ainda Padrão, Arrocha, La Guardia, Corunha, Salvaterra, Baiona, Alhariz e Milmanda ([19]), algumas das quais aparecem agora a solicitar a D. Afonso V a confirmação de antigos privilégios de vizinhança. É que a intensa fiscalização da fronteira, em meados de 1462, impedia o livre trânsito de pessoas e mercadorias e causava graves prejuízos às populações galaico-minhotas neste troço da fronteira norte com Castela ([20]).

É neste contexto que se insere a problemática objecto do nosso trabalho, que dividiremos em três partes. Na primeira analisaremos os privilégios então concedidos por D. Afonso V às populações do vale do Minho e as suas incidências nas relações económicas com o reino de Castela (I); a seguir, ocupar-nos-emos do estado e importância económica de algumas feiras da fronteira no âmbito do tema em epígrafe (II) e, finalmente, exporemos alguns aspectos da comercialização do pão, do sal e do pescado, dos panos e do gado entre o norte de Portugal e o reino de Castela (III).

I

A documentação referente à visita de D. Afonso V ao Alto-Minho esclarece, em relação à vila de Caminha, que a perseguição movida pelos alcaides das sacas ([21]) aos galegos provocava a ruína da feira, anualmente ali realizada «por dia de Sam Bento» de Julho ([22]) — «...por os nossos alcaides das sacas boscarem os gualegos que a ella veem sse desfaz por

([18]) LOPES, Fernão — *Crónica do senhor rei dom Fernando nono rei destes regnos*, Porto, Liv. Civilização, 1966, p. 75.

([19]) LOPES, Fernão — *o. c.*, p. 75.

([20]) Arquivo Municipal de Viana do Castelo (A. M. V. C.), *Pergaminhos*, pasta 1, n.º 1.

([21]) Eram os meirinhos ou oficiais da justiça que superintendiam nos casos de contrabando, podendo prender ou penhorar os contrabandistas; competia-lhes também zelar pela saída do reino de coisas proibidas por lei, a fim de a evitar (SANTA ROSA DE VITERBO, Frei Joaquim de — *Elucidário* , ed. crítica por Mário Fiúza, vol. I, Porto, Liv. Civilização, 1965, p. 309.

([22]) 11 de Julho. Ver apêndice II, doc. n.º 4.

nam quererem a ella por ello vinr». Quer isto dizer que a feira de Caminha era, em boa parte, alimentada e sobrevivia na base do contrabando que a ela afluía. Quando os meirinhos se decidiram a reprimir tais abusos contra o fisco, os galegos deixaram de vir e ela entrou em crise.

Para resolver esta situação crucial, atendeu el-rei o pedido dos homens bons de Caminha e ordenou «que daqui em diante enquanto a dicta feira durar nom busquem nem tomem a todollos que a ella vierem cousa algũa que a ella trouverem nem levem posto que sejam cousas per nos defesas» (23). Com esta disposição restabelecia o monarca a *paz da feira* na vila de Caminha, concedendo, ao mesmo tempo, livre trânsito aos moradores da margem oposta que a ela quisessem vir.

Não bastava, porém, suspender a acção fiscalizadora das autoridades adstritas ao município caminhense. Era necessário dar testemunho da protecção régia às populações galegas que frequentavam esta vila e a sua feira, iniciando assim o revigoramento sectorial da política de atracção de mercadores castelhanos, então prejudicada pelo *zelo* dos guardas. Foi neste contexto que o soberano ouviu as queixas dos moradores da vila de La Guardia e seu termo e do lugar de Goyan, e lhes respondeu favoravelmente, concedendo-lhes, em Valença, no dia 1 de Julho, carta de vizinhança com os portugueses e, em particular, com a vila de Caminha (24). Passaram, assim, os moradores fronteiros de Caminha a gozar temporariamente de privilégios e regalias idênticos aos dos moradores desta vila.

A situação de vigilância intensa mantinha-se ao longo de toda a fronteira do Minho. Sabe-se até que a vila de Valença estava bem provida de guardas *fiscais* que tolhiam a liberdade de movimentos aos seus moradores e os impediam de usufruir em paz o privilégio de relações comerciais livres «com os moradores de Gualiza comarquãos com eles», relações vigentes «des o tempo dos rrex meus avoo e padre» (25). De facto, por carta de 22 de Julho de 1455, D. Afonso V incumbiu o Marquês de Valença e Conde de Ourém de pôr «guardas das coisas defesas que passam deste reino para Castela, nos portos da vila de Valença, contra a defesa del-rei» (26). Pretendia o monarca eliminar radicalmente, através de apertada

(23) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 40; v. tb. RAU, Virgínia — *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, Lisboa, 1943, p. 94.

(24) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 42.

(25) A. N. T. T., *Chanc. de Afonso V*, liv. 1, fl. 40 v.

(26) *Descobrimentos portugueses*, documentos coligidos por J. M. da Silva Marques, vol. I, Lisboa, I. A. C., 1944, p. 566, que sumaria e transcreve em parte A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 61.

vigilância, este centro de contrabando detectado na linha do Minho e para o efeito confiava ao referido marquês plenos poderes para pôr aí *quais* e *quantos* guardas quisesse. O mesmo documento adianta que el-rei o investia nessa função, apesar de pouco mais de um ano antes, em 3 de Abril de 1454, ter outorgado a Leonel de Lima carta de mercê de «guarda moor dos nosos (*do rei*) portos das coussas que per nos som defesas desde a vila de Valença e seu termo ate aa villa de Caminha» (27); donde se conclui que Leonel de Lima ou não agiu ou, então, a sua acção foi ineficaz.

Pela queixa-petição dos valencianos verifica-se que entre galegos e minhotos havia, nessa zona, comércio livre de pão, vinho, carnes e pescados, além de bois e bestas, comércio realizado na base de trocas. Segundo afirmavam, este tipo de comércio era vital para a economia e subsistência das gentes da região que sem tais coisas não poderiam sobreviver. Não quis el-rei partir para Monção sem lhes confirmar o antigo costume e ordenar às autoridades potencialmente intervenientes no assunto, incluindo os guardas dos portos, que os deixassem continuar a vizinhar sem quaisquer interferências (28).

A confirmação deste privilégio para ser eficaz teria que incluir os moradores da cidade de Tui e seu termo, com os quais as gentes de Valença mantinham contactos mais estreitos, sendo uns e outros atingidos pela pressão fiscalizadora das autoridades portuguesas. Foi nestas circunstâncias e na sequência do recurso interposto junto de D. Afonso V que a cidade de Tui viu confirmado, por carta datada de Valença, em 2 de Julho, o privilégio de vizinhança com os portugueses (29).

No dia 4 seguinte, já em Monção, chegou a vez de serem atendidas as reclamações da vila galega de Baiona. Situada na costa atlântica, esta vila podia comunicar com Portugal por via marítima e por terra. Por mar,

---

(27) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 38. A preocupação de acabar com a prática do contrabando documenta-se com frequência no século XV. Foi com esse intuito que o regente, Infante D. Pedro nomeou em 14 de Abril de 1443, o seu escudeiro Rodrigo Eanes guarda da fronteira das Beiras e Trás-os-Montes (MORENO, Humberto Baquero — *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, 1973, p. 265, nota (265), que cita A. N. T. T., *Chonc. de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 68). Com os mesmos objectivos foi nomeado Fernão Alvares Vieira para o cargo de serventuário do ofício de almirante na cidade do Porto, onde residia, com jurisdição sobre a costa balizada pelos rios Minho e Mondego (*A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 51 v., sumariado por J. M. da Silva Marques nos *Desc. port.*, I, p. 486.

(28) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 40 v. Ver apêndice II, doc. n.º 6.

(29) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 40 v.

era Caminha a vila portuguesa mais próxima; por terra, Valença ficava-lhe mais perto. Pode-se assim admitir que a prática da vizinhança dos moradores de Baiona com os portugueses era mais intensa em Valença e que por aí entravam em Portugal «sem contradiçam algũua» com «gados, cavalos e armas e moedas e todallas outras cousas vedadas». Ultimamente, porém, os alcaides das sacas e outros oficiais violavam com «muitas injurias» o antigo costume, revistando-os quando regressavam à Galiza, na mira de detectar contrabando de ouro, prata e armas, e impediam a passagem de gado bovino e cavalar.

Em defesa dos moradores do seu concelho, alegaram os homens bons de Baiona junto de D. Afonso V que eles não passavam tais coisas «por oficio», isto é, não se dedicavam ao contrabando, e que só as levavam, esporadicamente, quando as recebiam «em sorte de casamento» (30) ou se as compravam para atender a necessidades pessoais e de familiares. Foi por isso que el-rei não só lhes confirmou o costume antigo, transformando-o em privilégio, mas também o ampliou com a faculdade de poderem «levar pam vinho per terra pera sua provisam e mantimento de suas casas cada hũa pesoa e nam pera averem de vender» (31).

As relações económicas galaico-portuguesas, processadas na base da prática da vizinhança, eram perturbadas também na zona de Monção, como consta da carta dada nesta vila, em 4 de Julho, a pedido e a favor do concelho e homens bons da vila galega de Salvaterra do Minho (32).

Em Monção, D. Afonso V interrompeu a sua caminhada ao longo do rio Minho e inflectiu para Ponte de Lima, onde, no dia 8, concederia importante privilégio aos moradores da vila de Viana da Foz do Lima (32a), mas nem por isso as vilas de Valadares, Melgaço e Castro Laboreiro deixaram de fazer chegar ao seu conhecimento os problemas que mais as afligiam.

A perturbação das relações de vizinhança era a queixa reiteradamente exposta ao monarca, desde Caminha até Ponte de Lima. Na verdade, só não se lhe referem os procuradores de Valadares (33), o que, no entanto, não quer dizer que não tivessem motivos para o fazer. Nos seus pedidos o

---

(30) Como se verifica por vários documentos utilizados neste artigo, era frequente a realização de matrimónios entre pessoas que viviam de ambos os lados da fronteira. Ver, por ex., apêndice II, doc. n.º 5.

(31) A N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 41. Ver apêndice II, doc. n.º 5.

(32) A. N. T. T.,*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 41.

(32a) A. M. V. C., *Pergaminhos*, pasta 1, n.º 8, fls. 9-10. Apêndice II, doc. n.º 10.

(33) A. N. T. T.,*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 42. Ver apêndice II, doc. n.º 8. Não encontrámos qualquer documento em que o concelho e homens bons de

concelho de Valadares concedeu prioridade à defesa das suas liberdades, jurisdição e autonomia, pois, na qualidade de reguengueiros da coroa e gozando de «liberdades e franquezas» não poderiam suportar que alguns fidalgos nisso empenhados alcançassem jurisdição sobre esta vila e seu termo e se interpusessem entre eles e o rei. Urgia-lhes, por isso, obter a confirmação das antigas «liberdades e franquezas», que pressentiam ameaçados, e assim reforçar a garantia de que a jurisdição da sua terra não seria concedida a ninguém.

Por outro lado, não estavam interessados na intensificação de relações com populações galegas limítrofes. Pretendiam mesmo restringi-las e suspender o custume de «levarem rrogos quando algũuas pessoas casavam», por ser causa da ruína de muitos lavradores e moradores. É que *rogos* eram o mesmo que *geiras* ou prestações de serviços agrícolas e cada *geira de campo*, sendo completa, constava de cinquenta homens de cava (34). A prestação de serviços deste género representava um pesado encargo que só havia vantagem em extinguir. Assim se compreende que os procuradores de Valadares do Minho nem sequer aludissem a situações decorrentes da vigilância da fronteira e pedissem ao rei que houvesse «por bem taaes rrogos nom aver nem sse darem nem irem dar a Gualiza nem virem de lla os dar ca» (35), no que foram atendidos. Como elemento dissuasor de possíveis tentativas de fazer sobreviver os contestados *rogos*, fixou em mil reais, a reverter em favor da redenção dos cativos, a multa de que seria passível quem nos desse ou exigisse.

Entretanto, o que mais afligia os moradores da vila de Melgaço era o estrangulamento económico provocado pelo pagamento das portagens. Embora situada numa posição estratégica para o intercâmbio comercial com a Galiza, em relação à totalidade do território nacional esta vila podia considerar-se periférica. De há muito com uma densidade populacional muito baixa, a ponto de D. João I ter sentido necessidade de aí instituir um couto de homiziados, em 1431 (36), e sem uma feira suficientemente

---

Monção apresentassem queixas ao rei, mas pelos privilégios concedidos a Baiona e a Salvaterra pode-se concluir que também neste ponto da fronteira fluvial havia motivos de queixa contra as autoridades.

(34) SANTA ROSA DE VITERBO, Frei Joaquim — *Elucidário*..., ed. crítica por Mário Fiúza, vol. II, Porto, Liv. Civilização, 1966, pp. 537 e 301.

(35) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 42 v.

(36) MORENO, Humberto Baquero — *Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa*, in «Portugaliae Historica», Lisboa, II, 1974,

desenvolvida, capaz de dinamizar a economia da região (37), a vila de Melgaço sentia-se, além disso, agravada pela imposição do pagamento de portagem, extensiva aos moradores do termo.

Por isso, os seus procuradores pediram e alcançaram para os moradores da vila e seu termo isenção da portagem de tudo o que levassem a ou trouxessem de outros lugares do reino e de fora dele (38), a fim de se estimular a vida comercial e económica local.

A notícia da visita régia deve ter sido divulgada com antecedência, pois de ambas as margens do Minho lhe apresentaram sistematicamente queixas e fizeram pedidos de confirmação de antigos privilégios de vizinhança. Assim, Castro Laboreiro que sofria mais asperamente ainda do que as localidades já referidas as consequências de uma apertada vigilância, pode enviar a tempo os seus procuradores ao encontro do rei, em Monção, onde foram atendidos em 4 de Julho.

A carta que, então, lhe foi outorgada menciona a prática antiga de vizinhança entre Castro Laboreiro e as vilas galegas de Milmanda e Araújo, consubstanciada no privilégio de fronteira livre, que lhes permitia transaccionar e transportar, sem quaisquer entraves, pão, vinho e outras coisas necessárias e na regalia de lá «hirem paçer com seus gados», podendo, por seu turno, os moradores das referidas vilas galegas vir apascentar os seu gados nos montes de Laboreiro — «e assi meesmo y o faziam os dictos lugares que vinham ca a nossos rregnos ssem lhe sobre ello ser posto enbarguo».

A intensa acção fiscalizadora dos guardas dos portos atingia com frequência os galegos com a perda dos gados e outras mercadorias. Mercê do rápido afastamento a que tais atitudes os obrigavam, a população de Laboreiro entrava num acentuado isolamento que levantava graves problemas de subsistência, até então minorados pelo *trato* diuturno com as

---

pp. 13-63; BERNARDO PINTOR, P.e Manuel António — *Melgaço medieval*, Braga, 1975, pp. 94-95.

(37) Interrompida com o início da guerra da Independência, D. João I tentou desenvolvê-la, concedendo-lhe carta de segurança e outros privilégios, em 14 de Fevereiro de 1391 (RAU, V. — ***Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas***, Lisboa, 1943, p. 42, que cita A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 1, fl. 254). Parece que os resultados foram inexpressivos.

(38) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 50 v.

Segundo o foral manuelino, em 1513, a vila de Melgaço continuava a ser ponto de passagem de mercadorias para Castela e de chegada das procedentes de lá (Câmara Municipal de Melgaço, *Foral manuelino;* publicado por BERNARDO PINTOR, P.e Manuel António — *o. c.*, pp. 97-108).

referidas populações galegas. Para obviar a esta situação de extrema necessidade abriu D. Afonso V mais esta excepção às leis atinentes à guarda das fronteiras; e fê-lo «porquanto a dicta terra era muito fragosa e sse a assi nom fezessem se nam poderiam manter nem ssoportar, ouvemos por bem de ellos vizinharem e trautarem com os sobredictos assy como sempre teveram de custume» (39).

De acordo com a carta de privilégio, aceita-se que os castrejos levassem para a Galiza pão, isto é, centeio que os seus montes produzem em abundância. Quanto ao vinho, que a terra não dá, teriam que ir buscá-lo à ribeira do Minho, convertendo-se, deste modo, em intermediários com funções de almocreves.

Até aqui reconstituímos as dificuldades levantadas às populações do Alto-Minho pelos guardas dos portos, em 1462, obstáculos que o monarca removeu mediante a concessão e/ou confirmação de privilégios. A situação então vigente processava-se ao arrepio dos costumes de intercâmbio comercial e até de um certo comunitarismo detectável no regime de compáscuo existente de ambos os lados da raia e decorria do rigoroso cumprimento das ordens de fiscalização da fronteira (40).

Apesar das excepções à lei feitas pelo soberano no tocante a esta região nortenha, nos outros pontos da raia a situação manteve-se, aparecendo até, de vez em quando, algum recurso interposto junto do rei. Assim procederam, em 1467, o concelho e homens bons da vila de Monforte de Rio Livre, fazendo chegar a D. Afonso V, estante em Évora, a notícia dos vexames e prejuízos que lhes infligiam os oficiais das sacas, inquietando-os na posse pacífica, em que estavam, de tratarem livremente com os lugares mais próximos do senhorio da Galiza (41).

Os obstáculos levantados a este intercâmbio comercial reflectiam-se ainda na livre constituição de família entre pessoas de um e outro lados

(39) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 41-41 v. Apêndice II, doc. n.º 9. Ver nota (19).

(40) A documentação até aqui aduzida comprova o rigor e objectividade com que o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão viu o problema das relações galaico-portuguesas: «No conjunto das regiões limítrofes, a Galiza apresenta condições singulares de vizinhança, *sendo o rio Minho um traço de união entre populações com grande identidade de língua e sentimento*. Pode afirmar-se que ao longo dos séculos, o homem galego, cioso dos seus vínculos regionais, esteve mais próximo do minhoto do que do castelhano, ou mesmo do leonês» (*História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Verbo, 1977, p. 27). Sublinhado nosso.

(41) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 36 v-37.

da fronteira, o que levou os procuradores desta vila transmontana a dizerem claramente ao rei que eles «casavam seus filhos e filhas com outros dos moradores dos dictos lugares de Galiza e davam boys e vacas e outros guados e cousas em casamento aos dictos seus filhos e assy rrecebiam das outras partes e asy o tinham de custume de o fazerem sempre e bem assi trocavam bois e vacas velhas por outros novos com os dictos vezinhos de Galiza e os de Galiza com elles e que ora os nossos (*do rei*) ofiçiais que tem carrego das sacas em a dicta comarca os demandavam e traziam em demanda por os dictos boys e vacas e guados que assi trocavam e coussas que assi davam em casamento aos dictos seus filhos e filhas no que lhes era feito agravo» (42).

A alusão à frequência de casamentos realizados entre naturais dos dois reinos mais que a descrição de uma situação histórica e sociológica pretendia motivar fortemente o rei para transformar em privilégio a prática consuetudinária, em ordem à normalização da situação criada pelos guardas dos portos. O privilégio então concedido foi posteriormente confirmado, no Porto, por D. João II, em 10 de Janeiro de 1484, o que significa que as autoridades fiscais tinham passado a ignorar a concessão do monarca anterior e continuavam a estrénua vigilância, que o concelho pretendia neutralizar através do reconhecimento do privilégio afonsino.

Ao longo da fronteira portuguesa haveria muitos outros focos de tensão entre as populações e as autoridades. A norte do Douro, de Caminha a Freixo de Espada à Cinta, os casos acima referidos não seriam, portanto, os únicos; se, no entanto, só temos notícias destes, é porque os concelhos e habitantes do Alto-Minho, no intuito de eliminar a pressão das autoridades, tentaram retirar o máximo proveito da oportunidade única que a presença do rei lhes oferecia de normalizarem as suas relações com os moradores do reino de Castela e fizeram diligências que acabaram por ficar registadas na chancelaria régia.

Das várias cartas de privilégio outorgadas pelo rei conclui-se que as mercadorias mais transaccionadas na fronteira do Alto-Minho eram: pão, vinho, carnes, pescados, sal, gado bovino e cavalar, roupas, ouro, prata, moedas, além de outras não especificadas.

Mais importante e pedagógico, porém, é saber que na base destas transacções comerciais — legais e fraudulentas — estava a prática de um tradicional convívio entre as populações do norte de Portugal e do reino de Castela, dificultado, quando não interrompido pelas disposições dima-

(42) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 36 v-37.

nadas dos poderes centrais. Várias vezes anotámos que, dirigindo-se a D. Afonso V, os procuradores dos concelhos invocavam sempre antigos privilégios de vizinhança, que desejavam ver confirmados. E não lhes faltava fundamento para assim agirem. Basta recordar que o reconhecimento, intensificação e regulamentação da convivência e relações económicas entre portugueses e castelhanos constitui uma das cláusulas mais repetidas nas tréguas e tratados de paz que foram pondo termo à guerra da Independência.

Assim, no articulado das tréguas de dez anos entre Portugal e Castela, datado de Segóvia, em 15 de Agosto de 1402, afirma o rei de Castela, D. Henrique: «Item que durante el dicho tiempo de las dichas treguas... dexaremos conversar las gentes de los dichos nuestros regnos e senhorios com los de Portugal e del Algarve e levar e correr por mar e por tierra todas las mercadorias de los nuestros regnos e señorios...». E no ponto III afirma: «E queremos que conversem las dichas gentes unas com otras e corram todas las mercadurias e cosas de los unos regnos a los otros asi por la manera e guisa que dicha es salvo aquellas cosas que antiguamente fueron vedadas de se sacar de los unos regnos, tierras, partidas e señorios para los otros en tiempo de paz, conviene a saber, oro, plata, monedas, armas, cavallos e potros e yeguas (43).

Por sua vez, no instrumento de ratificação da paz com Castela, assinado por D. João I e os infantes seus filhos nos paços de Almeirim, em 27 de Janeiro de 1432, sancionou o rei português aos vizinhos e moradores de Leão e Castela as regalias constantes do já citado protocolo de 1402 (44).

Se bem repararmos, a cláusula de liberdade de comércio, repetidamente expressa nos tratados assinados com Castela durante este período, consta já da procuração outorgada por D. João I aos seus representantes na assinatura das tréguas de 1393, Álvaro Gonçalves Camelo, o Prior do Hospital e o Doutor João das Regras (45).

II

Inventariámos as mercadorias mais transaccionadas na fronteira a norte do Douro, especialmente na linha do Minho, coincidentes, aliás, com

(43) A. G. S., *Patronato Real*, Leg. 49, fl. 3, Doc. integralmente transcrito por SUAREZ FERNANDEZ, Luis — *Relaciones entre Portugal y Castilla en la epoca del Infante Don Enrique, 1393-1460*, Madrid, C. S. I. C., 1960, p. 138.

(44) SUAREZ FERNANDEZ, Luis — *o. c.*, p. 190; *Monumenta Henricina*, Coimbra, IV, 1962, p. 7.

(45) SUAREZ FERNANDEZ, Luis — *o. c.*, p. 72.

as que noutros pontos atravessavam a raia com Castela. Na impossibilidade de analisar pormenorizadamente as vicissitudes da comercialização de cada uma delas, prestaremos, na III parte, atenção às que oferecem maior interesse.

Antes, porém, queremos observar que a convivência e intercâmbio comercial entre portugueses e castelhanos atingia níveis especiais de intensidade nas feiras mais próximas da fronteira e, por vezes, até em algumas do interior. É que as feiras, sendo por natureza instituições aptas à realização de transacções comerciais, constituíam simultaneamente excelentes ocasiões de convívio humano e pontos de encontro e difusão de culturas, maneiras de ser e formas de vida, em que os povos de ambos os lados da fronteira são ricos. Muitas delas realizavam-se por ocasião de festas e romarias importantes (46) e é sabido como as festas e romarias são poderosos factores de concentração de multidões.

O longo período de declínio que atingiu as feiras portuguesas liga-se à crise do século XIV e à guerra da Independência. Conhecem-se as disposições tomadas pelo poder central durante o século XV para incrementar algumas delas e sabe-se que D. João I chegou a tomar medidas importantes em relação a algumas da fronteira norte, ainda antes da celebração do tratado de paz definitiva com Castela. Sirvam de exemplo os privilégios concedidos à de Melgaço, em 14 de Fevereiro de 1391 (47) e a atenção dispensada à de Chaves (48).

A fim de melhor se aquilatar do papel das feiras raianas do Minho e Trás-os-Montes no domínio das relações económicas do norte de Portugal com Castela, importa verificar em que estado se encontravam por ocasião da visita de D. Afonso V ao Minho e nos tempos anteriores mais próximos, começando pela de Caminha.

Aludimos, acima, à perseguição movida pelos alcaides das sacas aos galegos que frequentavam a feira anualmente realizada em Caminha por ocasião da festa de S. Bento. A súplica dirigida pelo concelho de Caminha a D. Afonso V e por ele atendida por carta datada de Valença, em 1 de Julho de 1462, não traduzia uma situação inédita. Sete anos antes, em 1455, eram já patentes os sinais de decadência, pois os procuradores deste concelho às Cortes reunidas em Lisboa queixavam-se dos alcaides das sacas

(46) RAU, V. — *o. c.*, p. 9; VALDEAVELLANO, Luis G. de — *El mercado. Apuntes para su estudio en León y Castilla durante la Edad Media*, 2.ª ed., Sevilla, Universidade de Sevilla, 1975, p. 38.

(47) RAU, V. — *o. c.*, p. 42.

(48) RAU, V. — *o. c.*, p. 101.

que buscavam os galegos que aqui vinham durante os oito dias da feira — quatro antes e quatro depois da romaria de S. Bento — e «por nam quererem a ella por ello virem» (49) ela se desfazia.

Apesar de ter recebido o benefício da redução de meia sisa, esta feira não se desenvolveu satisfatoriamente (50). É que o mal vinha de longe e já nas cortes de Lisboa de 1439 os procuradores de Caminha deram conta de como o corregedor João Fogaça tinha instituído a feira mensal, a realizar na primeira quinta-feira do mês, e como ela se desfizera, mercê das imposições feitas pelo corregedor Rui Fernandes Homem aos moradores do termo caminhense (51). O privilégio concedido por D. Afonso V, em 1462, ia no sentido de pôr termo a essa longa situação agónica e de lhe imprimir novo dinamismo.

No intuito de estimular o comércio da vila e concelho de Valença, concedeu-lhe D. Afonso V, em 1458, carta de feira franca, com a duração de quinze dias, contados a partir da primeira quinta-feira depois da Páscoa. Além de outros privilégios concedidos, fez-lhe também merceê de meia sisa (52). Era uma medida de emergência que visava, de algum modo, corrigir as sequelas da longa e intensa acção fiscalizadora, que nem sempre ficava pela execução dos impostos, mas chegava a revestir formas mais graves e repressivas, como consta de um capítulo especial apresentado pela vila de Valença nas cortes de Évora de 1444: «Item senhor por rrazom d'algũas *penhoras* e *represarias* que se fazem em muitos mercadores de Castela e de Galliza nam ousam de viinr a esta vila com suas mercadorias que soyam de trazer assi como *ferro* e *aço* e *panos* e outras mercadorias e vendições de que os moradores desta terra e deste rregno aviam proll e as vossas ssisas, dizimas e direitos reaaes eram acrecemtados» (53). Em última instância o que estava em causa era a segurança de pessoas e bens dos súbditos do reino vizinho que por via fluvial e terrestre abasteciam a feira e a vila de Valença. A segurança concedida durante um ano a «quaisquer mercadores e pessoas que ali chegassem com suas *mercadorias, navios, barcos* e *bestas* a fim de não serem penhoradas nem apresadas»

(49) RAU, V. — *o. c.*, p. 94; BARROS, Henrique da Gama — *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed., vol. X, Lisboa, Sá da Costa, s. d., p. 140.

(50) BARROS, H. da Gama — *o. c.*, vol. X, p. 134.

(51) BARROS, H. da Gama — *o. c.*, vol. X, p. 139.

(52) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 1, fl. 252 v, citado por RAU, V. — *o. c.*, p. 95.

(53) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 2, fl. 2; *Descobrimentos portugueses*, vol. II, p. 525.

era insuficiente para recuperar junto dos mercadores estrangeiros a confiança perdida.

Não admira, por isso, que mais de uma dúzia de anos depois o comércio na vila de Valença continuasse em crise, agravado pela proibição que em 1457 o corregedor, Gonçalo Afonso, fizera de que nenhum navio português carregasse no rio Minho, com destino à Flandres e Aragão, mercadorias procedentes de toda a ribeira do Minho, e para o efeito concentradas em Valença e em Tui (54).

Escasseiam as informações acerca do que se passava com a feira de Monção e à de Melgaço já se aludiu. Mas, antes de passarmos a tratar das feiras da região transmontana, impõe-se-nos fazer referência à feira quinzenal de Ponte de Lima, à qual concorriam intensamente os moradores das povoações galegas de Milmanda, Araújo, Monterrei e outras das redondezas, que «levavam dhi muito sal e outras cousas que era muito grande proveito aas vossas (*do rei*) sissas e a bem comum da terra» (55).

Pelo capítulo especial apresentado pelos procuradores de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez às cortes de Lisboa de 1459, que nos dá esta preciosa informação, sabemos também que o livre acesso de galegos à feira limiana estava a ser dificultado por uma gravosa inovação de João de Magalhães (56), senhor de Nóbrega, desde 14 de Novembro de 1458 (57). Este fidalgo da casa do Duque de Bragança estabelecera que por cada besta que passasse em Ponte da Barca se pagaria a portagem de dois reais. Embora se tratasse de inovação recente, já se faziam sentir os seus negativos efeitos nas receitas das sisas do rei e no comércio das três vilas reclamantes. A resposta régia parece-nos um tanto evasiva, na medida em que el-rei se limitou a ordenar que o seu contador, Gonçalo Afonso, ouvisse os concelhos interessados e João de Magalhães «e sabida compridamente a verdade detrimine o que per direito emtemder dando apellaçam e agravo nos casos» (58).

---

(54) A. M. V. C., *Pergaminhos*, pasta 1, n.º 10. Apêndice II, doc. n.º 3.

(55) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 20 v; BARROS, H. da Gama — *o. c.*, vol. X, p. 146; RAU, V. — *o c.*, p. 40.

(56) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 20 v.

(57) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 1, fl. 244 v-245 v, citado por MORENO, H. Baquero — *A batalha de Alfarrobeira...*, p. 1049 (2).

(58) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 20 v.

Poucos anos antes, por esta mesma via transitavam os galegos que frequentavam a feira de Valdevez, outrora florescente e na segunda metade do século XV ago-

Este capítulo reveste-se de muita importância no âmbito do presente estudo, porque, além da existência de uma situação de tensão nas relações económicas luso-castelhanas, num ponto relativamente afastado da fronteira, e de uma prática fiscal generalizada com o neo-senhorialismo quatrocentista, permite reconstituir uma via fundamental nos circuitos comerciais do Alto-Minho — a ligação de Viana à Galiza, articulada com o rio Lima e a ele paralela — e assinala o sal como um dos produtos costeiros que por ela abastecia o interior e penetrava no reino de Castela (59).

Na região transmontana, além da mencionada feira de Chaves, desejamos aludir às de Bragança e Miranda do Douro.

Em relação à de Bragança, bastará dizer que embora criada por D. João I, em 1392, até 1439 parece nunca se ter realizado, pois nas cortes nesse ano reunidas em Lisboa, os procuradores brigantinos declararam: «nos nunca della usamos». Em 1455, D. Afonso V, a pedido do Duque de Bragança e «por se a villa milhor povoar», concedeu-lhe carta de feira franca a realizar de 25 de Janeiro a 9 de Fevereiro. Desta carta de feira pode-se inferir claramente a política de atracção de mercadores e produtos originários de Castela, Aragão e Navarra, patente na isenção do pagamento de dízimas e de sisa das suas mercadorias, contanto que entrem «per o porto da dicta villa de Bragança» (60). Entre as mercadorias contempladas com a isenção da dízima e da sisa são referidos expressamente os panos. A única condição que se impunha era o prévio registo e selagem na alfândega local, antes de as mercadorias serem expostas na feira. Mas, a preferência pelas mercadorias e, em especial pelos panos de Castela, Aragão e Navarra, sobressai mais ainda face a esta determinação contida na carta: «E vindo panos asy de llãa como de sseda doutras partes que nom sejom fectos em Castella nem Aragom nem Navarra aa dicta feira per os portos per nos hordenados ssejom levados a dicta alfandega e lhes seja posto huum seello como aos outros panos de Castella Aragom e Navarra. E os que os trouverem os posam vender a rretalho por seer cousa grosa que nom poderam mercar atamados... E destos pagarom elles e as partes tam bem a sisa em cheo...» (61). A única regalia comum a castelhanos e outros estran-

---

nizante, como se conclui de um capítulo dos concelhos de Valdevez, Nóbrega, Soajo, Fralão e Santo Estêvão de Geraz apresentado às cortes de Lisboa de 1456 (cf. BARROS, H. da Gama — *o. c.*, vol. X, p. 134).

(59) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 20 v.

(60) RAU, V. — *o. c.*, p. 168.

(61) RAU, V. — *o. c.*, p. 168.

geiros residia no facto de uns e outros poderem retirar livremente as mercadorias sobrantes sem terem de pagar dízima nem sisa das mesmas.

Subjacente à concessão destas facilidades alfandegárias estava a intenção de povoar a região transmontana da fronteira com Castela, cuja rarefacção demográfica no século XV está bem documentada (62). Compreende-se facilmente, por isso, que tal como a de Bragança, também a instituição da feira franca de Miranda do Douro se inscreva na política de repovoamento da zona fronteiriça a que D. Afonso V prestou particular atenção. A feira de Miranda tinha apenas a duração de cinco dias, mas, ao contrário do estipulado para Bragança, nela podiam entrar livremente «vindos de Castella quaisquer estrangeiros com panos e mercadorias «das que os portugueses podem meter de Castela em estes rregnos de Portugal». Tanto castelhanos como outros estrangeiros ficavam isentos da dízima e sisa, contanto que registassem as mercadorias na alfândega local e fizessem as transacções dentro da vila (63).

Abordámos apenas situações concretas de algumas feiras de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes mais importantes no domínio das relações económicas com Castela, pelo geral situadas nas proximidades da fronteira. Não esquecemos, porém, que tais relações não se processavam exclusivamente junto da raia, tanto a norte como a sul do Douro (64).

Anotámos, insistentemente, a presença de galegos e castelhanos nas feiras portuguesas. Importaria também conhecer em pormenor até que ponto os portugueses frequentavam as feiras do reino vizinho. Que as frequentavam, idos por vezes de longe, afirma-o claramente D. Afonso V, quando, em 11 de Setembro de 1457, se dirige aos mercadores do Porto e de outros pontos do reino «que aos de Castella custumaaes dhir» (65). Nas fontes portuguesas, porém, só eventualmente aparecem referências ao assunto, como no caso da feira de Viseu, que se realizava por ocasião da festa de Santa Iria. O cabido viseense vendo que ela não atingia o nível desejado, tentou transferi-la para a festa de Todos-os-Santos, alegando

(62) Ver os nossos *Subsídios para o estudo da arquidiocese de Braga no século XV*, in «Bracara Augusta», Braga. XXX (1) 1976, pp. 73-77.

(63) RAU, V. — *o. c.*, p. 74.

(64) A sul do Douro pode-se apresentar como elucidativo exemplo o pedido formulado pelos procuradores de Beja às cortes de 1439, solicitando ao rei a criação aí de uma feira franca por ocasião da festa de Santa Cruz, à qual concorreriam muitos do reino de Castela, abastecendo assim a comarca «darmas e bõos cavalos e sellas, ginetes e outros guarnecimentos» (RAU, V. — *o. c.*, p. 54-55).

(65) *Descob. port.*, vol. I, pp. 576-577.

que a festa de Santa Iria «vinha em tempo em que os mercadores das Beiras eram *todos* na feira de Medina» ([66]) e as outras pessoas andavam com as vindimas.

Em que outras feiras castelhanas participavam os mercadores beirões? E os do Minho, Trás-os-Montes, Alentejo e Algarve? Que nos podrão dizer sobre o assunto os arquivos espanhóis?

III

O estudo das complexas relações económicas luso-castelhanas no século XV só ficará devidamente esclarecido quando aos dados fornecidos pela documentação portuguesa se associarem os elementos contidos nas fontes espanholas. Interessa também ter uma visão global das vicissitudes da comercialização dos produtos mais transaccionados entre Portugal e Castela, sendo uns de primeira necessidade — pão, sal, pescado, carne, panos, etc. — e outros constitutivos de capital aceite e apreciado por todos — gado, ouro, prata, moeda, etc.

Por imperiosas razões de brevidade prestaremos atenção apenas ao pão, sal e pescado, panos e gado.

Os problemas do pão, de que tão carecida andou a nossa baixa Idade Média, foram magistralmente equacionados pelo Prof. Oliveira Marques ([67]). De momento, contudo, interessa-nos salientar alguns aspectos do comércio cerealífero com o reino de Castela, num contexto em que está sempre presente o tradicional ambiente de crise, que remonta aos finais do século XIII.

O pão, que não figura entre as mercadorias cuja saca era proibida em Castela, estava, sem dúvida, intencionalmente presente nas cláusulas das tréguas e tratados celebrados entre Portugal e o reino vizinho, na sequência da guerra da Independência, até 1432 ([68]). Durante esse período, apesar das disposições consignadas nos convénios de paz, em relação ao comércio, não é raro encontrar intermediários estrangeiros ligados ao fornecimento de trigo de Castela a Portugal. Tal é o caso de mercadores italianos, em Janeiro de 1425, ocupados no transporte de trigo castelhano para Portugal ([69]).

([66]) RAU, V. — *o. c.*, p. 114.

([67]) *Introdução à história da agricultura em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Cosmos, 1968.

([68]) Ver notas (43), (44) e (45).

([69]) RAU, Virgínia — *Estudos de história*, Porto, Verbo, 1969, p. 39.

Apesar da falta de pão sentida no reino, ainda havia quem fizesse tábua rasa das prescrições relativas às sacas do mesmo e se dedicasse ao lucrativo negócio da sua transferência de uns concelhos para outros e, possivelmente, para o estrangeiro. Concretamente, sabemos que entre a clerezia eram numerosos os implicados neste tipo de comércio interno e externo (?), sendo, por isso, demandados perante os juízes seculares. O facto é revelado por um agravo apresentado no sínodo nacional realizado em Braga, em Dezembro de 1426, contra D. João I. Por esse artigo se vê que a aplicação aos clérigos da legislação referente às sacas de pão e vinho era considerada por eles uma violação das imunidades clericais e um factor de agravamento do velho conflito de jurisdições, aliás subjacente à realização desta assembleia (70).

A gravidade da escassez de cereal está bem patente nas severas medidas tomadas por D. Duarte em carta datada de Almeirim, em 13 de Abril de 1437, contra os sacadores portugueses e estrangeiros que insistentemente solicitavam licença para tirar do reino pão e gado, contribuindo desse modo para a inflacção dos preços. Numa tentativa dissuasória da exportação do que era necessário aos naturais do reino, D. Duarte, de acordo com os Infantes D. Pedro e D. Henrique, agravou a taxa alfandegária aplicável nos casos de sacas de pão, gado e outras mercadorias defesas, sujeitando-as ao pagamento da dízima inteira (71). Houve, assim, um agravamento de 400 % em relação à taxa anterior, que era de «cinquenta huum». É o próprio rei quem dá conta dos resultados previstos: «...e per esta guisa entendemos que a dita saca sera refreada, quando os que a requererem virem que am de pagar dello dizima».

É certo que tanto no *sínodo* de Braga como na lei de D. Duarte não

---

(70) A. D. B., *Rerum Memorabilium*, I, fl. 116 v.: «Item defendem alguns senhorios e concelhos e fazem constetuições que nenhuuns nom vendão pão a mercadores pera o tirarem d'algũas de suas terras, nem o mandem fora a otros lugares onde possão vender e se fizerem que o percão pera elles, e sobre esta defeza compremdem os clerigos e os trazem sobre ello em demandas e juizos perante os juizes secullares que percão o dito pão e vinho e nom lhes val declinarem seus juizes e allegarem que som clerigos e abbades o que elles bem sabem nem que se nom comprendem sub suas ordenações».

Este agravo foi objecto de acordo no art. 75.º da «concordata» celebrada entre D. João I e a clerezia do reino, em Santarém, em 1427 (ALMEIDA, Fortunato — *História da Igreja em Portugal*, Nova ed. preparada e dirigida por Damião Peres, vol. IV, Porto, Liv. Civilização, 1971, p. 168).

(71) *Ordenaçoens do senhor Rey Dom Afonso V*, Liv. 2 (tit. 36), Coimbra, 1792, p. 284-285.

se diz qual o destino das mercadorias retiradas pelos sacadores. Contudo, dada a proximidade de Castela, não será incorrecto incluir este reino entre os locais de colocação dessas mercadorias.

Mais importante do que estas genéricas alusões a tentativas de «exportação» são as numerosas referências à entrada de pão procedente de Castela e aos esforços tendentes a aumentar o seu afluxo aos mercados portugueses.

Durante o segundo e terceiro quartéis do século XV, entre várias, foi particularmente grave a crise cerealífera dos anos 1438 a 1440, que motivou saca de pão com destino a Lisboa em quase todos os concelhos do reino e a sua importação das regiões estrangeiras que estivessem em condições de o fornecer, contando-se entre elas a vizinha Castela (72). Esta crise, coincidente com o fim do reinado de D. Duarte e os dois primeiros anos da Regência, além de Lisboa, incidiu fortemente também a sul do Tejo. Só isso explica que a Rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte, autorizasse, em 7 de Setembro de 1439, os mercadores de Castela a virem com pão à cidade de Évora e abrisse uma excepção quanto à forma de pagamento, que poderia ser feito em ouro. Suspendia, assim, a proibição da entrada do ouro nos circuitos comerciais, mas estabelecia uma condição *sine qua non* — a obrigatoriedade de ser empregado em pão (73).

Podemos ainda avaliar a amplitude da crise pelo número de salvacondutos e cartas de segurança concedidos a mercadores estrangeiros que demandassem o porto de Lisboa com carregamentos de cereal. Com estas medidas de segurança foram contemplados, em 23 de Setembro de 1438, os mercadores da Bretanha (74), que, posteriormente, as viram prorrogadas até 1 de Janeiro de 1440 e, ao mesmo tempo, alargadas à cidade de S. Malo, apesar de os seus marinheiros terem apresado naus portuguesas. O documento justifica a concessão destas inusitadas facilidades, afirmando que o concelho de Lisboa, nesse ano, «fora minguado de pam e doutros mantimentos» (75). Em 16 de Março de 1439, foi outorgada carta de segurança a todas as pessoas que trouxessem ou enviassem pão e quaisquer

---

(72) MARQUES, A. H. de Oliveira — *Introdução à história da agricultura em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Cosmos, 1968, p. 164.

(73) Transcrito em *Legislação agrária ou collecção de leis, decretos, cartas e outros documentos officiaes de interesse agricola promulgadas desde a fundação da monarchia até 1820* compilados por António Gomes Ramalho, vol. II (1385-1495), Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, pp. 132-133.

(74) *Descob. port.*, vol. II, p. 127.

(75) *Descobr. port.*, vol. II, pp. 508-509.

outros géneros alimentícios dos reinos de Castela à cidade de Lisboa, «porquanto ora he mingoa e falecimento de pam e outros mantimentos em esta cidade» (76) e declarou-se isento de dízima quem carregasse sal para o estrangeiro, contanto que se comprometesse a trazer trigo à cidade de Lisboa (77) na viagem de retorno.

Persistindo na política de atracção de mercadores à capital, em 17 de Julho de 1441, foi concedida carta de segurança de pessoas e bens a quantos chegassem por mar para exercer actividades comerciais, sendo de notar que a regalia se estendia também «*aos que são da terra de inimigos*». A segurança seria plena uma vez que os procedentes «des contra a Galiza» tivessem passado a foz do Lima e os que viessem de Sevilha dobrassem o cabo de S. Vicente. É de notar que entre os destinatários desta carta se contam expressamente os corsários portugueses, que também os havia (78).

No contexto das relações comerciais entre Lisboa e os vários senhorios do reino de Castela, ainda no âmbito da referida política de atracção, é significativo que, apesar da ordenação em contrário, tenha sido concedido aos mestres, pilotos, mercadores e marinheiros da Galiza, Astúrias, Biscaia e Castela-a-Velha, em 21 de Outubro de 1460, o privilégio de poderem usar punhais e adagas guarnecidas e por guarnecer (79). Esta faculdade reflecte o estado de insegurança dos cidadãos na Lisboa da segunda metade de quatrocentos, situação que não poderemos deixar de considerar, como resultante, em parte, da carestia crónica em que o reino vivia.

Seguindo de Lisboa para o norte, encontramos a vila de Santarém que, segundo os capítulos especiais apresentados às cortes de Évora de 1436, era muito frequentada por castelhanos e outros estrangeiros que «no tempo dos savees» vinham «comprar o dito pescado sem trazendo mercadorias nehũas». Pretendia o concelho escalabitano que fossem obrigados a levar carga os que aí se dirigissem para carregar pescado, ajudando, assim, a abastecer a vila de géneros alimentícios. Não anuiu el-rei a este pedido, «porque assy como estes castelãos vem trazem muito ouro e prata e azemellas que he muito vosso (*da vila*) proveyto» (80).

---

(76) *Descobr. port.*, vol. II, p. 507.

(77) RAU, Virgínia — *A exploração e o comércio do sal de Setúbal*, Lisboa, I. A. C., 1951, p. 99.

(78) *Descobr. port.*, vol. II, pp. 517-518.

(79) *Descobr. port.*, vol. II, p. 582.

(80) A. N. T. T., *Chanc. de D. Duarte*, liv. 1, fl. 145 v.; transcrito em *Descobr. port.*, vol. II, p. 496

A documentação existente permite detectar a mesma política de atracção de estrangeiros a outros portos do reino. Ao nosso estudo, porém, interessa primordialmente o que se relaciona com súbditos de Castela e é nessa linha que se inserem as cartas de protecção, dadas em 20 de Janeiro de 1445 (81) e renovadas em 5 de Março de 1459 (82), a galegos e biscaínhos que trouxessem mercadorias — e o pão não seria de menor importância — ao porto de Aveiro, onde no sal encontrariam excelentes cargas de retorno.

A cidade do Porto sentiu também duramente a crise de pão dos anos 1438 a 1440. A solicitude do poder central em atenuar «a grande mingua que dell ham» levou à quitação da dízima do pão que aqui entrasse por mar (83).

Penetrando mais na área geográfica específica do nosso estudo, importa sublinhar que poucos anos antes, em 15 de Abril de 1435, na concórdia que pôs termo ao litígio entre a abadessa e o convento de Santa Clara de Vila do Conde e o soberano, por causa da dízima dos barcos que entrassem na foz do Ave, renunciou D. Duarte, em favor do mosteiro, à dízima dos navios «que vierem carregados com mercadorias, que carregarem em os Reynos de Castela, que devydamente, sem outro emgano, e de sua vomtade vierem pera o dito lugar de Vila de Comde» (84). Embora

---

(81) *Descobr. port.*, vol. II, p. 527.

(82) *Descobr. port.*, vol. II, p. 537.

(83) *Descobr. port.*, vol. II, p. 514.

(84) TAROUCA, Carlos da Silva — *O cartulário do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, sep. de «Arqueologia e História», Lisboa, 8.ª série, IV, 1947, p. 75.

A resolução da crise cerealífera na base de importações, além de ineficaz revelava-se desastrosa do ponto de vista económico e financeiro. A melhor forma de a superar, ou pelo menos atenuar, seria enveredar pela via do desenvolvimento agrícola. Disso tomou consciência D. Duarte, pois tendo verificado que nas zonas de fronteira havia portugueses que se radicavam em Castela, só vindo a Portugal de tempos a tempos para «adubar seus bẽes e colher os fructos, e os levam e fazem delles o que lhes praz», fixou o prazo de um ano para virem viver neles ou, então, para os venderem, caso contrário ficariam sujeitos à pena de confisco (*Orenaçoens do senhor Rey Dom Afonso V*, liv. 3 (tit. 44), Coimbra, 1792, pp. 165-166).

A situação descrita pelo rei repetir-se-á com os lavradores de Valença, na década de 1450, como única forma de evitarem a pesada taxação a que eram sujeitos (A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 135).

D. Duarte ordenou ainda que cada um dos lavradores de Lisboa semeasse cada ano «hũua quarta de milho», mas este esboço de impulso agrário foi de curta duração, como sugere um capítulo especial da vila de Avis, queixando-se nas cortes de Lisboa de 1455 das novas coutadas que no seu termo transformavam em matas roças

sem afirmar explicitamente que se trata de pão, podemos, assim, documentar relações económicas com Castela através deste porto nortenho.

Apesar das carestias de pão que afligiam o reino, particularmente a sul do Douro, na região do Alto-Minho documenta-se a saída de pão e vinho para Tui por Valença ([85]), para Baiona *por terra* ([86]), para Milmanda e Araújo por Castro Laboreiro ([87]), para a região de Límia pelos portos da zona de Lindoso, que permitiam controlar a estrada do vale do Lima ([87a]), pela barra do Minho para alguns pontos de Castela e outros reinos peninsulares e europeus ([87b]).

Não interpretamos o facto como sinal de abundante produção agrícola, mas como prova da intensa saca de pão que, a coberto dos privilégios de vizinhança e de licenças eventuais, foi aumentando até se tornar dramática em 1478. Segundo nos elucida um capítulo especial de Ponte de Lima às cortes desse ano em Lisboa, nesta vila e suas redondezas havia penúria de pão e carne «por seer dado lugar de pasarem destes rregnos pera Castela e Galiza as dictas carnes e pam e aquelles que assy custumam de o levar pera ffora do rregno apanham quanto podem de guisa que a terra ffica destriclitada *(sic)* de mantimentos e as gentes pereçem assy nas persoas come nas fazendas e *os pobres pereçem aa fome*» ([87c]). De acordo com o solicitado pelo procurador limiano, Fernando Amorim, anuiu D. Afonso V às medidas propostas para refrear a saca de pão. Resta saber até que ponto foram eficazes.

---

pouco antes produtoras de muito pão (A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso*, liv. 15, fl. 134v.). Por outro lado a referida ordenação de D. Duarte sobre a sementeira de «hũua quarta de milho», em 1477, tinha caído em desuso, pelo que os procuradores de Lisboa instaram nas cortes de Montemor-o-Novo, pelo seu cumprimento (A. N. T. T., *Estremadura*, liv. 7, fl. 155 v.).

([85]) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 40-40 v.

([86]) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 42 v.

([87]) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 41-41 v.

No século XVI continuava-se a importar trigo de Castela para abastecer o reino. Uma carta de quitação revela que D. Manuel incumbiu Tomás Coelho, cavaleiro de sua casa, de receber em Ovar «pam que se comprou nos portos da raya de Castella hos anos 521, 522...», sendo 8.844 alqueires de trigo, 549 de centeio e 136 de milho («Archivo Histórico Portuguez», Lisboa, X, 1916, pp. 9-10, que cita A. N. T. T., *Chanc. de D. João III*, liv. 32, fl. 26).

([87a]) Biblioteca Municipal de Ponte de Lima (B.M.P.L.), *Pergaminhos*, n.º 38. Ver apêndice II, doc. n.º 10.

([87b]) A. M. V. C., *Pergaminhos*, pasta 1, n.º 10. Apêndice II, doc. n.º 3.

([87c]) B. M. P. L., *Pergaminhos*, n.º 38. Apêndice II, doc. n.º 11.

Nestas cortes, os limianos queixaram-se também dos grandes estragos que as éguas e mulas faziam nas searas.

O sal, pela sua importância na alimentação e na conservação da carne e do pescado, constituiu um dos produtos mais intensamente transaccionados entre Portugal e a Europa desde os tempos medievais e ocupou lugar de relevo nas relações económicas do norte de Portugal com a Galiza e o reino de Castela.

Durante a baixa Idade Média, a Galiza abastecia-se largamente com o sal português, que chegava a atingir preços elevados, sobretudo, devido às dificuldades de transporte. A vontade de obviar à frequente e grave falta de sal levou os bispos de Mondonhedo a tentarem produzi-lo artificialmente, desde 1289, «en hornos levantados a orillas del mar, en los que se evaporabam grandes cantidades de «salsa», aprovechando para el consumo doméstico los resides de cloruro de calcio» (88).

Virgínia Rau estudou proficientemente os problemas da exploração e comércio do sal português (89). Limitar-nos-emos, por isso, a assinalar alguns vectores da sua penetração no reino de Castela. De modo geral, pode-se afirmar que a norte do Douro, o sal, como outras mercadorias portuguesas, penetrava no reino vizinho seguindo o curso dos rios Minho, Lima e Douro, ou através de caminhos a eles paralelos e, em alguns casos, com eles articulados. Com efeito, pelos capítulos de Valença às cortes de Lisboa de 1459, sabemos que esta vila era, em tempos pouco anteriores, um activo centro de venda de sal de Aveiro para a Galiza e para todo o vale do Minho, comércio nessa data prejudicado pelas violências e roubos perpetrados pelo alcaide de Melgaço, Fernão de Castro, à semelhança do que fizera o seu antecessor, Martim de Castro (90). Quer isto dizer que os mercadores que seguiam para a Galiza por Melgaço ou pelo caminho que da Ponte de Mouro levava ao Porto dos Asnos e Castro Laboreiro eram interceptados pelo alcaide de Melgaço e seus homens, bloqueando, assim, as ligações por terra entre Valença e a Galiza.

---

(88) RODRIGUEZ GALDO, Maria Xose — *Señores y campesinos en Galicia. Siglos XIV-XVI*, Santiago de Compostela, Ed. Pico Sacra, 1976, p. 137.

(89) *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de história económica*, Lisboa, I. A. C., 1951.

(90) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 36, fl. 162 v., transcrito em *Descobr. port.*, vol. I, p. 579.

Martim de Castro era alcaide dos castelos de Melgaço e Castro Laboreiro, em 1451 (BERNARDO PINTOR, P.e Manuel António — *Melgaço medieval*, Braga, 1975, p. 113). Quando o referido autor, *o. c.*, p. 114, afirma: «1483 — D. João II nomeou Fernão de Castro alcaide-mor de Melgaço, segundo apurou o Dr. Augusto César Esteves» deve tratar-se apenas da confirmação no cargo que já ocupava em 24 de Junho de 1459.

O comércio do sal nesta vila devia ser rendoso, pois estimulou o mercador de Valença, Afonso Lourenço, a construir, no porto local, uma barca com capacidade para carregar cinquenta tonéis. A primeira viagem que fez este apreciável meio de transporte foi para carregar sal, não já em Aveiro, mas em Setúbal. Porém, quando no regresso a barca passava junto da Berlenga foi assaltada e tomada pelos corsários ingleses, sofrendo o proprietário um prejuízo de mais de oito mil reais, que tanto valiam a barca e a mercadoria (91).

Mercê das dificuldades levantadas no mar pelos corsários, que, por vezes, chegavam a Valença, e em terra pelos alcaides de Melgaço (92) e pelos guardas dos portos e recebedores das sisas, em 1459, era escasso o tráfego do sal na vila de Valença (93).A estas causas deveremos acrescentar ainda o comércio directo entre a Galiza e Aveiro, intensificado desde alguns anos. Na verdade, em 1445 (94) e 1450 (95) foram outorgadas cartas de segurança aos estrangeiros — com menção explícita dos galegos — que trouxessem pão e pretendessem carregar o sal, tão estimado além Minho. Mais tarde, em 1481, os procuradores da vila de Aveiro defendiam nas cortes de Évora as vantagens da exportação do sal aveirense, intensamente procurado por «galeguos e outros estrangeiros muitos de fora dos regnos» (96), o que vem confirmar que o comércio directo da Galiza com Aveiro está também na base da decadência verificada no porto fluvial de Valença.

Os capítulos conjuntos de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez às cortes de Lisboa de 1459 revelam «que os guallegos de Monterrei e de Milmanda e de Araújo e doutras partes que amtiguamente sempre custumarom de viir a vossa feira dessa villa de Pomte de Lima que

---

(91) *Descobr. port.*, vol. I, p. 579. Apêndice II, doc. n.º 2. No século XV era essencialmente o sal de Aveiro e Setúbal que seguia por estas rotas para Castela. Nos séculos anteriores, porém, era o sal colhido nas salinas existentes a norte do Douro até Caminha que abastecia a região e ao mesmo tempo ia abrindo as vias de penetração no reino vizinho. Na sequência de Alberto Sampaio, Virgínia Rau menciona, entre outras, as salinas nortenhas de Matosinhos, Leça, Vila do Conde, Fão, Meadela (Viana) e da foz do Minho, onde, em 1411, o escrivão da Câmara de D. João I, Álvaro Gonçalves da Maia, diligenciava fazer três novas salinas (RAU, V. — *A exploração e o comércio do sal de Setúbal*, pp. 29-23).

(92) *Descobr. port.*, vol. I, p. 579.

(93) RAU, V. — *A expl. e o com. do sal de Setúbal*, p. 103, nota (49).

(94) *Descobr. port.*, vol. II, p. 527.

(95) *Descobr. port.* vol. II, p. 527.

(96) Citado por RAU, V. — *A expl. e o com. do sal de Setúbal*, p. 105.

se faz de quymze em quymze dias vinham com suas bestas e mercadorias aa dita feira e levavam dhi *muito sal* e outras cousas...» (97)

Apesar das dificuldades então levantadas por João de Magalhães, esta via continuava a ser fundamental nas relações económicas do Minho com a Galiza, por ela transitando o sal e o pescado fornecidos pelo mar português, como se vê pelo foral manuelino de Ponte de Lima, que distingue o pescado e marisco do peixe de água doce para efeitos de pagamento da portagem (98).

O porto de Freixo de Espada à Cinta é um dos mais importantes a norte do Douro nas relações comerciais com Castela. Os capítulos desta vila às cortes de Évora de 1481 informam que, além das frutas, cebolas e hortaliças da região, por ele passavam para Castela as sardinhas e o pescado que do litoral ali chegavam, depois de terem percorrido o vale do Douro (99). A cidade do Porto era o grande centro de distribuição de sal para o norte interior e para Castela por Freixo. Quando, porém, uma ordenação do Regente D. Pedro proibiu aos vizinhos do Porto a comercialização da «barra adentro», muitos navios passaram a ir vendê-lo à Galiza (100).

(97) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 20.

(98) Biblioteca Municipal de Ponte de Lima (B. M. P. L.), *Foral manuelino*, fl. 9. «E de carga mayor de pescado ou marisco huum rreal e çinquo çeptiis. E quem levar de meya arrova pera baixo nam pagara. E do pescado d'agoa doçe atee meya arrova nam pagara portagem nem fara saber assi da venda como da compra sendo soomente truytas bordallos ou boogas e de hi pera baixo».

(99) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 77.

Não era só da região de Freixo que se iam vender as ***novidades*** agrícolas a Castela. Essa prática tinha sido proibida, anos antes, por D. Afonso V, devido às hostilidades com Castela. Por isso, os procuradores do Algarve às cortes de Montemor-o-Novo, de 1477, apresentaram o seguinte capítulo: «Outrossy, senhor, pedimos a vossa alteza que nos de luguar que possamos vender e levar nosas novidades pera os Reinos de Castela sem embargo de vosa defesa porquanto he voso serviço e acrecentamento de vosas rrendas e muito proveito do povo que em outra maneira fficariam as novidades em casa por vemder como este anno e o anno pasado ficarão em que vosas rremdas rreceberão grande falimento e o povo perdido e muyto daneficado o que vos muito teremos em singular merce.

Responde o príncipe (*futuro D. João II*) que por ora não ha por bem de levarem suas mercadorias a Castela nem de llaa trautarem nem fazerem em elo alguma enovação e que esto ha por mais serviço e proveito deles que o que requerem que posto por algũa parte pareça proveito, por outros rrespeitos se segue dapnos» (A. N. T. T., *Cortes*, maço 2, n.º 14, fl. 142 v.).

(100) MORENO, H. C. Baquero — *A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações interregionais nos fins da Idade Média*, in *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal. Actas do Colóquio*, Lisboa, Acad. Port. da Hist., 1975, p. 208.

As ligações comerciais do Porto com Bragança, Chaves, Lamego, Viseu e outras partes eram feitas por almocreves (101). Embora no caso de Freixo de Espada à Cinta fosse lícito pensar numa articulação entre as vias fluvial e terrestre e consequentemente na colaboração entre barqueiros e almocreves, como acontecia no Minho e no Lima, os capítulos especiais desta vila às cortes de Lisboa de 1439 deixam bem claro que o transporte da Torre de Moncorvo e, *a fortiori,* de Freixo ao Porto e a Coimbra era feito pelos almocreves (102), que na viagem de retorno levavam sal, «sardinhas e pescados» que, em parte, e com as novidades da terra iam vender ao reino de Castela (103).

Daqui poderemos concluir que, embora o rio Douro fosse navegável pelo menos até à Régua, a sua utilização, no século XV, não era compensadora. Se o fosse, não dispuríamos de tantas provas da frequência dos recoveiros transmontanos e beirões na cidade do Porto e em Matosinhos.

No âmbito do presente estudo reveste-se de interesse especial o comércio dos panos, que durante todo o século XV foi objecto de diversas intervenções régias. Conforme era necessário atrair os mercadores e panos estrangeiros ou restringir o seu afluxo, assim vemos os nossos reis concederem ou revogarem privilégios relativos à comercialização destes produtos. Assim procedeu D. João I, que tendo facultado aos mercadores estrangeiros venderem panos a retalho através do reino, em Fevereiro de 1414 lhes revogou o privilégio (104). Não obstante, os panos estrangeiros continuaram a chegar às nossas vilas e cidades e, em 3 de Janeiro de 1444, há notícia de muitas peças de panos de Brabante, Comines, Bristol, Tournai, Irlanda, *Castela,* Bretanha, Londres, Hull, Bruges, Aragão, Perpinhão, Barcelona, etc., entrados na alfândega do Porto (105).

Por estes anos continuava o país a debater-se com falta de pão e outros

---

(101) MORENO, H. C. Baquero — *A acção dos almocreves...* in *Papel das áreas regionais...*, pp. 207 e 209.

(102) A. N. T. T., *Além Douro,* liv. 3, fl. 281 v.-282.

(103) A. N. T. T., *Além Douro,* liv. 3, fl. 77.

(104) *Descobr. port.,* vol. II, p. 89.

Os estrangeiros davam grande relevo ao comércio a retalho pelas vantagens que oferecia. Um capítulo especial da vila de Faro apresentado às cortes de Santarém, de 1451, esclarece que esse comércio era exercido por naturais do reino, como intermediários e por conta de ingleses, flamengos e outros estrangeiros (*Descobr. port.* vol. II, pp. 340-341).

(105) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V,* liv. 35, fl. 10 v., citado em *Descobr. port.,* vol. II, p. 524.

géneros alimentícios, persistindo o poder central na política de atracção de produtos estrangeiros mediante a concessão de variados privilégios. Assim procedeu, em 17 de Dezembro de 1442, em relação à vila alentejana de Mértola, isentando do pagamento da nova dízima todas as pessoas que aí levassem mercadorias vindas por mar, exceptuando, no entanto, os panos de Castela, que não gozariam dessa regalia (106). Compreende-se a posição do Regente, Infante D. Pedro, dado que em relação aos bens alimentares era necessário conceder o máximo de facilidades e quanto aos tecidos convinha não privilegiar nenhum a fim de estimular o regime de concorrência entre estrangeiros, num país que, na expressão de João Lúcio de Azevedo, desde o reinado de D. Sancho I, deles era «forçado consumidor» (107). Não eram só os mercadores estrangeiros que introduziam em Portugal panos de fora. Os portugueses traziam também como carga de retorno sedas e outros panos finos de várias cores, além de tecidos mais grosseiros de uso comum (108).

Fixando-nos na área a norte do Douro, podemos determinar alguns

(106) A. N. T. T., *Chanc. de Afonso V*, liv. 23, fl. 45 v.; resumido em *Descobr. port.*, vol. II, p. 522

(107) AZEVEDO, João Lúcio de — *Elementos para a história económica de Portugal (séc. XII a XVII)*, introdução de Jorge Borges de Macedo, Lisboa, I. S. C. E. F., 1967, p. 52.

(108) Em época de dificuldades económicas era normal que houvesse restrições ao uso de panos de cor e de melhor qualidade, situação repetida, aliás, desde a já centenária pragmática afonsina de 1340 (MARQUES, A. H. de Oliveira — *A pragmática de 1340*, in *Ensaios de história medieval portuguesa*, Lisboa, Portugália Editora, 1965, pp. 127-150). Mesmo assim não faltava quem desrespeitasse tais normas, contando-se nesse número, além de outros, os mouros e judeus, contra os quais foi apresentado, nas cortes de Santarém de 1451, um capítulo, aprovado pelo monarca, proibindo-lhes mais uma vez o uso de panos de seda (A. N. T. T., *Cortes*, maço 2, n.º 14, fl. 4 v.). Nas cortes de Lisboa de 1459, foi pedido a D. Afonso V que proibisse o uso de panos de seda de côr mesmo aos moradores da sua casa. Os procuradores dos concelhos fundamentavam o seu pedido alegando que as pessoas dadas ao luxo, não tendo com que o suportar, se dedicavam a furtar e a outros maus usos, tornando-se, por isso, necessário e urgente erradicar a causa de tantos males.

Mercê das reclamações das cortes ficou restringido o uso dos panos de seda aos «cavalleiros, fidalgos, doutores e suas molheres e as donzellas suas e os Iffantes e duque e seus primos sob penna de perder todo o que assi trouver o dito pano de sirguo ou outra qualquer cousa em que elle seja posto, todo pera quem o acusar...» (A. N. T. T., *Cortes*, maço 2, n.º 14, fl. 22 v.). Anos mais tarde, em 1473, volta o povo a reclamar, mas agora contra o que se passava na corte de D. Afonso V e, no intuito de o levar a reduzir as despesas da sua casa, pede que não sejam levadas para lá crianças muito novas, salvo em casos especiais, que se dispensem os aios, etc., e propõe

portos por onde entravam ou se concentravam os panos de Castela, devendo-se contar ainda outras entradas, sem esquecer as clandestinas.

Em primeiro lugar figura, sem dúvida, a cidade do Porto, onde chegavam tecidos vindos dos principais centros *industriais* europeus, inclusive de Castela. O facto de, em 11 de Setembro de 1457, D. Afonso V autorizar os mercadores do Porto e seu almoxarifado que costumavam ir a Castela a «meterem outros tantos panos de Castela em estes cinquo annos seguintes que se começaram primeiro dia de Janeiro de IIII^{c}LVIII como metestes nos cinquo annos que se acabarom o dicto primeiro dia de Janeiro...» é garantia da sua capacidade abastecedora de parte significativa do reino. Como recompensa destes e de outros serviços, ordenou el-rei que lhes fosse recebido por dízima um pano pardo, de pior qualidade e menor preço ([109]).

Na linha do Minho, o centro mais importante de comércio de panos com a Galiza e Castela era a vila de Valença. No entanto, num capítulo especial desta vila, apresentado às cortes de Évora de 1444, colhe-se a informação de que, por essa altura, os mercadores galegos e castelhanos que ali costumavam trazer ferro, aço, *panos*, etc., deixavam de vir, mercê das violências de que eram alvo por parte das autoridades fiscais portuguesas, seguindo-se daí grave quebra no comércio local e no rendimento das sisas. Pediam, por isso, os procuradores de Valença faculdade para proteger os mercadores que ali chegassem por via fluvial ou terrestre, com todas as suas mercadorias, navios e bestas, o que lhes foi outorgado pelo espaço de um ano ([110]).

O maior afluxo, porém, devia processar-se pela fronteira leste, dada a proximidade com o coração económico de Espanha, onde, como observa Orlando Ribeiro, se cultivava o trigo, se criavam as ovelhas merinas e se situavam as indústrias dos panos ([111]). O desejo de intensificar o comércio dos panos com Castela na fronteira do leste transmontano está patente na isenção da dízima concedida por D. Afonso V aos panos de lã ou de seda que de Castela, Aragão e Navarra chegassem à feira de Bragança

---

que lhes sejam dadas as refeições em sala comum, vestido e calçado honesto «*sem pano de seda nem outra maneira custosa...*» (A. N. T. T., *Cortes*, maço 2, n.º 14, fl. 64 v.-65).

Fica deste modo bem marcado o contraste entre as excessivas despesas com o luxo da corte, que o povo pagava, e as dificuldades por ele vividas no quotidiano.

([109]) *Descobr. port.*, vol. I, pp. 576-577.

([110]) *Descobr. port.*, vol. II, p. 525.

([111]) RIBEIRO, Orlando — *Introduções geográficas à história de Portugal. Estudo crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1977, p. 31.

pelo porto dessa vila (112), o mesmo se verificando em relação à feira de Miranda do Douro (113).

Mais importante do que qualquer destes portos no comércio dos panos de Castela era o de Freixo de Espada à Cinta, como se pode verificar pelos capítulos especiais desta vila apresentados às cortes de Lisboa de 1439 e confirmados no Porto, em 25 de Julho de 1462, por D. Afonso V, recém-chegado da sua volta ao Minho (114). Neles se fez eco o concelho de Freixo das exigências de Martim Afonso, recebedor no almoxarifado da Torre de Moncorvo, que os constrangia a levarem com suas bestas cargas de panos — por certo vindos de Castela — às cidades do Porto e de Coimbra. Os mesmos capítulos revelam o extremo rigor do «rrecebedor e [*do*] escripvam das dizimas sisas dos panos de Castela que vem pollo dito porto por quanto nos levam dizima e sisa das rroupas feitas e d'alguuns rretalhos de panos que trazemos pera nosso vestir assy como se fossemos mercadores e ho ouvessemos de vemder». A existência destes recebedor e escrivão confirma a importância específica deste porto no comércio de tecidos com Castela. Neles se alude ainda à distinção que os funcionários alfandegários não faziam entre as pessoas que traziam de Castela panos para uso próprio e produtos para seu consumo e os mercadores que os traziam ou importavam com fins lucrativos. Mas o excesso de *zelo* ia mais longe, chegando os rendeiros dos portos dos panos de Castela a varejar as casas dos tosadores e alfaiates em busca de panos procedentes de além fronteira, confiscando quantos encontravam, «posto que mais nam seja que sete ou oito covados». E como se isto não bastasse, não se coibiam de exigir a homens e mulheres prova bastante acerca da procedência das *saias* que traziam vestidas, mesmo quando feitas há mais de dois ou três anos, confiscando-as se não a consideravam suficiente (115).

Medidas tão repressivas devem ter obrigado os mercadores e os vizinhos de Freixo de Espada à Cinta a retrairem-se de trazer panos de Castela, provocando uma descida vertiginosa nas rendas que os citados funcionários pretendiam ver aumentadas. Conscientes do efeito nefasto da intolerância e abusos fiscais, para atingirem de novo as cifras previstas ou esperadas de tais dízimas e sisas, tentaram obrigar os vizinhos e moradores de Freixo a trazer os panos, cujo comércio antes reprimiram! É o que se

(112) RAU, V. — *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, p. 168.

(113) RAU, V. — *Subsídios...*, p. 74.

(114) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fls. 281 v-282. Apêndice II, doc. n.º 1.

(115) A. N. T. T., *Cortes*, maço 2, n.º 14, fl. 34.

infere de um capítulo da referida vila, que nas cortes de Évora de 1481, pediu providências para que não *constrangessem os seus vizinhos e moradores a trazer panos quando regressassem de Castela, onde levavam cargas de sardinhas, pescado e frutas, cebolas e hortaliças* e donde, normalmente, traziam «pam pera seu comer e dinheiro e queijos pera suas casas». E acrescentam que o produto — em dinheiro e em géneros — retirado da venda das mercadorias levadas a Castela não atingia o valor suficiente para comprar quatro ou cinco côvados de pano (116), deixando-nos, assim, uma imagem viva das modestas transacções comerciais por eles realizadas além fronteiras.

Antes de encerrar este ponto, desejamos esclarecer que de Portugal também se exportavam panos de linho e de estopa para Castela. É sintomático até que sejam funcionários públicos a dedicar-se a este comércio por mandado e serviço del-rei. Na verdade por um extenso documento de 21 de Fevereiro de 1453, publicado por Iria Gonçalves, sabe-se que Vasco Afonso, escudeiro e recebedor no almoxarifado de Torre Moncorvo gastou cinco mil e cem reais com o «mantimento de dous homes que com elle Amdarom na comarca da beira a comprar ho dicto pano de linho E çera que asy levou a Castella E esso meesmo de mantimento do tempo que nos dictos Regnos de Castella handou per nosso serviço...» (117), a fim de os vender nas feiras de Medina (118).

O gado ocupava um lugar importante na economia medieval, não só pelos recursos que oferecia nos domínios da alimentação, da *indústria*, do trabalho e do comércio, mas também por ser aceite como padrão de capital. Compreende-se, por isso, que tanto em Portugal (119) como em

(116) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 77.

(117) GONÇALVES, Iria — *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*, Lisboa, 1964, p. 252.

O comércio dos panos de Castela, vencidas as dificuldades surgidas num ou noutro porto, continuou a expandir-se a ponto de mais ao sul, no almoxarifado da Guarda, o «arrendamento das rendas dos pannos de Castela» ter atingido, nos anos de 1503 e 1504, a soma de 39.000 reais («Archivo Histórico Portuguez», Lisboa, I (11) 1903, p. 404, que cita A. N. T. T., *Beira*, liv. 3, fl. 84).

(118) GONÇALVES, Iria — *o. c.*, p. 255.

Aí se indicam os anos em que se procedeu à venda de panos de linho e estopa (e além disso cera), nas feiras de Medina, referindo-se também as quantidades vendidas e respectivos preços.

(119) *Ordenaçoens do senhor Rey Dom Afonso V*, liv. III (tit. 36), Coimbra, 1792, p. 284-285, transcrito em *Legislação agrária ou collecção de leis...*, compilada por A. G. Ramalho, vol. II, p. 166.

Castela ([120]) fosse contado entre as coisas cujas sacas eram proibidas, mesmo em tempo de paz.

A importância do gado e do pastoreio nas relações económicas luso-castelhanas emerge claramente num minucioso estudo de Maria José Lago. Trindade ([121]), em que a autora analisa preferentemente a prática da pastorícia nas regiões das Beiras e Alentejo.

O gado e a pastorícia figuram nas cartas de privilégio outorgadas por D. Afonso V durante a sua visita ao Minho ou confirmadas posteriormente. Assim, os homens bons da vila galega de Baiona, na queixa apresentada ao soberano contra os alcaides portugueses das sacas alegaram que lhes perturbavam o antigo costume de vizinharem com os súbditos portugueses e de atravessarem a fronteira com *gados, cavalos*, armas, moedas, etc., sem lhes ser posto qualquer embargo, conquanto se tratasse de coisas proibidas por lei geral ([122]). Adiantaram, contudo, que só faziam tais travessias com gados recebidos em dotes de casamento ou, quando comprados, na medida em que eram necessários à sua vida de agricultores, excluindo a prática de contrabando. O mesmo foi afirmado, em 1467, pelo concelho e homens bons de Monforte de Rio Livre ([123]). Os moradores de Valença mencionaram a troca de bois por bois e bestas como prática antiga na vizinhança com as comarcas da Galiza e agora, se não interrompida, muito limitada ([124]). Por sua vez, os emissários de Castro Laboreiro queixaram-se também dos guardas dos portos que, atentando contra o costume antigo, os não deixavam tratar e vizinhar com os de Milmanda e os de Araújo, nem «hirem paçer com seus gados» e acrescentavam que «assi meesmo y (*nos montes de Laboreiro*) o faziam os dos ditos lugares» ([125]). A prática de vizinhança no domínio do pastoreio está ainda documentada em relação a Vila Nova de Cerveira ([126]).

Não custa aceitar que noutras localidades que solicitaram a confirmação de privilégios baseados na prática antiga de vizinhança estivesse também incluído o concernente à passagem de gados e ao pastoreio. Sendo

---

([120]) SUAREZ FERNANDEZ, Luis — *o. c.*, p. 138.

([121]) *Alguns problemas do pastoreio, em Portugal, nos séculos XV e XVI*, in «Do Tempo e da História», Lisboa, I, 1965, pp. 113-134.

([122]) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 41.

([123]) A. N. T. T., *Além Douro*, liv 3, fl. 36 v-37.

([124]) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 40 v.

([125]) A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 41-41 v.

([126]) A. N. T. T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 166, citado por TRINDADE, Maria José Lago — *o. c.*, p. 123.

assim, o facto atingiria ainda maior amplitude no vale do Minho, onde deveríamos averbar Caminha, Monção, Valadares e Melgaço com seus termos. E não se pense que o curso do Minho constituiria obstáculo intransponível. Na actualidade continua a instalar-se gado bovino e miúdo nas ilhotas deste rio, a jusante de Vila Nova de Cerveira. Podemos ainda adiantar que, no século XV, os vaqueiros galegos penetravam, por vezes, com suas manadas em regiões minhotas muito afastadas da fronteira, como consta de uma sentença de D. Afonso V, datada de 1 de Julho de 1460, a favor do mosteiro de Sta. Maria de Carvoeiro (termo de Viana) e contra o Duque de Bragança, segundo a qual, além dos vaqueiros de Monção e de Castro Laboreiro, também os da Galiza chegavam a vir apascentar seus gados aos montes do couto de Carvoeiro ([127]).

Como vimos, durante o século XV, as dificuldades à prática do pastoreio só eram levantadas pelos guardas dos portos e outros agentes portugueses do fisco. Nos princípios do século XVI, porém, a situação começou a alterar-se como consta do foral manuelino de Castro Laboreiro, que estabelece: «...e quanto aos de Castela ou Galiza decraramos que naquelles lugares de Cella Nova ou Mylmanda omde os portugueses paçiam de graça por pacerem assy de graça na dicta terra os gallegos della mandamos que estes taaes se quyserem tornar aa vizinhança em que dantes estavam nam paguem nada fazendo se qua sem malicia... doutra maneira pagaram... segundo em Galiza levaram dos montados aos portugueses...» ([128]).

---

[127] A. D. B., *Convento e Mosteiro de Carvoeiro*, maço 96, «*Sentença da jurisdição do Couto de Carvoeiro dada no anno de 1642*», fls. 67-67 v.

Esta sentença é reflexo das violências, aliás bem documentadas, cometidas pelo Duque de Bragança, D. Afonso, contra outros senhorios existentes no âmbito dos seus domínios. Em relação ao mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro, termo de Viana numa tentativa de se apoderar dos montes do seu couto, mandou, em 14 de Março de 1460, o meirinho da vila de Barcelos expulsar «per força poderosa muito com muita gente de pé, e cavalo» os vaqueiros que tinham arrendado os montes do couto de Carvoeiro. Chegada ao local, a força de intervenção do Duque desempenhou-se da sua missão «*dando em elles, e pondo foguo as cazas, e cabanas dos dittos vaqueiros, e lhes tomaron dous grandes touros, dizendo que lhos tomavam pellos direitos que avião devido...*». E o articulado da sentença acrescenta «*que o ditto Duque novamente per sua força e poderio fizera vir vaqueiros dos termos de Gualiza e lhes dera per arrendamento os ditos montados maninhos que os comessem e passessem com seus guados*».

Agradeço ao meu colega e amigo, Sr. Dr. José Viriato Eiras Capela a revelação e amável cedência deste documento.

[128] Citado por TRINDADE, Maria José Lago — *o. c., p.* 117.

Quebra-se, assim, por iniciativa dos moradores de Celanova e Milmanda, o costume de compáscuo gratuito existente até ao fim do século XV de ambos os lados da fronteira, na serra de Laboreiro.

★

Chegados ao termo desta longa exposição, em que tantas queixas do povo se ouviram, quer apresentadas em cortes, quer em pedidos directamente feitos ao rei, poderemos formular algumas conclusões relativas ao tema. Prevenimos, de início, que não se tratava de um estudo exaustivo; não podem, por isso, as conclusões ser apresentadas, globalmente, como definitivas.

Entretanto, uma das notas mais insistentemente vincadas pela documentação é o clima de cordialidade, em geral existente nas fronteiras norte e leste. É mesmo curioso verificar que nas cortes de Montemor-o-Novo, os procuradores do Algarve se fizeram eco do desejo das gentes dessa província de poderem continuar a vender em Castela as suas novidades agrícolas, apesar de se estar em pé de guerra com o reino vizinho (129).

Em contrapartida, as relações comerciais por mar e as companhas de pesca eram muitas vezes perturbadas, sobretudo a norte do Douro e nas costas da Galiza, além de outros, por piratas ou «ladrões galegos d'armada» (130).

A contrastar com o estado de espírito das populações luso-castelhanas da raia, deparamos com uma exagerada acção fiscalizadora, fonte de reclamações e factor de tensões entre as populações e os guardas dos portos e demais oficiais do fisco. Mercê dos privilégios outorgados por D. Afonso V aos concelhos da bordadura do Minho, durante a visita que fez àquelas paragens nortenhas, houve, temporariamente, certo alívio da pressão fiscalizadora nessa zona e noutros pontos da fronteira, como Castro Laboreiro e Monforte de Rio Livre.

Ao longo do século XV é notória a preocupação do poder central em resolver de forma adequada os graves problemas com que o país se debatia. Nomeadamente, em relação ao problema do pão, desenvolve uma

(129) A. N. T. T., *Cortes*, maço 2, n.º 14, fl. 42 v.

(130) A. M. V. C., *Pergaminhos*, pasta 2, n.º 12.

Por imperiosas razões de falta de espaço desistimos de tratar esta questão, bem merecedora, aliás, de um estudo desenvolvido, em ordem à melhor compreensão de diversos aspectos das relações económicas e humanas luso-castelhanas.

política de atracção de mercadores e cereais estrangeiros que abasteçam as praças dos principais centros urbanos do litoral e do interior. Tal política baseava-se na concessão generalizada de regalias, concretamente cartas de segurança de pessoas e bens e/ou redução de impostos alfandegários.

Reconhecida, no entanto, a insuficiência e a inviabilidade de solucionar o problema da falta de pão através da importação sistemática, nota-se, a partir do reinado de D. Duarte, uma tentativa de estímulo da produção agrícola, fracassada poucos anos depois.

Ao nível subregional, pudemos documentar a importância das vias comerciais existentes ao longo dos rios Minho, Lima e Douro. Simultaneamente, sobressaiem como polos de irradiação comercial para o interior nortenho e para Castela as vilas de Valença, Ponte de Lima e Freixo de Espada à Cinta, que funcionam como entrepostos das mercadorias procedentes do litoral com destino a Castela ou, em sentido inverso, de Castela rumo ao litoral. É lícito ainda concluir que as relações económicas com Castela se processavam também por locais não habilitados, vigorando, assim, mais ou menos intensamente, conforme as circunstâncias, a prática de contrabando.

Embora não se disponha de dados quantitativos, o contacto com a documentação deixa-nos a convicção de que o volume das importações superava o das exportações.

As relações económicas com o reino de Castela no século XV, muitas vezes praticadas no ambiente festivo das romarias do norte de Portugal, enriquecidas por feiras a que não faltava a sua paz específica — *a paz da feira* — alimentaram as antigas relações humanas luso-castelhanas, frequentemente seladas por laços matrimoniais.

APÊNDICES

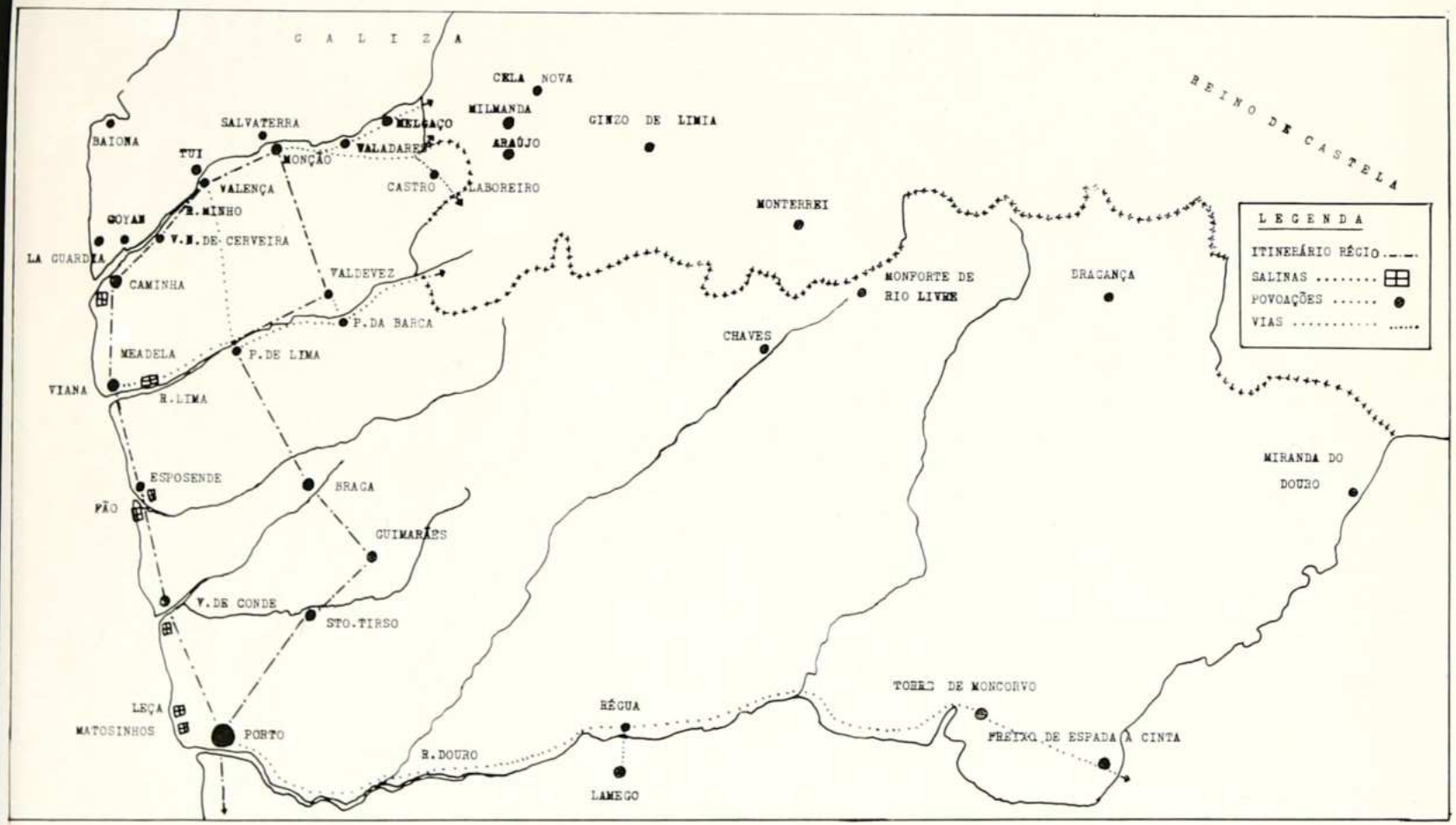
1

Itinerário de D. Afonso V pelo Minho, em meados de 1462

Ano	MÊS	Dia	LOCALIDADES	FONTE: A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1,
1462	Abril	12	Santarém	fl. 36 bis v.
»	Maio	13	»	fl. 36 v.
»	»	6	»	fl. 36 v.
»	»	7	»	fl. 36 bis.
»	»	8	»	fl. 36 bis v.
»	»	9	»	fl. 36 bis v.
»	»	10	»	fl. 36 bis v.
»	»	11	»	fl. 37.
.....	.....	.....	.....	.....
»	Junho	4 (1)	Lisboa	fl. 28 v.
»	»	9 (1)	Coimbra	fl. 38.
»	»	12	»	fl. 38.
»	»	13	»	fl. 38.
»	»	17	Porto	fl 39.
»	»	18	»	fl. 48.
»	»	20	»	fl. 38 v.
»	»	21	»	fl. 38 v.
»	»	23	»	fl. 48.
»	»	27 (2)	Viana da Foz do Lima	fl. 47 v.
»	»	26	Caminha	fl. 39.
»	»	30	Valença	fl. 42.
»	Julho	1	»	fl. 39.
»	»	2	»	fl. 40.
»	»	3	»	fl. 40 v.
»	»	4	Monção	fl. 40 v. — 41.
»	»	5	»	fl. 41.
»	»	7	Ponte de Lima	fl. 41 v.
»	»	8	»	fl. 41 v.
»	»	9	»	fl. 42 v.
»	»	10	Braga	fl. 41 v.
»	»	12 (3)	»	fl. 45.
»	»	14	Guimarães	fl. 42 v.

Ano	Mês	Dia	LOCALIDADES	FONTE: A. N. T. T., *Chanc de D. Afonso V*, liv. 1,
1462	Julho	15	Guimarães	fl. 43.
»	»	16	»	fl, 43 v.
»	»	17	»	fl. 44 v.
»	»	18	«	fl. 44.
»	»	20	Porto	fl. 45 v.
»	»	21	»	fl. 45. v.
»	»	22	»	fl. 46.
»	»	23	»	fl. 45 v.
»	»	24	»	fl. 46.
»	»	25	»	fl. 47.
»	»	26	»	fl. 47.
»	»	27	»	fl. 47 v.
»	»	28	»	fl. 50.
»	»	29	»	fl. 50 v.
»	»	30	»	fl. 51 v.
»	»	31	»	fl. 52.
»	Agosto	3	»	fl. 61 v. (4)

(1) Informação colhida no «Archivo Histórico Portuguez», III, p. 66.
(2) Ver nota (7) do artigo.
(3) Ver nota (14) do artigo.
(4) Informação extraída do «Archivo Histórico Português», III, p. 69.


G A L I Z A
CELA NOVA
MILMANDA
GINZO DE LIMIA
REINO DE CASTELA
SALVATERRA
MELGAÇO
BAIONA
ARAÚJO
TUI
MONÇÃO
VALADARES
VALENÇA
CASTRO LABOREIRO
MONTERREI
R. MINHO
GOYAN
V.N. DE CERVEIRA
LA GUARDIA
CAMINHA
VALDEVEZ
MONFORTE DE RIO LIVRE
BRAGANÇA
P. DA BARCA
CHAVES
MEADELA
P. DE LIMA
VIANA
R. LIMA
MIRANDA DO DOURO
ESPOSENDE
BRAGA
PÃO
GUIMARÃES
V. DE CONDE
STO. TIRSO
TORRE DE MONCORVO
LEÇA
MATOSINHOS
PORTO
RÉGUA
FREIXO DE ESPADA À CINTA
R. DOURO
LAMEGO
LEGENDA
ITINERÁRIO RÉGIO
SALINAS
POVOAÇÕES
VIAS

II

DOCUMENTOS

N.º 1

1440, Janeiro, 9 — Lisboa

Capitulos especiais da vila de Freixo de Espada à Cinta apresentados às cortes de Lisboa de 1439, confirmados por D. Afonso V, no Porto, em 25 de Julho de 1462.

A. N. T. T., Além Douro, *liv. 3, fls. 281 v.-282.*

«Aa villa de Freixo Espada Cinta. Capitollos especiaees per que lhe nam sejam tomadas suas bestas pera servirem com carguas del Rey salvo as que andarem ao ganho e que lhe nam seja demandada sisa das rroupas feitas e dalguuns retalhos de panos etc. e outros a que he provido per respostas.

Dom Afomsso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que per parte do concelho e homes boons da nossa villa de Freixo d'Espada Cinta nos foram apresentados certos capitollos que per nos lhe foram outorgados em as cortes que fizemos em a nossa cidade de Lixboa em temdo o Ifante Dom Pedro meu tio que Deus aja ho rregimento por nos os quaees sam estes que se ao diante seguem:

Dom Afomsso etc. A todolos juizes justiças e officiaaees e pessoas de nossos rregnos e a quaeesquer outras pessoas de nossos rregnos e a quaeesquer outros a que ho conhecimento desto pertemcer per quallquer guisa a que esta carta for mostrada saude.

Sabede que nas cortes que per graça de Deus fizemos em esta mui nobre e mui leall cidade de Lisboa neste mes de Dezembro que ora foy do anno do nciimento (*sic*) de nosso Senhor Jhesus Cristo de mil e IIII^{c}XXXIX annos per parte do comcelho e homens bonns da villa de Freixo d'Espada Cinta per Luís Eannes que por seu procurador a ellas veo nos foram dados certos capitollos especiaees dos quaees com suas rrepostas ao pee de cada huum ho theor tall he:

— Sennhor ho comcelho e homes boons da vosa villa de Freixo d'Espada Cinta muito homilldosamente enviamos beijar vosas maãos e nos encomendamos em vosa merçe a que praza saber que nos avemos privillegios dos rrex antiguos e per vos confirmados que nenhuum homem de Freixo nem seu termo nom serva em ostes nem em chamadas nem dem ajuda pera ello porque estamos em frontarya e ssennhor vossa merce sabera que polla frontarya em que estamos com Castella que nam he mais de mea legoa nos vellamos e guardamos sempre o castello da dita villa de quatro em

cinco e seis vellas cada noute e asy guardamos de dia e mais ho alcaide que esta no dito castello esto todo se pagua aa custa do dito concelho e dos moradores da dita villa e termo della. Outrossy antre nos e Castella ha quatro e cimquo portos no rrio do Douro os quaees se aconteçem per muitas vezes serem guardados pellos moradores da dita villa e termo assy de dia como de noute por guardar ho voso serviço e nom embarguando as liberdades franquezas que nos assy foram dadas e outorguadas per os rrex que ante vos foram e per vos confirmadas, agora Martim Afomsso que aquy he rrecebedor no almoxarifado da Torre de Mem Corvo manda aos juizes da dita villa de Freixo que costranguam os moradores da dita villa e seu termo que com suas bestas que ham de servidoeem de suas casas vão ao dito lugar da Torre pera lhe levarem vosas *[fls. 282]* carreguas de panos e outras cousas aa cidade do Porto e a Coimbra e outras partes imdo comtra nossos privillegios que nos sempre foram guardados e nom esguardamdo os trabalhos que sempre ouvemos por vosso serviço como dito he. Pedimos ssennhor a vossa merce que nos mamde dar vosa carta pera os juizes da dita villa per que nos nam costramguam nossas bestas pera as ditas carreguas per mamdados nem alvaraaees do dito Martim Afomsso rrecebedor nem doutros almoxarifes de depos elle vierem por assy sermos privilligiados e estamos em fromtaria e comtinuadamente avemos os trabalhos suso ditos por voso serviço em a dita villa como dyto he moormemte que arredor da dita vylla da Torre ha outros luguares muitos que nom jazem em fromtaria como este. Sennhor nos farees merce. Item rreposta. Ja desto ouverom rrolaçam desembarguo que as bestas do dito luguar que a ganho andarem sejam costramgydas quamdo comprir pera estas cargas del Rey por seus dinheiros e outras bestas nom e assy mandamos que se faça. Outrosy ssennhor fazemos saber aa vossa merce que esta villa he pequena e de pequeno termo e moram em ella pouca jemte e rreccebemos grande agravo per vosso rrecebedor e escripvam das dizimas e sisas dos panos de Castella que vem pollo dito porto por quamto nos levam dizima e sisa das rroupas feitas e d'alguuns rretalhos de panos que trazemos pera nosso vestir assy como se fossemos mercadores e ho ouvessemos de vemder.

Senhor pedimos vos por merçe que nos mandees dar vosa carta per que nam paguemos dello dizima nem sisa das ditas rroupas feitas e rretalhos que assy trouvermos pera nosso vestir semdo feito sem malicia.E em esto ssennhor nos farees gramde merce. Item reposta quamto he a sisa que lhes he rrequerida de taaees rroupas e rretalhos pera seu vestir sem malicia nos praz lhe nom ser demandada e na parte da dizima se nam pode escusar qua desto he nosso direito rreall.

Outrosy sennhor fazemos saber aa vossa merçee que em cada huum anno em a dita villa vos he dado huum homem que tira e rrecebe os vossos foros e direitos que em a dita villa e termo a vossa merce ha e de poucos tempos o vosso comtador os arrenda e sam rrendados a rremdeiros segumdo se arrendam todallas outras vossas rremdas. Pedimos vos por merce que nos mandees dar vosa carta que quamdo os ditos foros e direitos forem arrendados que os rremdeyros que os tiverem arremdados que os rrecebam e rrendem segundo se custuma rreceberem todollas outras vossas rremdas e que nos nom tenhamos cargo de os rrequerer nem poermos homem que ho rrecade quamdo hy ouver rremdeiro como dito he e em esto ssemhor nos farees merce. Item rreposta praz nos ser lhes assy feito por que nos pareçe que demandam justamente. Outrosy ssemhor fazemos saber aa vosa merce que em este luguar ha alguuns que foram testamenteiros d'alguuns finados e por quamto a terra he em ssy prove e apertada nom sam gastadas nem foram amte do anno e dia pellas almas dos

passados os beens que assy leixaram que se despendessem per suas almas. E porem ssennhor nos tememos de nos serem demandados do rresido pella quall rrezam vira gramde dano e perda ao dito lugar e seu termo. Sennhor pedimos vos por merce que nos mandees dar vosa carta per que taaees beens nom sejam dados de rresido e nos dees luguar que da dada da vassa carta a dous annos se despendam pollas almas dos passados e em esto ssennhor farees gramde serviço a Deus e a nos grande merce Item rreposta se ainda taaees bens nom ssam demamdados pello rresido praz nos averem huum anno d'espaço a que cumpram os testamentos. E pedi<u> nos por merce ho dito procurador que lhe mandasemos dar hũuna nossa carta com ho theor dos ditos capitollos e nossas rrepostas por que lhe eram necessarias. E visto seu pedir e rrequerimento lhos mandamos asy dar segundo suso dito he. Porem nos mandamos que lho guardees e cumpraees e façaaees comprir e guardar em todo assy e pella guisa que em elles e nas ditas rrepostas he contheudo sem outro nhuum embarguo que a ello ponhaees. Dante em a dita cidade IX dias de Janeiro per autoridade do Ifamte dom Pedro titor e curador do dito ssennhor rrey e rregedor e defenssor por elle de seus rregnos e ssennhorios. Ruy Piriz Godinho a ffez. Anno do nacimento de nosso Sennhor Jhesus Cristo de mil IIIIc R. Pedindo nos por merce que lhe comfirmassemos os ditos capitollos e vemdo o que nos assy rrequeryam e queremdo lhes fazer graça e merçe temos por bem e lhos comfirmamos. E porem mandamos a todollos nossos corregedores juizes justiças e a outros quaaesquer officiaees e pessoas que esto ouverem de ver que lhos compram guardem e façam comprir e guardar em tudo assy e pella guisa que em elles he contheudo sem lhe porem sobre ello outra duvida nem embarguo alguum. Dada em a nossa cidade do Porto XXV dias de Julho. Alvaro Lopes a fez. Anno do nacimento de nosso Sennhor Jhesus Christo de mil IIIIc LXII».

N.º 2

Resumo do 2.º e cópia integral do 3.º capítulos da vila de Valença às cortes de Lisboa de 1459.

A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, *liv. 36, fl. 162 v. Publ. por J. M. da Silva Marques nos* Descobrimentos portugueses, *vol. I, Lisboa, I. A. C., 1944, p. 566, donde o reproduzimos.*

«Capítulos de Valença do Minho apresentados pelos seus procuradores nas cortes de Lisboa, de 1459; com as respectivas respostas do Rei.

O capítulo 2.º refere-se ao «bõo trafego do sall que aquy tragiam daveiro e o vendiam aos gallegos», que traziam muitas mercadorias, comércio este que se não fazia agora, em virtude de roubos e violências de Martim de Castro, alcaide que fora de Melgaço, e de Fernão de Castro, actual alcaide.

Capítulo 3.º

«Outrosy Senhor hũu noso visynho que chamam Afomso Lourenço mercador voso vasallo fez hũa barcha no portoo desta villa de carrega de cinquoenta tonnees pode ora aver b ou seis annos E da primeira vijagem que fez lhe foy tomada carregada de sall aa berelemga na costa do vosso rregno per certos jngreses de gallez e bistuatra

que andavam darmada hũa naoo E do dia que lhe foy tomada a dicta barcha a quinze dias o Senhor deus lhe trouxe a eesta villa a seu poder sete jngreses daquelles que lhe a dicta barcha tomarom os quaees forom aqui pressos fazendo saber aa vossa senhoria como eram pressos E que faria delles a vossa merçee os mndou levar perante vos pera saberdes se era asy mandamdo ao dicto Afonso Lourenço que os fose acusar e que lhe fariees djreito o quall os foy acusar peramte a vossa merçee que nom quisestes que os outrem ouvese Na quall dmanda gastou quatorze mill Reaes / E emfijm mandastes per Sentença que os dictos jngreses pagasem ao dicto Afonso Lourenço por a dicta barcha e mercadoria que em ella leva[va] E custas Noventa biij myl e tantos Reais E que os dictos jngreses jouvesem presos na cidade de Lizbõa ata que o dicto Afonso Lourenço fosse paguo E que os dictos jngreses fosem degradados pera Cepta por dez annos segundo mais compridamente se contem na dicta Sentença. E jazendo asy pressos per espaço de dous annos hijindo o rrequerer o dicto Afonso Lourenço vossa merçee ou outrem por vos os mandou a Cepta sem o dicto Afomso Lourenço ser pago do seu o quall vos ja rrequerio. E pidijo por mercee que lhe fezeeses pagar pois que os mandares a Cepta sem elle ser pago E vosa mercee lhe deu em rreposta que leixasse pasar sta armada que ora fezestes E que da vijnda della vos rrequeresse e que lhe fariees djreito Senhor pidymos vos por merçee que mandees a este noso vyzinho pagar o seu que lhe asy foy rroubado porquamto he muyto agravado e fyquou em grande proveza E os dictos jngreses lhe pagavam o seu se os vossa Senhoria mandara soltar o quall non quis // em esto Senhor fares serviço a Deus de lhe mandar pagar o seu E a nos merçee.

A esto respondemos que pedem bem. E nos praz de lhe mandarmos pagar a dicta Sentença pollo quarto dos jngreses //».

N.º 3

1459, Julho, 4 — Lisboa

Capítulos especiais de Viana, Vila Nova de Cerveira, Valença e Caminha às cortes de Lisboa de 1459.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo (A. M. V. C.), Pergaminhos, *pasta 1, n.º 10.*

«Dom Afomso per graça de Deus Rey de Purtugal e do Algarve e Senhor de Cepta e d'Alcaçeer em Africa. A quantos esta carta virem fazemos ssaber que em as cortes que ora fezemos em a nossa muy nobre e senpre leal çidade de Lixboa por Joham Paz e Fernam Martinz procuradores de Vyana e de Villa Nova e Valença e Caminha de Minho nos foram apresentados çertos capitollos e ao pee de cada huum delles lhe mandamos poer nosas rrepostas segundo se adiante segue:

Senhor em cada huum anno se carrega no rryo de Minho pera Framdes e pera Aragam huum nauvyo e ahy se ajuntavam as mercadorias de todo rriba de Minho comprando os mercadores da comarca a mayor parte das mercadorias asi as de hũua parte como da outra de Galiza e as traziam a estas partes e as carregavam no dicto nauvyo e depois que eram carregadas as davam em rrol ao almoxarife e asi dadas fazia movimento pera meyo rrio e aly tomava as outras mercadorias que alguuns calegos que as queriam carregar e seguia sua viagem e asi se costumou de senpre

atee ora avera dous anos que Gonçalo Afonso vosso contador mandou que nem huum navyo deste Regnuo nom fretasse no dicto rrio nem em Galliza algũua mercadoria levase neelle nem trouxese em o que rreçebemos grande agravo e vosas rrendas e dizima nom rrende nada. Praza aa vosa alteza mandar husar como se atee quy husou e nom consentaaes tall ennovaçam seer fecta em esto nos farees gramde merçee.

A esto rrespondemos que se tal cousa faz façam sobre ello rrequerimento e tragam estormento com rreposta.

Senhor por nom sabermos parte das vosas ordenaçõoes quejandas eram açerca destas passageens das cousas vedadas poderia seer que cayriamos em ellas ou em cada hũua dellas pediamos aa vosa merçee nos perdoara atee o presente dia alguum erro se o em ello cometemos ou culpados formos em ello nos farees merçee.

A esto rrespondemos que nos praz quitar as dictas penas atee o presente e sejam avisados de em outra nom cayrem se nom o etc.

Pedindo nos por merçee o dicto Joham Paz e Fernam Martinz por parte do dicto concelho que lhe mandasemos dar hũa nossa carta com o teor dos dictos capitollos com nossas repostas por que lhe eram neçessarios e se entendiam delles ajudar e nos veendo o que nos asi deziam e pediam a nos prouve dello e lha mandamos dar segundo dicto he. E porem mandamos ao correjedor da dicta comarca e a quaeesquer outros juizes e justiças a que esto pertemceer e esta nosa carta for mostrada que lha cunpraaes e façaaes conprir e guardar em todo per a guisa que em elles he comteudo sem outro embargo. Dada em a çidade de Lixboa e IIII° (*sic*) de Julho. El Rey o mandou per Fernam da Sliveira coudell moor em seus rregnuos que ora per seu espiçiall mandado tem carrego d'escripvam da puridade. Diego Lopez a fez. Ano de mil e IIII° LIX. Nom seja duvida na amtre linha onde diz Caminha que eu escripvam o fiz por fazer verdade.

(*Assinado:*) *FERNANDO DA SILVEIRA*

(*Por baixo da dobra*): Vyana Vila Nova e Valença XXX rreaes. Resalvo rrespançado».

N.º 4

1462, Julho, 1 — Valença.
Privilégio concedido por D. Afonso V à vila de Caminha.
A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, *liv. 1, fl. 40.*

«Dom Afonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que o concelho e homens boons da villa de Caminha nos diseram que na dicta villa sse faz em cada huum anno hũa feira rreall no mes de Julho por dia de Sam Bento e que por os nossos alcaides das sacas boscarem os gualegos que a ella veem sse desfaz por nam quererem a ello por ello vinr pedindo nos sobre ello rremedio. E nos visto seu rrequerimento e querendo lhe fazer graça e merçee teemos por bem e mandamos aos dictos alcaides e guardas e outros quaeesquer que esto ouverem de veer de que daqui en diante em quanto a dicta feira durar nom busquem nem tomem a todollos que a ella vierem cousa algũua que a ella trouverem nem levem posto que sejam cousas per nos defesas e o nam querendo fazer os juizes da dicta villa lho nam conssentam. Dada em Valença primeiro dia de Julho. El Rei o mandou per Lopo d'Almeida do seu conselho e veedor da sua fazenda y Antam Cardoso a fez. Ano de noso Senhor Jhesus Cristo de mil IIII° LXII».

N.º 5

1462, Julho, 4 — Monção.
Privilégio de D. Afonso V à vila galega de Baiona e seus termos.
A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, *liv. 1, fl. 41.*

Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que o conçelho e homeens boons de Baiona e seus termos do rregno de Gualiza nos enviarom dizer que elles teveram por custume vizinharem com nosos sobre dictos vasalos asi com aquelles que com elles tem vizinhança como com todollos outros moradores de nosos rregnos e senhorios sem lhe defenderem nem enbargarem gaados cavallos e armas e moedas e todallas outras cousas vedadas mas que livremente lhe leixavam todo pasar pera nosos rregnos ssem contradiçam algũua e que elles pellos nosos alcaides das sacas e per outros nosos ofiçiaaes quando quer que acontecia de virem a nosos rregnos por algũuas mercadorias e per outras cousas a eles necesarias a sua tornada rrecebiam muitas injurias e lhes tornavam e buscavam suas mercadorias ouro, prata e armas, bois e bestas as quaees cousas ainda que vedadas fosem nom levavam como pessoas que tinham por ofiçio pasarem e levarem as cousas defesas ssoomente quando lhe aconteçiam em sorte de casamento lhe darem por que casavam os filhos e filhas os dhũa parte com outra ou conpravam os dictos gaados e levavam as ditas cousas per suas neçesidades, pedindo nos o dicto concelho e homens boons e seu termo que a esto lhe desemos algũua provisam. E visto per nos seu rrequerimento e iso meesmo avendo çerta enformaçam da boa vizinhança que os sobre dictos fezeram a nosos vasalos e por lhe fazermos merçee per esta carta mandamos a todollos nosos corregedores juizes e justiças e ofiçiaaes e a todollos alcaides das sacas que ora som ou ao diante forem em esta comarqua e a todollas outras pesoas a que esta for mostrada que daqui em diante vizinhem e façom vizinhar asi bem com os moradores do dicto concelho e seus termos nas dictas cousas nomeados e asi em quaees quer outras como elles vizinham e vizinharem em diante com nosos naturaes e bem asi posam levar pam vinho per terra pera sua provisom e mantimento de suas casas cada hũa pesoa e nam pera averem de vender e esto enquanto vosa merçee for e lhes façam toda honrra favor e boo gasalhado por que asi he nosa merçee conprindo asi sem outra duvida nem enbarguo que a ello ponhaes em maneira algũa. Dada em Monçam a IIII dias de Julho. Alvaro Lopez a fez, Ano de noso Senhor Jhesus Christo de mill e IIIIc LXII».

N.º 6

1462, Julho, 2 — Valença.
Privilégio de D. Afonso V à vila de Valença.
A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, *liv. 1, fl. 40 v;* Além Douro, *liv. 3, fl. 276-276 v.*

«Dom Afonso etc. Nos el Rey fazemos saber a quantos este alvara virem que os moradores da nossa villa de Valença do Minho e termo della nos enviarom dizer que elles teveram senpre de custume des o tenpo dos rrex meus avoo e padre que Deus aja atee ora vizinharem com os moradores de Gualiza comarquãaos com elles huuns com

outros de levarem pam e vinho e carnes e pescados e trocarem bois por bois e bestas e outras cousas huuns com os outros ssem lhes sobre ello ser posta defesa nem outro enbarguo e que ora as guardas dos nosos portos da dicta comarca lho nom queriam conssentir e lhe demandavam as dictas cousas por perdidas e por quanto elles nom poderiam viver nem sse manter sse o asi nom fezessem nos pediram por merçee que acerqua dello lhe proveesemos de rremedio e ouvessemos por bem vizinharem huuns com os outros como sempre vizinharem e teveram de custume. E veendo o que nos asi rrequeriam e querendo lhes fazer graça e merçee teemos por bem e nos praz que daqui en diante elles vizinhem e possam vizinhar e trautar huuns com os outros como senpre o vezinharom e teveram de custume des o tenpo dos dictos rrex atee ora. E porem mandamos a todollos nosos corregedores juizes e justiças e os guardas dos dictos portos e a outros quaees quer que esto ouverem de veer que os leixem asi vizinhar ssem lhe sobre ello poerem outra duvida nem enbarguo alguum por que asi he nosa mercee. Fecto em a nosa villa de Valença II dias de Julho. Alvaro Lopes a fez. Anno de nosso Senhor Jesus Christo de mill e IIIIº LXII. E este alvara lhe guardarees levando a pagua dos oficiaes da chancelaria da nosa camara».

N.º 7

1462, Julho, 2 — Valença.
Privilégio de D. Afonso V ao mosteiro de S. Domingos de Tui.
A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, liv. 1, fl. 40.

«Dom Afonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que o prioll e fraires do mosteiro de Sam Domingos da çidade de Tuy que he nos rregnos de Castella nos enviarom dizer que o dicto mosteiro fora sempre previlegiado per previlegios dos rrex meu avoo e padre que Deus aja e per nos atee ora que todollas esmollas que lhe dadas forem pollo amoor de Deus asi de pam como de vinho dinheiro rroupa e madeira como quaees quer outras cousas que o ouvessem as podessem passar destes nossos rregnos pera o dicto mosteiro ssem lhe sobre ello ser posto enbargo alguum e que quando o conde de Benavente veera sobre a dicta çidade os fraires fugiram do dicto mosteiro e sse perderam muitas scripturas e outras cousas antre as quaes sse perderam os previlegios do dicto mosteiro que tinham dos dictos rrex per que asi podiam passar as dictas cousas pedindo nos por merçee que lhe desemos outro nosso. E vendo o que nos asi rrequeriam e querendo lhe fazer graça e merçee por esmolla teemos por bem e quermos que todalas cousas que lhe dadas forem elles as possam passar dos dictos nossos regnos pera o dicto mosteiro e porem mandamos a todollos nossos corregedores juizes e justiças e aos juizes e ofiçiaes da nosa villa de Valença do Minho e as guardas dos portos e outros quaeesquer que esto ouverem de veer que leixem aos dictos ffraires do dicto mosteiro pasar quaeesquer cousas que lhe asi dadas forem por esmolla pollo amoor de Deus ssem lhe porem sobre ello outro enbarguo alguum e lhe conpram e guardem e façam conprir e guardar esta nossa carta asi e pela guisa que em ella he contheudo por que asi he nosa merçee. Dada em a nossa villa de Valença a II dias de Julho. Alvaro Lopes a fez. Anno de nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIIIº LXII».

N.º 8

1462, Julho, 8 — Ponte de Lima.

*«Carta à vila de Valadares (*do Minho*) por que praz a el-rei guardar todos os seus privilégios».*

A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, *liv. 1, fl. 42 v.;* Além Douro, *liv. 3, fl. 277.*

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que o concelho de Valladares nos enviarom dizer que eles foram senpre rrealengos e da coroa aveendo previlegios e liberdades e franquezas asi como ham os vezinhos e moradores de Monçom e que hora lhe era dicto que alguuns fidalgos de nosos rregnos nos queriam pedir a jurdiçom do dicto conçelho pedindo nos por merçee que ouvessemos por bem lhe guardarmos os dictos previlegios e liberdades husos e boons custumes que asi tiinham e nam quesessemos dar a jurdiçom do dicto conçelho a pesoa algũua e os ouvessemos por rrealengos e da coroa do rregno asi como senpre atee ora foram. E veendo o que nos asi rrequeriam e pedir enviarom e seu rrequerimento ser justo e nos praz lhe guardarmos todos seus previlegios liberdades franquezas husos e boons custumes asy como senpre teveram e de que gouverem em posse esteveram atee ora e os nom darmos a nehũa psoa. Outrosi nos praz os avemos por rrelevados de nom pagarem nem servirem nas obras da villa de Barcellos. Item nos deserom que em a dicta comarqua tiinham de custume levarem rrogos quando algũuas pessoas casavam pello que os lavradores e moradores da terra se destruiam pedindo nos por mereçe que ouvessemos por bem taaes rrogos nom aver nem sse darem nem irem dar a Gualiza nem virem de lla os dar ca e quem quer que os der ou os rrequerer mandamos que pague de penna mill rreaes de pena cada huum pera os cativos, a quall pena mandamos ao corregedor da dicta comarqua e aos juizes dos lugares que façom dar a dicta pena a execuçom e entreguar os dictos dinheiros aos monposteiros dos dictos cativos que em cada hũua comarqua ouver e nom o fazeendo asy o dicto corregedor e juizes sejam certos que aas suas custas mandaremos exucutar a dicta pena. E huuns e outros all nom façades. Dada em Ponte de Lima VIII dias de Julho. Alvaro Lopes a fez Anno de noso Senhor Jhesus Christo de mill e IIIIc LXII».

N.º 9

1462, Julho, 4 — Monção.

Privilégio de D. Afonso V ao concelho de Castro Laboreiro.

A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, *liv. 1, fl. 41-41 v.;* Além Douro, *liv. 3, fl. 276 v.*

«Nos el Rey fazemos saber a quantos este alvara virem que o concelho e homens boons de Crasto Leboreiro nos enviaron dizer que elles teverom senpre de custume des o tempo dos rrex meu avoo e padre que Deus aja atee ora trautarem e vizinharem

bem com os de Milmanda e os d'Araujo que som do ssenhorio de Gualiza levarem la pam vinho e outras cousas que lhe necesarias eram e hirem pacer com seus gaados e asi mesmo y o faziam os dos dictos lugares que vinham ca a nosos rregnos ssem lhe sobre ello ser posto enbarguo nem outra algũa contradiçam e que ora as guardas dos portos da dicta comarqua lho nam queriam conssentir e lhe tomavam todo por perdido, pedindo nos por merçee que por quanto a dicta terra era muito fragosa e sse o asi nom fezessem sse nam poderiam manter nem ssoportar ouvemos por bem ellos vizinharem e trautarem com os sobredictos assy como senpre teveram de custume. E vendo o que nos asi rrequeriam e querendo lhes fazer graça e merçee a nos praz de elles vizinharem com os da dicta comarca asi como senpre fezeram atee ora. E porem mandamos a todallas nosas justiças e os guardas dos dictos portos e a outros quaesquer ofiçiaes e pesoas que esto ouverem de veer que per qual quer guisa que seja e este alvara for mostrado que leixem o dicto concelho e homens boons do dicto lugar de Castro Leboreiro vizinhar e trautar com os sobre dictos vizinhos de Gualiza asi como senpre fezeram e teveram de custume atee gora sem lhe sobrello poerem outro enbarguo alguum por que asi he nosa merçe. Fecto em Monçam III de Julho. Alvaro Lopes a fez. Anno de noso Senhor Jhesus Christo de mil e IIII^{c} LXII».

N.º 10

1462, Julho, 8 — Ponte de Lima.

Privilégio concedido por D. Afonso V à vila de Viana da Foz do Lima, autorizando os seus moradores a levarem para os reinos de Castela e Galiza moedas de ouro e prata ou quaisquer outras, destinadas a pagar as mercadorias que lá comprassem.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo (A. M. V. C.), Pergaminhos, *pasta 1, n.º 8, fls. 9-10.*

«Nos el Rey ffazemos saber a quantos este nosso alvara virem que a nos diseram os moradores da villa de Viana da Foz do Lima como a elles era muito necesayro comprarem e trautarem em os rregnos de Castella e Galiza e averem de laa mercadorias e outras cousas pera seus ussos e serventyas e que pera esto lhe era muito necesayro levarem de nossos rregnos ouro e prata hamoedado e algũas outras moedas ho que nom ousavam ffazer per bem de nossa deffessa ssobre ello de que a elles vinha grande perda porque por este casso leixavam de trautarem em grande parte, pedyndo nos por merçe que a ello lhe ouvesemos rremedyo e mandasemos que ho podesem fazer. E visto sseu rrequerimento e algũa emfformaçam que dello avemos e querendo lhe ffazer graça e merçe a nos praz e lhe damos licença e lugar que daquy em diante emcanto nossa merçe ffor todollos moradores da dicta vylla possam passar e levar destes nossos rregnos pera os de Castella e Galiza quallquer ouro e prata amoedado e outras moedas de nossos rregnos pera la comprarem e trazerem as mercadorias e cousas que lhe fforem neçesayras sem lhe ser posto sobre ello embarguo algum. E porem mandamos a Pero Carvalho nosso escudeiro e recebedor (?) das

sisas em a dicta comarca e a quaaesquer outros nossos officiaes e pessoas a que ho conhecimento desto pertençer que durante ho dicto tempo lhe nom ponham ssobre ello embarguo alguum nem ffaçam nem consentam ser ffecto por esto costrangimento nem sem rrazom porque asy he nosa merçe. Fecto em a nossa vylla de Ponte de Lima oyto dias do mes de Julho. Joham Rodriguez a ffez. Ano do naçimento de nosso Senhor Jhesus Christo de mil e IIIIc LXII. E em esta merçe que lhe asy ffazemos nom se nom emtenda que posam pasar nem levar rreaaes brancos nem bilhum pera fora dos dictos nossos rregnos».

N.º 11

1478, Abril, 16 — Lisboa.

Capitulos especiais da vila de Ponte de Lima às cortes de Lisboa de 1478.

Pergaminho de 38,5 cm × 31,5 cm; orig. gótico cursivo; bom estado. Biblioteca Municipal de Ponte de Lima, Pergaminhos, *n.º 38.*

«Dom Affonso per graça de Deus Rey de Castella, de Liam, de Portugall, de Toledo, de Syvilha, de Cordova, de Murça, de Jaem, dos Algarves, d'Aquem e d'Alem Maar em Africa, d'Aljazira, de Gibraltar, Senhor de Bizcaya e de Molina, a quamtos esta minha carta virem faço ssaber que em estas cortes que ora fiz em esta mesma minha cidade de Lixboa me forom dados çertos capitollos per Fernand' Amorym procurador da villa de Ponte de Lima em nome do conçelho e homeens boons da dicta villa o quall procurador me rrequereo certas cousas por sua parte, os quaees foram vistos per mim e lhes rrespondy segumdo ao pee delles faz mençam, pedindo me o dicto procurador da dicta villa de Ponte que mandase dar o trelado d'alguuns dictos capitullos com as dictas minhas rrepostas por quamto a dicta villa se esperava delles ajudar. E eu vemdo seu rrequerimento lhos mandey dar dos quaees he theor que se adiante segue:

Senhor sabera a vossa mercee que esta villa sempre foy rrealemga da coroa do rregno e agora a nos he dicto que algũuas pesoas grandes e poderosas aa tem pedida a vossa senhoria. Pedimos vos por mercee e justiça que deves de fazer que nam consentaaes nem queiraaes outorgar tall petitoreo e que sempre a dicta villa sseja rrealemga e da coroa do rregno e em ello ffarees direito e ao povo muyta mercee. Ao quall capitollo rrespondo o que segue: que se quiserem tyrar minha carta per seguramça do contheudo em seu capitollo que eu lha mandarey dar e seera confirmada per o prin<ci>pe meu sobre todos muyto querido e amado filho.

Outrosy ssenhor esta villa per hordenamça antiiga e privilegios dos rrex pasados e per vosa alteza confirmados que nemhũua pesoa da villa como de fora de quallquer estado e condiçam que seja nom meta nemhũum vinho mole nem cozido pera rresgistar (?) em mente hy ouver vinho na villa por quamto os moradores da dicta villa sam lavradores de vinho e nom se manteem ssomente per elle e algũuas pesoas assy da dicta villa como de fora della por algũum poder e favor que teem meetem outros vinhos

de fora e os mesturam com os de sua lavra no que o povoo geeralmente rrecebe grande perda por nom venderem suas novidades ao tempo que devem e como devem pedindo nos por mercee que mandasemos que quallquer pesoa que meter alguum vinho na dicta villa que nam seja de sua lavra que o perca pera o concelho em quanto hy ouver o da dicta vila porque dando se outro lugar os lavradores e vinhas se perdiryam e a dicta villa sse despovorara porque nam teem al de que vyver. Ao qual capitollo rrespondo o que se segue: que se os ofiçiaaes e homeens boons da dicta villa sentirem que he proveito dos moradores della, que ffaçam pustura e per mym lhes sseera conffirmada.

Outrossy ssennhor a dicta villa e comarqua della d'arredor por seer muyto açerca do estremo rrecebem muyto grande perda e peereçem aa fame de pam e de carne e esto por seer dado lugar de pasarem destes rregnos pera Castella e Galliza as dictas carnes e pam e aquelles que assy custumam de o levarem pera ffora do regno apanham quanto podem de guisa que a terra ffica desticlitada (*sic*) de mantimentos e as gentes peereçem asy nas persoas come nas fazendas e os pobres pereçem aa fame. Seja vossa merçee mandardees que se guardee a hordenaçam antiga que sempre ffoy antre Portugall e Castella que diiz que perca a dicta carne e pam e mais os beens. E que vossa merce nam dee luguar que o nenhum leve e posto que alguum tenha lugar de vossa alteza pera o levar que o nam possa levar e caya em a dicta pena e ajaaes quaaesquer cartas e alvaraaes que vossa ssenhoria sobre este casso tenha dadas e pasadas por nenhũuas e esto tambem se entenda nas persoas de ffora do rregno e ffarees direito e ao vosso povo grande merçee. Ao qual capitollo rrespondemos o que segue: que pedem bem e mando que se algũuas cartas ouverem em particular dadas que mas venham amostrar e nam husem dellas atee veerem outro meu mandado em contra.

Outrossy ssennhor os escudeiros e moradores e procuradores de Ponte de Lima ffazem ssaber aa vosa merçee que em o limite e comarqua da dicta villa e de Viana ha grande criaçam de egoas as quaees ffazem grandiximo mall e destroiçam assy em pães e milhos e coutadas que se nam podem criar bois nem gaados e o lavrador que ha de d'aver duzentos alqueires de pam nom ha çento e honde poderya criar cinquenta e çem vacas e outras tanta ovelhas nam cria XX per causa das dictas egoas e o pior que dellas he sam lamçadas a sendeiros e aasnos que nam ha hy senam sendeiros e bestas muares. Pedem a vossa alteza que mandees e ponhaees defessa que qualquer que quiser trazer e dar que nam traga mais de quatro atee cinquo egoas e destas deite as milhores quatro a cavallos castiços e nam a nemhuuns asnos e os lavradores lavraram e aproveitaram mais a terra e criaram muitos gados que seera mais mantimento e rriqueza da terra e aveera hy muitos cavallos que tanto ssam necessarios a estes rregnos e os escudeiros os acharam mais barato e nom desfaram tanto de suas ffazendas como desfazem quando compram os cavalos por hy aver poucos. E o duque sabendo estes dapnos que se faziam em suas terras mandou pooer rregra na criaçam das dictas egoas por que assy he serviço de Deus e vosso e bem cumum e em esto ffarees ao dicto poovo muita merçee. Ao quall capitollo dey a rreposta que segue: que eu ey por bem que se nam lamçem egoas algũuas a bestas muares e mando e defendo a todos em jeerall e a cada huum em especiall que assy o compram e guardem. Quamto he ao que rrequerem que mande lemitar certas egoas a cada lavrador e homem que as quiser trazer, diguo que nam pedem bem porque nam he rrazom de tolher a cada huum que traga as egoas ssegundo a terra tem.

Porem mando a todollos corregedores, ouvidores, juizes, justiças e a quaaesquer outros officiaaes e pesoas a quem o conhecimento desto pertemcer e esta minha carta ffor mostrada que cumpram e guardem o contheudo nos dictos capitollos aqui comtheudos segumdo a declaraçam das dictas rrepostas minhas que a ello dey porque assy eey por bem e he minha merçee que se faça e se cumpra inteiramente. Dada em a minha cidade de Lisboa a XVI dias d'Abril. Pero Vaaz a ffez. Era de Nosso Sennhor Jhesus Christo de mil IIIIc LXXVIII anos».

N. B. — Estes capítulos especiais da vila de Ponte de Lima às cortes de Lisboa de 1478 só parcialmente interessam ao nosso estudo. Ocorrendo, porém, no ano em curso, o quinto centenário da sua realização, decidimos publicá-los na íntegra.

Francisco Sanches
(1551 - 1623)

«Anti-magister dixit» e pregoeiro da experiência

Por CRUZ MALPIQUE

PRÓLOGO

Francisco Sanches (Braga?, 1551-Toulouse, 1623) não foi homem que se contentasse com a *suffisance livresque*. Não se ficou na erudição de rato de biblioteca. Quis a cultura com base na observação directa, na experimentação flagrante. Perpassa na sua obra uma lufada francamente renascentista, olhos voltados à Natureza, para o Objectividade, em atitude crítica, em sistemática fuga ao *magister dixit*. Para a sua época, foi já um homem universal, da estirpe de Leonardo de Vinci. Foi filósofo pelas suas preocupações epistemológicas, pelos seus anseios de larga mundividência; foi humanista, por colocar a cultura ao serviço do homem; foi médico, pelo que diligenciou curar os seus doentes; e foi, ainda, psicólogo de penetrante introspecção e arguta visão extrospectiva.

★

Para abrir as páginas que aí vão, aqui transcrevemos por nos parecerem particularmente oportunas as palavras seguintes, de Fernando Pessoa, através do seu heterónimo Bernardo Soares:

«O homem superior difere do homem inferior, e dos animais irmãos deste, pela simples qualidade da ironia. A ironia é o primeiro indício de que a consciência se tornou consciente. E a ironia atravessa dois estádios: o estádio marcado por Sócratas, quando disse «sei só que nada sei», e o estádio marcado por Sanches, quando disse «nem sei se nada sei». O pri-

meiro passo chega àquele ponto em que duvidamos de nós dogmaticamente, e todo o homem superior o dá e atinge. O segundo passo chega àquele ponto em que duvidamos de nós e da nossa dúvida, e poucos homens o têm atingido na curta extensão já tão longa do tempo que, humanidade, temos visto o sol e a noite sobre a vária superfície da terra» (1).

QUID?

Aos vinte e três anos de idade, possuía Sanches uma escolaridade variada — desde Braga, passando por Bordéus, e, finalmente, pela Itália —, mas o que, sobretudo, contava, na formação do seu espírito, era a sôfrega curiosidade com que viu coisas, pessoas e meios sociais, a sua intimidade com linguagens variadas, e a tomada de consciência dos processos experimentais de investigação científica, postos em prática na Itália renascentista. Para assimilar essas novidades aliciantes, sobrava-lhe talento.

Será a Universidade tolosana (esta e não a monspesulana) que lhe facilitará o desenvolvimento das suas excepcionais aptidões de inteligência. Todas as demais terras onde viveu foram, a bem dizer, lugares de passagem. Toulouse é que seria o remate das suas peregrinações. Aí assentou arraias para a vida e para a morte. Aí leccionou, primeiro em Artes, depois em Medicina. Aí constituiu família e lhe nasceram os filhos. Daí saiu a sua filosofia, ousada irreverência contra o pensamento silogizante, que parecia não ter fim, tão profundas raízes — daninhas raízes — deitara nos espíritos. Toulouse foi o lugar onde, *ore rotundo*, ele fez a sua afirmação de fé no experimentalismo, advogando a solícita atenção para a Natureza e para o trabalho laboratorial. A vacuidade verbalista da Escolástica deixara-lhe, no espírito, o mais cenestésico dos enjoos. A Natureza chamava-o. Para ela se sentia atraído, por invencível inclinação. O Aristóteles que lhe merecia admiração não era o do *magister dixit*, incondicionalmente acatado durante a Idade Média, mas o que se afirmava como atento observador dos fenómenos naturais.

O *Quid?* era a interrogativa que constantemente lhe crepitava no espírito. Aceitar, preguiçosamente, o que outros disseram, não se ajeitava à sua inteligência formigante de perguntas, de livre exame, que de tudo queria saber o porquê. Preferia as suas incertezas às «certezas» recebidas sem discussão por meio-mundo. À erudição que repete o que os outros disseram,

(1) Na *Presença*, n.º de Novembro-Dezembro de 1932.

preferia a sua atitude de pessoalíssima e directa investigação. Aceitar autoridades alheias, em atitude irreflectida, repugnava à sua inteligência eminentemente crítica. Para ele, mais valia uma onça de sagacidade do que uma tonelada de citações de Gregos e Troianos.

Sanches não tinha vocação para o pensamento marasmado. As suas atitudes eram, habitualmente polemizantes. O inconformismo estava-lhe no sangue, sempre que suspeitava de ideias filhas do magisterdicitismo. A sua atitude foi a de infatigável crítico contra os argumentos de autoridade. A cabeça de Sanches era um permanente *fervet opus* intelectual. Estivesse no seu gabinete ou daí fugisse, a máquina intelectual estava, nele, em constante labor. Preste o leitor atenção a esta sua confidência:

«Irritado, arremesei, muitas vezes, os livros, para longe de mim, e fugi do meu próprio gabinete, mas, na cidade ou no campo, penso sempre nalguma coisa e nunca me encontro menos só do que quando estou desacompanhado, nem menos ocioso do que quando estou desocupado; trago comigo um inimigo a que não posso fugir».

Quando não dialogava com os autores dos livros, o que fazia, por via de regra, numa atitude contenciosa, dialogava consigo mesmo. O seu cérebro era um campo de batalha sem tréguas. O jogo dialéctico perseguia-o. A problemática enchia-lhe o espírito.

MAGISTÉRIO

Francisco Sanches, como professor, primava pela independência de espírito. Não era homem para aceitar os autores como autoridades intangíveis. O seu espírito crítico vivia em permanente alerta. Era um incontentadiço, ou, melhor, contentava-se na medida em que a experiência alicerçava os conhecimentos e, outrossim, na medida em que estes eram expostos com clareza meridiana, sem retóricas, sem propositadas obscuridades, sem a preocupação de lisonjear fosse quem fosse.

A toda a hora invoca a experiência como óptimo esteio para um magistério eficiente, fugindo aos pedantismos da erudição que atravancam os espíritos, sem qualquer proveito.

«Somos sempre breves na exposição aos alunos, servindo-nos de uma linguagem simples e sem afectada elegância, a fim de toda a atenção se encontrar no rigor da doutrina.

Não nos prendemos senão com o que for útil, excluindo tudo o que

possa sobrecarregar o trabalho dos discípulos, sem interesse prático, que é o fruto da nossa experiência».

Preleccionando aos seus alunos, noutra emergência, diz ter imposto a si próprio, há muitos anos, a obrigação de, «do alto desta tribuna, em nada vos entreter, com coisa alguma vos distrair, que não seja o transmitir-vos uma *sólida educação profissional* e com ela a glória, as honrarias e as riquezas».

Quando expunha doutrina alheia, não deixava de a criticar no que lhe parecia que ela tivesse de errado ou de ultrapassado. Diligenciava ser original. Entendia que não se devia limitar a moer trigo pelos processos rotineiros — sempre os mesmos, sem real progresso na técnica. Não desdenhava do trigo alheio — mas fazia sempre tudo no sentido de juntar à experiência dos outros a sua própria, autorizando, aliás, que lha discutissem: «de modo algum prescindiremos do nosso trigo, isto é, da *nossa opinião*, ou *nossa sentença*, exposta com toda a liberdade, admitindo, muito embora, a crítica livre».

E, assim pensando, julgava estar fazendo um magistério de real proveito para os alunos, que o recordariam como ensino que lhes deu largas perspectivas. Com uma pontinha de narcisismo, confessa:

«...E virá um dia, em que, abandonadas por vós as aulas, ruminando de novo o que os mestres vos deram a comer, não vos desagradará rever o nosso ensino, porventura, quem sabe, se até com louvor, digo-o sem jactância. Julgo que se não aprovardes em tudo as nossas concepções e opiniões, ao menos concordareis em que aumentamos as possibilidades de voardes um pouco mais alto e de investigardes um pouco mais profundamente as centelhas e as origens das coisas» (²).

Tudo leva a crer que Sanches tenha sido professor aliciante, na palavra fácil e quente, original nas ideias, capaz de catalisar positivamente as qualidades adormecidas, ou mal despertas, dos seus alunos.

Vários preceitos deontológicos deixou relativamente ao magistério. Preconizava o estudo desinteressado, norteado apenas pelo desejo de se saber cada vez mais e melhor. Queria professores que estivessem perfeitamente à altura do seu lugar, para que ensinassem com ciência e com muita consciência, ciosos da sua responsabilidade. Mal vai ao aluno que, ensinado por um professor ignorante, fica depois, a bem dizer, para toda a

---

(²) Em Alberto Monteiro da Rocha Brito, *Francisco Sanches, médico, professor e pedagogo*, pág. 27, Braga, 1952.

vida, lesado na sua formação. Preste o leitor atenção às seguintes palavras de Sanches, simultaneamente interrogativas e com resposta:

«Pode acontecer a um principiante alguma coisa de mais calamitoso [*do que ter tido maus professores*]? Efectivamente, o principiante, como é necessário a quem começa, tem de se arrimar a alguém. Ora, uma vez bebido o erro, nunca, de futuro, por qualquer meio que o tente, o poderá deixar, *tamanha é, nos anos de puerícia, a força receptiva e retentiva, mormente se for muito grande a autoridade do professor*. Daí dizer-se: «uma ânfora conservará fresco por muito tempo o cheiro de que uma vez se impregnou. Daqui o *Autos'epsa (Magister dixit)* tão pouco livre e indigno do filósofo. Por essa razão a quem já tivesse aprendido com outro professor levava Timóteo o dobro do que ajustava com um principiante, pois nesse caso teria dois trabalhos, um para arrancar o erro já bebido, o outro para semear a verdade.

De lamentar, portanto, alunos que iniciem a sua vida cultural sob a égide de maus professores. «Se o infeliz mancebo — diz Sanches — receber o ensino sob a direcção de qualquer desses mestres, como geralmente sucede (pois é felicíssimo aquele que é iniciado por um mestre experimentado e verdadeiramente sabedor, o que é muito raro) de nada valerá a sua ciência, a não ser que abra os olhos sob a influência de algum... astro. E se estudar sempre com o mesmo professor (e é essa a regra geral), errará sempre, se uma vez tiver errado e até errará sempre mais, porque um erro pequeno, no princípio, torna-se grande, no fim, e dado um absurdo vêm muitos».

Se, em vez de um único professor, forem vários, cada qual puxando para seu lado, um ensinando alhos, outro bugalhos, o aluno, coitado, não saberá que fazer à sua triste vida. Como diz Sanches, «ou não sabe para onde se há-de voltar, ou então adere a este ou àquele, ao acaso, geralmente àquele que engana, pois esse palra muito e deste modo arrasta para si o pobre moço, que julga vencedor quem mais grita».

Parece que Sanches não guardava saudosa recordação dos seus tempos de estudante orientado por um ensino inglório de palavreado em que o silogismo era a habitual táctica dialéctica. O que a inteligência lhe pedia não era silogística — própria para cretinizar espíritos — mas observação directa da realidade, experiência flagrante. Oiçamos a sua confissão:

«Quanto tempo precioso não perdi eu, quando em certos raciocínios, procurei encontrar a defeito do silogismo, quando melhor o teria empregado no estudo das coisas naturais?»

E por isso mesmo se sentia autorizado a recomendar: «Se queres dedi-

car-te às experiências, começa já, mancebo, porque a vida é curta e bem poucas poderás fazer. No entanto, quantas não serão necessárias?

E, sobretudo, observa tu directamente. Observa muitas vezes e experimenta igualmente muitas vezes. Portanto, meu rapaz, se queres saber alguma coisa, tens de estudar perpetuamente e até ao fim da vida, lutando com as coisas por meio da experiência. Neste particular, encosta-te aos bons mestres, mas não te esqueças nunca de que mesmo acerca das experiências os mestres discordam. Evidentemente, porquanto o que importa, na observação como na experiência, é a interpretação, e esta pode variar com cada um».

Para Sanches, a experiência era, pois, o alfa e ómega da boa preparação intelectual. Aonde ela não chegasse, tudo era precário. Silogística palavrosa desarticulada da experiência não lhe merecia sombra de consideração. É ouvi-lo, a respeito dos «patetas» que usam da ciência silogística, «esquecendo por completo as cousas, voltam-se para as sombras».

À ciência silogística chamava ele «ficção subtil, de muito dano e nenhum proveito: afasta os homens da observação da realidade». Sanches refere que não entendia a silogística e, por isso mesmo, «fugi para a realidade, tomando-a para base da minha opinião». Chama estultos aos que, «desprezando a observação das cousas, vão buscar toda a ciência aos autores».

MESTRES E DISCÍPULOS

Grande aforismo pedagógico o de Francisco Sanches, ao escrever: «As coisas que se ensinam não têm mais força do que a recebem de quem as ensina».

Dize-me a convicção com que te ensinam, e eu te direi a qualidade da tua ciência! Se — na aliteração camoneana — «um fraco rei faz fraca a forte gente», também um fraco professor enfraquece necessariamente os seus alunos.

Não basta que os alunos tenham quem os leccione — é preciso que sejam leccionados por mestres seguros no que ensinam e com metodologia adequada à transmissão dos temas que comunicam. Só dessa maneira o ensino será eficiente. O que não for isso é gastar energias inutilmente.

Um método não é tudo no ensino — mas é fundamental. À toa, nada rende, quer na quantidade, quer na qualidade. Não basta saber, é preciso possuir o método próprio para transmitir o saber.

Sanches queria que o estudante não perdesse a sua personalidade. Não tinha simpatia pelo discípulo servil. E daí dizer que o «jovem perece com a sua ciência, sempre que se prende pertinazmente a alguém, pois não é sem prejuízo da verdade que alguém pode jurar na palavra do mestre». «Acreditar, igualmente, em todos, e, igualmente, em nenhum, para tirar de todos o que lhe parecer melhor, é mais livre».

Sanches tocou num problema de capital importância — o de ricos que podiam estudar e não estudam, por excesso de riqueza, e de pobres que gostariam de estudar, e o não fazem, por falta de meios. Seguem as palavras de Sanches: «aquele que estuda só por causa do ventre, logo que o tem repleto adormece e deita para trás das costas as ciências, com as quais se não deleita, pois é inepto para elas; mas, se, por apto, se deleita, impede-o disso, infelizmente, a pobreza».

Francisco Sanches abominava a ciência psitacista, feita de cheques sem cobertura... Não levava a bem os que se limitam a «recitar aquilo que encontraram escrito em outros, desconhecendo inteiramente o que dizem».

Não ia com sofistas. Detestava a falta de lisura intelectual dos sofistas que, com a sua dialéctica desonesta, procuravam demonstrar que a verdade era mentira, ou a mentira verdade; que o branco era preto, ou que o preto era branco.

As exigências da sua honrada inteligência não o deixavam embarcar na silogística, com seu quê de estéril. Ele quem dizia:

«Não me faltam a mim, em verdade, da mesma forma que aos outros, as subtilezas e ficções engenhosas, e tenho até mais do que eles [*os silogistas*], se o meu espírito se satisfizesse com elas; mas como isso se separa e afasta muito das coisas, serve mais para enganar o espírito do que para o instruir e leva-o das coisas verdadeiras para as inventadas. A isso não chamo eu ciência, mas impostura, sonho, uma coisa, enfim, semelhante às que são feitas pelos charlatães e impostores».

A probidade mental e científica era a constante preocupação de Sanches. A sua seriedade não lhe permitia ser charlatão consigo, nem com os outros.

No seu ensino — como professor — não se resignava a repisar caminhos de há muito percorridos. Diligenciava pensar de conta própria, apresentando ciência de investigação pessoal. Falando de si, dizia seguir o método experimental, «e não o dalguns que, como os burros dos moleiros,

levam ao moinho o trigo, mas trilhando sempre os mesmos caminhos já trilhados e assim sem nada de original, sem nada de seu, mais não fazendo que moer e remoer as doutrinas alheias, por sinal bem mal moídas!».

Durante mais de quarenta anos, Sanches lecciona na Universidade e, como é natural, chegou a fatigar-se deveras. Lamentava que não estivessem as coisas dispostas para um oportuno jubileu que lhe permitisse descansar na hora própria. Dele a confidência:

«Outrora, os antigos soldados, depois de terem passado a maior parte da vida nas armas e nas fortalezas, eram licenciados e presentados com terras e casas onde pudessem viver, em paz e tranquilos, os últimos dias da existência. A nós, porém, que, com sacrifício e persistente esforço de inteligência, sustentamos, em cheio, e doentes, esta milícia das letras, nem sequer nos é concedida uma reforma, no extremo currículo da carreira, ou, ao menos, um alívio nos trabalhos, quanto mais casas ou terras, onde acalentarmos a velhice esgotada pelo estudo!»

Sanches conciliou sempre o magistério com a sua actividade clínica — tão solícito era na atenção aos seus alunos, como no amor aos seus doentes. A esse propósito, disseram seus filhos Dinis e Guilherme:

«Desde que foi convidado para reger uma cadeira de artes liberais nesta célebre Universidade de Toulouse e, mais tarde, concorrer a outra cadeira na Faculdade de Medicina, consagrou-se ao interesse geral com tal zelo que, para poupar a sua saúde, recusou muitas coisas. Desde logo, não mais se dedicou às suas coisas particulares e, como se tivesse nascido para o bem público, dedicou-se somente às coisas públicas. Pelo ensino guiava uns, pela medicina cuidava de outros, não cuidando menos dos doentes do que guiava os alunos. E estava de tal modo à disposição de todos, que nem a multidão dos doentes privou os alunos das horas de ensino, nem o ensino prejudicou o mínimo medicamento necessário.

Dir-se-ia que estava ocupado tanto com uns como com outros. Assim ensinou, e não prejudicou; experimentou, e não enganou; avançou e morreu condignamente» (3).

Magistério médico sem clínica efectiva é um magistério que, necessariamente sofrerá de fracos alicerces. Nesse erro não quis cair Sanches. Honra lhe seja!

Sanches zombava dos retóricos, a respeito dos quais dizia: «exercem

---

(3) Em Artur Moreira de Sá, *Francisco Sanches, Filósofo e Matemático*, II, págs. 582-583, Lisboa, 1947.

apenas uma loquacidade inútil». Segundo ele, «os retóricos e os poetas assemelham-se aos que põem em cena tropas e acampamentos nos jogos e espectáculos públicos, onde é mais para desejar o brilho que a força».

Sanches queria (e praticou) um magistério bem alicerçado na experiência, e jamais um magistério feito simplesmente, ineficazmente, de «sopros de voz» — *flatus vocis*.

Uma vez que de mestres e discípulos estivemos falando, segundo o pensamento de Francisco Sanches, diremos nós, agora, em linguagem de actualidade, a que nível se deve processar a relação mestre-aluno, no plano pedagógico.

DIÁLOGO MESTRE-ALUNO

Mestre e discípulo só podem compreender-se a nível de diálogo.

Toda a cultura é diálogo — directo ou indirecto, *de aqui e de agora*, ou do presente para o passado, e de lugar para lugar. Mas sempre diálogo. É diálogo *flagrante* na escola, na qual, diariamente, ele se estabelece entre mestre e discípulo, provocado um pelo outro. É diálogo, se vai do livro para o leitor, livro nas mais variadas línguas, com leitores mais ou menos poliglotas. Sempre diálogo. Sempre dize tu, direi eu. Sempre permuta de ideias, motivo de objecções de parte a parte, talvez com seu quê de polémico, talvez a nível de serenidade, e tendo sempre subjacente a ele a *libido sciendi*, a *libido investigandi*, a *libido docendi*.

Ainda quando julgamos estar fazendo monólogo, ainda então em nós praticamos um diálogo surdo, porque estamos cotejando ideias, ou para com elas concordarmos, ou para delas discordarmos. Pensar a sós é sopesar ideias. É avaliá-las por todos os ângulos.

O ideário do passado está constantemente vindo à boca da cena para representar o seu papel, e os receptores do presente estão sempre prontos, quer a dar o seu aplauso, quer a pateá-lo, quer a discuti-lo, marcando o que nele é caduco, ou o que nele está ainda vivo ou até promete perenidade.

A humanidade actual é herdeira do espólio cultural da humanidade pretérita. E, dialogando com esta, faz a sua crivagem de ideias. Não aceita esse espólio sem bruto. Critica-o. Peneira-o. Faz que nele a separação entre joio e trigo. Rejeita aquele, aproveita este. E com este faz novas sementeiras. E as gerações futuras dialogarão — em espírito — por sua

vez com as gerações agora presentes, para, por sua vez, fazerem trabalho selectivo, sempre na mira de irem mais longe e mais fundo.

Ninguém pode falar de existência *tout court*, mas só de coexistência. Somos em função dos que já foram, dos que estão sendo e, até, dos nascituros. Somos o produto dum diálogo com os contextos de agora, do passado e até, paradoxalmente, do futuro.

Ninguém se faz a si próprio culturalmente, a nível de inteira originalidade. Todos chegamos muito tarde, a um mundo já muito velho. O que somos, culturalmente falando, é o resultado do diálogo, explícito ou implícito, com o espólio cultural que recebemos, e que modificaremos, acrescentando, cortando, aprofundando, indo mais além em originalidade, se para tanto nos sobrar talento e génio. Sobretudo *génio* — que é poder catalisador, fermento levitador, e, como o próprio étimo insinua, capacidade *geradora*.

Nenhum de nós é como a aranha que tira a teia de si própria. Quanto sabemos, e como sabemos, deita raízes para o diálogo bem sonoro do «bate-papo», ou para o diálogo tácito com os livros. É no clima desses diálogos que nos aperecemos da nossa ignorância, da nossa real cultura, da nossa fraca ou grande agilidade mental. Os diálogos são testes cruciais para avaliarmos do quilate das nossas ideias. Curam-nos de dogmatismos. Ajudam-nos a ser, intelectualmente, humildes. Os diálogos são, com efeito, óptima oficina de contrastaria da nossa moeda cultural, do nível da nossa inteligência, como quem diz capacidade de *intellegere*, étimo de inteligência, que outra coisa não é esta senão a capacidade de ler (*legere*) as relações existentes entre (*inter*) as ideias, os factos, os acontecimentos, os fenómenos.

Diálogo é encontro e recontro activo de ideias. Só pela sua mediação, poderemos dizer se estamos bem seguros ou em crise de ideias.

Diálogo significa a necessidade que temos todos uns dos outros. Não possumos, por via de regra, o dom de nos autobastarmos intelectualmente. No jogo dialéctico — e só nele — é que se afina o espírito, só aí ele ganha destreza, confiança em si próprio.

Mestre e discípulo devem dialogar, de contrário a si próprios se estão negando. Tem que haver, entre eles, um jogo activo de ideias. Nem o mestre desdenhará das objecções do discpulo, nem este se intimidará em fazê-las. Mestre dogmatizante não serve. Discípulo de pura receptividade, sem espírito crítico, também pouco ou nada vale. A atitude crítica será recíproca entre mestre e aluno, porque só assim o diálogo promete ser eficiente, construtivo de parte a parte. Ai do mestre que não suscite a crítica

do aluno! Ai do aluno que, preguiçosamente, aceita a palavra do mestre! A verdade tem de saltar da chispa crítica entre mestre e aluno que fazem «bate-língua».

O mestre não deve subir nas tamanquinhas da mestrança sem direito nem avesso, da mestrança dogmática, fazendo crer que está na posse de verdades com credenciais para todos os tempos e lugares. E o aluno, por sua vez, não jurará pelas «verdades» do mestre, supondo-as vacinadas contra o espírito crítico. Importa que um e outro se persuadam de que a ciência é feita de aproximações sucessivas: nunca está feita, está-se fazendo e refazendo sempre, a de hoje emendando a de ontem, a de amanhã emendando a de hoje. Isto, sempre e sem fim.

O diálogo entre mestre e aluno tem que ser maiêutico, de parte a parte As palavras do mestre serão catalisadoras do pensamento pessoal do aluno, e as do aluno serão, por sua vez, espevitadoras do pensamento do mestre. Hão-de ser ambas fermentos levitadores, de contrário torna-se mortiço e logo perde eficiência. O seco «sim», ou o seco «não», no diálogo, entre mestre e aluno, correspondem a preguiça mental. E mau é isso. O ideal é que ambos saiam do diálogo mais ricos do que nele entraram. Ricos em agilidade mental, ricos em profundidade, ricos em recíprocas vivências.

No diálogo, por mau caminho pedagógico seguirá o mestre, se não ajudar o aluno a ajudar-se a si próprio. Diálogo de respostas prontas, sem dar margem a que o interlocutor pese o teor das perguntas, para elas escogitando a réplica que não seja simples «sopro de voz», é diálogo perdido. Dele se sai com uma das mãos do espírito cheia de nada, e outra cheia de coisa nenhuma. Mestre e aluno hão-de espevitar-se mutuamente. Um poderá dizer: «ensinando, aprendo». O outro dirá: «aprendendo, ensino». É esse, com efeito, o resultado do autêntico diálogo, do diálogo-fricção-intelectual. O que não for isso é vazio jogo de palavras.

O diálogo implica pluralidade de pontos de vista, para começar, o que não quer forçosamente dizer que não remate em convergência. Uma convergência lógica. Nunca (dos nuncas!) uma coincidência imposta pelo mestre. Abrenúncio! O frente-a-frente só é produtivo, se ambos os dialogantes, em vez de fazerem subjectivo fincapé nas *suas* ideias, fizerem, isso sim, objectivo fincapé *na* verdade, que para ambos será alfa e ómega. Ambos serão amigos de *si próprios*, mas ainda o serão mais *da verdade*. Farão jura de servir *a* verdade, e não os seus amores-próprios. As divergências não serão levadas à conta de descortesias, mas de culto *à* verdade.

Seja o mestre *magister*, mas fuja de ser *magister dixit*, de palavra

intangível, marcada apenas para ser retida que não controvertida. Fuja, outrossim, o discípulo de praticar o discipulato servil, o da repetição tintim por tintim da palavra magistral. Mestre que se contentasse com discípulo dessa espécie, seria indigno da sua função. E discípulo que se desse por satisfeito só com ser o eco do mestre, a si próprio se estaria passando certificado de inferioridade mental.

Evite-se a lição *ex-cathedra* para ser repetida *ipsis verbis* pelos alunos. Do ponto de vista pedagógico, isso corresponde a uma fraude. Todo o convívio mestre-aluno será um formigar de ideias batidas e debatidas a nível bilateral. Se o aluno se limitar a repetir o mestre, e este se der por satisfeito com a repetição, nem um nem outro estarão fazendo real progresso. Haverá nesas atitudes um puro sofisma. O mestre parece que ensina. O discípulo parece que aprende. Mas o ensino de um e a aprendizagem de outro são coisa estática, quando importaria que fosse dinâmica, reciprocamente criadora.

Claro que o diálogo tem ocorrer a nível de simpatia, porque, se assim não for, a catálise das ideias será prejudicada de um lado e doutro — do lado do mestre e do lado do aluno. Simpatia que não exclui a seriedade. Familiaridade que não troca os sinais à eficiência. Frente-a-frente, estarão duas personalidades e não dois bonecos de engonços.

Importa acentuar que o diálogo será, quanto possível, do mestre com todos os seus alunos, e não concentrado a hora inteira apenas com um. Todos estarão autorizados a intervir. E a todos o mestre dispensará o mesmo acolhimento. Nada de modos discriminatórios. E é dever do mestre aliciar para o diálogo os mais renitentes, fugidios, como que a dizerem que não os macem. A pouco e pouco, o mestre os irá conquistando para a euforia da descoberta de ideias de conta própria, através de um interrogatório o mais socrático possível.

Platão quem dizia: «Dou graças a Deus, por ter nascido Grego, e não Bárbaro, livre, e não escravo, homem, e não mulher. Mas dou-as, sobretudo, por ser contemporâneo de Sócrates».

Sócrates, eis o grande mestre, o admirável pasturejador de espíritos, o diálogo feito gente, o catalisador de inteligências nascentes, o pensador que «fez descer a filosofia, do céu à terra».

Sócrates, eis o mais lépido dos espíritos críticos, o Ateniense que foi, simultaneamente, cidadão do mundo.

Que admira, pois, que Platão se honrasse da contemporaneidade desse homem, que, antes de lhe darem a beber acicuta, deu, ele próprio, a beber, aos seus compatriotas a ambrosia da razão autónoma.

Platão foi doscípulo de Sócrates. Discípulo servil? Aproveitou o ensino do mestre, para dar o salto à sua específica personalidade.

Ai dos discípulos que são o tintim por tintim dos mestres a toda a hora tendo, na boca, o preguiçoso argumento do *magister dixit!*

Ai dos mestres que, dos seus discpulos, exigem a repetição textual daquilo que lhes ensinam.

O mestre que se preza a si mesmo, e tem real amor aos seus discípulos, proclama, alto e bom som, que a educação deve equacionar com libertação.

O inolvidável mestre ajuda os seus alunos a ajudarem-se a si próprios, não quer que lhe sirvam de simples eco. Procura criar neles a autoconfiança, o prazer da descoberta e invenção pessoais. Tudo, menos a subserviência.

O melhor mestre dá o pontapé de saída, e logo deixa o resto do jogo por conta de quem o deve jogar. Procura dispensar-se, o mais possível.

CONTRA O MAGISTERDICITISMO

Sanches não chegou, no ataque ao saber dos antigos, a ponto de dizer, como Paracelso, que os cordões dos seus sapatos ou os pêlos da sua barba sabiam mais medicina que esses mesmos antigos. A tanto não foi a sua ousadia. Mas, por mais autorizados que fossem uns quantos nomes antigos, nunca os antepôs à experiência, que para ele era o supremo padrão da veracidade de todos os conhecimentos. O magisterdicitismo não teve o seu aplauso. Precisamente o contrário. Em relação a esse magisterdicitismo, foi uma das mais temíveis catapultas. Sem as contundência apoplécticas de um Paracelso, bem podemos afirmar que Sanches teve seu quê de Lutero da espistemologia tradicional.

Paracelso preparou campo a Francisco Sanches. E campo lhe preparou também o nosso Garcia de Orta, inimigo declarado dos argumentos de autoridade e franco apologista da experiência, alfa e ómega do autêntico conhecimento. São dele as consabidas palavras: «não me ponhais medo com Discórides, nem Galeno; porque não hei-de dizer senão a verdade, e o que sei». «Eu não dou fé do que não vi». «Não duvido já, pois vejo com os olhos».

Sanches queria a experiência em todos os sectores. Assim, por exemplo, qual dos médicos, em igualdade de circunstâncias, curará melhor: aquele que nunca *experimentou* as doenças dos seus doentes, ou aquele

que já as *viveu*? Naturalmente aquele que já as experimentou, no seu pungente dramatismo. Demos a palavra a Sanches:

«Houve alguns médicos que afirmaram que o médico, para ser perfeito, devia sofrer todas as doenças, pois só assim poderia formar delas um juízo exacto; e essa opinião não se pode considerar inteiramente tola, embora nesse caso fosse preferível não ser médico. Efectivamente, como é que há-de formar um juízo exacto acerca da dor aquele a quem nunca doeu nada? Diagnosticamos melhor nos outros as dores e doenças que experimentamos em nós mesmos. Como é que um cego, ou um sujeito de vista defeituosa, há-de proferir uma sentença justa acerca de cores, ou um sujeito meio-surdo acerca dos sons, ou um paralítico acerca das qualidades tácteis?»

E Francisco Sanches fecha, assim, as suas considerações: «É por essa razão que se diz que Jesus Cristo quis sofrer as misérias humanas, para que, experimentando as nossas desventuras, mais se compadecesse de nós.

Compadece-se mais facilmente de um pobre quem já foi pobre, de um cativo quem já esteve cativo, e de um infeliz aquele que já o foi, do que aquele que nunca foi pobre, nem cativo, nem infeliz».

Dize-me as vicissitudes por que passaste — poderíamos nós acrescentar — e eu te direi da tua capacidade para compreenderes as vicissitudes do teu semelhante.

Podia Sanches, como qualquer, fazer muitas citações, esmagando os seus leitores com uma fácil — ou difícil — erudição (*). Mas, propositadadamente, o não fazia. Na constante reverência para com os autores — no magisterdicitismo — via uma atitude de servilismo mental. Tinha essa atitude por mais própria de um espírito inculto do que de um espírito livre que busca a verdade. Para tudo queria uma adesão profunda, filha da experiência e da razão. Nada de aceitar isto ou aquilo — só porque uma grande autoridade o disse, mas porque a experiência e a razão lhe confirmavam, em toda a linha, as afirmativas ou as negativas dessa grande autoridade. A razões queria que contrapusessem razões. Responder com impropérios ou negações tradicionais, isso lhe parecia indigno dum espírito intelectualmente honesto.

(*) Disse Francisco Sanches: «Não exijas de mim muitas citações ou uma reverência para com os autores, mais própria dum ânimo servil e inculto do que dum espírito em busca da verdade. A autoridade manda crer; a razão demonstra».

Todavia, nem mesmo confiança absoluta lhe merecia a razão — «falaz e obscura».

No respeitante ao conhecimento que nos é dado pelos sentidos, Sanches não é unívoco, porquanto, ora chama aos sentidos juízes certíssimos de tudo — *certissimum omnium judicem* —, ora diz que os sentidos não nos podem dar o conhecimento da substância, e nem mesmo nos dão um conhecimento perfeito dos acidentes, porque se enganam, muitas vezes.

O *Quod nihil scitur* é obra acentuadamente polémica contra a filosofia tradicional, feita de servilismo perante Aristóteles e de magisterdicitismo: *magister dixit*, e porque o disse, e o disse de maneira definitiva, tocar-lhe é um sacrilégio de bradar aos céus. A Escolástica que Sanches encontrou, e contra a qual a catapulta da sua crítica implacável, crítica à qual não falta a agudeza da ironia, era, com efeito, uma filosofia essencialmente palavreira, logorreica, constituída por malabarismos dialécticos, em que fervilhavam as falácias, uma espécie de preciosismos da filosofia, um tanto parecido com o preciosismo que, mais tarde, surgiria na literatura do século XVII.

Sanches, vivamente impressionado com as desonestidades intelectuais da Escolástica, atirou-se a ela com ardor, com arrebatamento, disposto a criar, à volta dela, um clima de troça e de antipatia.

Aliás, não é essa a opinião de Severiano Tavares, ao afirmar: «O *Quod nihil scitur* não é uma obra essencialmente polémica, como até hoje se tem tantas vezes repetido, para combater Aristóteles, o peripatismo, o silogismo, a Escolástica; é, sobretudo, obra de apologética, pretendendo mostrar a fraqueza e os enganos a que está sujeito o raciocínio humano, na busca da obtenção da verdade.

É, por outras palavras, a história sucinta dos desvios da razão humana abandonada a si mesma» (5).

Se o leitor conhece o *Quod nihil scitur* terá seu juízo formado sobre o teor da obra. O nosso atrás o deixámos expresso (*).

---

(5) *Francisco Sanches e a Filosofia cristã*, pág. 7, Braga, 1952.

(*) (Capítulos do livro inédito FRANCISCO SANCHES, CATAPULTA DO MAGISTERDICITISMO, E PREGOEIRO DA EXPERIÊNCIA).

Nota sobre a Igreja de N. S.ª de Guadalupe, de Braga, relativamente ao surto dos espaços curvilíneos, na arquitectura setecentista lusa e brasileira

Por MARIO BARATA

A curvilínea e expressiva Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, no alto do pequeno Monte do Reduto, em «alameda de recreio» sobranceira à Avenida dos Combatentes (antigo Campo de Santana) da cidade, é um dos muitos edifícios religiosos da importante «urbs» do Minho — que os apresenta, frequentemente, dentro do seu perímetro ou nos arredores, mais históricos ou monumentais — o que leva alguns moradores a se esquecerem da sua presença, no conjunto da «Roma portuguesa». Mas nem por isso passou despercebida dos amantes das belezas urbanas da que foi Bracara Augusta, ou dos estudiosos de sua arte.

Germain Bazin, entre os historiadores contemporâneos, foi quem a destacou através de dois comentários no seu importante artigo «Reflexions sur l'Origine et l'Évolution du Baroque dans le Nord du Portugal» (1), no qual publica foto de seu exterior, visto quase lateralmente (2), e croquis de sua planta baixa, por ele levantada. Na legenda da referida foto, o eminente especialista francês indica, com exactidão: «Reedificada no episcopado do bispo Dom Rodrigo de Moura Teles (1704-1728». Baseia-se para essa afirmação em cronistas que não cita nominalmente — já que trata do assunto de passagem. Isso ocorre nas páginas nove e dez do seu artigo, quando cuida do empreendimento, bem mais empenhativo, do Santuário

---

(1) *in Belas Artes*. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes. N.º 2, Lisboa, 1950.

(2) Ilustração estampada como «Figura 9».

do Bom Jesus de Braga, com a «igreja terminada em 1725» e opina: «deslocada 50 anos depois pela pressão das abóbadas, teve de ser demolida e deu lugar ao grande edifício de Amarante. Ela devia ser de um estilo clássico a julgar-se pelas outras construções de Dom Rodrigo, em Braga». É aqui que Bazin comenta, em nota de pé de página: «Quanto à graciosa igreja de planta central de Guadalupe, (Fig. 9), cronistas atribuem a sua fundação a Dom Rodrigo; entretanto, o edifício traz inscrita a data de 1747» (3). Os cronistas a que Bazin se refere podem ser os que publicaram memórias sobre o Bom Jesus do Monte, falando de seu fundador, pois é através desta encruzilhada temática, que N.ª S.ª de Guadalupe chega ao artigo do conhecido estudioso francês, como vimos. Todavia entre a afirmação da legenda da foto e a dúvida levantada na nota citada, o autor revela uma hesitação. Hesitação que o eminente mestre não teve tempo ou oportunidde de evitar. De qualqur forma assume a paternidade de um destaque à «graciosa» ermida bracarense, na historiografia artística contemporânea.

No tocante à análise das formas do que foi o primeiro edifício do Santuário do Bom Jesus do Monte, que era o seu objectivo essencial na passagem em questão do texto, Bazin tinha razão em suspeitar ter havido regularidade clássica no edifício. Contra a hipótese de Alberto Feio em seu *Guia do Bom Jesus*, de que o Santuário seria elipsoidal, Bazin interroga «o desenho feito por Amarante antes da destruição deste santuário» (4), pelo qual «se poderia pensar, antes, que a nave fosse circular»...

Um desenho setecentista do escadório do Santuário do Bom Jesus do Monte, de autor anónimo, esquemático, mas bem descritivo, existente na colecção do profesor Manuel Braga da Cruz, em Braga (5) mostra que real-

---

(3) A tradução para o português, destas citações, é da minha autoria.

(4) *Op. cit.*, nota 3, na página 6. Deve referir-se ao Panorama de 1789, existente no Museu do Bom Jesus.

(5) Onde o examinei, em 1973 e em 1977, graças a cortezia desse ilustre bracarense. No mesmo desenho aparece a Fonte do Moisés fazendo jorrar água, a qual hoje não mais existe. É indicação importante de elemento simbólico talvez típico nos Sacro-Montes. No tão famoso de Varese, na Itália, conserva-se até hoje importante fonte seiscentista, com estátua de Moisés. Adiciona-se em achega, que M. Braga da Cruz revelara, em artigo em *Bracara Augusta*, tratando de arquitectura, que coube ao Dr. Nicolau Barata, na qualidade de presidente ou provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, a decisão de adquirir, para a instituição, a Casa do Raio, às vezes dita «do Mexicano», significativo projecto de André Soares. Esse provedor era o irmão mais velho do Juiz Dr. Domingos Manuel de Melo Falcão Barata, ambos nascidos em Braga, em solar na Av. Central.

mente o templo era circular. Do circular desse templo até a planta central com quatro calotes semi-circulares unidas por arco de circunferência, que surge em 1725 na igreja de N.ª S.ª de Guadalupe, na época do mesmo arcebispo, há uma unidade no uso maneirista de curvas regulares. Contudo na ermida do centro de Braga, como na igreja do Senhor Jesus, em Barcelos, do arquitecto João Antunes, de cerca de 1708, ocorrem uma multiplicação de superfícies contrastadas e um gosto da curva que já prenunciam uma passagem ao barroco, de sabor borromínico. É essa a importância da pequena igreja bracarense que preludia, de certa maneira, a bem mais tardia Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto, no Brasil — tão realçada em livro fundamental do professor Paulo F. Santos — em cuja nave e capela-mór dois espaços ovais se interceptam, mas cuja fachada é em arco de circunferência, com duas torres adjuntas de planta circular. Esta igreja brasileira de cerca de 1762, com frontispício de 1784-1785, foi bem estudada pelo citado prof. Paulo F. Santos, por Germain Bazin e pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (6).

Que a capela de N.ª S.ª de Guadalupe é de 1725, não há dúvida. Em Abril de 1973, o padre que rezara missa em domingo, na igreja, mostrou-me a seguir, no arquivo da mesma, antigo livro de Atas da Irmandade, em que vinha especificada decisão, naquele ano de 1725 e com o apoio de Dom Rodrigo de Moura Teles, tomada relativamente à construção do edifício definitivo da Igreja, referindo-se ao início da mesma. Não tinha razão o estudioso Albano Bellin que, em sua *Descripção histórica de todas as egrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros Monumentos de Braga e* Guimarães (7), se deixa levar pela data de 1747 que o edifício porta. Diz o autor... «Monte do Reduto, hoje transformado em alameda de recreio, havia em tempos afastados uma capela de Santa Margarida, a qual se demoliu para em seu lugar ser construída no ano de 1747 a que hoje existe, em forma de cruz grega, dedicada à Virgem Mãe de Deus e para cuja obra contribuiu com 100:000 réis o generoso Arcebispo de Moura Teles. Tem sobre a porta estes dizeres: PROTEGAM / URBEM ISTAM / 1747». É muito comum, o edifício possuir em seu frontispício uma data posterior à de sua edificação. Sabe-se que o arcebispo faleceu em 1728, o que corro-

(6) Respectivamente nos livros: *Arquitectura Religiosa de Ouro Preto*, Kosmos, Rio, 1951; *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil, Plon* — Museu de Arte de São Paulo; Paris, 2 vol., 1956-1958. No caso do IPHAN, ver-se sobretudo a Publicação n.º 15, *António Francisco Lisboa, «O Aleijadinho»*, Rio, 1951 (distribuída em ano posterior), nota 41, na p. 45.

(7) Lisboa. Empreza da História de Portugal. Livraria Moderna, 1900.

bora a dificuldade de ser o projecto e a maior parte de sua realização, de 1747.

A forma redonda da igreja chamava a atenção. Na oitocentista «Descrição de Braga no Seculo Passado / pelo Padre Luiz Cardoso, Oratoriano de Lisboa», há referência a essa forma, ao tocar ele na N.ª S.ª de Guadalupe.. Diz o autor: «No monte de Santa Margarida, que serve de padrasto a esta cidade, e hoje é chamado do Reduto, se acha a Ermida, que antigamente se presume foi de Santa Margarida: hoje porém é dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe, cuja capela se acha reedificada de novo, em forma redonda, e há nela sua Confraria». ...«Tem tres altares, o maior com a imagem de N.ª S.ª de Guadalupe, e dois colaterais, um com a imagem de Cristo Crucificado e o outro com a de N.ª S.ª do Pilar» (8).

Essa «forma redonda» distinguia a ermida, no conjunto das construções bracarenses, nessa época. Ela e sua disposição em planta central possuem precedentes lusos imediatos, de certa maneira, na planta de Santa Engrácia de Lisboa e na do Senhor Jesus de Barcelos, ambas de João Antunes.

A primeira e tão importante igreja citada é do final do século XVII. Ao realizar-se o projecto que que foi realmente executado, a planta concentrou-se num ponto gerador quadrangular, minimamente talhado nos cantos.

João Antunes trabalhou ali como arquitecto, já citado por documento em 1681, como revelou Ayres de Carvalho no seu livro *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas* (9), transcrevendo na página 38 documento pelo qual João Antunes «está eleito para olheira da obra que se manda fazer de novo». Ayres mostrou ainda que a planta de Santa Engrácia foi directamente inspirada na planta baixa ideada por Baltazar Peruzzi para

---

(8) Está incluída na *Memória de Braga/Contendo muitos e interessantes escriptos/... etc.* Obra póstuma do Comendador Bernardino José de Senna Freitas. Tomo V, Braga, Imprensa Católica, Campo dos Remédios, 7; 1890.

(9) Edição da Academia Nacional de Belas Artes, subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1971. Ayres revela outros documentos importantes nesse livro, concluindo ter sido João Antunes, o autor de Santa Engrácia, às vezes designado Mestre Pedreiro, o que na época era, na prática, equivalente à denominação de Arquitecto. A Manuel do Couto, falecido em 1730, foi dado, desde 1713, o encargo da continuação das obras de Santa Engrácia. Este artista, «mais engenheiro do que arquiteto», no dizer de Ayres de Carvalho (p. 73), assinou desenho referente ao Aqueduto dos Arcos do Rio de Janeiro, do qual Marcos Carneiro de Mendonça tem cópia fotográfica, no Brasil.

a igreja de São Pedro, em Roma, publicada no *Tratado* de Sebastião Serlio, então obra corrente também em Portugal.

Na Academia Nacional de Belas Artes, em Lisboa, existiam, em 1950, duas plantas do século XVII (hoje extraviadas) dadas como de projectos ou estudos para a igreja de Santa Engrácia. Reinaldo dos Santos endossou essa interpretação (10) e diz que as mesmas eram assinadas por João Nunes Tinoco. Ayres de Carvalho informa que as assinaturas existentes eram somente Tinoco e as atribuiu ao Arquitecto e Padre Francisco Tinoco da Silva, pondo em dúvida que se relacionassem com Santa Engrácia, por não se achar isso documentado. De qualquer maneira as duas plantas de Tinoco parecem relacionar-se entre si, possivelmente como variantes de um estudo. Alterariam elas um modelo partido do de Peruzzi, já referido?

A planta executada — será coincidência? — simplificava decididamente e unificava alguns aspectos das duas plantas assinadas por Tinoco, conjugando os arcos de círculo de uma aos torreões quadrangulares de outra, mas encerrando o espaço numa definida planta central, coerente e de forte impacto visual. Essa solução de planta central utilizando parcialmente curvas, elaborada, no caso, a partir de planta italiana do início do século XVI, repercute logo em outra obra de João Antunes: O Senhor Jesus, em Barcelos, de cerca de 1708. Esse importante arquitecto trabalhou para o arcebispado de Braga inclusive projectando a sacristia da tradicional Sé da cidade. Antunes tem actividade conhecida entre 1678 e 1712 (11), o que, reunida a outros motivos, impediria a atribuição de autoria de N.ª S.ª de Guadalupe de Braga, a esse artista.

A igreja de Barcelos está aparentemente mais perto de Santa Engrácia do que da Guadalupe, pois alterna no seu perímetro espaços rectangulares com segmentos de círculo, se bem que, em Santa Engrácia, os elementos quadrangulares se encaixem externamente quase como quatro torreões. No Senhor Jesus, o núcleo interno é de dominante curvilínea.

(10) Cf. o estudo de Reinaldo dos Santos, «Plantas e Desenhos Barrocos», *in Belas Artes*, 2.ª série, n.º 2, Lisboa, 1950, pp. 60-63. Nesse texto, o conhecido estudioso aventa a hipótese da modificação das duas plantas de Tinoco — considerando-as destinadas a Santa Engrácia — dizendo: «a terceira, a que de facto corresponde ao que se construiu, não sabemos quem a traçou, se foi Tinoco ou já João Antunes». Na *História del Arte Portugués*, de sua autoria (ed. Labor, Barcelona, etc., 1960, p. 90. existindo anterior edição desse texto, em francês), Reinaldo dos Santos já opta por João Antunes, referindo ainda outro escrito em que assumiu a mesma posição. Posteriormente duvidou de novo da autoria, como destaca Ayres de Carvalho, no livro, já citado, sobre Santa Engrácia.

(11) Cf. Robert C. Smith, *Art of Portugal*, Meredith Press, N. York, 1968, p. 87.

A baixa cúpula desta igreja da cidade minhota difere da solução de nave alta, em caixa quadrangular, de N.ª S.ª de Guadalupe, que teve solução parecida bem mais tarde, na igreja de N.ª S.ª da Lapa, em Arcos de Valdevez, atribuída a André Soares, terminada em 1767 ([11a]).

A solução de sacristia rectangular aposta à planta central de elementos curvilíneos em Braga (1725), se aparenta fortemente a disposição da junção da sacristia rectangular aos ovalados da nave e capela-mór da igreja de N.ª S.ª do Rosário de Ouro Preto (1762 a 1784-85).

Assim, no predomínio das curvas da nave e frontispício, a ermida de N.ª S.ª de Guadalupe assume uma posição importante no desenvolver dos espaços internos na arte lusa. Como a superfície poligonal facetada se aproxima, como efeito visual, da superfície curvilínea, ela divide com a igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro do Rio de Janeiro, baseada em dois polígonos alongados e dada por fonte da época verosimilmente como tendo construção iniciada pouco após 1714 — talvez terminada cerca de 1749, segundo interpretação de Moreira de Azevedo seguida por A. C. da Silva Telles ([12]) — uma precocidade digna de maiores estudos, no desenvolvimento do barroco português e no luso-brasileiro. Esse evolver chegará às plantas de nave praticamente elipsoidal de São Pedro dos Clérigos do Porto (iniciada em 1732, por Nasoni), da nave quase ovalada do templo homónimo do Rio de Janeiro (de 1733) atribuído ao português José Cardoso Ramalho e ao edifício com ovalados na nave e capela-mór, dedicado ao mesmo orago, em Mariana, MG, (iniciado cerca de 1760-1763) e outro de planta irmã — votada à N.ª S.ª do Rosário, em Ouro Preto, MG (edificado, como vimos, de 1762 a 1785) os dois últimos possivelmente de traça do Mestre José Pereira dos Santos, sendo o posterior risco da empena e frontispício da do Rosário, documentadamente do Mestre Manuel Francisco de Araújo, em 1784 ([13]).

([11a]) Cf. Robert C. Smith, «Tres Artistas de Braga (1735-1775) *in Bracara Augusta*, vol. XXVII, n.º 64 (76), p. 507, onde também observa, em nota 33: «estas plantas complexas profetizam, em Portugal, os traçados complexos curvilineares empregados em Minas Gerais no Brasil, durante o último quartel do século XVIII». Mais precisamente, relembrarei, no terceiro quartel.

([12]) Além de publicação do IPHAN, a respeito da igreja, cf. o excelente livro de Augusto C. da Silva Telles, *Nossa Senhora da Glória do Outeiro*, Agir, Rio, 1969.

([13]) Cf. a publicação n.º 15 do IPHAN, já citada, p. 45. Saiu com data de 1951, mas posteriormente a esse ano,como já disse. Cf. igualmente, no tomo II do livro de G. Bazin, *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*, p. XLV, a nota adicional sobre São Pedro dos Clérigos de Mariana e Rosário de Ouro Preto, na qual leva em conta documentos publicados no *Anuário do Museu da Inconfidência*, ano III, falando de

A influência italiana de um Guarino Guarini e outros arquitectos, na origem de algumas soluções barrocas, está estudada por Paulo F. Santos em seu conhecido livro *Subsídios para o Estudo da Arquitectura Religiosa em Ouro Preto I* (14), que também analisa correlações e afinidades destes templos mineiros com o barroco final espanhol e com o da Alemanha no século XVIII, já dentro do ciclo rococó.

O projecto da igreja de Nossa Senhora de Guadalupe abandonara o contraponto de rectas e curvas. Todavia sem retroceder ao uso de uma só curva regular, pois utiliza várias superfícies curvas em planos diferentes. É por isso um elo — apesar de manter planta central — na evolução para o barroco em Portugal e no Brasil, ocupando como vimos lugar *sui generis*, embora respeitando a planta central vinda do Renascimento. A da Glória do Outeiro, malgrado poligonal, ousava mais na busca do novo, pelo formato alongado da nave, tendente ao elipsoidal. A confluência dos dois caminhos conduziria à notável Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto, cujos três vãos de entrada não estão longe dos arcos do pórtico do frontispício da igreja de Braga.

O recinto do adro ou «alameda de recreio» (ou miradouro) em que se acha a pequena ermida bracarense merece um reparo especial, em vista do seu interesse e dos perigos que a ameaçam em decorrência do actual surto edilício da cidade. Ele foi remodelado no último terço do século passado — caso um testamento de 1870 (15) haja sido cumprido, como é de crer-se. Nesse documento, por recomendação do falecido bispo do Porto também se tratou de erigir-se uma estátua a D. Pedro V.

Na rua de Guadalupe que, vinda do lado da rua de Santo André, prolongamento da do Carvalhal, atingia o outeiro frontalmente ao escadório da igreja, definia-se, em meados da centúria, uma pequena praça — denominada então Campo Novo do Reduto — na qual se colocou finalmente «a estátua de memória» do extinto Rei, «que deveria ser feita de fino gra-

---

José Pereira dos Santos. Na p. 91 do mesmo volume, na «Notice 139», relativa à segunda igreja acima citada, o conhecido historiador de arte observava atiladamente que a mesma deveria ter sido construída antes do que até então se dizia, objectivando com isso, G. Bazin, «tornar possível que ela tenha o mesmo autor que São Pedro». E termina com segurança: «A questão fica obscura e não poderá progredir senão graças à descoberta de novos documentos». Tinha razão, o estudioso francês.

(14) Rio, 1951. Livraria Kosmos distribuidora. Pp. 138 e segs.

(15) De 6 de Outubro de 1870, a fls 70 (verso), com registo no arquivo da Câmara Municipal de Braga. Devo a F. Bacelar Ferreira a gentileza de haver-me indicado esse testamento.

nito», «com escadório e plinto airoso e elegante» ou de fino mármore, «tendo em volta grade de ferro». Essa estátua, que valorizou aquela área urbana, resultava de disposição testamentária do cónego da Sé Primaz, José Narciso da Costa Rebelo, irmão do Barão de Gramoza e também de D. Jerónimo José da Costa Rebelo, que fora bispo do Porto e em 1870 já estava falecido.

O testamento previa a localização da estátua «na alameda do Campo de Santana», Campo onde aliás residia o cónego Rebelo. Desconhecemos o motivo por que foi erigida no ponto onde hoje se encontra, mas as actas das sessões da Câmara Municipal deverão indicá-lo. Situada no caminho que leva à N.ª S.ª de Guadalupe, terminaram por fundir-se no mesmo empenho de valorização do «sítio mais lindo de Braga», duas disposições, no fundo convergentes, do testamento do cónego, onde o enaltecedor elogio ao outeiro surge igualmente em duas passagens.

No tocante ao terreno circundante da igreja, diz o documento: à ilustríssima Câmara seriam «entregues, por minha morte e de meu irmão Barão de Gramoza», «setecentos mil réis metal para esta, de conveniação com a Irmandade de Nossa Senhora d'agua de Lupe aformoziarem aquelle sitio o mais lindo de Braga mandando por no fim das Escadas huma grade com lanças, os dous corpos dos lados podem ser firmes com dous pilares de pedra e no centro grade para abrir que se fechará todas as noites às trindades, outra grade na Portada que tem com escada para a cangosta» ([16]) (Quingosto — sic) e «se fechar igualmente à trindade — dividindo aquele terreno em ruas, conforme o terreno o permitir, divididas com relva plantas (sic) simétricamente, árvores próprias a passeio, e nunca oliveiras. Capear os muros em volta com a economia precisa, no meio de uma laranja onde se poderá por uma pequena memória que os meus testamenteiros dirão, confio que a Ilustríssima Camara em harmonia com a Irmandade nomeando uma Comissão de Pessoas de bom gosto aformozerão aquele sitio o mais lindo de Braga». Foi com essa ajuda do Cónego Rebelo, que aí representava também o seu irmão, que as muretas e o escadório do adro devem ter sido remodelados e surgiram as grades protectoras do local e o seu ajardinamento. A ornamentação dos espaços do miradouro enriqueceu-se assim, na sua plasticidade.

Na já mencionada Planta da Cidade de 1857 ([16]), está indicada qual era a cangosta referida no testamento: trata-se da Cangosta do Sardoal,

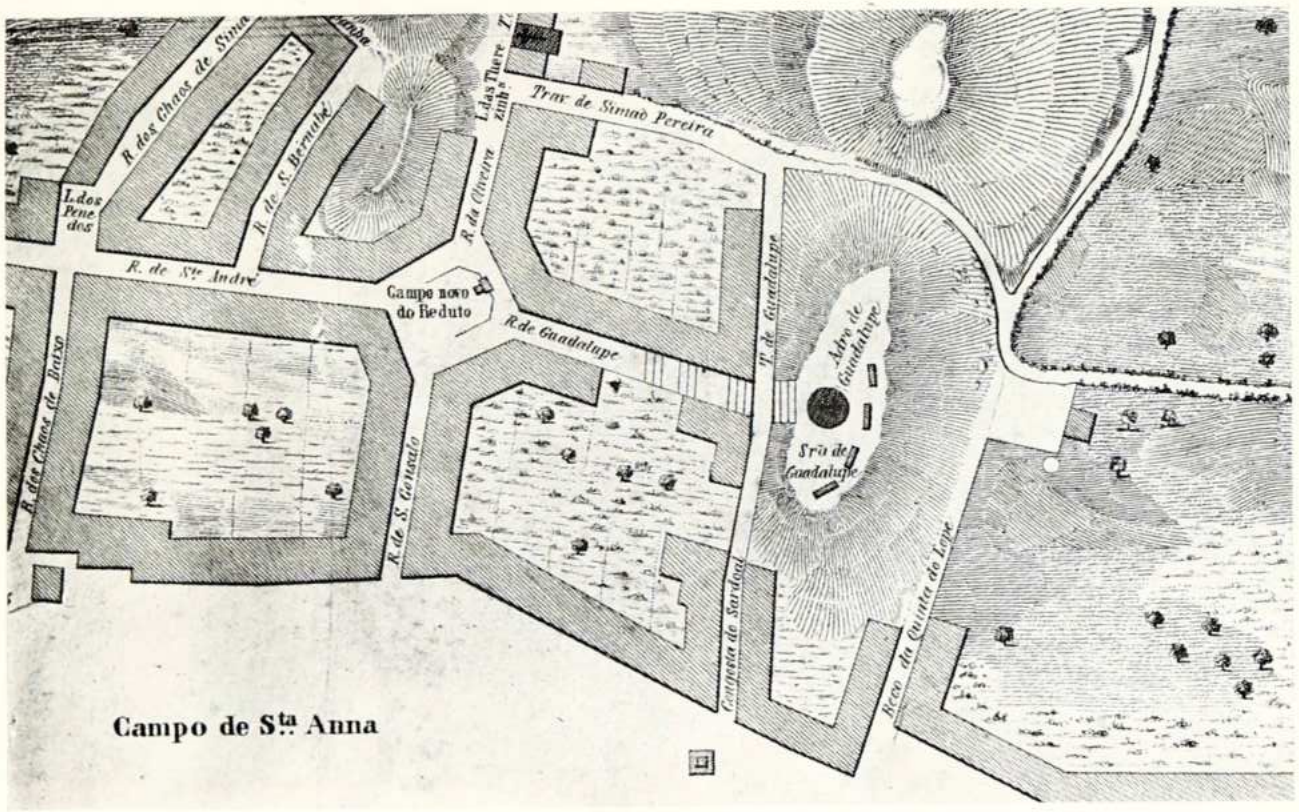
---

([16]) Cf. planta de Braga, no séc. XIX, levantada pelo lente de matemática do Liceu Nacional de Braga, o bacharel Pereira Caldas, em 1857, e litografada no

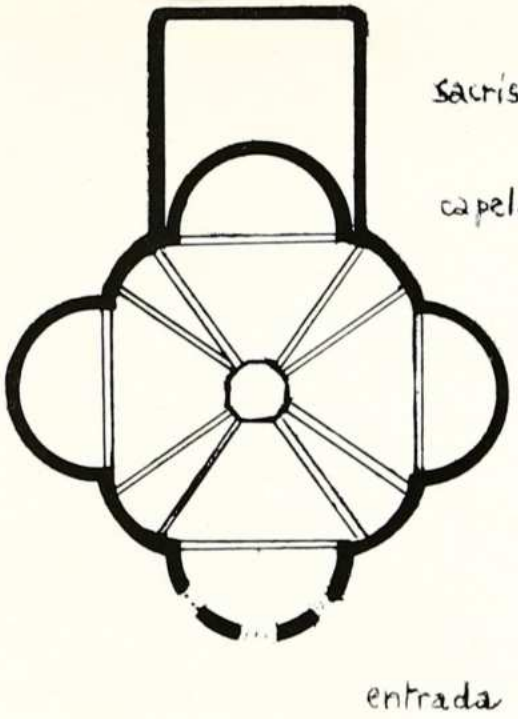
pequena ladeira que do Campo de Santana vai até em frente ao escadório que conduz ao adro de Nossa Senhora de Guadalupe, local em que ela atinge a Travessa de Guadalupe, que de certa maneira é a sua continuação. Cangosta é o termo usado ainda hoje em Braga para pequenas travessas ou becos, a exemplo da Cangosta da Palha, próxima da igreja dos Congregados. A rua que sai frontalmente do escadório, ela mesma parcialmente em degraus, é a rua de Guadalupe como já vimos e vem referenciada na aludida planta de 1857.

A agradável posição da igreja e do miradouro transformava-os romanticamente em duas das belezas da cidade, como estamos vendo, tanto pelo seu lado paisagístico, recolhido e íntimo — ao qual o oitocentos foi tão sensível — como pelos elementos arquitectónicos. Alguns desses aspectos acham-se hoje, infelizmente, ameaçados pelas transformações edilícias ao derredor, às quais a Câmara Municipal deverá estar atenta para preservar o espaço do outeiro, como «alameda de recreio» ou adro, circundado de ar e não de edifícios altos. A arte e a paisagem valorizam ali a igreja e a cidade e deverão retomar toda a sua dignidade de gosto e de acabamento bem conservado, para honra da antiga Bracara Augusta.

Rio de Janeiro na Lith. de Brito & Braga, Travessa do Ouvidor, 14-15-17. Foi-me gentilmente revelada pelo historiador de Braga, sr. Luís Costa, que dela ofereceu-me cópia. Em aposto ao seu título é dito que Braga é «a verdadeira Cintra do Norte».



Enquadramento da Capela de Guadalupe e terrenos circundantes na planta de Pereira Caldas, 1857 (litografia do Rio de Janeiro)



1 — «Croquis» da planta de Nossa Senhora de Guadalupe, em Braga, segundo esboço feito pelo prof. Germain Bazin e publicado em seu trabalho «Reflexions sur l'origine et l'évolution du Baroque dans le Nord du Portugal», como figura A, *in Belas Artes*. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes, Segunda Série, N.° 2, Lisboa, 1950.



2 — Igreja de N. S. de Guadalupe, vendo-se o escadório e parte do adro.

Foto de Armando Barato Lima



3 - Frontispício da igreja.

Foto de Armando Barata Lima



4 — Aspecto lateral da igreja

Foto de Armando Barata Lima



5 — Pormenor da fachada principal vendo-se o nicho sobre o arco central do pórtico de entrada. Sobre a verga, o frontão triangular rectilíneo.

Foto de Armando Barata Lima



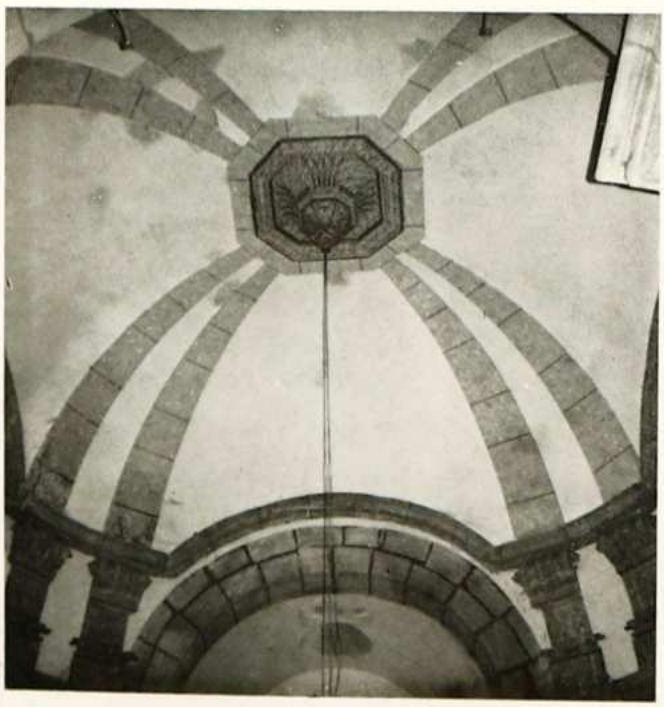
6 — Aspecto lateral, notando-se bem os componentes semicilíndricos e um de arco de círculo.

Foto de Armando Barata Lima



7 — Parte posterior, relativa à Sacristia, vendo-se a sineira de dois arcos.

Foto de Armando Barata Lima



8 — Abóbada no interior da igreja.

Foto de Armando Barata Lima



9 — Aspecto do interior vendo-se o belo relacionamento de espaços e o púlpito curvilíneo trilobado.

Foto de Armando Barata Lima



10 — Altar Mor da igreja, em boa talha de estilo «rocaille».

Foto de Armando Barata Lima



11 — Panorama mostrando a rua de Guadalupe. Vêem-se bem as muretas e os vasos ornamentais de peúra do escadório do adro.

Foto de Armando Barata Lima

Inventário dos Livros da Misericórdia desta cidade de Braga existentes no Arquivo Distrital da mesma cidade

O Inventário dos Livros da Santa Casa da Misericórdia de Braga, existentes no Arquivo Distrital de Braga, que agora a *Bracara Augusta* publica, representa o fruto de um seminário de História da Idade Moderna, realizado na Faculdade de Letras do Porto, pelas alunas D.as Etelvina Martins de Faria, Maria Arminda Loureiro Machado, Maria da Assunção Cardoso Jácome de Vasconcelos e Maria do Carmo Sampaio dos Santos Palha, no ano lectivo de 1976-1977, sob a nossa directa orientação.

Este trabalho deve muito à intervenção esclarecida do Sr. P.e Dr. José Marques, distinto docente da Faculdade de Letras do Porto, diplomado com o Curso de Bibliotecário e Arquivista, e beneficiou do apoio do Centro História da Universidade do Porto onde dirigimos a investigação no campo da História Moderna.

Na procura, estudo e ordenamento sistemático das espécies catalogadas distinguiu-se, em primeiro lugar, a Sr.a D.a Etelvina Faria e depois a Sr.a D.a Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos e as Sr.as D.as Maria do Carmo Sampaio dos Santos Palha e Maria Arminda Loureiro Machado, as quais constituíram um grupo coeso e activo que, ao longo de muitos e trabalhosos meses, demonstrou o que de útil se pode fazer num seminário virado para a pesquisa.

Na verdade, se não iniciaram a história da Misericórdia de Braga propriamente dita, prepararam os materiais para o estudo que, no futuro, poderá desvendar, desde as origens e nos seus múltiplos aspectos, os fastos da Misericórdia e, bem assim, o papel do Hospital de S. Marcos no transcurso dos séculos.

Trata-se duma tarefa que urge efectivar, tão relevante foi a acção dessas instituições no território de Braga e tão vasto se afirma o manancial que permite analisar as suas estruturas, funções, serviços, servidores e beneficiários, de par com a sua história patrimonial e financeira, todas elas

inseridas e expressoras de omnímodas facetas da vida sócio-económica e mesmo eclesiástica regional.

Por outro lado, o labor concretizado obrigou a uma atenta consulta das espécies ordenadas, que se tornou mais acessível graças às facilidades dispensadas às estudantes pelo Director dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, Dr. Manuel Artur de Fraga Norton e à inapreciável colaboração e competência do funcionário Sr. Afonso.

Demais, a publicação do *Inventário* traduz o interesse que a Direcção da revista *Bracara Augusta* e o município de Braga continuam a votar aos problemas da cultura e à divulgação de elementos úteis que propiciem a investigação histórica no tocante à área bracarense.

Quer dizer, preparado na Faculdade de Letras do Porto por alunas braguesas, sob a égide de professores oriundos da cidade de Braga, o presentes trabalho fica a servir ao Arquivo Distrital, aliançado à Universidade do Minho e vem a lume na revista da Câmara Municipal, factos que, em conjunto, testemunham uma cadeia de solidariedade em torno do bom fruto amanhado e produzido por uma equipa de estudantes universitários.

Na sequência do *Inventário de Livros*, agora impresso, as mesmas alunas urdiram, durante o ano lectivo de 1977-1978, em grosso volume, o *Inventário de Documentos Avulsos pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Braga e Hospital de S. Marcos.*

A nosso ver, e a despeito de algumas imperfeições que não deslustram o teor dos resultados obtidos, o trabalho que hoje aparece e esse outro que a seu tempo será revelado, obrigam a que, no porvir, alguém escreva, segundo rigorosos e actuais critérios metodológicos, a história da Misericórdia de Braga, aspecto de uma história da cidade de Braga de que infelizmente carecemos, como, por igual, carecemos de obra de conjunto sobre o Entre Douro e Minho, isto num século em que a história regional e local assume um tão distinto e relevante lugar no âmbito da historiografia europeia.

Possa então o contributo do grupo de arquivistas e estudiosas da história formado pelas Dr.as Etelvina Faria, Maria Arminda Machado, Maria da Assunção Vasconcelos e Maria do Carmo Palha, servir de estímulo à pesquisa sobre os fastos da nossa terra, ulteriormente estruturados não como memória saudosista de tempos mortos ou cristalizados, mas na consciência de que «comprendre son temps est impossible à qui ignore tout du passé; être un contemporain, c'est aussi avoir conscience des héritages, consentis ou contestés».

Ora, se hoje é irrefutavelmente certo que o tempo das Misericórdias passou, diluído pelas transformações sociais, pelas exigências globalizantes da saúde pública e muito pelo desenvolvimento tentacular do Estado moderno, não é menos certo, e constitui matéria de reflexão, que continua a faltar um serviço que as substitua no prestante apoio que, por muitos séculos, atómica e autonomicamente, realmente ofereceram à sociedade portuguesa. E a análise dos documentos agora inventariados há-de ilustrar bem tal verdade no que à Misericórdia de Braga diz respeito, outrossim revelando os problemas e as carências que no correr dos anos marcaram a sua existência.

É essa história, séria e desapaixonada, que se impõe fazer, é esse o repto que aqui deixamos a quantos, incrustados no mundo contemporâneo, se interessam pelo passado da nossa região, da nossa cidade, das instituições que em Portugal floresceram.

Porto, 20 de Julho de 1977

Luís A. de Oliveira Ramos

Professor da Faculdade de Letras do Porto

O INVENTÁRIO

O inventário dos fundos da Santa Casa da Misericórdia de Braga abrange 720 volumes, agrupados por temos e, tanto quanto possível, por ordem cronológica.

O aparecimento de colchetes significa que o título é extraído do conteúdo ou adaptado, como poderemos ver, por exemplo, na apresentação do sumário:

I — Estatutos
II — Livros de Termos
III — Eleições e Aceitação de Irmãos
IV — [Assistência]
V — [Culto e Cemitério]
VI — [Património]

VII — [Vida Interna]
VIII — [Correspondência Registada]
IX — Recolhimento das Beatas do Campo da Vinha

Consultando a obra do Dr. José Marques «Arquivo da Venerável Ordem Terceira do Carmo da Cidade do Porto», (Coimbra, 1976), e a obra do Prof. José Mattoso «Inventário dos Fundos de Antigos Mosteiros Beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga», (Braga, 1967), optamos pela numeração da seguinte forma:

— O primeiro número referido é de ordem geral; o segundo número é de ordem particular referente a cada epígrafe.

Cada série é precedida de um comentário explicativo.

De cada volume é extraído um título, ora verdadeiro, ora fictício; a data da capa nem sempre coincide com a do interior, e algumas são obtidas dos assentos dos livros. As folhas estão numeradas na sua maioria. Há volumes com dimensões pouco vulgares, por ex., Livros dos Privilégios, Títulos e Propriedades.

A maioria dos livros estão encadernados em pergaminho e em carneira, em bom estado de conservação. Muitos deles têm termos de abertura e de encerramento.

Neles estão registados os nomes dos escrivães, provedores, celeireiros, mordomos, capelães, etc.

Como complemento da inventariação dos Livros da Misericórdia, existem maços de documentos avulsos que serão estudados posteriormente e inventariados, usando metodologia própria (*).

No final deste inventário, apresentamos um rol de celeireiros ao serviço da Santa Casa da Misericórdia de Braga, desde o ano 1643 ao de 1869, conforme os livros de recibo e despesa dos mesmos celeireiros e ainda uma breve referência ao inventário de documentos avultos.

I — ESTATUTOS

São dois exemplares manuscritos do séc. XVII, com capas de pergaminho. Os Irmãos requerem provisão de Sua Majestade para usar do Com-

(*) Ver referência nas págs. 115 «Inventário de Documentos Avulsos».

promisso, Mercês e Privilégios concedidos à Misericórdia de Lisboa. No mesmo volume seguem-se os Estatutos da Santa Casa.

O compromisso da Misericórdia de Braga é o original.

1 — 1) — Livro dos Estatutos e assentos desta Santa Caza da Mi[a] 1618-1625

2 — 2) — Compromisso da Misericórdia de Braga 1628-1630

II — LIVROS DE TERMOS OU ACTAS

Esta série é constituda por 47 livros, vinte e três dos quais com capas em pergaminho e os restantes com capa em carneira. Na maioria dos livros aparecem assinaturas dos Provedores e dos Escrivães. Falta o livro n.º 39. Tratam da fundação da Casa Nova da Santa Misericórdia de Braga, da instituição da Santa Irmandade e livros dos Acordos e assentos do Provedor e Irmãos.

3 — 1) — 1.º Livro dos Termos 1558-1596
4 — 2) — 2.º » » » 1598-1632
5 — 3) — 3.º » » » 1632-1645
6 — 4) — 4.º » » » 1645-1653
7 — 5) — 5.º » » » 1653-1661
8 — 6) — 6.º » » » 1662-1678
9 — 7) — 7.º » » » 1678-1694
10 — 8) — 8.º » » » 1694-1709
11 — 9) — 9.º » » » 1709-1723
12 — 10) — 10.º » » » 1723-1734
13 — 11) — 11.º » » » 1734-1746
14 — 12) — 12.º » » » 1746-1751
15 — 13) — 13.º » » » 1751-1757
16 — 14) — 14.º » » » 1757-1769
17 — 15) — 15.º » » » 1769-1776
18 — 16) — 16.º » » » 1776-1780
19 — 17) — 17.º » » » 1780-1787
20 — 18) — 18.º » » » 1789-1791
21 — 19) — 19.º » » » 1791-1799

22 — 20) — 20.º Livro dos Termos 1799-1806
23 — 21) — 21.º » » » 1806-1817
24 — 22) — 22.º » » » 1817-1826
25 — 23) — 23.º » » » 1826-1834
26 — 24) — 24.º » » » 1834-1842
27 — 25) — 25.º » » » 1842-1853
28 — 26) — 26.º » » » 1853-1863
29 — 27) — 27.º » » » 1863-1867
30 — 28) — 28.º » » » 1867-1873
31 — 29) — 29.º » » » 1873-1879
32 — 30) — 30.º » » » 1879-1884
33 — 31) — 31.º » » » 1884-1890
34 — 32) — 32.º » » » 1890-1896
35 — 33) — 33.º *Livros de Actas* 1896-1903
36 — 34) — 34.º » » » 1903-1909
37 — 35) — 35.º » » » 1909-1912
38 — 36) — 36.º » » » 1912-1915
39 — 37) — 37.º » » » 1915-1917
40 — 38) — 38.º » » » 1917-1920
41 — 39) — 40.º » » » 1926-1935
42 — 40) — 41.º » » » 1935-1938
43 — 41) — 42.º » » » 1938-1941
44 — 42) — 43.º » » » 1941-1946
45 — 43) — 44.º » » » 1946-1949
46 — 44) — 45.º » » » 1949-1952
47 — 45) — Indece de todos os termos da Mesa e da Junta desta Caza 1558-1775
48 — 46) — Index de todos os termos da Meza — Livro 2.º 1775-1817
49 — 47) — Index dos termos da Junta 1586-1811

III — ELEIÇÕES E ACEITAÇÃO DE IRMÃOS

São quinze volumes em bom estado de conservação. A maioria destes livros têm capa em pergaminho. Neles consta os nomes dos Irmãos, os acordos ordenados por eles e as missas que a Santa Casa tem obrigação de mandar dizer em cada ano.

Eleições e Aceitação de Irmãos figuram como sinónimos. Depois de

admitidos, os Irmãos faziam Juramento sobre os Santos Evangelhos. Só há um volume destes, relativo aos anos 1794-1832.

Há várias categorias de Irmãos: Letrados ou Beneficiados, Nobres e Irmãos Oficiais.

50 — 1) — Elleiçoins e Aceitação de Irmaons 1554-1604
51 — 2) — Livro de Irmãos 1585-1711
52 — 3) — Libro 2 das entradas dos Irmãos 1596-1609
53 — 4) — Livro 3 das entradas dos Irmãos da Irmandade ... 1609-1621
54 — 5) — Livro 4 das intradas dos Irmãos 1621-1635
55 — 6) — Livro 5.º das Elleições 1635-1691
56 — 7) — Das elleições 1647-1715
57 — 8) — Livros dos Irmãos da Santa Misericórdia..... 1694-1760
58 — 9) — Livro das Eleiçois da Meza 1715-1775
59 — 10) — Livro das Eleyçoens de novos irmãos 1727-1793
60 — 11) — Libro das eleiçoens 1775-1815
61 — 12) — Livro do Juramento para os novos irmãos desta real Caza da Santa Mizericórdia 1794-1832
62 — 13) — Irmãos nobres (2.º caderno) 1818-1859
63 — 14) — Livro dos Irmãos 1852-1877
64 — 15) — 2.º Livro de assinaturas de novos irmãos 1915-1959

IV — [ASSISTÊNCIA]

Esta série está dividida em epígrafes pela seguinte ordem: registos de entrada e saída de doentes, pobres e expostos e, finalmente, presos. Seguem a ordem cronológica, excepto o «Livro dos gastos da enfermaria & gallico & covallecẽtes», de 1694-1695, que, por se tratar de um livro de gastos, está colocado no fim dos livros de registos de doentes.

A — *Doentes*

65 — 1) — Doentes — Entrada e sahida 1617-1630
66 — 2) — Doentes — Entrada 1631-1637
67 — 3) — Doentes — Entrada e Sahida 1664-1665
68 — 4) — Doentes — Entrada e Sahida 1668-1669
69 — 5) — Doentes — Entrada e Sahida 1689-1890
70 — 6) — Livro dos doentes que se curarão na Caza da Infermaria & gallico 1691-1693

71 — 7) — Doentes — Entrada e Sahida 1703-1704
72 — 8) — Doentes — Entrada e Sahida 1704-1705
73 — 9) — [Livro dos registos das Saídas dos doentes do Hospital] 1705-1708
74 — 10) — Livro dos gastos da enfermaria & gallico & covallecẽtes 1694-1695

B — *Pobres e Expostos*

75 — 1) — Expostos e Pobres 1722-1735
76 — 2) — Pobres e Expostos 1735-1741
77 — 3) — Pobres e Expostos 1741-1746
78 — 4) — Livro dos injeitados 1746-1758
79 — 5) — Pobres e Expostos 1758-1767
80 — 6) — Pobres e Expostos 1768-1778
81 — 7) — Pobres e Expostos 1778-1787
82 — 8) — Pobres e Expostos 1787-1808
83 — 9) — Termo dos Expostos 1831-1852
84 — 10) — Entrada e sahida dos Fundos dos Expostos 1831-1860
85 — 11) — Livro dos Recibos e das despesas dos Expostos ... 1831-1868
86 — 12) — [Autos de Contas, legados dos Expostos...] 1852-1870

C — *Presos*

87 — 1) — Livro dos prezos admitidos 1725-1764
88 — 2) — Livro que se deve ler antes de se admetir algum Prezo 1740-1763
89 — 3) — Despesa com os Prezos 1755-1814
90 — 4) — Livro que Há-de servir para nele se carregarem os Livramentos dos presos admitidos 1778-1814

V — [CULTO E CEMITÉRIO]

Sob este tema figuram Missas de Irmãos, Missas na Capela de Santo António do Campo dos Touros, Missas de obrigação e Missas de Legados, Sepulturas e Capela do Espírito Santo.

A — *Missas dos Irmãos*

Nesta série consta o nome dos Irmãos falecidos, as missas celebradas por sua alma, o nome do sacerdote celebrante e a esmola da missa. Contêm assentos de contratos de missas, extraídos dos livros de doações e do livro das propriedades. Seguem a ordem cronológica.

91 — 1) —	Missas de Irmons	1711-1721
92 — 2) —	Livro das Missas dos Irmãos defuntos	1734-1738
93 — 3) —	Missas d'Irmaons	1739-1743
94 — 4) —	Missas de Irmaons	1743-1746
95 — 5) —	Missas de Irmãos	1746-1754
96 — 6) —	Missas de Irmãos	1754-1761
97 — 7) —	Missas de Irmãos	1761-1777
98 — 8) —	Missas dos Irmãos	1778-1792
99 — 9) —	[Missas dos Irmãos]	1789-1795
100 — 10) —	Missas de Irmãos	1792-1799
101 — 11) —	Missas dos Irmãos	1802-1829
102 — 12) —	Livros dos Assentos das Missas dos Irmãos defuntos	1808-1829
103 — 13) —	Missas pelos Irmãos falecidos	1841-1860

B — *Missas na Capela de Santo António do Campo dos Touros*

Quatro volumes em bom estado. São dois legados de missas quotidianas que a Santa Casa tem obrigação de mandar celebrar na Capela de Santo António por alma de João Novelli e sua mulher Ângela de Burgos.

104 — 1) —	Missas em Santo António do Campo dos Touros	1723-1736
105 — 2) —	Livro das Missas de Santo António do Campo dos Touros	1736-1748
106 — 3) —	Livro das Missas de Santo António do Campo dos Touros	1749-1764
107 — 4) —	Livro dos dois legados de missas quotidianas de João Novelli e sua mulher Ângela de Burgos na Capela de Santo António do Campo dos Touros	1765-1789

C — *Missas de Obrigação*

São treze volumes em bom estado de conservação. Referem missas que a Santa Casa tem obrigação de mandar celebrar em cada ano, por alma dos defuntos neles registados, pobres e outros, por doações, títulos ou rendimentos deixados à Santa Casa. Os dois últimos volumes referem despesas.

108 — 1) — Livro da Obrigação dos Legados 1547-1747
109 — 2) — Livro antigo das Missas da Caza 1617-1632
110 — 3) — Livro das Missas da Caza 1634-1634
111 — 4) — Livro das Missas que esta Sancta Caza da Miziricordia tem de obrigação mandar dizer em cada hũ anno 1652-1751
112 — 5) — [Obrigações de Missas] 1789-1789
113 — 6) — Livro dos Legados das Missas do Hospital de S. Marcos 1798-1838
114 — 7) — Livro das Missas de obrigação de Capellas & Sepulturas — Estatutos desta Santa Casa 1591-1645
115 — 8) — Libro em que estão carregados os Testamentos e capellas desta santa Caza da Miz.ª de Braga ... 1642-1682
116 — 9) — Livro para tomar conta das Capellas da Santa Casa 1723-1747
117 — 10) — [Missas dos Pobres] 1747-1793
118 — 11) — Livro para o Recibo dos Guizamentos da Igreja, Capella das Almas e Semitério do Hospital de S. João Marcos desta cidade de Braga 1815-1870
119 — 12) — [Livro das Missas] 1828-1841
120 — 13) — Legado das Miças 1831-1837

Nota: Nesta série, o volume n.º 7 refere também *Estatutos da Santa Casa*. Há temas relacionados com Cemitério nos volumes n.º 7, e 11. Sobre Missas dos pobres há um único volume. Pela diversificação dos temas, só em parte segue ordem cronológica.

D — *Missas de Legados*

Nesta série de 275 livros de legados, a partir do ano 1733 até 1856, há dois volumes para cada ano. No primeiro volume estão apontadas as

missas referentes aos seguintes meses: Janeiro, Março, Maio, Julho, Setembro e Novembro. No segundo volume, os restantes. Estão em bom estado de conservação. Capas em pergaminho, carneira e algumas em papel de fantasia.

Embora semelhantes aos livros de missas de obrigação, pelo tipo de apresentação, pela referência a meses alternados têm uma seriação própria.

121 —	1) —	Legados ...	1655-1656	152 —	32) —	Legados ...	1734
122 —	2) —	» ...	1656-1657	153 —	33) —	» ...	1734
123 —	3) —	» ...	1659-1660	154 —	34) —	» ...	1735
124 —	4) —	» ...	1662-1664	155 —	35) —	» ...	1735
125 —	5) —	» ...	1664-1667	156 —	36) —	» ...	1736
126 —	6) —	» ...	1664-1668	157 —	37) —	» ...	1736
127 —	7) —	» ...	1669-1671	158 —	38) —	» ...	1737
128 —	8) —	» ...	1671-1672	159 —	39) —	» ...	1737
129 —	9) —	» ...	1672-1673	160 —	40) —	» ...	1738
130 —	10) —	» ...	1672-1674	161 —	41) —	» ...	1738
131 —	11) —	» ...	1674-1674	162 —	42) —	» ...	1739
132 —	12) —	» ...	1674-1678	163 —	43) —	» ...	1739
133 —	13) —	» ...	1678-1680	164 —	44) —	» ...	1740
134 —	14) —	» ...	1680-1684	165 —	45) —	» ...	1740
135 —	15) —	» ...	1680-1684	166 —	46) —	» ...	1742
136 —	16) —	» ...	1684-1689	167 —	47) —	» ...	1742
137 —	17) —	» ...	1685-1688	168 —	48) —	» ...	1743
138 —	18) —	» ...	1689-1693	169 —	49) —	» ...	1743
139 —	19) —	» ...	1689-1693	170 —	50) —	» ...	1744
140 —	20) —	» ...	1693-1697	171 —	51) —	» ...	1744
141 —	21) —	» ...	1693-1697	172 —	52) —	» ...	1745
142 —	22) —	» ...	1697-1701	173 —	53) —	» ...	1745
143 —	23) —	» ...	1697-1701	174 —	54) —	» ...	1746
144 —	24) —	» ...	1701-1704	175 —	55) —	» ...	1746
145 —	25) —	» ...	1701-1704	176 —	56) —	» ...	1747
146 —	26) —	» ...	1704-1704	177 —	57) —	» ...	1747
147 —	27) —	» ...	1705-1707	178 —	58) —	» ...	1748
148 —	28) —	» ...	1725-1728	179 —	59) —	» ...	1748
149 —	29) —	» ...	1728-1730	180 —	60) —	» ...	1749
150 —	30) —	» ...	1733	181 —	61) —	» ...	1749
151 —	31) —	» ...	1733	182 —	62) —	» ...	1750

183 — 63) — Legados ... 1750
184 — 64) — » ... 1751
185 — 65) — » ... 1751
186 — 66) — » ... 1752
187 — 67) — » ... 1752
188 — 68) — » ... 1753
189 — 69) — » ... 1753
190 — 70) — » ... 1754
191 — 71) — » ... 1754
192 — 72) — » ... 1755
193 — 73) — » ... 1755
194 — 74) — » ... 1756
195 — 75) — » ... 1756
196 — 76) — » ... 1757
197 — 77) — » ... 1757
198 — 78) — » ... 1758
199 — 79) — » ... 1758
200 — 80) — » ... 1759
201 — 81) — » ... 1759
202 — 82) — » ... 1760
203 — 83) — » ... 1760
204 — 84) — » ... 1761
205 — 85) — » ... 1761
206 — 86) — » ... 1762
207 — 87) — » ... 1762
208 — 88) — » ... 1763
209 — 89) — » ... 1763
210 — 90) — » ... 1764
211 — 91) — » ... 1764
212 — 92) — » ... 1765
213 — 93) — » ... 1765
214 — 94) — » ... 1766
215 — 95) — » ... 1766
216 — 96) — » ... 1767
217 — 97) — » ... 1767
218 — 98) — » ... 1768
219 — 99) — » ... 1768
220 — 100) — » ... 1769
221 — 101) — » ... 1769
222 — 102) — Legados ... 1770
223 — 103) — » ... 1770
224 — 104) — » ... 1771
225 — 105) — » ... 1771
226 — 106) — » ... 1772
227 — 107) — » ... 1772
228 — 108) — » ... 1773
229 — 109) — » ... 1773
230 — 110) — » ... 1774
231 — 111) — » ... 1774
232 — 112) — » ... 1775
233 — 113) — » ... 1775
234 — 114) — » ... 1776
235 — 115) — » ... 1776
236 — 116) — » ... 1777
237 — 117) — » ... 1777
238 — 118) — » ... 1778
239 — 119) — » ... 1778
240 — 120) — » ... 1779
241 — 121) — » ... 1779
242 — 122) — » ... 1780
243 — 123) — » ... 1780
244 — 124) — » ... 1781
245 — 125) — » ... 1781
246 — 126) — » ... 1782
247 — 127) — » ... 1782
248 — 128) — » ... 1783
249 — 129) — » ... 1783
250 — 130) — » ... 1784
251 — 131) — » ... 1784
252 — 132) — » ... 1785
253 — 133) — » ... 1785
254 — 134) — » ... 1786
255 — 135) — » ... 1786
256 — 136) — » ... 1787
257 — 137) — » ... 1787
258 — 138) — » ... 1788
259 — 139) — » ... 1788
260 — 140) — » ... 1789

261 — 141) — Legados ... 1789
262 — 142) — » ... 1790
263 — 143) — » ... 1790
264 — 144) — » ... 1791
265 — 145) — » ... 1791
266 — 146) — » ... 1792
267 — 147) — » ... 1792
268 — 148) — » ... 1793
269 — 149) — » ... 1793
270 — 150) — » ... 1794
271 — 151) — » ... 1794
272 — 152) — » ... 1795
273 — 153) — » ... 1795
274 — 154) — » ... 1796
275 — 155) — » ... 1756
276 — 156) — » ... 1797
277 — 157) — » ... 1797
278 — 158) — » ... 1798
279 — 159) — » ... 1798
280 — 160) — » ... 1799
281 — 161) — » ... 1799
282 — 162) — » ... 1800
283 — 163) — » ... 1800
284 — 164) — » ... 1801
285 — 165) — » ... 1801
286 — 166) — » ... 1802
287 — 167) — » ... 1802
288 — 168) — » ... 1803
289 — 169) — » ... 1803
290 — 170) — » ... 1804
291 — 171) — » ... 1804
292 — 172) — » ... 1805
293 — 173) — » ... 1805
294 — 174) — » ... 1806
295 — 175) — » ... 1806
296 — 176) — » ... 1807
297 — 177) — » ... 1807
298 — 178) — » ... 1808
299 — 179) — » ... 1808
300 — 180) — Legados ... 1809
301 — 181) — » ... 1809
302 — 182) — » ... 1810
303 — 183) — » ... 1810
304 — 184) — » ... 1811
305 — 185) — » ... 1811
306 — 186) — » ... 1812
307 — 187) — » ... 1812
308 — 188) — » ... 1813
309 — 189) — » ... 1813
310 — 190) — » ... 1814
311 — 191) — » ... 1814
312 — 192) — » ... 1815
313 — 193) — » ... 1815
314 — 194) — » ... 1816
315 — 195) — » ... 1816
316 — 196) — » ... 1817
317 — 197) — » ... 1817
318 — 198) — » ... 1818
319 — 199) — » ... 1818
320 — 200) — » ... 1819
321 — 201) — » ... 1819
322 — 202) — » ... 1820
323 — 203) — » ... 1820
324 — 204) — » ... 1821
325 — 205) — » ... 1821
326 — 206) — » ... 1822
327 — 207) — » ... 1822
328 — 208) — » ... 1823
329 — 209) — » ... 1823
330 — 210) — » ... 1824
331 — 211) — » ... 1824
332 — 212) — » ... 1825
333 — 213) — » ... 1825
334 — 214) — » ... 1826
335 — 215) — » ... 1826
336 — 216) — » ... 1827
337 — 217) — » ... 1827
338 — 218) — » ... 1828

339 — 219) — Legados ... 1828
340 — 220) — » ... 1829
341 — 221) — » ... 1829
342 — 222) — » ... 1830
343 — 223) — » ... 1830
344 — 224) — » ... 1831
345 — 225) — » ... 1831
346 — 226) — » ... 1832
347 — 227) — » ... 1832
348 — 228) — » ... 1833
349 — 229) — » ... 1833
350 — 230) — » ... 1834
351 — 231) — » ... 1834
352 — 232) — » ... 1835
353 — 233) — » ... 1835
354 — 234) — » ... 1836
355 — 235) — » ... 1836
356 — 236) — » ... 1837
357 — 237) — » ... 1837
358 — 238) — » ... 1838
359 — 239) — » ... 1838
360 — 240) — » ... 1839
361 — 241) — » ... 1839
362 — 242) — » ... 1840
363 — 243) — » ... 1840
364 — 244) — » ... 1841
365 — 245) — » ... 1841
366 — 246) — » ... 1842
367 — 247) — » ... 1842
368 — 248) — Legados ... 1843
369 — 249) — » ... 1843
370 — 250) — » ... 1844
371 — 251) — » ... 1844
372 — 252) — » ... 1845
373 — 255) — » ... 1845
374 — 254) — » ... 1846
375 — 255) — » ... 1846
376 — 256) — » ... 1847
377 — 257) — » ... 1847
378 — 258) — » ... 1848
379 — 259) — » ... 1848
380 — 260) — » ... 1849
381 — 261) — » ... 1849
382 — 262) — » ... 1850
383 — 263) — » ... 1850
384 — 264) — » ... 1851
385 — 265) — » ... 1851
386 — 266) — » ... 1852
387 — 267) — » ... 1852
388 — 268) — » ... 1853
389 — 269) — » ... 1853
390 — 270) — » ... 1854
391 — 271) — » ... 1854
392 — 272) — » ... 1855
393 — 273) — » ... 1855
394 — 274) — » ... 1956
395 — 275) — » ... 1956

E — *Sepulturas*

Este único volume refere termos de contratos de sepulturas no Hospital de S. Marcos.

Para um estudo de sepulturas, poderão ser consultados os volumes n.º 98-7 e 102-11, citados nas Missas de Obrigação.

396 — 1) — Livro das Sepulturas e Termos 1552-1691

F — *Capela do Espírito Santo instituída por João de Meira Carrilho*

João de Meira Carrilho estabelece uma capela de missas e determina o local onde há-de ser sepultado.

397 — 1) — Instituição da Capella do Spirito Santo do hospital de S. Marcos 1682

VI — [PATRIMÓNIO]

Esta série dividida em epígrafes revela que o Património de bens móveis e imóveis estão subdivididos quanto à constituição e exercício e ainda o serviço de contencioso.

1. *CONSTITUIÇÃO*

A — *Legados Pios*

Série de onze livros, em bom estado de conservação, com capa de cartão forrada a linhol preto, um dos quais com lombada danificada. Segue ordem alfabética pela toponímia usada nos títulos: Barcelos, Guimarães e Ponte de Lima.

Refere as confrarias e fábricas existentes nos vários concelhos e julgados, registos de capelas com as obrigações dos contratos lançados nos Tombos da Provedoria.

398 — 1) — Legados na villa de Barcellos 1751-1849
399 — 2) — Legados Pios — Barcelos — Julgado de Faria ... 1767-1836
400 — 3) — Legados Pios — Barcelos — Julgado de Neiva ... 1791-1834
401 — 4) — Legados Pios — Barcelos — Julgado de Aguiar ... 1822-1844
402 — 5) — Legados Pios — Barcelos — Julgado de Penafiel 1832-1849
403 — 6) — Copia. Livro que serve de se tomarem as Contas das Obrigações dos legados perpétuos que há no distrito de villa de Guimarães e seu termo 1729-1841
404 — 7) — Legados em Ponte de Lima 1669-1844
405 — 8) — Legados no Conselho de Portella das Cabras — Termo de Ponte de Lima 1767-1841
406 — 9) — Legados Pios no Distrito da Corrilhã — Conselho de Ponte de Lima 1773-1842

407 — 10) — Legados Pios no Termo de Ponte de Lima 1796-1844
408 — 11) — Legados Pios no Conselho de Ponte de Lima 1830-1844

B — *Dotes*

Esta série contém *dotes de assistência* do P. António de Abreu Faleiro e de Pedro de Aguiar e mulher; e *dotes de Casamento* Cap.ᵃᵒ Domingos Fernandes de Freitas, de Chorense.

Dos dotes de assistência há requerimentos avulsos cuja citação tem numeração especial (*).

409 — 1) — Dos dotes do Falleiro 1642-1798
410 — 2) — Dotes do Faleiro 1736-1798
411 — 3) — Libro dos dotes d'Faleiro 1797-1802

Requisições de dotes — (documentos avulsos)

412 — 4.1) — Isabel Lopes 1781
4.2) — Maria Rosa Gonçalves da Silva 1817
4.3) — Marinha Soares 1819
4.4) — Maria Soares 1820
4.5) — Custódia Maria Cerqueira 1821
413 — 5) — Propostas sobre os dotes do P. António de Abreu Falleiro ..... séc. XIX
414 — 6) — [Dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira] 1652-1802
415 — 7) — [Dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira] 1653-1735
416 — 8.1) — [Relação dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira] 1782
8.2) — [Proposta sobre os dotes de Pedro de Aguiar e de sua mulher Maria Vieira] 1803-1804
8.3) — [Dotes de Pedro de Aguiar a receber] 1817
8.4) — [Dote de Pedro de Aguiar a receber no ano de 1818] 1817
8.5) — [Como se mostra habilitada Luísa Marques] ... 1831
417 — 9) — Dos dotes de Chorense (Capellam Domingos Fernandes de Freitas) 1736-1771
418 — 10) — Dotes do Capelam Domingos Fernandes de Freitas 1772-1817

(*) Ver referência na pág. final (115) sobre «Inventário de Documentos Avulsos».

C — *Livros dos Prazos*

São vinte e três volumes com capas em pergaminho, na sua maioria; algumas são em carneira. As de pergaminho têm inscrição na lombada. Estão em bom estado de conservação.

São documentos compilados nos dois primeiros volumes sem qualquer ordem cronológica. Deles se extrai a data mais antiga e a mais recente.

Referem prazos de vidas dos moradores das casas em determinadas ruas da cidade, medidas pagas pelos caseiros e recibos das suas pensões, prazos de casais, de leiras, etc.

419 — 1)	— Livro 1.º dos Prazos Primordiaes	1408-1524
420 — 2)	— Livro 2.º dos Prazos Primordiaes	1413-1527
421 — 3)	— Livro 1.º — Traslados de Prazos	1428-1677
422 — 4)	— Livro 1.º — Traslados de Prazos	1720-1814
423 — 5)	— Prazos — Livro 1.º	1521-1587
424 — 6)	— [Livro de Prazos] — 2.º Livro	1587-1637
425 — 7)	— [Livro de Prazos] — 3.º Livro	1639-1680
426 — 8)	— [Livro de Prazos] — 4.º	1680-1713
427 — 9)	— [Livro de Prazos] — Livro 5.º	1709-1746
428 — 10)	— Prazos — Livro 6.º	1746-1754
429 — 11)	— Livro 7.º dos Prazos	1754-1778
430 — 12)	— Livro 8.º dos Prazos	1780-1813
431 — 13)	— Prazos da Misericórdia — L. 9.º	1814-1816
432 — 14)	— Livro 10.º dos Prazos	1814-1844
433 — 15)	— [Livro de Prazos — Livro 5.º] do Hospital de S. Marcos	1514-1538
434 — 16)	— [Livro dos Prazos] — L. 3.º	1722-1801
435 — 17)	— L.º 3.º — Prazos	1630-1688
436 — 18)	— L.º 4.º — Prazos	1688-1743
437 — 19)	— L.º 5.º — Prazos	1744-1760
438 — 20)	— Livro 6.º — Prazos	1761-1796
439 — 21)	— L.º 7.º — Prazos	1798-1808
440 — 22)	— L.º 8.º — Prazos	1814-1830
441 — 23)	— L.º 9.º — Prazos	1836-1844

D — *Títulos*

São trinta e sete volumes, colectâneas de documentos com capa de pergaminho. Contém prazos, doações, instituições, sentenças, compras, contratos, transações, autos, testamentos, despachos, arrematações, agravos, heranças, petições, escrituras de compra e venda, etc.

442 — 1) —	Indece dos Títulos e propriedades desta caza ...	s/ data
443 — 2) —	Index dos Títulos do Hospital	1707-1755
444 — 4) —	1.º Livro de Títulos	1601-1641
445 — 4) —	2.º » » »	1636-1691
446 — 5) —	3.º » » »	1554-1609
447 — 6) —	4.º » » »	1584-1789
448 — 7) —	5.º » » »	1556-1793
449 — 8) —	6.º » » »	1523-1673
450 — 9) —	7.º » » »	1536-1566
451 — 10) —	8.º » » »	1594-1826
452 — 11) —	1.º Tomo de Títulos do Hospital	1539-1718
453 — 12) —	2.º » » »	1593-1724
454 — 13) —	3.º » » »	1592-1758
455 — 14) —	4.º » » »	1559-1761
456 — 15) —	5.º » » »	1705-1765
457 — 16) —	6.º » » »	1598-1722
458 — 17) —	7.º » » »	1513-1794
459 — 18) —	8.º » » »	1539-1779
460 — 19) —	9.º » » »	1614-1795
461 — 20) —	10.º » » »	1703-1786
462 — 21) —	11.º » » »	1508-1824
463 — 22) —	12.º » » »	1768-1828
464 — 23) —	13.º » » »	1822-1854
465 — 24) —	14.º » » »	1786-1857
466 — 25) —	15.º » » »	1832-1875
467 — 26) —	16.º » » »	1826-1875
468 — 27) —	17.º » » »	1811-1898
469 — 28) —	18.º » » »	1853-1900
470 — 29) —	21.º » » »	1903-1907
471 — 30) —	Títulos e Notas do Espital de S. João Marcos	1692-1907
472 — 31) —	Livro do treslado dos propios papeis destas Casas e mais propriedades tocantes à administração de Domingos Peres	1594

473 — 32) — Propios Títulos do Padre Domingos Peres, Abade de S. João Baptista intitulado das Beatas de S.to António do Campo da Vinha que deixou à Misericórdia várias propriedades pela referenda instituição 1594
474 — 33) — Copia Authentica dos Prazos 1.º e 2.º Livro 1772
475 — 34) — [Legados, Títulos e Mapas dos Caseiros] 1842
476 — 35) — Apontador dos Títulos e pessoas que nesta St.ª Casa da Misericordia tem missas assim extravagantes e avulsas como semanais e quotidianas 1536-1793
477 — 36) — Apontador 2.º de Prazos 1680-1717
478 — 37) — Apontador 4.º Das propriedades da Caza da Santa Misericordia 1772

§-Nota: Os volumes n.º 31 e 32 referentes ao Abade Domingos Peres são básicos para a história do Recolhimento das Beatas do Campo da Vinha.
Ver «Estatutos do Recolhimento das Beatas do Campo da Vinha», cap. IX deste inventário-sumário.

E — *Tombo das Propriedades*

Série de nove volumes. Os dois primeiros têm dimensões normais, os seguintes são espessos e de difícil manejo. Estão em bom estado de conservação. Neles estão registados as propriedades pertencentes à Casa da Misericórdia.

479 — 1) — [Tombo das propriedades da caza da S.ta Mizericordia] — Livro 9.º 1624-1625
480 — 2) — [Tombo da Casa da S.tª Misericordia] 1624-1628
481 — 3) — Livro das propriedades da Caza 1625-1628
482 — 4) — [Tombo das propriedades pertencentes à Caza do Hospital de S. Marcos, gafarias e outros bens a eles pertencentes] 1630
483 — 5) — Tombo do Hospital de S. Marcos 1693
484 — 6) — Livro 3.º das propriedades da Caza 1711
485 — 7) — Livro I do Tombo 1715
486 — 8) — Livro 2.º do Tombo 1719
487 — 9) — Tombo dos RR., PP., Capellães de S. João Marcos 1742

F — *Copiador e Registos*

O copiador n.º 1 é um inventário de rendas e foros do Hospital.

O registo de Consentimentos refere compras de bens imóveis, campos, hortas, penhores, posse de propriedades, etc. Os restantes tratam de legados e foros deixados ao Hospital de S. Marcos e bens arrematadas em praça.

488 — 1) — Copiador n.º 1 — Inventário das rendas e foros do Hospital de S. Marcos 1827-1834
489 — 2) — Registo dos Consentimentos e mais documentos como título de nomeações da St.ª Caza da Mizericórdia de Braga e Hospital 1851-1896
490 — 3) — 1.º Inventário de bens imobiliários que o Hospital de S. Marcos possui ou venha a possuir 1879-1925
491 — 4) — 2.º Descrição de bens legados ao Hospital de S. Marcos 1915-1936
492 — 5) — 3.º Livro de legados 1936-1972

G — *Inventário de Bens Móveis*

Pertencem ao património do Hospital de S. Marcos. Referem roupas, trastes, fábrica do Hospital, tudo o que se entrega aos enfermeiros mores e menores, bens pertencentes à Igreja, imagens, cruzes, alfaias, objectos de prata, etc.

493 — 1) — Livro do Inventário de todos os bens e roupas deste Hospital e de tudo o que se entrega aos enfermeiros mores e menores 1736-1737
494 — 2) — [Inventários anuais dos bens móveis e fábrica do Hospital] 1751-1794
495 — 3) — Livro de Inventário de [todos os bens móveis pertencentes à S.tª Caza da Mizericordia da cidade de Braga] 1752
496 — 4) — Inventário Geral do Hospital de S. Marcos ..... s/data

2. *ADMINISTRAÇÃO*

Nesta série há livros de receitas, despesas e livros mistos: Livros dos celeireiros, livros dos privilégios, contrato, tesoureiros, mordomos e salários.

A — *Livros dos Celeireiros*

São 97 volumes. Referem os nomes dos celeireiros, provedores e mordomos.

O 1.º livro desta série comum aos tesoureiros, referindo juros e foros numa parte e contas dos celeireiros na outra. Intitula-se «Livro para as Contas dos Celleiro» de 1643-1644 e «Livro dos Juros» de 1653-1774. Ambos os títulos existem nas capas.

Nos livros dos Celeiros figuram as receitas e despesas, rendas das leiras, despesas com o pão da Casa, das beatas e das viúvas, venda de pão, etc.

497 — 1) — Livro para as Contas do Celleiro (ª) 1643-1644
498 — 2) — Livro do Celeiro da Santa Misericórdia 1650-1651
499 — 3) — Livro do Celeiro da Casa da Santa Mezericórdia ... 1651-1652
500 — 4) — Livro pera o Seleiro da S.ta Miziricordia 1652-1653
501 — 5) — Livro pera o Seleiro da Caza da Sancta Miziricordia da cidade de Braga 1653-1654
502 — 6) — Livro pera o Seleireiro da Caza da Sancta Miziricórdia da cidade de Braga 1655-1656
503 — 7) — Livro pera o Selleiro da mizericordia da cidade de Braga 1656-1657
504 — 8) — Livro pera o Selleiro da Santa Mizericórdia da cidade de Braga 1657-1658
505 — 9) — Livro pera o Selleiro da Sancta Mizericordia da cidade de Braga 1658-1659
506 — 10) — Livro pera o Seleiro da Sancta Mizericordia da cidade de Braga 1660-1661
507 — 11) — Livro pera o Seleiro da Sancta Mizericordia da Cidade de Braga 1661-1662
508 — 12) — Livro pera o Seleiro da Sancta Miziricordia da Cidade de Braga 1662-1663
509 — 13) — Livro pera o Seleiro da Sancta Missericordia da Cidade de Braga 1663-1664
510 — 14) — Livro pera o Seleiro da S.tª Mi.ª da cidade de Braga 1664-1665
511 — 15) — Livro pera o Seleiro da Sancta Mj.a da Cidade Braga 1665-1666

512 — 16) — Livro pera o Seleiro da Sancta Mi.ª da Cidade de Braga 1666-1667
513 — 17) — Livro do Seleiro da Caza da S.ta Mi.ª 1667-1668
514 — 18) — Livro do Seleiro da Casa da Santa Miz.ª 1668-1669
515 — 19) — Livro do Seleireiro Francisco Dias p.ª o seleiro da Santa Miz.ª 1669-1670
516 — 20) — Livro do Selleiro da Caza da Santa Miz.ª 1671-1672
517 — 21) — Livro do Selleyro da S.tª Myzericordia 1672-1673
518 — 22) — Livro da Santa Miz.ª do Seleiro dela 1675-1676
519 — 23) — Livro do Seleiro da Caza da Santa Miz.ª 1676-1677
520 — 24) — Livro do Seleiro 1678-1679
521 — 25) — Livro do Selleiro 1679-1680
522 — 26) — Livro do Selleiro da Caza da Santa Mizi.ª 1683-1684
523 — 27) — Livro do Selleiro da Caza da Santa Miziricordia desta cidade de Braga 1684-1685
524 — 28) — Livro do Selleiro da Caza da Santa Miziricordia desta cidade de Braga 1685-1686
525 — 29) — Livro do Celeyro da Caza da Santa Mizericordia da cidade de Braga 1685-1686
526 — 30) — Livro do Celejro da Caza da Santa Mizericórdia desta cidade de Braga 1686-1687
527 — 31) — Livro do Seleiro da caza da Santa Miziricordia de Braga 1687-1688
528 — 32) — Livro do Cel.º da Caza da Santa Mizericordia da Cidade de Braga 1688-1693
529 — 33) — Livro do Recibo e despesa do Celeireiro da s.tª Mizericordia 1694-1695
530 — 34) — Livro do Celeireiro da S.tª Mizericordia 1695-1696
531 — 35) — L.º do Recibo e Despeza do Selejro da S. Miz.ª ... 1696-1697
532 — 36) — Livro do Celeireiro 1697-1698
533 — 37) — Livro do Celeyro 1698-1699
534 — 38) — L.º do Seleiro da S. Miz.ª 1699-1700
535 — 39) — Livro do Celeyro da Santa Mizericórdia 1700-1701
536 — 40) — Livro do Seleiro da Caza da Santa Meziricordia ... 1701-1702
537 — 41) — Livro do Seleiro da S.tª Miz.ª 1702-1703
538 — 42) — Livro do Recibo do Seleiro da S. Miz.ª 1703-1704
539 — 43) — Livro do Recibo e Despeza do Selleireiro da S.tª Miz.ª 1704-1705

540 — 44) — Livro de Recibo e Despeza do Seleireiro da S.tª Miz.ª 1705-1706
541 — 45) — Livro do Recibo e Despeza do Selleiro da S.tª Miz.ª 1706-1707
542 — 46) — Livro do Recibo e despesa do Seleireiro da S.tª Miz.ª 1707-1708
543 — 47) — Livro do Celeiro 1708-1709
544 — 48) — Livro da Cobrança do Seleireiro 1709-1710
545 — 49) — Livro da Cobrança do celeireiro 1710-1711
546 — 50) — Libro da S.tª Mizericordia 1711-1712
547 — 51) — Livro do Seleiro da Santa Mizericordia 1713-1714
548 — 52) — Livro do Seleiro da Santa Mizericordia 1714-1715
549 — 53) — Livro do seleiro da Santa Caza da Mezericordia ... 1715-1716
550 — 54) — Livro do Seleireiro da S.tª Miz.ª 1717-1718
551 — 55) — Livro do Selleiro da Caza da Santta Mizericordia 1718-1719
552 — 56) — Livro do Sellejro da Caza da Santta Mizericordia desta cidade de Braga 1719-1720
553 — 57) — Livro de recibo e despesa do Selleireiro da S. Miz.ª 1720-1721
554 — 58) — Livro do Çeleyro da S.tª Miz.ª 1721-1722
555 — 59) — Livro do Celeyro da S.tª Miz.ª 1722-1723
556 — 60) — Libro do Celeyro da S.tª MZ.ª 1723-1724
557 — 61) — Livro do Celeyro da S.tª Miz.ª 1724-1725
558 — 62) — Livro do Seleyreiro 1725-1726
559 — 63) — Livro do Seleiro da S.ta Miz.ª 1726-1727
560 — 64) — Livro do Seleireiro da S.ta Miz.ª 1727-1728
561 — 65) — Livro do Seleireiro da S.tª Miz.ª 1728-1729
562 — 66) — Libro do Seleireiro da Sancta Miziricordia 1729-1730
563 — 67) — Libro do Celeireiro 1731-1732
564 — 68) — Libro do Celeireiro 1732-1733
565 — 69) — Livro do Celleyreyro 1733-1734
566 — 70) — Do Seleiro 1734-1735
567 — 71) — Livro do Seleiro 1735-1736
568 — 72) — Livro do Seleiro 1736-1737
569 — 73) — Livro do Selleyro 1737-1738
570 — 74) — Livro do Seleiro da S.tª Mez.ª 1739-1740
571 — 75) — Libro do Selejro da S.tª Mez.ª 1740-1741
572 — 76) — Livro do Celeiro 1743-1744
573 — 77) — Livro do Celeiro 1744-1745
574 — 78) — [Livro do Celeiro] 1746-1747
575 — 79) — Livro de Recibo e despeza 1747-1748

576 — 80) — Livro do Celeiro 1747-1748
577 — 81) — Libro do Selleyro 1748-1749
578 — 82) — Livro do Selleiro 1749-1750
579 — 83) — Livro do Selleyreiro 1750-1751
580 — 84) — Livro do Sellejreiro 1751-1752
581 — 85) — Libro do Seleireiro 1752-1753
582 — 86) — [Livro do Celeiro] 1753-1754
583 — 87) — [Livro do Celeiro] 1754-1755
584 — 88) — [Livro do Celeiro] 1755-1756
585 — 89) — [Livro de assentos dos recibos do pão] 1755-1810
586 — 90) — Recibo e Despeza do Celeireiro 1756-1809
587 — 91) — Recibo e Despeza do Celeiro 1811-1839
588 — 92) — Livro das medidas que se pagão do seleiro 1819-1869
589 — 93) — Livro das Pensões — Apontador 1726
590 — 94) — Livro das pensões que se pagão ao Celeiro da S.tª Miz.ª 1745-1746
591 — 95) — Libro 1.º das Pensoens 1755-1810
592 — 96) — Index do Celeiro dos preços do Pam 1756
593 — 97) — Indeçe dos Livros pertencentes ao Celeiro da Santa e Real Caza da Mizericordia 1835

(a) Este volume está na série dos livros dos Tesoureiros; é intitulado Livro de Juros.

B — *Livros dos Privilégios*

Os três primeiros volumes têm dimensões comuns à maioria dos livros existentes neste Arquivo. Os quatro últimos são espessos e de grande dimensão. Destes, duas capas são em pergaminho e os restantes em carneira. Estão em bom estado de conservação.

São privilégios dados pela Santa Casa com obrigação dos privilegiados pedirem esmolas para os pobres dela, não esquecendo os mamposteiros.

594 — 1) — Indice dos Previlégios ..... séc. XVIII
595 — 2) — [Livro dos Previlégios] 1712-1729
596 — 3) — Livro dos Previlégios da Santa Caza da Mizericórdia 1729-1749

597 — 4) — Livro dos Privilégios da Santa Caza da Mizericórdia 1750-1777
598 — 5) — [Livro dos Privilégios da Santa Caza da Mizericórdia] 1770-1794
599 — 6) — Livro dos Privilégios 1793-1829
600 — 7) — Livro 1.º dos Privilégios 1793-1830

C — *Livro dos Contratos*

São dezasseis volumes em bom estado de conservação, com capas em pergaminho e em carneira.

Contêm contratos de dinheiro a juros. Referem o nome do Escrivão.

601 — 1) — Contratos 1630-1679
602 — 2) — Contratos 1652-1660
603 — 3) — Contractos 1653-1679
604 — 4) — Contractos 1660-1670
605 — 5) — Contractos 1670-1677
606 — 6) — Contractos 1677-1688
607 — 7) — Contractos 1688-1698
608 — 8) — Libro de Contractos 1698-1710
609 — 9) — [Livro de Contratos] 1702-1746
610 — 10) — Contractos — Livro 1.º 1740-1793
611 — 11) — Livro 2.º dos Contratos da S.ta Caza da Mizericórdia 1740-1793
612 — 12) — [Livro 2.º dos Contractos] 1793-1860
613 — 13) — [Livro de Contratos da Real Caza da Stª Mizericórdia] 1793-1861
614 — 14) — Contratos do Legado de Jozé Joaquim Fernandes 1835-1870
615 — 15) — Index Geral do 1.º e 2.º livro dos Contratos da Santa Caza da Mizericordia da Cidade de Braga ... 1740
616 — 16) — Indece dos Livros dos Contratos da Santa e Real Caza da Mizericórdia ..... s/ data

D — *Livros dos Tesoureiros*

São 58 volumes, com capas em pergaminho na sua maioria (liso ou com antifonário). Estão em bom estado de conservação, à excepção do 1.º volume.

Esta série tem dois tipos de livros: os de receita relativos a juros e foros, privilégios e esmolas; os de despesa referem esmolas, carne, peixe, lenha, carpinteiros, servos, missas, capelães, mordomos, dotes, etc.

2.1. — *Livros de Receita*

617 — 1) — Livro dos Juros, Foros e propriadades do hospital de São Marcos desta cidade de Braga 1508-1635
618 — 2) — Recibo do Thezoureiro 1531-1557
619 — 3) — Recibo 1562-1584
620 — 3) — Livro do Recebimento das Esmollas da Confraria da Stª Mjª desta cidade de Braga 1584-1597
621 — 5) — Livro do Recebimento das Esmolas, juro e todo o mais, que em dinheiro, se recebe nesta Stª Casa da Myã 1597-1605
622 — 6) — Livro do Recebimento 1615-1727
623 — 7) — Livro do Recebimento da Stª Miã 1627-1643
624 — 8) — Livro de Juros de Contractos e Foros 1636-1642
625 — 9) — Livro dos Juros 1643-1649
626 — 10) — Livro do Recebimento das Rendas e Esmolas que dão a Caza da Santa Misericórdia 1643-1655
627 — 11) — Livro do dinheiro que esta caza trás a cambio e do que tem de juro 1644-1647
628 — 12) — Livro dos Juros (ª) 1653-1774
629 — 13) — Livro dos Foros da Caza da Stª Misª 1653-1675
630 — 14) — Livro do Recebimento do Thezoureiro 1655-1670
631 — 15) — Recibo do Tezoureiro 1670-1682
632 — 16) — Livro dos Foros da Santa caza da Mizª 1678-1717
633 — 17) — Livro do Recibo do Tezoureiro 1682-1693
634 — 18) — Livro que serve de asentar o dinheiro que se dá a juro do legado que nesta Santa Caza instituio ... 1684-1687
635 — 19) — Livro que serve de asentar o dinheiro que se dá a juro do legado 1684-1688
636 — 20) — Livro dos Juros 1686-1703
637 — 21) — Livro do Recibo do Tizoureiro 1693-1711
638 — 22) — Do Juro Rial da Santa Caza da Mizericórdia 1708-1823
639 — 23) — Livro dos Juros Reais 1710-1807
640 — 24) — Livro do Recibo da Santa Caza de Miz. de Braga 1712-1777
641 — 25) — Livro dos Previlégios da Caza-Foros 1712-1777

642 — 26) — Resivo do Thizoureiro 1731-1758
643 — 27) — Tntrada na arca do dinheiro da caza e sahida a juro 1734-1751
644 — 28) — Foros 1734-1751
645 — 29) — [Livro das Escripturas do dinheiro a juros das esmolas de S. João Marcos e inventário dos Ornamentos] 1744-1782
646 — 30) — Livro da entrada e sahida do dr.º q. se lança na arca da St.ª caza 1751-1786
647 — 31) — Juro Real 1754-1800
648 — 32) — [Livro de consentimentos Temporais que os devedores dão nas suas hippothecas para a meza os mandar reformar] 1775-1869
649 — 33) — [Livro de entrada dos dinheiros na Arca da St.ª Casa da Misericórdia de Braga] 1766-1833
650 — 34) — Livro de execuções de dívidas à Mizericordia 1770-1816
651 — 35) — Livro dos Foros da Mizericordia 1826-1870
652 — 36) — Entrada e sahida dos Fundos do Legado do Rd.º Abade de Barbudo 1844-1859
653 — 37) — Memorial de esmolas deixadas ao Hospital de Hospital de S. Marcos, por disposição testamentária 1856-1860
654 — 38) — Memorial de todas as esmolas e legados deixados ao Hospital de S. Marcos e irmandade da Misericórdia de Braga 1873-1889
655 — 39) — Conta corrente dos legados de D. Arminda Ribeiro da Cunha Veiga, do Abade da Loureira, de D. Emília Abreu Coutinho e do P.º António Nunes Cotrim 1888-1939
1950-1973

2.2. — *Despesas*

656 — 40) — Desppeza do anno de 1531 — até o anno de 1554 annos da Santa Caza 1531-1554
657 — 41) — Despesa do anno 1554 até o anno de 1574 1554-1574
658 — 42) — Livro das despezas do Thezoureiro 1605-1610
659 — 43) — Despeza do Tezoureiro 1610-1614
660 — 44) — Despeza 1614-1620
661 — 45) — Libro da Despeza da Casa da St.ª Miã 1627-1635

662 — 46) — Libro da Despeza da Caza da Sancta Miã da cidade de Braga 1635-1641
663 — 47) — Livro de Despesas 1641-1642
664 — 48) — Livro da Despeza 1646-1654
665 — 49) — Livro da Despeza do Tezoureiro da Caza da Santa Misericórdia 1654-1668
666 — 50) — Livro da Despeza dos tisoureiros da caza da Santa Misericódea 1654-1668
667 — 51) — Despesa dos Thizoureiros 1678-1687
668 — 52) — Despeza do Tizoureiro 1688-1702
669 — 53 — Despeza dos Thesoureiros 1702-1711
670 — 54) — [Despeza do Tesoureiro] 1711-1724
671 — 55 — Livro da Despeza do Tezoureiro da Santa Caza 1724-1756
672 — 56) — Livro da Receita e Despeza 1747-1760
673 — 57) — Livro do Registo dos Consentimentos 1747-1851
674 — 58) — Livro de despesas 1757-1792

(a) O «Livro dos Juros» é comum ao «Livro para as Contas do Celleiro» de 1643-1644. São dois volumes dentro da mesma capa em posição invertida. O livro está colocado nesta série.

E — *Livro das Despesas dos Mordomos*

São 14 volumes. Seguem a seguinte ordem: recibos, despesas e mistos, por ordem cronológica dentro de cada tema.

Recibos — de acompanhamentos, de tumbas, de peditórios, de cera, etc.

Despesa — missas, cal, jornais, areia, madeira, algodão, feitio, cera, correio, etc.

675 — 1) — Inventário dos Mordomos 1634-1780
676 — 2) — Livro de Recibo dos Mordomos 1676-1693
677 — 3) — Recibo dos Mordomos 1694-1695
678 — 4) — Recibo de Mordomos 1732-1810
679 — 5) — Despeza dos Mordomos 1672-1682
680 — 6) — Mordomo — Livro da despesa do Mordomo 1682-1693
681 — 7) — Despesa dos Mordomos 1693-1717
682 — 8) — Mordomos — Despeza 1717-1748
683 — 9) — Contas da Mordomia da Casa 1848-1849

684 — 10) — Diário n.º 1 da Mordemia 1852-1857
685 — 11) — Diário n.º 1 da Thes. da Caza 1852-1860
686 — 12) — Recibo e Despeza dos Mordomos 1651-1660
687 — 13) — Recibo e Despeza do Mordomo 1660-1672
688 — 14) — [Livro de despeza do mordomo] — Recibo e despeza 1810-1811

F — *Salários*

São seis volumes de salários e ordenados do coro e Capelães. Estão em bom estado de conservação.

O tesoureiro paga os salários aos capelães, servos, sacristães, mestres da capela, organistas, beatas de Santo António, capelães do coro de S. Pedro Mártir, Religiosos de S. Francisco, etc.

689 — 1) — Sallarios — Libro das quitações das Capelas 1617-1739
690 — 2) — Sallarios — Libro de obrigações da Santa Caza [pagas e ordenados] 1676-1773
691 — 3) — Libro dos ordenados do coro e cappelaens da Santa Caza da Misericordia desta cidade de Braga 1740-1770
692 — 4) — Salários 1810-1821
693 — 5) — Salários 1820-1868
694 — 6) — Livro da Contagem do Coro 1820-1880

3. *CONTENCIOSO*

Nesta série englobam-se as Demandas e as Provisões Régias. São execuções de prazos, causas, apelações, embargos. Com as Provisões Régias, os reis procuram sanar conflitos.

A — *Demandas e Negócios da Santa Casa*

695 — 1) — [Livro das Demandas e Negócios da Santa Misericórdia] 1739-1750
696 — 2) — Demandas 1746-1750
697 — 3) — Livro do Recibo e despeza dos Negócios e Demandas da Stª Caza da Mizericórdia 1754-1781
698 — 4) — Demandas 1765-1775

699 — 5) — [Demandas da Santa Casa da Misericórdia] 1765-1776
700 — 6) — Demandas 1774-1793
701 — 7) — Demandas da Caza 1778-1794
702 — 8) — Das demandas do Celeiro 1810-1810
703 — 9) — Demandas da Mezericórdia 1815-1844

B — *Provisões Régias*

704 — 1) — Libro das provizois da Caza e do Hospital 1617-1774
705 — 2) — Livro do Registo das Resoluçoens e Provizoens regias 1788-1795

VII — [VIDA INTERNA]

São temas de organização interna da Misericórdia e Hospital de S. Marcos.

A — *Devassas e Visitas da Santa Casa*

São dois volumes. Referem queixas, inquéritos, e visitas da Santa Casa às beatas do Campo da Vinha.

706 — 1) — Livro das visitasoins do Ospital e Beatas e da Casa e Termo dela 1639-1684
707 — 2) — Livro das devaças 1714-1800

B — *Regimentos e Memórias*

Estes volumes contêm regimentos, registos de escrituras que sairam da Santa Casa, actas de reuniões e um projecto de reforma do regulamento interno do Hospital.

708 — 1) — Regimento para os reverendos Capellaes do Choro da Stª Caza da Mizericordia 1746-1794
709 — 2) — Livro para memória das Escripturas e Papeis que sahirem para fora da Real Caza da Santa Mizericórdia 1800-1846
710 — 3) — [Livro das actas das reuniões da Comissão Facultativa do Hospital sobre o regulamento interno] ... 1856-1856

711 — 4) — Projecto da Reforma do Regulamento do Hospital de S. Marcos da cidade de Braga ..... séc. XIX

VIII — [CORRESPONDÊNCIA REGISTADA]

Esta série de registos de correspondência contém correspondência recebida, expedida e livros mistos.

712 — 1) — Livro que serve para nelle se lançarem por extracto os officios derigidos á Mesa desta Stª Casa pelas autoridades 1839-1843
713 — 2) — Copiador da Misericórdia 1863-1873
714 — 3) — [Registo de ofícios expedidos] 1839-1863
715 — 4) — [Registo de officios recebidos e expedidos] 1814-1833
716 — 5) — [Livro de Registos de nome de pessoas, freguesias, lugares, ruas e correio] ..... séc. XIX

IX — RECOLHIMENTO DAS BEATAS DO CAMPO DA VINHA

São quatro volumes, os três primeiros com capa de pergaminho, o último em carneira. São estatutos para uso da Mesa. Estão em bom estado de conservação.

Para a história do Recolhimento das Beatas do Campo da Vinha, convém não esquecer os livros de Títulos do Abade Domingos Peres, cuja cota é 453-31 dos Livros de Títulos.

No prólogo do primeiro volume abaixo citado, indica a finalidade do Recolhimento como «muro e fortaleza para defender as almas dos assaltos do inimigo infernal e as conserva na inteireza das virtudes e no melhor estado de perfeição»... O Licenciado Domingos Peres, Abade da Paroquial Igreja de S. João da Balança, concelho de Terras de Bouro, no ano de 1588, dedicou as suas casas e medidas para morada e sustento de seis recolhidas com o título de beatas.

717 — 1) — Livro das eleiçoins de capellaes e beatas e o Rendimento de medidas e dinheiro o qual fica à Casa da Santa misericórdia 1594-1606
718 — 2) — Estatuto de Santo António das Biatas do Campo da Vinha 1746-1747

719 — 3) — [Estatutos para o Recolhimento de Santo António das Beatas do Campo da Vinha] 1746-1747
720 — 4) — Estatutos e Instituição do Recolhimento de Santo António das Biatas para o uso da Meza 1816-1817

Nota: Os Estatutos n.º 2 e 3 são cópia um do outro, embora feitos por Escrivães diferentes.

Rol dos Celeireiros ao serviço da Santa Casa da Misericórdia desde o ano 1643 ao ano 1869, conforme os Livros de Recibo e Despesa dos mesmos, por ordem alfabética, com a indicação do ano em que cada um serviu a Santa Casa.

1 — Acácio José Ferreira 1778-1779
2 — Afonso Manuel da Costa 1791-1792
3 — Agostinho Gomes 1733-1734
4 — André Ferreira 1652-1653
5 — António de Azevedo 1711-1712
6 — » de Carvalho 1707-1708
7 — » Carvalho da Cunha 1702-1703
8 — » Dias Braga 1757-1758
9 — » de Faria Calheiros 1653-1654
10 — » de Faria Calheiros 1656-1657
11 — » Feijó 1660-1661
12 — » Fernandes 1722-1723
13 — António Fernandes Velloso 1721-1722
14 — » Ferreira Machado 1701-1702
15 — » da Fonseca 1763-1764
16 — » Francisco Dias 1725-1726
17 — » Francisco Heitor 1785-1786
18 — » Francisco Perdigão 1683-1684
19 — » Francisco dos Santos 1751-1752
20 — » Francisco dos Santos 1775-1778
21 — » Francisco Torres 1735-1736
22 — » de Gouveia 1657-1658
23 — » Joaquim de Sousa Torres 1799-1800
24 — » José 1803-1804
25 — » José da Cunha 1796-1797

26 — António José da Cruz Faria	1821-1822
27 — » José Pereira	1790-1791
28 — » José Pereira de Barros	1797-1798
29 — » José Veloso da Costa — Escrivão	1811-1812
30 — » Manuel da Cunha	1807-1808
31 — » de Oliveira	1667-1668
32 — » de Oliveira e Silva	1747-1751
33 — » Pereira	1745-1746
34 — » Rebelo Guimarães	1768-1769
35 — » da Rocha Tinoco	1663-1664
36 — » Taborda	1651-1652
37 — Basílio Peixoto de Frei	1793-1795
38 — Belchior Pinto de Macedo	1817-1818
39 — Belchior de Rego Castro — Provedor	1753-1754
40 — Bento Correia	1708-1709
41 — » Ferreira	1706-1707
42 — » Rodrigues	1724-1725
43 — Bernardo de Almada	1699-1700
44 — » Pinheiro de Carvalho	1752-1753
45 — » Vieira de Carvalho	1814-1815
46 — Clemente Carneiro da Silva	1740-1741
47 — Constantino Leite	1696-1699
48 — » da Silva Cerqueira	1780-1782
49 — Custódio Correia Gomes	1756-1757
50 — » Dias Peixoto	1732-1733
51 — » Roiz Costa	1714-1715
52 — Domingos Álvares da Rocha	1694-1695
53 — » Fernandes de Faria	1731-1732
54 — » Francisco	1770-1771
55 — » Gomes	1658-1659
56 — » de Moura	1720-1721
57 — » Nogueira Capacete	1662-1663
58 — » de Oliveira	1700-1701
59 — » da Silva	1769-1770
60 — » Vieira	1781-1782
61 — Fernando Luís da Cunha	1780-1781
62 — Francisco da Costa Lima	1748-1749
63 — » Dias	1669-1670
64 — » Ferreira Camelo	1655-1656

65 — Francisco Ferreira Cerqueira 1664-1665
66 — » José Pereira de Castro 1800-1801
67 — » Luís Gomes 1748-1749
68 — » Ribeiro de Araújo 1709-1710
69 — » Roiz 1717-1718
70 — » da Silva Braga 1761-1762
71 — » Simões 1703-1704
72 — » Tinoco 1779-1780
73 — » Vieira — Mordomo 1709-1710
74 — » Xavier da Costa Rego 1798-1799
75 — Frutuoso da Silva 1675-1676
76 — Geraldo de Araújo 1695-1696
77 — » Pereira — Mordomo 1705-1706
78 — » Soares 1678-1679
79 — Ignácio Leite de Azevedo 1736-1737
80 — » Luís Monteyro 1772-1773
81 — Jerónimo de Freitas Rego 1754-1756
82 — » Pereira de Oliveira 1787-1788
83 — João Brandão 1784-1785
84 — » Fragoso 1686-1687
85 — » Gomes Pinto 1696-1697
86 — » Lois Paffará 1673-1674
87 — » Lopes Vilaça 1695-1696
88 — » Marques Veiga 1715-1716
89 — » Nogueira de Faria 1739-1740
90 — » de Oliveira 1666-1667
91 — João Pereira Valle 1743-1744
92 — » Roiz 1687-1688
93 — » Roiz Soares 1665-1665
94 — » Serafim de Oliveira 1822-1823
95 — » Silvestre de Abreu 1782-1783
96 — » de Sousa Machado 1764-1765
97 — » Vicente do Rego 1806-1807
98 — Joaquim José Gonçalves 1792-1793
99 — José Alves Correia 1789-1790
100 — » António da Costa Ferreira e Sousa 1811-1812
101 — » Fernandes Coelho 1786-1787
102 — » Fernandes Monteyro 1737-1738
103 — » Francisco Ferreira 1749-1750

104	— José da Graça	1661-1662
105	— » Luís Antunes	1830-1831
106	— » Manuel Ferreira da Costa	1812-1814
107	— » Marques da Silva Braga	1824-1826
108	— » Pereira Vale	1788-1789
109	— » Roiz Botelho	1783-1784
110	— » Vieira	1744-1745
111	— Leandro José de Freitas	1767-1768
112	— Leonardo José Roiz Torres	1765-1766
113	— Lourenço Francisco da Costa	1746-1747
114	— Lucas da Motta Gomes	1734-1735
115	— Luís Joaquim da Silva	1828-1730
116	— Luís Manuel Henriques	1801-1802
117	— Manuel António Gomes da Costa	1815-1817
118	— » António Peixoto	1808-1809
119	— » Antunes de Carvalho e Santos — Escrivão	1819-1819
120	— » Azevedo Motta	1668-1669
121	— » de Carvalho Cunha	1688-1693
122	— » Cerqueira de Araújo	1727-1728
123	— » Dantas de Carvalho	1684-1685
124	— » Dias	1758-1759
125	— » Ignácio de Mattos Souza Cardoso — Provedor	1819-1819
126	— » José da Costa	1802-1803
127	— » José Gomes Briteiros	1804-1806
128	— » José Mendes	1795-1796
129	— » José Pereira de Melo	1837-1838
130	— Manuel Lopes	1676-1777
131	— » de Oliveira	1679-1680
132	— » de Oliveira Figueiredo	1818-1821
133	— » Pedro Gomes	1826-1828
134	— » Pereira da Costa	1759-1761
135	— » Pereira Tadim	1726-1727
136	— » Roiz de Araújo — Mordomo	1705-1706
137	— » da Silva	1704-1705
138	— » de Sousa	1710-1711
139	— » Vieira Gonçalves — Mordomo	1713-1714
140	— » Vieira Marra	1723-1724
141	— Miguel Antunes	1719-1720
142	— » José da Costa	1771-1772

143 — Miguel Luís de Araújo 1774-1775
144 — » da Mota 1650-1651
145 — Pascoal Lopes 1728-1729
146 — Paulo José da Silva Pereira 1823-1824
147 — Pedro António Pereira 1762-1763
148 — » de Barros e Távora 1671-1672
149 — » Pereira da Silva 1729-1730
150 — Sanctos de Oliveira 1717-1718
151 — Sebastião do Couto 1705-1706
152 — » da Sylva 1685-1686
153 — Silvestre Fernandes 1718-1719
154 — Simão de Araújo Pereira 1766-1767
155 — Veríssimo João da Costa 1753-1754
156 — Veríssimo da Rocha 1713-1714

Entre os nomes dos Celeireiros aparece algumas vezes o nome do provedor, do escrivão ou do mordomo, o que revela que a sua assinatura aparece nos livros do Celeiro. Raramente acontece isso. Poderemos verificar que os Celeireiros exercem as suas funções um ou mais anos, seguidos ou intercalados.

INVENTÁRIO DE DOCUMENTOS AVULSOS

Os documentos avulsos referentes à Santa Casa da Misericórdia de Braga, estão a ser inventariados e serão publicados muito brevemente.

São 2.525 documentos agrupados em dois grandes títulos:

— ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

— SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

No 1.º tema estão incluídos os contratos enfitêuticos, prazos, informações sobre dinheiro a juros, escrituras, dívidas, empréstimos, recibos de juros, dotes, diferentes situações de assistência social, tratamento de praças no Hospital de S. Marcos (Exército), festividades religiosas, legados (sufrágios) orçamentos de obras de reparação do Hospital, propostas para fornecimento de pão, carne e cera ao Hospital e Irmandade, lei e propostas de arrendamento de casas pertencentes ao Hospital, serviço de contencioso, pratas dos extintos conventos e outros assuntos.

No 2.º tema — SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS — figuram assuntos relativos à Mesa (eleição, compromisso, dissolução da Mesa) e provimento do capelão e servos menores (escrituras de fiança e provimento).

Para um estudo aprofundado do aspecto sócio-económico da Misericórdia é necessário fazer consulta dos documentos aqui referidos.

Muitos outros haverá ainda, fora do Arquivo Distrital, que constituirão material esplêndido para pesquisa dum património tão vasto e complexo.

Novos elementos relativos a Mestre Paulo, pregador do século XV, contra os judeus bracarenses

Por HUMBERTO BAQUERO MORENO

Quando em 1976 demos a conhecer, no nosso estudo *As pregações de Mestre Paulo contra os judeus nos fins do século XV* (1), os motivos que deram origem à acção deste pregador contra os judeus sediados na comuna de Braga, faltavam-nos elementos que nos permitissem lançar um pouco de luz sobre as causas profundas ou mesmo superficiais da actuação deste clérigo de missa.

Como explicar as atitudes por ele assumidas? A que móbeis deveria obedecer a sua conduta de intransigência e de fanatismo. No domínio do conhecimento histórico nem sempre resulta fácil aclarar factores de comportamento das figuras que se moveram, com papéis mais ou menos relevantes, no passado da humanidade. No nosso espírito contudo alimentámos algumas esperanças em poder dilucidar um pouco mais sobre a controversa personagem de Mestre Paulo. Mas também nos dizia a nossa própria experiência que só através duma investigação paciente e cuidadosa nos arquivos bracarenses é que viria um dia a ser viável saber um pouco mais ou conhecer melhor o itinerário da figura em questão. Sabedores que o nosso colega da Faculdade de Letras do Porto, Dr. José Marques, vinha realizando profícuas sondagens nos arquivos de Braga, solicitámos-lhe o favor de nos indicar qualquer dado atinente ao problema que nos vinha de há muito preocupando.

Subsistia no nosso espírito esta questão: quem seria Mestre Paulo? Partíamos *a priori* do princípio, muito embora se tratasse duma mera suspeição, que o referido clérigo deveria pertencer à comunidade judaica.

---

(1) Publicado na «Bracara Augusta», tomo XXX, fasc. 69 (81), Janeiro-Junho, Braga, 1976, pp. 53-62.

Tratava-se, como digo, duma suspeição, ou se quisermos duma manifestação intuitiva. Graças à colaboração do Dr. José Marques, a quem testemunhamos os nossos mais expressivos agradecimentos, foi-nos possível desvendar as origens de Mestre Paulo. Tratava-se nada menos de um judeu convertido ao cristianismo e tornado cristão novo. Admitindo que esta situação se tivesse verificado em Portugal no período medieval, com uma certa regularidade, muito embora escasseiem provas (2), devemos observar porém que o comportamento anti-judaico de um recém-converso constitui uma novidade em Portugal na época medieval, outro tanto não se podendo dizer em relação a Castela onde são conhecidos alguns casos de fervoroso proselitismo assumido por cristãos novos perante os seus irmãos de raça.

Antes de entrarmos na análise da figura de Mestre Paulo e das motivações da sua conduta, vejamos alguns casos conhecidos em Castela com particular incidência em Pablo de Santa Maria. Estando a nossa história inserida num contexto peninsular, cujo conhecimento se torna cada vez mais necessário para a compreensão do nosso passado, teremos aqui em mente o propósito de delinearmos num sentido amplo o perfil psicológico dessa notável figura da história de Castela, com o objectivo de encontrarmos resposta adequada para uma questão central. Seriam essas conversões com as atitudes dela decorrentes um acto de mero oportunismo ou resultariam pelo contrário duma íntima convicção geratriz desse comportamento apaixonado e discriminatório?

No que concerne ao caso de Pablo de Santa Maria estamos perante uma conversão sincera. De quem se tratava? Pertencente a uma rica e vetusta família de recebedores de impostos tinha este natural da cidade castelhana de Burgos o nome de Salomão Helevi, antes da sua conversão à fé cristã. Dados os rasgos da sua brilhante inteligência alcançou um notório papel como representante do rei de Castela na corte francesa. Mantinha-se então arreigado à sua crença judaica quando por volta dos quarenta anos, mais ou menos entre 1390 e 1391 — este último ano tristemente célebre pelo «pogroms» efectuados em todos os reinos peninsulares, com excepção de Portugal (3), contra o povo judaico — se decidiu

---

(2) Existem, efectivamente, casos de conversão de judeus à fé cristã durante o período medieval, conforme no-lo revelam as *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Afonso V*, livro II, Coimbra, 1792, título LXXVII, pp. 457-461.

(3) Veja-se o que sobre o assunto escrevemos no artigo acima citado.

converter ao cristianismo na cidade de Burgos, onde quatro décadas antes havia nascido, adoptando no acto de baptismo o nome de Pablo (Paulo) de Santa Maria. Fê-lo juntamente com seus filhos Gonzalo, Maria, Alfonso, Pedro e Álvaro, nascidos entre 1379 e 1388, cujas idades oscilavam então entre os onze e os dois anos, os quais viriam a constituir no século XV uma notável estirpe (4).

A conversão de Pablo de Santa Maria teve um grande impacto na comunidade judaica. Tal facto se devia à circunstância de ser uma pessoa profundamente recta, acessível e austera nos seus hábitos quotidianos, factores da personalidade a acrescentar à sua capacidade persuasiva revelada através duma rara eloquência. De regresso a Paris, em cuja Universidade se doutorou em Teologia, tornou-se amigo do cardeal Pedro de Luna, que em 1394 foi elevado ao sumo pontificado com o apelativo de Bento XIII. Entretanto Pablo de Santa Maria pronunciava em Avinhão os seus violentos discursos contra o judaísmo, procurando através da sua fervorosa palavra converter os seus irmãos de raça. Mas a par das suas intervenções oratórias dotadas de características inflamadas, procurou, sem lograr êxito junto do rei de Aragão João I, a promulgação de medidas de excepção contra os judeus que não aderissem ao cristianismo. Em 1396 aparece-nos designado cónego da catedral de Burgos, alcançando em 1402 o título de bispo de Cartagena. Esta circunstância permitiu-lhe conhecer pessoalmente a Enrique III, rei de Castela, precisamente nas cortes celebradas em Toledo no ano de 1406.

O rei castelhano mostrou-se impressionado com a capacidade e o saber de Pablo de Santa Maria. De tal modo que o nomeou mestre de seu filho, o futuro rei João II. Cabia-lhe de igual maneira a direcção da chancelaria do herdeiro e depois, por morte do chanceler Pero Lopez de Ayala, confiou-lhe o mencionado cargo. Falecido Enrique III em 1406, pertenceu mais tarde ao chanceler-mor do reino com a autorização de D. Fernando de Antequera e da rainha viúva D. Catarina, por virtude da menoridade

---

(4) José Amador de los Rios, *Historia Social, Politica y Religiosa de los Judios de España y Portugal*, Madrid, 1973, p. 531. Revela-se fundamental para a compreensão da conversão dos Judeus ao cristianismo a leitura atenta da obra de F. Cantera Burgos, *Alvar Garcia de Santa Maria y su familia de conversos. História de la juderia de Burgos y de sus conversos mas egregios*, Madrid, 1915. Merece, também, um estudo cuidado o livro do nosso colega e amigo Eloy Benito Ruano, *Los orígenes del problema converso*, ed. el Albir, Barcelona, 1976. Chamamos particularmente a atenção para o primeiro ensaio nele contido, digno de reflexão, intitulado *Del problema judio al problema converso*.

de João II, a publicação da pragmática *Ordenamiento sobre el encerramiento de los judios e de los moros*, que veio à luz do dia em 2 de Janeiro de 1412. O redactor desta terrível medida, instauradora dum regime de «apartheid», foi Pablo de Santa Maria. Inspirava-se na sua concepção nas doutrinas segregacionistas defendidas por São Vicente Ferrer. Os judeus além de segregados viam-se coagidos a usar sinais distintivos; mas como tal não bastasse eram compelidos a deixar crescer o cabelo e a usar a barba crescida. Como coroamento da sua carreira de poderoso perseguidor dos judeus vai-nos aparecer em 1415 designado bispo de Burgos, precisamente na sua terra natal (5).

Poderíamos acrescentar ao caso de Pablo de Santa Maria o de muitos outros cristãos novos ou «conversos» que em terras castelhanas actuaram de modo semelhante. Mas basta-nos este exemplo, dada a proeminência alcançada pelo seu autor. E em Portugal? Haveria casos semelhantes? Ignoramos a sua existência, se exceptuarmos o exemplo de Mestre Paulo, autor de terríveis pregações contra os judeus, que iam ao ponto de pressionar os cristãos no sentido de os marginalizar, votando-os ao mais desesperante isolamento através da negação dos bens essenciais para a sua subsistência. De tal maneira se tornou notória a sua maléfica actuação que D. Afonso V se viu na contingência de lhe enviar uma carta proibindo-o de que com as suas pregações desse «causa ao pouo fazer leuamtos e onyoees contra os judeus» bracarenses, ao mesmo tempo que o intimidava a comparecer na corte para se justificar das suas faltas (6). Não sabemos se Mestre Paulo cumpriu ou não a intimação régia, mas o que importa agora sublinhar é que o seu papel na perseguição aos judeus bracarenses foi modesto se o compararmos com o impacto que no reino de Castela teve Pablo de Santa Maria, onde alcançou os cargos mais proeminentes. Ao invés a acção de Mestre Paulo reduziu-se a uma zona restrita do País e foi contrariada pela política proteccionista dispensada por D. Afonso V aos judeus portugueses, a qual ficou claramente patenteada quando do assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1449 (7).

Os acontecimentos perpetrados por Mestre Paulo contra os judeus

---

(5) José Amador de los Rios, *ob. cit.*, pp. 531 e seguintes.

(6) Carta régia de 26 de Janeiro de 1481, por nós publicada no mencionado artigo *As pregações de Mestre Paulo...*, p. 62.

(7) Veja-se o nosso artigo *O assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1449* in «Tensões Sociais em Portugal na Idade Média», ed. Athena, Porto, 1975, pp. 13-80.

devem ter-se verificado em 1480, ou mesmo antes, pois as cartas de D. Afonso V de censura aos seus actos datam de 26 de Janeiro do ano seguinte, ou seja de 1481. Quantos anos teria então no desempenho do seu munus sacerdotal? Graças a um documento relativo à sua ordenação que em 25 de Maio de 1464, sendo arcebispo da diocese de Braga D. Fernando da Guerra, dom Frei Gil ordenou de «hordeens meyores» a Mestre Paulo «nouo christãao na fe» (8). Tal facto permite-nos responder com segurança que na altura da intervenção régia desempenhava as funções sacerdotais havia dezassete anos.

Outros dados ainda se podem obter relativamente a Mestre Paulo. Assim em 21 de Setembro de 1465 o mencionado dom Frei Gil, bispo de Titopoli, sufragâneo «im perpetuum» da igreja de Braga, celebrou ordens gerais na Sé da referida cidade. Figura entre diversos clérigos presentes Mestre Paulo «de legitimo matrimonio» pertencente à paróquia de Santiago da cidade bracarense (9). Documento semelhante a este é o que nos torna a aparecer precisamente dois meses mais tarde, ou seja em 21 de Dezembro do referido ano (10).

Mestre Paulo recebeu o presbiterado em período anterior a 25 de Agosto de 1466. Uma confirmação do arcebispo de Braga, concedida na mencionada data, revela-nos que este presbítero foi confirmado por D. Fernando da Guerra na igreja de Sequiade, (localizada actualmente no termo de Barcelos) então situada na terra de Penafiel (de Bastuço), com as suas anexas de Santa Comba e São Pedro, que eram da apresentação do arcebispo «in solidum». A freguesia havia ficado vaga porque o seu último abade, Gonçalo Anes, tinha sido provido e confirmado na freguesia do mosteiro de Valdreu (11).

Mais nenhum outro elemento foi possível apurar relativamente a esta controversa figura. A circunstância porém de se tratar dum cristão novo assume aos nossos olhos uma primacial importância. Como classificar a sua atitude e sobretudo o seu comportamento frente aos seus irmãos de raça? Sinceridade e convicção tal como se verifica com Pablo de Santa Maria, ou mero oportunismo? Escasseiam-nos dados documentais suficientes para poder fornecer uma resposta segura. Não deixa contudo de nos

---

(8) Arquivo Distrital de Braga, *Matrículas de Ordens*, maço 3, s/n. Documento I.

(9) Arquivo Distrital de Braga, *Matrículas de Ordens*, maço 2, s/n. Documento II.

(10) Arquivo Distrital de Braga, *Matrículas de Ordens*, maço, 2, s/n. Documento III.

(11) Arquivo Distrital de Braga, *Confirmações de D. Fernando da Guerra*, fol. 248 v. Documento IV.

causar estranheza a conduta atrabiliária ou se quisermos fanática de Mestre Paulo, que talvez nos permita estabelecer uma identidade com semelhante procedimento adoptado pelo famoso «converso» castelhano.

Uma questão fica ainda por resolver. Em que instituição teria Mestre Paulo obtido o referido grau? Problema que não nos foi possível resolver e que fica em aberto para os estudiosos da cultura portuguesa.

Por último não queremos deixar de formular um tema que se nos afigura de primacial interesse. Ter-se-iam verificado em Portugal outras situações semelhantes ao da figura em apreço, durante o século XV? Só um trabalho aturado de investigação é que nos poderá desvendar muitos dos segredos que a História ainda nos reserva.

Documento I

Anno do nasçimento de nosso Senhor Jhesũ Chrispto de mjll e quatroçentos e lxiiij anos, XIX dias do mes de mayo de leçença e actoridade (sic) do Reverendissimo em Cristo padre e Senhor dom Fernando per merçee de Deus e da Sancta Igreia de Roma, arçebispo de Bragaa e primas ho Reuerendo em Cristo padre dom frey Gill bispo Tithopolitano sufraganho perpetuo da dicta Igreja de Braga hordenou de hordeens meyores a estes que sse adiante seguem e ect.

.....

Item Mestre Paulo nouo christãao na fe foy hordenado aos XXV dias de Mayo da dicta era.

Arquivo Distrital de Braga, *Matriculas de Ordens*, maço 3, s/n.

Documento II

Ano do nascimento de nosso Senhor Jhesũ Chrispto de mil iiijlxb. Em a çidade de Bragaa nos paaços do reuerendissimo em Chrispto padre e Senhor dom Fernando arcebispo da dicta çidade e primas, sabbado iiij temporas despoys da festa de Sancta Cruz xxj dias do mes de Setembro da dicta era. O muy homrrado senhor dom Frey Gil, bispo de Titopoli sofraganho im perpetuum da egreja de Bragaa actoritate a pupr:ca celebrou ordens geeraees na see da dicta çidade de Bragaa. E quanto aa primeira clerical tomsura ordenou os legitimos e sofficientes e despemsou com os que nom eram legitimos actoritate ordinaria per comissam do dicto Senhor Arçebispo. E foram examinadores Gomez Fjrnandez cognego.

Ordens Menores

.....

Epistola

Item Mestre Paulo de legitimo matrimonjo diocesis bracharensis de parrochia Sancty Jacoby etc.

Arquivo Distrital de Braga, *Matriculas de Ordens*, maço 2, s/n.

Documento III

Anno do nasçimento de nosso Senhor Jhesũ Chrispto de mjl iiijclxb, sabbado iiij tempora despoys da festa de Sancta Luzija xxj dias do mes de Dezembro da dicta era em a çidade de Bragaa. O reuerendo Senhor dom Gil bispo de Titopoly subfraganho im perpetuum da dicta egreja de Bragaa per actoridade appostolica per comissom do dicto Senhor Arçebispo celebrou ordens geeraees em a dicta sua See. E quanto aa primeira clerical tomsura ordenou os sofficientes e despemsou com os que nom eram legitimos actoritate ordinajra. E foram examinadores Gomez Ffernandez cognogo e Lopaffomso outrossy cognego seus muyto amados criados.

Ordens Menores.

.....

Euamgelho

Item Mestre Pallo de legitimo matrimonio da freguesia de Santiago da See de Bragaa diocesis ipsius.

Arquivo Distrital de Braga, *Matriculas de Ordens,* maço 2, s/n.

Documento IV

Item no dicto dia [27 de Agosto de 1466] confirmou o Senhor a egreja de Çiquiade da terra de Penafiel com suas anexas Santa Coonba e Sam Pedro, suas anexas, a Mestre Paulo, clerigo de missa deste arcebispado, a apresentaçom do dicto Senhor e sua egreja de Bragaa em solido que a ella esta em posse de a ella apresentar e confirmar e vagou per prouisom e confirmaçom que o dicto Senhor ffez do mosteiro de Baldreu a Gonçallo Annes que da dicta egreja foi ultimo abbade.

Arquivo Distrital de Braga, *Confirmações de D. Fernando da Guerra,* fol. 248 v.

Um testamento concebido durante a Peste Negra

Por HUMBERTO BAQUERO MORENO

Pertence ao conhecimento geral que a Peste Negra de 1348 provocou em todos os países da Europa, por ela afectados, uma acentuada recessão demográfica, cujas estimativas tem merecido as opiniões mais diversas e nem sempre concordantes entre si (1). Sabe-se que a aproximação dos sinais da morte, geradora de estados de comoção colectiva, teria motivado em muitas pessoas possuidoras de bens a necessidade de os legarem aos seus parentes, próximos ou mais afastados, quando não de os deixarem à própria Igreja. Sendo de admitir que muitos houvessem falecido «ab intestato», é de supor que outros se houvessem precavido a tempo e horas.

---

(1) De entre a extensa bibliografia existente cabe aqui referir as obras de carácter geral que se nos afiguram mais importantes: Yves Renouard, *Conséquences et intérêt démographique de la Peste Noire de 1348*, in «Population», n.º 3, Paris (Julho-Setembro) 1948, pp. 454-466. Novamente publicado em *Études d'histoire médiévale*, S. E. V. P. E. N., Paris, 1968, vol. I, pp. 157-170; Yves Renouard, *L'evenement mondiale le plus important du XIV^e siécle: la peste noire de 1348-1350*, in «Revue de Paris», Paris (Março) 1950, pp. 107-119. Novamente publicado nos citados *Études d'histoire médiévale*, vol. I, pp. 143-154; C. Cipolla, J. Dhondt, M.Postan, Ph. Wolff, *Antropologie et Demographie. Moyen Âge*, in Actas do «IX^e Congrés International des Sciences Historiques», vol. I, Paris, 1950, pp. 55-80; Elisabeth Carpentier, *Autour de la peste noire: famines et epidémies dans l'histoire du XIV^e siécle*, in «Annales», vol. XVII n.º 6, Paris, 1962, pp. 1062-1092; R. S. Lopez, H. A. Miskimin, *The economic depression of the Renaissance* in «The Economique History Review», vol. XIV, n.º 3, Cambridge, 1962, pp. 408-426; Elisabeth Carpentier, *Une ville devant la peste. Orvieto et la peste noire de 1348*, S. E. V. P. E. N., Paris, 1962; Emmanuel Lerroy-Ladurie, *Les paysans du Languedoc*, S. E. V. P. E. N., Paris, 1966; Philip Ziegler, *The Black Death*, Londres, 1969. Uma obra magistral, fundamental para a compreensão da Peste Negra na sua inserção nos quadros sociais e económicos da Europa Ocidental, é a de Georges Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médieval*, vol. II, Paris, 1962, pp. 541 e seguintes.

Possuimos indicações de que em Portugal se não fugiu a esta regra. Simplesmente inquire-se: — Onde param esses testamentos? Ter-se-iam perdido na sua quase totalidade? Resulta provável que assim tenha acontecido, muito embora existam alguns merecedores de publicação.

Tal como sucede noutros países julgamos ser de primordial importância dar a conhecer alguns destes documentos. Um dos raros que chegou ao nosso conhecimento aparece-nos sumariado por Gama Barros, embora com propósitos diferentes, extraído dum documento da chancelaria joanina (2). Não se trata dum testamento coevo da mencionada crise no que concerne à sua feitura, mas recua indubitavelmente na sua elaboração ao período em apreciação.

Contrariamente ao que sucede em Portugal no que concerne à difusão de documentos desta natureza, encontramos alguns diplomas deste tipo em algumas regiões da Península Ibérica. Um bem elaborado estudo de conjunto levado a efeito por Jaime Sobrequés Callicó, apoiado no conhecimento de numerosos artigos publicados na Península Ibérica sobre diver-

---

(2) Testamento contido na carta régia de D. João I de 23 de Maio de 1394. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fols. 98 v-99. Sumariado por Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, tomo VIII, 2.ª ed., Lisboa, s/d., pp. 274-275.

O Cónego Isaías da Rosa Pereira publicou um importante documento existente no Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa (caixa 8, n.º 3) consistente numa pública forma de duas cláusulas dum testamento realizado por um (...) Gomes, em Maio de 1349, em benefício da Igreja de Santiago de Óbidos. O documento em questão encontra-se em mau estado, mas o facto de se tratar dum legado efectuado durante a Peste Negra, justifica a sua reprodução com base na leitura levada a efeito pelo referido professor de Paleografia da Faculdade de Letras de Lisboa. Eis a sua lição: — «(...) todos que na era de mil e trezentos e oitenta e ssete anos [1349] (...) dias de Maio em Óbidos ante (?) a porta principal da egreja (...) Joham (...) dito da (...) testamenteiro de (...) Gomez (...) rraçoeiro que ffoi (...) egreja de Santiago da dita vila segundo (...) do dito (...) Gomez per Stevam Annes vigairo geeral de Dom Teobaldo bispo de Lisboa scripto em purgaminho e ffecto e asinaado per (...) e per mim dito tabelliom leer fez duas clausulas conteudas no dito testamento das quaes (...) cada hũa o teor tal he (...) vinha de Rabo Danguia que o leixava por aniversairo (...) as quaes clausulas asii mostradas leudas Joham Vicente (?) clerigo rraçoeiro (...) egreja que lhe dese o trelado das ditas clausas em publica fforma (...) meu sinal e eu lhe deii ffecto do dia e era logo (...) vila Joham Annes sseu homem (...) clerigo rraçoeiro da egreja de Samhoanne da dita vila Domingos Durães criado (...) tabelliom pedir ao dito (...) este stromento com o trelado das ditas clausulas screvii e em el meu sinal ffiz que tal *(sinal do tabelião)* [he]» (*Inventário Provisório do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa*, separata de «Lusitania Sacra», tomo IX, Lisboa, 1972, p. 369).

sos aspectos de Peste Negra (3), revela-nos a existência na Catalunha, no ano de 1348 e nos seguintes, de alguns manuais notariais onde se conserva o registo de inúmeros testamentos. O seu aumento parece denunciar o receio temeroso da morte, faceta psicológica que se torna muito marcante nesta época e traduz um impacto deveras significativo na história colectiva das mentalidades (4). Outras regiões peninsulares também apresentam a existência de documentos notariais deste tipo. Em Valência observa-se um aumento de testamentos muito acentuado durante o ano de 1348, havendo conhecimento que outros dados desta natureza se podem encontrar no seu rico Arquivo Municipal (5). Por seu turno em Malhorca não apenas se sabe que houve imensas heranças resultantes da transmissão de bens entre parentes, como também existem provas de que a Igreja enriqueceu devido ao número de legados piadosos recebidos de muitos defuntos (6). Ignora-se a situação em Castela, devido à dispersão dos seus arquivos e à carência de estudos sobre problemas desta natureza, mas pensa-se que a situação não deve ter diferido do sector oriental peninsular no que respeita à concessão de doações em benefício de institutos eclesiásticos e na transmissão de bens a beneficiários aparentados com os doadores (7).

---

(3) Jaime Sobrequés Callicó, *La Peste Negra en la Peninsula Ibéirca* in «Anuário de Estudios Medievales — Instituto de História Medieval de España», vol. 7, Barcelona, 1970-1971, pp. 67-101.

(4) Josep M. Pons Guri, *Documentos sobre «fotgages» de Montclús y de Montseny (S. XIV)* in «Archivo Historico Museo Fidel Fila», vol. 4, Arenys del Mar (Março) 1960, pp. 2-18. Cf. Jaime Sobrequés Callicó, *ob. cit.*, p. 79.

(5) Marcial Olival Daydi, *La vajilla de madera y la cerámica de uso en Valencia y en Cataluña durante el siglo XIV (según los inventarios de la época)* in «Anales del Centro de Cultura Valenciana». C. S. I. C., Valencia, 1950. Cf. Jaime Sobrequés Callicó, *ob. cit.*, p. 82.

(6) Amada López de Meneses, *La peste negra en las Islas Baleares,* actas do «VI Congresso de Historia de la Corona de Aragón» realizado na Cerdenha de 8 a 14 de Dezembro de 1957, Madrid, 1959-1960, pp. 331-344. Cf. Jaime Sobrequés Callicó, *ob. cit.*, p. 83.

(7) A mais importante contribuição para o estudo da Peste Negra em Castela ficou-se devendo ao labor de Nicolás Cabrillana, *La crisis del siglo XIV en Castilla: la Peste Negra en el obispado de Palencia* in «Hispania», tomo XXVIII, n.º 109 (Maio-Agosto), Madrid, 1968, pp. 245-258. Através duma comparação entre um inquérito realizado pelo bispo sobre os benefícios do clero (ano de 1345) e o *Livro Famoso das Behetrias de Castela* verifica que em 420 desapareceram 82 povoações. Assim contrariamente à suposição de Charles Verlinden de que Castela teria sofrido menos os efeitos de Peste Negra do que a Catalunha e a Andaluzia, por ser região do interior e de fraca densidade populacional, (*La Grande Peste de 1348 en Espagne. Contribution a l'étude de ses conséquences economiques et sociales* in «Revue

A famosa «Lei que constregam os homees que husem de seu mester e que morem por soldada os que fforem pera ela» publicada em 1349 (8), e muito provavelmente enviada a alguns concelhos do nosso território (9), deixa antever sem a mais pequena sombra de dúvida que uma profunda

---

Belge de Philologie et d'Histoire», tomo XVIII, Bruxelas, 1938, p. 143) chega-se à conclusão que também foi gravemente afectada pela mortífera epidemia.

A intensidade do despovoamento que se verificou em Portugal mereceu um bom tratamento por parte da Dr.ª Iria Vicente Gonçalves no seu artigo *Consequências demográficas da Peste Negra* in «Para o Estudo da Peste Negra em Portugal», sep. de *Bracara Augusta*, vols. XIV-XV — n.os 1-2 (49-50), Braga, 1963, pp. 9-15. Um exemplo de *desertismo* é-nos dado pelo seguinte documento do mosteiro de Santa Cruz: — «Estes pardeeiros sam despoboados des a pestelencia grande aaca que nom teem ja signal de casas. Item hũu chousso que jaz aa fonte. E parte com Joam Aluarez e com Jorie Anes e com Rio da patjnha e pollo camjnho que se vaj aa fonte. E este chousso sta em lameira que nom proueita nada» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro nobre de todas as propriedades do Mosteiro de Santa Cruz*, n.º 94, fol. 303).

(8) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro das Leis e Posturas*, fols. 158 v-159. Publicado na íntegra pela Dr.ª Maria Teresa Campos Rodrigues no *Livro das Leis e Posturas*, ed. da Faculdade de Direito de Lisboa, 1971, pp. 448-450, aparece-nos a mesma citada por Henrique de Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, tomo III, 2.ª ed., Lisboa, s/d, pp. 32-35; Virginia Rau, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1946, p. 63 e segs.; Marcello Caetano, *A administração municipal de Lisboa durante a 1.ª dinastia (1179-1183)*, e segs.; Humberto Carlos Baquero Moreno, *Consequências sociais da Peste Negra*, in «Para o Estudo da Peste Negra em Portugal» (*ob., cit.*), p. 26 e segs.

A referida lei encontra-se inserida no manuscrito das *Ordenações de D. Duarte* existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, com a particularidade de lhe atribuir a data de 3 de Julho de 1349. A ser exacta esta data constituiria na opinião do Prof. Marcello Caetano «o paradigma das outras leis europeias do género» (*ob. cit.*, p. 85). Levanta, contudo, este historiador algumas dúvidas ao facto da lei ser mesmo de 1349, chegando a estabelecer a hipótese de «que não admiraria que o copista das *Ordenações de D. Duarte* se houvesse equivocado, tomando 1389 por 1387: a era de 1389 corresponde ao ano de 1351, que é o da promulgação das leis no resto da Europa» (*ob. cit.*, p. 86). Pela nossa parte estamos em crer que a referida lei deve ter sido com efeito publicada em 1349, precisamente no ano em que idênticas medidas eram adoptadas na Inglaterra para atenuar os nefastos efeitos económicos originados pela Peste Negra.

(9) Desconhecemos ao certo o âmbito de irradiação que teria tido esta lei. Julgamos que apenas os concelhos mais importantes e menos distanciados dos circuitos habituais da governação régia alcançariam o seu conhecimento, até porque cumpria aos corregedores velarem pela sua aplicação. Resta saber, contudo, em que medida estes funcionários percorriam as comarcas sob sua jurisdição, na medida em que numerosas queixas apresentadas em cortes apontavam para o facto de os mesmos permanecerem por tempo infinito em algumas localidades que lhes proporcio-

transformação se operara em Portugal em consequência dos drásticos efeitos provocados pela Peste Negra. De entre várias questões faz-se alusão directa à existência de inúmeras heranças, afirmando-se haverem «homens e molheres que ante que Deus desse a pestilencia [...] guanhauam dinheiros per affam de seus corpos obrando cada hũm e cada hũa de seus mesteres e serviços e seruyram esses concelhos como conpria». Sucedia, porém, «que agora que cobraron algũns beens per mortes dalgũas pessõas que sse teem em tan grandes que nom querem obrar de seus mesteres e servyços como ante faziam e que por esto os dessa vila e termho rrecebem grandes perdas e danos» (10).

A situação era na realidade muito complexa, pois se por um lado tornava-se urgente adoptar medidas que pusessem cobro ao marasmo económico provocado pela recusa ao trabalho e pela escassez de mão de obra, nada podia impedir em relação aos que subitamente enriqueciam que pudessem mudar de vida e ascender na escala social. Assim ficava aberta a porta, facultada pelo próprio legislador, em relação a «algũns dos sobredictos a que acontecerom aueres per rrazom da morteydade ou per outra maneira nos quiserem mostrar que per dereita rrazom nom deuem dusar dos mesteres e seruyços de que ante husauam, vos conhecedelhj delo chaamente e ssem delonga. E sse achardes que com rrazom e aguysado nom deue husar deles vos conssijrade a pessoa qual he e o auer que a e mandadelhy que huse de mercadoria ou de lauoyra ou doutro mester ou seruiço mais honrrado que o que ante auya qual uyrdes que a el perteece e que a esse logar he mais conpridoiro» (11).

Mas se com efeito o legado de inúmeros testamentos contendo heranças mais ou menos avultadas causavam sintomas de grave perturbação no «statu quo» então existente, na medida em que muitos podiam ascender dentro do terceiro estado a posições de desafogo que até então lhes eram vedadas, ou pelo menos dificultadas, não menos certo é que outros problemas surgiram como consequência das inúmeras doações feitas a favor da Igreja. Com efeito o estado de pânico invisível fruto dum climax de psicose colectiva, perante o espectro da morte, aliava-se à circunstância das pessoas procurarem avidamente garantir a sobrevivência no além-

---

navam maiores comodidades, o que naturalmente colidia com a natureza do seu próprio regimento.

(10) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro das Leis e Posturas*, fol. 158 v. *Livro das Leis e Posturas*, p. 448.

(11) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro das Leis e Posturas*, fol. 159. *Livro das Leis e Posturas*, p. 449.

-mundo mediante a outorga de legados pios. Mas se esta situação era legítima do ponto de vista dos crentes e das suas convicções religiosas, imbuídos duma polaridade negativa resultante do terror às penas do inferno, na prática causava profunda perturbação no domínio das relações existentes entre os poderes civil e eclesiástico.

Reacendia-se, assim, uma velha contenda entre a realeza e o clero, agora com tonalidades mais fortes em virtude do avultado número de testamentos a favor da Igreja. Ressentiam-se os réditos da coroa e as possibilidades de sobrevivência das autarquias municipais privadas do pagamento das contribuições devidas, pela intromissão dos altos dignitários do clero (12). Sabe-se, com efeito, que nas dioceses de Coimbra, Viseu, Guarda, Lamego e Braga, os seus vigários estabeleciam a obrigatoriedade, sob pena de excomunhão em caso de não cumprimento, que todos os testamentos lhes fossem apresentados. Os abusos por eles praticados eram de tal ordem, conforme nos revela a carta de D. Afonso IV de 21 de Maio de 1349, que nem sequer se davam ao trabalho de convocar os parentes mais próximos do testador, aos quais, aliás, pertenceriam os bens se ele houvesse falecido sem deixar testamento. A própria coroa sentia-se extremamente lesada de acordo com o articulado da mencionada carta, na medida em que muitas vezes acontecia «que esses passados que assy fezerom seus testamentos en cedulas e sem cedulas morrem nom auendo parentes nem outras pessõas que de dereito deuam erdar os seus beens e que os seus beens manynhos deuem seer meus sse mortes ssem testamento E que esses vigairos pobricam esses testamentos nom sseendo eu [*D Afonso IV*] hy chamado nem o meu procurador, pela qual rrazom eu recebo muy gram perda e dano. E o que peyor he disseromme que esses vigairos pobricam essas cedulas ssem testamentos, sseendo ia essas testemunhas todas mortas que som scritas nas cedulas que lhis mostram» (13).

D. Afonso IV procurou pôr cobro a esta tão gritante quão escandalosa situação, dando instruções muito precisas no sentido de «que nehũu nom seia tam ousado que daquy adeante uaa pobricar testamento nem mostrar per maneira de pobricaçom perante os vigairos de cada hũu desses logares so pea dos corpos e dos aueres. E que outrossy todos aqueles que pobricarom esses testamentos perante esses vigairos que os venham mostrar

(12) Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Coimbra, 1910, p. 75.

(13) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro das Leis e Posturas*, fols. 156-156 v. *Livro de Leis e Posturas*, pp. 440-441. Documento sumariado por Henrique de Gama Barros, *ob. cit.*, tomo II, 2.ª ed. Lisboa, s/d., pp. 211-212.

perante cada hũus de nos mhas justiças de cada hũu desses logares. E uos auede todas as pobricações feitas per esses vigairos por nenhũas e mandade que estes que sse dizem testamenteiros que nom obrem deles e sse achardes que sse algũns obram deles ou uam pobricar depois desse pregom os testamentos perante esses vigairos, ou nam mostrar perante nos esses testamentos que assy pobricarom perante esses vigairos, vos prendedeos e fazedeos prender e enuyade mho dizer» (14).

Fácil seria de resolver os problemas, perante a avalanche súbita de testamentos, se os juízes de eleição local se encontrassem devidamente preparados para o cumprimento das determinações régias. Mas tal não sucedia na prática. Como bem sublinhou o Prof. Marcello Caetano «os juízes eleitos dos concelhos, tíbios, atarefados e porventura mal recrutados no meio da confusão da epidemia (se é que por vezes não ficaram vagos os lugares por morte dos titulares e inconveniência ou falta de disposição de reunir a assembleia municipal) não teriam a energia necessária para aplicar a lei enfrentando as iras do clero» (15). Daqui resultou ter-se visto o

---

(14) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro das Leis e Posturas*, fol. 156 v. *Livro de Leis e Posturas*, pp. 441-442. Cf. Henrique de Gama Barros, *ob. cit.*, tomo II, pp. 212-213.

(15) Marcello Caetano, *ob. cit.*, p. 91.

A circunstância de se verificarem muitos falecimentos de pessoas que não deixavam testamento levantou diversos problemas. Assim nas Cortes de Elvas de 1361 foi apresentado um artigo em que se dizia «que em alguuns lugares de nosso Senhorio acontece, que quando algũus morrem abintestados, e nom ham parentes ataa o decimo graao, que possam herdar seus beens, e há hy marido, ou molher daquelles, que assy morrem, quer per direito devem de herdar seus beens, os nossos almoxarifes soltamente tomam os beens pera nós por maninhos, a esse marido, ou molher nom podem seguir os feitos com os nossos Almoxarifes sobre os ditos beens; pola qual razom os do nosso Povoo recebem grande dapno: e pediamnos por mercee, que quando taaes feitos como estes acontecessem, defendessemos aos nossos Almoxarifes, que taaes beens nom tomassem, se hy ouvesse marido, ou molher d'aquelles, cujos os beens fossem». O rei D. Pedro não só deferiu a petição, que a nosso ver se justifica plenamente pelos trágicos efeitos resultantes das mortíferas epidemias de 1348-1349 e 1356, com natural impacto sobre as famílias, como ainda acrescentou a seguinte doutrina: — «que aja lugar, quando ao tempo da morte do marido, ou da molher, elles ambos viviam juntamente em casa mantheuda, como marido, e molher; ca entom ainda que alguum delles se moira abintestado sem outro alguum seu parente, nom averá que fazer em seus beens o nosso Almoxarife; porque segundo direito perteecem aaquelle marido, ou molher, que ficar vivo». Este princípio normativo em defesa dos bens comuns dos cônjuges veio a ser consagrado nas Ordenações Afonsinas como lei geral do reino. (*Ordenaçõens do Senhor Rey D. Affonso V*, livro IV, Coimbra, 1792, título 95, pp. 351-353).

monarca coagido a nomear *juízes de fora parte* com destino a muitas cidades, vilas e lugares do reino «por presumir o direito que sendo estranhos [...] fariam mais cumpridamente direito que os naturais da terra» (16). Desconhece-se o momento exacto em que estes funcionários entraram em exercício, mas tudo leva a crer que as primeiras nomeações se deverão situar entre a segunda metade de 1349 e a primeira metade de 1350. Em Lisboa surge após a peste um *juiz dos testamentos* com a missão específica que lhe cabia (17).

Não obstante as preocupações manifestadas pelas autoridades em impedir o acesso do sector religioso ao controlo dos testamentos, nada podia obstar a que a Igreja fosse a grande beneficiária. Muito elucidativa a este respeito se nos mostra a carta de D. Afonso IV, de 1350, enviada a Vasco Gomes, seu corregedor na comarca de Trás-os-Montes. O panorama que aí se apresenta não devia diferir muito do resto do País, sendo, no entanto, de ter em consideração a circunstância dessa zona do território se encontrar bastante afastada dos circuitos habituais da governação. Exprimia o rei, com base na informação obtida por parte dos juízes, vereadores e homens bons dessa correição, «que como por rrazom da pestelença, que s'y seguio, muitos que morreram em ella, leixarom em seos testamentos herdades, e vinhas, e outras possissoens aas Eigrejas, e moesteiros, e Ordeens, e leixom os que agora morrem: pelas quaes herdades dizem que soyão de pagar aquelles, cujas eram, sendo vivos, em fintas e em talhas com os Concelhos, e faziam a mim serviço de cavallos e armas. E que agora as Eigrejas, e Moesteiros, e Ordeens, que as apoderarom dizem que nom am por que paguem por ellas. E quem os por alguma rrazom quiser demandar, pera que os ditos beens sejam obrigados, que os demandem perante os juizes da Eigreja». Criado, deste modo, um conflito de competências entre os juízes da coroa e os representantes da Igreja, sobrepunha-se a esta a autoridade de D. Afonso IV, ao ordenar ao seu corregedor «que constrangades esses, que asi as ditas herdades cobrarom, que paguem como pagavam os danos dellas, sendo vivos, em aquellas cousas, que som prol da terra, e nos encarregos rreaaes, e nos que sempre custumarom» (18).

---

(16) José Anastácio de Figueiredo, *Memória sobre a origem dos nossos juizes de fóra* in «Memórias de Litteratura Portugueza», 2.ª ed., Lisboa, 1878, p. 30.

(17) Marcello Caetano, *ob. cit.*, p. 94.

(18) Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo, *Pergaminho avulso*. Parcialmente transcrito por Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário*, ed. crítica de Mário Fiúza, vol. II, Porto, 1966, p. 576, cuja leitura utilizámos.

Como reagiam, no entretanto, as populações à criação de *juízes de fora parte*, cuja eleição não dependia dos concelhos mas apenas da coroa? Da pior maneira. Nas Cortes de Lisboa de 1352, sentiam-se agravados «porquanto poynhamos nossos juyzes de fora parte em essas cidades e vilas e logares sseendo contheudo em seus foros que em cada hũu ano enlegam seus juyzes e seiam per nos confirmados». Acrescentavam que daí resultavam «moytos encarregos que lhes custam moyto em cada hũu ano», pois tinham de «pagar salaryo a esses juyzes dos beens desses concelhos» (19).

D. Afonso IV justificava a sua atitude dum modo pertinente ao alegar «que em aquelas cidades e vilas hu posemos juyzes por nos nom o ffezemos com voontade de os agravar. Mays ffezemolo por prol deles porque os juyzes naturaes da terra de derecto e de razom am moytos aazos pera nom fazerem compridamente justica (sic) que nom ham os estranhos que hi som postos de ffora parte porque os naturaes da terra teem hi moytos parentes e amigos e outros que com eles ham dividos de conlacia e doutros semelhauijs e algũns com os outros ham malquerencas e desamor. Ou ham receança deles por os quaes o derecto presume que tam compridamente nom ffaram derecto como os estranhos em que nom ham logar as dictas razões. E porém nos movemos de poer hi esses juyzes especialmente por razom dos testamentos dos que hi passarom no tempo da pestilencia que Deus deu pouco tempo ha em na terra pera seerem compridas per esses nossos juyzes». No concernente aos encargos financeiros decorrentes da situação criada pela instituição dos *juízes de fora*, retorquia o monarca que os municípios compensariam o pagamento dos salários a esses executores judiciários com um aumento substancial das receitas locais, mediante sobretudo uma actualização no pagamento das dívidas em atraso e na obrigatoriedade dum maior empenhamento no aproveitamento e utilização rentável das terras de lavoura (20).

Não obstante a argumentação utilizada o monarca tendo em atenção o pedido colectivo, concedia aos homens bons dos concelhos «que enlegam seus juyzes e aluazijs segundo seus foros taes que seiam pera esso e que ssabham fazer dereito e justiça (sic) e requerer rendas desses concelhos

(19) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro das Leis e Posturas*, fol. 164. *Livro de Leis e Posturas*, p. 467. Observa com razão o Prof. Marcello Caetano que «O encargo daí resultante era a principal razão do pedido de restituição ao sistema tradicional» (*ob. cit.*, p. 91).

(20) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro das Leis e Posturas*, fol. 164. *Livro de Leis e Posturas*, p. 468.

e vereacom da terra como compre» (21). Mas uma prova de que a promessa não passava das boas intenções verifica-se logo nas Cortes de Elvas de 1361, quando os procuradores concelhios reclamavam junto de D. Pedro «que foi mandado por El-Rey nosso Padre em Cortes e feita merce aos poboos da sa terra que ellegessem seus juizes e alvasiis segunndo seus foros e que esto lhis nom era guardado porque herom postos em alghuuas villas e logares do nosso Senhorio juizes por nos com grandes quantias avendo mester esses concelhos» (22). As novas promessas «que em cada huum anno ellegam juizes e alvaziis de seu foro aquelles que entenderem que o guardaram o nosso serviço e prol da nossa terra» em nada contribuíram para que a institucionalização dos *juízes de fora parte* deixasse de ser uma realidade, e pelo contrário verificou-se um aumento crescente da intervenção da coroa nas autarquias locais que muito contribuiu para um acentuar da decadência das instituições municipais (23).

Se é certo que os representantes do povo não viam com bons olhos a criação dos juízes de fora, a quem cabia essencialmente a tarefa de regular e fazer cumprir as normas relativas aos testamentos, também não resulta ser menos verdadeiro encararem com apreensão que os grandes beneficiários pertenciam à Igreja. O que na realidade temiam é que a pretexto de corrigir uma situação existente na realidade, se criassem mecanismos responsáveis pela asfixia dos direitos tradicionais dos concelhos. Era efectivamente neste ponto que residia a sua razão. Nas atrás referidas Cortes de Lisboa de 1352 queixavam-se, talvez com uma certa ponta de exagero, «que a pouco tempo todalhas herdades do nosso Senhorio seriam das Eygrejas porque a moor parte dos que passarom e passam deste mundo lhis leyxarom e leyxam gram parte das herdades que ham. E que seeria nosso serviço de mandarmos que se nom fezesse. Mayormente que as Eygrejas teem tantas herdades que as nom podem aprofeytar e desperecem e fazem-se matos. E que seria nosso serviço de seerem dadas pelos nossos sesmeyros a algũus que as aprofeytassem». Dizia-lhes em resposta D. Afonso IV «que seeria contra dereyto e contra razom de poermos defessa que nenhũu nom podesse leyxar herdade aa Eygreja. E quanto he em razom das herdades que dizem que nom som aproffeytadas mandamos aas justiças hu essas herdades forem que ffrontem e requeram

---

(21) Idem, *ibidem*. Idem, *ibidem*.

(22) Visconde de Santarém, *Alguns documentos para servirem de provas à parte 2.ª das memórias para a história e theoria das cortes geraes*, Lisboa, 1828, p. 10.

(23) Idem, *ibidem*.

esses clerigos que as aprofeytem e que lhis assijnem tempo a que comecem» (24).

Existia a nítida sensação entre o povo, em relação sobretudo ao alto clero, do perigo que representavam tais heranças. De sublinhar que logo no primeiro artigo dessas cortes os acusavam de deixar «caer e desperecer as casas que soyam dauer nas cidades e vilas» do reino, do que resultava instalarem-se «nas casas dos homens boos» e expulsarem delas os seus proprietários a quem tomavam «as roupas das archas e lenha e a palha e as outras cousas per que se aviam de manteer» (25). Respeitar a concessão de tais heranças poderia traduzir-se num agravamento da vida dos cidadãos, ameaçados pela incapacidade de alguns sectores do clero em preservar os bens da comunidade. Mais do que tratar-se duma postura anti-clerical desencadeada por invejas latentes ou mal controladas, pensamos estar

(24) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro de Leis e Posturas*, fol. 166. Publicado in *Livro de Leis e Posturas Antigas*, p. 476.

(25) Idem, *ibidem*, fol. 163. Idem, p. 463.

Gama Barros descreve pormenorizadamente um testamento efectuado em 25 de Janeiro de 1349, em Rial, terra de Gulfar, por Gonçalo Esteves de Tavares e sua mulher D. Leonor Rodrigues de Vasconcelos, no qual se instituiam três aniversários no convento de S. Francisco de Coimbra e duas capelanias perpétuas numa igreja. De igual modo fundaram um hospital e um morgado. A igreja devia ser edificada na herdade que possuíam na Correga, para o que já possuíam autorização do bispo de Viseu e do abade de S. Martinho do Pindo. Na referida herdade seria edificado um albergue, formado por várias casas, onde seriam acolhidos vinte e quatro pobres, de ambos os sexos, que tendo tido uma vida desafogada haviam caído por infortúnio na pobreza. Os testadores estabeleciam uma hierarquia no acolhimento dos desafortunados: cavaleiros, clérigos de missa ou outros indivíduos, homens e mulheres, que fossem escudeiros-fidalgos. Eram ainda abrangidos mercadores, cidadãos, lavradores e outras pessoas de inferior condição. Consoante a categoria social do beneficiário receberiam vestuário, alimentos e roupas de cama, mas seriam expulsos se a sua conduta não fosse honesta. Os testadores legavam ao albergue os bens que possuíam (com excepção de algumas herdades) os quais rendiam mil e cem libras. Admitiam, no entretanto, uma quebra dos rendimentos motivada pela razia que a *Peste Negra* provocava entre os trabalhadores das herdades, o que naturalmente se repercutiria na admissibilidade dos candidatos, que assim ficaria condicionada. Logo que as circunstâncias melhorassem aumentaria o número dos albergados. O abade de S. Martinho de Pindo exercia as funções de administrador do albergue com o vencimento anual de vinte libras. O bispo de Viseu receberia pela visitação dez libras para o jantar. Se o abade estivesse impedido por doença ou velhice, caberia ao aludido prelado a sua substituição por outro abade que vivesse mais próximo desse local. Situação que duraria enquanto a igreja de Pindo não fosse entregue a quem estivesse dotado das condições necessárias para a sua eficaz administração. (*Ob. cit.*, tomo VIII, 2.ª ed., Lisboa, s/d., pp. 275-276).

na presença dum grave problema de assimetria social intuido pelo inconsciente colectivo da grei em obediência a um complexo de salvação.

O testamento que deu origem à feitura deste artigo, aparece, como logo de início referimos, sumariado por Gama Barros ([26]). Julgamos que dada a sua importância merece ser transcrito e publicado na íntegra, tanto mais que se relaciona directamente com uma crise que tão profunda repercussão teve em todo o mundo europeu. Os autores do testamento realizado durante a «pestillencia grande» foram Airas Varques e sua mulher Maria Anes, moradores em Alcácer do Sal, os quais o fizeram em seu nome e no da sua filha Violante. Deixaram «seus beens em maneira de morgado», ficando consignado nesse instrumento que o mesmo se não pudesse «vender nem dar nem doar nem enalhear» ([27]). Estipulavam, em cada ano, que se cumprissem por suas almas «certas cousas e legados», do mesmo modo que declaravam que os referidos bens seriam transmitidos em benefício de João Lourido ([28]).

O documento que vimos analisando não nos revela o grau de parentesco existente entre o beneficiário e os doadores. Talvez, contudo, se possa conjecturar tratar-se do consorte da filha ([29]). Cumpria a João Lourido a obrigação de dar estrita execução à clausula de «que ao tempo da sua morte escolhesse hũu seu parente do dicto Airas Uasquez ou da dicta Maria Anes, sua molher», o que aliás cumpriu ao legar o referido morgado a um parente dos testadores, o escudeiro Vasco Martins. Este por sua

---

([26]) Henrique da Gama Barros, *ob. cit.*, tomo VIII, pp. 274-275.

([27]) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fols. 98v-99. Documento publicado em apêndice.

([28]) Idem, *ibidem*. Devemos ter em consideração estar em presença de um morgado instituído durante a eclosão da Peste Negra por Aires Vasques e Maria Anes. Para um melhor conhecimento da natureza jurídica e social deste tipo de propriedade vinculada deve-se consultar a análise pormenorizada efectuada por Henrique de Gama Barros, *ob. cit.*, tomo VIII, pp. 221-307. Uma visão de síntese encarada sob uma perspectiva evolutiva, tendo como dominante a importância sócio-económica deste instituto, deve-se ao Dr. Armando de Castro, o qual observa que o morgado na «sua essência, e històricamente, consistiu numa forma institucional jurídica destinada a defender a base económica territorial da nobreza» (*Morgado* in «Dicionário de História de Portugal» de Joel Serrão, vol. III, Lisboa, 1968, pp. 109-112).

([29]) Um exame realizado à documentação da época não nos permitiu determinar os laços de parentesco existentes entre João Lourido e os instituidores do morgado.

vez «cobrou e ouue a posse e amjnjstraçom dos dictos beens e obrou do dicto testamento» (30).

Gama Barros observa que pelo teor deste instrumento é possível constatar «que em 1348 se fundou este morgado ou capella; e não consta do documento [...] que para se effectuar a instituição interviesse a confirmação regia» (31). Devemos, no entanto, sublinhar, que a circunstância de se haver perdido o original do testamento invalida em parte o teor da afirmação, sendo mesmo de admitir que o diploma em questão tivesse obtido essa confirmação. Isto tendo mesmo em conta que a perturbação então reinante fosse de molde a permitir que a hipótese formulada por Gama Barros pudesse ser exequível, mas nada nos autoriza a assumir uma posição tão categórica em face da limitação invocada (32).

Retornando à análise do testamento que instituia o morgado, vemos segundo declarações de Gonçalo Pires, escrivão da Chancelaria da Casa do Civil, que o referido Vasco Martins «ao tempo de sua morte nomeou

---

(30) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fols. 98v-99.

(31) Henrique de Gama Barros, *ob. cit.*, p. 274.

(32) A doutrina expressa a este respeito pelas *Ordenações Afonsinas*, com base numa lei que supomos ter sido promulgada por D. João I, estabelece o princípio que «Segundo Direito Comuum e geeralmente usado, toda doaçom, que passa conthia de quinhentas dobras ou coroas d'ouro, deve ser insinuada, que quer tanto dizer, como cousa aprovada pela justiça da terra, e d'outra guisa nom val per direito algũa cousa salvo quanto abranger ataa dita conthia; e em todo mais, que sobejar da dita quantia he nenhũa, e de nenhũn vigor, assi como se nunca feita. E pero que os Direitos estabelecerom, que esta insinuançom fosse feita pelos juizes das terras, e usança geeral destes Regnos, e estillo da Corte, foi e he usado per tam longo tempo, que a memória dos homees nom he em contrairo, que taaes doaçoões sejam per nós insinuadas, mandando primeiramente sobre ello tirar enquiriçom, em a qual deve seer perguntado primeiramente, se aquelle, que fez a doaçom, se a fez per alguum, enduzimento, arte, ou engano, ou medo, prema, ou prisom, ou alguum outro conluio, e se lhe praz, que a dita doaçom assy per elle feita seja per nós aprovada, e confirmada: e bem assi devem seer perguntados seus vizinhos, que ham razom de saberem como a dita doaçom foi feita. A qual inquiriçom acabada, e trazida perante nós, ou perante os nossos Desembargadores, que pera ello som deputados, se per ella acharmos, que a dita doaçom foi bem feita, e como devia, e que praz a aquelle que a fez, que seja per nós confirmada, mandaremos-lhe dar assi nossa Carta de confirmaçom e d'outra guisa nom». (*Ordenaçoens do Senhor Rey D. Afonso V*, livro IV, Coimbra, 1792, título 68, pp. 238-239). Em face do direito vigente é de presumir que a instituição de um morgado (embora não se tratasse propriamente duma doação, mas sim da transmissão dum domínio senhorial com carácter de indivisibilidade e de partilha entre os herdeiros) obrigasse necessariamente a uma confirmação por parte da coroa.

outros executores aos dictos beens para comprir o dicto testamento, nom avendo tal poder de o fazer porque em esse testamento nom he contheudo nem foe mandado pelos testadores que o dicto moorgado fizerom, salvo como suso dicto he, a saber: os dous primeiros e mais nom, os quaaes ja som pasados deste mundo». Ora a circunstância dos testamenteiros poderem apenas ser dois e já serem falecidos, invalidava o testamento dos primitivos outorgantes na opinião do escrivão da Casa Civil. Este, por seu turno, invocava encontrar-se casado com Elvira Vasques, filha mais velha do último posuidor do morgado Vasco Martins. Como o morgado pertencia à coroa, dado o não cumprimento das cláusulas estatuídas, Gonçalo Pires requeria ao rei D. João I que lhe fizesse mercê «dos dictos beens e lhe desemos o dicto morgado e o dyreito que em elles aujamos» (33).

D. João I havendo em consideração o «muyto seruyço que nos faz e fez» o requerente, fez-lhe doação «dos dictos beens e de todo o direito a auçom que delles e em elles avemos ou devemos daver de dyreito». Ficava obrigado o beneficiário e os seus descendentes a darem cumprimento «em cada hũu ano o dicto testamento pella guisa que pellos dictos Airas Vaasques e Maria Anes, sua molher, he mandado nom embargado leis ou hordenações e custumes do regno que em contrayro desto seiam feitos, os quaaes nos aquy auemos por expressos e repetidos e queremos que nom aiam aquj lugar». Como ressalva final estabelecia o soberano que esta doação não deveria jamais causar prejuizo a «algũus herdeyros mais chegados se os hi ouuer ou estes beens possam herdar de dyreito» (34).

Eis, pois, em suma, o destino do morgado instituído pelos seus doadores, quando a Peste Negra assolava intensamente o nosso território, o qual acabaria por vir a beneficiar em última instância um funcionário letrado pertencente à pequena nobreza, categoria esta cuja ascensão social constituiu uma realidade no período final da Idade Média Peninsular, a partir sobretudo da segunda metade do século XIV, ou mais propriamente após o aparecimento dessa terrível epidemia (35), cujos efeitos se fizeram sentir

---

(33) Arquivo Municipal da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fols. 98v99.

(34) Idem, *ibidem*. D. João I logo após a sua eleição nas cortes de Coimbra nomeou a Gonçalo Pires seu escrivão da Chancelaria. (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, ed. Civilização, vol. II, Porto, 1949, p. 4).

(35) Teria o máximo interesse proceder-se em Portugal a um estudo semelhante ao que realizou para Castela o Prof. Salvador de Moxó, relativamente a uma progressiva extinção da velha nobreza e ao aparecimento duma nova nobreza. Assinala o referido historiador que a decadência biológica das antigas estirpes se

sobretudo na aceleração que as profundas mutações operaram sobre a estrutura duma sociedade que até então se apresentara estratificada e de certo modo aparentemente estática.

---

verificou em meados do século XIV, ou mais precisamente entre 1335 e 1375. Entre os diversos factores responsáveis por esta dissolução das velhas linhagens aponta a falta de herdeiros resultante da escassa fertilidade dos matrimónios a par da elevada taxa de mortalidade infantil e juvenil; outra razão liga-se à endogamia existente nas famílias de ricos homens o que muito contribuiu para a diminuição do vigor biológico das mesmas. Por último observa uma regressão demográfica que se desencadeou na Europa Ocidental do século XIV, agravada pelos estragos provocados pela Peste Negra, cujos efeitos sobre a nobreza foram de enormes consequências. Castigada duramente a nobreza de velha estirpe com menor capacidade de resistência à acção devastadora da epidemia, vão surgir novas linhagens oriundas dos graus inferiores da classe nobiliária, o que naturalmente vai desencadear uma significativa mudança na estrutura dos quadros sociais. (*De la nobleza vieja a la nobleza nueva. La transformacion nobiliaria castelhana en la Baja Edad Media*, in «Cuadernos de Historia anexos de la Revista Hispania», ed. Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, 1969, pp. 199-201). Alguns dos dados apresentados pelo Prof. Salvador de Moxó aparecem-nos esboçados para Portugal pelo Prof. Oliveira Marques no seu artigo *Nobreza na Idade Média* in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, Lisboa, 1968, pp. 149-152, mas falta, conforme tivemos ensejo de sublinhar logo de início, um estudo em profundidade semelhante ao do professor de História Medieval da Universidade de Madrid. Para já podemos adiantar que muitas das alterações que se verificaram no seio dos quadros superiores da sociedade portuguesa nos fins do século XIV, vem sendo objecto de minuciosa investigação que vimos realizando no âmbito de pesquisas do projecto de História Medieval do Centro de História da Universidade do Porto pertencente ao Instituto Nacional de Investigação Científica.

Porto, 23 de Maio de 1394

Doaçam do morgado d'Airas Uaasquez e Maria Anes a Gonçalo Pires, scriptuam da chancelaria.

Dom Joham e ect. A quantos esta carta virem fazemos saber que Gonçallo Pires, scripuam da nossa chancellaria da casa do Civell nos disse que Airas Uaasquez e Maria Anes sua molher, ja pasados, moradores que forom em Alcacer fizerom seu testamento na pestillencia grande por ssy e por Viollante sua filha.

E leixarom seus beens em maneira de morgado e mandarom em o dicto testamento que nom pudesem vender nem dar nem doar nem enalhear. E que se fizesem e comprisem em cada hũu ano por suas almas, certas cousas e legados. E que em esse testamento som contheudos e declararom no dicto testamento e mandarom que se os beens f.casem a Joham Lourido.

O qual comprise o dicto testamento e cousas em elles contheudas. E mandarom ao dicto Joham Lourido que ao tempo da sua morte escolhese hũu seu parente do dicto Airas Uasquez ou da dicta Maria Anes, sua molher, qual esse Joham Lourido ante qujsese que ouuese os dictos beens e comprise o dicto testamento na maneira que elles em elle mandarom e nom leixarom mais executores ao dicto testamento e moorgado.

E diz que o dicto Joham Lourido ao tempo da sua morte leixou e nomeou por executor ao dicto testamento Vaasco Martjnz, scudeiro, o qual era parente do dicto Airas Uaasquez. E leixoulhe encargo dos dictos beens e moorgado pella guisa que a el dicto Joham Lourido fora leixado que comprise ho dicto testamento segundo em elle era contheudo. O qual Vaasco Martjnz cobrou e ouve a posse e amjnjstraçom dos dictos beens e obrou do dicto testamento.

O qual Vasco Martjnz ao tempo de sua morte nomeou outros executores aos dictos beens pera comprir o dicto testamento, nom auendo tal poder de o fazer porque em esse testamento nom he contheudo nem foe mandado pelos testadores que o dicto moorgado fizerom, salvo como suso dicto he, a saber: os does primeiros e mais nom, os quaaes ja som pasados deste mundo.

E porem os dictos beens e morgado ficam a nos pera os darmos a quem nossa mercee for. E ora diz que elle dicto Gonçalo Pirez sta casado com Elujra Uaasquez filha que foe do dicto Vaasco Martjnz, escudeiro, que foe derradeiro executor e a ella som deuudos porque he do diujdo dos sobredictos e he a mayor filha que o dicto Vasco Martjnz auja.

E pedionos por mercee que lhe fizesemos mercee dos dictos beens e lhe desemos o dicto morgado e o djreito que em elles aujamos.

E nos veendo o que nos pedia e querendolhes fazer graça e mercee por muyto serujço que nos faz e fez, teemos por bem e damoslhe e fazemoslhe pura doaçom dos dictos beens e de todo o djreito e auçom que delles e em elles auemos ou deuemos dauer de djreito se a nos perteecem ou perteencer deuem de djreito per qualquer guisa que seia.

Porem mandamos aos jujzes do dicto logo e a todallas outras justiças que dello ouuerem conhicimento a que esta carta for mostrada, que presentes os teedores dos dictos beens se ach[a]rem que assy he e que os dictos beens pertencem a nos de os dar metades o dicto Gonçalo Pirez ou seus procuradores em posse dos dictos

beens e fructos e nouos e rendas e djreitos delles um quer que forem achados e lhos façam entregar de quaaesquer pesoas que os teuerem e lhe nom consentam poer em elles outro nehũu embargo e lhos leixem auer e lograr e posujr deste dia pera todo sempre pera ssy e pera todos seus herdeiros e sucesores que depos elle vierem.

E o dicto Gonçalo Perez e os que del descenderem cumpram em cada hũu ano o dicto testamento pella guisa que pellos dictos Airas Uaasquez e Maria Anes, sua molher, he mandado nom embargando leis ou hordenações e custumes do regno que em contrayro desto seiam feitos, os quaaes nos aquj auemos por expresos e repetidos e queremos que nom aiam aquj lugar. Mais que esta doaçam seia ualiosa e ualha per todo sempre pella guisa que suso dicto he.

Com esta condiçam, nom fazendo perjuizo algũus herdeiros mais chegados se os hi ouuer ou estes beens possam herdar de djreito.

E em testimunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta dante na cidade do Porto xxiij dias de Mayo elrrey o mandou per Martim da Maya seu uasallo e ueedor da sua fazenda. Vasco Anes a fez era de mjl iiij^{c}xxxij [1394].

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fols. 98v-99.

Jimeno Díaz y Adosinda Gutiérrez

Por M. RUBÉN GARCIA ALVAREZ

INTRODUCCIÓN

Es notorio que en la primera mitad del siglo X coincidieron en Galicia dos damas que se llamaban igual: Adosinda Gutiérrez, hija de Gutier Menéndez y hermana de San Rosendo, y Adosinda Gutiérrez, hija de Gutier Osórez, hermana del conde Santo Osorio y prima hermana de la otra. Esta segunda Adosinda, que se titula *olim regina* en un diploma de 941 (1), sabemos hoy a ciencia cierta que fue la esposa de Ramiro II (2) y madre de Ordoño III y también del príncipe Vermudo, que figura en los documentos como hijo de Ramiro II (3). No tardó empero mucho tiempo en ser repudiada y fue sustituída en el tálamo regio por Urraca Sánchez, hermana del monarca navarro García. En cuanto a la otra Adosinda, la hermana de San Rosendo, era bien conocido por todos los historiadores su matrimonio con el magnate galaico-portugués Jimeno Díaz (4), y, desde que yo lo apunté por primera vez, su segundo enlace, una vez viuda, con Ramiro Menéndez, hijo de la famosa Mummadomna Díaz (5).

Esto es lo que todos los medievalistas teníamos por seguro, y así lo

---

(1) En 9 de enero de 941, donación de los condes Gutier e Ildoncia a Celanova y San Rosendo (*Tumbo* de Celanova, fols. 20 v.-21.).

(2) Cf. Emilio SAEZ: *El monasterio*, p. 12, nota 38; y el mismo: *Sobre la filiación*, pp. 372-374, nota 19. También PEREZ DE URBEL: *Historia*, I, pp. 392-393, nota 26; Justiniano RODRIGUEZ: *Ramiro II*, pp. 540-544, texto y notas; y M. Rubén GARCIA: *Ordoño III*, pp. 282-285.

(3) Cf. M. Rubén GARCIA: *Ordoño III*, pp. 286-287, para Ordoño, y p. 284, nota 16, para Vermudo. Vid. etiam J. RODRIGUEZ: *Ramiro II*, pp. 553-559.

(4) PEREZ DE URBEL: *Historia*, II, pp. 522-523; Emilio SAEZ: *Los ascendientes*, p. 66; y M. Rubén GARCIA: *La reina Velasquita?*, pp. 19-27.

(5) *La reina Velasquita?*, pp. 18-38.

escribimos o leimos en todas partes (6). Mas he aquí que, desde hace unos seis años, mi muy querido y admirado amigo, el portugués A. de Almeida Fernandes, ha pensado que las cosas no sucedieron así, y hasta imagina poder probarlo. Según Almeida, lo ocurrido es que los medievalistas se han equivocado al estudiar a las dos Adosindas, confundiendo a la hermana de San Rosendo con su homónima la hermana del conde Santo. La primera, la supone casada muy pronto con Ramiro Menéndez, hijo de Mummadomna Díaz, del que al enviudar no volvió a contraer segundas nupcias. En cuanto a la Adosinda *olim regina*, así llamada por haber estado casada con Ramiro II, una vez que fue repudiada por éste enlazó de nuevo con Jimeno Díaz, que ya estaba viudo de una primera y efímera esposa, cuyo nombre se desconoce (7).

Naturalmente, esta su construcción la apoya A. de Almeida Fernandes en una larga serie de argumentos, que, me duele declararme así, carecen de todo valor en el sentido por él propuesto. De todos ellos, y le pido perdón de nuevo, solo tiene alguna entidad uno de los que aduce repetidamente, aunque, como veremos, no es nada difícil invalidarlo. Y como toda su revolucionaria tesis la acompaña mi buen amigo Almeida con otras afirmaciones sobre la autoridad de Jimeno Díaz en Portugal — por desconocer el sentido preciso de la concesión de una mandación —, he creído conveniente dedicar este artículo a repasar con toda calma su novedosa conjetura.

I. *LOS ASCENDIENTES*

1. DE JIMENO DÍAZ

1.1. *Fernando*

El abuelo paterno de Jimeno fue un cierto Fernando, sobre cuya personalidad los historiadores no se ponen de acuerdo. La opinión más general es suponer que Castilla fue su tierra natal, e incluso ha sido identificado con el fundador de Castrosiero en los primeros años de Alfonso el

(6) Además de los cits. en la nota 4, cf. COTARELO: *Alfonso III*, p. 201, texto y nota 7; M. Rubén GARCIA: *Ordoño III*, p. 299; y J. RODRIGUEZ: *Ramiro II*, p. 32, nota 35.

(7) *Território e política*, p. 140 y nota 7 en p. 157; el mismo: *Portugal*, pp. 31-33, 35-36, 43, 91, 93, 105, 108 y 116-117.

Magno (8). Pero tanto el que esto escribe (9), como luego Almeida Fernandes (10) y, posteriormente, el maestro Sánchez-Albornoz (11), niegan rotundamente la oriundez castellana de este personaje. Y ello porque es enteramente cierto que hubo un magnate gallego llamado Fernando en la corte de ese rey muy a comienzos del año 867 (12). Podia ser un castellano que compañase al monarca por entonces. Pero no cabe vincularle con los Fernandos conocidos de Castilla 13. Y es, en cambio, seguro que vivía a la sazón en Galicia un magnate de igual nombre, cuyos hijos y cuya estirpe entera estuvo afincada en tierras galaico-portuguesas (14). En consecuencia, no hay por tanto razón alguna para suponer que el Fernando del año 867 fuese diferente del fundador de esa larga familia de nobles gallegos.

De Fernando, cuyo matrimonio ignoramos, nacieron tres hijos: Diego, Ero y tal vez Gudesteo. Sin razón alguna Pérez de Urbel niega que Diego fuera su hijo (15); Emilio Sáez ha demostrado que lo era (16), y Sánchez Albornoz ha reforzado su argumentación con otros dos indicios muy fuertes (17).

---

(8) PÉREZ DE URBEL: *Historia*, I, pp. 135-138, y II, p. 422; el mismo: *Jimenos y Velas*, pp. 6-7. Cf. etiam SAEZ: *Los ascendientes*, pp. 48-49, texto y nota 95; y J. RODRIGUEZ: *Ramiro II*, pp. 32-33, texto y notas.

(9) *Ilduara Eriz*, pp. 217-220.

(10) *Portugal*, pp. 10, 13, 40 y 49.

(11) *El reino de Asturias*, III, pp. 675-676, texto y notas.

(12) El 20 de enero de 867 suscribe la donación de Alfonso III al obispo de Iria de los bienes que le había arrebatado el rebelde conde Fruela (FLORIANO: *Diplomática*, II, n.º 86, p. 23).

(13) Lo ha probado SAEZ: *Los ascendientes*, p. 48, nota 95.

(14) No hay, por tanto, razón alguna para suponer que el Fernando del año 867 fuese diferente del fundador de esa larga familia de nobles gallegos, todos sin relación alguna con Castilla o castellanos.

(15) *Jimenos y Velas*, pp. 7 y 8.

(16) *Los ascendientes*, p. 49, nota 96, en que afirma la hermandad de Ero Fernández y Diego Fernández. Alega un documento en que Vermudo Alfonsiz, biznieto de Ero, llama tía a Mummadomna Díaz, hija de Diego (Carta de 18 de noviembre de 952: DC 66, p. 38).

(17) Aduce estos dos. Ero tuvo un hijo llamado Diego como el hermano; así resulta de un documento de 17 de enero de 917 (SAEZ: *Los ascendientes*, ap. doc. 2, pp. 112-114). Y en una escritura del 19 de noviembre de 990 (DC 159, p. 99) una Leodegundia «prolix Eroni» llama abuela a Godo, hija de Ero; es decir, que el nombre de una hija de Diego Fernándes y Onega se perpetuaba en la estirpe del hermano. Ahora bien, como PÉREZ DE URBEL reconoce que Ero Fernández era hijo de un magnate gallego llamado Fernando (*Jimenos y Velas*, p. 6), el Fernando suegro de Onega o no tuvo nada que ver con Castilla o si era de viejo origen castellano, en

1.2. *Diego Fernández*

También de este Diego se afirma, siguiendo una vieja opinión de Pérez de Urbel ([18]), luego aceptada por casi todos ([19]), que debió vivir en su juventud en la parte oriental de Castilla, región originaria de su padre. Después, tendría venido a tierras del sur del Duero, aprovechando la repoblación de esta zona portuguesa ordenada por Alfonso III, «formando parte posiblemente del séquito del infante Vermudo Ordóñez, que se estableció pacíficamente en estos territorios y vivió en ellos hasta su muerte, ocurrida poco antes del año 928» ([20]). Esta suposición — que adelantamos es insostenible — plantea un doble problema: la supuesta naturaleza castellana de Diego Fernández y su presunto acompañamiento a Vermudo, hermano de Alfonso III, en su marcha hacia las tierras del otro lado del Miño.

Ni un solo indicio diplomático garantiza que este Diego procediera de Castilla. Su padre, Fernando, era gallego y en Galicia vivía hacia 867, como hemos dicho. La hermandad de Ero Fernández y Diego Fernández no puede ponerse en dudas, y que Ero era gallego es una verdad que tampoco nadie niega ([21]).

Las noticias sobre Diego van desde los años 909 al 926 ([22]). Son siete documentos que nuestro personaje suscribe, sin utilizar título alguno, de los cuales uno es leonés, dos portugueses y nada menos que cuatro gallegos. Todos son diplomas reales, menos uno, que es una donación particular de Lucido Vimaraz y su mujer al obispo Gomado en 915 ([23]), lo que tal vez no sea mera casualidad. Puesto que en ningún caso los reyes no le titulan conde, me parece que no ocupaba aún una posición de primer plano. Me atrevo a juzgarle infanzón, y me veo forzado a rechazar el supuesto de Almeida que le imagina poseyendo «os seus comissos (ou ao menos um) ao sul» y se lo figura como *dux magnus* muy probable de Portugale ([24]).

Galicia vivía desde fecha remotísima, pues su hijo Ero contrajo matrimonio hacia el 865 (*El reino de Asturias*, III, p. 676, nota 8).

([18]) *Historia*, II, pp. 522-523; el mismo: *Jimenos y Velas*, pp. 7-8.

([19]) Cf. SAEZ: *Los ascendientes*, p. 58, y p. 48, nota 95; y J. RODRIGUEZ: *Ramiro* II, pp. 33-34.

([20]) Emilio SAEZ: *Los ascendientes*, p. 58.

([21]) Cf. supra, notas 16 y 17.

([22]) Pueden verse en SAEZ: *Los ascendientes*, pp. 59-61.

([23]) Fechada en 1 de octubre de 915 (DC 20, pp. 13-14).

([24]) *Portugal*, p. 9.

Por lo que respecta al infante Vermudo, cegado por su hermano Alfonso III, escapado de Oviedo, alzado en Astorga, vencido al cabo de siete años por su hermano, fugitivo a tierra de moros en las cercanías de Coimbra ([25]), parece increíble que fuese capaz de arrastrar consigo en su huída a Al-Andalus al supuesto magnate castellano Diego, el cual gran necedad habría demostrado al jugarse su porvenir y el de los suyos por seguir a un ciego, vencido y fugitivo ([26]). Porque, acabamos de verlo, a Diego lo encontramos acompañando a los reyes Alfonso III, Ordoño II y al futuro Ramiro II, sin que aparezca para nada «la región portuguesa de su residencia». Y por otra parte, ¿ no resulta igualmente increble que el prudente Alfonso III hubiese dejado a su hermano establecerse en tierras conimbricenses, después de haberlas incorporado a su corona? En realidad, todo este relato de Sampiro sobre la rebelión de los hermanos de Alfonso III es más que discutible y especialmente sus pormenores cronológicos. Sánchez Albornoz ha demostrado que es absolutamente legendaria tal revuelta ([27]).

1.3. *Onega Lucidiz*

Casó Diego Fernández con Onega, que se ha supuesto por todos de ascendencia navarra o alavesa. Más aún, según Pérez de Urbel es verosímil que Onega fuera hija de la reina Leodegundia, presunta hija de Ordoño I, casada con un príncipe de Pamplona ([28]). Esta filiación «nos explicaría — insiste Sáez — la intimidad de sus relaciones con el infante Vermudo Ordóñez, tío suyo si la hipótesis fuera cierta, y la decisiva y creciente influencia de esta familia» ([29]). Pero tal hipótesis no se apoya absolutamente en nada. Para suponer hija de la princesa Leodegundia y del magnate navarro Jimeno a doña Onega, bastan a Fray Justo y a Sáez la estirpe vascona de los dos nombres y la repetición del nombre de Leodegundia en

---

([25]) Este es el relato que nos ha conservado el cronista Sampiro, reservando su autenticidad con un prudente *ut ferunt* — según cuentan — (Ed. PÉREZ DE URBEL: *Sampiro*, pp. 279-280). La traducción del suceso puede verse en COTARELO: *Alfonso III*, p. 243; PÉREZ DE URBEL: *Jimenos y Velas*, pp. 7-8; en QUINTANA PRIETO: *La «tiranía»*, p. 113, y en SANCHEZ ALBORNOZ: *El reino de Asturias*, III, p. 676.

([26]) SANCHEZ ALBORNOZ: *El reino de Asturias*, III, pp. 678-679.

([27]) SANCHEZ ALBORNOZ: *El reino de Asturias*, III, pp. 661-683.

([28]) *Historia*, II, p. 866, nota 35; el mismo: *Jimenos y Velas*, pp. 10-13.

([29]) *Los ascendientes*, p. 63.

una de las hijas de Onega. Puesto que la reina de Oviedo se llamaba Jimena y una hermana del rey se llamaba Leodegundia, no cabe negar la posibilidad de que unos nobles bautizaran a su hijos con tales patronímicos ([30]).

No; es muy inseguro que la princesa Leodegundia fuese madre de Onega, la esposa de Diego Fernández. El gran argumento a favor de tal filiación y de toda la tesis estriba en la gran donación de Onega al monasterio de Lorvão en 928, que declara hacer: «pro anima domnissimi nostri domini Ueremudi diue memorie», leyéndose, además: «nos uero agnoscentes quod noster domno iam ea dederat ad ipso monasterio et non potuit ipsum testamentum complere» ([31]). Ahora bien, aún admitiendo la autenticidad del diploma y que el «domnissimus Ueremudus» por cuya alma hizo Onega la donación a Lorvão fuese el infante Vermudo — los dos supuestos pueden ser discutidos — ([32]), las frases copiadas de la donante no parecen prueba bastante de que unía relación de parentesco y no relación vasallática, a la que Pérez de Urbel hace hija de Leodegundia con el posible hermano de la misma y de Alfonso III. Era habitual que los magnates y hasta los reyes hicieran constar expresamente y a las claras sus vínculos de consaguinidad. Onega llama dos veces al supuesto infante Vermudo «noster dominus». Por qué no escribió siquiera una: «tius noster», si en verdad era su sobrina? El haber honrado con el título archisolemne con que lo califica a un pobre infante más inclina a creer en un respecto señorial que en una estrecha relación de consaguinidad. En resumen — siempre según Sánchez Albornoz —, parece que este Vermudo pudo ser, en efecto, el viejo infante Vermudo, marginado entre 893 y 899 ([33]) en las lejanas fronterizas «terras portucalenses» por algún pasado encontronazo con Alfonso III ([34]).

Porque esta tardía instalación del infante Vermudo en la marca portuguesa, es consecuencia lógica del relato de Sampiro sobre la «tiranía» de los hermanos del Rey Magno y, más concretamente, de Vermudo. Los

---

([30]) SANCHEZ ALBORNOZ: *El reino de Asturias*, III, p. 679.

([31]) DC 34, p. 21; fecha 5 de diciembre.

([32]) Sobre la autenticidad del diploma vid. PIERRE DAVID, que lo considera falso (*Les Saints Patrons*, pp. 247-248) y en (*Études historiques*, pp. 250-251). Replicándole, Emilio SAEZ lo juzga auténtico (*Los ascendientes*, pp. 104-110). Sobre ello, véase SANCHEZ ALBORNOZ: *El reino de Asturias*, III, pp. 670-671, nota 56, y 680-681, nota 22.

([33]) Cf. SANCHEZ ALBORNOZ: *El reino de Asturias*, III, p. 671, texto y nota 57.

([34]) Cf. SANCHEZ ALBORNOZ: *ibidem id.*

hechos en él reseñados — si los damos por buenos — solo pudieron ocurrir antes del año 878, fecha de la batalla de Polvoraria ([35]). Nunca después, entre 880 y 890 como quiere Pérez de Urbel ([36]), o entre 891 y 898 como supone Quintana Prieto ([37]). La conquista de Coimbra ([38]) coincidió cronologicamente con el año de la doble victoria de Alfonso III en Polvoraria y Valdemora. Y el parangón entre el pasaje de Sampiro y el de la Albeldense ([39]) permite suponer que el sitio de la ciudad del Mondego por los musulmanes fue una reacción inmediata a la entrada de los cristianos en la ciudad y puede por tanto fecharse también en 878. Por lo pronto, Ibn Al-Atir en su *Kamil* e Ibn Idari en el *Bayan* dan noticia del fracaso de una campaña contra Galicia dirigida el mismo año 878 por Al-Barra Ibn Malik ([40]). Seguramente se refieren a la empresa contra la recién ganada Coimbra de que habla Sampiro, pues era una realidad ese golpear sobre las tierras recién colonizadas y muy frecuentes las expediciones musulmanas para impedir la vuelta a la vida de la zona ocupada.

Y el hecho que no debe olvidarse es que, con posterioridad, se firmó una tregua entre Córdoba y Oviedo, tregua que duró hasta el año 881 ([41]). Y conocemos bien la historia de la década que corrió entre el 880 y el 890 ([42]), y no hallamos en ella cabida para tan complejos acontecimientos y es seguro que no pudieron durante ella los musulmanes acudir en auxilio

---

([35]) Crónica de Albelda, ed. GOMEZ MORENO: *Las primeras crónicas*, p. 604. Cf. SANCHEZ ALBORNOZ: *El reino de Asturias*, III, pp. 503-513.

([36]) *Jimenos y Velas*, pp. 8-9.

([37]) *La «tiranía»*, pp. 134-139.

([38]) Cf. Emilio SAEZ: *Los ascendientes*, pp. 16-17, nota 21.

([39]) «Conimbriam ab inimicis possessam eremauit et Gallecis postea populauit» (Albeldense, ed. G. MORENO: *Las primeras crónicas*, p. 604). «Conimbriam ab inimicis obsessam defendit suoque imperio subiugauit» (Sampiro, ed. PÉREZ DE URBEL: *Sampiro*, p. 280). El texto *Laurbanense* no deja lugar a dudas de que Coimbra hubo de ser ocupada por la fuerza: «Era DCCCCXVI[a]. prendita est Conimbria ad Ermegildo comite» (PMH., *Scriptores*, p. 20). Sobre ello, cf. SANCHEZ ALBORNOZ: *La repoblación*, p. 162, texto y nota 28; el mismo: *El reino de Asturias*, III, p. 677, nota 11.

([40]) Ibn Al-Atir (Trad. Fagnan, p. 254) e Ibn Idari (Trad. Fagnan, II, p. 169) dan noticia del fracaso de una campaña contra Galicia — la antigua Galicia llegaba hasta el Duero, pero llegó incluso hasta el Mondego (DC 37, p. 23) —, ¿se referirán los dos compiladores a la empresa contra la recién ganada Coimbra de que habla Sampiro?

([41]) Véase SANCHEZ ALBORNOZ: *El reino de Asturias*, III, pp. 503-513 y 703-707.

([42]) Vid. SANCHEZ ALBORNOZ: *Ibidem id.*, pp. 908 y ss.

del «tirano» Vermudo. Pero esta cuestión de la supuesta rebelión de los hermanos de Alfonso III la ha estudiado y resuelto satisfactoriamente en sentido negativo el maestro Sánchez Albornoz (43), y a sua obra espléndida enviamos al lector interesado.

Es indubitable que Onega, la esposa de Diego Fernández, era gallega, y es, en cambio, muy inseguro que la princesa Leodegundia fuese su madre. Ha sido mi gran amigo Armando de Almeida Fernandes el primero que ha supuesto que esta Onega sería hija de Lucido Vimaraz y nieta, por tanto, de Vimara Pérez, el presor do Porto en 868 (44). Aduce al respecto una larga serie de razones, más o menos convincentes pero en su conjunto sobradas, en favor de su tesis. Con bastante posteridad, aunque sin citarlo, acepta también dicha filiación el venerable Paulo Merêa (45). Y por lo que a mi concierne, me parece asimismo plenamente satisfactoria. De Onega nos queda solo una única noticia directa, su donación al monasterio de Lorvão en 5 de diciembre de 928, cuando ya estaba viuda (46). En todo caso es seguro que murió mucho antes del 13 de julio de 960 (47).

Del matrimonio de Diego Fernández con Onega Lucidiz existen cuatro testimonios, que reseña Emilio Sáez en una de sus obras (48). Y de tal matrimonio nacieron cuatro hijos, de los cuales el único varón fue Jimeno, que es el que nos importa en esta ocasión.

1.3.1 Su abuelo Vimara Pérez

El abuelo de Onega era, como ya dijimos, el conde Vimara Pérez. No importa a nuestro propósito actual estudiar el significado y la interpretación de sus bien conocidas empresas repobladoras llevadas a cabo en las tierras del Portugal norteño. Lo que ahora fundamentalmente nos interesa es su figura, que se nos presenta llena de sombras. No podemos trazar ni siquiera el inicio de una sucinta biografía. Es indudable — su apellido lo indica — que Vimara era hijo de un Pedro. Pero quien fuera este

(43) *El reino de Asturias*, III, pp. 661-671.

(44) *Do Porto*, pp. 99-100; el mismo: *Notas às origens*, p. 80; y el mismo: *Portugal*, pp. 10-13.

(45) *De «Portucale»*, pp. 21-22, nota 21 y p. 30. También SOUSA SOARES: *A presúria*, p. 14.

(46) DC 34, p. 21. Sobre su autenticidad, cf. supra nota 32.

(47) DC 81, pp. 50-51. Su nieta Flámula, hija de Rodrigo y Leodegundia, dispone ahora ya de bienes que, hacía mucho, poseía provenientes de «auios nostros Didaco Fredenandiz et coniuge eius Onnice».

(48) *Los ascendientes*, p. 62, nota 138.

Pedro, su procedencia y su vida son cosas que ignoramos. Acaso Asturias fue su tierra natal, puesto que, según un tardío diploma de 1025, de Oviedo salió su hijo Vimara para encaminarse hacia las tierras del sur del Miño ([49]). Mas verdaderamente nada cierto podemos afirmar en este sentido, y yo tengo por muy inseguro dicho origen ovetense.

Sousa Soares sugiere que Vimara Pérez era «tal vez filho do conde Pedro da Galiza, vencedor dos Normandos en 854, possívelmente o mesmo Pedro Theon cuju nome aparece logo em seguida ao de Afonso III, como personagem da sua maior confiança» ([50]). Pero lo cierto es que absolutamente nada garantiza tan arriesgada y doble conjetura e identificación. Sea de ello lo que quiera, es indudable que Vimara consiguió llevar hasta el Duero la frontera del reino cristiano, en una empresa que solo en cinco años, del 868 al 873, fue decisiva en la vuelta a la vida del Portugal norteño ([51]). Murió en el año 873, no se sabe con exactitud en donde, seis días después de la llegada allí de Alfonso III ([52]). Respecto al lugar de esta muerte, el *Chronicon Laurbanense* dice que Vimara murió en Vama, no en Guimarães. Desde luego, hay un Vama en Galicia, que pertenecía a la sazón al distrito del Picosagro. Y lo que es más, consta que Lucido Vimaraz, hijo de Vimara, rigió el *commisso* del Picosagro, según acredita un diploma gallego de 21 de noviembre de 927 ([53]), y también el frontero *commisso* de Postmarcos, como garantiza otra escritura gallega del 21 de febrero de 934 ([54]). Contra lo afirmado por Pierre David, no puede negarse la realidad del efectivo gobierno por Lucido Vimaraz de la circunscripción del Picosagro, en donde se hallaba Vama. Pese a lo cual el gran erudito francés sostiene que el *Chronicon Laurbanense* no puede referirse a Vama

---

([49]) SOUSA SOARES: *Um testemunho*, pp. 151-160, según el orig.; DA COSTA: *Liber Fidei*, I, doc. 22, pp. 44-51, según el *Liber Fidei*, fols. 12 v-14 r, doc. 22. Los incriminados, en el litigio mantenido en 1025 por el obispo de Lugo contra unos labriegos de tierras de Braga que reivindicaba como siervos, afirmaron haber acudido a poblar en el país saliendo de Oviedo con el conde Vimara Pérez. Si hubieran dicho verdad, Vimara Pérez habría sido un magnate de tierras de Asturias.

([50]) *A presúria*, p. 11.

([51]) En 868 ocupó Porto: «Era DCCCCVI^{a}, prenditus est Portugale ad Uimarani Petri» (*Chronicon Laurbanense*, ed. PMH., *Scriptores*, p. 20). Y luego: «Era DCCCCXI, uenit rex Adefonsus in Uama et sexta die Uimara mortuus est» (*Ibidem id.*, p. 20).

([52]) Noticia precedente, la citada en segundo lugar.

([53]) Pub. Emilio SAEZ: *Sancho Ordóñez*, pp. 80-82.

([54]) Pub. LOPEZ FERREIRO: *Historia*, II, ap. LV, pp. 119-121.

de Galicia, al fijar en ella el lugar de la muerte de Vimara, sino a Guimarães (55).

Es posible que acierte Pierre David, pues no parece verosímil que un monje estando en Lorvão hubiera escrito «*venit* rex Adefonsus in Vama» refiriéndose a una Vama situada a cientos de leguas de Lorvão. Sin embargo, hay que confesar lo difícil que resulta comprender cómo Vama pudo convertirse en Guimarães (56).

El hecho es que Vimara Pérez debió casarse al empezar la segunda mitad del siglo IX. Dos nietos suyos, Teton y Vermudo Lucidiz, aparecen ya actuando en 27 de abril de 911 (57). Por tanto, su padre debió matrimoniar hacia el 885 y su abuelo Vimara alrededor del 865, cuando menos. Esto obliga a fijar el nacimiento de nuestro personaje en torno al 840. Y con añadir que tampoco conocemos el nombre de la esposa de Vimara Pérez, podemos concluir aquí las notas sobre él.

1.3.2. Su padre Lucido Vimaraz

Indiscutiblemente hijo suyo fue Lucido, el que hubo de nacer, como es natural, antes del año 873, en que murió su padre. Por las razones que vamos a alegar, es de creer, sin embargo, que no debió nacer mucho antes de dicho año. Cierto que algún documento podría hacernos pensar que Lucido ya no era un joven cuando aún vivía su padre, pero veremos en seguida que se trata de textos mal fechados y que, en realidad, fueron redactados más tarde.

Por primera vez encontramos a Lucido Vimaraz el 28 de abril de 887 (58), suscribiendo como testigo una escritura particular. Y no lo hace con el título de conde antes del 6 de mayo de 899, en que confirma como tal («Lucido, comes, conf.») un diploma de Alfonso III (59). Esta ausencia de Lucido en la documentación de los catorce años siguientes a la muerte de Vimara Pérez, así como lo tardío de su accesión a la dignidad condal, vendría a demostrarnos que era muy joven a la muerte de su padre, acaso de no más de ocho años.

Tales precisiones cronológicas dan en tierra con una tesis que venía siendo aceptada por todos como verdad indiscutible: La de que a la muerte

(55) *Vama et Guimarães*, p. 190.
(56) SANCHEZ ALBORNOZ: *Despoblación*, p. 103, nota 30.
(57) Pub. M. Rubén GARCIA: *Ordoño Adefonsiz*, pp. 224-226.
(58) Pub. FLORIANO: *Diplomática*, II, pp. 170-172, núm. 139.
(59) Pub. FLORIANO: *Diplomática*, II, pp. 240-243, núm. 158.

de Vimara Pérez, «en 873, Alfonso III otorgó conjuntamente la administración del territorio portugalense a Lucidio Vimarani, hijo de Vimara, y a Hermenegildo Gutiérrez»; es decir, que, para todos, Lucido Vimaraz «sucedió a su padre en la administración y gobierno del territorio portugalense» ([60]). En realidad, tal tesis se apoya en dos testimonios que fueron mal interpretados. El primero de ellos acredita la realización de una presura en tierras bracarenses «cum cornu et albende de Adefonsus principem et comitem Lucido Vimarani», según un diploma que aparece fechado en 11 de febrero de 870, por el cual dos matrimonios adquirieron de aquel modo la vila de Negrelos, en la que construyeron una iglesia que fue bendecida y consagrada por el obispo Gomado ([61]). Ahora bien, en esa fecha aún vivía Vimara Pérez, por lo que, naturalmente, es imposible que su hijo Lucido hubiera sido elevado ya a la dignidad condal, hecho que acredita el error cronológico del documento, cuya fecha, contra lo supuesto por Sousa Soares ([62]), ha de ser bastante posterior. Y ello lo demuestra más claramente aún la mención en él de Gomado, cuyo episcopado no pudo comenzar hasta después del año 885, en que aún vivía su antecesor Justo ([63]). Luego el diploma no pudo ser redactado antes de tal año. Dada la forma de estampar la era, y teniendo en cuenta, además, la cronología personal de Lucido Vimaraz, pienso que debe ser realmente del año 905, en que Lucido ya era conde y en que Gomado era también obispo.

El otro texto, que ha sido traído también a colación para probar el gobierno por Lucido del territorio portugalense a la muerte de su padre, lo que hace es contradecirlo. Se trata de un documento gallego fechado el 21 de noviembre de 927, ya citado, del que se deduce que Lucido Vimaraz rigió, durante el reinado de Ordoño II, el *commisso* de Ambas Amaeas ([64]), lo que también se contiene en un sospechoso diploma de Ordoño II con

---

([60]) SAEZ: *Los ascendientes*, p. 21, nota 34; el mismo: Reseña de la obra de Manuel PAULO MERÊA: *De «Portucale»*, en «AHDE», XVII, p. 1058; y el mismo: *Ramiro II*, p. 286, de donde procede la segunda cita entrecomillada del texto.

([61]) DC 5, pp. 3-4; y *Vimaranis*, I, pp. 1-2, núm. 1. De la primera ed. lo tomó FLORIANO: *Diplomática*, II, pp. 53-55, núm. 95.

([62]) *O repovoamento*, p. 201, texto y nota 1. Cree SOUSA SOARES, con error, que «tendo sido a cidade de Portucale restaurada em 868, podía ter avido aí um bispo Gomado anteriormente a Justo». No ha tenido en cuenta que Gomado es el *sucesor* de Justo en la sede portugalense, no su antecesor.

([63]) El obispo Justo confirma todavía, en efecto, un diploma de Alfonso III fechado en tal año (FLORIANO: *Diplomática*, II, pp. 158-159, núm. 133).

([64]) Cf. supra nota 53.

la data de 29 de enero de 915 (65). Este *commisso* fue identificado, con error, con el territorio de Amaia, en Porto, y de aquí surgió la equivocada tesis (66). Pues el doble documento en cuestión se refiere, no al territorio portugalense de Amaia, sino al territorio gallego de la Mahía, próximo a Compostela.

De cuanto queda dicho resulta que Lucido Vimaraz dirigió por orden de Alfonso III la repoblación de algunas vilas del Portugal norteño en los postreros años del siglo IX, siendo elevado por el mismo tiempo a la dignidad condal, sin que ello llevase consigo el gobierno de ningún distrito portugalense. En cambio, le vemos muy pronto en Galicia, rigiendo diversas mandaciones, acompañado de otro infanzón llamado Aldroito. Por ejemplo, en la carta-mandato por la que Alfonso III ordena a Lucido y Aldroito que no se opongan a la entrega a la Iglesia de Santiago de las vilas de César, San Julián y Palacio, situadas las tres en el municipio lucense de Sarria (67). Puesto que en la escritura el rey no le titula conde, no parece que no ocupaba aún una posición de primer plano y que la orden regia le fue dirigida lo más tarde no mucho después del 890. Me atrevo a juzgarlos infanzones. Lucido era «filius comitis» y fue pronto conde; cuando recibió la ordem sería *imperante*. Como tal regiría el territorio de las vilas mencionadas el cual constituía un *commissus*, distrito que estaba gobernado entonces por Lucido y otro infanzón llamado Aldroito.

Pues que Lucido Vimaraz tuvo la tenencia de una parte del territorio lucense después, lo garantiza un diploma sin tacha de 7 de junio de 910 (68). Además de este gobierno en tierras de Lugo, rigió también, como ya hemos visto, los *commissa* de las Mahías y del Picosagro y acaso también el de Postmarcos, entre el Ulla y el Tambre, territorio situado al oeste de las Mahías, la Alta y la Baja.

La administración y gobierno de estos condados gallegos, así como

---

(65) Pub. LOPEZ FERREIRO: *Historia*, II, ap. XXXVII, pp. 82-85. BARRAU-DIHIGO considera apócrifo este documento (*Recherches*, p. 106, nota), con sobrada razón, a juicio de SAEZ (*Los ascendientes*, p. 90, doc. 7) y del que esto escribe (vid. mi *Catálogo*, n.º 141).

(66) Véase SAEZ en su reseña a la obra de MERÊA: *De «Portugale»*, en «AHDE», XVII, p. 1058. Le siguen el mismo PAULO MERÊA: *De «Portugale»*, p. 20, nota 18, en donde califica la hipótesis de SAEZ de «muito bem fundamentada»; y SOUSA SOARES: *A presúria*, p. 13.

(67) Pub. FLORIANO: *Diplomática*, II, p. 134, núm. 123.

(68) Pub. M. Rubén GARCIA: *Ordoño Adefonsiz*, pp. 220-221.

anteriormente, la de una parte del territorio lucense por orden de Alfonso III, tuvo alejado a Lucido Vimaraz de la región portugalense, en la que sólo muy raramente aparece. Una de estas veces fue en 1 de octubre de 915, en que, juntamente con su mujer Gudilona, hace donación, no a la Iglesia do Porto, sino personalmente al obispo Gomado, de la vila de Fermoselhe, junto al río Mondego, en el territorio de Coimbra (69). Las suscripciones de la escritura nos obligan a fijar en torno al año 885 el matrimonio de Lucido y Gudilona, puesto que, según vemos en ella, tenían ya dos nietos en 915, cuya edad no cabe suponer inferior a los diez años.

El hecho es que Lucido Vimaraz vivía aún en 12 de junio de 922, fecha en que le vemos al lado de Ordoño II en un viaje a tierras portugalenses, con ocasión de la visita del rey al monasterio de Crestuma, en la orilla izquierda del Duero, cerca de su desembocadura (70). No puedo suscribir las anatemas de Pierre David contra este diploma (71), a quien sigue a la letra Emilio Sáez (72). Lo que sí es seguro es que Lucido debió morir no mucho después, pues su nombre desaparece de la documentación de la época, después de haber figurado en dieciocho documentos (73). Y lo es

(69) DC 20, pp. 13-14.

(70) DC 25, pp. 16-17.

(71) *Les Saints Patrons*, pp. 245-246; el mismo: *Études historiques*, p. 247.

(72) *Los ascendientes*, p. 88, nota 40, doc. XVI. Como digo en el texto, no puedo suscribir su excomunión por la alusión a San Pelayo en él, que sería prueba de interpolación pero no de falsificación ni de manipulación en la fecha. En este criterio más respetuoso abunda ALMEIDA FERNANDES: *Portugal*, pp. 39-40. Miguel de OLIVEIRA, lo cree errado en la data y que ésta no debe ser anterior a 1115 ó 1116 (*Os Territórios Diocesanos*, pp. 45 a 50).

(73) Encontramos a Lucido Vimaraz en los siguientes diplomas:

1.° Suscribiendo la carta de dote otorgada por Sisnando a favor de su esposa Ildoncia en 28 de abril de 887 (FLORIANO: *Diplomática*, II, pp. 170-172, núm. 139).

2.° Carta-mandato de Alfonso III a Lucido y Aldroito para que no se opongan a la entrega a la Iglesia de Santiago de las vilas de César, San Julián y Palacio, hacia el año 890 (*Ibidem id.*, p. 134, núm. 123).

3.° Confirma la dotación por Alfonso III de la Iglesia de Santiago el 6 de mayo de 899 (*Ibidem id.*, pp. 240-243, núm. 158).

4.° Suscribe la donación de Alfonso III a Compostela de vilas del territorio de Coimbra en 30 de diciembre de 899 (*Ibidem id.*, pp. 260-261, núm. 161).

5.° Confirma la donación de Alfonso III a la Iglesia de Oviedo en 20 de enero de 905 (*Ibidem id.*, pp. 296-305, núm. 175). Este texto ha sido tenido por BARRAU-DIHIGO como fingido por Pelayo utilizando algún documento antiguo auténtico (*Étude*, pp. 158-169, núm. 62), pero SANCHEZ ALBORNOZ lo juzga inventado por entero (*Serie de documentos*, pp. 310-311).

6.°. Interviene como conde en la fundación de la iglesia de San Miguel de

también que de su matrimonio con Gudilona dejó cuatro hijos varones y una sola hembra, Onega, que es la que nos importa, pues fue la madre de Jimeno Díaz.

2. — DE ADOSINDA GUTIÉRREZ

Como esta Adosinda, pese a la reiterada afirmación de mi buen amigo Almeida Fernandes, no era la *olim regina* y hermana del conde Santo, sino la hermana de San Rosendo, es muy poco lo que tenemos que explicar aquí sobre su personalidad, ya muy bien estudiada por Emilio Sáez (74) y por

---

Negrelos por dos matrimonios en 11 de febrero de [905] (*Ibidem id.*, pp. 53-55, núm. 95, según DC 5, pp. 3-4, con data de 870. Ya ha quedado corregida más arriba).

7.° Es uno de los condes dependientes de Ordoño II en 7 de junio de 910 en el territorio lucense (M. Rubén GARCIA: *Ordoño Adefonsiz*, pp. 220-221).

8.° Confirma, en nombre de Aldroito, el reparto de siervos entre el obispo Nausto de Coimbra y los hijos de Pedro y Sarracina en [910] (DC 4, p. 3). El texto no está fechado, pero, suscrito por el obispo Nausto que murió en 912, por su contenido parece otorgado tardíamente en los últimos años de su pontificado. PIERRE DAVID escribe: «Six ans plus tard [de 906], le même Nausti procède au partage... d'une famille de serfs ruraux» (*Études historiques*, p. 176).

9.° Es uno de los magnates que toma parte de la junta celebrada ante el rey Ordoño II en 28 de septiembre de 911 para la delimitación de los términos de Dumio (M. Rubén GARCIA: *Ordoño Adefonsiz*, pp. 232-234).

10.° Confirma la donación de Ordoño II a Santiago el 30 de mayo de 912 (M. Rubén GARCIA: *Ordoño Adefonsiz*, pp. 238-240).

11.° Suscribe la donación de Ordoño II a Mondoñedo en 1 de diciembre de 914 (M. Rubén GARCIA: *Ordoño Adefonsiz*, pp. 245-247).

12.° Suscribe la confirmación de Ordoño II a Santiago el 10 de diciembre de 914 (L. FERREIRO: *Historia*, II, ap. XXXVI, pp. 80-81).

13.° Confirma la donación de Ordoño II a Santiago el 29 de enero de [915] (L. FERREIRO: *Historia*, II, ap. XXXVII, pp. 82-85. Sobre su autenticidad, cf. supra nota 65).

14.° Suscribe la donación de Ordoño II a Santiago de la vida de Correlhã en 30 de enero de 915 (DC 19, p. 13; y L. FERREIRO: *Historia*, II, ap. XXXVIII, pp. 85-87).

15.° Hace una donación con su mujer Gudilona en 1 de obtubre de 915 (DC 20, pp. 13-14).

16.° Confirma la donación de Ordoño II al abad Gundesindo en 20 de enero de 917 (LOPEZ FERREIRO: *Historia*, II, ap. XLI, pp. 92-93).

17.° Acompaña a Ordoño II en su visita al monasterio de Castruña el 12 de junio de 922 (DC 25, pp. 16-17). Sobre su autenticidad, supra notas 71 y 72.

(74) *Los ascendientes*, p. 66.

mí (75). Por línea paterna fueron sus bisabuelos Gutier y Elvira, y Gatón y Egilo, en tanto que por línea materna sólo conocemos un bisabuelo: Fernando, precisamente el padre de nuestro Diego, de Ero y de Gudesteo, de quien ya hemos hablado lo suficiente y probado su oriundez gallega. Solo hemos de añadir sobre este linaje, siguiendo a Sánchez Albornoz (76), unos datos más.

2.1. *Sobre Gatón*

Parece seguro que Ramiro I de su primer matrimonio con una desconocida dama gallega fue el padre de Gatón, padre éste de Hermesinda, cuya oriundez gallega, como la de su padre no puede ponerse en duda (77). Esta Hermesinda enlazó con Hermenegildo Gutiérrez, y la fraternidad entre Ordoño I y Gatón explicaría el papel de primer plano desempeñado por su yerno, Hermenegildo, en la corte de su sobrino, Alfonso III, y el mismo matrimonio del segundogénito preferido de Alfonso III con Elvira, hija de la hija de Gatón. Pues «por grandes que fueran los méritos personales de Hermenegildo Gutiérrez, no se justifican mejor su carrera política y sus grandes riquezas — legó a sus descendientes una fortuna colosal (78) — por ser yerno de Gatón, hermano de Ordoño, el padre de

---

(75) *La reina Velasquita?*, pp. 20-26.

(76) *El reino de Asturias*, III, pp. 363-370, entre otras.

(77) La hermandad de Ordoño I y Gatón ya la sostuvo SANCHEZ ALBORNOZ primeramente en el Ap. I de *La campaña de la Morcuera*, pp. 37-39; la confirmó luego en *El ejército y la guerra*, p. 315, reimpreso en «Investigaciones y Documentos», p. 215, texto y nota 86; y la ha reforzado en *El reino de Asturias, III*, pp. 363-370. Sobre las esposas de Ramiro I, véanse BARRAU-DIHIGO: *Recherches*, p. 286, y COTARELO: *Matrimonios de Ramiro I*. El cincuentón Ramiro se casó por segunda vez en Castilla con Paterna. «No es imposible que su primera mujer fuese gallega. Gatón, a lo que me parece seguro, hermano de Ordoño I y por tanto hijo de Ramiro I, fue conde del Bierzo llave de Galicia y en ésta vivieron sus descendientes; y ello autoriza la conjetura de que galaica fuese también la esposa primera del rey electo pero desposeído y de que contara por tanto con seguros partidarios en la zona occidental del reino» (SANCHEZ ALBORNOZ: *El reino de Asturias*, III, p. 37).

(78) En el *colmellum diuisionis* firmado en 934 por San Rosendo y sus hermanos, nietos de Hermenegildo Gutiérrez conquistador de Coimbra, entre la inmensa fortuna territorial repartida entre ellos se citan algunos bienes situados en los alrededores de la ciudad ganada por su abuelo. Así, correspondieron a San Rosendo, entre otros muchos: «in suburbio Conimbrie, Botton, et quinta parte de Quiagios et quinta de Peraria et quinta de Avellanas»; a su hermano Nuño: «in suburbio Conimbrie... Abzekines medio et quinta parte de Quiagios et quinta de Auellanas»; a Froila: «in

Alfonso III?([79]). Y en contra de Emilio Sáez ([80]) el maestro Sánchez Albornoz recuerda que en el epitafio de la reina Elvira, mujer de Ordoño II, se la hace de ascendencia real; señala con acierto — con Sáez — que no pudo recibir la sangre regia sino de su madre Hermesinda, hija de Gatón. Ahora bien, si éste hubiese sido hermano de la reina Nuña — como cree Sáez — sus descendientes no habían sido nietos de reyes; en cambio si Gatón fue hermano de Ordoño I su nieta habría sido, si, de real estirpe, por haber tenido por bisabuelo a Ramiro I ([81]).

De la unión de Hermegildo Gutiérrez con Hermesinda Gatóñez nació, entre otros hijos, Gutier, que casó con Ilduara Eriz y fueron los padres de nuestra Adosinda, además de otros hijos más ([82]). Como de Ilduara Eriz ya me ocupé detenidamente en otro trabajo aparte ([83]), me voy a ocupar aquí a reseñar el perfil biográfico, sumamente denso, de Gutier Menéndez, esposo suyo y padre de nuestro personaje femenino.

2.2. *Gutier Menéndez*

El gallego Gutier debió nacer alrededor del año 865, enlazar con Ilduara Eriz hacia el 890, cuando la esposa contaba solamente quince años de edad, naciendo el primógenito seguidamente, puesto que le encontramos

---

suburbio Conimbrie, in Spillelle, in uilare de Froila medietate, et quinta parte in Quiagios et V[a] in Peraria et quinta in Auellanas»; y a Adosinda: «in suburbio Conimbrie, medio Abzequines et quinta parte de Quiagios et quinta de Perarios et quinta in Auellanos» (*Tumbo* de Celanova, fols. 166 r-167 v). Debe observarse que Hermenegildo tuvo cinco hijos, por lo cual los bienes repartidos entre San Rosendo y sus hermanos constituirían solamente la quinta parte de los que tomaría Hermenegildo «in suburbio Conimbrie». Y es notorio que Enderquina, quinta hija del conquistador de Coimbra, en unión de su marido, Gundesindo Eriz, para obtener la salud de una hija ofrecieron a Dios la quinta parte de sus bienes y de sus siervos y, como dieron la libertad a cien de éstos, es seguro que disponían de quinientos. Multiplicada esa cifra por cinco, los hijos de Hermenegildo habrían poseído 2.500 siervos. (DC 12, pp. 7-8. El doc. es de 21 de febrero de 947).

([79]) SANCHEZ ALBORNOZ: *El reino de Asturias*, III, p. 369, nota 34.

([80]) *Los ascendientes*, p. 33 (citando a VIGIL: *Asturias*, p. 11) y pp. 95-96, especialmente 86.

([81]) *El reino de Asturias*, III, p. 369, texto y nota 35; y el mismo también en *El ejército y la guerra*, p. 215, texto y nota 86.

([82]) Cf. Emilio SAEZ: *Los ascendientes*, pp. 25-27.

([83]) *Ilduara Eriz*, pp. 217-233.

actuando en la corte el 28 de septiembre de 911 (84). Su muerte podemos fijarla con exactitud después de la primavera del 933. El 24 de abril del 933 todavía confirma la donación del conde Guisuado y su mujer Leuvina al monasterio de San Adrián de Boñar (85). Pero en una fecha incierta del mismo año tenemos una donación hecha por Ilduara Eriz al monasterio de San Lorenzo de Carboeiro, en que no figura a su lado el esposo (86), señal de que había muerto ya o de que estaba enfermo. Porque antes de 11 de marzo de 934 consta que había fallecido (87).

Una tradición ardía del siglo XII vendría a decirnos que este matrimonio habitó en Salas, a unas cuatro leguas do Porto (88). No es este el lugar de discutir este punto, que, por lo demás ya lo hemos hecho en otro trabajo (89). Pero conviene recordar, al respecto, que antes de 922 consta que el tal matrimonio vivía en el lugar de Santa Mariña, a la entrada de la vila de Portomarín, a unas cinco leguas al mediodía de la ciudad de Lugo (90). Y que poco después, en 927, se nos dice que Gutier e Ilduara residían en Vilanova, vila situada a kilómetro y medio al norte de Celanova (91). En este mismo sentido hemos de reseñar que Gutier Menéndez figura en los documentos desde el 7 de Junio del 910, primera de sus apariciones conocidas, hasta el 24 de abril de 933, poco antes de su muerte (92).

---

(84) Se trata de Munio Gutiérrez, que asiste en 28 de septiembre de ese año 911 a la junta de prelados y magnates celebrada en Aliobrio (DC 17, pp. 11-12). Vid. mi *Ilduara Eriz*, pp. 219-220.

(85) Pub. V. VIGNAU: *Cartulario de Eslonza*, pp. 45-46, núm. 23. Diploma mal fechado, pues en el año 928 no podía ser mencionado el reinado de Ramiro II en León; el texto es posterior al año 932, pues en abril del año anterior aún no había sido proclamado. Pero como, además, confirma también Gutier Menéndez, esto fija el límite posterior en 933, puesto que no vivía en abril del 934. La rectificación cronológica consistiría en suponer que la penúltima cifra de la era es X en lugar de V: «era DCCCCLXXI», que nos daría el año 933.

(86) Arch. de la Bibl. del Sem. de Santiago, ms. 67; Arch. Abreviado de San Martín Pinario (Siglo XVII), fol. 102 v.

(87) *Tumbo* de Celanova, fols. 166 r, 2.ª col.-167 v, 1.ª col.

(88) Cf. mi estudio sobre *Ilduara Eriz*, p. 220.

(89) *Ilduara Eriz*, pp. 220-222.

(90) *Tumbo* de Celanova, fol. 198 r, 1.ª y 2.ª cols.

(91) Pub. E. SAEZ: *Sancho Ordóñez*, pp. 76-78.

(92) He aquí las menciones de referencia sobre Gutier Menéndez:

1.º. Figura como conde del territorio lucense en el diploma de Ordoño II de 7 de junio de 910 (M. Rubén GARCIA: *Ordoño Adefonsiz*, pp. 220-221).

2.º. Confirma el diploma de García I al monasterio de San Cipriano en 3 de febrero de 912 (J. GUALLART: *Documentos*, p. 170, núm. 1, corrigiendo bien la fecha).

Son 35 escrituras, diez de ellas particulares, y de las que ninguna de ellas pertenece al Portugal de hoy.

Siento tener que contradecir de nuevo a mi buen amigo Almeida Fer-

---

3.º. Suscribe la donación de Ordoño II a Santiago en 30 de mayo de 912 (M. Rubén GARCIA: *Ordoño Adefonsiz*, pp. 238-240).

4.º. Confirma la donación de Ordoño II a Mondoñedo el 1 de diciembre de 914 (*Ibidem id.*, pp. 245-247).

5.º. Suscribe la donación de Ordoño II a Santiago el 10 de diciembre de 914 (*Ibidem id.*, pp. 247-248).

6.º. Confirma la donación de Ordoño II a Santiago de la vila de Correlhã en 30 de enero de 915 (DC 19, p. 13; y L. FERREIRO: *Historia*, II, ap. XXXVIII, pp. 85-87).

7.º. Dona a su mujer Ilduara varios bienes en concepto de gananciales el 18 de agosto de 916 (*Tumbo* de Celanova, fl. 198 r, 1.ª y 2.ª cols.).

8.º. Confirma la donación de numerosos bienes a la Iglesia de León hecha por Ordoño II en 18 de diciembre de 916 (RISCO: *Esp. Sagr.*, XXXIV, ap. IX, pp. 440-442).

9.º. Suscribe la donación de Ordoño II al abad Gundesindo en 20 de enero de 917 (L. FERREIRO: *Historia*, II, ap. XLI, pp. 92-93).

10.º. Recibe, con su mujer, la donación de Gunterigo y la suya en 13 de abril de 918 (E. SAEZ: *Los ascendientes*, pp. 114-115).

11.º. Suscribe la donación de Ordoño II al monasterio de San Pedro de Montes en 24 de abril de 918 (QUINTANA PRIETO: *El privilegio*, pp. 241-252).

12.º. Confirma la donación de Ordoño II al monasterio de Abellar en 8 de mayo de 919 (*Tumbo* de León, fols. 468 r.-469 r.).

13.º. Asiste a la donación de Ordoño II al monasterio de San Cosme y San Damián de León en 12 de abril de 920 (AC. León, perg. n.º 810, orig.; y *Tumbo*, fol. 456 v.).

14.º. Confirma la donación de Ordoño II al monasterio de San Cosme y San Damián de León el 12 de abril de 920 (*Tumbo* de León, fols. 386 v.-387 r.).

15.º. Suscribe la donación de Ordoño II a Santiago de la vila de Peirayo en 18 de mayo de 920 (L. FERREIRO: *Historia*, II, ap. XLIII, pp. 96-97).

16.º. Confirma la permuta entre Ordoño II y la Iglesia de Santiago de 20 de enero de 921 (L. FERREIRO: *Historia*, II, ap. XL, pp. 90-91).

17.º. Suscribe la donación de Ordoño II a la Iglesia de Oviedo en 8 de agosto de 921 (LARRAGUETA: *Colección*, doc. 21, pp. 86-88).

18.º. Confirma la donación de Ordoño II a la Iglesia de Oviedo en 8 de agosto de 921 (LARRAGUETA: *Colección*, doc. 22, pp. 88-94). Este documento es falso, como puede verse en mi estudio *Sobre la cronología*, p. 164.

19.º. Restauración del monasterio de Ribas de Sil por Ordoño II y Gutier Menéndez en 12 de octubre de 921 (E. DURO PEÑA: *Ribas de Sil*, pp. 247-249, doc. 1).

20.º. Confirma la permuta entre Ordoño II y la Iglesia de Santiago en 27 de febrero de 922 (L. FERREIRO: *Historia*, II, ap. XLIV, pp. 98-100).

21.º. Donación del obispo de Lugo Recaredo a Gutier e Ilduara en 9 de mayo de 922 (*Tumbo* de Celanova, fol. 198 v., 1.ª y 2.ª cols.).

22.º. Suscribe la donación de Ordoño II a Samos en 1 de agosto de 922 (FLÓREZ: *Esp. Sagr.*, XIV, pp. 379-384, ap. III).

nandes — y también a Emilio Sáez, creador de una tesis errónea ([93]) —, que sostiene repetidamente que Gutier Menéndez fue conde de Portugale y en su calidad de *dux magnus* investido también de Coimbra, esto «depois de o ter sido subalterno (comisso de Refogios)» ([94]). Consta, sí, que en tiempos de Ordoño II, cuñado suyo, se le confió por el rey, juntamente con su hermano Arias, el *commisso* orensano de Caldelas y también el gobierno de los *commissa* y decanías de Lor, Quiroga, Búbal, Triós, Limia, Salnés, Páramo, Refojos de Leça y Sorga ([95]). Y esto, suponiendo que el sentido de tal diploma sea el transcrito, es toda la relación que Gutier tuvo con las tierras hoy portuguesas. Porque es seguro que desde 910, en que Gutier estuvo encargado del gobierno de una mandación o *commisso* en el

---

23.°. Confirma la venta que Trasuario le hizo a él y a su mujer Ilduara en 25 de junio de 923 (*Tumbo* de Celanova, fol. 76 v., 2.ª col.).

24.°. Recesvindo dona a Gutier y su esposa un terreno en 17 de julio de 923 (*Tumbo* de Celanova, fol. 195 r, 1.ª col.).

25.°. Confirma la concesión de Fruela II a Santiago el 20 de septiembre de 924 (L. FERREIRO: *Historia,* II, ap. XLVIII, pp. 106-109).

26.°. Gutier e Ilduara ejecutores testamentarios de Gundulfo en 9 de marzo de 925 (PAULO MERÉA: *Sôbre as origens,* núm. III, pp. 30-31, con fecha 955).

27.°. Donación de Sancho Ordóñez a Gutier Menéndez en 16 de abril de 927 (E. SÁEZ: *Sancho Ordóñez,* pp. 76-78, núm. 1).

28.°. Restauración por Gutier y los reyes Sancho y Alfonso IV del monasterio de Loyo en 23 de diciembre de 927 (E. SÁEZ: *Sancho Ordóñez,* pp. 82-86, núm. 4).

29.°. Confirma la donación de Alfonso IV al monasterio de Abellar en 11 de abril de 929 (J. GUALLART: *Documentos,* pp. 174-176, núm. V).

30.°. Alfonso IV entrega a Gutier varios *commissos* en 16 de agosto de 929. (FLÓREZ: *Esp. Sagr.,* XVIII, p. 325, ap. XIV).

31.°. Confirma la donación de Alfonso IV al obispo-abad Cixila en 13 de enero de 930 (*Tumbo* de León, fol. 454 r.).

32.°. Confirma la donación de Alfonso IV al obispo-abad Cixila el 15 de marzo de 930 (*Tumbo* de León, fol. 466 r.).

33.°. Sendino y su mujer donan a Gutier y la suya varias propiedades en 8 de octubre de 931 (*Tumbo* de Celanova, fol. 178 r, 1.ª y 2.ª cols.).

34.°. Suscribe la confirmación de Ramiro II a Samos en 31 de agosto de 932 (BN., Mss. códice 18.387, fols. 264 v.-265 r.).

35.°. Confirma la donación del conde Guisuado y su mujer al monasterio de San Adrián de Boñar en 24 de abril de 933 (V. VIGNAU: *Cartulario de Eslonza,* pp. 45-46, esc. 23. Mal fechado; sobre ello, cf. supra la nota 85).

([93]) Vid. su reseña del trabajo de MERÉA: *De «Portugale»,* en «AHDE», XVII, pp. 1054-1060; y también *Los ascendientes,* pp. 21-22, nota 34.

([94]) *Portugal,* pp. 31, etc.

([95]) Cf. el diploma otorgado por Ramiro II en 942 a Froila Gutiérrez y a su madre Ilduara (E. SÁEZ: *El monasterio,* pp. 167-170).

territorio lucense (96), lo encontramos rigiendo, además de la de Caldelas y las otras arriba citadas, las siguientes: Alfonso IV concedió *ad imperandum* a su tio Gutier Menéndez, en 929, los *commissa* de Quiroga, Castillón, Lor, Saviñao, Loseiro y Ortigueira (97). Según un diploma posterior, en tiempos de Ordoño II se produjo la división de las mandaciones que regía Hermenegildo Gutiérrez y le correspondió a su hijo Gutier las de Abruciños con Barra y Búbalo, y otras situadas entre Barbantes y Ambas Mestas, donde el Sil desemboca en el Miño, todas en la actual provincia de Orense (98). Y finalmente, también otro diploma posterior, del 955, nos habla de las mandaciones que el citado Gutier gobernó, y que iban desde Valdeorras hasta Rio Caldo (99). Naturalmente, estos regimientos de tales distritos no eran ni siquiera jurídicamente vitalicios, porque los reyes podían retirar toda concesión *ad imperandum* y dar después a quien le viniera en gana el gobierno de cualquier circunscripción administrativa (100).

Pero hay más. Sabemos que Ordoño II y Elvira otorgaron en encomienda a Gutier Menéndez la vila de *Villare* — en donde se edificaría luego el monasterio de Celanova —, la cual se la cedió después plenamente Sancho Ordóñez por habérselo pedido así el beneficiario, en 927 (101). Y nos consta también que entre 920 y 922, Ordoño II preside la asamblea reunida en Lugo y sentencia en el pleito presentado ante su curia por Vermudo Odoinez y el conde Gutier Menéndez contra el obispo Gundesindo, de Santiago (102).

Por otra parte, tenemos tres testimonios harto expresivos de la acti-

---

(96) Cf. el diploma n.º 1 de la nota 92.

(97) Cf. el diploma n.º 30 de la nota 92.

(98) Cf. el diploma fechado en 1 de febrero de 1007, por el que Alfonso V manda sean devueltos al monasterio de Celanova diversos bienes (*Tumbo* de Celanova, fols. 4 v.-5 r. Pub. defectuosamente por YEPES: *Coronica*, V, fols. 428 r.-429 r.).

(99) Pub. FLOREZ: *Esp. Sagr.*, XVIII, pp. 331-332, ap. XVI.

(100) Cf. SANCHEZ ALBORNOZ: *Estampas*, p. 90, nota 13; el mismo: *En torno a los orígenes*, I. p. 97, nota 69; el mismo: *Ruina*, p. 74; y el mismo: *Homines mandationis*, pp. 89-123.

(101) Sobre la propiedad de la citada vila, véase la firma de la infanta Jimena en el diploma de la donación de *Villare* hecha por Froila Gutiérrez a fin de que se construya el monasterio de Celanova en 936 (Pub. defectuosamente por YEPES: *Coronica*, V, fol. 428 r.). Del resto nos da cuenta el documento por la misma infanta en 6 de enero de 935 (E. SAEZ: *Sancho Ordóñez*, p. 48, nota). Y por fin, el diploma de Sancho Ordóñez a favor de Gutier el 16 de abril de 927, en que le cede dicha vila plenamente(E. SAEZ: *Sancho Ordóñez*, pp. 76-78, núm. 1).

(102) Así en el diploma del monje Odoino a Celanova, el 1 de octubre de 982 (Cf. mi *Catálogo*, doc. 196).

vidad reformadora e instauradora de monasterios que en Galicia llevó a cabo nuestro personaje, cuyas relaciones con Portugal se nos aparecen cada vez más difuminadas. El 21 de octubre de 921, encontrándose el rey Ordoño II en el valle de Varonceli, fue visitado por el abad Franquila con sus monjes y por su cuñado Gutier, los cuales le pidieron autorización para restaurar el monasterio de San Esteban de Ribas de Sil, que se hallaba totalmente en ruínas (103). De otro lado, un testimonio posterior nos ha conservado la noticia de que en el año 922, hallándose el mismo rey en Loseiro, cerca del monasterio de Samos, supo con dolor que éste estaba completamente arruinado; entonces confio el monarca a Gutier — con su hermano Arias — la misión de buscar monjes que restausen y edificasen nuevamente el monasterio (104). Y finalmente, el 23 de diciembre de 927, Gutier Menéndez, tío materno de los reys Sancho Ordóñez y Goto, procede a la restauración del monasterio de Santa María de Loyo, y extiende también su generosidad a las monjas de clausura que viven junto a la basílica de Santa Mariña (105).

Del matrimonio de Gutier Menéndez con Ilduara Eriz nacieron: Munio, San Rosendo, Froila, Adosinda y Hermesinda. Esta Adosinda Gutiérrez fue la esposa de Jimeno Díaz, según paso a demostrar seguidamente, replicando así respectuosamente a mi buen amigo Armando de Almeida Fernandes, quien, como ya hemos dejado indicado en la introducción, da por seguro que la esposa de Jimeno fue la Adosinda Gutiérrez, hija de Gutier Osóriz e Ildoncia Menéndez, que enlazó primero con Ramiro II y a la que, después de su repudio por el soberano leonés, aparece nombrada una sola vez en un diploma celanovense como *olim regina*.

II. *JIMENO Y ADOSINDA*

1. LA TESIS DE A. DE ALMEIDA FERNANDES

Si yo no he comprendido mal a mi admirado amigo, toda su tesis tiene como punto básico el citado matrimonio, el cual llevaría consigo unas consecuencias, que podríamos sintetizar así:

a) Jimeno Díaz, que es posible considerar viudo de alguna primera

(103) Cf. supra nota 92, doc. n.° 19.

(104) Así en un escrito, fechado en 4 de octubre de 944 (Cf. mi *Catálogo*, doc. 186).

(105) E. SAEZ: *Sáncho Ordóñez*, pp. 82-86, núm. 4.

y efímera esposa, contrae segundas nupcias hacia el 933 con Adosinda Gutiérrez, esposa repudiada hacia 931 por el rey Ramiro II.

b) Este matrimonio de Jimeno con la *olim regina* tiene unas características singulares, pues todo pasa como si Jimeno viviese solo al sur del Douro, y sola también ella al norte del Miño.

c) Jimeno fue por el mismo tiempo de su enlace con esa Adosinda encargado del gobierno y administración del condado de Coimbra, sucediendo en el puesto tal vez a Gutierre Menéndez.

1.1. *Exposición y razones*

Almeida Fernandes se basa en dos argumentos para rechazar el enlace de Jimeno con la Adosinda hermana de San Rosendo — que todos admitíamos —, que son los siguientes. En primer término, un documento posterior, de 17 de octubre de 964, en que la ahora nombrada hermana de San Rosendo habla de la vila de Castanheira «et ego illa habui incartata cum uiro meo, diue memorie, Ranimirus Menendi, secundum illam habuimus incartata de rex domno Ordonio» ([106]). Por consiguiente, dice Almeida, ya antes del mes de septiembre de 956, en que Ordoño III ya había fallecido, era un hecho el casamiento de los esposos mencionados: «e como é possível, então, admitir o que os autores dizem — isto é, que ela había sido casada, primeiro, com o conde Ximeno Dias?» ([107]). No se olvide, además, que Jimeno estaba casado con una Adosinda homónima hasta el 16 de noviembre de 961 ([108]). Todo esto quiere decir que la citada esposa de Jimeno Díaz fue, con seguridad total, la *olim regina*, que había sido esposa de Ramiro II y que este repudió para efectuar nuevo casamiento. En cuanto a la referida donación de Ordoño III a la otra Adosinda Gutiérrez, conservada en el texto de 964, afirma Almeida Fernandes que no se desprende de ella que Ordoño diera la vila de Castanheira a Ramiro Menéndez y este la dejara luego a la esposa. Pues el texto — dice Almeida — indica claramente que es una donación a ambos, simultaneamente: «illa habui incartata cum uiro meo», dice Adosinda, y luego insiste añadiendo: «secundum illam habuimus incartata de rex domno Ordonio» ([109]).

El otro argumento que Almeida esgrime a favor de su tesis es una donación fechada el 10 de marzo de 961. Se trata de bienes situados en

([106]) DC 88, p. 56.
([107]) *Portugal*, p. 92.
([108]) DC 84, p. 53.
([109]) *Portugal*, pp. 116-117, nota 2 al final.

Vila Cova, cerca de Vizela, no lejos y al nordeste de Guimarães, en el territorio bracarense. Fue la donadora una cierta Adosinda, «exigua ancilla Christi», quien además de dar cuanto le pertenece en ese lugar al monasterio de Guimarães, le cede también la «ration de filia mea Gontina». La carta es suscrita por el obispo Adaulfo y por ocho confesos y tres presbíteros ([110]). El caso es que Almeida Fernandes identifica — a mi juicio, sin razón alguna — a esta Adosinda con Adosinda Gutiérrez, hermana de San Rosendo, a la sazón viuda de Ramiro Menéndez. Pues que no puede ser la homónima lo garantiza el que Jimeno Díaz aparezca aún pocos días después: el 25 de marzo de 961 ([111]) y 12 de noviembre del mismo año ([112]).

Aceptado, como mi amigo quiere, el enlace de Jimeno con la *olim regina* Adosinda, le resulta harto extraño que en tantos documentos del conde Jimeno (cerca de treinta), solamente en dos figure acompañado de Adosinda y «o que é mais, só na Galécia; parecem mais apartados do que outra coisa». Y sin embargo, pese a lo que él indica: «mas tudo indica que não era a norma juntarem-se» ([113]), la explicación del hecho no puede ser más simple.

Por último, como veremos también en seguida, carece de todo fundamento el pensar que el repetido casamiento en el sentido que propone Almeida Fernandes encumbró a Jimeno Diaz hasta el punto de quedar encargado del gobierno y administración de Coimbra, y menos aún que en ella sucedió en tal puesto a Gutier Menéndez.

1.2. *Primera réplica*

El argumento que a Almeida le parece inconmovible, es aquella referencia del 964 en que «Adosinda, prolix Guttier et Ilduara» permuta con Gonzalo Menéndez la «uilla de Castiniaria, secundum illa obtinuit ama Godina et ego illa habui incartata cum uiro meo, diue memorie, Ranimirus Menendi, secundum illa habuimos incartata de rex domno Ordonio» ([114]). En principio, parece indudable que el donador primero fue el rey Ordoño III (951-956), gran protector del monasterio de Guimarães y que, además, hizo la donación conjunta a ambos miembros de dicho matrimonio, según opina Almeida. Pero veamos lo que ocurre con otro documento del 983, que recoge

---

([110]) DC 82, pp. 51-52.
([111]) DC 83, pp. 52-53.
([112]) DC 84, p. 53.
([113]) *Portugal*, p. 35, texto y nota 1, y p. 36.
([114]) Supra nota 106.

la copiosa donación de Gonzalo Menéndez al monasterio de Guimarães, al que entre otras le cede la «uillam de Armiri, que fuit de Guntina, nutricem regis» ([115]). De forma que, según vemos, contra lo que parece indicar el documento primero, se observa claramente que los bienes de Godina o Guntina — es la misma —, ama real, pasaron a los hijos de Mummadomna Díaz: Castanheira, a Ramiro Menéndez; Armil, a Gonzalo Menéndez. Dicha ama regia los poseía en atondo o beneficio de Ramiro II por la crianza de su hijo Ordoño, regresando a la corona con la muerte de la beneficiada, lo que luego posibilitó el poder Ordoño III hacer donación de tales vilas a aquellos dos hijos de Mummadomna.

En resumen, creo que el diploma de 964 no sirve para probar que Adosinda ya estaba casada con Ramiro Menéndez antes del 956. Y ello por dos razones básicas: porque por entonces consta expresamente que con quien estaba casada Adosinda era con Jimeno Díaz, como veremos al final por los textos que editamos; y porque el documento que se esgrime lo único que nos indica es que Ordoño III hizo ciertamente una donación a Ramiro Menéndez, de la misma suerte que hizo otra también a su hermano Gonzalo.

1.3. *Segunda réplica*

Almeida Fernandes trae a colación también una carta de 10 de marzo del 961, en que una cierta «Adosinda... exigua ancilla Christi» da al monasterio de Guimarães su heredad en Vila Cova y la «ratione de filia mea Gontina» ([116]). Ciertamente, Ramiro Menéndez no figura para nada en la escritura, la cual incluso no lo menciona. Almeida cree que ya debía haber muerto por entonces; la última vez que lo encontramos es a comienzos del 959, para desaparecer definitivamente después. Y no puede pensarse que el marido fuese Jimeno Díaz, puesto que éste vive aún en noviembre de 961 ([117]).

Poco tengo qua añadir sobre esta equivocada interpretación. Este diploma, aunque la otorgante se llame Adosinda, nada tiene que ver con las Adosindas que nos ocupan. Era una «exigua ancilla Christi» que dona algo suyo y algo de su hija al monasterio de Guimarães, rodeada de un gran número de religiosos que suscriben la escritura. No tiene nada que ver ni con Ramiro Menéndez — de quien la supone viuda Almeida — ni

---

([115]) DC 138, pp. 84-87.
([116]) DC 82, p. 53.
([117]) DC 84, p. 53.

siquiera con Jimeno Díaz. Gontina, el nombre de la hija por ella nombrada, es absolutamente desconocido entre las hijas de nuestras Adosindas.

Esas características singulares que Almeida cree ver en el matrimonio de Jimeno Díaz con Adosinda Gutiérrez — la *olim regina* repudiada por Ramiro II —, que casi inclinan a pensar en una separación entre ellos, carece de todo valor y encuentra una fácil justificación. Si repasamos los casi treinta documentos en que encontramos a Jimeno Díaz ([118]), es bien sencillo observar dos cosas: *a)* Que salvo en tres escrituras, fechadas en los años 938, 949 y 951 ([119]), no cabía esperar que apareciese el nombre de la mujer; y *b)* Que en todas las restantes Jimeno se limita a confirmar o testificar los diplomas, como solián hacer los demás magnates. Ahora bien, en la carta del 938 arriba citada, que es una donación suya al monasterio de Lorvão, figura él solo ([120]), lo que me permitió suponer en otro lugar que a la sazón aún no se había casado ([121]). Y en las otras dos cartas, del 949 y 951, aparece acompañado por su esposa, y esta esposa es, como comprobaremos en seguida, Adosinda Gutiérrez, la hermana de San Rosendo ([122]).

Finalmente, imaginar a Jimeno Díaz encargado por Ramiro II del gobierno y administración del condado de Coimbra, en cuyo gobierno habría sucedido a Gutier Menéndez, suegro suyo, me parece un mero desborde de la fantasía sin la menor base de apoyo. Ya hemos visto que Gutier Menéndez tuvo acaso — no es segura la interpretación del documento que nos ha conservado la noticia — el gobierno de Refojos de Leça, única mandación que rigió en tierras hoy portuguesas. Todos los demás commissa, comitatus y mandationem los desempeñó en tierras gallegas. Y en cuanto a Jimeno Díaz, yo no sé de donde ha podido salir ese su mando en Coimbra. Porque lo único que sabemos por una noticia posterior es que, en tiempos de Ramiro II «habuerunt comites Scemenus Didaci et Arias Aloitici inter se intencionem pro hominibus habitantibus in comitatu Cornati et Auiancos» ([123]). *Este commisso* de Cornado confinaba por el este con el de Avean-

([118]) Cf. mi estudio sobre *La reina Velasquita?*, pp. 20-23, nota 56. Y añádase los tres más que cito aquí en las notas 123, 127 y 128, lo que da 29 referencias.

([119]) 938, agosto, 6 (DC 47, p. 28); y 949 y 951, que figuran aquí al final, entre los documentos que editamos en su integridad.

([120]) Cit. supra en la nota anterior.

([121]) *La reina Velasquita?*, pp. 22-25.

([122]) Véanse entre los documentos que publicamos al final de este trabajo.

([123]) Noticia contenida en un diploma fechado en 22 de agosto de 1007, por el que Alfonso V confirma en la sentencia dictada en el pleito sobre límites de dichos condados (L. FERREIRO: *História*, II, ap. LXXXIII, pp. 201-203).

cos. Pues bien, según habían convenido en tiempo de Ramiro II los condes Jimeno Díaz y Arias Aloitez, el río Iso, afluente del Ulla, era la línea divisoria de los condados.

Y otras noticias nos dicen también que Jimeno rigió asimismo otras mandaciones, juntamente con dos de sus hijos, en la Galicia norteña, de todo lo cual fue despojado por el rey Ordoño III, como ahora vamos a ver.

2. LO QUE NOS DICEN LOS DOCUMENTOS

Creo que ha quedado demostrado que Jimeno Díaz matrimonió, sin posible duda, con Adosinda Gutiérrez, la hermana de San Rosendo, tal y como pensábamos todos. Y fue después de haber quedado viuda en 961 cuando, según hice ver yo por primera vez, contrajo nuevo matrimonio con Ramiro Menéndez durante algún tiempo, el suficiente para tener de él a la futura reina Velasquita, futura reina de Léon por su matrimonio con Vermudo II. Estos extremos han ocupado ya mi atención en otro viejo trabaja mío sobre Velasquita ([124]), y no es cosa de volver a repetir conceptos que allí quedan expuestos. Porque, además, los documentos disponibles no dejan el menor resquicio a las dudas. Antes, empero, deseo hacer algunas observaciones.

2.1. *Sobre su interpretación*

En mi trabajo ahora citado registro 26 diplomas en que se nombra a Jimeno Díaz ([125]). A esa lista habría que añadir tres más: una noticia del tiempo de Ramiro II (931-951) en que encontramos a Jimeno Díaz sosteniendo un pleito con Arias Aloitez por los habitantes en los condados de Cornado y Aviancos ([126]); un diploma de 19 de mayo de 955, en que se nombra a Jimeno en el texto ([127]); y la suscripción de Jimeno en la carta de 26 de enero de 959 por la que su hermana Mummadomna dota a Guimarães ([128]). En total, son 29 referencias, que van desde el 17 de julio de 923 hasta el 12 de noviembre de 961. De ellas sólo doce se refieren a tierras portuguesas y ocho a la zona de Lorvão.

([124]) *La reina Velasquita?*, pp. 18-38.
([125]) *Ibidem*, pp. 20-23, nota 56.
([126]) Cf. supra nota 123.
([127]) Cf. el último documento publicado al final de este trabajo.
([128]) DC 76, pp. 44-48.

Precisamente apoyándose en dos de estos documentos de Lorvão mi buen amigo Almeida Fernandes cree que Jimeno Díaz «já antes de 940 sería mesmo o conde de Conimbria, pois que exerce autoridade provada na região mais vizinha: 'in presentia domni Exemeni comiti et ordinavit' (DC 42); 'ego Exemenus comes' (DC 47), o que parece não padecer qualquer dúvida». Y concluye: «não perdeu o seu commisso conimbricense até à última notícia que temos dele» ([129]).

El primer documento, fechado en 6 de agosto de 936, recoge el litigio que sostuvieron las vilas de Alcainça y Vila Cova por cuestión de términos ante el conde Jimeno: «Horta fuit contentio inter homines de Alkinitia et de Uilla Coua, et sic peruenerunt in presentia domini Exemeni comiti et ordinauit illius ut ducerent ibidem diuisores, sicuti et duxerunt», terminando con la suscripción de «Exemenus Didaz et comes quos uidi et conf.» ([130]). Es evidente que aquí se trata de lugares habitados por hombres libres y propietarios. Su disputa por los límites de sus respectivos términos y el planteamiento y solución de la misma ante el tribunal del conde parecen comprobar la plena propiedad sobre ellos de los moradores en las vilas pleiteantes y su condición de gentes horras de cualquier grado de dependencia dominical. Y lo colectivo de la acción judicial de los litigantes permite deducir lo comunitario de sus derechos. En suma, se trata aquí de la intervención de un conde, como la de tantas otras que conocemos muy bien.

El otro documento, fechado en 6 de agosto de 938, es una mera donación que Jimeno hace al monasterio de Lorvão y a su abad Mestulio de la bárcena y el puerto en el Mondego que había aprehendido años antes: «Ego Exemenus comes... dono atque concedo uobis domno Mestulius abba uel fratribus tuis mea uarzena que est super ribulo Mondeco et dono uobis ipso porto de illo ribulo cum ambas suas rippas; dono uobis ipsa uarzena et ipso porto ab integro sicut illa prendidi» ([131]). Es un caso interesante que acredita la prolongación en el tiempo de las tareas pobladoras en el Portugal norteño, pero nada más. El presor es ciertamente un conde, pero su misión no lleva naturalmente consigo la adquisición de autoridad alguna sobre las gentes del distrito, como no se la da tampoco su intervención en el pleito sostenido por aquellas dos vilas del documento precedente.

([129]) *Portugal*, p. 33.
([130]) DC 42, p. 26.
([131]) DC 47, p. 28.

En cuanto a su esposa, Adosinda Gutiérrez, hermana de San Rosendo, contamos con siete escrituras, que van desde el 11 de marzo de 934 hasta el 17 de octubre de 964 ([132]). Tres de ellas garantizam que fue ella, precisamente ella — y no su supuesta prima, Adosinda *olim regina* — la esposa de Jimeno Díaz. Armando de Almeida Fernándes comienza confesando que no conoce los documentos gallegos de referencia. «O que deles sei indirectamente parece-me, no entanto, bastar — a não ser que neles se diga que a condessa Ilduara é a mãe de Adosinda, caso em que esta não podería ser a *olim regina*. Mas, se de facto tal se diz, as dificuldades serão tais que *temos de negar a autenticidade desses documentos*» ([133]). Pero poco más adelante, escribe: «A menos que surja prova documental de que a esposa do conde Ximeno era a filha da condessa Ilduara (mas prova que resista a todas as contrariedades extrinsecas e intrinsecas), em nada fica, pois, a-fectada a minha opinião de que essa esposa era a *olim regina*. Parece-me o único modo de resolver a contradição de o conde Ximeno ser vivo e casado (e por bastantes anos aínda) no tempo em que Adosinda Guterres surge casada (en não recente) com Ramiro Mendes, ou mesmo viuva deste» ([134]).

He vuelto a leer con calma mi viejo trabajo sobre la reina Velasquita, ya citado ([135]), y he vuelto a examinar la cuestión planteada por mi buen amigo Almeida Fernandes y resulta que nada substancial tengo que cambiar. Por tanto, y según allí digo, Adosinda Gutièrrez debió nacer alrededor del 920, contraer matrimonio con Jimeno Díaz hacia el 940, quedar viuda

---

([132]) He aquí el registro de las mismas en los documentos coetáneos:

1.º. Interviene en el reparto de los bienes con sus hermanos, celebrado en 11 de marzo de 934 (*Tumbo* de Celanova, fols. 166 r, 2.ª col.-167 v, 1.ª col.).

2.º. Suscribe la copiosa donación de su madre Ilduara a Celanova en 27 de febrero de 938 (Cf. mi *Catálogo*, doc. 259).

3.º. Confirma la consagración por San Rosendo del monasterio de Celanova el 26 de septiembre de 942 (Cf. mi *Catálogo*, doc. 265).

4.º. Interviene con su marido en el documento de 4 de febrero de 949 (Vid. su transcripción íntegra al final).

5.º. Actúa con su marido en 25 de agosto de 951 (Vid. al final su edición).

6.º. Entre 934 y 958 se la nombra en una cláusula incompleta que ha sido interpolada por el copista en el diploma de 23 de diciembre de 927 (E. SAEZ: *Sancho Ordóñez*, pp. 82-86, núm. 4).

7.º. En 17 de octubre de 964 hace una permuta con Gonzalo Menéndez (DC 88, p. 56).

([133]) *Portugal*, p. 105, nota 1.

([134]) *Ibidem*, p. 108.

([135]) *¿La reina Velasquita?*, passim.

en 961, a los cuarenta años de edad, enlazar de nuevo con Ramiro Menéndez inmediatamente después, enviudar por segunda vez, cuando sólo contaba cuarenta y cuatro años, y morir, finalmente, en una fecha que no podemos precisar, pero que ya sabemos tuvo que ser posterior siempre al 964 (136).

En cuanto a Jimeno, que figura desde el 923, en que no debía contar menos de 20 años, podemos aceptar que murió de 59 a fines del 961 o muy a principos del 962; ya no debía ser muy joven cuando contrajo matrimonio con Adosinda, que, en cambio, sería una adolescente en esa fecha, es decir en el año 940 (137).

2.2. *Los textos esenciales*

Son los tres siguientes que transcribimus integramente al final de este estudio. Aunque no pueden ser más expresivos en el sentido de la tesis tradicional, quiero glosar, empero, aquellas frases más significativas y esclarecedoras en dicho sentido.

2.2.1. 949, febrero, 4. Es una permuta que Jimeno Díaz y su mujer Adosinda hicieron con el hermano de ella, San Rosendo. «Ego Scemenus et uxori mee Adosinde uobis iermano nostro et pontifice nostro Rudesindo episcopo». Que Adosinda llame «hermano» a San Rosendo, como lo era realmente, parece enteramente natural. Pero Almeida Fernandes, fiel a su tesis, supone que aquí quiere decir «primo hermano» (138), lo que sería caso único en la documentación de la época. Pero sigamos. Jimeno y Adosinda le conceden a San Rosendo la «uilla de Sancta Eolalia in ripa ribusculi Sorice, prope uestrum monasterium Cellenovensis, quod nouis euenit in diuisione per colmellum (...) sicut et obtinuit domina et genitricem nostram, diue memorie, domna Ilduara». Y aquí nos encontramos con dos cosas: el que la vila de Santa Baia, junto al río Sorga, le correspondió a Adosinda en el «colmellum diuisionis de ille episcopo Rudesindo cum suos iermanos», en que entró también la madre Ilduara, datado en 11 de marzo de 934 (139); y la segunda y principal, que la madre de Adosinda se llamaba Ilduara, lo que elimina toda duda sobre la filiación de la hija.

(136) *¿La reina Velasquita?*, pp. 25-26.
(137) *¿La reina Velasquita?*, pp. 20-23.
(138) *Portugal*, p. 35, nota 1.
(139) *Tumbo* de Celanova, fols. 166 r.-167 v.

2.2.2. 951, agosto, 25. Se trata de una copiosa donación que Jimeno Díaz y su mujer Adosinda Gutiérrez, cuñado y hermana de San Rosendo, hacen a éste y al monasterio de Celanova. Entre los bienes donados se cita: «in terra de foris, III[a] integra de uilla de Peso, que inter nostros germanos in colmello accepimus; in Bergito, Uilla Sicca; item, Mondego uergente in mare, duas quintas integras de uilla Quiagios, unam nostram et aliam que commutata accepimus a nostro germano domno episcopo pro nostra ratione in Cordouario, in Asturias». Ahora bien, en el citado *colmellum* entre los hermanos nos encontramos con que a Adosinda le correspondió la vila de Peso, junto a Zamora, Villaseca en el Bierzo, la quinta parte de Quiajos, en el surburbio de Coimbra, y también la vila de Cordovero, en Asturias. En fin, los otorgantes es: «Scemenus, Didaci et Onnice prolis, hanc seriem testamenti dextera mea confirmo. Adosinda, Guttiherrici et Ylduare prolis, hunc testamentum a me confirmatum manu mea».

2.2.3. 955, mayo, 19. Es una concesión de Ordoño III al obispo San Rosendo «ad imperandum et potius ad tuendum omnem mandationem genitoris uestri, diue memorie, Guttiherri Menendiz, de Geurres usque in Rivo Calido, tam quod obtinuit de ipsa mandatione tius noster, *cognatus uester* Scemenus Didaci». Naturalmente, sólo si Jimeno Díaz era esposo de Adosinda Gutiérrez, hermana de San Rosendo, podía ser llamado por Ordoño III tío suyo, precisamente porque era cuñado de San Rosendo. Porque el término «cognatus» era muy bien conocido por los escribas medievales y le daban el sentido preciso que hoy le otorgamos.

Como consecuencia, no puede ponerse en dudas la identificación de la esposa de Jimeno Díaz con la Adosinda Gutièrrez, hermana de San Rosendo. Y como luego ella misma nos dice que volvió a enlazar con Ramiro Menéndez, hay que aceptar igualmente este segundo matrimonio (140), del cual hubo de nacer la reina Velasquita de León.

---

(140) Remito a mi artículo *¿La Reina Velasquita?*

DOCUMENTOS

1

949, febrero, 4.

Jimeno Díaz y su mujer Adosinda cambian a su hermano el obispo San Rosendo la vila de Santa Baia, junto al río Sorga, por la cuarta parte de la de Castrelo, en el Salnés, y de la de Ambía.

B. Copia del siglo XII-XIII: *Tumbo* de Celanova, fol. 133 r, 1.ª y 2.ª cols.; Libro Segundo, sin n.º.

In Dei nomine. Ego Scemenus et uxori mee Adosinde uobis iermano nostro et pontifici nostro Rudesindo episcopo, in Domino Deo eternam salutem. Placuit nobis, bone pacis uolumtas, ut commutassemus inter nos uillas, sicut et contramutauimus, et uobis placitum adque congruuum (*sic*) extat animus, ut contramutemus eas. Ob inde, nos iam prefati Scemenus et Adosinda concedimus uobis uilla de Sancta Eolalia in ripa ribusculi Sorice, prope uestrum monasterium Cellenouensis, quod nobis euenit in diu'sione per colmellum, cum domos hedi[fi]ciis[a] domorum, cubas, cupos, cathedras, lectos, uasa ligna, uel omne utensilia de uilla, terras cultas et inruptas, uineas, pumares et cuncta arbuscula de diuersis pommis gignentes, pratis, pascuis, paludibus cum eductibus suis et cum omne accessu et regressu, per suos terminos et suis adiacentiis, sicut ea obtinuit domina et genitricem nostram, diue memorie, domna Ilduara. Et acepimus ad uobis, supra memorato iermano et pontifici nostro, quarta ratione pro id in uilla de Castellum in Saliense, quod uobis concessit communis tia bone memorie domna Gunterotis per suas scripturas, el alia uilla quod nuncupant Ambia. Ambas ipsas uillas cum domos, uineas, pumares, terras, cum adiacentiis et suis prestationibus[b] infra suos terminos. Ita ut unus ab alios[c] quod scriptura conmutationis acceperit, possideat feliciter uobis et nobis maneat inreuocabiter. Siquis sane[d], quod fieri minime credimus, aliquis ex parte nostra inrumpere uoluerit hanc scriptura commutationis que nos uindicare non ualuerimus, tunc infra (*sic*) uel inferamus (*2.ª col.*) pars nostra, partique uestre, ipsa uilla duplata. Facta scriptura commutationis quos est II° nonas februarii, in era DCCCCLXXXVII[a]. Scemenus in hanc scriptura conmu[ta]tionis[e] a me facta manu mea roboraui (*Signum*). Adosinda in hanc scriptura conmutationis a me facta manu mea roboraui (*Signum*). Froila diaconus Aloitus. Gundesindus Afrigani testis. Oduarius, diaconus. Aloitus Ariulfiz. Pexpi Pedon testis. Honorigus, presbiter. Gundesaluus Menendiz. Nausti, abba. Rudericus, presbiter. Pantinus, abba. Didacus Munioni conf. Ueremudus Siloni. Leouegildus, presbiter, conuersus. Senior, conuersus, testis. Guttier Nuniz. Aloitus, conuersus. Ariulfus, diaconus et conuersus, testis. Receusindus, conuersus, testis.

a. El ms. *hediciis.* — *b.* La primera *s* de *prestationibus* está sobre renglón. — *c.* La *s* final de *alios* está sobre renglón. — *d.* La *e* de *sane* está sobre renglón. — *e.* En el ms. *conmutionis.*

2

951, agosto, 25.

Jimeno Díaz y su mujer Adosinda Gutiérrez, cuñado y hermana de San Rosendo, hacen una copiosa donación a éste y al monasterio de Celanova.

C. Copia del siglo XI en perg. de 400 × 800 mm.: AHN., Celanova, Carpeta 1.430, n.º 16. — *C.* Copia del siglo XII-XIII: *Tumbo* de Celanova, fol. 8 r y v.; Libro Primero, n.º 7, con data de año 950.

Pub.: Serrano y Sanz: *Documentos del Cartulario*, n.º II, pp. 266-270, fechándolo equivocadamente en 914.

(*Christus*). [D]onauit Deus Pater tibi Domino nostro Ihesu Christo nomen quod est super omne nomen, in quo nomine omne genuflectitur celestium, terrestrium et infernorum; qui Patri et Spiritu Sancto equalis unus celestis omnipotens uocaris eternus et sanctus; quem angeli Dominum adorant celestis de regentem, et excelse uirtutes excelsa conlaudant uoce beati; qui nouo micantique lumine cunctas irradias quottidie sub sole tenebras, et cum est uera Patris sapientia inuisibilis cuncta sapienter inuisibilterque hordinas, gubernas et regis ad tantam tue magnitudinis laudem. Nos indigni famuli tui Scemenus et Adosinda, pedibus tue pietatis desiderio et prece rogantes ad te nos tota mente conuertese libet ut prius quam cinis in cinere ueloci fine cedamur, tantum in melius tua pietas redeuet quantum nos cernis nugis noxia manera addictos. Inde petimus Domine ad te extentis oculis lacrimarum fonte repletis, petentes iterum iterumque rogantes ut parcas Domine, parcas tanto uulnere fessis qui noster es[t] * plasmator et auctor, ut dum apparueris tempore iudicii iustior, eminentior et excelsior cunctis, non quod puniamur inuenias, sed inde saluari mereamur repperias, illuc tecum pergentes ubi etherea turba te sine fine ter sanctum Dominum perhenni ingeminant laude ut adsequi ualeat animus quod scienter exobtat et nostrum hoc uelle et tuum in nos perficere ad te expectamus Omnipotens. In ipso tuo magnificum nomine, uerum etiam in laude apostolorum, martirumque tuorum, necnon et in memoria sacerdotis tui Martini beati, in quorum nomen est monasterium hedificatum atque uocatum Cellanoua, ubi et presulatum ad saluandas animas obtinent duo famuli Christi, Rudesindus episcopus et Frankila abbas, placuit nobis ut de paupertacula nostra, pro remedio animabus nostris, conferremus in ipsi loco seruis Dei unde eis sit temporale subsidium et nobis in conspectu diuinitatis premium inconuulsum, id est, offerimus in ipso loco tibi Domino et seruientibus nomen tuo: In territorio Limie, uilla Congusto cum domos ab integro uel cum omnibus adiunctionibus suis in Uanate uel in omnibus giro, siue et omnia que eminus (*sic*) de Furacasas; in suburbio Colimbrie, medietatem de uilla Anza, integra ipsa medietas cum suo molino que annis singulis exsoluet molinus ipse frumenti modios Xva, hordei similiter Xva, simulque milio modios Xva, qui sub uno sunt modii numero centum XX; in campo de Mondego, uilla Arcoanio integra, extra quinionem quod dedimus fratibus de Uaccariza; in arraualde de ciuitate Colimbria, corte cum domos et intrinsecus, siue uineas quas eminus (*sic*) de iudeis in Quires, uel alias uineas quas ibidem habemus ganatas et comparatas; item in ipso arraualde, in flumine Mondego, IIIIta integra de azenia quam ibidem laboramus cum nostros parzarios; in terra de foris, IIIIa integra de uilla de Peso, que inter nostros germanos in colmello accepimus; in Bergito, Uilla Sicca; item, Mon-

dego uergentes in mare, duas quintas integras de uilla Quiagios, unam nostram, et aliam que commutata accepimus a nostro germano domno episcopo por nostra ratione in Cordouario, in Asturias; in suburbio Colimbrie, medietatem de uilla Abzequines per terminos, cum domus et eius prestantie. Illam autem uoluntatem et uotum commendamus tibi patri et domno Rudesindo episcopo et fratribus Cellenoue quod subter scriptura commemorat. Concedimus uobis atque testamus in territorio Salienes uilla Castello, quantum ibidem obtinuerunt genitores nostri, cum Sarantelios, siue et quarta communis tie nostre domna Gunterodis, qualiter hedeficetis ibidem monasterium fratrum in suo capite sub regimine uestro; et damus ibidem ad deseruiendo ibi in Salienes Uilla Regis media et Luuiro integra, cum dominibus et eorumdem prestationibus uniuersis; similimodo commendamus et contestamus in Tibros uilla Sanctum Felice, ut ea de ipsis modo possideant fratres in suo caput sub regimine uestro, et damus ibidem ad deseruiendo [b] omnes suas adiunctiones et Cobanello; in Caldellas, uilla Castrello cum suis adiunctionibus uel quantum nos competet in Basilisco: istas uillas de Salienes et Tibros ubi decernimus monasteria esse. Si, quod absit, uos domne episcope post obitum nostrum non obuiaueritis istud complere, sit illi commenditum adimplendi uotum nostrum quod dicimus, qui iuste cum fratribus suis rexerit Cellam Nouam. Interdicimus ipsa loca (*8 v.*) de alia monasteria populare, nisi de Cellanoua, cui nos uiuentes et morientes ut pro nobis Domino supplicent deprecamus. Aliut insuper uobis patri et pontifici sancto commendamus ut si nobis euenerit mors ut non obuiemus seruos nostros ingenuara, maneat uobis licitum ad uicem persone nostre ingenuandi illos, et dandi eis in peculiare: in Bubalo, Parata; in caput Limie, Uillare et Codessesa cum suis adiunctionibus quod nos competet, in Anegia, uilla de Pegias et uilla de Laurosa, cum omne integritate per terminos; de illa parte Durio, Uilla Plana; in Uelaria, uillas de Radicoso, secundum eas obtnuit genitor noster, diue memorie, domnnus Didacus, concedimus eis, et Peraria cum suas adiunctiones precipientes precipimus eis. Adhuc aliut [dicto] [c] regi et omne concilio insinuamus atque commendamus eo quod est nobis uoluntas animi dare propinquis nostris partem de hereditate nostra extra quod Deo et seruis suis concedimus; hoc eis facimus et concedimus et cuncta que monasteriis sanctis in isto loco Cellanoua testamus adiutores et defensores in ipsa hereditate post sanctorum existant ubi ea contestamus. Quod si de ipsa hereditate quam dicimus defensores existere uoluerint, aut quod est infelitius disturbare quiuerint scripturas ipsas nullam habeant firmitatem quod de nostro nomine factus monstrauerint, et insuper anathemati et confusi descendant in infernum uiuentes, et parient tantum quantum aufferre conauerint ut eis lex canonica ordinauerit. Adhuc maiora et nobis inexcusabile uobis fratribus Cellenoue iniungimus, et per Deum ut impleatis monimus et testamus, quod ubi nos debitum mortis repperit et a seculo migrauerimus, cum omni caritate in hoc monasterio corpora nostra defferatis atque seppelliatis, et pro animabus nostris Deum omnino rogetis ut ea que de uobis speramus aput Dominum promereri uestra prece et nostro labore adipiscamus ut confidimus. Agentes agimus uniuersa que dicit supra taxata series sub ea tamen ratione posita atque statuta ut omnia iuri nostro maneat de uita usque ad obitum nostrum aut usque dum nobis uoluntas fuerit dandi illut et adsignandi si noster nobis animus consenserit. Ita dum taxat post obitum nostrum omnia superius comprehensa in iure Dei et predicti monasterii maneant omnia confirmata et in nomine Domini a seruis Dei possessa atque distributa. Quicumque autem regia potestas seu quislebet homo extraneus, propinquis sue, superior aut inferior persona, hunc factum nostrum infrin-

gere immutare aut qualibet comento uiolare temptauerit, in primis yatus illum terre confusus et excomunicatus obsorbeat, cunctis penis orribilior illum conterat pena, et picea sulfurea igneaque excipiatur tortura illo loco detemptus ubi misericordia queritur et non inuenitur, ubi amara mors mortis succedit que debetur Iude, Domini traditore, et diabolo et angelis suis; et insuper temporali addictus censura exsoluat regie potestatis auri talentum, et conponat confusus dupliciter quantum infringit audacter. Facta series testamenti die VIII° kalendas septembris, era DCCCC.LXXXVIII, anno primo domno Ordonio principe in sede Legionense. Scemenus, Didaci et Onnice prolis, hanc seriem testamenti dextera mea confirmo [d] (*Signum*). Adosinda, Gutiherrici et Ylduare prolis, hunc testamentum a me [e] confirmatum manu mea (*Signum*).

(*Christus*). Hordonius, prolis domni Adefonsi regis (*Monograma*).

(*1.ª columna*): Sub Christi nomine, Dulcidius episcopus. Sub Christi nomine, Hornatos episcopus. Sub Christi nomine, Didacus episcopus. Sub Christi nomine, Arias episcopus. Sub Christi nomine, Sisnandus episcopus.

(*2.ª columna*): Santius princeps confirmans (*Signum*). Hordonius, sereníssimus princeps, confirmans (*Signum*). Nepotianus Menendez (*Signum*). Hordonius Adefonsiz (*Monograma*).

(*3.ª columna*): Zanitus Gudesteiz testis. Sarracinus Adaulfici testis. Fortis, presbiter, testis. Gudinus Guntinici testis. Nunus Uermudiz (*Signum*). Suarius Sandiniz (*Signum*). Munius Uimarediz (*Signum*). Vimaredus Nuniuz (*Signum*). Gundesindus Didaci (*Signum*).

a. En el ms. *es.* — *b.* La sílaba *de* de *deseruiendo* está sobre renglón. — *c.* En el ms. *Deo*, por descuido en la abreviación. — *d.* En el ms. *conf. confirmo* y borrado *conf.* — *e.* En el ms. *ma a me.*

3

955, mayo, 19.

Ordoño III concede al obispo San Rosendo, «ad imperandum», todos los territorios que había tenido su padre Gutier Menéndez, de Valdeorras hasta Riocaldo, tanto los que obtuvo Jimeno Díaz como los que poseyron los sobrinos del obispo, Gonzalo y Vermudo.

B. Copia del siglo XII-XIII: *Tumbo* de Celanova, fol. 22 v.; Libro Primeiro, n.° 54. — *C.* Copia del siglo XVIII (1763): BN., Mss., códice 18.387, fol. 266 v., según *B.*

Pub.: Flórez: *España Sagrada*, XVIII, ap. XVI, pp. 331-332.

(*Christus*). [H]ordonius rex uobis patri domno Rudesindo episcopo, salutem in Domino. Per huius nostre preceptionis serenissima iussionem, damus atque concedimus uobis ad imperandum et potius ad tuendum omnem mandationem genitoris uestri, diue memorie, Guttiherri Menendiz, de Geurres usque in Riuo Calido, tam quod obtinuit de ipsa mandatione tius noster, cognatus uester Scemenus Didaci, quomodo et que suprini uestri nequiter nominati Gundisaluus et Ueremudus [a] abuerunt, que pro eorum facinus et execrabili infidelitate caruerunt. Set etiam adicimus paternitati uestre hereditatem ipsorum sceleratorum quanta de parentes uestros eos conpe-

tebat in omni regno nostro, faciendi de ea quid uestra decernerit promptior uoluntas. Illito adhuc notabiliter concedimus quod uos de uestra mandatione dederatis ad Canis filium et Magniti Ueremudum, Bollanio, Paramo medio et Paratella, ad Rodericum Lampazas et Laetera cum Currus et Neura. Tam istud quod adicimus quam et que per nostros comissorios uos dudum obtinuistis, cuncta sint uobis a nobis regenda et nostris utilitatibus de omnia regali debita persoluenda perhenniter sanctione firmata, ipsa supra taxata hereditas uobis sit concessa et omne ipsa mandatione usque ad mare uobis ex nostro nutu submittimus regere et promissionem quam uobis per numine Trinitatis et pro id et pro caritate uestra statuimus inreuocabiliter et inmutabiliter permanere Deo auxiliante firmamus. Neminem uero ordinamus nec permittimus qui uobis ibidem faciat disturbationem uel inmodice. Notus die XIIII° kalendas iunii, era DCCCC.X^{v}.III^{ab}.

(*Christus*). Hordonius (*Monograma*).

(*1.ª columna*): Sub Christi nomine, Gundisaluus episcopus conf. Sub Christi nomine. Sisnandus episcopus conf. Fernandus Assuriz testis. Pelagius Gundisaluiz testis.

(*2.ª columna*): Lucidus testis. Guttiherre testis. Piniolus testis. Menendus testis. Oueccus testis. Rodericus testis.

(*3.ª columna*): Froila testis. Sedigis testis. Froyla testis. Godesteo testis. Vimara testis.

(*4.ª columna*): Ouecco testis. Rapinatus testis. (*Signum*).

Menzius, presbiter et nxs, scribsit et pro testis (*Signum*).

a. La *U* de *Ueremudus* está sobre renglón. — *b*. En el *Tumbo* la X^{v} está escrita sobre raído. El copista omitió sin duda una L al escribir la era.

FUENTES Y BIBLIOGRAFIA

ABEN ADHARI: *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée Al-Bayano'l-Mogrib.* Traduite et annotée par E. Fagnan. Tome II. (Alger, 1904). = *Al-Bayano.*

ALMEIDA FERNANDES, Armando de: *Do Porto veio Portugal (séc. V-XII).* (Porto, 1965). = *Do Porto.*

— *Notas às origens portugalenses, (séc. V-XII).* (Porto, 1968). = *Notas às origens.*

Território e Política Portugalenses (sécs. VI-XII). (Porto, 1972). = *Território e política.*

— *Portugal no Período Vimaranense (868-1128).* (Guimarães, 1978). = *Portugal.*

Archivo Abreviado de San Martín Pinario (Siglo XVII).

Archivo Catedral de León.

Archivo de la Biblioteca del Seminario de Santiago, ms. 67.

BARRAU-DIHIGO, Louis: *Étude sur les actes des rois asturiens (718-910),* «Revue Hispanique», XLVI (1919), pp. 1-192. = *Étude.*

— *Recherches sur l'histoire politique du royaume asturien (718-910),* «Revue Hispanique», LII (1921), pp. 1-360. = *Recherches.*

Biblioteca Nacional. Sección de Manuscritos = BN., Mss.

COTARELO VALLEDOR, Armando: *Matrimonios de Ramiro I de Asturias.* «Asociación Española para el progreso de las Ciencias», VIII (Madrid, 1922), pp. 105 y ss. = *Matrimonios de Ramiro I.*

— *Historia crítica y documentada de la vida y acciones de Alfonso III el Magno, último rey de Asturias* (Madrid, 1933). = *Alfonso III.*

DA COSTA, Avelino de Jesús: *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae.* Tomo I (Braga, 1965). = *Liber Fidei.*

DAVID, Pierre: *Les Saints Patrons d'églises entre Minho et Mondego jusqu'à la fin du XI^e siècle,* «Revista Portuguesa de História», II (1943), pp. 221-254. = *Les Saints Patrons.*

— *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle.* (Coimbra, 1947). = *Études historiques.*

— *Vama et Guimarães,* «Revista Portuguesa de História», III (1947), pp. 189-195. = *Vama et Guimarães.*

DURO PEÑA, Emilio: *El monasterio de San Esteban de Ribas de Sil* (Orense, 1977). = *Ribas de Sil.*

FLÓREZ, Fr. Henrique: *España Sagrada,* XIV (Madrid, 1758) y XVIII (Madrid, 1764). = *Esp. Sagr.*

FLORIANO CUMBREÑO, Antonio C.: *Diplomática española del período astur.* Tomo II (Oviedo, 1951). = *Diplomática.*

GARCIA ALVAREZ, Manuel-Rubén: *Ilduara Eríz, madre de San Rosendo,* «Boletín Comisión de Monumentos de Lugo», VI (1958-1969), pp. 217-232. = *Ilduara Eríz.*

— *La reina Velasquita, nieta de Muniadomna Díaz?* Separata do volume LXX da «Revista de Guimarães» (Guimarães, 1960). = *La reina Velasquita?*

— *Catálogo de documentos reales de la alta Edad Media referentes a Galicia,* «Compostellanum», VIII, 4 (1963), pp. 213-274, y IX, 4 (1964), pp. 277-315. = *Catálogo.*

— *Sobre la cronología y autenticidad de la documentación asturleonesa de la Cate-*

dral de Oviedo, «Boletín del Instituto de Estudios Asturianos», XVII (1963), pp. 146-180. = *Sobre la cronología.*

— *Ordoño Adefonsiz, rey de Galicia de 910 a 914,* «Cuadernos de Estudios Gallegos», XXI (1966), pp. 217-248. = *Ordoño Adefonsiz.*

— *El gallego Ordoño III, rey de León,* «Cuadernos de Estudios Gallegos», XXII (1967), pp. 281-335. = *Ordoño III.*

GARCIA LARRAGUETA, Santos: — *Colección de Documentos de la Catedral de Ovedo* (Oviedo, 1962). = *Colección.*

GOMEZ MORENO, Manuel: *Las primeras crónicas de la Reconquista: el ciclo de Alfonso III,* «Boletín de la Academia de la Historia», C (1932), pp. 562-636). = *Las primeras crónicas.*

GUALLART, Julieta: *Algunos documentos de immunidad de tierra de León,* «Cuadernos de Historia de España», III (1945), pp. 168-185. = *Documentos.*

LÓPEZ FERREIRO, Antonio: *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela.* II (Santiago, 1899).= *Historia.*

MERÊA, Manoel Paulo: *Sôbre as origens do executor testamentario.* Separata de los «Anais da Academia Portuguesa da História», II (1941). = *Sôbre as origens.*

— *De «Portucale» (civitas) ao Portugal de D. Henrique.* (Porto, 1967). = *De «Portucale».*

OLIVEIRA, Miguel de: *Os Territórios Diocesanos,* «Lusitania Sacra», I (Lisboa, 1905), pp. 45 a 50. — *Os Territórios Diocesanos.*

PÉREZ DE URBEL, Fray Justo: *Historia del condado de Castilla.* Tres volúmenes. (Madrid, 1945). = *Historia.*

— *Jimenos y Velas en Portugal.* Separata de la «Revista Portuguesa de História», V (Coimbra, 1951). = *Jimenos y Velas.*

— *Sampiro, su crónica y la monarquía leonesa en el siglo X* (Madrid, 1952). = *Sampiro.*

Portugaliae Monumenta Histórica... Scriptores (Lisboa, 1856). = *PMH., Scriptores.*

— *Diplomata et Chartae.* I. (Lisboa, 1867). = DC.

QUINTANA PRIETO, Augusto: *El privilegio de Ordoño II a San Pedro de Montes,* «Archivos Leoneses», XI (1957), pp. 77-134. = *El privilegio.*

— *La «tiranía» de Bermudo, el ciego, en Astorga,* «Archivos Leoneses», XXI (1967), pp. 111-144. = *La «tiranía».*

RISCO, Fr. Manuel: *España Sagrada,* XXXIV (Madrid, 1784. = *Esp. Sagr.*

RODRIGUEZ, Justiniano: *Ramiro II, rey de León* (Madrid, 1972). = *Ramiro II.*

SAEZ SANCHEZ, Emilio: *El monasterio de Santa María de Ribeira,* «Hispania», IV (1944), pp. 3-27 y 163-210. = *El monasterio.*

— Reseña de la obra de Manoel Paulo Merêa: *De «Portucale» (civitas) ao Portugal de D. Henrique* (Porto, 1944), en «Anuario de Historia del Derecho Español», XVII (1946), pp. 1054-1060.

— *Sobre la filiación de Ordoño IV,* «Cuadernos de Estudios Gallegos», fasc. VII pp. 363-375. = *Sobre la filiación.*

— *Ramiro II, rey de «Portugal» de 926 a 930,* «Revista Portuguesa de História», III (1947), pp. 271-290. = *Ramiro II.*

— *Los ascendientes de San Rosendo* (Madrid, 1948). = *Los ascendientes.*

— *Notas y documentos sobre Sancho Ordóñez, rey de Galicia,* «Cuadernos de Historia de España», XI (1949), pp. 25-104. = *Sancho Ordóñez.*

SANCHEZ ALBORNOZ, Claudio: *Ruina y extinción del municipio romano en España e instituciones que le reemplazan.* (Buenos Aires, 1943). = *Ruina.*

— *Serie de documentos inéditos del reino de Asturias,* «Cuadernos de Historia de España», I-II (1944), pp. 298-351. = *Serie de documentos.*

— *Una ciudad hispano-cristiana hace un milenio. Estampas de la vida en León.* 4.ª ed. (Buenos Aires, 1947). = *Estampas.*

— *La campaña de la Morcuera,* «Anales de Historia Antigua y Medieval» (Buenos Aires, 1948), pp. 5-50. = *La campañna de la Morcuera.*

— *Despoblación y repoblación del valle del Duero.* (Buenos Aires, 1966). = *Repoblación.*

— *El ejército y la guerra en el reino asturleonés 718-1037,* «Settimane di studio del Centro italiano di studi sull'alto medioevo», XV (Spoleto, 1968), pp. 1-136. Reimpreso en «Investigaciones y Documentos sobre las Instituciones Hispanas» (Chile, 1970), pp. 202-286. = *El ejército y la guerra.*

— *Homines mandationis y iuniores,* «Cuadernos de Historia de España», 53-54 (1971), pp. 7-235. = *Homines mandationis.*

— *En torno a los orígenes del feudalismo.* Tomo I, 2.ª ed. (Buenos Aires, 1974) = *En torno a los orígenes.*

— *Orígenes de la nación española. Estudios críticos sobre la historia del reino de Asturias.* Tomo III (Oviedo, 1975). = *El reino de Asturias.*

SOUSA SOARES, Torquato de: *Um testemunho sobre a presúria do bispo Odoário de Lugo no território Bracarense,* «Revista Portuguesa de História», I (1941), pp. 151-160. = *Um testemunho.*

— *O repovoamento do norte de Portugal no século IX,* «Biblos», XVIII, 1.º (1942), pp. 187-208. = *O repovoamento.*

— *A presúria de Portugal (Porto) en 868. Seu significado nacional.* (Porto, 1967). = *A presúria.*

Tumbo de Celanova, en el Archivo Histórico Nacional.

Tumbo de León, en el Archivo Catedral de León.

VIGIL, Ciriaco Miguel: *Asturias monumental, episgráfica y diplomática. Texto.* (Oviedo, 1887). = *Asturias.*

VIGNAU, Vicente: *Cartulario del Monasterio de Eslonza,* publicado por... Primera parte (Madrid, 1885). = *Cartulario de Eslonza.*

Vimaranis Monumenta Histórica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum. Tomo I, 2.ª e. (Guimarães, 1931). = *Vimaranis.*

YEPES, Fray Antonio de: *Coronica general de la Orden de San Benito, Patriarca de Religiosos.* Tomo V (Valladolid, 1615). = *Coronica.*

Itinerário de D. Fernando

1367-1383

Por MARIA TERESA CAMPOS RODRIGUES

O itinerário de D. Fernando que agora se publica esteve mais de dois anos na gaveta. Vicissitudes várias fizeram com que só agora visse letra de forma. Então, ao elaborá-lo, deparou-se-nos um facto que muito nos deu que pensar. Vinha ele pôr em causa a tradicional teoria da Chancelaria Régia não centralizada, acompanhando o monarca em todas as suas deambulações. Chegámos a uma conclusão. Entretanto, Joaquim Veríssimo Serrão publica o Itinerário de D. João II (1) e, vindo ao encontro do que já concluímos, apresenta nova teoria sobre o assunto, com a qual concordamos e a qual podemos elucidativamente ilustrar, reforçando e confirmando a tese daquele historiador.

É do conhecimento geral, desde os bancos do liceu, que na 1.ª guerra de Portugal com Castela (1369), em que se disputava a coroa daquele Reino, D. Fernando se deslocou com suas hostes à Galiza, que se lhe rendeu, facto que levou Henrique II a avançar ao encontro do exército português que, por sua vez, preferiu não enfrentar as forças castelhanas e debandou para a sua terra. O rei fez-se transportar por mar ao Porto, de onde partiu para Coimbra a fim de reorganizar as suas tropas com vista a ir ao encontro de Henrique II que entretanto entrara Minho adentro conquistando Braga e Guimarães e, sem luta, saíra por Trás-os-Montes, tomando ainda Bragança e Miranda. Conhecedor da retirada de Henrique II, D. Fernando apenas se desloca de Coimbra ao Porto. Da Galiza, a maioria dos que acompanhavam o rei português chegam a Portugal vindos por terra.

---

(1) Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. João II*, vol. 1, (*1481-1488*), Lisboa, 1975.

Ora todos estes movimentos se processam entre Junho e Setembro de 1369: Junho, data em que D. Fernando está na Galiza, Setembro, data em que Henrique II sai de Portugal.

Olhemos o Itinerário. Que nos diz ele? Que em Junho e Julho de 1369 a Chancelaria se encontrava em Lisboa; que em Agosto e Setembro desse mesmo ano a Chancelaria se encontrava em Coimbra.

Que concluir?

Uma vez que a ida e permanência de D. Fernando na Galiza é incontestável, pois diversas fontes no-las atestam (2), somos levados inevitavelmente à conclusão de que a Chancelaria Régia por vezes não acompanha o monarca permanecendo, de preferência, num centro urbano de importância enquanto o rei se desloca, no presente caso para uma guerra que decerto não lhe daria assento estável, ou em outros casos a localidades mais ou menos próximas mas onde apenas vai por pouco tempo. Então o monarca, se necessitava emanar qualquer documento, servir-se-ia dos recursos locais.

★

Como fonte única para a elaboração do presente Itinerário utilizaram-se os 4 livros que compõem a Chancelaria de D. Fernando do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (3). Os elementos por eles fornecidos, embora mostrando por vezes incongruências, adaptam-se, de um modo geral, aos sucessos do período e cobrem-no na quase totalidade, ilustrando suficientemente os movimentos do monarca. Outras fontes foram, contudo, consultadas (4), em tentativa de esclarecimento de alguns pontos contro-

---

(2) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Barcelos, Livraria Civilização Editora — Porto, 1966; *Crónica del Rey don Enrique Segundo de Castilla*, pp. 3 e ss., in «Cronicas de los Reyes de Castilla Desde don Alfonso el Sabio, hasta los Catolicos don Fernando y doña Isabel», Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, ed. Atlas, 1953. D. Fernando em Tui, Corunha e Zamora cunha, mesmo, moeda de ouro e prata para pagar as soldadas a seus homens. Ver sobre o assunto A. C. Teixeira de Aragão e Crónica Conimbricense.

(3) Livro 1.º (cópia séc. XV) — 1367-1377;
Livro 2.º (cópia séc. XV) — 1377-1382;
Livro 2.º (original) — 1381-1383;
Livro 4.º (original) — 1371-1378.

(4) Por exemplo: documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa; documentos das «Gavetas» e «Leitura Nova», colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo; documentos publicados por António Caetano de Souza nas *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, ed. org. por M. Lopes de

versos dos dados da Chancelaria, tendo-se, porém, verificado que nenhumas achegas traziam para os explicitar e apenas confirmavam permanências do soberano bem documentadas pela Chancelaria. Optou-se, assim, pela publicação de uma fonte única, exaustivamente trabalhada, excluindo dados prospectados mas não alvo de sistemática investigação (5).

★

Analisemos agora, nas suas linhas gerais, o Itinerário de D. Fernando.

Em 1367, o rei passa, *grosso modo*, a primeira metade do ano em Santarém, repartindo a segunda metade entre Coimbra e Lisboa. Ainda no fim deste ano desce a Évora, permanecendo no Alentejo até Abril de 1368. É curioso assinalar que existem nas Chancelarias inúmeros documentos sem local situados entre Fevereiro e Maio deste último ano. O resto do ano passa-o em Santarém e Lisboa, descendo ao Alentejo (Évora) nos últimos dias do ano e aí permanecendo até Abril de 1369. Em Abril, Maio, Junho e Julho desse ano, a Chancelaria está em Lisboa, mas, como foi dito, Junho e Julho passou-os D. Fernando na campanha da Galiza. Em Agosto e Setembro a Chancelaria desloca-se a Coimbra, mas sabemos, também, que nessa altura o monarca se encontra ausente, preparando-se para dar luta a Henrique II de Castela que entrara em Portugal. Parte de Outubro é ainda passada em Lisboa, acabando-se o ano na região de coimbra. O ano de 1370

Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida Editora, 1947-8; documentos publicados por Salvador Dias Arnaut em *A crise nacional dos fins do século XIV. I — A sucessão de D. Fernando,* Coimbra, 1960; documentos do *Corpvs Codicvm Latinorvm et Portvcalensium*..., Porto, 1891-1912, 1938-52, 1953 ss., 1967 ss.; etc.

(5) Quando publicámos o Itinerário de D. Pedro I utilizámos também, fundamentalmente, a Chancelaria do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Armando Luís Gomes de Carvalho Homem na sua dissertação para licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, *Aspectos da administração portuguesa no reinado de D. Pedro I,* diss. dact., Porto, 1974, depois de ter sistematicamente trabalhado a quase totalidade dos documentos do reinado daquele monarca, apenas acrescenta, em apêndice, ao nosso trabalho, 25 novas datas e locais, concluindo que os novos dados confirmam o itinerário feito com base na Chancelaria.

Cremos que, uma vez que as Chancelarias cubram os anos todos de um reinado e que, dentro desses anos, os doze meses venham mais ou menos documentados, as podemos considerar como base legítima para o estabelecimento de um itinerário. Como o «óptimo é inimigo do bom», julgamos que o tempo que se perderia para esgotar na totalidade os documentos de qualquer reinado não seria nunca compensado por «grandes novidades» que alterassem profundamente os resultados obtidos a partir das Chancelarias.

apresenta-se-nos um tanto confuso através dos dados do itinerário. De um modo geral, pode dizer-se que foi todo passado na região de Santarém, aparecendo-nos, porém, estadias efémeras em Lisboa e documentos cuja datação nos causa certa perplexidade. Assim, estando em Lisboa a 12 de Fevereiro, aparece-nos a 16 em Viseu para de novo se encontrar em Lisboa a 24 daquele mês. Em Março, dois documentos datados do mesmo dia (8), trazem, contudo, os lugares de Lisboa e Randide e, encontrando-se a 13 em Lisboa, aparece-nos a 15 em Estremoz para voltar a Lisboa a 21. Durante o resto do ano movimenta-se na região de Santarém e embora nos apareçam, durante este período de tempo, alguns documentos datados de Lisboa, cremos que este será um dos casos em que a Chancelaria permanece fixa em Santarém, deslocando-se apenas o rei.

1371 reparte-o entre Lisboa, Évora, Santarém e Lisboa (reunem-se Cortes em Julho-Agosto) de onde em Outubro se começa a deslocar para Norte, até à região de Coimbra. Indicamos apenas, pois julgamos ocioso referir em pormenor todos os casos, que mais uma vez durante este ano há provas de que Chancelaria e monarca não andavam obrigatoriamente juntos. Até Abril de 1372 D. Fernando deambula pela região de Coimbra. Inexplicavelmente em Maio desce a Rio Maior, apresentando-se-nos duas cartas datadas de 9, de Lisboa e do Porto. Mais uma vez tudo leva a crer que a Chancelaria estaria no Porto e unicamente o rei se deslocava, visto que, na sequência do Itinerário, D. Fernando continua na região do Porto, onde em Julho reúne Cortes, visitando, mais a Norte, Braga. A descida para o Sul começa em Setembro, não ultrapassando, porém, Leiria, onde se demora, reunindo aí Cortes em Novembro. De novo rumo ao Norte atinge Coimbra, em cuja região permanece até Fevereiro de 1373. Daí parte para Santarém (Cortes em Março) em cuja região estaciona, com fortuitas idas a Lisboa, até fins de Junho. De Julho a Dezembro cremos que tenha deambulado pela região da Grande Lisboa, embora a leitura do Itinerário se mostre confusa. Casos há neste período de tempo que permitem também inferir deslocações do monarca sem Chancelaria. Em Dezembro de 73 ruma Sul até Évora, Vila Viçosa, Portel e Viana, para de novo, em Fevereiro de 1374, subir à região de Santarém. De Julho a Novembro deambula pelo Norte da Estremadura, prolongando a sua estadia na região de Óbidos. A 5 de Dezembro encontra-se já em Évora, visitando o Alto Alentejo até Março de 1375 de onde, depois de uns dias em Lisboa, volta de novo à região de Santarém da qual se afasta em Agosto rumo à região de Óbidos, para vir acabar o ano em Lisboa. Embora a 14 de Agosto de 1375 um documento testemunhe a sua

presença em Atouguia, o desenvolvimento do Itinerário, ainda que confuso, cremos levar a pôr de parte a hipótese de aí se terem reunido Cortes.

1376 é passado na generalidade na região de Santarém, deslocando-se a corte em Setembro para Leiria onde em Novembro se reunem Cortes. Passando por Lisboa, o monarca dirige-se para Coimbra, em cuja região permanece durante todo o ano, visitando, contudo, no entretanto, a Beira Alta. De notar inúmeras faltas de *record* nos dados do Itinerário relativos a este ano. Até Março de 1378 continua por Coimbra e arredores, e mais uma vez a observação atenta do Itinerário confirma a teoria de que rei e Chancelaria não andavam obrigatoriamente juntos. Em Março desce de novo para o Ribatejo onde permanece até fins de Julho. Daí segue para Óbidos, Alenquer e respectivas regiões circunvizinhas até Abril de 1379, dirigindo-se em seguida para Santarém. No Ribatejo, salvo dois meses (Agosto e Setembro) passados em Lisboa, fica até ao fim do ano. No início de 1380 ruma Sul e, com algumas deslocações, fixa-se sobretudo em Évora, Portalegre e Estremoz. Em Agosto encontramos a corte em Torres Novas onde a 30 desse mês se jura, em Cortes, o casamento de D. Beatriz com o filho do rei de Castela. Outubro e Novembro são passados em Coimbra, iniciando-se em Dezembro a marcha para Lisboa onde rei e corte se fixam até princípios de Maio de 1381. Pelos dados do Itinerário, Maio afigura-se um mês confuso e nem a *Crónica* de Fernão Lopes nem outras fontes prospectadas permitiram esclarecê-lo. Junho e Julho passa-os o soberano em Santarém de onde parte para Lisboa aí permanecendo até ao fim do ano. Para 1382 o Itinerário é extremamente confuso. Recorremos à *Crónica* de Fernão Lopes e, com certa aproximação, julgamos ter conseguido dar alguma lógica aos dados da Chancelaria. Assim, diz Fernão Lopes que em princípio de 1382 o rei parte de Santarém para Évora. Esta deslocação, embora com dificuldade, detecta-se no Itinerário. Da *Crónica* conclui-se que em Março, Abril e Maio o soberano se encontrava em Évora. Ora a análise dos dados do Itinerário atesta a presença do monarca em Março em Santarém e permite, com algum esforço, fixá-lo nos meses de Abril e Maio em Évora. Itinerário e *Crónica* concordam quanto à estadia de D. Fernando em Estremoz no mês de Julho, à sua ida a Borba nesse mesmo mês e à sua subsequente estadia em Elvas ainda em Julho. Segundo a *Crónica*, Agosto teria sido também passado naquela vila alentejana, o que não repugna em relação ao Itinerário. E Fernão Lopes nada mais nos diz quanto a 1382. Inclinamo-nos, contudo, para que Setembro e Outubro tenham sido passados na região de Lisboa de onde, em fins de Outubro, parte para a região de Santarém, fixando-se em Novembro, Dezembro de 1382,

Janeiro, Fevereiro e metade de Março de 1383 em Rio Maior. O ano de 1383 é claro. De Rio Maior o rei desloca-se para Santarém e Salvaterra, onde a 2 de Abril se assinala o tratado de casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela. De Junho até ao fim dos seus dias, 22 de Outubro de 1383, reparte o tempo entre Almada e Lisboa.

★

De toda esta grosseira análise algumas conclusões, elas também grosseiras, se impõem. Nos dezasseis anos em que reinou, D. Fernando, embora bastante se tenha deslocado, fê-lo sempre nas mesmas regiões — Lisboa, Santarém, Coimbra, Évora. Ao Minho vai de passagem em 1372, às Beiras de passagem vai em 1377. O Algarve, o Baixo Alentejo e Trás-os-Montes nunca visita. Parece-nos, pois, bem clara a supremacia, quer económica quer demográfica, quer consequentemente de facilidades de comunicação daquelas quatro regiões portuguesas encabeçadas pelos quatro mais importantes centros urbanos de então. E se tivermos em conta a tese que defende a íntima relação das deslocações dos soberanos medievais com a recepção de impostos locais, quer em géneros quem em moeda, também se compreende que o monarca não necessitasse permanentemente de maior diversificação nas suas deslocações, pois aqueles quatro centros urbanos facilmente concentrariam todos os réditos devidos ao rei pela totalidade do reino.

A importância de qualquer Itinerário Régio como ferramenta de trabalho do Historiador é indiscutível. A longa lista de locais e datas onde um soberano permanece ao longo do seu reinado, bem como a possibilidade que tal lista por vezes dá de localizar, por inferência, no espaço e no tempo, o monarca e a sua Chancelaria possibilitam a resolução de inúmeros problemas. É um facto que se consegue datar com precisão; é uma fonte literária, como por exemplo uma Crónica, que se analisa à luz de dados concretos; é a verificação da importância de aglomerados populacionais através dos tempos; é uma achega para o estabelecimento de vias de comunicação; e enfim muito mais. Esperamos, pois, que o presente Itinerário a todos aproveite.

ITINERÁRIO DE D. FERNANDO

1367-1383

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1367	Fevereiro	5	Santarém	Liv. 1, fl. 2
		6	Porto de Mós	Liv. 1, fl. 1
		27	Santarém	Liv. 1, fl. 1
	Março	2	Santarém	Liv. 1, fl. 36; 36v; 37; 38v; 39
		3	Santarém	Liv. 1, fl. 1v-2; 36v; 37; 38
		4	Santarém	Liv. 1, fl. 36v; 37-37v; 38
		6	Santarém	Liv. 1, fl. 2; 36v
		7	Santarém	Liv. 1, fl. 37v
		8	Santarém	Liv. 1, fl. 2-2v; 37
		9	Santarém	Liv. 1, fl. 2v
		10	Santarém	Liv. 1, fl. 37
		11	Santarém	Liv. 1, fl. 2v-3; 3; 37
		12	Santarém	Liv. 1, fl. 37; 39; 39v
		13	Santarém	Liv. 1, fl. 37; 37v
		14	Santarém	Liv. 1, fl. 37; 38v-39
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 37
		16	Santarém	Liv. 1, fl. 37
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 37v; 38v; 39
		22	Santarém	Liv. 1, fl. 37v
		24	Santarém	Liv. 1, fl. 37v
		25	Santarém	Liv. 1, fl. 37v
		26	Santarém	Liv. 1, fl. 37v
		27	Santarém	Liv. 1, fl. 37v
		29	Santarém	Liv. 1, fl. 3v
		30	Santarém	Liv. 1, fl. 37v
	Abril	1	Santarém	Liv. 1, fl. 37v; 38
		2	Santarém	Liv. 1, fl. 37v
		4	Santarém	Liv. 1, fl. 3v-4; 38
		5	Santarém	Liv. 1, fl. 38
		6	Santarém	Liv. 1, fl. 3v; 38; 38v
		8	Santarém	Liv. 1, fl. 5v-6
		8	Torres Vedras	Liv. 1, fl. 4-4v; 14
		9	Santarém	Liv. 1, fl. 38
		11	Santarém	Liv. 1, fl. 38
		12	Santarém	Liv. 1 fl. 38v
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 5; 5v
		17	Santarém	Liv. 1, fl. 38v
		19	Santarém	Liv. 1, fl. 38
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 38
		24	Santarém	Liv. 1, fl. 4v-5

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1367	Abril	25	Santarém	Liv. 1, fl. 6-6v
		26	Santarém	Liv. 1, fl. 38v
		29	Santarém	Liv. 1, fl. 38; 40v
	Maio	2	Santarém	Liv. 1, fl. 38v
		2	Valada	Liv. 1, fl. 6; 13v; 194-194v
		3	Santarém	Liv, 1, fl. 7; 42
		4	Santarém	Liv. 1, fl. 6v-7; 38v; 39v
		5	Santarém	Liv. 1, fl. 38v
		9	Santarém	Liv. 1, fl. 38v
		10	Santarém	Liv. 1, fl. 38v
		13	Santarém	Liv. 1, fl. 7; 18-18v
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 39
		17	Santarém	Liv. 1, fl. 39
		19	Santarém	Liv. 1, fl. 38v; 39
		24	Santarém	Liv. 1, fl. 39
		29	Santarém	Liv. 1, fl. 39; 39v
	Junho	4	Santarém	Liv. 1, fl. 39
		5	Santarém	Liv. 1, fl. 39
		12	Coimbra	Liv. 1, fl. 39
		13	Coimbra	Liv. 1, fl. 39
		14	Coimbra	Liv. 1, fl. 39
		19	Coimbra	Liv. 1, fl. 39v
		21	Coimbra	Liv. 1, fl. 39v
		26	Coimbra	Liv. 1, fl. 39v
		27	Coimbra	Liv. 1, fl. 39v
		29	Coimbra	Liv. 1, fl. 13v
	Julho	5	Coimbra	Liv. 1, fl. 14v; 39v
		12	Coimbra	Liv. 1, fl. 40
		13	Coimbra	Liv. 1, fl. 39v; 41v
		15	Coimbra	Liv. 1, fl. 40
		18	Coimbra	Liv. 1, fl. 40
		21	Tentúgal	Liv. 1, fl. 14v
		24	Coimbra	Liv. 1, fl. 14v-15
		29	Coimbra	Liv. 1, fl. 15-15v
		30	Tentúgal	Liv. 1, fl. 118
1367	Agosto	2	Tentúgal	Liv. 1, fl. 16
		11	Leiria	Liv. 1, fl. 39v
		14	Leiria	Liv. 1, fl. 39v
		15	Leiria	Liv. 1, fl. 15v-16
		24	Óbidos	Liv. 1, fl. 39v
		31	Serra de Atouguia	Liv. 1, fl. 23
	Setembro	10	Atouguia	Liv. 1, fl. 39v
		14	Atouguia	Liv. 1, fl. 17
		15	Atouguia	Liv. 1, fl. 17-17v; 17v

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1367	Outubro	2	Sintra	Liv. 1, fl. 40
		5	Lisboa	Liv. 1, fl. 40
		15	Lisboa	Liv. 1, fl. 40
		23	Lisboa	Liv. 1, fl. 40
		24	Lisboa	Liv. 1, fl. 40
		26	Lisboa	Liv. 1, fl. 21
		29	Lisboa	Liv. 1, fl. 20v
		30	Lisboa	Liv. 1, fl. 21v-22; 22-22v; 22v; 40
	Novembro	1	Lisboa	Liv. 1, fl. 40
		6	Lisboa	Liv. 1, fl. 19v-20v
		13	Sintra	Liv. 1, fl. 40
		17	Salvaterra	Liv. 1, fl. 31
		20	Benavente	Liv. 1, fl. 20v; 21v
	Dezembro	6	Arraiolos	Liv. 1, fl. 18
		15	Vimieiro	Liv. 1, fl. 19
		22	Évora	Liv. 1, fl. 40
		26	Évora	Liv. 1, fl. 18v; 19
		29	Évora	Liv. 1, fl. 18v-19
		30	Évora	Liv. 1, fl. 21-21v
1368	Janeiro	3	Évora	Liv. 1, fl. 40
		4	Évora	Liv. 1, fl. 36
		12	Beja	Liv. 1, fl. 23v
		19	Montemor-o-Novo	Liv. 1, fl. 40-40v
	Fevereiro	1	Santarém	Liv. 1, fl. 40v
		2	Santarém	Liv. 1, fl. 40v
		8	Santarém	Liv. 1, fl. 24
		10	Santarém	Liv. 1, fl. 23-23v
	Março	5	Santarém	Liv. 1, fl. 23v-24
		6	Veiros	Liv. 1, fl. 36
		15	Campo Maior	Liv. 1, fl. 24v-25
		20	Campo Maior	Liv. 1, fl. 24-24v
		21	Elvas	Liv. 1, fl. 40v
		25	Elvas	Liv. 1, fl. 25
		30	Juromenha	Liv. 1, fl. 25-25v
	Abril	29	Lisboa	Liv. 1, fl. 34v-35
	Maio	5	Lisboa	Liv. 1, fl. 26v; 69v
		12	Lisboa	Liv. 1, fl. 28
		16	Lisboa	Liv. 1, fl. 32
		17	Lisboa	Liv. 1, fl. 27; 30
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 27v-28
		23	Lisboa	Liv. 1, fl. 29v
		30	Lisboa	Liv. 1, fl. 28
	Junho	5	Santarém	Liv. 1, fl. 28
		6	Lisboa	Liv. 1, fl. 34
		9	Santarém	Liv. 1, fl. 29; 40v

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1368	Junho	12	Santarém	Liv. 1, fl. 28-28v
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 32
		21	Santarém	Liv. 1, fl. 29
		23	Santarém	Liv. 1, fl. 28v-29
		25	Santarém	Liv. 1, fl. 29
		26	Santarém	Liv. 1, fl. 29
		27	Santarém	Liv. 1, fl. 29; 34
		30	Santarém	Liv. 1, fl. 29v
	Julho	2	Santarém	Liv. 1, fl. 29v
		10	Santarém	Liv. 1, fl. 29v
		10	Lisboa	Liv. 1, fl. 40v-41
		15	Lisboa	Liv. 1, fl. 29v; 32
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 30
		19	Lisboa	Liv. 1, fl. 30
		21	Lisboa	Liv. 1, fl. 30
		27	Lisboa	Liv. 1, fl. 30v
		28	Lisboa	Liv. 1. fl. 32v
		30	Lisboa	Liv. 1, fl. 30
		31	Lisboa	Liv. 1, fl. 30
	Agosto	3	Lisboa	Liv. 1, fl. 31
		8	Lisboa	Liv. 1, fl. 30v-31
		9	Lisboa	Liv. 1, fl. 30v
		10	Lisboa	Liv. 1, fl. 30v
		12	Lisboa	Liv. 1, fl. 30v
		13	Lisboa	Liv. 1, fl. 31
		16	Lisboa	Liv. 1, fl. 31
		17	Lisboa	Liv. 1, fl. 31
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 31
		19	Lisboa	Liv. 1, fl. 31
		20	Lisboa	Liv. 1, fl. 31; 31v
		21	Lisboa	Liv. 1, fl. 31v
		22	Lisboa	Liv. 1, fl. 31v
		25	Lisboa	Liv. 1, fl. 31v
		28	Lisboa	Liv. 1, fl. 31v
		30	Lisboa	Liv. 1, fl. 31v
	Setembro	1	Lisboa	Liv. 1, fl. 31v
		2	Lisboa	Liv. 1, fl. 32v-33
		4	Lisboa	Liv. 1, fl. 31v
		12	Lisboa	Liv. 1, fl. 33v
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 33
		19	Lisboa	Liv. 1, fl. 31v-32
		23	Lisboa	Liv. 1, fl. 32
		24	Lisboa	Liv. 1, fl. 32
		28	Lisboa	Liv. 1, fl. 32
		29	Lisboa	Liv. 1, fl. 32

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1368	Outubro	2	Lisboa	Liv. 1, fl. 32v
		5	Lisboa	Liv. 1, fl. 33-33v
		8	Lisboa	Liv. 1, fl. 33v
		13	Lisboa	Liv. 1, fl. 33v
		15	Lisboa	Liv. 1, fl. 29v-30
		21	Lisboa	Liv. 1, fl. 34
		26	Lisboa	Liv. 1, fl. 33v-34; 40v
	Novembro	8	Santarém	Liv. 1, fl. 34
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 34
		15	Óbidos	Liv. 1, fl. 34
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 34
		28	Santarém	Liv. 1, fl. 34
	Dezembro	20	Évora	Liv. 1, fl. 34v; 35
		27	Évora	Liv. 1, fl. 40
		28	Évora	Liv. 1, fl. 35-35v
		31	Santarém	Liv. 1, fl. 36
1369	Janeiro	2	Évora	Liv. 1, fl. 35v
		3	Évora	Liv. 1, fl. 35v
		12	Évora	Liv. 1, fl. 35v-36
		14	Évora	Liv. 1, fl. 41
		16	Beja	Liv. 1, fl. 36
		19	Évora	Liv. 1, fl. 36
		24	Évora	Liv. 1, fl. 36
	Fevereiro	21	Évora	Liv. 1, fl. 36
		23	Évora	Liv. 1, fl. 36
		25	Évora	Liv. 1, fl. 36
		26	Évora	Liv. 1, fl. 40v
		28	Évora	Liv. 1, fl. 41-41v
	Março	5	Évora	Liv. 1, fl. 40v
		7	Évora	Liv. 1, fl. 40v
		14	Évora	Liv. 1, fl. 40v
		18	Évora	Liv. 1, fl. 40v
	Abril	4	Évora	Liv. 1, fl. 41
		5	Évora	Liv. 1, fl. 41
		9	Évora	Liv. 1, fl. 41; 41v
		10	Évora	Liv. 1, fl. 41v; 41v-42
		11	Évora	Liv. 1, fl. 41v
		23	Lisboa	Liv. 1 fl. 41v
		26	Lisboa	Liv. 1 fl. 41v
		29	Lisboa	Liv. 1, fl. 42
	Maio	1	Lisboa	Liv. 1, fl. 42
		9	Lisboa	Liv. 1, fl. 42
		12	Lisboa	Liv. 1, fl. 42
		20	Lisboa	Liv. 1, fl. 42; 42-42v
		25	Lisboa	Liv. 1, fl. 42

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1369	Maio	29	Lisboa	Liv. 1, fl. 42v
	Junho	3	Lisboa	Liv. 1, fl. 42v; 52v-53
		5	Lisboa	Liv. 1, fl. 42v
		7	Lisboa	Liv. 1, fl. 42v-43; 43
		16	Lisboa	Liv. 1, fl. 43
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 43v
		28	Lisboa	Liv. 1, fl. 43-43v
	Julho	2	Lisboa	Liv. 1, fl. 42v
		14	Lisboa	Liv. 1, fl. 43v
		26	Lisboa	Liv. 1, fl. 43v
		29	Lisboa	Liv. 1, fl. 43v
		31	Lisboa	Liv. 1, fl. 43v
	Agosto	6	Abrantes	Liv. 1, fl. 44
		29	Abrantes	Liv. 1, fl. 43v; 43v-44
	Setembro	10	Coimbra	Liv. 1, fl. 45
		14	Coimbra	Liv. 1, fl. 44v; 45v
		15	Coimbra	Liv. 1, fl. 44; 44v
		16	Coimbra	Liv. 1, fl. 44v
		18	Coimbra	Liv. 1, fl. 45v
		19	Coimbra	Liv. 1, fl. 45; 45v
		20	Coimbra	Liv. 1, fl. 45-45v; 45v; 46; 46v
		21	Coimbra	Liv. 1, fl. 45v-46
		22	Coimbra	Liv. 1 fl. 46-46v
		23	Coimbra	Liv. 1, fl. 46
		24	Coimbra	Liv. 1, fl. 47
	Outubro	1	Lisboa	Liv. 1, fl. 46
		3	Lisboa	Liv. 1, fl. 46v
		5	Lisboa	Liv. 1, fl. 46v
		6	Lisboa	Liv. 1, fl. 46v
		7	Lisboa	Liv. 1, fl. 46v
		10	Lisboa	Liv. 1, fl. 46v
		19	Santarém	Liv. 1, fl. 47
		29	Leiria	Liv. 1, fl. 48
	Novembro	2	Coimbra	Liv. 1, fl. 48
		6	Coimbra	Liv. 1, fl. 47; 47v
		7	Coimbra	Liv. 1, fl. 52v
		9	Coimbra	Liv. 1, fl. 47
		12	Mortágua	Liv. 1, fl. 47-47v
		15	Mortágua	Liv. 1, fl. 47v
		15	Santa Comba Dão	Liv. 1, fl. 47
		17	Santa Comba Dão	Liv. 1, fl. 47v
		26	Santarém	Liv. 1, fl. 48
		28	Viseu	Liv. 1, fl. 47v
	Dezembro	1	Viseu	Liv. 1, fl. 48-48v; 48v
		2	Viseu	Liv. 1, fl. 48v; 49; 55

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1369	Dezembro	5	Santa Comba Dão	Liv. 1, fl. 48v
		8	Coimbra	Liv. 1, fl. 64
		9	Coimbra	Liv. 1, fl. 50
		11	Coimbra	Liv. 1, fl. 48v
		12	Coimbra	Liv. 1, fl. 48v; 49; 49-49v
1370	Janeiro	1	Santarém	Liv. 1, fl. 49v; 55
		3	Santarém	Liv. 1, fl. 54
		5	Santarém	Liv. 1, fl. 49v; 52
		7	Lisboa	Liv. 1, fl. 68v
		13	Santarém	Liv. 1, fl. 55v
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 50-50v; 55v
		16	Santarém	Liv. 1, fl. 50
		19	Santarém	Liv. 1, fl. 52
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 51-51v
		20	Lisboa	Liv. 1, fl. 54v
		21	Santarém	Liv. 1, fl. 50
		23	Santarém	Liv. 1, fl. 50; 53; 61v
		25	Santarém	Liv. 1, fl. 50v; 50v-51; 51v-52
		27	Santarém	Liv. 1, fl. 52
		30	Santarém	Liv. 1, fl. 52
	Fevereiro	4	Santarém	Liv. 1, fl. 52; 61
		7	Lisboa	Liv. 1, fl. 52-52v
		10	Lisboa	Liv. 1, fl. 52v; 54
		12	Lisboa	Liv. 1, fl. 52v
		16	Viseu	Liv. 1, fl. 64v
		24	Lisboa	Liv. 1, fl. 54v
		26	Lisboa	Liv. 1, fl. 53
	Março	2	Lisboa	Liv. 1, fl. 53
		3	Lisboa	Liv. 1, fl. 54
		4	Lisboa	Liv. 1, fl. 53-53v
		6	Lisboa	Liv. 1, fl. 54
		8	Lisboa	Liv. 1, fl. 54
		8	Randide	Liv. 1, fl. 54v
		11	Lisboa	Liv. 1, fl. 54
		12	Lisboa	Liv. 1, fl. 67-67v
		13	Lisboa	Liv. 1, fl. 54
		15	Estremoz	Liv. 1, fl. 54
		21	Lisboa	Liv. 1, fl. 60
		26	Leiria	Liv. 4, fl. 5
		24	Ulmar	Liv. 1, fl. 55
		28	Leiria	Liv. 1, fl. 56
		28	Santarém	Liv. 1, fl. 54
	Abril	2	Baralha	Liv. 1, fl. 55
		2	Golegã	Liv. 1, fl. 55; 68; 72v
		5	Golegã	Liv. 1, fl. 55

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1370	Abril	6	Santarém	Liv. 1, fl. 55v
		8	Santarém	Liv. 1, fl. 55v; 56-56v
		8	Lisboa	Liv. 1, fl. 55v-56
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 55v
		20	Lisboa	Liv. 1, fl. 68v
		21	Lisboa	Liv. 1, fl. 56v-57
		23	Lisboa	Liv. 1, fl. 56
		26	Azambuja	Liv. 1, fl. 68v
	Maio	1	Santarém	Liv. 1, fl. 54-54v
		1	Pontével	Liv. 1, fl. 54v; 57
		3	Santarém	Liv. 1, fl. 57
		4	Santarém	Liv. 1, fl. 57
		6	Santarém	Liv. 1, fl. 57-57v; 58-59; 61v
		7	Santarém	Liv. 1, fl. 57v
		8	Santarém	Liv. 1, fl. 57v-58; 59-59v; 65-65v
		10	Golegã	Liv. 1, fl. 59; 59v-60
		12	Golegã	Liv. 1, fl. 60
		13	Golegã	Liv. 1, fl. 60
		15	Golegã	Liv. 1, fl. 61-61v
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 60
		17	Golegã	Liv. 1, fl. 62v
		18	Golegã	Liv. 1, fl. 60-60v; 65v
		18	Baralha	Liv. 1, fl. 60v-61; 61v
		22	Baralha	Liv. 1, fl. 62v
		27	Golegã	Liv. 1, fl. 61v-62
	Junho	2	Golegã	Liv. 1, fl. 62
		3	Golegã	Liv. 1, fl. 63
		10	Santarém	Liv. 1, fl. 63-63v
		12	Santarém	Liv. 1, fl. 63
		14	Santarém	Liv. 1, fl. 63
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 63
		16	Santarém	Liv. 1, fl. 66-66v
		18	Santarém	Liv. 1 fl. 63v-64
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 54v
		19	Santarém	Liv. 1, fl. 64
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 63v
		21	Santarém	Liv. 1, fl. 64
		23	Santarém	Liv. 1, fl. 64
		24	Santarém	Liv. 1, fl. 64v
	Julho	1	Santarém	Liv. 1, fl. 64-64v
		3	Santarém	Liv. 1, fl. 64v-65; 65; 65v; 67
		4	Santarém	Liv. 1, fl. 65v-66
		5	Santarém	Liv. 1, fl. 65
		9	Santarém	Liv. 1, fl. 66v-67
		12	Santarém	Liv. 1, fl. 67

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1370	Julho	18	Santarém	Liv. 1, fl. 67
		26	Lisboa	Liv. 1, fl. 67
	Agosto	3	Santarém	Liv. 1, fl. 68
		7	Santarém	Liv. 1, fl. 67v-68; 68
		9	Santarém	Liv. 1, fl. 68
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 68
		30	Olho Marinho	Liv. 1, fl. 68-68v
	Outubro	28	Santarém	Liv. 1, fl. 69v
1371	Janeiro	1	Lisboa	Liv. 1, fl. 68v; 78v-79
		4	Lisboa	Liv. 1, fl. 72v
		5	Lisboa	Liv. 1, fl. 68v
		8	Lisboa	Liv. 1, fl. 68v
		11	Lisboa	Liv. 1, fl. 68v-69
		13	Lisboa	Liv. 1, fl. 69
		15	Lisboa	Liv. 1, fl. 69v
		17	Lisboa	Liv. 1, fl. 69v
		20	Lisboa	Liv. 1, fl. 69v
		22	Lisboa	Liv. 1, fl. 70
		24	Lisboa	Liv. 1, fl. 69v
	Fevereiro	3	Lisboa	Liv. 1, fl. 70
		6	Lisboa	Liv. 1, fl. 69v-70
		9	Lisboa	Liv. 1, fl. 70
		10	Lisboa	Liv. 1, fl. 70
	Março	2	Évora	Liv. 1, fl. 70v
		6	Évora	Liv. 1, fl. 70
		7	Évora	Liv. 1, fl. 70-70v
		12	Évora	Liv. 1, fl. 70v-71
		20	Évora	Liv. 1, fl. 70v
		26	Évora	Liv. 1, fl. 70v
		28	Évora	Liv. 4 fl. 6
		31	Évora	Liv. 1, fl. 71
	Abril	2	Évora	Liv. 1, fl. 71v
		10	Évora	Liv. 1, fl. 71-71v; 71v
		11	Évora	Liv. 1, fl. 71
		15	Évora	Liv. 1, fl. 71v; 71v-72; 73; L. 4, fl. 1
		24	Santarém	Liv. 1, fl. 73v-74; L. 4, fl. 2
		27	Santarém	Liv. 4, fl. 2v
		29	Santarém	Liv. 4, fl. 6
	Maio	2	Santarém	Liv. 4, fl. 6v
		3	Santarém	Liv. 1, fl. 72v; L. 4 fl. 3
		5	Lisboa	Liv. 1, fl. 72; L. 4, fl. 6
		6	Santarém	Liv. 1, fl. 72; L. 4, fl. 6
		8	Santarém	Liv. 4, fl. 6v
		14	Lisboa	Liv. 4, fl. 6v
		16	Lisboa	Liv. 1, fl. 72v

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1371	Maio	17	Lisboa	Liv. 1, fl. 72-72v; 72v; Liv. 4, fl. 3; 3v
		18	Lisboa	Liv. 4, fl. 3; 3v
		19	Lisboa	Liv. 4, fl. 3
		20	Lisboa	Liv. 1, fl. 72v-73
		22	Lisboa	Liv. 4, fl. 5
		23	Lisboa	Liv. 4, fl. 1; 2; 5v
		25	Lisboa	Liv. 4, fl. 1v
	Junho	1	Santarém	Liv. 1, fl. 73-73v; 76v-77; L. 4, fl. 1v; 4v
		3	Santarém	Liv. 4, fl. 1v
		4	Santarém	Liv. 1, fl. 73v; Liv. 4, fl. 1v
		8	Lisboa	Liv. 4, fl. 5
		9	Santarém	Liv. 4, fl. 2
		14	Santarém	Liv. 1, fl. 77-77v; 77v-78; L. 4, fl. 2v
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 74; Liv. 4, fl. 2v
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 74-74v; Liv 4, fl. 4
		20	Erra	Liv. 4, fl. 4
		22	Santarém	Liv. 1, fl. 74v; Liv. 4, fl. 4
		29	Santarém	Liv. 1, fl. 74v; Liv. 4, fl. 4
		30	Santarém	Liv. 4, fl. 4
	Julho	1	Santarém	Liv. 4, fl. 4v
		2	Santarém	Liv. 4, fl. 5
		8	Lisboa	Liv. 1, fl. 75-75v; Liv. 4, fl. 5
		10	Lisboa	Liv. 1, fl. 74v-75; 75v-76; L. 4, fl. 5; 5v
		12	Lisboa	Liv. 4, fl. 5v
		16	Lisboa	Liv. 1, fl. 76v
		17	Lisboa	Liv. 1, fl. 76; 76-76v; 77
		22	Lisboa	Liv. 1, fl. 77
		27	Lisboa	Liv. 1, fl. 78
		29	Santarém	Liv. 4, fl. 5v
		30	Lisboa	Liv. 1, fl. 77v; 78
	Agosto	2	Lisboa	Liv. 1, fl. 78
		3	Lisboa	Liv. 1, fl. 78
		6	Lisboa	Liv. 1, fl. 78v
		7	Lisboa	Liv. 1, fl. 78-78v; 78v
		9	Lisboa	Liv. 1, f. 78v
		12	Lisboa	Liv. 1, f. 78v
		22	Lisboa	Liv. 1, fl. 79
		25	Lisboa	Liv. 1, fl. 79
		28	Lisboa	Liv. 1, fl. 80v-82
	Setembro	6	Lisboa	Liv. 1, fl. 79-79v
		9	Montemor-o-Velho	Liv. 1, fl. 82
		10	Lisboa	Liv. 1, fl. 79
		17	Lisboa	Liv. 1, fl. 79
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 79v-80v
		25	Santarém	Liv. 1, fl. 84

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1371	Outubro	7	Lisboa	Liv. 1, fl. 99-99v
		11	Lisboa	Liv. 1, f. 84v-87
		11	Montemor (?)	Liv. 1, fl. 82
		28	Coimbra	Liv. 1, fl. 82v-83
		30	Coimbra	Liv. 1, fl. 82v
		31	Coimbra	Liv. 1, fl. 82v
	Novembro	9	Cantanhede	Liv. 1, fl. 83-83v
		11	Cantanhede	Liv. 1, fl. 83
		14	Coimbra	Liv. 1, fl. 83v-84
		16	Quiaios	Liv. 1, fl. 83v
		18	Quiaios	Liv. 1, fl. 83v; 84
		18	Coimbra	Liv. 1, fl. 84
		28	Coimbra	Liv. 1, fl. 84
	Dezembro	1	Tentúgal	Liv. 1, fl. 88v-89; 89-89v
		2	Montemor-o-Velho	Liv. 1, fl. 87
		8	Tentúgal	Liv. 1, fl. 87
		12	Tentúgal	Liv. 1, fl. 88-88v
		13	Tentúgal	Liv. 1, fl. 88v
		14	Tentúgal	Liv. 1, fl. 87
		21	Vagos	Liv. 1, fl. 87v
		22	Vagos	Liv. 1, fl. 87v-88
		23	Coimbra	Liv. 1, fl. 87v
		25	Cantanhede	Liv. 1, fl. 155
1372	Janeiro	3	Aveiro	Liv. 1, fl. 89v
		5	Eixo	Liv. 1, fl. 107-108; Liv. 2, fl. 60
		7	Aveiro	Liv. 1, fl. 98v
		10	Coimbra	Liv. 1, fl. 89v
		16	Porto	Liv. 1, fl. 90v
		17	Porto	Liv. 1, fl. 90; 90v; 92v-93
		18	Porto	Liv. 1, fl. 90 v
		18	Coimbra	Liv. 1, fl. 90
		20	Porto	Liv. 1, fl. 90v; 92v
		20	Santiago de Bedoido [1]	Liv. 1, fl. 90; 90v-91; 91v-92
		24	Coomba [2]	Liv. 1, fl. 92
		26	Casal Coomba [2]	Liv. 1, fl. 93-93v
		28	Cantanhede	Liv. 1, fl. 97v-98
		29	Cantanhede	Liv. 1, fl. 91; 93v
		30	Coimbra	Liv. 1, fl. 93v
	Fevereiro	1	Tentúgal	Liv. 1, fl. 93v-94; 94v
		1	Cantanhede	Liv. 1, fl. 100
		4	Coimbra	Liv. 1, fl. 94
		5	Coimbra	Liv. 1, fl. 94

(1) Concelho de Estarreja.

(2) Santa Comba, freguesia e concelho de Coimbra.

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1372	Fevereiro	10	Coimbra	Liv. 1, fl. 94v-95; 99
		11	Coimbra	Liv. 1, fl. 94v; 95-95v; 97-97v
		12	Coimbra	Liv. 1, fl. 98v-99
		13	Coimbra	Liv. 1, fl. 95; 96-96v; 96v-97; 104v
		17	Coimbra	Liv. 1, fl. 98-98v
		18	Coimbra	Liv. 1, fl. 95v; 96; 97; 98v
		19	Coimbra	Liv. 1, fl. 96v; 97; 98v
		20	Coimbra	Liv. 1, fl. 97v; 98; 100
		21	Coimbra	Liv. 1, fl. 99v-100; 100
		23	Coimbra	Liv. 1, fl. 100; 100v
		24	Coimbra	Liv. 1, fl. 100v
		28	Coimbra	Liv. 1, fl. 95v-96
	Março	1	V. N. de Ansos	Liv. 1, fl. 100v-101
		2	V. N. de Ansos	Liv. 1, fl. 100v
		3	V. N. de Ansos	Liv. 1, fl. 101-101v
		3	Coimbra	Liv. 1, fl. 101v
		5	V. N. de Ansos	Liv. 1, fl. 101v-103
		6	V. N. de Ansos	Liv. 1, fl. 4v
		10	Cales	Liv. 1, fl. 101v-102
		12	V. N. de Ansos	Liv. 1, fl. 102
		13	V. N. de Ansos	Liv. 1, fl. 102-102v; 103; 103-103v
		15	V. N. de Ansos	Liv. 1, fl. 103v-104
		16	Pereira	Liv. 1, fl. 103
		19	Tentúgal	Liv. 1, fl. 104
		20	Tentúgal	Liv. 1, fl. 104; L. 2, fl. 28-28v; 28v-29
		21	Tentúgal	Liv. 1, fl. 104v
		27	Tentúgal	Liv. 1, fl. 104
		27	Tamengos	Liv. 1, fl. 104v
	Abril	14	Avelar	Liv. 1, fl. 105-105v
		23	Feira	Liv. 1, fl. 104v
		25	Feira	Liv. 1, fl. 105v-106
	Maio	2	Rio Maior	Liv. 1, fl. 104v
		3	Rio Maior	Liv. 1, f. 104v; 105v
		9	Lisboa	Liv. 1, fl. 108
		9	Porto	Liv. 1, fl. 104v
		14	Porto	Liv. 1, fl. 104v-105
		15	Porto	Liv. 2, fl. 97v; Liv. 3, fl. 42v
		16	Mosteiro de Leça	Liv. 1, fl. 106-106v
		18	Porto	Liv. 1, fl. 106
	Junho	18	Porto	Liv. 1, fl. 168-168v
		30	Guimarães	Liv. 1, fl. 108
	Julho	8	Guimarães	Liv. 1, fl. 108; 108v
		13	Porto	Liv. 1, fl. 108-108v
		15	Porto	Liv. 1, fl. 108v; 179v-181v
		15	Tui	Liv, 1, fl. 109

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1372	Julho	18	Porto	Liv. 1, fl. 108v
		20	Guimarães	Liv. 1, fl. 108v-109
		29	Porto	Liv. 1, fl. 109-109v
	Agosto	5	Braga	Liv. 1, fl. 109; 110v
		10	Braga	Liv. 1, fl. 110v
		12	Braga	Liv. 1, fl. 110; 110v
		13	Braga	Liv. 1, fl. 110v
		13	Porto	Liv. 1, fl. 109v
		15	Braga	Liv. 1, fl. 110v
		17	Braga	Liv. 1, fl. 109v-110; 110v; 111v
		18	Braga	Liv. 1, fl. 110v
		19	Braga	Liv. 1, fl. 110v-111; 111
		20	Braga	Liv. 1, fl. 111
		22	V. N. de Famalicão	Liv. 1, fl. 111
		23	Homem	Liv. 1, fl. 111
		29	Porto	Liv. 1, fl. 111
		31	Porto	Liv. 1, fl. 111
	Setembro	1	Porto	Liv. 1, fl. 111
		2	Porto	Liv. 1, fl. 111; 111v
		3	Porto	Liv. 1, fl. 115
		5	Buarcos	Liv, 1, fl. 112v
		14	Mogofores	Liv. 1, fl. 111v-112
		19	Tentúgal	Liv. 1, fl. 111v
		20	Coimbra	Liv. 1, fl. 112
		21	Coimbra	Liv. 1, fl. 112-112v
		22	Tentúgal	Liv. 1, fl. 114v
		25	Tentúgal	Liv. 1, fl. 112
	Outubro	2	Montemor-o-Velho	Liv. 1, fl. 113-113v; 114-114v
		5	Buarcos	Liv. 1, fl. 113v
		6	Tentúgal	Liv. 1, fl. 113
		6	Queiras	Liv. 1, fl. 112v-113
		8	Tentúgal	Liv. 1, fl, 113
		8	Reveles	Liv. 1, fl. 113
		10	Tentúgal	Liv. 1, fl. 112v; 117v
		12	Coles	Liv. 1, fl. 113
		22	Leiria	Liv. 1, fl. 113; 114; 116
		23	Leiria	Liv. 1, fl. 112v
		23	Monte Real	Liv. 1, fl. 106v-107; 114
		25	Monte Real	Liv. 1, fl. 114
		25	Leiria	Liv. 1, fl. 114v
		26	Leiria	Liv. 1, fl. 114
		29	Leiria	Liv. 1, fl. 114v
		31	Leiria	Liv. 1, fl. 114v
	Novembro	6	Leiria	Liv. 1, fl. 114v-115; 115v-116
		7	Leiria	Liv. 1, fl. 114v

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1372	Novembro	8	Leiria	Liv. 1, fl. 114v; 115
		9	Leiria	Liv. 1, fl. 115v
		10	Leiria	Liv. 1, fl. 115v
		11	Leiria	Liv. 1, fl. 115v
		12	Leiria	Liv, 1, fl. 115v; 116
		14	Ulmar	Liv. 1, fl. 116v
		17	Leiria	Liv. 1, fl. 116; 116v-117
		20	Leiria	Liv. 1, fl. 116
		20	Ulmar	Liv. 1, fl. 117
		23	Leiria	Liv. 1, fl. 117
		25	Leiria	Liv. 1, fl. 109v
		26	Leiria	Liv. 1, fl. 117
		30	Leiria	Liv. 1, fl. 117
	Dezembro	8	Tentúgal	Liv. 1, fl. 117
		11	Pereira	Liv. 1, fl. 116v
		12	Tentúgal	Liv. 1, fl. 117
		13	Pereira	Liv. 1, fl. 117
		16	Coimbra	Liv. 1, fl. 116v
		18	Louriçal	Liv. 1, fl. 54v
		20	Tentúgal	Liv. 1, fl. 117; 117v
		21	Coimbra	Liv. 1, fl. 117v
		24	Tentúgal	Liv. 1, fl. 117v
1373	Janeiro	29	Coimbra	Liv. 1, fl. 117v
		30	Coimbra	Liv. 1, fl. 118
	Fevereiro	13	Coimbra	Liv. 1, fl. 118
		23	Santarém	Liv. 1, fl. 120v
	Março	8	Santarém	Liv. 1, fl. 201-201v
		11	Santarém	Liv. 1, fl. 123v-124
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 118v; 120-120v
		24	Santarém	Liv. 1, fl. 118
		25	Santarém	Liv. 1, fl. 118v; 119-120
		26	Santarém	Liv. 1, fl. 107
		27	Santarém	Liv. 1, fl. 118v; 119-119v; 120v121; 124v
		28	Santarém	Liv. 1, fl. 118v
		29	Santarém	Liv. 1, fl. 118v
	Abril	1	Santarém	Liv. 1, fl. 118v-119
		9	Santarém	Liv. 1, fl. 120v
		11	Santarém	Liv. 1, fl. 121v
		12	Santarém	Liv. 1, fl. 119; 122
		13	Santarém	Liv. 1, fl. 120v; 121v; 122v
		14	Santarém	Liv. 1, fl. 121v; 121v122
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 122-122v
		22	Abrantes	Liv. 1, fl. 122v
		27	Abrantes	Liv. 1, fl. 121-121v
		29	Torres Novas	Liv. 1, fl. 122v

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1373	Maio	1	Abrantes	Liv. 1, fl. 122v
		5	Santarém	Liv. 1, fl. 122v
		7	Salvaterra	Liv. 1, fl. 122v-123
		11	Almoster	Liv. 1, fl. 123
		16	Lisboa	Liv. 1, fl. 123v
		17	Lisboa	Liv. 1, fl. 123
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 123
		21	Lisboa	Liv. 1, fl. 123-123v
		22	Lisboa	Liv. 1, fl. 123v
		23	Lisboa	Liv. 1, fl. 123v; 127v; 130
		24	Lisboa	Liv. 1, fl. 123v; 124v
		25	Lisboa	Liv. 1, fl. 123v
		30	Lisboa	Liv. 1, fl. 124v
	Junho	1	Santarém	Liv. 1, fl. 126v-127
		3	Santarém	Liv. 1, fl. 124v
		3	Valada	Liv. 1, fl. 125v-126
		4	Santarém	Liv. 1, fl. 125-125v
		7	Santarém	Liv. 1, fl. 124v-125
		7	Valada	Liv. 1, fl. 124-124v
		8	Lisboa	Liv. 1, fl. 127
		8	Santarém	Liv. 1, fl. 128
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 124v
		17	Santarém	Liv. 1, fl. 124v; 126--126v; 126v
		18	Santarém	Liv. 1, fl. 128; 133v
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 125v; 129v
		23	Santarém	Liv. 1, fl. 126; 127
		26	Santarém	Liv. 1, fl. 127
		28	Santarém	Liv. 1, fl. 129v
	Julho	7	Lisboa	Liv. 1, fl. 127
		8	Lisboa	Liv. 1, fl. 128; 128v-129
		9	Lisboa	Liv. 1, fl. 127
		14	Lisboa	Liv. 1, fl. 127-127v
		15	Lisboa	Liv. 1, fl. 127v; 129v
		16	Lisboa	Liv. 1, fl. 127v; 128
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 127v; 129v
		18	Leiria [1]	Liv. 1, fl. 129-129v
		20	Lisboa	Liv. 1, fl. 128
		21	Lisboa	Liv. 1, fl. 128-128v; 128; 130
		22	Lisboa	Liv. 1, fl. 128v
		25	Lisboa	Liv. 1, fl. 128v; 130v-131v; 132-132v
		26	Lisboa	Liv. 1, fl. 129v; 131v; 133
		27	Lisboa	Liv. 1, fl. 130
		28	Lisboa	Liv. 1, fl. 130

(1) Será erro de cópia?

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1373	Julho	29	Lisboa	Liv. 1, fl. 130; 130v
		30	Lisboa	Liv. 1, fl. 130; 132v
		31	Lisboa	Liv. 1, fl. 143v
	Agosto	1	Lisboa	Liv. 1, fl. 130-130v; 130v; 132v
		3	Lisboa	Liv. 1, fl. 131v; 131v-132; 133; 133v; 133v--134
		4	Lisboa	Liv. 1, fl. 133; 136v
		7	Lisboa	Liv. 1, fl. 132; 133
		8	Lisboa	Liv. 1, fl. 133
		8	Pancas	Liv. 1, fl. 132v
		9	Lisboa	Liv. 1, fl. 133; 135-135v
		11	Lisboa	Liv. 1, fl. 133; 134
		12	Lisboa	Liv. 1, fl. 134v
		14	Lisboa	Liv. 1, fl. 135v
		16	Lisboa	Liv. 1, fl. 134v-135
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 134
		18	Alcochete	Liv. 1, fl. 132
		19	Lisboa	Liv. 1, fl. 133
		21	Lisboa	Liv. 1, fl. 133; 133v
		22	Lisboa	Liv. 1, fl. 133 v
		26	Lisboa	Liv. 1, fl. 137v
		29	Lisboa	Liv. 1, fl. 107; 133v; 134
		30	Setúbal	Liv. 1, fl. 133v
	Setembro	1	Lisboa	Liv. 1, fl. 133v
		3	Lisboa	Liv. 1, fl. 133v
		3	Calhariz	Liv. 1, fl. 134
		3	Setúbal	Liv. 1, fl. 135v
		7	Lisboa	Liv. 1, fl. 133v
		9	Lisboa	Liv. 1, fl. 134
		9	Azeitão	Liv. 1, fl. 135v-136
		11	Tentúgal	Liv. 1, fl. 122v
		14	Lisboa	Liv. 1, fl. 137v
		16	Lisboa	Liv. 1, fl. 134-134v
		16	Benavente	Liv. 1, fl. 135v
		29	Coruche	Liv. 1, fl. 137v
	Outubro	1	Coruche	Liv. 1, fl. 135v-136
		7	Coruche	Liv. 1, fl. 136; 138; 141
		13	Erra	Liv. 1, fl. 136
		20	Coruche	Liv. 1, fl. 136
		21	Santarém	Liv. 1, fl. 136
	Novembro	1	Santarém	Liv. 1, fl. 136v
		4	Salvaterra	Liv. 1, fl. 137
		4	Lisboa	Liv. 1, fl. 137v; 138
		5	Salvaterra	Liv. 1, fl. 137
		6	Salvaterra	Liv. 1, fl. 136v-137

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1373	Novembro	6	Lisboa	Liv. 1, fl. 137v-138
		7	Lisboa	Liv. 1, fl. 137-137v
		7	Santarém	Liv. 1, fl. 136v
		9	Lisboa	Liv. 1, fl. 141v
		14	Salvaterra	Liv. 1, fl. 137v
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 137v
		28	Montemor-e-Novo	Liv. 1, fl. 138
		30	Montemor-o-Novo	Liv. 1, fl. 138-138v
	Dezembro	3	Arraiolos	Liv. 1, fl. 138
		4	Arraiolos	Liv. 1, fl. 143
		5	Arraiolos	Liv. 1, fl. 138; 138v
		5	Santarém	Liv. 1, fl. 138v
		8	Vimieiro	Liv. 1, fl. 138v
		10	Vimieiro	Liv. 1, fl. 138v
		16	Évora	Liv. 1, fl. 139; 141v; 143
		18	Évora	Liv. 1, fl. 139
		21	Évora	Liv. 1, fl. 138v-139; 139
		25	Évora	Liv. 1, fl. 139
1374	Janeiro	1	Évora	Liv. 1, fl. 140
		2	Évora	Liv. 1, fl. 140v
		3	Évora	Liv. 1, fl. 139v
		3	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 157; 157v-158; 158
		4	Évora	Liv. 1, fl. 139-139v; 140
		5	Alenquer	Liv. 1, fl. 145
		6	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 158-159
		7	Évora	Liv. 1, fl. 140-140v
		7	Viana	Liv. 1, fl. 140v
		10	Viana	Liv. 1, fl. 141
		14	Viana	Liv. 1, fl. 140
		17	Viana	Liv. 1, fl. 140v
		20	Viana	Liv. 1, fl. 140v
		26	Portel	Liv. 1, fl. 140v
	Fevereiro	23	Coruche	Liv. 1, fl. 141
		24	Coruche	Liv. 1, fl. 141
		25	Erra	Liv. 1, fl. 141
		28	Salvaterra	Liv. 1, fl. 141
	Março	1	Salvaterra	Liv. 1, fl. 141v
		2	Salvaterra	Liv. 1, fl. 141
		4	Salvaterra	Liv. 1, fl. 141v
		5	Salvaterra	Liv. 1, fl. 141; 141v
		6	Salvaterra	Liv. 1, fl. 154v
		8	Salvaterra	Liv. 1, fl. 143
		12	Azambuja	Liv. 1, fl. 141v-142
		13	Alenquer	Liv. 1, fl. 142
		15	Alenquer	Liv. 1, fl. 142-142v

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1374	Março	16	Acoa	Liv. 1, fl. 142v-143
		17	Acoa	Liv. 1, fl. 141v
		23	Alenquer	Liv. 1, fl. 142v
	Abril	4	Alenquer	Liv. 1, fl. 142v
		5	Salvaterra	Liv. 1, fl. 143
		20	Salvaterra	Liv. 1, fl. 143; 143v-144
		22	Salvaterra	Liv. 1, fl. 150v
		25	Salvaterra	Liv. 1, fl. 143; 146v
		26	Salvaterra	Liv. 1, fl. 144v
		28	Salvaterra	Liv. 1, fl. 143; 143-143v
		30	Salvaterra	Liv. 1, fl. 148v-149
	Maio	8	Salvaterra	Liv. 1, fl. 148v
		13	Santarém	Liv. 1, fl. 144; 158
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 144
		16	Santarém	Liv. 1, fl. 155-155v
		18	Santarém	Liv. 1, fl. 144v
		19	Santarém	Liv. 1, fl. 144v
		22	Abrantes	Liv. 1, fl. 144v; 145v-146
		25	Abrantes	Liv. 1, fl. 144v-145
		25	Santa Margarida de Vale de Alcolobra	Liv. 1, fl. 147
		28	Abrantes	Liv. 1, fl. 145-145v; 146v-147
		29	Abrantes	Liv. 1, fl. 144v
		31	Abrantes	Liv. 1, fl. 146v
	Junho	1	Abrantes	Liv. 1, fl. 147
		7	Torres Novas	Liv. 1, fl. 147v-148v; 148v
		8	Ceissa	Liv. 1, fl. 150
		11	Ourém	Liv. 1, fl. 154v
		12	Ourém	Liv. 1, fl. 150v
		13	Ourém	Liv. 1, fl. 148v
		14	Caxarias	Liv. 1, fl. 149v
		25	Santarém	Liv. 1, fl. 149
		25	Ceissa	Liv. 1, fl. 151v
		27	Mosteiro de Ceissa	Liv. 1, fl. 149-149v
	Julho	4	Leiria	Liv. 1, fl. 150
		8	Leiria	Liv. 1, fl. 154
		9	Óbidos	Liv. 1, fl. 151v
		13	Caixaria	Liv. 1, fl. 157
		23	Pederneira	Liv. 1, fl. 150v-151
		27	Alcobaça	Liv. 1, fl. 151-151v
	Agosto	2	Óbidos	Liv. 1, fl. 151v-152; 152
		4	Óbidos	Liv. 1, fl. 152
		6	Serra	Liv. 1, fl. 152
		10	Atouguia	Liv. 1, fl. 152
		18	Atouguia	Liv. 1, fl. 148v-152

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1374	Agosto	19	Atouguia	Liv. 1, fl. 156v
		22	Atouguia	Liv. 1, fl. 152-152v; 153v
		26	Atouguia	Liv. 1, fl. 152v-153v; 153v
		28	Atouguia	Liv. 1, fl. 154
	Setembro	1	Atouguia	Liv. 1, fl. 153v-154
		5	Atouguia	Liv. 1, fl. 153v
		6	Delgada	Liv. 1, fl. 153v
		11	A dos Negros	Liv. 1, fl. 154; 169v
	Outubro	12	Erra	Liv. 1, fl. 150
		17	Muta [1]	Liv. 1, fl. 154
	Novembro	2	Torres Vedras	Liv. 1, fl. 155v
		17	Salvaterra	Liv. 1, fl. 154v
		20	Salvaterra	Liv. 1, fl. 154v
		26	Salvaterra	Liv. 1, fl. 154v
	Dezembro	5	Évora	Liv. 1, fl. 154v
		6	Évora	Liv. 1, fl. 154v
		7	Vimieiro	Liv. 1, fl. 156v
		8	Vimieiro	Liv. 1, fl. 150-150v
		13	Évora	Liv. 1, fl. 154v
		14	Évora	Liv. 1, fl. 155
		16	Évora	Liv. 1, fl. 155v-156v
		18	Évora	Liv. 1, fl. 155v-157
		20	Évora	Liv. 1, fl. 156v
		22	Évora	Liv. 1, fl. 158
		23	Évora	Liv. 1, fl. 156v
		24	Salvaterra	Liv. 1, fl. 155
		24	Redondo	Liv. 1, fl. 159-159v
		26	Redondo	Liv. 1, fl. 159v
		31	Évora	Liv. 1, fl. 140
1375	Janeiro	4	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 159v
		7	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 160v
		8	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 159v; 159v-160; 162v
		10	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 159v
		17	Elvas	Liv. 1, fl. 160v
		23	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 160v-161
		25	Elvas	Liv. 1, fl. 163v-164
		27	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 162v
		29	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 161v
	Fevereiro	1	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 166; 167-167v
		3	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 163
		3	Borba	Liv. 1, fl. 165
		7	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 164
		8	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 163

(1) Casal da Mota (concelho de Santarém).

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1375	Fevereiro	12	Vila Viçosa	Liv. 1, fl. 163v
		13	Veiros	Liv. 1, fl. 163v
		16	Veiros	Liv. 1, fl. 165-165v
		18	Veiros	Liv. 1, fl. 165
		20	Veiros	Liv. 1, fl. 164-164v
		24	Veiros	Liv. 1, fl. 164v
		27	Veiros	Liv. 1, fl. 164v-165; 165; 178-179
	Março	2	Veiros	Liv. 1, fl. 166v
		3	Veiros	Liv. 1, fl. 165v
		3	Sousel	Liv. 1, fl. 166
		5	Sousel	Liv. 1, fl. 165v; 165v-166
		10	Cano	Liv. 1, fl. 166v
		15	Sousel	Liv. 1, fl. 166v
		17	Cano	Liv. 1, fl. 177
		23	Lisboa	Liv. 1, fl. 167v
		26	Lisboa	Liv. 1, fl. 167
		29	Lisboa	Liv. 1, fl. 167; 184v
		30	Lisboa	Liv. 1, fl. 166v
	Abril	2	Lisboa	Liv. 1, fl. 167
		3	Lisboa	Liv. 1, fl. 167
		4	Lisboa	Liv. 1, fl. 167; 167v-168; 169v
		4	Baralha	Liv. 1, fl. 191v-192
		6	Lisboa	Liv. 1, fl. 171
		8	Salvaterra	Liv. 1, fl. 177v; 192v
		13	Alenquer	Liv. 1, fl. 168v
		21	Salvaterra	Liv. 1, fl. 186
		23	Salvaterra	Liv. 1, fl. 169-169v
		26	Salvaterra	Liv. 1, fl. 168v-169; 169v
	Maio	9	Salvaterra	Liv. 1, fl. 169v
		19	V. N. da Rainha	Liv. 1, fl. 186v-187v
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 169v-170
		21	Santarém	Liv. 1, fl. 170
		26	Erra	Liv. 1, fl. 170
		28	Coruche	Liv. 1, fl. 170; 172v-173
		29	Serra	Liv. 1, fl. 170
		31	Erra	Liv. 1, fl. 170-170v
	Junho	6	Coruche	Liv. 1, fl. 170
		10	Coruche	Liv. 1, fl. 166
		10	Mestas [1]	Liv. 1, fl. 170
		15	Coruche	Liv. 1, fl. 172-172v
		18	Coruche	Liv. 1, fl. 170v
		25	Santarém	Liv. 1, fl. 170v
	Julho	1	Santarém	Liv. 1, fl. 170v; 171

(5) Porto das Mestras, freguesia de S. Torquato, concelho de Coruche.

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1375	Julho	5	Santarém	Liv. 1, fl. 171
		7	Santarém	Liv. 1, fl. 172v; 173
		7	Torres Novas	Liv. 1, fl. 200
		8	Santarém	Liv. 1, fl. 171-172; 172; 173
		10	Santarém	Liv. 1, fl. 173v
		13	Santarém	Liv. 1, fl. 173; 173v
		14	Santarém	Liv. 1, fl. 173
		19	Santarém	Liv. 1, fl. 174-175
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 173v; 174; 175v-176
		23	Santarém	Liv. 1, fl. 173-173v
		25	Santarém	Liv. 1, fl. 175; 175v
		26	Santarém	Liv. 1, fl. 175v
		28	Santarém	Liv. 1, fl. 176
	Agosto	1	Santarém	Liv. 1, fl. 175v
		3	Santarém	Liv. 1, fl. 176
		18	Óbidos	Liv. 1, fl. 176-176v
	Setembro	5	Óbidos	Liv. 1, fl. 177v
		13	Moledo	Liv. 1, fl. 176v-177
		14	Atouguia	Liv. 1, fl. 177
		15	Lisboa	Liv. 1, fl. 184v
		23	Pó	Liv. 1, fl. 177v
		25	Porto [de Lobos?] [1]	Liv. 1, fl. 163-163v
	Outubro	3	Delgada	Liv. 1, fl. 177v-178
		6	A dos Negros	Liv. 1, fl. 177-177v
		14	Alfeizerão	Liv. 1, fl. 177v; 178
		20	Póvoa dos Cortiços	Liv. 1, fl. 172v
		27	Alfeizerão	Liv. 1, fl. 179-179v
	Novembro	9	Salvaterra	Liv. 1, fl. 168v
		15	Lourinhã	Liv. 1, fl. 183
		16	Lourinhã	Liv. 1, fl. 183; 183v
		17	Lourinhã	Liv. 1, fl. 183v
		21	Torres Vedras	Liv. 1, fl. 185
	Dezembro	1	Sintra	Liv. 1, fl. 183v-184
		3	Sintra	Liv. 1, fl. 188-189
		5	Sintra	Liv. 1, fl. 184
		6	Sintra	Liv. 1, fl. 184
		12	Lisboa	Liv. 1, fl. 184
		13	Lisboa	Liv. 1, fl. 184-184v
		14	Cascais	Liv. 1, fl. 185v
		18	Lisboa	Liv. 1, fl. 185
		19	Lisboa	Liv. 1, fl. 184v
		21	Lisboa	Liv. 1, fl. 185
		25	Lisboa	Liv. 1, fl. 185

(6) Concelho de Peniche.

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1375	Dezembro	25	Torres Vedras	Liv. 1, fl. 185-185v
		26	Lisboa	Liv. 1, fl. 185; 185v
1376	Janeiro	7	Lisboa	Liv. 1, fl. 186
		7	Salvaterra	Liv. 1, fl. 187v-188
		9	Lisboa	Liv. 1, fl. 186
		11	Lisboa	Liv. 1, fl. 188v
		16	Lisboa	Liv. 1, fl. 186
		28	Salvaterra	Liv. 1, fl. 186-186v; 188
	Fevereiro	3	Coruche	Liv. 1, fl. 188
		7	Coruche	Liv. 1, fl. 186v
		8	Coruche	Liv. 1, fl. 188
		9	Coruche	Liv. 1, fl. 188
		10	Coruche	Liv. 1, fl. 188
	Março	1	Salvaterra	Liv. 1, fl. 188v; 197v
		8	Salvaterra	Liv. 1, fl. 188v
		10	Santarém	Liv. 1, fl. 188v
		14	Santarém	Liv. 1, fl. 191
		20	Alcanhões	Liv. 1, fl. 189-189v
		24	Alcanhões	Liv. 1, fl. 190v-191
		24	Santarém	Liv. 1, fl. 191
		25	Alcanhões	Liv. 1, fl. 189v-190v
		26	Alcanhões	Liv. 1, fl. 197v
		28	Santarém	Liv. 1, fl. 191-191v
	Abril	2	Santarém	Liv. 1, fl. 191
		3	Santarém	Liv. 1, fl. 191
		3	Golegã	Liv. 1, fl. 191v
		5	Santarém	Liv. 1, fl. 191
		6	Santarém	Liv. 1, fl. 192v
		6	Salvaterra	Liv. 1, fl. 192v
		9	Salvaterra	Liv. 1, fl. 192v
		10	Santarém	Liv. 1, fl. 192
		15	Santarém	Liv. 1, fl. 192
		20	Santarém	Liv. 1, fl. 192
		26	Salvaterra	Liv. 1, fl. 192v
		28	Salvaterra	Liv. 1, fl. 192v
		28	Santarém	Liv. 1, fl. 193v
	Maio	1	Santarém	Liv. 1, fl. 192v
		5	Santarém	Liv. 1, fl. 193
		8	Alenquer	Liv. 1, fl. 195v
		9	V. N. da Rainha	Liv. 1, fl. 192v-193
		13	Alenquer	Liv. 1, fl. 193-193v
		13	Salvaterra	Liv. 1, fl. 192v
		14	Santarém	Liv. 1, fl. 193v
		18	V. N. da Rainha	Liv. 1, fl. 193v
		20	V. N. da Rainha	Liv. 1, fl. 193v

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1376	Maio	23	Santarém	Liv. 1, fl. 172v
		29	Salvaterra	Liv. 1, fl. 195
		31	Salvaterra	Liv. 1, fl. 193v
	Junho	9	V. N. da Rainha	Liv. 1, fl. 194; 194-194v
		10	Alenquer	Liv. 1, fl. 193v-194
		11	V. N. da Rainha	Liv. 1, fl. 194
		12	Alenquer	Liv. 1, fl. 194
		13	Alenquer	Liv. 1, fl. 195v
	Julho	3	Muge	Liv. 1, fl. 195
		4	Alenquer	Liv. 1, fl. 194v
		8	Alenquer	Liv. 1, fl. 194v
		11	V. N. da Rainha	Liv. 1, fl. 194v-195
		13	Alenquer	Liv. 1, fl. 194v; 195
		17	Alenquer	Liv. 1, fl. 195v
		19	Santarém	Liv. 1, fl. 195v
		23	Alenquer	Liv. 1, fl. 195v
	Agosto	1	Alenquer	Liv. 1, fl. 195v
		9	V. N. da Rainha	Liv. 1, fl. 196v-197
		13	Alenquer	Liv. 1, fl. 195v; 198
		14	Alenquer	Liv. 1, fl. 195v
		15	V. N. da Rainha	Liv. 1, fl. 195v
		25	Alenquer	Liv. 1, f. 195v-196
		27	Alenquer	Liv. 1, fl. 196-196v
		28	Alenquer	Liv. 1, fl. 200
	Setembro	2	Alenquer	Liv. 1, fl. 195v
		23	Leiria	Liv. 1, fl. 195v; 196
	Outubro	9	Leiria	Liv. 1, fl. 197
		20	Leiria	Liv. 1, fl. 197
	Novembro	4	Leiria	Liv. 1, fl. 197
		8	Leiria	Liv. 1, fl. 197
		11	Leiria	Liv. 1, fl. 197-197v
		18	Leiria	Liv. 1, fl. 191v
		23	Leiria	Liv. 1, fl. 198-198v
		24	Leiria	Liv. 1, fl. 197v
		27	Leiria	Liv. 1, fl. 197v
		28	Leiria	Liv. 1, fl. 199v-200
		29	Leiria	Liv. 1, fl. 197v; 198; L. 2, fl. 1v-2; 2
		30	Leiria	Liv. 1, fl. 198v
	Dezembro	1	Leiria	Liv. 1, fl. 198v
		2	Leiria	Liv. 1, fl. 198v-199; 199
		6	Leiria	Liv. 1, fl. 199-199v
		8	Leiria	Liv. 1, fl. 198v
		28	Lisboa	Liv. 1, fl. 186v
		29	V. N. de Ansos	Liv. 1, fl. 200v
		30	Tentúgal	Liv. 1, fl. 200

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1376	Dezembro	31	Lisboa	Liv. 1, fl. 185v
1377	Janeiro	5	Égua	Liv. 2, fl. 1
		8	Tentúgal	Liv. 2, fl. 1
		13	Tentúgal	Liv. 1, fl. 200
		16	Tentúgal	Liv. 1, fl. 200; 200v
		19	Tentúgal	Liv. 1, fl. 82
		20	Tentúgal	Liv. 1, fl. 200-200v
		25	Lisboa	Liv. 2, fl. 49
		30	Tentúgal	Liv. 1, fl. 200v
	Fevereiro	5	Tentúgal	Liv. 1, fl. 200v
		6	Tentúgal	Liv. 1, fl. 200v; L. 2, fl. 1
		7	Tentúgal	Liv. 1, fl. 200v
		8	Tentúgal	Liv. 1, fl. 200v
		12	Montemor-o-Velho	Liv. 1, fl. 200v
		17	Sanfins	Liv. 1, fl. 200v
		22	Sanfins	Liv. 2, fl. 1v
	Março	10	Coimbra	Liv. 2, fl. 1v
		10	Tentúgal	Liv. 2, fl. 2
		14	Tentúgal	Liv. 2, fl. 2
		15	Tentúgal	Liv. 2, fl. 2v
		18	Tentúgal	Liv. 2, fl. 2
		21	Tentúgal	Liv. 2, fl. 2
		24	Santarém	Liv. 2, fl. 18v
		26	Tentúgal	Liv. 2, fl. 2v-3; 3
	Abril	1	Tentúgal	Liv. 2, fl. 3; 3-8v
		3	Montemor-o-Velho	Liv. 2, fl. 8v
		22	Tentúgal	Liv. 2, fl. 8v
		24	Tentúgal	Liv. 2, fl. 8v-9
		25	Tentúgal	Liv. 2, fl. 9v
	Maio	1	Coimbra	Liv. 2, fl. 9v
		8	Coimbra	Liv. 2, fl. 9v
		15	Coimbra	Liv. 2, fl. 9v-10
		25	Monte Redondo	Liv. 1, fl. 82
		29	Coimbra	Liv. 2, fl. 10
	Junho	1	Coimbra	Liv. 2, fl. 10; 10-10v
		3	Coimbra	Liv. 1, fl. 82
		5	Coimbra	Liv. 1, fl. 181v
		6	Vacariça	Liv. 1, fl. 182-183
		7	Vacariça	Liv. 2, fl. 18-18v
		7	Curval	Liv. 2, fl. 68v-69
		18	Tentúgal	Liv. 1, fl. 181v-182
		20	Coimbra	Liv. 1, fl. 182
		27	Coimbra	Liv. 4, fl. 7v; 19
		27	Curval	Liv. 1, fl. 182
		27	Coruche	Liv. 2, fl. 11

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
	Junho	31	Curval	Liv. 1, fl. 182
1377	Julho	8	Curval	Liv. 4, fl. 27v
		9	Coruche	Liv. 2, fl. 10v-11
		9	Santarém	Liv. 2, fl. 21v
		17	Viseu	Liv. 2, fl. 11
		23	Viseu	Liv. 2, fl. 11; 12
		24	Viseu	Liv. 2, fl. 11; 11-11v
		25	Viseu	Liv. 2, 11v-12
		27	Viseu	Liv. 2, fl. 12v
		29	Folgosinho	Liv. 2, fl. 12
		30	Coimbra	Liv. 2, fl. 9-9v
	Agosto	2	Folgosinho	Liv. 2, fl. 12v; Liv. 4 fl. 21v
		3	Folgosinho	Liv. 2, fl. 18
		5	Viseu	Liv. 2, fl. 14v; Liv. 4, fl. 22
		8	Guarda	Liv. 2, fl. 15v
		8	Folgosinho	Liv. 2, fl. 12
		10	Folgosinho	Liv. 2, fl. 12v-13
		11	Folgosinho	Liv. 2, fl. 12v
		12	Folgosinho	Liv. 2, fl. 13v
		18	Guarda	Liv. 2, fl. 13v; Liv. 4, fl. 24v
		23	Guarda	Liv. 2, fl. 14; Liv. 4, fl. 7
		24	Guarda	Liv. 2, fl. 13v-14
		25	Guarda	Liv. 4, fl. 7
		27	Guarda	Liv. 4, fl. 7
		28	Guarda	Liv. 4, fl. 7v
	Setembro	1	Caria	Liv. 2, fl. 14; Liv. 4, fl. 19
		1	Belmonte	Liv. 4, fl. 19v
		4	Teixoso	Liv. 4, fl. 7v; 21
		5	Teixoso	Liv. 4, fl. 21v
		6	Covilhã	Liv. 2, fl. 14; 14-14v; Liv. 4, fl. 19v
		8	Covilhã	Liv. 4, fl. 20; 21; 23
		8	Teixoso	Liv. 4, fl. 20; 20v; 21
		9	Teixoso	Liv. 4, fl. 20v; 23v
		10	Teixoso	Liv. 2, fl. 15v; Liv. 4, fl. 23v
		10	Covilhã	Liv. 4, fl. 24
		12	Teixoso	Liv. 4, fl. 21
		15	Teixoso	Liv. 4, fl. 21v
		16	Covilhã	Liv. 4, fl. 23v
		18	Covilhã	Liv. 4, fl. 24
		18	Teixoso	Liv. 4, fl. 22
		19	Covilhã	Liv. 2, fl. 14v-15; Liv. 4, fl. 22v; 23
		20	Teixoso	Liv. 4, fl. 8
		21	Teixoso	Liv. 2, fl. 15-15v; Liv. 4 fl. 22v
		22	Teixoso	Liv. 4, fl. 8v
		22	Covilhã	Liv. 4, fl. 24

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1377	Setembro	23	Covilhã	Liv. 2, fl. 15v; Liv. 4, fl. 24v
		23	Teixoso	Liv. 4, fl. 24
		25	Teixoso	Liv. 2, fl. 15v; 18v; Liv. 4, fl. 8v
		25	Covilhã	Liv. 2, fl. 17v-18
		26	Covilhã	Liv. 4, fl. 19
		26	Teixoso	Liv. 4, fl. 8v
		26	Coimbra	Liv, 4, fl. 11v
		27	Covilhã	Liv. 2, fl. 16; 17-17v
		28	Covilhã	Liv. 2, fl. 16v-17; 17v
		29	Covilhã	Liv. 2 fl. 17v
	Outubro	1	Caria	Liv. 2, fl. 16-16v
		2	Valada	Liv. 2, fl. 27v-28
		5	Covilhã	Liv. 2, fl. 17v
		9	Covilhã	Liv. 2, fl. 19
		9	Caria	Liv. 4, fl. 22
		10	Coimbra	Liv. 2, fl. 21-21v
		11	Covilhã	Liv. 2, fl. 19
		13	Covilhã	Liv. 2, fl. 19-19v
		14	Belmonte	Liv. 2, fl. 19
		15	Covilhã	Liv. 2, fl. 35
		17	Santarém	Liv. 2, fl. 18
		23	S^{ta}. Maria de Açores	Liv. 2, fl. 18
		27	Trancoso	Liv. 2, fl. 18; 18v
		28	Trancoso	Liv. 2, fl. 18
		30	Trancoso	Liv. 2, fl. 18
	Novembro	2	Trancoso	Liv. 2, fl. 18
		3	Trancoso	Liv. 2, fl. 18v
		5	Trancoso	Liv. 2, fl. 20
		6	Trancoso	Liv. 2, fl. 18v
		8	Trancoso	Liv. 2, fl. 19v; 34
		19	Leiria	Liv. 2, fl. 23-23v
		20	Coimbra	Liv. 2, fl. 18v
		24	Tentúgal	Liv. 2, fl. 19v
		25	Tentúgal	Liv. 4, fl. 25v
		29	Coimbra	Liv. 2, fl. 18v-19
	Dezembro	4	Coimbra	Liv. 2, fl. 19v-20
		4	Tentúgal	Liv. 2, fl. 20-20v
		5	Coimbra	Liv. 2, fl. 19v
		10	Tentúgal	Liv. 4, fl. 11v
		21	Tentúgal	Liv. 2, fl. 20v-21; 21v
		22	Tentúgal	Liv. 4, fl. 12
		22	Teixoso	Liv. 4, fl. 16
		29	V. N. de Ansos	Liv. 1, fl. 200
1378	Janeiro	1	Coimbra	Liv. 2, fl. 24-25; Liv. 4, fl. 9-10; 12-12v
		2	Cantanhede	Liv. 4, fl. 15v

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1378	Janeiro	5	Coimbra	Liv. 4, fl. 10
		12	Coimbra	Liv. 2, fl. 22
		13	Coimbra	Liv. 2, fl. 21v-22
		14	Coimbra	Liv. 2, fl. 21v
		15	Coimbra	Liv. 2, fl. 51
		16	Coimbra	Liv. 2, fl. 22v
		18	Coimbra	Liv. 2, fl. 22v; 23
		19	Coimbra	Liv. 2, fl. 22-22v; 23v
		20	Coimbra	Liv. 2, fl. 26v; Liv. 4, fl. 27
		21	Coimbra	Liv. 2, fl. 23v
		22	Coimbra	Liv. 4, fl. 13v
	Fevereiro	3	Coimbra	Liv. 2, fl. 23v
		4	Coimbra	Liv. 2, fl. 23v
		6	Coimbra	Liv. 2, fl. 23v
		7	Coimbra	Liv. 2, fl. 23v
		8	Coimbra	Liv. 2, fl. 25v; 26; L. 4, fl. 10v-11v; 15; 16v
		9	Coimbra	Liv. 2, fl. 23v-24; L. 4, fl. 9
		10	Coimbra	Liv. 2, fl. 25; L. 4, fl. 12v-13; 13-13v
		10	Soure	Liv. 2, fl. 25
		11	Coimbra	Liv. 2, fl. 25; Liv. 4, fl. 13v-14
		13	Coimbra	Liv. 2, fl. 25-25v; L. 4, fl. 14; 14-14v; 14v--15
		14	Soure	Liv. 4, fl. 14v
		20	Soure	Liv. 4, fl. 13v; 16
		22	Coimbra (7)	Liv. 2, fl. 27v
		23	Soure	Liv. 4, fl. 15v
		24	Soure	Liv. 4, fl. 27v
		25	Soure	Liv. 2, fl. 25v; Liv. 4, fl. 15v
	Março	3	V. N. de Ansos	Liv. 4, fl. 16; 16v
		4	Soure	Liv. 4, fl. 25; 25v
		7	Golegã	Liv. 4, fl. 16v
		14	Torres Novas	Liv. 2, fl. 26; Liv. 4, fl. 18
		14	Baralha	Liv. 4, fl. 18
		17	Golegã	Liv. 4, fl. 28
		18	Golegã	Liv. 2, fl. 67-67v
		22	Torres Novas	Liv. 4, fl. 17; 17v
		29	Torres Novas	Liv. 2, fl. 26-26v; Liv. 4, fl. 26v
		30	Torres Novas	Liv. 4, fl. 26
		30	Golegã	Liv. 2, fl. 26v-27; Liv. 4, fl. 28v
		30	Santarém	Liv. 4, fl. 25v-26
	Abril	2	Torres Novas	Liv. 2, fl. 26v; L. 4, fl. 26v-27
		5	Baralha	Liv. 4, fl. 28v

(7) Salvador Dias Arnaut na já citada obra, pág. 23, nota 112, dá-nos notícia de um documento da mesma data achado em Vila Nova de Ansos.

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1378	Abril	9	Santarém	Liv. 4, fl. 18
		10	Santarém	Liv. 2, fl. 26; 27; L. 4, fl. 18v; 28v
		11	Santarém	Liv. 4, fl. 18v; 27-27v; 27v
		11	Valada	Liv. 4, fl. 18v
		15	Valada	Liv. 2, fl. 27-27v; Liv. 4, fl. 28v
		28	Santarém	Liv. 2, fl. 30
	Maio	3	Santarém	Liv. 2, fl. 29-29v
		4	Santarém	Liv. 2, fl. 29v-30
		17	Santarém	Liv. 2, fl. 29
		20	Santarém	Liv. 2, fl. 29
		30	Santarém	Liv. 2, fl. 31v
	Junho	1	Santarém	Liv. 2, fl. 31v
		5	Valada	Liv. 2, fl. 30
		8	Valada	Liv. 2, f. 30v
		8	Santarém	Liv. 2, fl. 30
		18	Santarém	Liv. 2, fl. 30v-31
		19	Santarém	Liv. 2, fl. 30v
		22	Santarém	Liv. 2, f. 31
		25	Santarém	Liv. 2, fl. 30v
		28	Santarém	Liv. 2, fl. 31-31v
	Julho	1	Santarém	Liv. 2, fl. 31v-32
		9	Santarém	Liv. 2, fl. 32
		10	Santarém	Liv. 2, fl. 32
		13	Santarém	Liv. 2, fl. 32
		20	Santarém	Liv. 2, fl. 32
		25	Santarém	Liv. 2, fl. 32
		27	Santarém	Liv. 2, fl. 34-34v
		28	Santarém	Liv. 2, fl. 32v
		29	Santarém	Liv. 2, fl. 36
	Agosto	2	Óbidos	Liv. 2, fl. 33v
		12	Óbidos	Liv. 2, fl. 32v
		18	Pederneira	Liv. 2, fl. 32v
		23	Óbidos	Liv. 2, fl. 32v-33
		24	Óbidos	Liv. 2, fl. 33v
		26	Óbidos	Liv. 2, fl. 33; 34
		29	Óbidos	Liv. 2, fl. 33-33v
		30	Óbidos	Liv. 2, fl. 33
	Setembro	7	Óbidos	Liv. 2, fl. 33v
		19	Atouguia	Liv. 2, fl. 33v-34
		24	Atouguia	Liv. 2, fl. 34v-35
	Outubro	6	Atouguia	Liv. 2, fl. 34
		16	Atouguia	Liv. 2, f. 42v-43
		24	Atouguia	Liv. 2, fl. 35v-36
		24	Moledo	Liv. 2, fl. 35
		28	Moledo	Liv. 2, fl. 34

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1378	Novembro	4	Atouguia	Liv. 2, fl. 34
		12	Santarém	Liv. 2, fl. 51-52
		20	Atouguia	Liv. 2, fl. 36
	Dezembro	1	Atouguia	Liv. 2, fl. 35
		6	Leiria	Liv. 2, fl. 36v
		7	Moledo	Liv. 2, fl. 35v
		8	Atouguia	Liv. 2, fl. 35v
		10	Moledo	Liv. 2, fl. 38v-39
		13	Atouguia	Liv. 2, fl. 36
		15	Moledo	Liv. 2, fl. 36
		19	Moledo	Liv. 2, fl. 36v
		25	Moledo	Liv. 2, fl. 36-36v
1379	Janeiro	1	Atouguia	Liv. 2, fl. 37v
		9	Atouguia	Liv. 2, fl. 36v
		9	Moledo	Liv. 2, fl. 37
		10	Moledo	Liv. 2, fl. 36v-37
		12	Moledo	Liv. 2, fl. 45
		14	Moledo	Liv. 2, fl. 37
		14	Atouguia	Liv. 2, fl. 37
		21	Atouguia	Liv. 2, fl. 37v
		21	V. N. da Rainha	Liv. 2, fl. 37v
	Fevereiro	4	Alenquer	Liv. 2, fl. 37v-38; 40v-41v
		7	Alenquer	Liv. 2, fl. 37v
		8	V. N. da Rainha	Liv. 2, fl. 38-38v
		9	Alenquer	Liv. 2, fl. 39
		11	V. N. da Rainha	Liv. 2, fl. 37v
		18	V. N. da Rainha	Liv. 2, fl. 39v
		18	Alenquer	Liv. 2, fl. 39v
		19	Alenquer	Liv. 2, fl. 39
		20	Alenquer	Liv. 2, fl. 39
		23	Moledo	Liv. 2, fl. 39-39v
		26	V. N. (da Rainha)	Liv. 2, fl. 41v
		29	Alenquer	Liv. 2, fl. 39v
	Março	3	Alenquer	Liv. 2, fl. 40v
		5	Alenquer	Liv. 2, fl. 40-40v; 45-45v
		6	Alenquer	Liv. 2, fl. 39v-40
		13	V. N. da Rainha	Liv. 2, fl. 43
		14	Alenquer	Liv. 2, fl. 40v
		18	Alenquer	Liv. 2, fl. 41v
		20	Alenquer	Liv. 2, fl. 41v
		21	Alenquer	Liv. 2, fl. 41v
		23	Alenquer	Liv. 2, fl. 41v
		27	Alenquer	Liv. 2, fl. 41v
		31	Alenquer	Liv. 2, fl. 41v
	Abril	3	Alenquer	Liv. 2, fl. 41v-42

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1379	Abril	12	Alenquer	Liv. 2, fl. 42; 42v
		17	Salvaterra	Liv. 2, fl. 43v
		20	Salvaterra	Liv. 2, fl. 42-42v
		23	Salvaterra	Liv. 2, f. 44v
		29	Santarém	Liv. 2, fl. 43-43v
	Maio	7	Santarém	Liv. 2, fl. 44
		12	Santarém	Liv. 2, fl. 44-44v
		13	Santarém	Liv. 2, fl. 44
		16	Santarém	Liv. 2, fl. 44v
		18	Santarém	Liv. 2, fl. 44; 44v
		20	Santarém	Liv. 2, f. 44v
		26	Santarém	Liv. 2, fl. 44v; 46
	Junho	3	Santarém	Liv. 2, fl. 44v; 45
		16	Santarém	Liv. 2, fl. 60v-61
	Julho	1	Santarém	Liv. 2, fl. 46
		1	Alcanhões	Liv. 2, fl. 45v-46
		3	Santarém	Liv. 2, fl. 55v
		4	Santarém	Liv. 2, fl. 46
		22	Lisboa	Liv. 2, fl. 46
		26	Alenquer	Liv. 2, fl. 44v-45
		26	Santarém	Liv. 2, fl. 47v
		26	Sintra	Liv. 2, fl. 46
	Agosto	2	Sintra	Liv. 2, fl. 80
		17	Lisboa	Liv. 2, fl. 46v
		24	Sintra	Liv. 2, fl. 48v
	Setembro	9	Lisboa	Liv. 2, fl. 47v-48v
		16	Lisboa	Liv. 2, fl. 46v-47v; 48v-49
	Outubro	6	Lisboa	Liv. 2, fl. 48v
		7	Benfica	Liv. 2, fl. 50
		17	V. N. da Rainha	Liv. 2, fl. 49-49v
		20	Santarém	Liv. 2, fl. 49v
		24	Moledo	Liv. 2, fl. 44
		28	Lisboa	Liv. 2, fl. 50
		30	Valada	Liv. 2, fl. 46-46v
	Novembro	4	Salvaterra	Liv. 2, fl. 50
		4	Santarém	Liv. 2, fl. 50
		5	Santarém	Liv. 2, fl. 49v
		7	Valada	Liv. 2, fl. 50
		8	Santarém	Liv. 2, fl. 49v-50
		11	Santarém	Liv. 2, fl. 50; 54-55
		12	Santarém	Liv. 2, fl. 50
		21	Salvaterra	Liv. 2, fl. 51
		21	Santarém	Liv. 2, fl. 53v-54
		30	Santarém	Liv. 2, fl. 51
	Dezembro	2	Salvaterra	Liv. 2, fl. 50v-51

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1379	Dezembro	3	Salvaterra	Liv. 2, fl. 50-50v; 51
		11	Salvaterra	Liv. 2, fl. 51
		19	Sabugueiro	Liv. 2, fl. 84
		30	Arraiolos	Liv. 2, fl. 53-53v
1380	Janeiro	1	Santarém	Liv. 2, fl. 52-53
		2	Lisboa	Liv. 2, fl. 76-76v
		5	Évora	Liv. 2, fl. 57v-58
		9	Évora	Liv. 2, fl. 55
		11	Santarém	Liv. 2, fl. 53v
		13	Évora	Liv. 2, fl. 57
		21	Évora	Liv. 2, fl. 55; 57
		25	Évora	Liv. 2, fl. 59
		30	Évora	Liv, 2, fl. 55-55v; 55v- 56v
	Fevereiro	5	Évora	Liv. 2, fl. 57
		6	Évora	Liv. 2, fl. 57
		16	Évora	Liv. 2, fl. 57
	Março	6	Vimieiro	Liv. 2, fl. 59-59v
		10	Sousel	Liv. 2, fl. 58v
		14	Sousel	Liv. 2, fl. 58v
		17	Estremoz	Liv. 2, fl. 58
		18	Estremoz	Liv. 2, fl. 57v
		20	Estremoz	Liv. 2, fl. 58v
		22	Sousel	Liv. 2, fl. 58v
		23	Estremoz	Liv. 2, fl. 58-58v
		24	Sousel	Liv. 2, fl. 58v
		26	Sousel	Liv. 2, fl. 58v-59
	Abril	5	Estremoz	Liv. 2, fl. 58v
		10	Portalegre	Liv. 2, fl. 61v
		11	Portalegre	Liv. 2, fl. 61
		20	Portalegre	Liv. 2, fl. 59v
		24	Portalegre	Liv. 2, fl. 61v
		29	Portalegre	Liv. 2, fl. 59v
	Maio	4	Portalegre	Liv. 2, fl. 59v
		6	Portalegre	Liv. 2, fl. 66v
		8	Portalegre	Liv. 2, fl. 61
		10	Portalegre	Liv. 2, fl. 59v; 60
		11	Portalegre	Liv. 2, fl. 61-61v
		16	Portalegre	Liv. 2, fl. 61v
		25	Portalegre	Liv. 2, fl. 64v-65
		30	Portalegre	Liv. 2, fl. 62-62v
	Junho	2	Estremoz	Liv. 2, fl. 63v
		5	Portalegre	Liv. 2, fl. 61v-62; 62v-63
		6	Portalegre	Liv. 2, fl. 65v
		7	Portalegre	Liv. 2, fl. 62v
		13	Portalegre	Liv. 2, fl. 63-63v

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1380	Junho	14	Fronteira	Liv. 2, fl. 63v
		20	Portalegre	Liv. 2, fl. 63v
		22	Estremoz	Liv. 2, fl. 63v
	Julho	1	Estremoz	Liv. 2, fl. 65-65v
		2	Estremoz	Liv. 2, fl. 10v; 64v
		3	Estremoz	Liv. 2, fl. 63v-64v
		6	Estremoz	Liv. 2, fl. 66v-67
		8	Estremoz	Liv. 2, fl. 67
		10	Estremoz	Liv. 2, fl. 65v-66
		11	Estremoz	Liv. 2, fl. 65v
		16	Estremoz	Liv. 2, fl. 66-66v
		20	Estremoz	Liv. 2, fl. 69-69v
		21	Estremoz	Liv. 2, fl. 67
		22	Estremoz	Liv. 2, fl. 68-68v
		29	Estremoz	Liv. 2, fl. 66v
	Agosto	3	Estremoz	Liv. 2, fl. 68
		4	Estremoz	Liv. 2, fl. 67v-68
		24	Torres Novas	Liv. 2, fl. 74v
		26	Torres Novas	Liv. 2, fl. 68v-69
		30	Torres Novas	Liv. 2, fl. 69; 69v-70
	Setembro	1	Tentúgal	Liv. 2, fl. 72
		4	Torres Novas	Liv. 2, fl. 70-70v; 70v
		5	Torres Novas	Liv. 2, fl. 70v-71
		6	Torres Novas	Liv. 2, fl. 70; 71-71v
		9	Torres Novas	Liv. 2, fl. 69v
	Outubro	1	Coimbra	Liv. 2, fl. 73v
		1	Tentúgal	Liv. 2, fl. 72; 72-72v
		3	Tentúgal	Liv. 2, fl. 72v
		4	Coimbra	Liv. 2, fl. 71v-72
		5	Coimbra	Liv. 2, fl. 72v-73
		9	Cantanhede	Liv. 2, fl. 71v
		11	Cantanhede	Liv. 2, fl. 73-73v
		23	Coimbra	Liv. 2, fl. 73v
	Novembro	3	Coimbra	Liv. 2, fl. 73v
		5	Santarém	Liv. 2, fl. 94v
		20	Coimbra	Liv. 2, fl. 79v-80
	Dezembro	6	Évora	Liv. 2, fl. 73v
		9	Santarém	Liv. 2, fl. 95
		18	Lisboa	Liv. 2, fl. 74; 74-74v; 75
		18	Rio Maior	Liv. 2, fl. 96
		20	Lisboa	Liv. 2, fl. 77v
		26	Lisboa	Liv. 2, fl. 77-77v
		28	Montemor-o-Novo	Liv. 2, fl. 57-57v
		29	Santarém	Liv. 2, fl. 96
1381	Janeiro	5	Lisboa	Liv. 2, fl. 74v; 89-90

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1381	Janeiro	6	Lisboa	Liv. 2, fl. 74
		7	Lisboa	Liv. 2, fl. 75
		8	Lisboa	Liv. 3, fl. 58-58v
		11	Lisboa	Liv. 2, fl. 74v
		12	Lisboa	Liv. 2, fl. 78v-79
		14	Lisboa	Liv. 2, fl. 74v
		17	Lisboa	Liv. 2, fl. 75v
		21	Lisboa	Liv. 2, fl. 77v; 80v
		25	Lisboa	Liv. 2, fl. 74v
		29	Lisboa	Liv. 2, fl. 74v
		30	Lisboa	Liv. 2, fl. 75-75v
	Fevereiro	2	Lisboa	Liv. 2, fl. 76v
		2	Almada	Liv. 2, fl. 77v
		4	Lisboa	Liv. 2, fl. 77
		6	Lisboa	Liv. 2, fl. 75v-76
		9	Lisboa	Liv. 2, fl. 77
		16	Almada	Liv. 2, fl. 77
		20	Lisboa	Liv. 2, fl. 78; 86-86v
		24	Lisboa	Liv. 2, fl. 77v-78
		26	Almada	Liv. 2, fl. 78
		27	Almada	Liv. 2, fl. 78
	Março	1	Almada	Liv. 2, fl. 78
		8	Lisboa	Liv. 2, fl. 94-94v; Liv. 3, fl. 22v-23
		10	Lisboa	Liv. 2, fl. 78
		14	Lisboa	Liv. 2, fl. 79-79v
		15	Lisboa	Liv. 2, fl. 79v
		19	Lisboa	Liv. 2, fl. 80v-81
		27	Almada	Liv. 2, fl. 80-80v
	Abril	1	Lisboa	Liv. 2, fl. 80
		18	Lisboa	Liv. 2, fl. 81-81v
	Maio	2	Lisboa	Liv. 2, fl. 81v
		16	Coimbra	Liv. 3, fl. 39
		25	Santarém	Liv. 2, fl. 81v
		25	Pederneira	Liv. 3, fl. 17
		27	Alcobaça	Liv. 2, fl. 84
		30	Lisboa	Liv. 2, fl. 82-82v
		30	Santarém	Liv. 2, fl. 89
	Junho	1	Santarém	Liv. 2, fl. 81v-82
		5	Santarém	Liv. 2, fl. 82v-83; 83; 83v; 84-84v
		7	Santarém	Liv. 2, fl. 83; 83v
		8	Santarém	Liv. 2, fl. 83v
		10	Santarém	Liv. 3, fl. 4
		12	Santarém	Liv. 3, fl. 73

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1381	Junho	14	Soure (?) [1]	Liv. 3, fl. 1
		19	Santarém	Liv. 2, fl. 88-89
		24	Santarém	Liv. 2, fl. 83v
		25	Santarém	Liv. 2, fl. 83v
		26	Santarém	Liv. 2, fl. 83v
	Julho	1	Santarém	Liv. 3, fl. 74
		12	Santarém	Liv. 2, fl. 84; 84v-85
		14	Santarém	Liv. 2, fl. 84
		22	Santarém	Liv. 2, fl. 84
	Agosto	9	Lisboa	Liv. 2, fl. 84v
		17	Lisboa	Liv. 2, fl. 84v
		18	Lisboa	Liv. 2, fl. 102; Liv. 3, fl. 66
		21	Lisboa	Liv. 2, fl. 84v
		22	Lisboa	Liv. 2, fl. 85-85v
	Setembro	3	Lisboa	Liv. 2, fl. 85v
		8	Lisboa	Liv. 2, fl. 87v-88
		12	Lisboa	Liv. 2, fl. 85v-86
		18	Lisboa	Liv. 2, fl. 86
		21	Lisboa	Liv. 2, fl. 85v
		21	Lisboa	Liv. 2, fl. 86; 89
		28	Lisboa	Liv. 2, fl. 86; Liv. 3, fl. 74
	Outubro	2	Coimbra	Liv. 2, fl. 76v
		3	Lisboa	Liv. 2, fl. 87-87v
		8	Lisboa	Liv. 2, fl. 86v-87
		12	Lisboa	Liv. 2, fl. 88
		18	Lisboa	Liv. 2, fl. 89
		22	Lisboa	Liv. 2, f. 90v; Liv. 3, fl. 5
	Novembro	4	Lisboa	Liv. 2, fl. 100v
		6	Lisboa	Liv. 3, fl. 4
		8	Lisboa	Liv. 3, fl. 28v
		14	Lisboa	Liv. 2, fl. 90; Liv. 3, fl. 62
		15	Lisboa	Liv. 2, fl. 90
		18	Lisboa	Liv. 3, fl. 2
		28	Lisboa	Liv. 2, fl. 90
		30	Lisboa	Liv. 2, fl. 90
	Dezembro	1	Lisboa	Liv. 3, fl. 1; 4v
		8	Lisboa	Liv. 3, fl. 1-1v; 4
		13	Lisboa	Liv. 3, fl. 1
		15	Lisboa	Liv. 3, fl. 1v-2; 3v
		16	Lisboa	Liv. 2, fl. 90; Liv. 3, fl. 2; 3-3v
		17	Lisboa	Liv. 3, fl. 2v
		18	Lisboa	Liv. 3, fl. 3
		19	Lisboa	Liv. 3, fl. 2v

(8) Sourinho, concelho de Torres Novas, ou Sourões, concelho de Rio Maior.

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1381	Dezembro	24	Lisboa	Liv. 2, fl. 95; Liv. 3, fl. 26v
		30	Santarém	Liv. 3, fl. 5
1382	Janeiro	4	Santarém	Liv. 2, fl. 90v; Liv. 3, fl. 4
		10	Santarém	Liv. 3, fl. 5v
		15	Santarém	Liv. 3, fl. 50
		19	Oliveira	Liv. 2, fl. 90v-91; Liv. 3, fl. 6
		20	Santarém	Liv. 2, fl. 90v; 91v; Liv. 3, fl. 9v
		24	Montemor-o-Novo	Liv. 2, fl. 91v; Liv. 3, fl. 7
		26	Lisboa	Liv. 3, fl. 4v
		27	Rio Maior	Liv. 3, fl. 60
		28	Montemor o-Novo	Liv. 3, fl. 5
		30	Montemor-o-Novo	Liv. 3, fl. 5
	Fevereiro	1	Montemor-o-Novo	Liv. 3, fl. 5v
		1	Santarém	Liv. 2, fl. 91; Liv. 3, fl. 6
		3	Santarém	Liv. 2, fl. 91-91v
		6	Santarém	Liv. 3, fl. 4v
		6	Montemor-o-Novo	Liv. 3, fl. 31v
		7	Santarém	Liv. 3, fl. 7-7v
		13	Santarém	Liv. 2, fl. 90v; Liv. 3, fl. 5v; 6v
		18	Santarém	Liv. 2, fl. 98; Liv. 3, fl. 44
		21	Évora	Liv. 3, f. 9; 16v
		22	Évora	Liv. 3, fl. 6v
		24	Évora	Liv. 3, fl. 17v
		28	Évora	Liv. 2, fl. 91v; Liv. 3, fl. 6v; 7; 31
	Março	8	Santarém	Liv. 2, fl. 91; Liv. 3, fl. 6
		13	Santarém	Liv. 3, fl. 6v
		17	Santarém	Liv. 2, fl. 91v; Liv. 3, fl. 8
		23	Pavia	Liv. 3, fl. 7v
		30	Salvaterra	Liv. 3, fl. 62
	Abril	6	Évora	Liv. 3, fl. 8
		9	Évora	Liv. 2, fl. 98; Liv. 3, fl. 47v
		10	Évora	Liv. 2, fl. 93v; Liv. 3, fl. 18
		12	Santarém	Liv. 3, fl. 8
		14	Salvaterra	Liv. 3, fl. 65v
		15	Évora	Liv. 3, fl. 16v; 31
		22	Évora	Liv. 3, fl. 9
		23	Santarém	Liv. 2, fl. 91v; Liv. 3, fl. 8v
		24	Santarém	Liv. 2, fl. 91v; Liv. 3, fl. 9
		26	Évora	Liv. 3, fl. 12
		27	Évora	Liv. 3, fl. 8v
		30	Santarém	Liv. 2, fl. 91v; Liv. 3, fl. 8v
	Maio	3	Évora	Liv. 3, fl. 11v
		8	Lisboa	Liv. 3, fl. 20v
		12	Lisboa	Liv. 3, fl. 10v-11
		20	Santarém	Liv. 2, fl. 91v; 91v-92; Liv. 3, fl. 9v-10; 10

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1382	Maio	25	Évora	Liv. 3, fl. 30
		27	Évora	Liv. 2, fl. 92; Liv. 3, fl. 12
		28	Évora	Liv. 3, fl. 12v
	Junho	1	Estremoz	Liv. 3, fl. 12v
		2	Ribeira de Tora	Liv. 3, fl. 12v
		5	Estremoz	Liv. 3, fl. 57
		18	Estremoz	Liv. 3, fl. 15v
		20	Santarém	Liv. 3, fl. 35
		27	Estremoz	Liv. 2, fl. 93; Liv. 3, fl. 16v
		30	Estremoz	Liv. 3, fl. 13
	Julho	1	Estremoz	Liv. 3, fl. 15
		1	Santarém	Liv. 2, fl. 92-92v
		2	Borba	Liv. 2, fl. 95v-96; Liv. 3, fl. 29
		9	Elvas	Liv. 3, fl. 87
		10	Elvas	Liv. 3, fl. 13
		14	Elvas	Liv. 3, fl. 13
		15	Elvas	Liv. 2, fl. 93-93v; Liv. 3, fl. 3v; 15v; 17v
		21	Elvas	Liv. 3, fl. 3v; 13
		24	Elvas	Liv. 3, fl. 13v; 14; 14v
		25	Elvas	Liv. 3, fl. 14; 15v
		26	Elvas	Liv. 3, fl. 14v
		28	Elvas	Liv. 3, fl. 15
	Agosto	7	Lisboa	Liv. 3, fl. 8v
		11	Elvas	Liv. 3, fl. 25v
		12	Elvas	Liv. 2, fl. 92v-93; Liv. 3, fl. 16
		14	Borba	Liv. 2, fl. 93; Liv. 3, fl. 16v; 17
		15	Estremoz	Liv. 2, fl. 93; Liv. 3, fl. 17
		15	Amoreira [1]	Liv. 2, fl. 96
		16	Momportom	Liv. 3, fl. 17
		17	Évora	Liv. 3, fl. 51v-52
		21	Elvas	Liv. 3, fl. 16
		21	Bembelide	Liv. 3, fl. 17v
		22	Cabeção	Liv. 2, fl. 93v; Liv. 3, fl. 17v
		22	Franceira	Liv. 3, fl. 39
		25	Amoreira	Liv. 3, fl. 31
		26	Amoreira	Liv. 2, fl. 95-95v; Liv. 3, fl. 27v
	Setembro	2	Coruche	Liv. 2, fl. 96; Liv. 3, fl. 31
		7	Sanzes	Liv. 2, fl. 93v-94; Liv. 3, fl. 20
		7	Lisboa	Liv. 3, fl. 24v
		9	Lisboa	Liv. 3, fl. 91
		10	Sanzes	Liv. 3, fl. 19v
		16	Lisboa	Liv. 3, fl. 18v-19
		18	Lisboa	Liv. 3, fl. 19-19v

(9) Concelho de Estremoz.

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1382	Setembro	18	Santarém	Liv. 3, fl. 18v
		20	Lisboa	Liv. 3, fl. 18v
		22	Santarém	Liv. 2, fl. 94v; Liv. 3, fl. 23
		27	Moita	Liv. 3, fl. 38v
	Outubro	1	Moita	Liv. 2, fl. 96-96v; Liv. 3, fl. 32
		7	Lisboa	Liv. 3, fl. 28
		7	Amoreira	Liv. 3, fl. 59
		10	Santarém	Liv. 3, fl. 19v; 20
		10	Lisboa	Liv. 2, fl. 94; Liv. 3, fl. 21
		12	Coimbra	Liv. 2, fl. 95v; Liv. 3, fl. 27v
		18	Lisboa	Liv. 3, fl, 25-25v
		19	Lisboa	Liv. 3, fl. 34v
		20	Lisboa	Liv. 3, fl. 22-22v
		20	Alfeizerão	Liv. 2, fl. 110-110v
		22	Lisboa	Liv. 3, fl. 24-24v
		24	Lisboa	Liv. 3, fl. 20
		26	Alfeizerão	Liv. 2, fl. 94v; Liv. 3, fl. 23v
		30	Santarém	Liv. 3, fl. 21
	Novembro	1	Pederneira	Liv. 2, fl. 108v-109; Liv. 3, fl. 94
		3	Santarém	Liv. 3, fl. 21v-22
		4	Santarém	Liv. 3, fl. 11v
		5	Santarém	Liv. 3, fl. 23; 23v
		6	Póvoa do Cortiço	Liv. 2, fl. 97v; Liv. 3, fl. 43v
		8	Santarém	Liv. 2, fl. 94v; Liv. 3, fl. 23v
		10	Rio Maior	Liv. 3, fl. 26; 27
		12	Rio Maior	Liv. 3, fl. 31v
		15	Rio Maior	Liv. 2, fl. 84-95; 96v-97 ;L. 3, fl. 26; 22-32v
		17	Rio Maior	Liv. 3, fl. 27v
		18	Rio Maior	Liv. 3, fl. 26; 41v
		20	Rio Maior	Liv. 2, fl. 110
		20	Santarém	Liv. 2, fl. 95; Liv. 3, fl. 27
		22	Rio Maior	Liv. 3, fl. 40
		25	Rio Maior	Liv. 2, fl. 85v; Liv. 3, fl. 27
		30	Rio Maior	Liv. 3, fl. 29v
	Dezembro	1	Santarém	Liv. 3, fl. 36
		2	Rio Maior	Liv. 3, fl. 40; 42v
		3	Rio Maior	Liv. 3, fl. 35v
		4	Rio Maior	Liv. 3, fl. 32v
		5	Rio Maior	Liv. 3, fl. 57
		6	Rio Maior	Liv. 3, fl. 53
		7	Rio Maior	Liv. 2, fl. 93v; Liv. 3, fl. 18; 28v
		8	Rio Maior	Liv. 2, fl. 97; Liv. 3, fl. 32v; 33; 33v-34
		9	Rio Maior	Liv. 3, fl. 87
		9	Santarém	Liv. 3, fl. 26
		10	Rio Maior	Liv. 3, fl. 33

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1382	Dezembro	12	Santarém	Liv. 2, fl. 95v; Liv. 3, fl. 28v
		15	Santarém	Liv. 2, fl. 95; Liv. 3, fl. 27
		15	Rio Maior	Liv. 3, fl. 37v
		16	Rio Maior	Liv. 3, fl. 37
		17	Rio Maior	Liv. 3, fl. 30
		18	Rio Maior	Liv. 2, fl. 95v; Liv. 3, fl. 29; 29v
		20	Rio Maior	Liv. 3, fl. 34
		22	Rio Maior	Liv. 3, fl. 30v
		24	Rio Maior	Liv. 3, fl. 35
		25	Rio Maior	Liv. 2, fl. 98; Liv. 3, fl. 45
		26	Rio Maior	Liv. 3, fl. 38; 38v; 39v
		28	Rio Maior	Liv. 2, fl. 109v
		29	Santarém	Liv. 3, fl. 30v
		30	Santarém	Liv. 2, fl. 90v
		30	Rio Maior	Liv. 3, fl. 44
1383	Janeiro	1	Rio Maior	Liv. 3, fl. 46; 93
		3	Rio Maior	Liv. 3, fl. 46v; 47
		3	Lisboa	Liv. 2, fl. 97v
		4	Rio Maior	Liv. 2, fl. 98; Liv. 3, fl. 35; 46v; 48; 48v
		5	Rio Maior	Liv. 3, fl. 36
		6	Rio Maior	Liv. 3, fl. 35v; 36
		8	Rio Maior	Liv. 3, fl. 35; 53
		9	Santarém	Liv. 2, fl. 99; Liv. 3, fl. 59
		12	Rio Maior	Liv. 3, fl. 36
		13	Rio Maior	Liv. 3, fl. 47v; 48v-49; 52v; 54
		13	Santarém	Liv. 3, fl. 59
		14	Rio Maior	Liv. 3, fl. 65
		15	Rio Maior	Liv. 3, fl. 49-49v; 52v
		16	Rio Maior	Liv. 3, fl. 53
		17	Rio Maior	Liv. 3, fl. 53
		18	Rio Maior	Liv. 3, fl. 36v; 44v; 55
		19	Santarém	Liv. 3, fl. 54
		20	Rio Maior	Liv. 3, fl. 59; 59v
		21	Rio Maior	Liv. 3, fl. 54v
		21	Santarém	Liv. 3, fl. 38; 43
		23	Rio Maior	Liv. 3, fl. 43; 53-53v; 53v
		23	Lisboa	Liv. 3, fl. 39
		24	Rio Maior	Liv. 3, fl. 60-60v
		25	Rio Maior	Liv. 2, fl. 109v; Liv. 3, fl. 44v
		26	Rio Maior	Liv. 3, fl. 60v
		27	Rio Maior	Liv. 2, fl. 99v-100; Liv. 3, fl. 60
		30	Lisboa	Liv. 3, fl. 40v
	Fevereiro	2	Rio Maior	Liv. 3, fl. 61
		4	Rio Maior	Liv. 3, fl. 45v
		5	Lisboa	Liv. 3, fl. 60v-61

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1383	Fevereiro	8	Rio Maior	Liv. 3, fl. 60v
		9	Rio Maior	Liv. 3, fl. 41-41v; 51
		9	Santarém	Liv. 3, fl. 41
		10	Rio Maior	Liv. 3, fl. 42
		11	Rio Maior	Liv. 3, fl. 44
		14	Rio Maior	Liv. 3, fl. 49v; 56
		15	Rio Maior	Liv. 2, fl. 97v; Liv. 3, fl. 42; 69v
		15	Santarém	Liv. 3, fl. 43v
		16	Santarém	Liv. 2, fl. 98; 102-102v; Liv. 3, fl. 43v; 68
		18	Santarém	Liv. 2, fl. 110v; Liv. 3, fl. 50
		19	Santarém	Liv. 3, fl. 51
		20	Santarém	Liv. 3, fl. 54v
		23	Santarém	Liv. 3, fl. 89
		23	Rio Maior	Liv. 3, fl. 51; 61v
		25	Rio Maior	Liv. 3, fl. 56
		26	Rio Maior	Liv. 3, fl. 56-56v
		27	Santarém	Liv. 3, fl. 48v
		27	Rio Maior	Liv. 3, fl. 50v; 56v
	Março	2	Rio Maior	Liv. 3, fl. 47v
		3	Rio Maior	Liv. 3, fl. 49v; 50
		4	Rio Maior	Liv. 3, fl. 50v
		5	Rio Maior	Liv. 2, fl. 98; 98v; Liv. 3, fl. 50v; 55v
		7	Rio Maior	Liv. 3, fl. 52; 55; 95v
		8	Rio Maior	Liv. 3, fl. 52v; 55; 55v
		9	Rio Maior	Liv. 2, fl. 98v; Liv. 3, fl. 52v
		10	Rio Maior	Liv. 2, fl. 98v; 102; Liv. 3, fl. 55v; 64v
		11	Rio Maior	Liv. 3, fl. 54v
		12	Rio Maior	Liv. 3, fl. 55
		12	Santarém	Liv. 3, fl. 54v
		13	Rio Maior	Liv. 3, fl. 54v
		14	Rio Maior	Liv. 3, fl. 57
		18	Rio Maior	Liv. 3, fl. 55v; 65
		21	Rio Maior	Liv. 2, fl. 100v; Liv. 3, fl. 61v
		22	Rio Maior	Liv. 3, fl. 57; 57v; 58; 63; 88v
		23	Rio Maior	Liv. 3, fl. 63; 64v
		24	Salvaterra	Liv. 3, fl. 65
		25	Santarém	Liv. 2, fl. 102
		26	Santarém	Liv. 2, fl. 102; Liv. 3, fl. 67; 67v
		26	Salvaterra	Liv. 2, fl. 100-100v; Liv. 3, fl. 61v
		28	Salvaterra	Liv. 3, f. 62; 64v
		29	Salvaterra	Liv. 2, fl. 100v-101; Liv. 3, fl. 62v
	Abril	2	Salvaterra	Liv. 2, fl. 101; Liv. 3, fl. 63-63v
		3	Salvaterra	Liv. 3, fl. 62v; 63
		4	Salvaterra	Liv. 3, fl. 64-64v
		5	Salvaterra	Liv. 3, fl. 64

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1383	Abril	6	Salvaterra	Liv. 2, fl. 101-101v; 101v-102; Liv. 3, fl. 63v; 64; 67v
		7	Santarém	Liv. 3, fl. 65v
		8	Santarém	Liv. 2, fl. 104v; Liv. 3, fl. 66v; 74v
		11	Santarém	Liv. 3, fl. 58v
		12	Salvaterra	Liv. 3, fl. 72v
		15	Salvaterra	Liv. 2, fl. 109v
		16	Santarém	Liv. 3, fl. 65v
		20	Salvaterra	Liv. 2, fl. 102; Liv. 3, fl. 66
		21	Salvaterra	Liv. 3, fl. 57v
		22	Salvaterra	Liv. 3, fl. 57v; 66v; 73v
		24	Salvaterra	Liv. 2, fl. 99; 106; Liv. 3, fl. 58v; 78v
		24	Lisboa	Liv. 3, fl. 71-72
		28	Lisboa	Liv. 3, fl. 84; 85
		30	Salvaterra	Liv. 3, fl. 68; 68v; 70
	Maio	1	Salvaterra	Liv. 2, fl. 109v; Liv. 3, fl. 67; 69v; 72v
		1	Santarém	Liv. 2, fl. 105
		3	Salvaterra	Liv. 2, fl. 102v; Liv. 3, fl. 68v
		6	Salvaterra	Liv. 3, fl. 70v
		10	Salvaterra	Liv. 3, fl. 78v
		12	Salvaterra	Liv. 3, fl. 69
		15	Salvaterra	Liv. 3, fl. 68v
		18	Salvaterra	Liv. 3, fl. 68v
		22	Salvaterra	Liv. 2, fl. 76
		29	Santarém	Liv. 2, fl. 109v
	Junho	1	Almada	Liv. 3, fl. 70
		10	Lisboa	Liv. 2, fl. 106v-107; Liv. 3, fl. 84-84v
		10	Almada	Liv. 2, fl. 109v; Liv. 3, fl. 69
		15	Almada	Liv. 2, fl. 104v; Liv. 3, fl. 75
		16	Lisboa	Liv. 2, fl. 107
		16	Almada	Liv. 3, fl. 69
		17	Almada	Liv. 3, fl. 69v
		20	Almada	Liv. 2, fl. 102v-103; Liv. 3, fl. 70;73
		23	Almada	Liv. 2, fl. 103-103v; Liv. 3, fl. 70v-71; 84v
		26	Almada	Liv. 2, fl. 103v; 103v-104; L. 3, fl. 71; 72v
		26	Lisboa	Liv. 3, fl. 89
		27	Lisboa	Liv. 3, fl. 87v-88v
		27	Almada	Liv. 2, fl. 104; Liv. 3, fl. 73
		29	Almada	Liv. 3, fl. 72v
		29	Lisboa	Liv. 3, fl. 76v
		30	Almada	Liv. 3, fl. 84
	Julho	3	Lisboa	Liv. 2, fl. 104; Liv. 3, fl. 73v; 75
		5	Almada	Liv. 2, fl. 104-104v; Liv. 3, fl. 74v
		6	Lisboa	Liv. 2, fl. 105; Liv. 3, fl. 76v
		8	Lisboa	Liv. 2, fl. 104v; Liv. 3, fl. 74v; 78v-79

Ano	Mês	Dia	Localidade	Fonte
1383	Julho	12	Almada	Liv. 3, fl. 75v
		13	Almada	Liv. 2, fl. 105v; Liv. 3, 77v
		13	Lisboa	Liv. 2, fl. 104v; Liv. 3 fl. 75v-76
		15	Lisboa	Liv. 3, fl. 77
		17	Lisboa	Liv. 2, fl. 104v-105; Liv. 3, fl. 76
		18	Almada	Liv. 3, fl. 79
		18	Santarém	Liv. 2, fl. 98v-99; Liv. 3, fl. 56v
		20	Lisboa	Liv. 2, fl. 107; Liv. 3, fl. 86v
		21	Lisboa	Liv. 3, fl. 78
		22	Lisboa	Liv. 2, fl. 105; 105-105v; Liv. 3, fl. 76v; 77; 77v
		23	Lisboa	Liv. 2, fl. 105v-106; Liv. 3; fl. 77v
		28	Almada	Liv. 3, fl. 74
		30	Lisboa	Liv. 2, fl. 106; Liv. 3, fl. 78
	Agosto	1	Lisboa	Liv. 3, fl. 84; 85v
		2	Lisboa	Liv. 3, fl. 79v; 80v-83
		6	Lisboa	Liv. 3, fl. 85
		7	Lisboa	Liv. 3, fl. 83v
		9	Lisboa	Liv. 3, fl. 79
		11	Lisboa	Liv. 3, fl. 83v; 88v
		14	Lisboa	Liv. 3, fl. 90
		19	Lisboa	Liv. 2, fl. 103v; Liv. 3, fl. 72
		20	Lisboa	Liv. 3, fl. 85; 86-86v
		21	Lisboa	Liv. 3, fl. 87
		28	Lisboa	Liv. 3, fl. 95
		31	Lisboa	Liv. 3, fl. 90v
	Setembro	1	Lisboa	Liv. 2, fl. 107; Liv. 3, fl. 88v
		2	Lisboa	Liv. 3, fl. 89v-90
		4	Lisboa	Liv. 3, fl. 90
		9	Lisboa	Liv. 2, fl. 107; Liv. 3, fl. 90v
		10	Lisboa	Liv. 2, fl. 107v; Liv. 3, fl. 90v; 92v
		11	Lisboa	Liv. 2, fl. 107-107v; Liv. 3, fl. 91
		13	Lisboa	Liv. 3, fl. 91v-92v
		14	Lisboa	Liv. 3, fl. 87
		15	Lisboa	Liv. 3, fl. 87
		18	Lisboa	Liv. 3, fl. 92v; 94v
		19	Lisboa	Liv. 2, fl. 107v-108; Liv. 3, fl. 93
		20	Lisboa	Liv. 2, fl. 108-108v; Liv. 3, fl. 93v
		23	Lisboa	Liv. 2, fl. 108v; 109; Liv. 3, fl. 94; 96; 96v
	Outubro	2	Lisboa	Liv. 3, fl. 95
		5	Lisboa	Liv. 3, fl. 95v
		7	Amoreira	Liv. 2, fl. 99-99v
		16	Lisboa	Liv. 2, fl. 110v



Localidades visitadas por D. Fernando

Nótula sobre um levantamento popular nas vésperas do Interregno

Por ARMANDO LUIS DE CARVALHO HOMEM

1. A um leitor da extensa bibliografia dedicada aos levantamentos populares na Europa dos séculos XIV e XV ocorrerá, muito possivelmente, esta pergunta: e em Portugal?

Não serão numerosos os acontecimentos que, em resposta, lhe virão à mente: as manifestações de oposição ao casamento de D. Fernando, a crise de 1383-85, os eventos posteriores ao termo da regência do infante D. Pedro... E quanto a revoltas localizadas praticamente apenas a de Pinhel, datável por volta de 1480 e recentemente dada a conhecer pelo Prof. Humberto Baquero Moreno (1).

Tal facto será espelho, mais do que de uma «calmaria» que, a existir, constituiria uma notável raridade na Europa dos fins da Idade Média, do atraso da nossa historiografia neste campo. É evidente que Portugal não constitui excepção, e a comprová-lo estarão as inegáveis implicações sociais dos eventos referidos, para além do muito mais que se pressente, nomeadamente no meio rural (2), cuja problemática, mormente na segunda metade de Trezentos, e na esteira desse precursor que foi António Sérgio, alguns estudos tem vindo a suscitar.

2. Embora localizado numa povoação alentejana — Sousel — o levantamento cujo estudo agora procuramos aprofundar (3) inserir-se-á também,

---

(1) *Um conflito social em Pinhel e seu termo no século XV*, separata de «Papel das Áreas Regionais na formação histórica de Portugal» — actas do colóquio promovido pela Academia Portugesa de História, Lisboa, 1975, pp. 333-379.

(2) É precisamente aí que têm lugar os conflitos entre bandos rivais (H. Baquero Moreno, *op. cit.*, p. 334), de que encontramos indícios já antes do Interregno: veja-se a carta régia de 21 de Janeiro de 1383, concedendo perdão a um implicado em tais actividades, neste caso em Elvas (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, livro III, fol. 54 v.° V. Anexo I, doc. n.° 7).

muito possivelmente, na problemática do mundo rural. E dizemos «muito possivelmente» porquanto o que se sabe de concreto é pouco: em data que se situará entre 1375 — em 14 de Dezembro deste ano todos os direitos régios de Sousel são, com outras coisas, doados a Rodrigo Álvares Pereira, comendador do local (4) — e 1382 — data de 10 de Abril a carta de perdão aos habitantes da localidade (5) — a população da localidade amotinou-se, recusando-se a cumprir um mandado régio — não se especifica o seu teor — e assassinando o enviado do monarca, Gonçalo Eanes de Alter, juiz em Estremoz, provavelmente encarregado de cumprir a referida determinação régia. O diploma em questão, considerando que os moradores da terra eram passíveis de morte e confisco de bens, concede efectivamente o perdão, mas com a condição de as herdades de Sousel e seu termo se tornarem reguengos e de o monarca receber os respectivos direitos, do mesmo modo que das outras terras requengueiras de Entre Tejo e Guadiana; manda igualmente soltar os indivíduos ainda presos (6).

As condições em que o perdão é concedido levam-nos a crer estar perante um problema não raro na Idade Média Portuguesa: a pretensão manifestada pela Coroa no sentido da apropriação de terras situadas em território concelhio e a sua incorporação no património próprio. Tal facto, como é evidente, depara com a oposição dos concelhos, dados os privilégios particulares dos colonos dos reguengos e a consequente subtracção a parte dos encargos municipais (7).

No intuito de melhor esclarecer as determinantes do motim, remontemos algumas décadas, na pesquisa dos antecedentes da situação agora criada.

3. Por dois diplomas do reinado de D. Afonso IV nos podemos já aperceber de pretensões régias em relação a Sousel.

---

(3) Uma breve referência lhe faz o Prof. Salvador Dias Arnaut (*A crise nacional dos fins do século XIV. I — A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, 1959, p. 26), transcrevendo parte da carta de perdão de 10 de Abril de 1382 (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. III, fol. 18 e liv. II, fol. 93 v.°; v. Anexo I, doc. n.° 5).

(4) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. I, fol. 185 v.° (v. Anexo I, doc. n.° 4).

(5) Idem, liv. III, fol. 18 e liv. II, fol. 93 v.° (v. Anexo I, doc. n.° 5).

(6) Idem, ibidem.

(7) Armando de Castro, *Reguengos*, in «Dicionário de História de Portugal», dir. por Joel Serrão, vol. II., pp. 563-4; Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed., t. VIII, Lisboa, 1950, pp. 135 ss.

De 7 de Março de 1341 data uma carta de confirmação de sentença, dada pelos ouvidores João Eanes Melo e Domingos Pais, atribuindo ao soberano o lugar de Sousel, como reguengo. Alegara o procurador régio que, aquando do povoamento de Estremoz, no tempo de D. Afonso III, este retivera para si o lugar de Sousel e outros no termo daquela vila, como reguengos. A contestação por parte do procurador de Sousel assentara fundamentalmente em negar que a localidade alguma vez tivesse sido reguengo e termo de Estremoz, antes havendo estado na posse dos «freires» (de Aviz), como termo de Aviz e de Fronteira. A sentença, como referimos, favorece o monarca, que prescreve ao almoxarife e ao escrivão de Estremoz que tomem posse de Sousel, já na qualidade de reguengo (8).

A vigência de tal situação não é, porém, longa. Os moradores de Sousel, inconformados, recorrem para o rei: pedem quitação de todo e qualquer direito que este tenha no lugar, devido à sentença ou a outra razão, comprometendo-se, em contrapartida, a erguer um castelo, no local, nas condições e na ocasião que o próprio soberano determinar; mais lhe solicitam que, caso defira a pretensão, obrigue os habitantes do termo a prestar anúduva. D. Afonso acede, em parte: manda entregar ao concelho todas as herdades e outros bens embargados por motivo da sentença, mas mantém os outros direitos que já possuía em Sousel anteriormente (9).

Até ao fim do reinado não nos dá a Chancelaria régia mais qualquer indicação sobre a vila.

Do tempo do «Justiceiro» apenas breves e escassamente esclarecedores elementos: em 8 de Março de 1357 os direitos da alcaidaria de Sousel são doados a Vasco Dias, comendador do lugar (10).

Para além disto, a Chancelaria do monarca apenas nos dá, em ementa, uma confirmação dos privilégios do concelho (11) e outra dos besteiros do conto (12), as quais, evidentemente, nada adiantam.

4. E chegamos ao reinado de D. Fernando. A primeira indicação sobre Sousel é a já referida carta régia de 14 de Dezembro de 1375, na

---

(8) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. IV fol. 69 v.° (v. Anexo I, doc. n.° 1).

(9) Idem, fols. 75 v.°-76 (v. Anexo I, doc. n.° 2).

(10) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Pedro I*, liv. I, fol. 3 — ementa (v. Anexo I, doc. n.° 3).

(11) Idem, fol. 23.

(12) Idem, fol. 28 v.°.

qual são doados a Rodrigo Álvares Pereira, entre outras coisas, todos os direitos e rendas do lugar (13).

Conforme também já vimos, data de cerca de seis anos mais tarde — concretamente de 10 de Abril de 1382 — a carta de perdão aos habitantes de Sousel, por desobediência a mandado régio e morte do juiz Gonçalo Eanes de Alter (14).

Não terminam, todavia, com este diploma, as medidas de D. Fernando relativas a Sousel. Em 22 de Novembro do mesmo ano, nova carta régia vem alterar, em parte, o regime das herdades em causa: depois de recordar as ocorrências anteriores, refere o monarca as condições em que o perdão fora concedido, ou seja, como já sabemos, a conversão das herdades em reguengos. O objectivo do presente diploma é a concessão a Pero Rodrigues da Fonseca da quarta parte dos direitos que o soberano deveria ter «dos beens daquellas pesoas da dicta villa de Sousel que fforom culpadas na morte do dicto Gonçalle Anes, juiz, e que nom quiserom comprir ssas cartas e e (sic) mandados, de que avemos ffecto regengo, segundo suso dicto he...» (15).

Este enunciado levanta uma interrogação: enquanto que no diploma de 10 de Abril e no preâmbulo deste, de 22 de Novembro, se refere indiscriminadamente a responsabilidade dos moradores do Sousel nos incidentes, ao enunciarem-se os direitos doados a Pero Rodrigues da Fonseca fala-se das pessoas que foram culpadas na morte do juiz. Quererá isto dizer que as autoridades conheciam os principais responsáveis pelo levantamento e que é apenas a quarta parte dos bens destes que é agora concedida? Ou será, pelo contrário, uma das imprecisões de linguagem em que a documentação medieval é fértil?

Questões a que os elementos de que dispomos não permitem uma resposta.

5. Qual a data do evento? Obviamente posterior a Dezembro de 1375, deverá ter ocorrido não muito tempo antes da carta de perdão. No entanto, o teor da documentação não permite avançar mais a esse respeito.

Elementos para uma resposta mais precisa à questão podem ser eventualmente fornecidos pelo itinerário régio. E porquê? Porquanto, perante

---

(13) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. I, fol. 185 v.º (v. Anexo I, doc. n.º 4).

(14) Idem, liv. III, fol. 18 e liv. II, fol 93 v.º (v. Anexo I, doc. n.º 5).

(15) Idem, liv III, fol. 40 (v. Anexo I, doc. n.º 6).

revoltas ocorridas em meios urbanos, é frequente os monarcas, passado normalmente o período mais tenso, deslocarem-se ao local, no intuito de restabelecer a ordem (16).

Entre Dezembro de 1375 e Abril de 1382 por várias vezes se desloca D. Fernando ao Alentejo. A mais prolongada dessas deslocações é a que decorre de Dezembro de 1379 a Agosto de 1380 (17), e no decurso da qual o monarca efectivamente permanece por algum tempo em Sousel — e é a única vez que o faz ao longo do período considerado (18).

Reconstituamos pois o itinerário, de fins de 1379 a Agosto de 1380 (19).

Localizado em Santarém a 30 de Novembro de 1379 (20), a 2 de Dezembro D. Fernando está em Salvaterra de Magos (21), onde continua no dia seguinte (22) e se mantém a 11 (23). A 19 encontra-se no Sabugueiro (24), a 30 em Arraiolos (25) e a 5 de Janeiro em Évora (26), onde se manterá pelo menos até 16 de Fevereiro (27), sendo aí a sua presença atestada a 9 (28),

---

(16) Veja-se, entre outros exemplos que se poderiam citar, a acção de Pedro III de Aragão face aos acontecimentos de Barcelona, em 1285 (Michel Mollat e Philippe Wolff, *Ongles bleus, Jacques et Ciompi — les révolutions populaires en Europe aux XIV.e et XV.e siècles*, Paris, 1970, p. 51).

(17) Fernão Lopes refere-a no capítulo CV da *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando, nono rei destes regnos*, ed. prefaciada pelo Prof. Salvador D. Arnaut, Porto, 1966, p. 299.

(18) Apenas uma outra vez, ao longo de todo o reinado, encontramos D. Fernando em Sousel: é em Março de 1375, também no decurso de uma prolongada viagem pelo Alentejo. Vindo de Veiros, onde se encontrava desde 13 de Fevereiro (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. I, fol. 163 v.°) e donde partirá a 13 de Março (idem, fol. 165 v.°), neste último dia chegará a Sousel (Idem, fol. 166); a 5 lá continua (Idem, fols. 165 v.°, 166), a 10 está no Cano (idem, fol. 166 v.°), a 15 de novo em Sousel (idem, ibidem) e a 17 mais uma vez no Cano (idem, fol. 177). A 23 já se encontra em Lisboa (idem, fol. 167 v.°).

(19) V. Anexo II.

(20) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. II, fol. 51.

(21) Idem, ibidem.

(22) Idem, fols. 50 v.°, 51.

(23) Idem, fol. 51.

(24) Idem, fol. 84.

(25) Idem, fol. 53 v.°

(26) Idem, fol. 58.

(27) Idem, fol. 57.

(28) Idem, fol. 55.

13 ([29]), 21 ([30]), 25 ([31]) e 30 de Janeiro ([32]) e a 3 ([33]), 5 ([34]) e 6 de Fevereiro ([35]). A 6 de Março encontra-se no Vimieiro ([36]) e a 10 no local do evento que serve de base a este estudo — Sousel ([37]) — onde a sua presença é ainda atestada a 14 ([38]), 22 ([39]) e 26 ([40]), havendo entretanto localizações em Estremoz a 17 ([41]), 18 ([42]), 20 ([43]) e 23 ([44]). A 5 Abril está de novo em Estremoz ([45]) e a 10 em Portalegre ([46]), onde se irá manter sem interrupção até 30 de Maio ([47]). A 2 de Junho o monarca é dado em Estremoz ([48]), a 5, 6, 7 e 13 em Portalegre ([49]), a 14 em Fronteira ([50]), a 16 em Estremoz ([51]), a 20 em Portalegre ([52]) e a 22 de novo em Estremoz ([53]), onde se irá manter até 4 de Agosto ([54]). A 24 deste mês já se encontra em Torres Novas ([55]).

([29]) Idem, fol. 57.

([30]) Idem, fols. 55, 57.

([31]) Idem, fol. 59.

([32]) Idem, fols. 55 v.°, 56 v.°. Parecem-nos por isso deslocadas as presenças do monarca em Santarém a 1 (*Chancelaria de D. Fernando,* liv. II, fol. 53) e 11 de Janeiro (idem, fol. 53 v.°) de 1380.

([33]) Idem, fol. 55 v.°.

([34]) Idem, fol. 57: AHCML, *Livro II del-rei D. Fernando,* doc. 18.

([35]) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando,* liv. II, fol. 57.

([36]) Idem, fol. 59 v.°. E estando a Corte nesta localidade que dela parte o infante D. João, a caminho do Entre-Douro-e-Minho, morta já D. Maria Teles (F. Lopes, *Op.* e *loc. cit.*).

([37]) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando,* liv. II, fol. 58 v.°.

([38]) Idem, ibidem.

([39]) Idem, ibidem.

([40]) Idem, fol. 59.

([41]) Idem, fol. 58.

([42]) Idem, fol. 57 v.°.

([43]) Idem, fol. 58 v.°.

([44]) Idem, ibidem.

([45]) Idem, ibidem.

([46]) Idem, fol. 61 v.°.

([47]) Idem, fol. 62 v.°.

([48]) Idem, fol. 63 v.°.

([49]) Idem, fols. 62, 62 v.°, 63, 65 v.°

([50]) Idem, fol. 63 v.°.

([51]) A. N. T. T., Gaveta 17, maço 6, n.° 11. Publicado por S. Arnaut, *Op. cit.,* pp. 321-3

([52]) A N. T T., *Chancelaria de D. Fernando,* liv. II, fol. 63 v.°.

([53]) Idem, ibidem.

([54]) Idem, fol. 68.

([55]) Idem, fol. 74 v.°.

Significará esta longa digressão por teras transtaganas, e particularmente a estadia em Sousel, que os acontecimentos se haviam dado pouco antes? Achamos plausível, embora, como é óbvio, seja inviável uma resposta categórica.

6. Que concluir sobre as eventuais determinantes do motim? De positivo sabemos o seguinte: com um intervalo de cerca de 40 anos a Coroa tenta por duas vezes tornar reguengueiras as herdades de Sousel e seu termo.

Em 1341, aliás, o problema já não devia ser novo, uma vez que o procurador régio, na acção intentada, alega direitos remontando ao reinado do «Bolonhês», aquando do povoamento de Estremoz (56).

A resistência da população da vila leva o monarca, como vimos, a desistir das prerrogativas que a sentença lhe conferira, com a condição de se edificar um castelo na localidade (57).

Contudo, e maugrado a doação de 14 de Dezembro de 1375 a Rodrigo Álvares Pereira (58), as pretensões da Coroa não terão provavelmente desaparecido, e como que a comprová-lo estará o aproveitamento da concessão de perdão à vila para tentar repor a situação para que a sentença de 1341 apontara (59).

E não seria a resistência a tais pretensões, eventualmente já antes manifestas, a causa directa do motim? De que missão iria incumbido o malogrado Gonçalo Eanes de Alter, juiz de Estremoz, «que nos mandaramos aa dicta villa por algũas cousas que hi devia de ffazer por nosso serviço» (60)? Não se trataria, já então, de um mandado régio visando converter as herdades em reguengos, o qual seria executado pelo referido juiz?

Líquido é que, às repetidas pretensões dos monarcas opõe a população uma certa resistência, que poderá estar, eventualmente, na base da alienação, cerca de meio ano após o perdão, de parte dos direitos régios em causa, mediante a concessão feita a Pero Rodrigues da Fonseca (61).

Por último, quer-nos parecer significativa a provável localização tem-

---

(56) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. IV, fol. 69 v.º (v. Anexo I, doc. n.º 1).

(57) Idem, fols. 75 v.º-76.

(58) A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. I, fol. 185 v.º (v. Anexo I, doc. n.º 4).

(59) Idem, liv. III, fol. 18 e liv. II, fol. 93 v.º (v. Anexo I, doc. n.º 5).

(60) Idem, liv. III, fol. 40 (v. Anexo I, doc. n.º 6).

(61) Idem, ibidem.

poral do evento, traduzindo, cremo-lo, inegável mal-estar social, propiciado quer por uma situação económica difícil, que as sucessivas quebras da moeda neste reinado operadas por certo não contribuíram para suavizar, quer pelas consequências da flutuante política externa de D. Fernando.

1383 está no horizonte...

ANEXOS

I. DOCUMENTOS *

Documento n.º 1

Lisboa, 7 de Março de 1341

Outra sentença per que foy julgado ao dicto Senhor o logo de Sousel por seu rregemgo pellas divisooes deparadas etc.

Don Affonso, pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem faço saber que demanda era perante os ouvydores dos meus fectos, per citaçom antre o meu procurador por mim da hũa parte, e os moradores de Sousel da outra, per Johane Anes de Vila Verde, procurador em mha corte, seu procurador, per rrazom que o dicto meu procurador por mim dizia en ssa petiçom contra os moradores de Sousel que ElRey Dom Affonso, meu avoo, pobrara Stremoz, e que quando a dera a pobradores que filhara e rretevera pera ssy o dicto logo de Sousel por seu rregueengo com os outros rregaengos que avya no termho da dicta vila de Stremoz. E dizia o dicto meu procurador que as divisoens do dicto logo de Sousel eram estas, convem a ssaber, como partia pelo marco que siia no Rostro da Cabeça de San Bertolameu, no caminho que hy ha de Stremoz pera o Cano, o qual tinha quinas contra Stremoz e por contra o Cano ,e des i dereitamente doutro marco que siia no Bico dos Pocilgaaes Velhos que forom de Dom Gil Martiz, que foy Meestre d'Avis, e des y dereitamente doutro marco que siia (1) <ao> pardeeiro onde pareçia a dicta villa de Sousel, hu estavam as Seixas, e des i dereitamente do penedo que siia em na herdade que fora de Domingos Stevez Trinchas, a par da casa de Fernam Eanes, a qual fora de Roy Lourenço, e des idereitamente a agua (2) da Ribeira de Sousel, e des i dereitamente a

(*) Na transcrição desdobraram-se as abreviaturas e normalizou-se o emprego de «u», «v», «i» e «j»; no topónimo e antropónimos utilizaram-se maiúsculas; colocaram-se entre parêntesis angulares < > as palavras entrelinhadas no manuscrito; por último actualizou-se a pontuação.

(1) Cortada a palavra «do».

(2) Subpontada a expressão «da Serra onde parece Stremoz», aqui indevidamente colocada.

azenha de Martim Osidrez, e des i dereitamente aa Fonte dos Coutos, e des i dereitamente aos penedos que seem na Serra onde pareçe Stremoz, vertente agua contra Sousel, assi como logravam os de Sousel com os de Stremoz, e como sse hia ao marco que dicto era em na primeira divison, que siia no Rostro da Cabeça de San Bertolameu, por que pedia que os dictos meus ouvidores declarassem o dicto logo de Sousel por meu rregaengo. E pedia que contestassem. E Johane Anes de Vila Verde, procurador dos dictos moradores de Sousel, contestando a dicta petiçom, disse que nom sabia nem criia se El-Rey Dom Affonso, meu avoo, probara Stremoz, e que quando o dera a pobradores se rretevera pera ssy o dicto logo de Sousel por sseu rregaengo pello dictos marcos e divisoens conteudos na dicta petiçom com os outros rregaengos que avya no termho da dicta villa de Stremoz. E conffessou que os termhos e divisoens conteudas na dicta petiçom com os outros rregaengos eram pelos marcos e devisoens em ela conteudos. Outrossy conffessou que os termhos e devisoens conteudos na dicta petiçom possoiram os freires, mays nom por rregaengo meu nem por termho de Stremoz, mays por termho d'Avis e Ffonteira. E Giraldo Stevez, meu procurador, vista a contestaçom que o procurador dos dictos moradores fazia, disse que o queria provar. E veeo com sseus arrtigos, os quaes lhy forom julgados por perteeçentes, pellos quaes arrtigos os dictos meus ouvydores tirarom hy enquiriçom e perguntarom testemunhas que lhis da mha parte forom apresentadas. E os dictos meus ouvidores, vista a dicta enquiriçom e o privilegio do foro dado aos pobradores de Stremoz per ElRey Dom Affonso, meu avoo, julgarom que o dicto meu procurador por mim provava tanto que lhy avondava do que posto avya en sseus arrtigos. E o procurador dos dictos moradores de Sousel veeo com ssas rrazoens pera embargar a defenitiva, as quaes rrazoens forom julgadas que nom tragiam direito. E os dictos meus ouvidores, visto o dicto fecto, presente Giraldo Stevez, meu procurador por mim da hũa parte, e os dictos moradores do dicto logo de Sousel por Giraldo Periz ,procurador em mha corte, seu procurador que por elles era, veeo (1) <a> o dicto fecto, que per sentença declarando, julgarom o dicto logo de Sousel por meu rregaengo, pellas devisoens conteudas na sobre dicta petiçom, por que mando ao meu almoxarife e ao meu scripvam de Stremoz que filhem o dicto logo de Sousel por meu rregaengo pera mim, per os sobre dictos marcos e devisoens conteudos na dicta petiçom. Unde al nom façam. Em testemuynho desto mandei ende seer fecta esta mha carta. Dante em Lixbooa, VII dias de Março. ElRey o mandou per Johane Anes Mello e per Domingo Paaez, ouvydores dos seus fectos e da portaria. Stevam Martinz a ffez. Era M.ª CCC.ª LXXIX anos. Johanes Johanis. Domingo Paaez.

(A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. IV, fol. 69 v.º).

(1) Cortada a letra «d».

Documento n.º 2

Lisboa, 17 de Agosto de 1341

Don Affonso, pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem faço saber que demanda era perdante (1) os do meu consselho antre Giraldo Stevez, meu procurador por mim da hũa parte, e o Conçelho de Sousel por Joham Gonçalviz e per Stevam Trincado, seus procuradores, da outra, per rrazom dũa sentença que o dicto meu procurador por mim guaanhou contra o dicto Conçelho, na qual sentença era conteudo que o dicto logo de Sousel era meu rregaengo, na qual sentença o dicto Conçelho pelos dictos seus procuradores disserom que rreçeberom erro tal que se lhis devya de correger. E estando assy o ffecto pera se veer, os dictos procuradores do dicto Conçelho me pedirom merçee que se direito alguum avya no dicto logo de Sousel que lho quitasse e que queria fazer huum castello no dicto logo, no lugar hu lhis eu mandasse e pela guisa que lhis eu mandasse ao tempo que lhis eu mandasse, e que pera esto lhis mandasse dar adua do seu termho. E eu, veendo o que me sobresto pediam, tivi por bem de lhis quitar todo o direito que contra elles avya, também pela dicta sentença come por outra qualquer rrazom. E logo os dictos procuradores, per poder dũa procuraçom, da qual o teor tal he: «Sabham todos quantos esta presente procuraçom virem e leer ouvyrem como nos, Conçelho e homens boons de Sousel, per concelho apregoando, todos em concordia, fazemos e ordinhamos e estabeleçemos por nossos certos procuradores Johan Gonçalviz e Stevan Trincado, nossos vezinhos e noradores (sic), os portadores desta presente procuraçom, per rrazom dũa demanda que nos fez e faz nosso senhor ElRey Don Affonso, em que nos demanda por seus rregaengueiros das nossas herdades e possissoens que avemos em Sousel e em seu termho, pelas devisoens que forom postas antrel e a ordim d'Avys contra Stremoz. E outrossi per rrazom dagravos que avemos em hũa sentença que antre ElRey e nos derom Johane Anes Mello e Domingos Paaez, seus ovydores em na Casa, em que julgarom o dicto logo e termho de Sousel por rregaengo delRey, na qual nos dizemos que colhemos erro e agravos em muytas cousas nom nos seendo aguardadas. E outrossi pera trautar e fazerem aveença com nosso senhor elRey, per rrazom do castello que nos (2) fazemos em no dicto logo de Sousel ou doutras cousas que os nossos procuradores virem que compre a esse fecto, e ssobre estas cousas e sobrelas outras todas que delas decenderem em qualquer cousa nos damos todo nosso comprido poder aos dictos nossos procuradores, que elles por nos e em nosso nome procurem e filhem en ssi a demostrarem e dizerem e rreffertarem e pedirem merçee a nosso Senhor elRey polas dictas cousas a demandar, responder, deffender, pedirem reçeber, avirem compoer perdante nosso senhor elRey ou perdante seus sobrejuiz ou sobrejuizes, ouvidor, ouvidores ou perdante outro ou outros juiz ou juizes de qualquer logar, assi ecclesiasticos come sagraaes que os dictos preitos e demandas de direito devem ouvyr e determinhar e pera rrazoarem e rrepicarem (siic), dizerem e contradizerem, rrecusar rrecusaçoens, eyceiçoens poeer e pera comterem e negar e jurarem em nossas almas juramento qualquer que o direito mandar, e pera pedirem aa outra

---

(1) Cortada a palavra «mim».

(2) Cortada a palavra «obtemos».

parte, sse mester for, pera formarem çedulas, petiçoens, artigos por reger e pera os apurar se mester for, e assi os da outra parte se mester for, e pera nomearem e meterem enqueredores e testemunhas nomear e apresentar esto meesmo e pera veerem abrir a enquiriçom ou enquiriçoens, ouvyr sentença ou sentenças também por nos come contra nos, assi as interlocutorias como defenitivas e pera apellar e seguir as appellaçoens e rrenuçar (sic) se mester for, e pera espaçar e per [...] e per fiadoria alçar e pera soestabeleçerem procurador ou procuradores, vogado ou vogados quantos quiserem e virem que fazem mester e de os rrevogarem e despoys a rrevogaçom o offizio da procuraçom em si filharem e pera fazerem e dizerem todalas cousas que cada hũa delas anbas ou cada huum deles ou os seus procurador ou procuradores soestabeleçudos nos o avemos e prometemos a aver por firme e por stavel pera todo o senpre, so obrigamento de todos nossos beens. E nos, dicto Conçelho, nos obrigamos per todos nossos beens quaesquer que pelos dictos nossos procuradores ou per cada huũ delles e nos seus soestabeleçudos for fecto e dicto nas cousas suso dictas e em cada hũa delas e rrelevamos aos nossos ou nosso procurador ou procuradores de todo encarrego de satisdaçom. Fecta esta procuraçom em Sousel, vinte e cinquo dias de Julho, Era M.ª IIIº LªXXIX anos. Testemunhas Stevam Cacela e Affonso Dominguiz, alvaziis e Pero Eanes e Lourenço Dominguiz e Domingo Fernandiz e Vaasco Periz e Joham de Santaren e outros. E eu, Martim Anes, tabaliom delRey em Sousel e do Cano, que esta procuraçom screvy per outorgamento do dicto Conçelho e em ella meu sinal pugi, que tal he. »Em testemuynho de verdade se obligarom em nome do dicto Conçelho a ffazer huum castello no dicto logo, no logar que lhis per mim foy divisado, pela guisa que lhis per mim foy divisado, pella guisa que lhis eu mandar <e> ao tempo que lhis eu mandar aguysadamente. E porem mando a Fernam Nhoannis, almoxarife, e ao meu scrivam de Stremoz que entreguem ao dicto Conçelho e moradores do dicto logar todallas herdades e outras cousas que lhy per rrazom da dicta sentença teem filhadas e lhy nom ponham hy enbargo daqui en deante, quanto he por essa rrazom. E quanto os outros direitos que eu ante da sentença avya em esse logo de Sousel, mando ao dicto almoxarife e scrivam que os procurem pera mim, pela guisa que lhis por mim he mandado. Em testemuynho desto mandei ao dicto Concelho dar esta mha carta. Dante em Lixbooa, dez e sete dias d'Agosto. ElRei o mandou per Affonso Anes e Fernam Rodriguiz, seus clerigos. Juyaão Dominguiz a ffez. Era Mª CCCª LXXIX anos. Affonso Anes. Fernam Rodriguiz.

(A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. IV, fols. 75 v.º-76).

Documento n.º 3

8 de Março de 1357

Doaçam d'alcaydaria de Sousel.

Outra tal carta per que o dicto Senhor deu a sua alcaydaria com o que a ella perteencese de Sousel em quanto sua mercee fosse a Vasco Diaz, comendador do dicto logo, a VIII de Março de mil IIIIº e V annos.

(A. N. T. T., *Chancelaria de D. Pedro I*, liv. I, fol. 3).

Documento n.º 4

Cascais, 14 de Dezembro de 1375

Doaçam de duas acenhas na Anha Loura, termo de Stremoz, a Rodrigo Alvarez de Pireira.

Dom Fernando etc., emsembra com a Rainha Dona Lionor, nossa molher, e com a Iffante Dona Briatiz, nossa filha lidima e herdeira, a quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e mercee a Rodrigo Alvarez de Pereira, nosso vasallo, por muitos serviços que del recebemos e entendemos de rreceber ao diante, e querendo lho nos remunerar com mercees, como cada huum rey he theudo, de nosa livre vontade fazemos lhe doaçam pura antre os vivos e a todos seus herdeiros e sucesores que depos elle vierem, e lhe damos por jur d'erdade as nossas duas acenhas da Anha Loura e acenha de Bem Lhe Quero, e as acenhas das Frairas e da Alfanampa (sic), que som no nosso almoxarifado de Stremoz. E outrossy os direitos que avemos na villa de Sousel, com todos seus direitos e rendas, e que faça das dictas acenhas e direitos como de sua propria posisam. E mandamos que elle per ssy e per sua propria auctoridade tome e possa tomar a posse das dictas acenhas e direitos e pertenças dellas,a qual doaçam por nos e por nossos sucesores pormetemos a aver por firme e stavel pera todo sempre. E se algũas pesoas quiserem hir contra ella mandamos que o nom posam fazer, ca nos queremos e outorgamos que esta doaçam que assy fazemos ao dicto Rodrigo Alvarez das dictas acenhas e direitos e a seus sucesores seja valliosa pera todo sempre, nom embargando quaaeesquer direitos, leis e custumes e glosas, constituiçoens, openioens, façanhas e outras quaaeesquer cousas que sejam per que se esta doaçam possa embargar ou contradizer, as quaaes nos aqui avemos por expresas e repetidas. E mandamos que nom ajam lugar em esta doaçam nem lhe possam empecer, ca nos de nossa certa scientia e poder absoluto queremos e outorgamos que esta doaçam seja valiosa, sem nehuum falimento pera todo sempre avemolla por insinuada. E em testimunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta, asinada per nossa maão e sellada do nosso sello do chumbo. Dante em Cascaees, XIIII dias de Dezembro. ElRey o mandou, Afonso Periz a fez, era de mil IIIIc XIII anos.

(A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. I, fol. 185 v.º).

Documento n.º 5

Évora, 10 de Abril de 1382

Dom Ffernando, pella graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem fazemos saber que nos, veendo como os moradores de Sousel nos errarom, nom querendo obedeçer ao nosso mandado, e de mais matando Gonçallo Anes d'Alter, nosso juiz em Stremoz, indo allo per nosso mandado, e como por ello mereçiam de morrerem e perderem quanto aviam, pero querendo lhiis daver piadade e nos nen-

brar delles como de nossos naturaaees que som, de gisa que nom despereçam de todo, teemos por bem e perdoamos lhii da nossa justiça a que pello dicto erro eram thudos, com entendimento que elles morem e pobrem no dicto logar, e que daqui en deante sejam nosso rregengo e ajamos del nossos direitos pella gisa e condiçom que os avemos dos outros nossos rregengos d'Antre Tejo e Odiana. Porem, mandamos a todallas outras nossas justiças que nom prendam aos ssobre dictos moradores de Sousell, nem lhii façam outro desagisado nem huum quanto he por a dicta rrazom, e que se alguuns por ello ssom pressos que os soltedes logo. Unde al nom façades. E em testemonho desto lhii mandamos dar esta nossa carta. Dante em Evora, dez dias d'Abril. ElRei o mandou per Joham Gonçallvez da Teixeira, seu vasallo e chançeler dos seellos da sua poridade. Gonçallo Lourenço a fez, era de mil e IIIIc e XX anos.

(A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando,* liv. III, fol. 18; cópia no livro II, fol. 93 v.°).

Documento n.° 6

Rio Maior, 22 de Novembro de 1382

Dom Ffernando, pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve, em sembra com a Rainha Dona Lianor, mha molher, e com outorgamento da Infante Dona Bietriz, mha filha, a quantos sta carta virem fazemos saber que nos, olhando como os moradores de Sousel non quiserom obedençer aas nosas cartas e mandados e outrosi como matarom Gonçalle Anes d'Alter, juiz de Stremoz, que nos mandaramos aa dicta villa por algũas cousas que hi devia de ffazer por nosso serviço, como quer que a nos pertença de o stranhar gravemente aquelles que o fezerom, pero, por que erom nossos naturaaees, aveendo delles peadade, lhes perdoamos a nossa justiça a que erom theudos, com condiçom que as herdades que elles aviam no dicto logar em seu termho ficassem nosas rregengeiras. E por quanto a nos pertence (1) de ffazer mercee aaquelles que nos bem façam, e nos, olhando os muitos serviços que rreçebemos de Pero Rodriguiz da Fonseca, noso vasallo, e del etendemos (sic) de rreçeber ao deante, e querendo lhe guardaloar e conhecer com merçee como cada huum rrey he theudo de ffazer aaquelles que os servem, porem querendo nos ffazer graça e mercee ao dicto Pero Rodriguiz da Fonseca, da nosa livre vontade e çerta çiençia lhe damos e doamos e ffazemos pura doaçom antre os vivos valedoira pera todo senpre de todo aquello que ouvermos daver de direito do quarto dos beens daquellas pesoas da dicta villa de Sousel que fforom culpados na morte do dicto Gonçalle Anes, juiz, e que nom quiserom comprir ssas cartas e e (sic) mandados, de que avemos ffecto rregengo, segundo suso dicto he, que aja daqui en deante licença e sse (sic) outro nenhum embargo, pella guissa que o nos maiis compridamente devemos daver de direito. Porem mandamos (sic) a todollos moradores do dicto logar de Sousel e de sseu termho e outrossii a todallas outras nosas justiças dos nossos rregnos e outrossii a quaaeesquer outros nosos almoxarifes e scripvaaees e quaaeesquer outros nosos offiçiaaees que por nos ouverem de dar e de rreçeber o quarto do dicto rregengo, que lhe rrecadem e façam

(1) Palavra cortada.

rrecadar daqui en deante com el aos tempos que os nos aviamos daver lho leixem aver e lograr e posoir por sseu pera todo senpre e ffazer del e em el o que lhe prouver e por bem tever, assi como de sua (1) cousa propia. E prometemos por nos e por todos nossos soçesores que depos nos vierem a nom rrevogar sta doaçom e de a avermos por ffirme e stavil pera todo sempre, pella guisa que dicto he, nom embargando quaaeesquer leys e degredos ou outros direitos ou custumes ou façanhas ou ordinhaçoens que en contrairo desto (2) ssejam ffectos, asii per nos como pellos rreys que ante nos fforom, per que sta doaçom posa seer embargada ou nulada, posto que taaees sejam de que daqui deva seer ffecta espeçial expressa mençom, as quaaees e cada hũa dellas nos aqui avemos por postas e nomeadas expresamente. Unde al nom façades. Em testemonho desto lhe mandamos sta nossa carta (3), assinaada per nosa maão e sseellada do noso sello do chumbho. Dante em Rio Maior, XXII dias de Novembro. ElReii o mandou, Joham Stevez a fez. Era de mil e IIII^{c} e XX anos. ElReii. A Rainha. A Infante.

(A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. III ,fol. 40).

Documento n.º 7

Rio Maior, 21 de Janeiro de 1383

Dom Ffernando, pella graça de Deus Reii de Portugal e do Algarve, a todallas justiças dos nossos rregnos a que sta carta for mostrada saude. Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Alvarez, morador em Elvas, portador desta carta, teemos por bem e perdoamos lhe a nosa (4) justiça a que era th<eu>do (5) por que ffoii dicto contra el que, quando avia os bandos em Elvas antre algũas pessoas da dicta villa, que el era delles, e seendo per nos seguros que Vasco Tristam deu del querella que, yndo el pera casa do corregedor, que el sayo a el em çima dhuum rroçim com entençom de o matar sobre a dicta segurança per nos ffecta seytosamente. Porem vos mandamos que o nom prendades nem lhe façades por ello outro nenhum desaguisado, e que outrosii lhe entregedes e façades logo entregar todollos beens movys e de rraiz que lhe por esta rrazom forom tomadas, e que nom consentades a nenhũa pesoa que seja que lhe sobre elles ponha embargo, porquanto nossa merçee he que <lhe> sejam logo entregues como o dicto he. Unde al nom façades. Dante em Rio Maior, XXI dias de (6) Janeiro. ElRei o mandou (7), Johane Stevez a fez. Era de mil e IIII^{c} e XXI anos. ElReii.

(A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. III, fol. 54 v.º).

---

(1) Palavra cortada.
(2) Palavras cortadas.
(3) Palavra «dante» cortada.
(4) Cortada a palavra «mercee».
(5) Cortadas as palavras «per rrazom».
(6) Cortada a palavra «Março».
(7) Cortada a palavra «per».

II — *ITINERÁRIO DE D. FERNANDO*

(NOVEMBRO DE 1379 — AGOSTO DE 1380)

1379 — NOVEMBRO

4 — SALVATERRA DE MAGOS — (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. II, fol. 50)
4 — SANTARÉM — (Ibid.)
5 — SANTARÉM — (Ibid., fol. 49 v.°)
7 — VALADA — (Ibid., fol. 50)
8 — SANTARÉM — (Ibid.)
11 — SANTARÉM — (Ibid., fols. 50, 55)
12 — SANTARÉM — (Ibid.., fols. 50, 52)
21 — SALVATERRA DE MAGOS — (Ibid., fol. 51)
21 — SANTARÉM — (Ibid., fol. 54)
30 — SANTARÉM — (Ibid., fol. 51)

1379 — DEZEMBRO

2 — SALVATERRA DE MAGOS — (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. II, fol. 51)
3 — SALVATERRA DE MAGOS — (Ibid., fols. 50 v.°, 51)
11 — SALVATERRA DE MAGOS — (Ibid., fol. 51)
19 — SABUGUEIRO — (Ibid., fol. 84)
30 — ARRAIOLOS — (Ibid., fol. 53 v.°)

1380 — JANEIRO

1 — SANTARÉM — (A. N. T. T., *Chanc. de D. Fernando*, liv. II, fol. 53)
5 — ÉVORA — Ibid., fol. 58)
9 — ÉVORA — (Ibid., fol. 55)
11 — SANTARÉM — (Ibid., fol. 53 v.°)
13 — ÉVORA — (Ibid., fol. 57)
21 — ÉVORA — (Ibid., fols. 55, 57)
25 — ÉVORA — (Ibid., fol. 59)
30 — ÉVORA — (Ibid., fols. 55 v.°, 56 v.°)

1380 — FEVEREIRO

3 — ÉVORA — (A. N. T. T., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. II, fol. 55 v.°)
5 — ÉVORA — (Ibid., fol. 57)
5 — ÉVORA — (A. H. C. M. L., *Livro II del-rei D. Fernando*, doc. 18)
6 — ÉVORA — (A. N. T. T., *Chanc. de D. Fernando*, liv. II, fol. 57)
16 — ÉVORA — (Ibid.)

1380 — MARÇO

6 — VIMIEIRO — (A. N. T. T., *Chanc. de D. Fernando,* II, fol. 59 v.°)
10 — SOUSEL — (Ibid., fol. 58 v.°)
14 — SOUSEL — (Ibid.)
17 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 58)
18 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 57 v.°)
20 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 58 v.°)
22 — SOUSEL — (Ibid.)
23 — ESTREMOZ — (Ibid.)
24 — SOUSEL — (Ibid.)
26 — SOUSEL — (Ibid., fol. 59)

1380 — ABRIL

5 — ESTREMOZ — (A. N. T. T., *Chanc. de . Fernando,* liv. II, fol. 58 v.°)
10 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 61 v.°)
11 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 61)
20 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 58 v.°)
24 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 61 v.°)
29 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 59 v.°)

1380 — MAIO

4 — PORTALEGRE — (A. N. T. T., *Chanc. de D. Fernando,* liv. II, fol. 59 v.°)
6 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 66 v.°)
8 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 61)
10 — PORTALEGRE — (Ibid., fols. 59 v.°, 60)
11 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 61 v.°)
12 — PORTALEGRE — (A. N. T. T., Gaveta 17, m. 6, n.° 11)
16 — PORTALEGRE — (A. N. T. T., *Chanc. de D. Fernando,* liv. II, fol. 61 v.°)
25 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 65)
30 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 62 v.°)

1380 — JUNHO

2 — ESTREMOZ — (A. N. T. T., *Chanc. de D. Fernando,* liv. II, fol. 63 v.°)
5 — PORTALEGRE — (Ibid., fols. 62, 63)
6 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 65 v.°)
7 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 62 v.°)
13 — PORTALEGRE — (Ibid., fol. 63)
14 — FRONTEIRA — (Ibid., fol. 63 v.°)
16 — ESTREMOZ — (A. N. T. T., Gaveta 17, maço 6, n.° 11)
20 — PORTALEGRE — (A. N. T. T., *Chanc. de D. Fernando,* liv. II, fol. 63 v.°)
22 — ESTREMOZ — (Ibid.)

1380 — JULHO

1 — ESTREMOZ — (A. N. T. T., *Chanc. de D. Fernando*, liv. II, fol. 65 v.°)
2 — ESTREMOZ — (Ibid., fols. 10 v.°, 64 v.°)
3 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 64 v.°)
6 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 67)
8 — ESTREMOZ — (Ibid.)
10 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 66)
11 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 65 v.°)
16 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 66 v.°)
20 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 69 v.°)
21 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 67)
22 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 68 v.°)
29 — ESTREMOZ — (Ibid., fol. 66 v.°)

1380 — AGOSTO

3 — ESTREMOZ — (A. N. T. T., *Chanc. de D. Fernando*, liv. II, fol. 68)
4 — ESTREMOZ — (Ibid.)
24 — TORRES NOVAS — (Ibid., fol. 74 v.°)
26 — TORRES NOVAS — (Ibid., fol. 68 v.°)
30 — TORRES NOVAS — (Ibid., fols. 68 v.°, 70)

ABREVIATURAS

A. H. C. M. L. — Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa
A. N. T. T. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Perspectivas actuais da historiografia medieval espanhola

Reflexões sobre a obra de J. A. Garcia de Cortázar

Por JOSÉ MATTOSO

A historiografia espanhola do século XX realizou grandes progressos no domínio dos estudos medievais. São bem conhecidos os nomes de Claudio Sánchez Albornoz e Ramón Menéndez Pidal. De uma geração um pouco mais recente, e com centros de interesse menos amplos, podem todavia associar-se-lhes nomes como os de J. M. Lacarra, Ramón d'Abadal, García Gallo, L. García de Valdeavellano, e tantos outros. Dependentes, em boa parte, da escola alemã, mais por intermédio de historiadores do Direito como Hinojosa e de filólogos como F. Wolf e Milá y Fontanals, do que por relação directa, estes autores criaram uma escola própria, relativamente independente, por exemplo, da escola francesa e sobretudo da escola marxista. Embora apoiados numa excelente análise documental, conhecedores seguros dos textos e da sua interpretação filológica, com uma informação muito vasta, tendiam para uma exaltação nacionalista, privilegiavam os fenómenos culturais, a história das instituições (não apenas jurídicas, mas também sociais) os elementos políticos e religiosos. Para estes autores os fenómenos económicos e demográficos mesmo quando cuidadosamente estudados, não tinham geralmente uma função determinante, as lutas sociais eram quase ignoradas ou mesmo propositadamente classificadas como fenómenos secundários, a ideologia dominante era considerada isoladamente das suas causas ou condicionantes sociais e económicas.

Não admira, portanto, que, apesar da oposição intransigente de alguns destes autores ao regime franquista, como foi, particularmente o caso de Sánchez Albornoz, a historiografia oficial espanhola depois dos anos 40

não tentasse de modo algum demarcar-se destas posições, antes pelo contrário. Até aos anos 60, nem mesmo a historiografia francesa da escola dos *Annales* teve quaquer influência decisiva sobre os historiadores espanhóis, ao menos os medievalistas. Vicens Vives, que, de resto, não era um medievalista, constitui uma excepção. A partir deste ano, porém, começaram a aparecer entre estes não poucas tentativas de renovação, algumas das quais, até, decididamente orientadas para interpretações materialistas. O que é mais ainda, estas iniciativas não partiam apenas de autores marginalizados e frontalmente combatidos pelos historiadores consagrados por academias e universidades; lograram penetrar nas próprias instituições oficiais de ensino, e, de uma maneira mais ou menos clara, abordar temas e questões até então consideradas tabu pelos adeptos da ideologia estabelecida. Surgiram, assim, a escola de Barcelona, que sob a orientação de E. Sáez, e parcialmente inspirada em Vives, enveredou por análises de grande valor técnico sobre temas económicos, embora sem tomar posição definida do ponto de vista interpretativo, e, um pouco mais tarde, a de Salamanca, onde José Luís Martin, discípulo de Sáez, depois de ter ele próprio abordado temas de história económica e de apresentar interpretações baseadas ao menos parcialmente em pressupostos materialistas e de oposição de classes, dirigia teses de orientação confessadamente materialista (como a de Salustiano Moreta Velayos, *El monasterio de San Pedro de Cardeña. Historia de um dominio monástico castellano*, Salamanca, 1971). Podem-se referir, logo a seguir, os trabalhos realizados e dirigidos por Julio Valdeón Baruque em Sevilha sobre as lutas sociais do fim da Idade Média e os de José Angel García de Cortázar primeiro em Salamanca e depois em Santiago de Compostela sobre economia rural, e os de Salvador de Moxó em Madrid sobre as senhorias. Acontecia isto num momento em que alguns dos próprios discípulos de Sánchez Albornoz iniciavam trabalhos com orientações semelhantes e que eram difundidos até pela própria revista do mestre, os *Cuadernos de Historia de España*. Referimo-nos particularmente a Reyna Pastor de Togneri.

Longe de pretender dar uma visão de conjunto das novas tendências dos medievalistas espanhóis, quero apenas apresentar um deles, José Angel García de Cortázar, que aparece assim enquadrado num vasto movimento, extremamente fecundo e promissor, cheio de ensinamentos e sugestões para o nosso País. Com efeito, a nossa historiografia medieval ignora ainda estes trabalhos e está muito longe de revelar a mesma vitalidade.

García de Cortázar é justamente, de todos os mencionados, o que tem uma obra com perspectivas mais vastas, mais directamente consa-

grada aos leitores universitários e ao público interessado em tais assuntos. É também, porventura o mais polémico, porque ousou tentar uma síntese completa e claramente interpretativa de toda a Idade Média espanhola. A sua obra tem o maior interesse pedagógico e é da maior utilidade para conhecer o termo de comparação mais imediato com a nossa própria História cujo enquadramento peninsular não devia faltar nunca.

Queremos, por isso, apresentar aqui duas das suas obras e um pequeno artigo de orientação metodológica, e fazer uma breve referência a alguns trabalhos de investigação por ele orientados.

Antes disso, porém, tracemos um breve itinerário da sua obra científica. Estreou-se no campo da investigação com um trabalho de história económica e social sobre a província de Biscaia no século XV (*Vizcaya en el siglo XV. Aspectos económicos y sociales*, Bilbao, 1966). Três anos depois aparecia a sua tese de doutoramento em Salamanca, que já não tomava como balizas cronológicas, a baixa Idade Média, mas a Alta, e como limite geográfico, não uma província, mas o domínio monástico de San Millán de la Cogolla, na Rioja. (*El domínio del monasterio de San Millán de la Cogolla. Siglos X a XIII. Introducción a la historia rural de Castilla altomedieval*, Salamanca, 1969). O seu gosto pelos problemas gerais, porém não desaparece, longe disso, porque, como diz o subtítulo, toma esta investigação como uma introdução à história rural de Castela. Logo a seguir prova a sua capacidade de relacionação da história peninsular com a do Ocidente, publicando uma *Historia general de la Alta Edad Media* (1972). No ano seguinte aparece a sua inovadora *La época medieval*, como segundo volume da *Historia de España Alfaguara* (Ed. Alfaguara, Madrid, 1973). Entretanto tinha desempenhado papel importante na direcção de uma das secções do Congresso de Metodologia Aplicada das Ciências Históricas, organizado pela Universidade de Compostela e pronunciava uma importante comunicação: *La economia rural medieval: un esquema de analisis historico de base regional* (publicado no vol. II das *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, Universidad de Santiago de Compostela, 1975, p. 31-60). Como dirigente do departamento de História medieval da Universidade de Santiago, contava já nessa altura com um excelente grupo de trabalho sobre história rural, que havia publicado duas teses de licenciatura: um *Guia para el estudio de la Edade Media Gallega*, de Santiago Jimenez Gomez (Universidad de Santiago, 1973), e *El bajo valle del Miño en los siglos XII y XIII. Economia agraria y estructura social*, de Maria del Carmen Pallarez Mendez e Ermelindo Portela Silva (ibid., 1971). No mesmo congresso estes

discípulos apresentavam respectivamente uma *Análisis de la terminología agraria en la documentatión lucense del siglo XIII* (Actas cit., p. 115-133) e *Aproximación al estudio de las explotaciones agrarias en Galicia durante los siglos IX al XII* (*ibid.*, p. 95-113).

Se o manual *Alfaguara* devia, até certo ponto, ser considerado uma síntese do que a historiografia hispânica alcançara, podia-se considerar também como um ponto de partida para novas investigações, que por outro lado, o Autor empreendia também, orientando os seus discípulos no Departamento de história medieval de Santiago. Para os alunos universitários publicou uma grande colecção de textos históricos classificados segundo um plano inovador e que analisaremos em seguida. (*Nueva Historia de España en sus textos. Edad Media.* Ed. Pico Sacro, Santiago de Compostela, 1975). Finalmente, um dos discípulos de Cortázar publicava como tese de doutoramento um trabalho de grande fôlego que aplicava o modelo apresentado pelo mestre nas Jornadas de Metodologia três anos antes: E. Portela Silva, *La región del obispado de Tuy en los siglos XII a XV. Una sociedad en la expansión y en la crisis* (Santiago de Compostela, 1976).

A enumeração que acabamos de apresentar mostra só por si a vastidão e o interesse da obra em pouco tempo realizada por García de Cortázar nos dois planos da investigação e da divulgação de nível universitário. Vamos analisar em seguida as principais obras de Cortázar no segundo plano, deixando para outro lugar a análise da mais importante obra de investigação dirigida por ele, a tese recém publicada sobre o bispado de Tuy.

Como ponto de partida desta breve análise, fazemos notar a correcta orientação e o valor pedagógico da atitude científica que consiste em começar por elaborar uma vasta síntese, primeiro de toda a Idade Média ocidental, depois da Idade Média espanhola, e antes de abordar a investigação sistemática no âmbito da «mínima unidade inteligível» em história medieval, que é a «região». Esta aparece assim, ao mesmo tempo, como um todo com a sua vida e evolução próprias, e como uma unidade de um sistema mais vasto, do qual não é de modo algum independente. Cria-se, portanto, a possibilidade de analisar profundamente e de uma maneira sistemática um conjunto documental coerente e suficientemente limitado para suportar a observação mais detalhada, e por outro lado abre-se o caminho à descoberta das repercussões dos fenómenos gerais no campo regional e das variantes peculiares desse mesmo campo. Afasta-se o risco da observação estreita e da deformação resultante da análise em circuito

fechado, como seria a que se fizesse da região isoladamente do país e abre-se o caminho a avanços decisivos no conhecimento do passado.

O manual de história medieval espanhola é, como dissémos, o mais inovador e polémico livro de Cortázar, porque ousava romper com sínteses já consagradas e propor novas interpretações globais para um grande período histórico. Não o poderia fazer sem tomar implicitamente uma posição historiográfica que convém definir à partida.

O Autor nunca fez nas suas obras uma declaração expressa acerca dos presupostos da sua interpretação científica. Mas não é difícil descobrir a sua inspiração na escola francesa dos *Annales*. As suas frequentes referências à «história total», a insistência na necessidade da análise pluridisciplinar, a preocupação constante de não esquecer os aspectos económicos, sociais, políticos e culturais, a acusação frequente aos historiadores de perspectivas predominantemente factológicas ou institucionalistas, o relevo dado aos fenómenos sociais, mesmo que dependentes de condições económicas e geográficas, o cuidado posto na observação da realidade geográfica e dos dados demográficos, tudo isto são elementos comuns a essa mesma escola. Por isso não admira que, por exemplo no mais recente dos livros apontados, a tese de Ermelindo Portela, este autor invoque expressamente como modelos da sua história regional as conhecidas teses de Duby sobre a região de Mâcon e de Fossier sobre a Picardia.

Não quer isto dizer que siga servilmente os referidos modelos e se limite a aplicá-los ao meio peninsular. Procura mesmo evitar a sua «tradução» literal do francês, defeito de que acusa alguns trabalhos recentes da historiografia espanhola no seu prólogo ao livro de Ermelindo Portela. Radica, certamente, na mesma actitude de esforços original o facto de preferir, geralmente, invocar bibliografia inglesa do que francesa, como se torna evidente, por exemplo no estudo metodológico apresentado nas actas das Jornadas de Metodologia acima citadas. Isto permite-lhe estar atento à variedade de situações nacionais e evitar a ilusão de encontrar sempre os mesmos fenómenos em contextos diferentes. É certamente pela mesma razão que Cortázar parece evitar sistematicamente a invocação de um autor determinado, seja ele L. Febvre, Marc Bloch, F. Braudel, G. Duby ou R. Fossier.

Tentando ir um pouco mais ao fundo da questão, para encontrar os conceitos fundamentais utilizados, uma vez que mesmo dentro da escola dos *Annales* as opções dos autores nem sempre coincidem, podemos, certamente, descobrir nele uma posição prevalentemente materialista, isto é, o princípio básico de que os factores económicos são determinantes do

processo histórico e de que os conflitos sociais são os factos mais importantes desse mesmo processo. Não quer isto dizer que García de Cortázar se limite a falar apenas dos factores económicos como causadores de todos os factos históricos, muito menos que se apresente como um aplicador mais ou menos cego de um esquema determinista ou mecânico. Tem demasiada consciência do concreto e da complexidade histórica para ceder a soluções simplistas ou grosseiras.

Seria deslocado, numa simples apresentação de um autor que não faz ele próprio declarações expressas acerca das suas posições teóricas, ir mais longe do que isto. Correríamos o risco, sem uma análise muito detalhada da sua obra, de o interpretar incorrectamente. Bastará situar a posição historiográfica deste Autor perante a antinomia materialismo-idealismo, história marxista — história burguesa, ou, com mais rigor, até que ponto ele tenta (e consegue!) superar esta antinomia. Porque, de facto, tenta superá-la como veremos adiante.

Uma coisa é certa: uma vez ultrapassado o nível primário das questões que aflorámos, Cortázar interessa-se mais por problemas de métodos do que de conceitos teóricos; mais, por problemas concretos, situados no tempo e no espaço, do que por questões de princípio. É neste plano que tem alguma coisa a dizer como historiador e como pedagogo.

Assim, por exemplo, no seu livro sobre a Idade Média espanhola, preferiu tentar encontrar os porquês do que essa história nacional tem de próprio, de específico, do que verificar como se comportam nesse espaço-tempo os mecanismos gerais do processo histórico. Neste ponto, preferimos servir-nos das suas próprias palavras: «Apesar da grande importância que teve para o desenvolvimento peninsular a dominação visigótica e a presença árabe, o dado crucial que caracteriza a época medieval [espanhola] é a formação, a partir do século XI, da sociedade hispano-cristã [...] As bases dessa nova comunidade [são]: débil demografia, ruralismo, hierarquização, debilitamento progressivo dos vínculos familiares e senhoriais, aparecimento de núcleos de burguesia (mais fortes na Catalunha do que em Castela), tendência para a construção de unidades políticas cada vez maiores e mais centralizadas. O regime senhorial, baseado em tais fundamentos, alcança o seu cume de eficácia em meados do século XIII. Confrontado com novas dificuldades durante os dois séculos seguintes, o sistema vê-se obrigado a realizar as adaptações necessárias para a sua sobrevivência, particularmente difíceis e custosas na Catalunha. Desta maneira, Castela encontrar-se-á em finais do século XV em melhores condições — geográficas, demográficas e económicas — para empreender

em seu próprio benefício a formação do Estado unitário espanhol». Estas palavras mostram bem a importância que o autor dá ao sistema «senhorial» (note-se bem a utilização deste termo em vez de sistema «feudal»), com as características próprias que assume na Espanha devido às lutas da Reconquista e aos esforços do Repovoamento. O sistema senhorial, porém, não é examinado e explicado numa perspectiva jurídico-institucional, mas numa perspectiva de relações entre classes sociais e entre detentores dos meios de produção.

A maneira como resume, em termos muito sintéticos, a fase final da Idade Média, no volume de textos históricos, é bem significativa das posições do Autor: «Nos séculos XIV e XV, os membros poderosos da sociedade hispano-cristã, que, dentro do âmbito do sistema senhorial alcançou, no fim do século XIII, o limite da eficácia, dispõem-se a manter o seu estatuto de poder e de riqueza, para o que se deverão dedicar a uma sistemática defesa dos seus níveis de renda e, quando isso não for suficiente, à criação de novos modelos de apropriação da mesma, tirando-a das mãos de quem a possua. Isto explica, por sua parte, a debilidade dos grupos mais humildes da sociedade, — inclusive a debilidade biológica — como se verifica quando é parcialmente assolada pelas fomes e pestes do século XIV, em virtude das quais se observa uma redistribuição da população e uma tendência para a especialização da produção agrária com uma intensificação da actividade comercial; nada disto satisfaz plenamente a aristocracia, que aspira, através de uma intensificção da sua pressão senhorial, sobretudo fiscal, sobre os habitantes dos seus domínios, e o estabelecimento, a nível político, de um pacto com o titular do poder nos distintos reinos, que aspira a implantar definitivamente o seu poder e o seu próprio estilo de vida na Península. Contra isto reagem energicamente tanto a população urbana como a monarquia, eventualmente aliadas por motivos tácticos contra a nobreza terratenente. No final do século XV, se, por um lado conseguem dominá-la politicamente, consagram-na socialmente como força dirigente do novo Estado espanhol que nasce com os Reis Católicos» (p. 14).

O estudo da formação e do funcionamento do sistema senhorial constituem, por isso mesmo o tema a que García de Cortázar dedica o maior número de páginas. Começam aqui as mais importantes divergências de opinião, que me impedem de dar uma total adesão à sua síntese. Pela minha parte, duvido que a organização senhorial defina de um modo tão total e absoluto a Idade Média peninsular. Parece-me que estão ainda por

estudar, de uma maneira aprofundada, sob o ponto de vista do conflito entre dois sistemas de produção diferentes, a luta entre o sistema senhorial e o sistema concelhio. A própria limitação dos recursos humanos, bélicos e económicos da nobreza perante a magnitude da empresa da Reconquista, a impede de dominar imediatamente os territórios recém adquiridos. Em Portugal pode-se afirmar, mesmo, que ela tarda a interessar-se seriamente por esses territórios, ao contrário, evidentemente, do rei. Em termos esquemáticos, num primeiro tempo, só se fixam no Centro e Sul os filhos segundos, os bastardos, os membros da nobreza inferior. É preciso esperar os meados do século XIII para ver a aristocracia que apoia Afonso III talhar para si vastos latifúndios e organizá-los à maneira senhorial. Mesmo as Ordens Militares, que adquirem tão largos territórios por concessão régia, começam por respeitar a organização concelhia, e só lentamente se aproveitam das suas prerrogativas na nomeação dos funcionários municipais para transformarem os concelhos em senhorios, sem modificarem juridicamente o estatuto que os rege. Há muitos territórios em que os nobres mal chegam a penetrar, onde continua a predominar a pequena propriedade livre até ao século XV (por exemplo em Arruda dos Vinhos, como mostrou Oliveira Marques, em Torres Vedras como se verifica, no princípio do século XIV através do cadastro estudado numa tese de licenciatura inédita da Faculdade de Letras de Lisboa). Não apenas, portanto, em meios urbanos, mas também em meios rurais.

Nestes territórios os homens bons dos concelhos vão aumentando o poder económico, a posição social e mesmo a influência política — não apenas a nível local, através das magistraturas municipais, mas também a nível nacional, através da representação em cortes. Se aqui, como em Espanha, os nobres vão adquirindo também vastos territórios a Centro e Sul, se finalmente a base do poderio económico da aristocracia dos séculos XIV e XV acaba por se situar talvez mais nessas regiões do que no Entre Douro e Minho, donde procedem, isto não se faz, certamente, sem resistências, sem conflitos, sem avanços e recuos. Sem me atrever a transpor este esquema para o território espanhol, penso que aqui se deve ter passado alguma coisa de parecido. Convém, portanto, não minimizar a importância dos concelhos, não considerar implicitamente a Espanha dominada só pelo sistema senhorial. É possível, mesmo, que não se possam explicar alguns dos fenómenos peculiares da Idade Média peninsular senão tendo em conta a coexistência e depois a luta entre os dois sistemas. Se como diz o Autor, o concelho não representa uma instituição sem luta de classes, isso não quer dizer também que não constitua a forma de orga-

nização mais eficaz (dentro dos limites do possível) contra o assalto da nobreza a todos os meios de produção. Assalto que não implica apenas um conflito entre nobreza rural e burguesia urbana (aspecto do conflito em que o Autor mais insiste, quando fala da lutas dos séculos XIV e XV), nem apenas entre senhores e camponeses (seus subordinados), mas também entre senhores e proprietários rurais livres, entre senhores e concelhos, como alguns factos que o Autor apresenta (p. ex. na p. 431) dão a entender. Não podemos, pois deixar de considerar insuficientes as páginas que Cortázar consagra aos concelhos — à sua origem e evolução, à sua estrutura, ao repartimento social e económico dentro deles — na sua *Época medieval*. Ou melhor, porque ele não poude preencher todas as lacunas da historiografia peninsular, porque são insuficientes os estudos que até agora se têm feito destes temas.

Com isto quero apenas significar que considero importante estudar vários fenómenos da história peninsular a partir desta hipótese de trabalho, válida, certamente para o caso português, mas que a minha ignorância da história espanhola, me não permite senão apresentar como sugestão.

Outras discordâncias são relativamente secundárias. Assim, por exmplo, parece-me também insuficiente o que se diz acerca da participação das classes populares na Reconquista, até do ponto de vista militar. Se, do ponto de vista tático, é verdade, como diz o Autor, que «a infantaria se reduz notavelmente em favor da cavalaria» a partir do século XI (p. 159), não se pode, longe disso, ignorar a participação dos peões, e mesmo a sua importância quantitativa, só porque as fontes da época, de origem aristocrática, falam pouco neles. Mesmo assim, não deixam de se lhes referir. Assim, p. ex., a *Chronica Adefonsi Imperatoris* fala em «mille milites electi et instructi, fortibus armis, de Avilia et de Secovia cum magna turba peditum», que atacaram Córdova e combateram com o rei Texufín (n. 117, ed. L. Sánchez Belda, p. 91). Logo a seguir ao descrever as campanhas conduzidas por Rodrigo Gonçalves a partir de Toledo, fala também do exército que ele reuniu para atacar Sevilha, com cavaleiros e peões de Toledo e doutras cidades (i. b., n.º 119), p. 93). Pouco depois relata o ataque de Texufín ao exército cristão na região de Badajoz e diz que foram mortos todos os cavaleiros e peões e só escaparam os que conseguiram fugir a pé (n.º 123, p. 97). Os de Salamanca, porém, não se deram por vencidos, e reorganizaram o exército «et civitas Salamantie facta est magna et inclita militum et peditum, et dives valde» (ib. n.º 124, p. 98). Etc. Procurando bem, não deixariam, provavelmente de se encontrar muitos testemunhos da participação dos peões na Reconquista. Outra coisa, de resto,

não seria de esperar, se é certo, como pensa o Autor, que a Reconquista não se pode separar do surto demográfico cristão do século X a XII. Se é assim, pode-se esperar que, em princípio, sejam os excedentes demográficos, os marginalizados, os que não encontram sustento suficiente nas suas terras, que alimentam os exércitos atacantes e as milícias dos concelhos. Estas devem ser, sobretudo nos primeiros tempos, constituídas em grande parte por peões. Os cavaleiros vilãos talvez pouco mais sejam do que corpos de elite ou elementos que enquadram o grosso do exército.

Quero-me referir também aos termos em que Cortázar fala da estrutura da família e da sua evolução entre os séculos X e XIV. Se considero extremamente positiva a importância fundamental que ele lhe dá em vários pontos da sua obra, nem sempre me parece fazê-lo em termos suficientemente claros. É o que acontece, por exemplo na p. 181 quando fala, vagamente, da família larga, composta por tios, primos, etc., sem especificar que esta famlia larga podia ser de estrutura cognática ou agnática, visto que a primeira implicava formas de solidariedade familiar e de sucessão hereditária diferentes das da segunda. Não é apenas a fragmentação da família extensa em famílias nucleares que provoca a ruptura dos antigos laços sociais, é também a adopção do esquema agnático e a sucessão masculina, que permitem, por exemplo a constituição de fortunas familiares de proprietários livres e de linhagens de homens bons, com um poder local assegurado pela acumulação da fortuna através das gerações. Parece-me igualmente equívoco afirmar, como se faz a p. 423, que a estrutura agnática da família faz depender a riqueza do número de parentes. Pela minha parte penso, pelo contrário, que quando se abandona a estrutura cognática para adoptar a agnática, é justamente para excluir os colaterais da participação na herança e para permitir a preservação da unidade patrimonial numa linha sucessória única (evidentemente masculina). Na estrutura cognática, são as alianças por dupla linha masculina e feminina e a igualdade dos filhos na herança que fazem com que a riqueza dependa efectivamente do número de parentes. Isto, evidentemente, com uma demografia relativamente estável, porque os fortes excedentes populacionais podem levar o excessivo de número de membros da família a abandor o esquema, ou pelo menos a adoptar sistemas de defesa, como a endogamia, as alianças de linhagens através das gerações, a limitação da natalidade. Consequentemente, se é importante a fragmentação da família larga, não é menos a generalização da estrutura agnática tanto entre os nobres como entre os burgueses. Mas aqui, de novo, creio que as limitações provêm da carência de monografias sobre este tema, muito pouco estudado na Península.

Não queria, também deixar de notar uma afirmação feita de passagem, e que atribui a iniciativa das inovações técnicas do século XI aos senhores e não às classes inferiores (p. 181-182). Pela minha parte seria levado a pensar exactamente o contrário, pelo menos quanto a inovações menos dispendiosas. Duvido que os hábitos absenteístas dos senhores, o seu habitual desinteresse pela administração directa, a tendência para encurtarem os limites da reserva, a falta de estímulo devido à abundância de bens, constituissem condições muito favoráveis à procura e invenção de novos recursos para aumentar a produção. Mas este problema é certamente de resolução difícil no estado actual da investigação, e sê-lo-á talvez ainda durante muito tempo, dado a escassez das fontes para poder resolvê-lo. De toda a maneira, é uma questão da maior importância pela sua incidência sobre a luta de classes.

Voltando ao problema central do regime senhorial, que, como vimos tanto preocupa o autor (e como razão), gostaria de apontar os inconvenientes da terminologia utilizada por Cortázar. Com efeito, ao chamar ao *domínio* «senhoria territorial», para a distinguir de «senhoria pessoal», isto é a protecção, e da «senhoria jurisdicional», isto é da senhoria propriamente dita, que é o exercício do *banum* dentro de um determinado território, penso que se contribui para obliterar a noção fundamental de que o senhorio é o exercício do poder público por um particular. Como tal devia-se distinguir claramente dos direitos decorrentes da propriedade fundiária. Mesmo tendo em conta que a propriedade dominial de um nobre implica o exercício de direitos senhoriais dentro do seu âmbito, e que a protecção implica o exercício desses mesmos direitos sobre as pessoas protegidas, parece que teria vantagens utilizar os termos claramente diferentes de «domínio», para designar a propriedade, «protecção» para os direitos sobre os encomendados e «senhoria» para o território onde se exercem os direitos públicos. Não havendo qualquer diferença de natureza entre a jurisdição exercida em virtude da propriedade dominial, dentro ou fora dela, os qualificativos utilizados só me parecem servir para obscurecer a questão. Pelo contrário, existindo também direitos que derivam da propriedade e não da jurisdição convém distingui-los claramente como dominiais.

Queria finalmente referir-me aos termos em que Cortázar fala da «cultura de massas» (p. 359). A seu ver exprime-se por intermédio das narrações juglarescas, das representações teatrais, da pregação e das expressões pictóricas e escultóricas das igrejas. Parece-me isto um equívoco, porque as narrações juglarescas, assim como as outras expressões

apontadas, servem também para difundir nas massas a ideologia da classe dominante, e só raramente exprimem com alguma verdade a cultura popular. Para descobrir a expressão realmente popular, é preciso recorrer aos contos tradicionais, às farças ou facécias, às cantigas das romarias, às festas de loucos e aos mitos. Podem mesmo, por vezes, distinguir-se, entre os contos, os que exprimem a ideologia burguesa, citadina, e a ideologia vilã, rural. No mesmo sentido, parece-me ser prova de uma concepção minoritária da cultura supôr que as representações teatrais do tipo «escárneo» derivam do tropo litúrgico. Se porventura imitam ou parodiam temas e figuras da liturgia, entroncam certamente mais em antigos rituais ou festas pagãs que criavam um espaço ou um tempo em que era permitido infringir colectivamente as convenções estabelecidas. Esta atitude permissiva, mesmo temporária, foi sempre mal vista pela Igreja oficial, que, quando muito, tolerava de mau grado e como um mal menor estas manifestações catárticas.

Ainda dentro do mesmo capítulo, não partilho o pessimismo do autor, que afirma: «o processo de culturização da maioria pela pregação escapa-nos por completo» (p. 362). Na realidade não faltam nem as *artes predicandi* nem as colectâneas de sermões nem os *exempla* redigidos com o fim de fornecer aos pregadores material parenético facilmente apreensível pelo povo. Das *artes* de Raimundo Lull e de Martinho de Córdova no século XIV, aos sermões de Martinho de León, de Fr. Paio de Coimbra e de Santo António de Lisboa no século XIII, ou de S. Vicente Ferrer no século XIV, dos «exemplos» latinos de Pedro Afonso (*Disciplina clericalis*) aos castelhanos do *Libro de los Exemplos por A. B. C.*, a matéria de estudo disponível é variada e abundante. Se por ventura as análises não estão feitas, a possibilidade existe, e seria certamente do maior interesse verificar como é que os pregadores adaptavam para o povo a doutrina cristã, que conceitos e processos não eruditos utilizavam para conseguirem comunicar com as massas.

Estes exemplos de discordâncias, todavia, são bastante superficiais. Não atingem o essencial da excelente síntese de García de Cortázar, nem lhe diminuem o mérito. As suas excepcionais qualidades superam-nas de longe. Com efeito alia-se na sua obra o rigor e a vastidão de informações com o arrojo da interpretação, a capacidade para encontrar em bibliografia realizada com outras intenções dados e indícios de movimentos profundos e ao mesmo tempo a invulgar capacidade para relacionar entre si os diferentes sectores da realidade histórica e para deduzir de elementos aparentemente pouco expressivos o seu verdadeiro significado. Para definir

de uma maneira muito esquemática as melhores qualidades da obra de Cortázar poderia, talvez, dizer-se que ele possui em alto grau o sentido da conjuntura. Qualidade sem dúvida muito importante, para compensar os defeitos da tradicional historiografia medieval espanhola, demasiado preocupada com o funcionamento das instituições. Tudo isto se alia, finalmente, a um conhecimento muito completo dos métodos de análise modernos, como a cartografia histórica, a topografia, a demografia, a análise das séries de dados, etc. Não podemos, portanto, deixar de o recomendar aos estudantes e investigadores portugueses que desejem inspirar-se na realidade peninsular para situar no seu quadro histórico imediato a história nacional. Para o recomendar, também, aos investigodores que desejam alargar as suas perspectivas e encontrar sugestões para novos campos de análise da nossa documentação medieval.

Deste ponto de vista a antologia de textos medievais oferece um excelente complemento, tanto para os estudantes, como para os investigadores. Tanto mais que se apresenta com características igualmente exemplares.

Exemplares, com efeito, dada a grande quantidade de textos apresentados, os critérios de selecção, a variedade dos exemplos, a classificação e a apresentação.

Não se trata de uma selecção de trechos isolados do contexto, mas de documentos inteiros (excepto as crónicas, códigos legislativos e obras doutrinais), apresentados sem análise de cada um deles mas com breves sínteses históricas dos períodos em que se agrupam, e com cinco exemplos de comentários que podem servir de modelo a outras análises.

As melhores qualidades consistem, a meu ver, na selecção e classificação. Desde vários trechos de crónicas e anais, a documentos de arquivo, de capítulos de cortes a genealogias, de leis régias a poesias, de constituições episcopais e apontamentos de contabilidade, de foros a tratados agrícolas, de cadastros de habitantes a obras religiosas, todos os géneros de documentos escritos estão representados. É pena que apareçam tão poucas poesias e faltem totalmente documentos gráficos, como plantas de cidades ou de distribuição de campos, mapas e fotografias aéreas, iluminuras que representem armas ou instrumentos agrícolas, etc.

Apesar de os textos serem oferecidos sem comentários, a classificação é já de si eloquente. Porque o Autor não se limita a apresentá-los por ordem cronológica; ordena-os por assuntos. Entre esses predominam os temas de ordem económica e social, como por exemplo «O controle do território [cristão] e o endoutrinamento dos seus habitantes»; «Os ele-

mentos de base do fortalecimento demográfico e bélico [na época da Reconquista]; «Programação da empreza reconquistadora e renovação dos exércitos cristãos»; «Dissolução da família larga e aparição de novas garantias reais», «A formulação doutrinal da preeminência do príncipe e do vínculo de natureza sobre o de vassalagem»; «A persistência dos velhos critérios de diferenciação social e a aparição de novas tensões [no séc. XIV e XV]; «A discussão em torno da estrutura do poder» [nos séculos XIV e XV]; etc. Estes títulos muito sintéticos bastam, portanto, só por si, para orientar a interpretação sem que o Autor se substitua ao estudante que analisa os textos e lhe tire, a capacidade inventiva (no sentido de «descoberta»). Sendo a selecção muito vasta (cerca de 500 textos) e extremamente variada, cobre a maioria das possibilidades que se oferecem ao investigador e permitem-lhe contactar com a realidade concreta em toda a sua riqueza e complexidade. Mostram da maneira mais eficaz em que bases se apoia a grande síntese histórica, permitindo ver, portanto, ao mesmo tempo, as suas limitações e incapacidades e a verdadeira amplidão do seu significado. A própria apresentação dos documentos na sua língua original (exceptuando o árabe), quer dizer o latim, o castelhano, o galego ou o catalão, se pode dificultar a utilização para o não iniciado, permite também contactar mais de perto com a realidade histórica. Com efeito, como diz o Autor, a tradução implicaria quase sempre a perda completa dos termos característicos de instituições, ou formas de pensamento e levaria a deixar de utilizar certos instrumentos necessários à investigação histórica, em particular a filologia.

Na selecção de textos, o Autor optou por certas prioridades de escolha, que podem ser discutíveis, mas não o são certamente mais do que o partido contrário. Assim, por exemplo, preferiu aumentar o número de documentos relativos aos séculos XI a XIII, e diminuir os dos séculos seguintes, porque nesta época se criam poucas intituições e esquemas de convivência novos. Preferiu os documentos arquivísticos aos literários, porque aqueles são mais curtos e se podem apresentar como unidades completas, enquanto estes se têm necessariamente de apresentar em fragmentos. Preferiu os testemunhos sobre a vida social e económica e reduziu os da vida cultural, porque o melhor veículo de expressão desta são os documentos gráficos ou literários que exigiriam outro tipo de selecção, possível apenas numa antologia expressamente dedicada à vida cultural.

Estou, naturalmente, de acordo com tudo isto. Já não digo o mesmo da forma como realiza o seu propósito de não valorizar apenas o conteúdo

dos documentos, enquanto exemplificadores do processo histórico, mas também o «próprio continente» através do qual ele é expresso. Por isso, diz o Autor, procurou «a valoração dos textos em si mesmos, de modo a permitir a quem os utiliza uma rápida familiarização com a forma como, tradicionalmente, se conservaram os testemunhos escritos do nosso passado» (p. 16). O propósito é, a meu ver, correcto, e mesmo tão importante que não bastaria a publicação dos documentos tanto quanto possível na sua integralidade, e uma citação completa do lugar onde se encontram publicados. Seria necessário também uma classificação de ordem tipológica, para não se colocar no mesmo pé de igualdade, por exemplo, um documento jurídico e uma fonte literária, uma genealogia ou um texto doutrinal. Com efeito cada tipo de fontes requer uma abordagem específica e regras de crítica próprias. Seria importante fazer notar que o rigor da linguagem é maior nos documentos jurídicos do que nas crónicas, o que se pode encontrar num cadastro populacional da época ou num foral, etc. Estes dados são indispensáveis para uma interpretação correcta dos documentos. Dever-se-iam, portanto, a meu ver, fornecer os elementos necessários para o leitor poder orientar-se neste campo, tantas vezes excessivamente descurado pelos investigadores. Os cinco exemplos de análises e comentários fornecidos no princípio, como modelos de interpretação e aproveitamento, não são de modo algum suficientes, porque se trata, em todos eles de documentos de aplicação do Direito: duas doações, um acordo, uma carta de povoamento senhorial e uma ordem episcopal. Talvez numa futura edição desta obra tão útil e importante, se possam introduzir melhoramentos neste sentido, inspirando-se, naturalmente, da tipologia de fontes medievais dirigida por Léopold Genicot e publicada pelo Instituto de Estudos Medievais da Universidade de Lovaina.

De qualquer maneira esta obra poderia servir de modelo a uma antologia semelhante para uso dos nossos estudantes universitários. Mesmo tendo em conta que ele revela uma maturidade historiográfica que o nosso País não alcançou ainda, não seria impossível atingir um resultado equivalente. A sua publicação constituiria um instrumento de grande valor para o nosso ensino universitário.

Gostaria, finalmente, de comentar o texto de García de Cortázar lido nas I Jornadas de Metodología de Santiago de Compostela. Parece-me importante, sublinhar o seu interesse como instrumento de iniciação metodológica para um plano de investigação numa área regional, uma vez que este âmbito regional é, como os estudos da escola francesa têm mostrado,

um dos mais adequados para um avanço decisivo da historiografia medieval, e um dos que melhor se adaptam a ensaios académicos, sobretudo teses de doutoramento. Mesmo com algumas limitações, entre as quais duas ou três que apontarei, mesmo restringindo-se ao nível da economia rural, mesmo que não se concorde em absoluto com a enunciação dos problemas, parece-me que constitui um bom ponto de partida para investigações do tipo apontado.

Com efeito, revela um excelente conhecimento dos materiais disponíveis, dos indícios significativos para averiguar as questões mais importantes, da bibliografia em várias línguas, mas em particular em inglês e francês, de conhecimentos de outras disciplinas, em particular da geografia e pedologia, de economia rural e de demografia.

O método seguido pelo Autor para apresentar o seu esquema é o seguinte: Começa por reduzir os problemas gerais a três: 1) A evolução da paisagem rural na região considerada; 2) a distribuição do poder e as alterações que nela se produzem, em ordem, sobretudo às formas de exploração da terra; 3) o mecanismo da criação de rendas e, eventualmente da sua transferência a outros sectores da economia, regional ou extra-regional. Depois de enunciar brevemente as questões prévias do condicionalismo geográfico e de apontar para a necessidade de averiguar a(s) «forma(s) de conveniência» dominante(s) na região, com as suas eventuais variações diacrónicas, o Autor consagra a maior parte do seu trabalho a descrever de que forma evoluem normalmente a economia de uma região em três períodos cujos limites cronológicos são: 1) os séculos IX e X; 2) os séculos XI a XIII; 3) os séculos XIV e XV. Em cada época há, normalmente, determinados problemas que ele descreve com as variantes possíveis, de uma maneira muito concreta. Assim, indica, por exemplo, as possíveis repercussões regionais do surto demográfico do século XI, das descobertas tecnológicas nesta época e na seguinte, da expansão comercial no século XIII e XIV, etc. E para cada problema dá a bibliografia fundamental e mais recente.

Do próprio resumo que acabamos de fazer se depreende que nem tudo é claro nem incontroverso. Assim, por exemplo, quando fala de «poder» e de «formas de convivência». Pode admitir-se que, tratando de economia rural, se deva entender pelo primeiro termo o poder económico. Mas através da comunicação parece deslizar para os domínios afins do poder político e da supremacia social, sem que a especificação do conceito o denuncie claramente. Quanto às «formas de convivência», expressão evidentemente vaga, diz numa nota (p. 34, nota 7) que a entende como «o marco

totalizador em que se desenvolve uma comunidade, com a sua peculiar estrutura de poder e riquezas», definição em que parece haver reminiscên-do conceito de «relação de produção» em Marx. Mas os exemplos que nessa mesma nota cita, apontam antes para sistemas sócio-culturais de base étnica. Com efeito, cita como exemplos de transformações de «formas de convivência» as produzidas pela Reconquista cristã na Península, pela invasão normanda na Inglaterra, pela expansão germânica para além do Elba. Mas admite também transformações do mesmo género provocadas por factores geológicos tais como a modificação da orla marítima ou um terramoto. Pergunta-se, pois, se a mudança de regime político, a introdução da moeda ou a transformação dos meios de produção por razões de ordem tecnológica podem provocar também mudanças de «formas de convivência». Mas se se admite isto mesmo, não vejo a vantagem desta expressão sobre a expressão «relações de produção», conceito de origem marxista, mas que se tornou corrente mesmo em obras com perspectivas não materialistas. A sua vantagem consiste em se conhecer perfeitamente a sua definição, e em ela ter um sentido muito preciso com uma clara distinção implícita entre infraestrutura e superestrutura. A não ser que se queira dar uma coloração não marxista ao conceito de «relações de produção», o que traz necessariamente como consequência a confusão entre a ordem da infraestrutura e a da superestrutura.

Também não sei como classificar a afirmação seguinte: «o segundo factor de produção [é] o *capital* que, no nosso estudo, aparece sob a forma de tecnologia» (p. 41). Ignoro se isto resulta de uma consciente ou inconsciente tentativa para conciliar os conceitos marxistas com os não marxistas. Mas se é assim, a conciliação tentar-se-ia justamente num dos aspectos menos controversos da economia política marxista, isto é a distinção entre meios de produção e forças produtivas. Pela minha parte não vejo também qualquer vantagem, antes pelo contrário, em considerar a tecnologia como uma forma de «capital». Isto, de resto, não afecta o interesse do que o Autor diz a este propósito, pois passa a falar em termos concretos acerca das transformações tecnológicas dos séculos XI a XIII sem se preocupar mais em definir a sua conexão com as relações técnicas ou sociais de produção.

Estas críticas, que apontam para uma revisão que o Autor pretende fazer de alguns conceitos marxistas, não põem em causa a necessidade ou o interesse de os rever, pois estou de acordo com ele, que o marxismo dogmático é anti-científico. O que me parece é que os pontos escolhidos

não são dos mais felizes. Ou então seria preciso uma exposição mais clara e elaborada, como é o caso para o conceito de «forma de convivência».

Outros pontos controversos situam-se no nível dos factos e não no dos conceitos. Asim, por exemplo, quando diz que até ao século XI os grandes proprietários exploram predominantemente as suas terras por administração directa e que só em meados do século XII se verifica o abandono massiço dessa forma de administração, que se tornaria quase universal em meados do século XIII. Pela minha parte parece-me que a evolução destas formas de exploração está muito longe de ser tão simples e linear. Se, pelo menos no Noroeste peninsular, se verifica um processo de colocação de escravos domésticos em explorações familiares em torno do ano mil, o que implica a restrição da exploração directa, esse mesmo processo começa muito antes, já desde o século X, e não exclui de modo algum a existência de largos espaços do domínio entregues igualmente a famílias de dependentes das quais pouco mais se exigia do que uma quota parte da produção. E, depois do século XII, se na mesma região se assiste a um incremento numérico de contratos agrícolas sob todas as formas — prazos, préstamos, *tradiciones*, enfiteuses —, isso não quer dizer que não tivesse havido, muitos casos de recuperação da exploração directa quer pelo desbravamento dirigido pelo senhor (ao modo cisterciense) quer pelo aumento das áreas de vinha e de pastoreio directamente controlados também pelo senhor, fenómenos bem conhecidos e magistralmente descritos por Cortázar.

Outro ponto susceptível de discussão é o exagero da afirmação contida noutro passo em que se diz que só o aumento de rendimentos agrícolas, isto é o incremento da taxa de reprodução da semente, pode melhorar os benefícios do camponês (p. 49). Corresponde isto a esquecer que o camponês pode também aumentar os seus benefícios comercializando e transformando bens que produz e de que pode dispor. Pois as restrições senhoriais à comercialização (do género do *relego*) não são gerais, não atingem todos os géneros e podem porventura ser contornadas; e a monopolização dos instrumentos de produção pelo senhor também não é tão geral como num esquema teórico do funcionamento do sistema feudal se pode supôr. Para alguns camponeses existe mesmo outra fonte de rendimentos, que advém de entrarem na ministerialidade do senhor, isto é, de se tornarem intermediários entre ele e os outros vilãos, o que para uma minoria deles constitui mesmo meio seguro de verdadeiro enriquecimento.

Deste e doutros factores característicos do sistema senhorial deduz o Autor que ele conduz a um debilitamento constante da situação do cam-

pesinato, o que, em termos globais é, naturalmente, verdadeiro. Não tanto, todavia, que não admita excepções. Dentro do próprio sistema senhorial aquelas mesmas que se podem constituir no seus interstícios, abertos pelas possibilidades de aumento de rendimentos, na verdade restritas, que acabamos de apontar. Mas o mais importante não são essas excepções à regra. É a existência de zonas que escapam ao sistema, as de regime municipal, onde predomina a propriedade privada e onde pode existir e até prosperar uma burguesia rural. Já mais acima, ao discutir *La época medieval* me referi à tendência do Autor para esquecer esta realidade ou minimizar a sua importância. Além disso, pelo menos em Portugal (não sei o que se passa na Espanha), devem-se considerar também à parte os domínios régios mesmo os do Norte, cuja estrutura é evidentemente senhorial. Estes, com efeito, admitem mais do que as senhorias nobres e eclesiásticas, a possibilidade de aparecimento de uma burguesia rural. Aí a pressão senhorial é menor como se vê comparando as cartas de foral dadas pelo rei com as dadas por nobres ou bispos e abades. Ora o Autor pressupõe constantemente como único sistema possível num meio rural peninsular, o *senhorial*, o que, a meu ver, é reduzir demasiado o âmbito das hipóteses de trabalho.

É talvez por se mover quase só dentro do modelo senhorial, mesmo quando descreve os fenómenos provocados pela intensificação das relações comerciais e pela especialização da produção durante os séculos XIV e XV, que Cortázar não faz qualquer referência à possibilidade de aparecerem em algumas regiões das primeiras manifestações de um proletariado agrícola, por ténues que sejam. São prenúncios tão importantes dos primeiros passos do futuro e ainda longíquo capitalismo agrícola, que não podem deixar de se analisar com o maior interesse. Há pelo menos um sector da produção em que existe já um verdadeiro proletariado, a pastorícia. Se esta tem alguma importância em Portugal a partir do século XIII, tem-na muito mais em Espanha, como se sabe.

Vistas assim em conjunto e separadamente da comunicação que lhes deu origem, estas críticas e divergências podem parecer destrutivas. Tenho, pois, de acentuar que elas não podem fazer esquecer aquilo que dizia ao princípio, isto é que este texto de Cortázar tem um valor metodológico muito importante e do maior interesse para orientar os alunos mais adiantados dos cursos universitários, que dão os primeiros passos na investigação ou preparam as suas dissertações de licenciatura e doutoramento. Dada a escasez de orientações metodológicas da historiografia medieval na Península, esta comunicação é verdadeiramente fundamental e inova-

dora. Até ser substituída por outros trabalhos do mesmo género constitui um marco importante para o aprofundamento da investigação medieval, como de resto os outros trabalhos do Autor aqui analisados.

Em todos eles o valor pedagógico é da melhor qualidade e faz prever que a vizinha Espanha contará em breve com obras de investigação que a porão finalmente ao lado dos países mais desenvolvidos. Desde a publicação da já famosa síntese de G. Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval* em 1962, a qual excluía a Península do seu âmbito pela quase total carência de trabalhos nesse sector, o caminho percorrido já é considerável. As perspectivas abertas pelas obras que aqui analisámos e por outras a que fizémos uma breve referência no princípio são realmente promissoras.

Repercussões em Portugal da Independência dos Estados Unidos

Por LUIS A. DE OLIVEIRA RAMOS

I— Segundo uma perspectiva actual é impensável a compreensão do nosso tempo por parte de quem tudo ignora do passado. Com efeito, ser contemporâneo implica tomar consciência das heranças consentidas e das heranças contestadas, razão por que, sempre que necessário, o investigador deve estudar o pretérito em função do presente e mesmo do porvir, ora pelo recuo na marcha do tempo, ora pelo retomar do seu fio de desenvolvimento através das gerações (1).

Aplicando agora esta perspectiva à questão da independência dos Estados Unidos em 1776, parece-nos de interesse marcar algumas significações desse acontecimento e pôr em evidência repercussões suas em Portugal, colocando-nos, primeiro, na perspectiva da história universal e, depois, na óptica que permite o seu relacionamento com a vida da monarquia portuguesa no final do século XVIII.

II — Para começar, refira-se que, nos últimos tempos, a existência de Portugal foi marcada por três acontecimentos capitais, a saber:

a descolonização
a democratização do país
e a mutação social (2)

Ora, seguindo na esteira de reputados historiadores, verifica-se que, à escala da história universal, na raiz daqueles processos encontramos o

---

(1) Cf. René Rémond, *Introduction à l'histoire de notre temps: I. L'Ancien Régime et la Révolution — 1750-1815*, Paris, 1974, p. 8. Ver também Pierre Chaunu, *Histoire Science Sociale — La Durée, L'Espace et L'Homme À L'Époque Moderne*, Paris, 1974, pp. 13-14.

(2) Opinião do então Presidente da República, emitida em Abril de 1976.

originalíssimo exemplo da Revolução americana, essencialmente no tocante aos 2 primeiros pontos.

Segundo o Prof. René Rémond, Reitor da Universidade de Nanterre, a originalidade da revolução americana assenta no seguinte:

Pela primeira vez, uma «colónia reivindica a sua independência e rompe os laços com a metrópole». Acto inicial da descolonização, «este gesto tem um significado histórico capital», porquanto se podem filiar na «declaração da independência de 1776 todos os movimentos que daí para o futuro visaram romper elos de tipo colonial, na América espanhola e portuguesa no século XIX; na África ou na Ásia no século XX» (3).

Logo, não só a independência da nação brasileira, como a dos recentes Estados africanos lusófonos constituem eventos dum processo inaugurado com a independência dos Estados Unidos.

Em segundo lugar, assevera também o historiador René Rémond, os americanos desligados da Grã-Bretanha, em 1783, «inovam em matéria de instituições, elaboram um novo sistema político, cujos elementos constitutivos são novos, a começar pela presença dum texto constitucional», duma carta das leis fundamentais do país.

Com a constituição americana, concluída em 1787, deparamos com «um acontecimento cuja actualidade ainda persiste», pois o texto em questão, além de continuar em vigor nos Estados Unidos, funciona como marco na cadeia dos textos constitucionais de futuro elaborados no Orbe (4).

Trata-se duma constituição republicana e laica que estipula a separação dos poderes executivo, legislativo e judicial e, basicamente, dum texto que, para as opiniões públicas esclarecidas da Europa sua contemporânea, assinala a vitória da liberdade e dos direitos naturais, frente às forças da tradição e do conservantismo social (5).

Daqui segue-se que, enquanto exemplo para constituições ulteriores e enquanto constituição iluminada pelos princípios da liberdade e dos direitos naturais, tal texto avulta na marcha histórica que, através do liberalismo, conduziu à democracia política e, do mesmo modo, à democracia política, económica e social para que aponta a Constituição portuguesa de 1976 (6).

---

(3) Cf. R. Rémond, *ob. cit.*, pp. 114-115.
(4) *Ibidem.*
(5) Cf. Michel Denis e Noel Blayau, *Le XVIII.e Siècle*, Paris, 1970, p. 326.
(6) *Constituição da República Portuguesa de 1976.*

Em terceiro lugar, da criação dos Estados Unidos extravasa, na opinião de alguns autores, uma revolução social (7).

Os patriotas americanos quiseram reduzir a factos as ideias dos filósofos, de Locke, de Montesquieu, de Rousseau, os quais tinham escrito que todo o governo devia estabelecer-se mediante um pacto social (8). Ao proclamar a independência, em 4 de Julho de 1776, o Congresso de Filadélfia publicou uma *Declaração de Direitos*, a qual enuncia as prerrogativas essenciais dos cidadãos, «*criados iguais*», a saber: a vida, a liberdade e a procura da felicidade (9).

Demais, em termos de movimentação social, na revolução dos Estados Unidos assumiram papel de relevo os comités de correspondência, os comités de salvação pública e de vigilância, os clubes, as lojas, os representantes ou comissários em missão, etc. (10).

E, demarcando-se do passado e dos resquícios fêudicos subsistentes, os americanos aboliram os impostos de natureza feudal ainda em vigor em vários estados, nomeadamente no Estado de Nova Iorque. Em busca duma maior equidade, suprimiram leis onde se estabeleciam substituições ou a primogenitura nas sucessões. Em matéria eleitoral, assistiu-se à progressiva extensão do direito de sufrágio que, de 1800 em diante, passa a ser praticamente universal em 7 dos 16 Estados que então comportava a União (11).

Quer dizer, persistindo embora a escravatura, já então contestada por sectores esclarecidos da América, persistindo ainda determinadas formas de trabalho forçado e o problema grave dos índios, a Revolução americana apresenta indícios revolucionários em matéria social, até porque provocou mudanças no equilíbrio das classes sociais (12).

Dessas mutações faz eco a história, como que a estimular o homem actual a bater-se pelos seus direitos em tal domínio. Daí, os acontecimentos da emancipação americana poderem dizer alguma coisa a quem, hoje, no nosso país, trava a batalha do progresso social em nome da libertação dos oprimidos.

---

(7) Cf. Andrè Kaspi, *Révolution où guerre d'indépendance? La naissance des Etats-Unis*, Paris, 1972, pp. 17.

(8) Cf. Jacques Godechot, *Les Révolutions (1777-1799)*, Paris, 1963, p. 101.

(9) *Ibidem*.

(10) Cf. Denise Artaud e André Kaspi, *Histoire des Etats-Unis*, Paris, 1971, pp. 33-55.

(11) Cf. Godechot, *ob. cit.*, p. 102.

(12) *Ibidem*, p. 268.

Pode então concluir-se que a Revolução americana, quando articulada com o Portugal de agora, vale não só pela qualidade do seu processo histórico, mas também por ser o momento inicial da descolonização, por ser um movimento que institucionaliza a constitucionalidade e a liberdade republicana e laica e, finalmente, pelos laivos de revolução social, aliás moderada, que a caracterizam.

III — E quais as repercussões da Revolução americana na sociedade portuguesa sua contemporânea, isto é, na sociedade portuguesa dos fins do século XVIII? Vejamos alguns aspectos.

Superados que foram os problemas económicos do pombalismo maduro, Portugal assistiu a um período de revigoramento comercial (13), marcado pela ascensão da burguesia no seio da sociedade tradicional (14), sociedade essa regida, na sequência do despotismo pombalino, pelo absolutismo híbrido de D. Maria I (15). Ora, tendo ocorrido entre 1776 e 1782 a *guerra americana* — nome por que foi conhecida no nosso país a Guerra da Independência (16) — os seus reflexos sentiram-se aqui no final do consulado do marquês e ao longo dos primeiros 6 anos do governo mariano.

Por comodidade de exposição, analisaremos as repercussões da criação dos Estados Unidos no plano oficial e no plano privado, começando por inscrevê-las no contexto socio-económico.

Nesta última perspectiva e tanto quanto a história do tráfego marítimo e a história económica testemunham, na segunda metade do séc. XVIII, e mesmo antes, em virtude das intensas relações entre Portugal e a Grã-Bretanha, navios provenientes das 13 colónias da América Setentrional e, depois, do novo país, visitaram os nossos portos, onde, entre outras coisas, deixavam arroz da Carolina e, bem assim, milho norte-americano (17).

Em contrapartida, Portugal vendia para as antigas possessões britânicas vinho, azeite, sal e diversos produtos de menor expressão (18).

Para documentar o tráfego e o escambo entre as duas zonas econó-

---

(13) Cf. Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, 1963, p. 200.

(14) Cf. Jorge Borges de Macedo, «Burguesia», in *Dicionário de História de Portugal*, I, Lisboa, s/d., pp. 401-402.

(15) Cf. Jorge Borges de Macedo, «Absolutismo», in *cit. Dicionário de História de Portugal*, I, p. 13.

(16) Cf. Virgínia Rau, *O Movimento da Barra do Douro Durante o Século XVIII: Uma Interpretação*, Porto, 1958, p. 9, nota 2.

(17) *Ibidem*, p. 21.

(18) *Ibidem*, pp. 19 e 21 e Jorge de Macedo, *ob. cit.*, pp. 196-197.

micas atente-se, para começar, em elementos referentes ao movimento marítimo na barra do Douro, o principal cais de Entre Douro e Minho.

Num total de 6.346 navios entrados neste porto entre 1733-1743 e 1764-1784, 4.235 eram anglo-americanos, tornando-se, por conseguinte, fácil ajuizar quanto os britânicos «dominavam no comércio de importação e exportação» tripeiro (19).

Dos referidos 4.235, estavam inscritos em portos ingleses 3.579 e 74 em portos americanos. Os restantes pertenciam a ancoradouros da Escócia e da Irlanda (20).

Todavia, se 2.402 barcos zarparam directamente de cais propriamente inglês, da América vieram 941 barcos. Isto contra, por exemplo, 374 navios oriundos da Irlanda, 311 da Rússia, 315 da Holanda, 305 da França e 436 e 278 de portos alemães e prussianos respectivamente (21). Só da Carolina, nos períodos de tempo que estamos a considerar, aportaram à barra do Douro 166 embarcações. Outras zonas e urbes americanas em ligação com a cidade do Porto foram a Nova Inglaterra, Boston, Filadélfia, Virgínia. No ano de 1766, num total de 167 embarcações entradas, 122 pertenciam à nação britânica, sendo 17 provenientes da Carolina.

Verifica-se, portanto, que, no conjunto dos ancoradouros donde levantaram ferro navios em demanda da barra do Douro (entre 1733-1743 e 1764-1784), avultam, em primeiro lugar, os portos ingleses e, logo depois, os americanos, na proporção de 2.402 contra 941 (22).

Do ponto de vista social, as informações relativas aos negociantes de origem nacional e estrangeira do Porto envolvidos no escambo agora historiado revelam que os comerciantes tripeiros ainda não se tinham especializado. A maioria fazia incidir o seu comércio sobre as mais diversas mercadorias. Todos, porém, exportavam vinho (23).

O mercado portuense por eles assumido absorvia, em larga escala, linho proveniente de Memel e de Riga; trigo embarcado nos portos ingleses e algum nos holandeses e alemães; cevada e centeio carregado também em ancoradouros ingleses, além de arroz originário da Carolina e de milho norte-americano. Isto de par com os materiais necessários à indústria subsidiária do vinho, que era a indústria do vasilhame (24).

---

(19) Cf. Virgínia Rau, *ob. cit.*, p. 16.
(20) *Ibidem.*
(21) *Ibidem* e Tabela III.
(22) *Ibidem*, p. 20 e Tabelas III, IV.
(23) *Ibidem*, p. 20.
(24) *Ibidem*, pp. 20 e 21.

O frete de retorno dos navios transportadores era, em geral, constituído por vinho do Porto que seguia para a Inglaterra, para a América, etc. (25).

E o caso do vinho do Porto, como produto de troca, era semelhante ao caso de outros vinhos portugueses idênticamente exportados para a Europa e para a América, no número dos quais figura o vinho insular, ou seja, o vinho das ilhas adjacentes.

Conforme ensina Virgínia Rau, «quando o desenvolvimento da colonização promoveu o acréscimo da navegação e do comércio entre as colónias americanas e a metrópole britânica, os navios rumando para ou da Europa, seguiram os ventos e as correntes mais propícias no Atlântico Norte e a escala na Madeira ou nos Açores tornou-se, quase podemos dizer, obrigatória» (26).

Ao «lado da posição geográfica favorável às linhas de navegação, os arquipélagos portugueses ofereciam campo fértil para transacções comerciais» envolvendo as comunidades americanas.

Os navios saídos da Inglaterra acostavam, «à ida, na Madeira ou nos Açores para refresco e, a troco de lanifícios, trigo, farinha, aduelas, etc., carregavam vinho». Do mesmo modo, «na torna viagem da América, a paragem na Madeira ou nos Açores dava origem à colocação dalguns géneros coloniais transportados, antes da chegada ao Porto ou a Lisboa» (27).

Do exposto fica claro, através de exemplos proporcionados pelas áreas económicas do Porto, da Madeira e dos Açores que, desde período anterior ao da Revolução autonómica, entre o nosso país e as possessões inglesas da América do Norte subsistiram laços comerciais profícuos, alicerçados em tráfego marítimo recíproco, o qual, sendo embora importante, ficava muito aquém do existente com a Grã-Bretanha.

A regularidade de tão útil mercancia luso-americana há-de ser afectada, de 1776 em diante, pelo eclodir da rebelião das possessões inglesas contra a metrópole.

Intimamente ligado à Inglaterra por força de tratados (28), o rei de Portugal foi dos primeiros a condenar os patriotas insurgentes, abrindo entre os dois povos, d'aquém e d'além Atlântico, até então presos por laços de amizade e interesse mútuos, um contencioso que há-de durar mais de

(25) *Ibidem*.

(26) *Ibidem*, p. 19.

(27) *Ibidem*.

(28) Cf. Luís A. de Oliveira Ramos, *Um Inédito sobre o Tratado de Methuen*, Porto, 1973.

6 anos e cuja natureza e extensão não é possível entender se se olvidarem os elementos de natureza económica atrás resenhados.

IV — Esse contencioso compreende várias fases e, por mera coincidência, principia em 4 de Julho de 1776, isto é, no dia da proclamação da independência dos Estados Unidos.

Sabedor, porventura, através da diplomacia inglesa, de que, a 6 de Abril, o Congresso continental da América abrira os respectivos portos a todos os países, quebrando a situação colonial e, principalmente, sabedor de que, a 15 de Maio, o mesmo Congresso ordenara a cada colónia que adoptasse uma constituição estadual independente (29), o marquês de Pombal induziu o rei D. José a tomar medidas contra os insurgentes pelo decreto de 4 de Julho de 1776, que veio a público no dia seguinte, sob a forma de edital afixado na capital e em todos os portos do Reino (30).

No edital em questão o monarca português historia que, a 15 de Maio, as Colónias da América Inglesa «não só se declarárão inteiramente afastadas da sujeição à Coroa da Grã-Bretanha; mas ficavão já formando Leis estabelecidas na sua propria e particular Authoridade, para resistirem à legitima de El-Rei Britanico.»

Davam, assim, no aviso da Coroa, um exemplo «pernicioso» pois sublevavam-se contra o soberano legítimo, tanto bastando para não merecerem o auxílio dos príncipes em geral. Eis porque, da sua parte, o rei de Portugal entendia aplicar-lhes as seguintes sanções:

1 — aos navios americanos, com ou sem carga, ficava vedado o acesso aos portos de Portugal e seus domínios, mesmo em caso de extrema necessidade.

2 — aos navios estantes em ancoradouros portugueses, outorgava o prazo de oito dias para os abandonarem, depois de inspecccionados, em ordem a verificar se levavam pólvoras ou armamento, o que estava proibido por ordem de 21 de Outubro de 1775, contravenção que, a verificar-se, implicava o confisco dos respectivos barcos (31).

Pendendo para o governo inglês contra os inconfidentes americanos, Pombal, se defendia concepções do poder monárquico do seu agrado, fundamentalmente garantia a persistência das íntimas relações económicas

(29) Cf. *The New Cambridge Modern History*, VIII, Cambridge, 1968, p. 462.

(30) Cf. Latino Coelho, *Historia Politica e Militar de Portugal*, II, Lisboa, 1885, pp. 35-36.

(31) Edital de 5 de Julho de 1776.

anglo-lusas, relações que, no dizer dos Profs. Virgínia Rau e Jorge de Macedo, constituíam lógica consequência dos interesses comuns e não sinal de decadência (32). Para mais, no início do último quartel do séc. XVIII, havia perspectivas duma recomposição económica do País, a despeito do escoamento do ouro brasileiro (33), recomposição que não toleraria entraves ao trato com a Inglaterra. Além disso, a costa portuguesa, com o porto de Lisboa e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, desempenhava função importante nas comunicações de interesse para a Inglaterra numa época em que se assistia ao recrudescimento do poderio francês no Atlântico (34) e em que havia hipóteses de dificuldades crescentes na América. Finalmente, ao Governo português desconvinha acicatar os britânicos para bem dirimir as dissidências luso-espanholas na América do Sul, mais tarde superadas, mal superadas, pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

Infere-se, então, que muito mais que a incompreensão do fenómeno social representado pela insurreição americana (35), a atitude de D. José, lavrada a 4 de Julho de 1776, exprimiu com realismo os interesses do Reino, interesses que apontavam a vantagem de não agravar escusadamente os britânicos.

Como era de esperar, a querela com os americanos trouxe dissabores aos portugueses. Os Estados Unidos consideraram Portugal nação hostil e os barcos do nosso país terão sofrido a mesma perseguição que os ingleses (36).

De qualquer modo e na prática, os dirigentes americanos empenharam-se em modificar a atitude da Corte de Lisboa, explorando a excelente oportunidade decorrente da subida ao trono de D. Maria I, em Fevereiro de 1777, na sequência da morte de D. José I.

Neste ensejo, e pensando decerto no valor estratégico das posições portuguesas no Atlântico Norte, o legado dos Estados Unidos assistente em Paris, Dr. Benjamin Franklin, tudo fez para inverter a situação criada por Pombal através duma persuasiva mensagem oficial datada da capital francesa, a 16 de Julho de 1777. Nela estranha a dureza do decreto josefino de 1776, a seu ver contrário à estima e interesses recíprocos que urgia manter entre as duas nações, tanto mais que os Estados Unidos

---

(32) Cf. Virgínia Rau, *ob. cit.*, p. 19 e Jorge de Macedo, *ob. cit.*, pp. 43 e segs. e 193.

(33) Cf. Jorge de Macedo, *ob. cit.*, p. 200.

(34) Cf. Jorge de Macedo, *ob. cit.*, p. 193.

(35) Cf. Caetano Beirão, *D. Maria I*, Lisboa, 1944, p. 215.

(36) *Ibidem* e ver Latino Coelho, *ob. cit.*, p. 36.

alimentavam o desejo sincero de viver em paz com todo o género humano. Pedia, portanto, ao governo português que sanasse a situação e promovesse a continuação da mútua correspondência e trato mercantil amigável entre as duas potências (37).

A esta diligência de Franklin, pautada por interesses comerciais que não fazem esquecer a vantagem de neutralizar pontos estratégicos lusíadas, respondeu negativamente o gabinete de Lisboa que do facto informou a Grã-Bretanha, em ordem a sublinhar os inconvenientes daí decorrentes para o nosso país, os quais resultavam, afinal, da aliança com a Coroa inglesa (38).

Em termos de política internacional, a análise das perspectivas de desenvolvimento das relações luso-americanas, nessa data feita pelo gabinete de D. Maria I, oferecia cômputos idênticos aos obtidos, meses atrás, pelo experiente Pombal. Logo, porque havia de mudar de orientação o ministério recente, timorato e ultra-conservador da nova rainha, frente aos republicanos da América?

Eis porque, de futuro, e sobretudo depois da entrada, na conflagração contra a Grã-Bretanha, da França (1778), da Espanha (1779) e da Holanda (1780) ao lado dos Estados Unidos (39) o nosso governo jamais deixou de se pautar pela consecução duma política de neutralidade consentânea com o mais directo interesse nacional, a despeito da forte pressão exercida pelos espanhóis e pelos franceses no sentido de hostilizarmos os ingleses e favorecermos os Estados Unidos (40).

Contudo, à sombra da nossa neutralidade e com o à vontade derivado de influente habituação, os britânicos usaram e abusaram da utilização, principalmente do porto de Lisboa, como ponto de apoio da sua esquadra e dos seus navios corsários. E isto sucedeu porquanto, num primeiro tempo, o ministério de Lisboa quase nunca agiu com a energia necessária na defesa da imparcialidade de Portugal (41). Segundo um diplomata germânico credenciado em Portugal, tempo houve em que a capital do Reino funcionava como «mercado de corsários, em que as fazendas apresadas a inumeráveis embarcações se vendiam em quotidianas almoedas» (42).

Portugal dizia-se neutral e era-o oficialmente, mas estava, em demasia,

---

(37) *Ibidem*, pp. 36-37.
(38) *Ibidem*, p. 38.
(39) Cf. Denis e Blayau, *ob. cit.*, pp. 318-319.
(40) Cf. Latino Coelho, *ob. cit.*, II, pp. 41-43, 45-47.
(41) *Ibidem*, pp. 46-47.
(42) *Ibidem*, p. 46.

preso à Inglaterra, muito embora não albergasse o intuito de agravar a França e, sobretudo, a Coroa da Espanha, com quem havia estreitos laços dinásticos (43).

A provar estes derradeiros aspectos figuram, em primeiro lugar, veementes protestos, tempestivamente produzidos pelo ministério luso, contra a beligerância naval britânica assente no apoio proporcionado pela costa portuguesa (44), e, em segundo lugar, o acolhimento aqui dispensado a navios corsários das várias partes intervenientes.

Por exemplo, em «10 de Junho de 1779, três [navios] corsários ingleses de nome *Nenhures, Fama* e *Aquiles*...» entraram no Porto «seguidos, em 20 de Julho pelo *Admiração*...».

Depois, «em 13 de Outubro fundeavam no Douro dois corsários franceses... cujos capitães eram vizinhos de Sibur e S. João da Luz» e que já antes tinham tocado em Peniche.

«Meses antes, em 23 de Maio, um navio holandês proveniente de Amsterdão, deixava em terra cinco ingleses, que haviam sido tomados por um corsário *americano*» (45).

Sem embargo, nos meados de 1780, o ministério de D. Maria I, indiciando real simpatia pró-britânica, tentou actuar como intermediário entre a Espanha e a Inglaterra, em ordem a alcançar a acomodação entre as duas potências. A coerência da posição espanhola fez gorar a diligência portuguesa que visava prejudicar os americanos (46).

Entretanto, sob a pressão dos gabinetes de Paris e de Madrid, o governo de Lisboa conhecendo, já a força dos inimigos da Coroa britânica, já o curso indicador da guerra americana, que era favorável aos patriotas, assumiu posições sérias contra o à vontade inglês no Tejo, posições que foram geralmente bem recebidas pelas nações afectas aos Estados Unidos (47).

Tais medidas visaram, primeiramente, a actividade dos corsários ingleses, que o decreto de 30 de Agosto de 1780 proibiu de entrarem no Tejo «com a única excepção da estricta necessidade». Em segundo lugar, procurou, recorrendo ao articulado do Tratado Anglo-Luso de 1654, obviar a demoradas permanências das esquadras britânicas no estuário do Tejo (48).

---

(43) Ver nota 40.
(44) Cf. Latino Coelho, *ob. cit.*, II, p. 44.
(45) Cf. Virgínia Rau, *ob. cit.*, pp. 9-10.
(46) Cf. Latino Coelho, *ob. cit.*, II, pp. 57-58.
(47) *Ibidem*, p. 47 e seg.
(48) *Ibidem*, pp. 47-48.

Os cautos ministros portugueses de então ainda admitiram represálias britânicas motivadas por uma e outra medida e, para contrariar eventuais acções de guerra, sondaram outras potências sobre a possibilidade do auxílio a dispensar ao nosso país (49).

A feição dos tempos desaconselhava aos ingleses iniciativas de semelhante jaez. A dureza da guerra americana obrigava à concentração de esforços contra o inimigo e os ingleses, a braços com sérios problemas, nada tentaram contra o nosso país.

Talvez por isso, no termo de demoradas hesitações, no alvor de 1782, o Governo português aderiu à liga da liberdade dos mares, concebida e patrocinada por Catarina da Rússia, cujo estatuto funcionava contra os ingleses (50).

O ano de 1781 fora deveras desfavorável aos britânicos no transcurso da guerra americana. A queda de Yorktown dizia-o. Eis porque os próprios ingleses, pelo acto preliminar de 30 de Novembro de 1782, reconheceram a independência dos insurgentes das 13 colónias da América Setentrional. Por último, o Tratado de Versalhes de 1783, ao ajustar a paz entre todas as potências envolvidas no conflito anglo-americano, firmou a autonomia dos Estados Unidos no concerto das nações do Ocidente europeu (51).

Em Portugal não se aguardou a celebração do convénio agora nomeado para normalizar e estreitar as relações com os americanos.

Um edital régio, de 2 de Fevereiro de 1783, outro vez espalhado pelos portos do reino, dizia textualmente:

«Por quanto com a independência dos Estados Unnidos da América Setemptrional, tem cessado os motivos, que constituirão o objectivo do Real Decreto de 4 de Julho de 1776, e o Edital do Conselho da Minha Real Fazenda de 5 do mesmo mez, e ano: Sou Servido abolir, e cassar inteiramente os sobreditos Decreto, e Edital para nunca mais produzirem effeito algum: E ordeno que em todos os Pórtos destes Reinos, e seus Dominios se dê prática, e entrada a todos os Navios, que a eles vierem da referida America Septentrional, da mesma maneira que antes se observava com todos aquelles, que das ditas Colonias vinhão aos mencionados Pórtos, para nelles gozarem de toda a hospitalidade, e favor que, exprimentão os das outras Nações amigas» (52).

(49) *Ibidem*, p. 53.
(50) *Ibidem*, p. 57.
(51) Cf. Denis et Blayau, *ob. cit.*, pp. 320-321.
(52) Edital de 2-2-1783.

*

Daí para o futuro, os laços, sobretudo os renovados laços mercantis entre os dois países, intensificaram-se, no quadro da diversificação das relações económicas características desta época da nossa política internacional (53).

Note-se, todavia, que no período da guerra americana, o tráfego marítimo entre Portugal e América, se sofreu notável baixa, não se extinguiu completamente, como bem atestam os estudos sobre o movimento da barra do Douro, elaborados por Virgínia Rau e Fernanda Espinosa (54). O porto e a cidade de Lisboa, esses beneficiaram da utilização intensa que os ingleses lhes propiciaram e do comércio decorrente da venda das mercadorias apresadas no mar (55).

Por outro lado ,os efeitos nocivos da guerra naval, «suportada pelos usuais transportadores ingleses e holandeses, deram... [no início da década de 80], uma oportunidade aos navios portugueses de assegurarem um reabastecimento dos mercados consumidores e da própria cidade do Porto», por exemplo. Com efeito, as hostilidades obrigaram «os homens e os barcos a desviarem-se das pacíficas rotas da navegação comercial, dando possibilidades aos portugueses, dinamarqueses e alemães de avultarem no tráfico marítimo portuense e de ganhar bons fretes com suas embarcações» (56). Neste contexto, também o comércio entre Portugal e a Ásia aumentou muito (57).

Por sua vez, com a situação lucraram as casas comerciais interessadas nas ligações marítimas e no escambo mercantil daí resultante. Em sentido idêntico, ou seja, em sentido positivo funcionará ainda o restabelecimento e intensificação do trato normal entre Portugal e a América depois de 1783 e no período que vai até ao princípio do século XIX.

De facto, a prosperidade mercantil portuguesa dos fins do século XVIII manifesta-se tanto na produção metropolitana, como nas matérias primas coloniais e articula-se com a independência americana (58).

---

(53) Cf. Jorge de Macedo, *ob. cit.*, p. 203.

(54) Cf. Virgínia Rau, *ob. cit.*: «Quadro dos Portos donde saíram as navios entrados na Barra do Douro (Porto)».

(55) Cf. Latino Coelho, *ob. cit.*, II, p. 46.

(56) Cf. Virgínia Rau, *ob. cit.*, p. 26.

(57) Cf. Albert Silbert, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, 1972, p. 45.

(58) Cf. Jorge de Macedo, *ob. cit.*, pp. 198.

A balança do comércio luso-americano do final de setecentos revela uma significativa tendência ascensional (59), derivada, inclusivé, das quantidades de sal (60), azeite e vinho, exportado para o novo país (61).

Simultaneamente, no contexto económico, evidencia-se a procura de fontes americanas de abastecimento alimentar, com o que vinha a diminuir a dependência de Portugal em relação a outros fornecedores tradicionais (62).

Isto, sendo certo que a balança comercial apresenta um saldo favorável ao nosso país, em vários anos, de 1783 a 1800 (63).

Por último, aduza-se o aumento geral da prosperidade e do comércio nacional no fim do século das luzes, para o qual contribuiu a exploração dos mercados estado-unidenses e o intercâmbio luso-americano em geral, beneficiou antigas casas portuguesas e criou outras, esboçando um considerável reforço das classes mercantis. «A débil burguesia comercial portuguesa» apresenta, deveras, no termo de setecentos, «sinais incontestáveis de maior capacidade comercial» (64). Decénios volvidos caberá a tal burguesia activar o trânsito do Antigo regime para uma sociedade liberal iluminada pelos estímulos ingleses (65) e pelas experiências revolucionárias da França e de outros povos da Europa, experiências que estão no enfiamento da independência americana.

V — De resto, a permeabilidade de sectores portugueses à mensagem dos insurgentes de além atlântico, ocorre cedo, no quadro geral das reacções progressistas sinaléticas que, de longe, anunciaram a revolução portuguesa de 1820 (66).

Elementos significativos colhidos, por exemplo, na literatura e no jornalismo denunciam a presença no nosso País duma corrente presa à América libertada por laços de simpatia e admiração que, ulteriormente,

---

(59) *Ibidem*, p. 204.
(60) *Ibidem*, p. 197.
(61) *Ibidem*, pp. 196-197.
(62) *Ibidem*, p. 204.
(63) *Ibidem*, p. 204.
(64) *Ibidem*, p. 195.
(65) Cf. Albert Silbert, *ob. cit.*, pp. 80-81.
(66) Cf. Luís A. de Oliveira Ramos, *Aspectos das Correntes Ideológicas e Culturais em Portugal nos Fins do Século XVIII* (dissertação dactilografada apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa), 1961.

serão dispensados a outros revolucionários e, em escala maior, aos da França ([67]).

Assim, os grandes sucessos ocorridos no mundo do final do séc. XVIII e, nomeadamente, os da América Setentrional, não passaram indiferentes ao poeta Francisco Manuel do Nascimento ou Filinto Elísio, o qual, é sabido, viveu no exílio a maior parte da existência, por força do seu progressismo político e intelectual ([68]).

Versos de gosto arcádico neo-clássico por ele escritos, os quais eram, em regra, lidos em Portugal, reflectem, com veemência, a admiração que votava à Liberdade, a Franklin, a Washington e aos Estados Unidos, a quem chama a «feliz América». Aliás, evoca-a, como evoca os filósofos Rousseau e Voltaire, a «ilustre França», a tomada da Bastilha, as vitórias da Revolução e do Império, os temas da Razão, da Filosofia, da Ciência ou da Natureza. Irmana, deste modo, na sua vasta produção lírica, o mundo das Revoluções setecentistas e o movimento das ideias iluministas, sem esquecer o nome dos grandes filósofos e o nome de corifeus do emancipalismo americano, como Washington e Franklin. E ao cantar Franklin, com ele recorda todos os fautores do progresso e do domínio da Natureza ([69]).

Mas o testemunho mais eloquente de quanto conhecemos sobre a América republicana, produziu-a a oficial *Gazeta de Lisboa*, no Verão de 1778.

O conhecido órgão da imprensa periódica portuguesa do século XVIII, além de dar notícias sobre os Estados Unidos e sobre a ajuda que os franceses lhe dispensavam comenta os acontecimentos de além Atlântico com estranho denodo e lucidez, a 18 de Setembro de 1778, usando as seguintes expressões:

«A Divisão entre a Ingleterra e as suas colonias, faz a Revolução mais memoravel que tem havido no nosso globo; porque as consequencias, que della se hão-de seguir, terão necessariamente grande influencia no systema geral de todas as Nações. Por isso tudo o que lhe he relativo merece bem um lugar nos fastos do nosso tempo» ([70]).

Palavras proféticas e observações de claro entendimento prospectivo estas, redigidas ou transcritas por um gazeteiro desconhecido no Portu-

---

([67]) *Ibidem.*

([68]) Cf. Hernâni Cidade, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, II, Coimbra, 1959, p. 38 e seg.

([69]) *Ibidem*, pp. 304, 386.

([70]) Cf. *Gazeta de Lisboa*, Suplemento do n.º 7, de 18-9-1778.

gal de D. Maria I, quando campeava a *viradeira* reaccionária. Com efeito, o jornalista considera a Revolução americana a mais memorável ocorrida no Orbe em virtude dos efeitos que viria a ter no sistema geral das nações e, como tal, julga dignas de pregão todas as suas efemérides.

Em abono da verdade, deve dizer-se que, daí para o futuro e por espaço dilatado, a *Gazeta de Lisboa* continuou a dar informações sobre a *guerra americana*. Relatos de operações bélicas envolvendo desde logo franceses, ingleses e índios, como ainda outros dados, marchetam os noticiários internacionais provenientes de nações diversas. As novas chegavam amiúde por via marítima e não era raro na sua origem estar o informe de algum navegante (71).

De resto, o interesse da *Gazeta de Lisboa* pelos revolucionários daquele tempo nada tem de excepcional. A partir de Dezembro de 1787, o mesmo periódico mostrará nítida simpatia pela agitação em curso na França, sendo certo que, desencadeada a Revolução, há-de louvar a tomada da Bastilha, outrossim vendo na sessão de 4 de Agosto de 1789, em que foram abolidos os restos do feudalismo, algo — são palavras textuais — «digno de todos os seculos» (72).

E é neste contexto de pendor revolucionário que, em Outubro do mesmo ano, a Gazeta — tal como o *Jornal Enciclopedico* (73) — dá conta de notícias chegadas dos Estados Unidos acerca da Constituição de 1787, cuja vigência começara em 1789. O teor dos informes contidos na *Gazeta de Lisboa* respeita aos parágrafos 8, 9 e 10 do Artigo I e, bem assim, ao Artigo VI (transcrito na íntegra), ou seja, a aspectos do texto constitucional com interesse para as pessoas apostadas em negociar com a América (74).

Em diversa notícia a *Gazeta* explica que, para os americanos de Filadélfia, a Constituição, enquanto fruto do povo, não poderia ser alterada pelos poderes em exercício, como invioláveis ficariam para sempre, no número dos direitos essenciais, a liberdade de consciência e a liberdade de prelo (75).

Por aqui se vê que Portugal ficou a conhecer pormenores da Constituição americana de 1787 no próprio ano em que ela entrou em vigor,

---

(71) Cf. *Gazeta de Lisboa*.

(72) Cf. Latino Coelho, *ob. cit.*, II, p. 158 e segs.

(73) Cf. *Jornal Enciclopedico*, vol. VII, Outubro de 1789, pp. 105.

(74) Cf. *Gazeta de Lisboa*, 2.º Suplemento do n.º 50, de 10-10-1789. Ver o documento n.º 3 do Apêndice.

(75) Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 42, de 20-10-1789.

através da *Gazeta de Lisboa* (como pelo *Jornal Enciclopédico*), isto é, através do mesmo jornal que, anos antes, revelara a significação histórica da emancipação das antigas possessões britânicas. Ora, ao elaborarem um texto tão cheio de novidades, como o de 1787, os americanos estavam, afinal, a dar razão ao redactor da *Gazeta* no ano de 1778, quando este falava da importância excepcional que a revolução dos Estados Unidos teria sobre o sistema político das nações do mundo.

Seja como for, em 1789, os portugueses limitaram-se a receber informações sobre a existência da Constituição, e sobre pontos limitados do seu teor.

Outras ressonâncias das teorias constitucionais da nova República, encontramo-las, por esse tempo, na mais célebre polémica jurídica do fim do século, em que, a propósito do *Novo Código*, se degladiaram os famosos lentes da Universidade de Coimbra, Melo Freire e Ribeiro dos Santos, o primeiro, defensor da monarquia absoluta e, o segundo, homem de tendências liberais e formulador dum esboço da monarquia representativa (76).

Segundo um tratadista do direito, algo, quer das ideias do novo evangelho político dos jusnaturalistas do século XVIII, quer das leis básicas inglesas, quer mesmo da constituição americana, figura já nas críticas por Ribeiro dos Santos formuladas contra opiniões de Melo Freire (77).

Menos importantes e dirigidas a um público limitado, são as referências aos americanos constantes do periódico cultural e de recreio, intitulado *As Variedades*, que se publicou no alvor do século XIX. Em números vários, os colunistas encarecem, ora a bondade do Presidente Washington dos Estados Unidas (78), ora o teor das descobertas de Benjamin Franklin sobre o raio (79). De extrema curiosidade reveste-se a notícia, de sabor rousseauniano, em que, nas *Variedades*, são encarecidas as virtudes morais e a grandeza da alma dos índios americanos, isto, não obstante o seu primitivismo (80).

Verifica-se assim que no Portugal de então havia quem pregoasse e lembrasse na imprensa os índios e as suas qualidades humanas, aliás, como alguns nos Estados Unidos do tempo.

---

(76) Cf. Paulo Merêa, *Estudos de História do Direito*, Coimbra, 1932, pp. 33-34.

(77) Cf. Cabral de Moncada, *Estudos de História do Direito*, II, Coimbra, 1949, p. 112.

(78) Cf. *As Variedades*, n.º II.

(79) *Ibidem*, n.º XV.

(80) *Ibidem*, n.º IX.

E a propósito do fomento de ideias generosas e esclarecidas entre os filhos da jovem nação que então era os Estados Unidos, importa historiar a contribuição dada pelo seu ministro plenipotenciário em Lisboa, coronel Humphrey e pelo respectivo cônsul, Duart Church, na época da Revolução francesa, à propaganda da república em Portugal e falar da muito provável ajuda que os mesmos diplomatas facultaram aos franceses da Convenção no período mais agudo, de poder popular, dessa extraordinária convulsão social.

Humphrey, antigo ajudante de Washington, e Church foram rotulados, pelo Intendente Geral da Polícia, Pina Manique, como sendo não só mações mas também jacobinos (81), isto é, partidários da França revolucionária e anti-monárquica.

Relativamente à sua qualidade de mações acrescente-se que há notícias seguras de laços entre lojas americanas e súbditos portugueses iniciados que depois fizeram parte da agremiação em Portugal, tanto na Madeira, como em Lisboa (82).

Quanto ao segundo aspecto, isto é, quanto à acusação de jacobinismo formulada contra os americanos, cumpre dizer que, em informação transmitida ao Governo, Manique considerou os diplomatas pessoas «que sem hezitação alguma dos seos coraçoens estão na Convenção Nacional de Paris» (83). Entre os senões que lhes aponta figura o facto de reconhecerem e aceitarem por americanos todas as pessoas que chegavam a Portugal, sendo certo que tais indivíduos vinham amiúde de portos de França e aqui desenvolviam actividades que levavam a polícia a duvidar da sua condição americana (84).

De importante actividade, a favor da França revolucionária é particularmente acusado o cônsul Duarte Church, embora ambos os diplomatas fossem, segundo Manique, «perigossimos» (85).

A respeito de Church, escreveu em 1794: «Tenho como certo e indubitavel, pelo que se passa na praça mercantil de Lisboa, que o consul americano Duarte Church é auctorizado pela assembleia nacional francesa, para não só com a sua firma poder autorizar todos aquelles papeis que são do expediente do consulado, como se fosse uma nação reconhecida;

---

(81) Cf. Latino Coelho, *ob. cit.*, pp. 306 e 408.

(82) Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «Inquisição de Lisboa», Sumário 8.666 (1766) e Processo 16.809 (1803), fls. 23.

(83) Cf. A. N. T. T., «Intendência da Polícia», Liv. IV, p. 155 e segs.

(84) Cf. A. N. T. T., «Int. da Pol.», Liv. VI, pp. 141 v-142 v.

(85) Cf. nota 83.

mas também de lhe dirigir os officios que julgar convenientes, como se fosse um ministro de uma nação amiga... e tudo como se fosse um ministro auctorizado e reconhecido pelo governo português» (86).

Quer dizer, além de garantir o funcionamento do consulado americano, Church asseguraria a representação da França revolucionária, cujo Governo a Corte portuguesa não reconhecia.

Segundo denúncia apresentada por um comerciante holandês, associado a pessoas que cooperavam com Church, possuíam comissões da Convenção, o cônsul Church e os negociantes batavos Jacob Dorman e irmãos Poppe (87), os quais, em Lisboa, recebiam enviados franceses e abasteciam de mercadoria navios, em princípio destinados a portos europeus conservadores, mas que, no alto mar, rumavam para a França (88). Um desses barcos levara, além de carga diversa, açucar, frutas e couros, ou seja, produtos alimentares e matérias primas de interesse para os exércitos da Convenção em luta com a Europa coligada (89).

Demais, Pina Manique acusava Church e os seus sócios holandeses de terem armado, sob a bandeira americana, o navio *Washington* para observar os movimentos da armada portuguesa e, logo depois, os significar aos corsários franceses que operavam no Atlântico (90).

Reportando-se às observações do Intendente sobre os diplomatas americanos, o historiógrafo Luz Soriano julga provável que nos juízos de Manique houvesse «muita precipitação, tomando-se suspeitas por factos consumados» (91).

Não pensava assim Oliveira Martins que categoricamente afirma: «O ministro e o consul da América... favoreciam o contrabando de guerra e fomentavam a propaganda» (92) em prol dos revolucionários franceses.

Na mesma linha, mas não tão afirmativo, o historiador e político Latino Coelho pondera: Não «excede os limites de credibilidade que os dois ministros americanos... favorecessem a propagação das ideias democráticas e da insurreição» (93).

---

(86) Cf. Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, 1.ª época, I, Lisboa, 1879, p. 406.

(87) *Ibidem*

(88) Cf. A. N. T. T., «Int. da Pol.», Liv. IV, fls. 142 v e segs.

(89) *Ibidem*.

(90) Cf. A. N. T T., «Int. da Pol.», Liv. IV, fls. 217 v.

(91) Cf. Luz Soriano, *ob. cit.*, 1.ª época, I, p. 406.

(92) Cf. Oliveira Martins, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1951, p. 257.

(93) Latino Coelho, *ob. cit.*, II, p. 395.

A observação de Latino Coelho afigura-se-nos pertinente, se levarmos em conta o processo revolucionário da independência americana e o carácter representativo, republicano e laico das suas instituições, bem como o entusiasmo provocado pela Revolução francesa nos espíritos mais avançados do tempo.

De resto, quem melhor do que um republicano dos Estados Unidos poderia representar e ajudar os franceses, em Lisboa, no período revolucionário?

Para mais, sabe-se que Humphrey e Church mantinham relações com os fundadores da Academia Real das Ciências, duque de Lafões e abade Correia da Serra e com um núcleo de portugueses e de residentes franceses a eles ligados, os quais nutriam verdadeira simpatia pela França revolucionária (94).

É, portanto, de acreditar que os diplomatas americanos, além de prestarem serviços à França da Convenção a título privado, versassem temas revolucionários com súbditos portugueses, pondo-os ao corrente das experiências tentadas no seu país de origem, experiências que, nesse final do século XVIII, a França renovava com ênfase e originalidade.

VI — Reflectindo-se, agora, sobre os exemplos aduzidos, observaremos que tendo sido o ponto inicial da descolonização e a origem não só duma primeira, durável e original Constituição, mas também duma revolução social moderada, o processo da Independência dos Estados Unidos assume, por tal motivo, formas dignas de meditação por parte do homem contemporâneo.

Além disso, processou-se a revolução num tempo em que havia trato mercantil entre a América e Portugal, nomeadamente entre a cidade do Porto e diversas zonas daquele país.

Ensombradas, durante a guerra da independência, pela neutralidade que a monarquia lusitana assumiu por força das suas estreitas relações com a Inglaterra, tais nexos frutificaram para o final do século XVIII, no âmbito da diversificação de mercados, apanágio do comércio externo português da época, e contribuíram quer para o revigoramento económico do País, quer para o reforço das classes mercantis na sociedade de então.

De par, a conflagração americana encontrou ressonância na poesia de Filinto Elísio, no noticiário da *Gazeta de Lisboa* e em artigos de outros

(94) Cf. A. N. T. T., «Int. da Pol.», Liv. IV, fl. 209 v.

periódicos. Ecos seus são ainda perceptíveis na polémica jurídica a respeito do *Novo Código*, polémica que muito pertinentemente Joaquim de Carvalho considerou «um índice da inquietude do tempo».

Finalmente, através do seu ministro em Lisboa, David Humphrey e do cônsul Duarte Church, os americanos cultivaram relações com espíritos lusitanos de alto jaez mental, no número dos quais figuravam os fundadores da Academia Real das Ciências, bem como precursores do liberalismo.

E Church, em particular, terá agido, em Lisboa, como representante dos interesses da França Convencional. Funcionou, por isso, ao lado do plenipotenciário, como símbolo e agente da América revolucionária junto das correntes evoluídas do Portugal setecentista, isto justamente no período mais agudo da Revolução francesa (*).

APÊNDICE

I

Dom José, por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, d'Aquém, e d'além mar, em Africa, Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc Faço saber aos que este *Edital* virem: Que sendo ultimamente informado de que as *Colonias da America Ingleza por hum* Acto emanado do Congresso, que tiverão em quinze do mez de Maio proximo precedente; não só *se declarárão inteiramente apartadas da sujeição á Corôa da Grão Bretanha;* mas ficavão já formando Leis estabelecidas na sua propria, e particular Authoridade, para resistirem á legitima de ElRei Britanico, Meu Bom Irmão, Amigo, e Alliado: E devendo hum exemplo tão pernicioso interessar até os Principes mais indifferentes para negarem todo o favor, e auxílio, directo, ou indirecto, a huns Vassallos, que se achão tão pública, e formalmente sublevados contra o seu natural Soberano: Sou servido Ordenar, que em nenhum dos Portos destes Reinos, e seus Dominios se dê prática, ou entrada a Navio algum, que a elles chegar com carga, ou sem ella, vindo de qualquer dos Portos da sobredita America Septentrional Ingleza; mas que pelo contrario sejão dos ditos Portos repellidos nos mesmos Actos, em que a elles chegarem, sem lhe ser dado soccorro algum, de qualquer qualidade que seja. Os Mestres e Capitães, a que até agora se houver permitido a entrada na consideração de que não havia motivo para lha prohibir, serão notificados para sahirem com os seus Navios dos sobreditos Portos no termo de oito dias continuos, successivos, e improrogaveis: Examinando-se antes de sahirem se levão Polvora, ou Armamento alguns dos que já prohibi pelas Minhas Reaes Ordens expedidas em vinte e hum de Outubro do anno

---

* O texto agora publicado foi lido no Ateneu Comercial do Porto, no princípio de Julho de 1966, por ocasião do II Centenário da Independência dos Estados Unidos.

proximo preterito ao Arsenal do Exercito, e ao Consulado da sahida: E confiscando-se a beneficio das Obras públicas quaesquer dos ditos Navios, em que se posão achar clandestina, e furtivamente introduzidas as sobreditas Munições prohibidas, como bens pela corporal apprehensão manifestamente vistos serem de levantados. ElRei Nosso Senhor o Mandou por seu *Real Decreto de quatro do corrente mez de Julho* dirigido ao Conselho de sua Real Fazenda, Ordenando que se mandasse estampar, e affixar por *Edital* em todos os lugares públicos da Cidade de Lisboa, e Portos deste Reino, e do Algarve, para que chegue á noticia de todos, e não possa alguem allegar ignorancia. Luiz Antonio Lara o fez em Lisboa a 5 de Julho de 1776. = José Paes de Vasconcellos o fez escrever. = Conde de Azambuja P.

II

Por quanto com a *independencia dos Estados Unidos da America Septentrional* tem cessado os motivos, que constituirão o objecto do Real Decreto de quatro de Julho de mil setecentos setenta e seis, e Edital do Conselho de Minha Real Fazenda de cinco do mesmo mez, e anno: Sou Servida abolir, e cassar inteiramente os sobreditos Decreto, e Edital, para nunca mais produzirem effeito algum: Ordeno que em todos os Pórtos destes Reinos, e seus Dominios se dê prática, e entrada a todos os Navios, que a elles vierem da referida America Septentrional, da mesma maneira que antes se observava com todos aquelles, que das ditas Colonias vinhão aos mencionados Pórtos, para nelles gozarem de toda a hospitalidade, e favor, que experimentão os das outras Nações amigas. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e mande estampar, e affixar este por Edital em todos os lugares publicos da Cidade de Lisboa, e Pórtos deste Reino, e dos Algarves, para que chegue á noticia de todos, e ninguem possa allegar ignorancia. Salvaterra de Magos em 15 de Fevereiro de 1783. = Com a Rubrica de Sua Magestade.

III

A Affemblea Geral de *Maffachufet* deo por acabadas as fuas fefsões até ao mez de Janeiro proximo futuro. Antes defta prorogação ambos os ramos do poder legislativo derão o juramento prefcrito pela lei de manterem a Conftituição dos *Eftados Unidos.*

«*Entre os Artigos da nova Conftituição, que mais interefsão a todos aquelles, que tem trato mercantil com a nova Republica* Americana, *os feguintes são os mais dignos de efpecial menção.*

«Terá o Congreffo poder de impôr, e perceber tributos, taxas, direitos, e cizas, de pagar dividas, e de tomar as medidas neceffarias para a defenfa commum, e profperidade geral dos *Eftados Unidos;* porém todos os direitos, impoftos, e cizas ferão uniformes por toda efta Republica. [Art. I, Parágrafo 8].

«Do Erario não fahirá dinheiro algum, fem que fe moftre com evidencia que fe lhe intenta dar huma applicação legal; e de tempos em tempos fe publicará hum mappa regular de receita, e defpeza de todo o dinheiro público. [Art. I, Parágrafo 9].

«Nenhum Eftado poderá entrar em tratado algum, alliança, ou confederação; conceder patentes de corfo, e reprefalia; bater moeda; paffar letras de credito; dar em pagamento de dividas outra moeda que não feja de ouro, e prata; paffar ordem alguma de profcripção; promulgar lei que invalide a obrigação que impõe os contratos, ou conceder titulo algum de Nobreza. [Art. I, Parágrafo 10].

«Efta Conftituição, e as leis dos *Eftados Unidos,* que conformemente a ella fe promulgarem, como tambem todos os tratados feitos, ou que fe fizerem debaixo da authoridade dos *Eftados Unidos,* ferão a lei fuprema do paiz; e os Juizes em cada Eftado a ella fe conformaráõ, fem embargo do que em contrario prefcrever a Conftituição, ou a lei de qualquer dos mefmos Eftados. [Art. VI].

«Os Senadores e Reprefentantes da Nação, da mefma forte que os Membros das diverfas Legislaturas, e todos os Officiaes do poder executivo, e judicial, affim dos *Eftados Unidos,* como de cada Eftado individualmente contemplado, ficaráõ por juramento a manter a referida Conftituição; porém jámais fe exigirá juramento algum para o exercicio de qualquer cargo público dependente dos *Eftados Unidos.*» [Art. VI] (1).

(1) Noticia sobre a *Constituição dos Estados Unidos,* constante de uma «Carta de Nova Yorque, de Julho de 1789», publicada no 2.º Suplemento da *Gazeta de Lisboa,* n.º 50, com data de 10 de Outubro de 1789. As anotações remetem para os Artigos e os Parágrafos de Constituição americana a que pertencem os extractos. Apenas o Artigo VI vem referido na íntegra. A tradução é deficiente, posto que não adultere o texto.

Datos para la historia del Monasterio de Junias

Por M.ª DAMIAN YAÑEZ NEIRA

El monasterio cisterciense de Santa María de Junias, se hallaba situado junto al lugar de Pitones, término de Montealegre, reino de Portugal, terreno agreste y bravío, antes del s. XIII de dudosa pertenencia, por hallarse junto al mismo límite con la prov. de Orense. La documentación antigua sobre esta casa escasea notablemente, tal vez por haber desaparecido cuando las contiendas políticas entre las dos naciones, o quizá también porque los prelados de Braga nunca vieron con buenos ojos que una casa religiosa de su diócesis estuviera sometida a influencia extranjera. Esta escasez de documentación la echó de ver ya Fr. Tomás de Peralta en el s. XVII, al hacer su historia del monasterio de Osera.

A falta de documentos fehacientes, la tradición y los cronistas tienen que llenar este vacío de alguna manera, aunque luego nos dejen sumergidos en la incertidumbre. En el caso de Junias, nos refiere una tradición de siglos, que dos cazadores penetraron un día en un bosque muy espeso a practicar su deporte favorito. «Algún trecho habían andado por entre aquellas matas, cuando hallaron una imagen de María Santísima con su hijo en los brazos, a quien servía de majestuoso trono la concavidad de un tronco de un castaño: delante de los perros — así están hoy de piedra a los lados de la Capilla Mayor de Junias delante de la misma Imagen — que sin quitar los ojos della y en postura reverente allá en su instinto festejaban el hallazgo, ayudando assi a la ternura y devoción de sus amos, que llenos de religiosa piedad imitando a los brutos — en justo nombre cuando con el culto tan debido están desmintiendo el serlo — postrados en el suelo rindieron justas adoraciones a la Emperatriz de lagloria, haciendo votos de mejorarla de ara, erigiendo en aquel mismo lugar templo a la que lo fue del Redentor del mundo» (1).

(1) Fr. Tomás de Peralta, *Fundación, antiguedad y progesos del Imperial Monasterio de Osera*, Madrid, 1677, p. 23, n.° 24.

Un documento del s. XVII, existente hoy en el Archivo Provincial de Orense, aludiendo a los orígenes del hallazgo de la veneranda imagen de Nuestra Señora, dice: «Parece auer antes mucho deuovión y hermita en honrra de nuestra Señora, cuya imagen apareció en un castaño que nace del altar mayor, y fue hallada de un gran fidalgo de Portugal, yendo huyendo de los moros en la universal perdición de España por causa del rey don Rodrigo, el año de 717, poco más o menos, y descubrieron la dicha imagen unos perros que consigo traýa el dicho cauallero, los quales se entraron por un secretísimo y asperísimo lugar, y se inclinaron ladrando adonde estaua la imagen, hasta que al ladrido fue el fidalgo y viendo el milagro se quedó allí y hizo un humilde edificio donde estuvo con otros compañeros en lugar tan secreto que con estar el día de oy más desmontado, es imposible quien no sabe el camino acertar con el monasterio» (2).

Pronto surgieron la iglesia y edificaciones adecuadas para albergar un grupo de monjes que rindieran culto perenne a la Reina del cielo. «Para poblarle — escribe Peralta — suplicaron a Dom García, primer abad de Osera le recibiese bajo su amparo y mandase algunos monjes a poblarle, dotándole de posesiones suficientes para el sustento dellos. Entre otras fue otro [monasterio] de monjes negros llamado Poldras, no lejos del que en la memoria de los hombres había sido insigne, hasta que en la general pérdida de España fue blanco lastimoso a todo el furor y rabia de los bárbaros, sin haber ya entonces quedado más que algunas ruinas, monumentos tristes de su grandeza».

La llegada de los primeros monjes a Junias no aparece suficientemente clara. Janauschek, siguiendo a Argáiz, la coloca en 1135, opinión que queda descartada con solo pensar que el documento primero que se conoce sobre la existencia de Osera es de 1137, y no se incorporó al Cister hasta 1141, por lo tanto, imposible poder mandar en 1135 monjes cistercienses a la fundación de Junias (3). Manrique no habla para nada de la fundación; se contenta con afirmar que fue abadia dependiente de Osera (4).

---

(2) Doc. existente en el APO, leg. 213, escrito, a lo que parece, por Fr. Lorenzo de Vera, el llamado «abad bendito», del cual hablaremos ampliamente en este estudio. Nos parecen totalmente gratuitas sus afirmaciones, aunque coincide con los demás historiadores en el fondo de la aparición de la Virgen.

(3) L. Janauschek, *Originum Cisterciensium*, Vindebonae, 1877, p. LXXXIX.

(4) A. Manrique, *Anales Cisterciensis*, I, Lugduny, 1642, a. 1140, c. XIII, n.º 11. En este lugar, se contenta el analista con decir que dependió de Osera «una abadía» y trece prioratos, pero sin ofrecer sus nombres. En cambio, en el índice dice claramente que se trata de la «abadía de Junias».

Yepes, a su vez, escribe: «Otro anexo ha poseido la casa en Portugal, junto a la villa de Chaves, en el Obispado de Braga, llamado *Nuestra Señora de las Iunias*, la cual tiene por anexos a *S. Rosendo de las Iunias*, en Portugal, y a *Santa María de Cela*, en Galicia. Es el sitio y tierra donde está el Monasterio de las Iunias aun más fragoso y aspero que el de Osera» (5); pero no nos dice nada sobre la llegada de los primeros monjes. Sólo Peralta, conocedor como pocos del archivo de Osera, y muy seguro en sus afirmaciones — según está hoy comprobado —, señala la fecha de fundación en 1147: «El que siempre, desde su fundación, haya sido filiación de esta casa [de Osera], o el que aquella fuese el año 1147, el que en este y muchos adelante, vivía Don García nuestro Padre (6), el que la ocasión con que se fundó fue la que dexo dicha (7), se ajusta todo por la tradición, por letreros, por papeles, por memorias esculpidas en el mesmo edificio y otros muchos instrumentos con que no le queda resquicio a la duda, (ni nadie la puso), y con que es preciso adjudicar este hecho a Don García» (8).

Después de este relato cae por tierra la afirmación de M. Cocheril «Le petit monastère de Júnias dont les moines bénédictins se seraient unis aux cisterciens de Bouro en 1248. Plus tard Júnhas fut confié aux bons soins des moines d'Osera, en Galicia» (9). Por si fuera poco, tenemos un nuevo testimonio de la época del abad dom Mendo (1240-1265): «También en su tiempo — continúa Peralta — el monasterio de Bouro, cisterciense, en Portugal, con licencia del Capítulo General, hizo trueque con Osera, dando por la abadía filiación de Junias un buen trozo de hacienda que acá en Galicia tenía. Hecha la concordia, se despachó a Roma por la Bula de aprobación que concedió la Santidad de Inocencio IV, uniendo y anexando para siempre al Monasterio de Bouro el de Junias, y desmem-

---

(5) Fr. Antonio de Yepes, *Corónica general de la Orden de San Benito*, VII, Valladolid, 1618, f. 280 v.

(6) Dom García fue el primer abad de Osera, el que aparece a la cabeza de los monjes fundadores en 1137, que se unieron al Císter en 1141.

(7) Estas frases aluden a la causa motiva de la fundación de Junias, según los historiadores la aparición de la Virgen a unos cazadores.

(8) Fr. Tomás de Peralta, *Fundación, antigüedad...*, *op. cit.*, p. 24, n.° 26.

(9) Fr. Mauro Cocheril, *L'Implantation des abbayes cisterciennes dans la Peninsule Ibérique*, en «Anuario de estudios medievales», Barcelona, 1964, 236-237. Este autor basa su afirmación en J. Augusto Ferreira, *Fastos da Igreja Primacial de Braga*, Famalicão, 1928, donde parece que en 29 de junio de 1248, Inocencio IV, por la bula Benevolum et benignum, encargó al arzobispo de Braga confirmar la unión hecha por los monjes benedictinos de Junias al monasterio de Bouro. Todo esto es falso, según hemos probado.

brándolo de Osera; pero arrepentidos los Portugueses no quisieron entregar la hacienda ni Osera trató de obligarles con que se rescindió el ajuste, quedándose cada uno con lo suyo» (10). En este relato se palpa la dependencia de Junias de Osera, y cómo se intentó hacer un cambio con la abadía de Bouro, pero no llegó a realizarse, continuando Junias en el mismo estado de dependencia que tuvo siempre.

Nuevos datos evidencian esta vinculación perenne entre ambos monasterios, ya desde los primeros tiempos de la fundación. En la era 1195, año del Señor 1157, encontramos un testimonio fehaciente que lo evidencia. Un documento informativo sobre el canal de Olleros, priorato dependiente de Osera, entre los firmantes del mismo aparece el «abad de Junias», sin especificar nombre. Posiblemente sea el abad fundador enviado por dom García diez años antes: «Año de 1157, una información que se hizo sobre el canal de Olleros, como diré adelante, uno de los testigos della es el Abad de Junias, fue por ventura el primero de aquella casa, que entonces no había más de diez años que lo era. Pluguiera a Dios hubiera dicho el nombre» (11).

De una manera indirecta se prueba la maternidad de Osera sobre Junias de una bula de protección dispensada por Inocencio III en favor de los monjes de Osera en 1209. Va dirigida al arzobispo de Braga y a sus sufragáneos. El 20 de noviembre una nueva bula con las mismas particularidades, dirigida a los mismos prelados portugueses, insistiéndoles en la defensa de los monjes contra los agravios que se les venía haciendo. Osera no tuvo en Portugal más que la abadía de Junias, por lo tanto, los monjes de este monasterio, enviados por Osera, eran las víctimas en quienes se cebaba la malicia de los poderosos, prueba palmaria de que al comienzo del s. XIII la pequeña abadía portuguesa dependía de la española.

Todos estos testimonios, apoyados en documentos auténticos que vio Peralta, evidencian la falsedad de las afirmaciones de Cocheril cuando insiste en decir que el monasterio de Junias «n'entra dans l'Ordre qu'au XIII» (12). Lo que más choca aún es esta nueva aseveración: «Les archives d'Osera sont muettes sur les abbés de Junhas» (13). Antes de emitir este juicio, debía el P. Cocheril haber dado una vuelta por el Archivo Provincial de Orense. Se convencería de lo contrario. Dejando a un lado todos

(10) Fr. Tomás de Peralta, *Fundación, antigüedad...*, *o. c.*, 149, n.° 5.

(11) Ibidem, 24, n.° 26.

(12) M. Cocheril, *Les monasteres cisterciens du nord du Portugal*, en «Collectanea Ordinis Cisterciensium Reformatorum», XIX (1957), 72, not. 31.

(13) Ibidem, not. 31.

los testimonios que sobre el tema nos ha ofrecido Peralta, desde el s. XVI hasta el XIX, se puede seguir paso a paso el desarrollo de la vida monástica en Junias, siempre dependiente de Osera, que enviaba allá monjes y abad elegido en el mismo monasterio. En el momento presente, tenemos catalogados cerca de medio centenar de abades nombrados por Osera para gobernar Junias.

El primer nombre de un abad de Junias, llegado hasta nosotros, es el de dom Martín Pérez, elegido en 1250 y permaneciendo en el cargo hasta 1272 en que se retiró a vivir a Osera, y aparce firmando algunos documentos de la casa (14).

Luego, enmudece la documentación hasta la segunda mitad del s. XV en que de nuevo nos ofrece nuevas noticias agradables en extremo. Durante el gobierno en Osera de dom Suero de Oca (1485-1512) se hallaba en Junias al frente de la abadía el monje Fr. Gonzalo Coello, monje también de Osera, pero de origen portugués. Dícese que tuvo que acudir un día a prestar sus servicios en la feligresía de Cela, aneja —según se ha dicho— al monasterio. El camino es una sierra asperísima. «Después que huuo celebrado delante de sus feligreses, se boluió a su Monasterio, y en la cumbre del Monte se quedó muerto, entre peñas y riscos muy altos. Manifestó nuestro Señor milagrosamente la muerte deste Santo, porque las campanas de los dos monasterios de Junias y Cela, se tañeron, sin llegar nadie a ellas. Y quando se supo su muerte, reconocieron el milagro, y fue enterrado san Gonçalo en Santa María de las Junias con mucha veneración y respeto. Es tenido por santo y por tal se muestra su cabeza y en ciertos días acuden en romería los vezinos de aquella comarca y dizen que bueluen contentos de los buenos sucessos que tienen en sanar de sus enfermedades» (15).

Peralta añade más detalles: «Era en lo más riguroso del invierno, que a la vuelta se enfureció de suerte, juntando el aire allá en lo alto tantos montes de nieve, que sin poderla atravesar ni volver atrás, quedó atollado en ella». Añade el detalle del toque misterioso de las campanas por si solas, y habiéndo salido los monjes en su busca, «halláronle puesto de rodillas el rostro en el cielo y las manos en cruz, traspasado y yerto con la nieve, que era preciso fuese mucha la que pudo sufocar todo el fuego de caridad tan grande» (16).

---

(14) Cfr. Fr. Tomás de Peralta, *Fundación, antigüedad...*, *o. c.*, 167, n.° 11.
(15) Fr. Antonio de Yepes, *Crónica general...*, *oc. c.*, 280 v.
(16) Fr. Tomás de Peralta, *Fundación, antigüedad...*, *o. c.*, 238, n.° 11-12.

«Viéronse allí lágrimas que hicieron derramar dos afectos contrarios, el amor de la pérdida de tanto padre, y el gozo de hauerle hallado. Entre pésames y parabienes baxaron el cuerpo al Convento donde estuvo con veneración de santo poco tiempo, porque auiendo vacado en la muerte del sucesor aquella Abadía, la impetró un Esteuan da Costa, clérigo secular y se apoderó della, excluidos los monjes que se vinieron a Osera». Fue en esta ocasión cuando se perdieron los documentos de Osera, o mejor dicho, se hicieron desaparecer, y las reliquias del santo abad fueron trasladadas a Braga.

Una vez resumida la doctrina expuesta en torno a la figura de San Gonzalo de Junias, permítasenos ampliar el tema haciendo la crítica de su existencia. Chocará un poco este modo de proceder; pero es que para nosotros no ofrece la menor duda su existencia, por eso tratamos antes de él y dejamos para el final el rebatir las afirmaciones de quienes la ponen en duda. Digamos, ante todo, que la causa principal de dudar de él está en que algún historiador lo da como existente al frente de la abadía de Junias en el s. XII.

Efectivamente, no hay el menor indicio de que existiera en aquella época, y si muchos de que gobernó la casa en la segunda mitad del s. XV. El primero en dudar más que de la existencia de San Gonzalo de Junias, es el P. Serafín Lenssen, quien considera fabulosa «y de muy poco crédito» todo lo que se refiere a su muerte. La razón que da es porque aparece el mismo signo en no pocos santos de la Edad Media (17). Sim embargo, quien pone en duda la existencia de San Gonzalo es el P. Cocheril, al afirmar si no se confundirá este santo con su homónimo del monasterio cisterciense de Acibeiro. Haría falta que nos lo brobase el autor. Por nuestra parte le haríamos la misma pregunta a él: ¿No será que confunden a San Gonzalo de Acibeiro con el San Gonzalo de Junias (18).

La existencia de San Gonzalo, monje de Osera y abad (19) de Junias, está comprobado con toda evidencia por el estimonio de Peralta que vio

(17) Cfr. Serafín Lenssen, *Hagiologium cisterciense*, pro manuscripto, Tilburg, 1948, I, 190-191. Cita a Zimmermann, como propalador de la idea de que San Gonzalo existió en el s. XII.

(18) Cfr. Fr. M. Mauro Cocheril, *Les monasteres...*, o. y lug. cit. También él recoge la tradición de la posible existencia del santo en el s. XII, o bien, según los Bolandistas, en 1501. Ya hemos visto cómo Peralta es el factor principal y seguro de todo lo realacionado con el Santo.

(19) Lo mismo Lenssen que Cocheril dudan entre si fue abad o prior el santo que nos ocupa. Nos parece más adecuado el primer término, ya que Junias ostentó casi siempre la dignidad abacial, según veremos muy pronto.

los documentos, y más aún porque presenció la devoción popular al sepulcro del santo, cuya cabeza se exponía a la veneración de los fieles en muchas ocasiones Su canonización fue por aclamación popular, a raíz de su muerte, en los comienzos del s. XVI. «Ay devoción — sintetiza Yepes — en la tierra con aquel puesto, y van muchos en romería por las grandes reliquias que en él e muestran, y entre ellas es la Caueza de un Abad de Iunias, Monge Cisterciense que en aquella tierra llaman *San Fray Gonçaluo*, que es lo mismo que Gonzalo (20)». Lo que no hemos podido comprobar es la afirmación de Lenssen de que el culto litúrgico tributado al santo en Junias, también se le diera en Osera. Nos parece carente de sentido tal afirmación, pues si falleció el santo en 1501 y el culto comenzó a dársele en 1534, tuvo que ser después de entrar la abadía en la Congregación de Castilla (1545), sobre lo cual no aparece el menor indicio ni en Peralta ni en ningún documento de cuantos hemos manejado.

A Fr. Gonzalo Coello — fallecido según se ha dicho en 1501, sucedió en la abadía Fr. Juan de Borrageiros, persona competente y santa, que al mismo tiempo desempañaba en Osera el cargo de prior durante el gobierno agitado de dom Suero de Oca. Como le era imposible estar en los dos monasterios a un tiempo, tenía en Junias un representante que la gobernaba en su nombre, por ser indispensable su presencia en Osera (21). Al morir dom Suero de Oca (1512), los monjes se fijaron en él para sucederle y le pusieron al frente de la abadía. Eran tiempos en que se respiraba por doquier un ambiente de reforma, y también la comunidad de Osera debía participar de esos aires reformistas, o cuando menos percibieron en el cambio el único medio de poder sacar la abadía de un estado decadente arrastrado desde hacía varias décadas.

Los directivos de la Congregación de Castilla estaban detectando ese ambiente de las comunidades y no perdían ocasión para lograr introducir en ellas la reforma. En esta ocasión se valieron de Fernando el Católico, quien instó a Fr. Juan de Borrageiros a renunciar el cargo para más facilitar tales fines. El abad, que debía estar adornado de virtudes sólidas, «vino en ello con facilidad», pero todavía no había llegado la hora de Dios,

---

(20) Fr. Antonio de Yepes, *Corónica general...*, o. y lug. cit. Además de los autores citados, tratan de San Gonzalo — entre otros —, Crisóstomo Henríquez, *Fasciculus sanctorum Ordinis Cist.* Bruxellae, 1623, II, 254. Zimmedmann, *Kalendarium Benedítinum,* III, 162. Estas dos obras no las hemos podido consultar directamente.

(21) El prior, como segundo superior de la casa, no podía faltar de ella cuando el primero, dom Suero de Oca, llevaba aquella vida agitada extra claustra.

aprovechó la ocasión un prelado romano y se la adjudicó en plan de encomienda. Comenzaba el período comendatario que duraría 22 años, prolongándose hasta 1545 en que llegó la ansiada reforma.

Entretanto, Fr. Juan de Borrageiros, después de haber dado ese alto ejemplo de docilidad y desprendimiento de dignidades terrenas, se retiró a su abadía de Junias en 1513, y «dentro de pocos años murió» con la muerte de los santos. Al quedar vacante Junias, como la abadía de Osera no se reformó, sino comenzó en ella el período comendatario, de rechazo afectó también a la filiación de Junias, la impetró igualmente un clérigo comendatario llamado Esteban da Costa, y habiéndose apoderado de ella, realizó lo que dijimos antes, expulsó de allí a los monjes que se retiraron a Osera y se llevó las reliquias de San Gonzalo a Braga, juntamente con otras reliquias.

FRAY LORENZO DE VERA, EL «ABAD BENDITO»

En el momento presente no hemos logrado averiguar la fecha ni el lugar de nacimiento de este personaje, digno de novela de fondo apasionante ([22]). Solamente sabemos que era monje de Valparaíso (Zamora) y desempeñaba en la última década del s. XVI el cargo de procurador en Roma de la Congregación de Castilla ante la Santa Sede. Precisamente es aquí donde comienza para nosotros la parte interesante de su vida.

Uno de sus principales cometidos, por razón de su cargo, era solucionar los problemas particulares de cada monasterio, además de los de índole general. La comunidad de Osera le confió vivamente el asunto de Junias, todavía sometida al régimen comendatario. Dejamos a Esteban da Costa apoderado de ella, quien la disfrutó por sus días, pero al fin le llegó la hora de dejarlo todo y comparecer ante el Juez inexorable a rendir cuentas de su administración, circunstancia que aprovechó Osera para llamarse a la abadía que desde antiguo le pertenecía. Consiguió imponer sus derechos, mas en 1552 «el Ordinario de Braga la proveyó en un clérigo secular, y después en otros». Osera — que ya había perdido de vista a los abades comendatarios y se hallaba integrada en la Congregación de Castilla saboreando los sabrosos frutos de la reforma — entabló pleito en la sede bra-

([22]) En el tumbo de Santa María de Valdeiglesias — existente hoy en la Bib. de la R. A. de la Historia — hemos encontrado algunos datos referentes a familiares próximos de Fr. Lorenzo de Vera, originarios de Avila, por lo que sospechamos que sea de esta ciudad, o de sus alrededores.

carense, perdiendo el litigio después de largas contiendas. Sin embargo, no se dio por vencida. Apeló a la Rota romana, y aquí obraron con más imparcialidad: tres sentencias consecutivas anulaban la sentencia dictada en el tribunal de Braga, declarando la abadía de Junias «regular, filiación del monasterio de Osera y unida a él».

En esta contienda ante los tribunales romanos, intervino en nombre de Osera el procurador general de la Congregación de Castilla ([23]), Fr. Lorenzo de Vera, quien con una astucia sin precedentes, aprovechó la ocasión para impetrar para si dicha abadía, o mejor, como dice con gracia Peralta, «quiso sin que Osera se la diese, llevarse de guantes la Abadía». Su primera medida fue escribir a Osera no para comunicarle que el pleito estaba zanjado a su favor, sino poniéndole en guardia de que según rumores cierto monje de Alcobaça, residente en Roma, trataba de impetrar para si dicha abadía, que consultados los abogados, opinaban que para asegurar la abadía y cortarle los pasos, era preciso le fuera adjudicada a él mismo en nombre de Osera. Envió al mismo tiempo copia del dictamen de los abogados, y un borrador del poder que debían devolverle a él, debidamente legalizado, para la adjudicación de la abadía en nombre de Osera. Los monjes de esta abadía ni remotamente llegaron a sospechar los manejos ocultos en aquellas manipulaciones a primera vista indispensables para lograr recuperar la casa portuguesa. Sin pérdida de tiempo le enviaron todo cuanto pedía y al mismo tiempo dinero suficiente para pagar los gastos.

Clemente VIII hizo gracia de la abadía a Fr. Lorenzo de Vera, tal como se la había pedido, expidiendo la correspondiente bula en 1599. Cuando la tenía asegurada en su favor, nuevamente escribió a Osera comunicando el buen éxito de sus gestiones, indicando a la vez la conveniencia de que un monje se posesionara cuanto antes de la abadía a fin de evitar cayera en manos de otro. Con objeto de que le fuera más fácil tomar la posesión de Junias, acompañó un poder especial firmado por él, sin descubrir lo más mínimo sus propósitos sagaces.

Al recibir los monjes de Osera estas noticias agradables, juzgaron ventilado por completo el enojoso asunto, nombrando por abad a Fr. Martín de Salinas, el cual se personó rápidamente en aquella casa juntamente con otro monje. Cuán lejos estaban de pensar que desde aquella ocasión se iniciaba un período mucho más difícil y desagradable que el anterior!

([23]) Para simplificar, cuando aparezca Congregación de Castilla, citaremos así: CC.

Enviaron a Fr. Lorenzo de Vera testimonio justificante del nombramiento y toma de posesión del nuevo abad de Junias. «En fin — comenta Peralta — nos hizo traer procuradores y agentes suyos contra nosotros mismos».

Fr. Lorenzo de Vera, el «abad bendito» — como se le comenzó a llamar desde entonces — se encaminó a su vez a Braga, presentó las bulas de Clemente VIII al prelado diocesano, recibiendo de él la bendición abacial como abad perpetuo de Junias. A tal tiempo puso espías en los alrededores del monasterio para vigilar los movimientos de los monjes. Acaeció que el abad, Fr. Martín de Salinas tuvo que ausentarse a Osera para reponer de sus achaques, y el monje compañero suyo fue a ejercer su ministerio en la feligresía aneja, entonces aprovechó la ocasión el «abad bendito», tomó consigo un piquete de gente armada y dos notarios, posesionándose de la abadía en forma.

«Volvió el Cura y pasmóse — escribe Peralta —, viendo apoderado del monasterio a un Monge injertado en Obispo (y la persona era bizarra), con muceta y bonete. Entrambos se llegaron a proguntar qué buscaban; pero desengañado ya el Cura, juzgando que en la diligencia consistía el remedio, se quiso salir luego. No se lo consintió el abad, que era ya tarde, y con toda cortesía le hospedó aquella noche y a la mañana siguiente le despachó a Osera con las nuevas» (24).

Los de Osera no pudieron callarse ante esta burla sin ejemplo: se embarcaron en interminables pleitos ante el ordinario de Orense — a quien venían dirigidos los ejecutoriales, — ante el juez conservador y ante el nuncio, mas «en todas parte — rara introduccion y maña de hombre — tenía favores, agentes y dineros, y estándose sin menearse en su Junias, desde allí daba en que entender a todo el poder de Osera».

Tuvo el cinismo de acudir a Felipe III asegurándole que Junias pertenecía al patronato real, y por lo tanto era abadía consistorial, acusando a Osera de tenerla usurpada. Le pedía poderla disfrutar de por vida, y después de su fallecimiento la dejaría libre para poder presentarla el rey, entretanto sus bienes deberían ser secuestrados en beneficio del erario real. Todo lo consiguió el hombre astuto, mas poco a poco fueron los tribunales aclarando la verdad.

El 9 de agosto de 1613, el Marqués del Valle firmaba en Madrid el siguiente despacho: «Pedro Muñoz, en nombre del Abbad, monjes y convento del Monast° de Osera, nos hiço relación que Fr. Lorenço de Vera, monje profeso de la dha Orden, servía un beneficio anejo al dho convento

(24) Cfr. Fr. Tomás de Peralta, *Fundación, antigüedad...*, *o. c.*, 318, n.° 4-5.

y había vivido y vivía tan licenciosamente, que había obligado a tratar de recogerle...» Seguidamente se hace un minucioso historial de cómo se le había metido en la prisión diversas veces y se había fugado de ella, cometido un sin fin de fechorías. Luego concluye: «Nos tuvimoslo por bien... que asistáis al abad de Osera y a quien su poder hubiere para prender al dho Fr. Lorenzo de Vera y preso se lo entreguéis al dho abad» ([25]). A continuación firma el Marqués del Valle y todos los del Consejo.

Antes de referir el desenlace pintoresco de este «drama», permítasenos ofrecer un documento sobre el pleito seguido por Osera en defensa de sus derechos en Junias. Es posible repitamos algunas ideas, pero se esclarecen y completan muchas otras. Se trata de una relación del pleito entablado entre dicho monasterio y el «abad bendito», en orden a su destitución del puesto usurpado de una manera completamente ilegal.

Comienza el documento reafirmando la tradición antigua de haber sido Osera durante siglos la proveedora de abad en el monasterio portugués, y cita los nombres de Fr. Juan de Borrageiros y Fr. Malaquías de Aller y otros. «El último poseador fue el P. Malaquías de Aller, que perdió este monasterio, y assi los arzobispos de Braga proveyeron esta Abadía en clérigos haciendo títulos como su yglesia y no como iglesia regular. Con los muchos pleitos que Osera ha tenido, no consideraba que este monasterio era suyo como filiación, hasta que auiendo papeles uio como esta dicha abbadía era de su provisión y ponía allí abbad y conuento, y visitaba, y los frutos que cobraban del sustento del abbad y conuento, le lleuaua y azía fueros de los bienes de la dicha abbadía como suyos propios».

Sigue el documento explicando el desarrollo del pleito, cómo perdió el monasterio en los tribunales de Braga, su apelación en Roma donde se falló a su favor, y «por tres sentencias rrotales se adjudicó la dicha abbadía y anexó al dicho monasterio como cosa suya propia y su filiación». A continuación viene todas las manipulaciones realizadas por Fr. Lorenzo de Vera, aparentando servir a los monjes de Osera, pero en realidad buscando el interés propio. Saltando por encima de alguos hechos — para no repetir — nos situamos en el capítulo conventual de Osera, donde ante un notario o escribano público «se eligió abbad del dicho monasterio por votos secretos». En el escrutinio salió elegido Fr. Martín de Salinas, religioso venerable por sus canas e por sus virtudes, «que había sido abbad en la orden de otros muchos monasterios y aceptó la dicha abadía y juró y fue confirmado con las cerimonias y costumbres de nuestra Orden».

([25]) Copia de un documento existente en el APO, legajo 214.

«El Padre Martín de Salinas, Abbad electo por el dicho abbad y convento de Osera, habiendo aceptado y habiéndosele dado por su compañero otro Religioso Theologo para cura, se fueron entrambos a presentar ante el arzobispo de Braga y su vicario y desembargadores adonde fueron aprouados y con esta aprobación vinieron al dicho monasterio das Junias, adonde estuuieron y residieron por más de dos años, administrando los sanctos sacramentos a los feligreses del dicho monasterio y beneficio, y cogiendo y llevando los diezmos y demás frutos y rentas del pacíficamente y sin contradicción alguna».

Pasamos por alto otras minucias ya referidas en sustancia, y nos situamos en el punto candente de todo este «drama» real. «Estando residiendo pacíficamente el padre abbad Fr. Martín de Salinas en su abbadía, por enfermedad que Dios le dio y ser la tierra frígida, se fue al monasterio de Osera a curar con nombre de Abbad, dexando por cura al aprobado por el ordinario, el cual cura se fue aministrar un sacramento al anexo ques nuestra señora de Cela, en el Reyno de Galicia, vino de Roma el dicho fr. Lorenzo de Vera, con un escribano apostólico y licencia deel vicario de Braga, entró en el monasterio sin ser citada la parte del monasterio de Osera, ni el dicho abbad de Junias, y tomó la posesión del dicho monasterio con facultad de quien no se la podía dar porque su bula nombra solamente dos dignidades de la yglesia de Orense, y se la dio con autoridad deel Vicario de Chaves, que no venía especificado en su bula y entró con mano armada.

Sabido esto por el dicho monasterio y el dicho abbad de las Junias, se envió luego la parte y procurador del dicho monasterio y abbad y ante un notario fue requerido el dicho fr. Lorenzo de Vera en virtud de los secrotoriales y tres sentencias rotales dexase la dicha posesión y monasterio al dicho monasterio y abbad Fr. Martín de Salinas, y no quiso, sino respondió era abbad ynmediato a su Santidad y la parte del monasterio ante el dicho notario y testigos se apoderó de nuebo de la posesión del dicho monasterio e yglesia, y puso candado a la puerta y esotro día la parte del dicho fr. Lorenzo de Vera lo quebró y puso otro.

«La parte del monasterio de Osera y el P. Abbad fr. Martín de Salinas presentó los executoriales ante el licenciado Lucas Calderón, maestrescuela de Orense y le eligió por su juez, atento que el vicario de Braga no conoció más de para dar la posesión y el dicho maestrescuela aceptó y empezó a citar por censuras al dicho fr. Lorenzo de Vera dexase la posesión y pareciese ante el alegar de su derecho. Fr. Lorenzo de Vera en persona y sus procuradores aparecieron en Orense ante el dicho maestrescuela y ale-

garon y presentaron papeles, y lo mesmo la parte del monasterio de Osera, y fue a pleyto concluso por entrambas partes».

La sentencia fue totalmente favorable a Osera, restituyendo a Fr. Martín de Salinas su abadía de Junias, la cual le pertenecía según las apariencias, a juzgar por los documentos presentados. Se le notificó al contrario, pero Lorenzo de Vera siempre hallaba escapatoria para huir del castigo. Esta vez apeló al papa «y por vía de fuerza ante el gobernador y oydores de la audiencia del Reyno de Galicia». Al principio parece se ponían a su favor, pero luego de estudiar a fondo el problema, se procedió adelante contra el dicho fr. Lorenzo de Vera, y le fueron notificados en persona los dichos autos, y no los quiso obedecer, diciendo era inmediato y exento a su Santidad, y no le obligaban las censuras y ansi no se apartó de decir misa» ([26]).

PRISION DEL «ABAD BENDITO»

Agotados todos los recursos imaginables por parte de Osera, encaminados a convencer a Fr. Lorenzo de Vera de su descabellada actitud en ostentar una dignidad conseguida con engaños, y no habiendo logrado nada por medios pacíficos, — ni siquiera por la fuerza, por haberse escapado de la prisión dos veces y realizado actos indignos de un alma consagrada a Dios —, se obtuvo la provisión real del Consejo de Estado, por la cual se autorizaba prender al abad instruso y entregarlo al abad de Osera para que le aplicase el castigo conveniente.

En la deposición de los testigos, veremos luego la relación de varios intentos de prenderle que resultaron fallidos. Se necesitaba un hombre de coraje que se atreviera a enfrentar con aqul monje astuto e indomable. Este llegó en la persona de Fr. Bernardino de Sandoval ([27]), de quien se dice: «Su mayor hecho fue auer sacado los despachos necesarios y usando dellos tenido modo para prender al Maestro Fray Laorenzo de Vera, a quien comúnmente llaman *el bendito*, cuyas prendas superiores malogró la ambición, perdiendo en él la Orden un sujeto grande».

No se sabe la fecha exacta en que tuvo lugar la prisión y conducción a Osera del P. Vera. Debió ser a fines de 1613 o en los comienzos de 1614,

([26]) Resumen de un documento existente en el archivo de Osera, caja 15, n.º 2.

([27]) Natural de Toledo, de la ilustre familia de su apellido, tuvo la valentía de obtener los despachos necesarios para prender a Fr. Lorenzo de Vera, arrancarle de Junias y conducirle preso a la cárcel de Osera. En el texto se refieren algunas incidencias de esta arriesgada empresa.

antes del mes de agosto. Labor difícil, complicada, y llena de peripecias, como vamos a ver.

Según un documento notarial, cuya copia auténtica figura en el monasterio de Osera, en 2 de agosto de 1614, se reunió la comunidad de Osera en capítulo para deliberar sobre Fr. Lorenzo de Vera, que también se presentó en medio de la concurrencia — pues se hallaba preso en la cárcel del monasterio. Por su importancia, merece ser reproducido casi íntegramente. Prescindimos del encabezamiento en que se dice cómo se reunieron todos los monjes — se especifican los nombres de los mismos — «a son de campana tañida como lo an de uso y costumbre». Luego prosigue: «Y estando como dicho es congregados los dichos padres en su capº apareció presente el P. Maestro fr. Lorenzo de Vera, Abbad Bendito — que se dixo ser — por autoridad appostólica del monastº de Junias, Reyno de Portugal, Bracarensis diocesis, y dixo que atento que siendo el procurador general de la dicha orden en la ciudad de Roma por el año de mil y quinientos y nobenta y nuebe, pendía en la dha curia un pleito y causa parte de la una Abbad y convento de Osera, y de la otra el Arzobispo de Braga y el licenciado Manuel Fernández y otros consortes, sobre que el dicho Arzobispo se había entrometido a probeer clérigos seculares en la dicha Abbadía de Junias, contra el derecho que pertenecía al dho combento de Osera...»

Sigue el historial conocido de cómo el procurador Vera obtuvo los executoriales en favor de Osera, y cómo él tomó posesión legítima de la abadía portuguesa a través de Fr. Martín de Salinas y Fr. Jerónimo López. Seguidamente se dice: «Después de aberse dado dos sentencias conformes en la Rota en fabor del dicho monastº de Ossera, sin hacer relación deste punto y derecho, por respetos que le parecieron justos y convenientes, al dicho Fr. Lorenzo de Vera, procurador de Roma, alcanzó la gracia de la dicha abbadía de Junias de la Santidad de Clemente Octabo, y en virtud de su gracia y bula, — que fue en Tusculo en el dicho año de 1599, a los tres idus de mayo — no estando presentes en sus casas los dichos padres Fr. Martín de Salinas y Fr. Jerónimo López, se metió y entró el dicho padre fr. Lorenzo de Vera en la dicha Yglesia de Junias, y continuó su posesión por espacio de trece años, contradiciendo siempre el dicho monasterio de Osera».

Prosigue la relación hecha por el propio Lorenzo de Vera, que se muestra en esta ocasión como manso cordero, reconociendo en el exterior su mal proceder, pero en su interior, era otra cosa. Era una astucia más para lograr suavizar el castigo que estaba sufriendo, en espera de que la C. C. dictase la sentencia definitiva. Llevaba varios meses en la prisión,

y había que salir de ella, fuera como fuera. De aquí que confiese paladinamente ser Junias faliación de Osera, después de tantas veces como había negado esta dependencia, ante propios y extraños; se reconoce hijo de obediencia del abad de Osera, pero olvida las veces que se escapó de sus manos cuando se intentó prenderle, así como los agravios hechos a los emisarios que de continuo estaba enviando el monasterio para tratar de solucionar el conflicto.

A pesar de la renuncia a la abadía, hecha allí ante toda la concurrencia, de mostrarse hijo sumiso del abad de Osera y admitido por los monjes como uno de tantos hermanos, continuó purgando su delito encerrado en la prisión, desde donde escribía al general de la Congregación: «Estoy preso y lo he estado en este monasterio desde el 11 de abril de 1614, con el rigor y aspereza que consta, de lo qual no me quejo — aunque fue hecho indebidamente — y contra derecho, antes lo agradezco para descuento de mis culpas». Añade que desea ser absuelto, gozar de todos los privilegios como los demás monjes y poder celebrar misa, de lo cual está privado.

Al tiempo que daba tales muestras de arrepentimiento y se humillaba ante la cumunidad de Osera, se valía de mil ardides para lograr escapar de la prisión y volver a mangonear en Junias. Escuchemos a Peralta: «Ni en la prisión sosegaba, valiéndose desde ella—cómo lo hazía es lo que admira— de otros medios indecentes por cierto mucho, para restituirse en lo que no era suyo: criminalidad de que Osera, juzgándose sin fuerzas para castigarle, se quexó a la Religión que cometió el conocimiento al Padre Maestro Fray Gregorio Sanz, Diffinidor que entonces era».

Este religioso se personó en Osera para instruir el correspondiente proceso canónico. He aquí el elenco de cargos o imputaciones que se hacían al «abad bendito». 1.° Que se había apoderado de la abadía de Junias sin haber hecho relación al papa de los derechos correspondientes a Osera, harto conocidos por él; que estuvo gobernándola por espacio de doce a trece años, disfrutando de sus rentas sin contar para nada con la casa matriz. 2.° A pesar de haber hecho una declaración autorizada tenía escrúpulo sobre el valor de dicha gracia obtenida de Roma, por no haber hecho relación a la Santa Sede de dichos derechos, no obstante, hizo todo cuanto pudo para borrar todo vestigio de dependencia de Junias con relación a Osera. 3.° Fue causa de muchísimos gastos e inquietudes para los monjes de Osera, a causa del memorial enviado a Felipe III asegurando era consistorial dicha abadía, relación totalmente falsa. El mismo en otra declaración dice lo contrario. 4.° Habiendo declarado que la abadía de Junias no era consistorial, dirigió una petición al Consejo de Portugal para que se

presentase en nombre del reino y comarca de Chaves, afirmando que la abadía de Junias es consistorial, con la agravante de que los abades de Osera habían presentado un testigo falso para que dijera lo contrario. 5.° Por haber infamado injustamente a la religión y algunas personas de ella, en memoriales escritos a mano, afirmando en uno que un abad de Osera destruyó 20.000 ducados, y que en la orden, con ocasión de los pleitos y edificios, escriben doblado de lo que gastan. Trata de ladrones a un general y a un abad. De los monjes que fueron a prenderle, dice le robaron de Junias todo cuanto tenía en casa, dinero, ropas, plata, y quisieron injuriar a una doncella... Sigue una sarta de acusaciones contra los mismos monjes, que por ser poco edificantes las pasamos por alto, más que nada, por proceder de unos labios nada sinceros y si muy mentirosos» ([28]).

Seguidamentt se informó de algunos testigos presenciales relacionados con los hechos. El primero en deponer fue el propio abad de Osera, Fr. Cristóbal López, quien dijo lo siguiente: «Aunque hace varios años el P. Fr. Lorenzo de Vera ha estado preso en este monasterio de Osera, por haber con fraude y engaño y con violencia apoderádose de la abadía de Junias, diócesis de Braga reyno de Portugal, y sustentándose en ella muchos años, tratándose y teniéndose por abad della, contra la voluntad de los abades que en aquel tiempo fueron del dicho monasterio de Osera, a quienes pertence de tiempo inmemorial y por xecutoriales de la Rota, probeher de abbad para la dha abadía de Junias, y por haber vivido el dicho tiempo que fue trace años poco más o menos escandalosamente, dando mala nota de su persona en razón de honestidad y acompañandose de gente forajida para que le defendiesen de los Padres Abades de Osera, como de hecho se defendió con gran gente las veces que los padres Abades lo intentaron enviándole a prender algunas, y una de ellas fue en la granja de Mendo, tierra de San Martino,, otra en la granja de Oyra, de las cuales resistencias dirán los testigos ha estado preso el dicho Fr. Lorenzo, no han procedido con él los padres abades hasta dar cargos y sentenciar: por causas pías y razones que para ello han tenido los dichos Padres Abades de Osera.

Pero por haber el santo definitorio este capítulo intermedio del mes de mayo pasado mandado al dho P. Abad de Osera por causas que para ello ubo, haga informacion cerca de la vida y costumbres del dho P. Fr. Lorenzo

([28]) Aparte de las inmoralidades de que tacha a los monjes, de una manera totalmente calumniosa, por aquello de que piensa el ladrón..., una de sus acusaciones más honestas, decía: «No sabe cómo los árbitros no dan consejo que las religiones más ricas les dejaran lo necesario y lo demás lo emplearan para gentes de guerra, como hacen los venecianos». Son tremendas las barbaridades que dice este hombre.

de Vera, obedeciendo el P. Abad al mandato de su Reverendísima y Padres, comenzó a hacer la dha información el dho día mes y año, y para secretario de dicha causa señaló al P. Fr. Gregorio de Aranda, y le mandó debaxo de censuras hiciese este oficio».

Firma a continuación el propio Fr. Cristóbal López y el secretario del proceso Fr. Gregorio Aranda.

El mismo día fue citado Fr. Félix de Bárcena, abad a la sazón de Junias, al cual se conminó bajo censuras y pena de excomunión dijese lo que sabía sobre vita et moribus de Fr. Lorenzo de Vera, contestó «Que le costaba por documentos que la abadía de Junias es hacienda del Monasterio de Osera, y la provisión della compete ad nutum del abad de Osera, en la cual dha abadía dice ser pública voz y fama haberse entrometido el P. Fr. Lorenzo de Vera, por engaños y fuerza de armas, haciendo agravios al religioso que allí estaba y a la gente que allí estaba, descolmando la casa y haciendo otros desafueros grandes y no se contentando con esto, viéndose ya con esta violencia en esta abadía, volvió a cobrar contra toda consciencia la renta que el padre Fr. Martín de Salinas, abad que era de Junias, había cobrado de los renteros, poniéndoles pleitos a ellos y haciéndoles gastar muchos ducados y sobornados a los letrados para que sentenciasen en su favor».

En cuanto a su conducta moral, su vida dejaba bastante que desear y no se pueden decir los excesos cometidos sobre esta meteria. Sólo diremos que «era voz pública que por las noches se ponía en hábito corto y con montante y otras armas salía a rondar, dando un grave escándalo en toda aquella tierra de Pitones. Gastó la hacienda con foragidos a fin de que le defendiesen, no reparando en nada los edificios. Difamación de la religión y de personas graves della, según consta de papeles escritos por él. Se ha defendido con escopetas y gente armada cuantas veces el monasterio de Osera intentó prenderle, y también cuando se le iban a notificar cosas poco gratas. Por último, a veces iba huyendo y durmiendo por los pajares cuando sabía que los de Osera merodeaban por las cercanías de Junias en su busca».

La declaración de Fr. Simón de Montoya coincide casi en todo con la anterior, que usurpó la abadía contra la voluntad de Osera, que su conducta moral estaba por los suelos, que resistió con gente armada tipo bandoleros «sobre todo cuando le fueron a prender los padres Fr. Luis Esteban y Fr. Francisco de Corcuera», de haber difamado a la religión y a personas graves de ella...

La deposición de Fr. Julián Lobón desciende a más detalles pintores-

cos: «Le vio venir de decir misa con un montante en la mano y en compañía de dos docenas poco más o menos que le acompañaban con lanzas, dardos y foces, que son bisarmas, y entonces a un clérigo notario de reguianes que iba de parte de Osera a notificarle unos recados, le trató mal de palabra y le puso las manos, haciéndole achar sangre por la boca, a todo lo cual dice este testigo se halló presente.

«Sabe que yéndole a prender por tres veces de parte de Osera, trató mal a los que fueron a esto, defendiéndose con hombres foragidos, los cuales traía de ordinario consigo para este fin, y la última vez, habiéndole preso el P. Fr. Bernardino de Sandoval, siendo abbad deste Monasterio de Osera, y teniéndole ya en la granja de Oyra, coechó allí o en Orense a un hombre llamado «guadejo», que era el que le traía preso por parte del monasterio, y con la provisión real, y al tiempo de partir para Osera, tomó el dicho Padre Fr. Lorenzo una escopeta cargada y la apuntó al dicho P. Fr. Bernardino de Sandoval, tratándole mal de palabras y a los religiosos que allí estaban con fieros y amenazas, y con ayuda de aquel hombre que había cohechado, el cual dio una estocada a Pedro Valdés, que también le traía preso, huyó metido entre el dicho «guadejo» y otros compeñeros y así se fue a meter en un monte y así se escapó».

«Sabe también que por dos veces se ha querido soltar del Monasterio de Osera, teniendo compañeros que le ayudaban y aprovechándose de seglares con quienes se carteaba para que le traxesen llaves falsas y garzuas para las puertas del monasterio, y esto sucedió la primera vez que se quiso ir, y dice este testigo vio las llaves falsas que quitó el monasterio a un estudiante que en hábito de peregrino estuvo en el monasterio en razón de sacarle una noche, el cual traía un pistolete y tenía dos cabalgaduras junto al Monasterio, y un hábito de San Francisco para llevar al dho Fr. Lorenzo, y la otra vez que se quiso ir, vio este testigo que el dicho Fr. Lorenzo tenía limados los grillos y quitadas las ferrapeas y vio una lima que tenía para este efecto».

En la deposición de Fr. Anastasio Esparza ([29]), refiérese muy por extenso el lance del estudiante de Allariz, quien infundió sospechas al ver cómo dejaba dos rocines en los alrededores del monasteirio. Se pasó aviso al abad. No obstante, le recibieron con generosa hospitalidad, proporcionándole una celda en la hospedaría, sin perder de vista todos sus movimientos. Allí escribió un billete y se lo intentaba pasar a Fr. Lorenzo,

([29]) Casi todos los personajes que depusieron en el proceso, excepto uno, fueron abades de Osera, por lo tanto, personal muy competente.

dándole cuenta de sus intentos, de cómo pensaba volver otro día «con bastantes instrumentos para sacarle, y habiéndole quitado el hábito de peregrino, para hacer escrutinio de lo que traía, se le halló un pistolete y una bolsa con munición para él, y una garzua con algunos reales, el cual estuvo preso en el monasterio y después por estar ordenado le sacó el obispo de Orense y le castigó por el caso» ([30]).

En vista de estos y otros testimonios por el estilo — que pasamos por alto — se comprenderá la sentencia tan desfavorable que se vio obligado a dar el emisario de la C. C. Vamos a copiarla casi íntegra: «Vista la gravedad de los cargos arriba contenidos y la insuficiencia de los descargos, hallo que el dicho Fr. Lorenzo de Vera si hubiera de ser castigado con el rigor del derecho, por solos ellos sin le acumular otros procesos hechos contra él,, — que en la comisión se me ordena le acumule—mereciera gravísimo castigo, pero usando de misericordia, y teniendo en consideración la edad del dho P. Lorenzo, le condenamos a reclusión perpetua dentro de las cercas deste Monasterio de Osera, o de otro que para su vivienda el santo difinitorio le señalare, y asimismo lo condenamos a reclusión y encerramiento en una celda por espacio de doce años, adonde estará encerrado sin prisiones, y se le dará la comida ordinaria de los monjes, y el P. Abad le señalará personas graves y religiosas que le consuelen y visiten en su reclusión y cárcel, de la cual no saldrá ni le podrán sacar sino tan solamente a tercia y misa al coro todos los días adonde por espacio de un año tendrá grado inferior a todos los sacerdotes deste Monasterio, y asimismo le privo del título de Paternidad que nuestras Difiniciones conceden a los Maestros de la Orden.

En este Monasterio de Osera, a 15 de junio de 1621. Fr. Prudencio Pérez, secretario del P. Mtro. Fr. Gregorio Sanz, comisionado por el Sto. Definitorio en la causa contra Fr. Lorenzo de Vera, preso en dicho Monasterio».

Aunque la sentencia fue bien benigna, comparada con los gravísimos delitos perpetrados, todavía «el Difinitorio aun se la moderó más: pero no se moderó él, continuando su procedimiento y revolviendo el mundo desde el rincón más retirado. El año de 21 se le intimó al Abad que entonces era unas letras del Nuncio, en que mandaba le remitiesen con culpa y cargo».

Certísimo este relato de Peralta. Lo hemos visto confirmado en la

---

([30]) Datos recogidos del expediente contra Fr. Lorenzo de Vera, existente en el APO, leg. 214.

documentación existente hoy en el Archivo Provincial de Orense. El documento de la nunciatura dice en su parte más destacada: «Que el P. Abad de Osera que tuviere en la prisión al P. Fr. Lorenzo de Vera, de la Orden de San Bernardo, le haga librar de la prisión y cárcel en que está y le haga traer y traiga al convento de la misma Orden de esta villa de Madrid, y tiniéndole allí preso, le dexen hablar con su procurador y letrado, para que pida en este tribunal lo que le convenga, y lo cumpla dentro de quince días después de requeridos y para ello despachen arrendamientos con penas y censuras...»

Firma el documento el nuncio Inocencio Máximo, en Madrid, 15 de diciembre de 1622.

Les faltó tiempo a los de Osera para poner en camino a aquel hombre harto complicado y peligroso: «Con un religioso y guardas se le envió a Madrid, y aunque sus culpas merecían cualquier castigo, todavía se tuvo atención a sus canas y aspecto venerable, y al talento grande y capacidad del hombre, mayormente cuando él ya reconocido, más que justicia solicitaba misericordia. Consiguióla y aún acá la hubiera conseguido. No se trató de lo criminal. La sentencia fue que dicho Maestro Fr. Lorenzo de Vera no se intitulase ni llamase abad de Junias, que cediese y renunciase cualquier acción y derecho que en dicha abadía pudía tener, transpasándole en el monasterio de Osera, cuya era legítimamente, que fuese a Valparaíso su casa, donde gozase de ciertas essenciones del Coro».

Concuerda este relato del historiador de Osera con la última sentencia de la Nunciatura, dada en Madrid en 31 de octubre de 1623: «Xti. nomine invocato, fallamos attento los autos y méritos deste proceso que debemos de condenar y condenamos al dho P. Fr. Lorenzo de Vera a que de aquí adelante no se intitule Abbad de Junias, y haya de ceder y renunciar qualquier acción y derecho que en qualquier manera le puede tocar y pertenecer, a la dha abadía de Junias, y a los fructos y rentas de la dha abadía tocantes y pertenecientes, y haya de dexar y dexe la dha abadía y sus fructos y todo lo demás a ella anexo tocante y perteneciente para el Monast.º de Osera.

Con esto le debemos de absolver y absolvemos de la reclusión perpetua, cárcel y demás penas puestas por la sentencia del Juez comisario de la dha Orden, y el dho Fr. Lorenzo de Vera aya de ir y vaya a vivir al convento de Valparaíso, de la misma Orden, y en el sea bien tratado y tenga voto activo y pasivo, en todo lo que se tratare en el convento, y en él aya de tener y tenga lugar antiguo y superior a todos los religiosos después

del P. Abad y Padres a quienes se deve mesa traviesa por razón de sus officios y calidades.

«Y assi mismo se le dé y señale un compañero el qual se sirva assi y acompañe de continuo y goce de título de Maestro y le llamen paternidad y goce de las demás exenciones de coro y actos conventuales que gozan los que han sido abades de la religión, y no haya de tener ninguna obligación de ir a Maitines más que los días de fiesta, los que hubiere sermón. Y assi el P. Abad de Osera le haya de dar doscentos ducados en plata para gastos del viaje que ha de hacer a Valparaíso, adonde ha de ir por conventual, y para pagar los agentes y solicitadores y se aya de salir salga desta corte dentro de cuatro días después de la pronunciación de esta sentencia».

Aún se le daban amplias facultades para poder salir a predicar como los demás monjes y poder disfrutar quince días de vacaciones en casa de sus familiares. Increible parece esta sentencia tan benignísima después de tantos desórdenes perpetrados y los quebraderos de cabeza ocasionados.

Se conserva un recibo con el siguinte texto: «Certifico yo, Fr. Lorenzo de Vera, que recibí del P. Secretario F. Athanasio Esparza, doscientos ducados los setecientos y ochenta reales en oro, los ciento y cinco reales en manto, sombrero, zapatos, maletas y alforjas, y lo restante hasta los doscientos ducados dichos, en moneda de bellón, lo qual todo es en cumplimiento de lo que el Ilmo. Sr. Nuncio mandó por su sentencia se me diese de que me doy por contento y pago. En fee de lo qual di esta firmada de mi nombre, en seis de noviembre de mil seiscientos y veynte y tres años.

Fr. Lorenzo de Vera».

No queremos pasar por alto la carta que Fr. Juan Domínguez, procucador de la C. C. en Roma, a quien sin duda recurrió Fr. Lorenzo suplicándole intercediera en su favor desde el puesto que hacía años ocupara el mismo, antes de usurpar la dignidad abacial de Junias: «He visto el proceso — le dice entre otras cosas — y todas las decisiones por mis propios ojos y la confirmación de Inocencio hecha en León y los arriendos hechos por los Padres abades de Osera... y he visto los executoriales y tengo consultados tres letrados, los mejores de Roma, y considerándolo todo sin pasión y lo que pasó por acá, en agravio de Osera, de haber hecho tan excesivos gastos quepasan de cuatro mil ducados, se concluye por llano y claro que V. P. hizo contra la fidelidad de su officio de procurador y defensor, y que la impetra fue subrepticia, y haver estado trece años cura intruso y otros tantos tenido lo ajeno y negado la obediencia debida al

propio P. General y abad, y so la nota de infidelidad debiera de pesar tanto en los ojos de una personatan grave, y tan bien nacida, como V. P., que debiera dejar perder la abadía antes que ofendella por medio tan condenado por todos».

«Y aún se dice que ha hecho mal la Religión en no haber acudido a su Santidad a pedir castigo de la mayor embrollo que aquí ha hecho español, y yo lo escribo no por confundir ni dar pena, sino por mover y alentar al remedio cumplidamente» (31).

Si en todo aparece desconcertante el proceder de este prelado intruso, si la sentencia de la Nunciatura fue una absolución total de tanto delito, todavía más desconcertante aparece en sus últimos momentos. Se ve que era hombre nacido con buena estrella: «Santamente oí decir siempre que había acabado allí su vida» en Valparaíso, escribe Peralta. O sea, después de tanta fechoría, de haber dado que hacer a propios y extraños, tuvo la suerte de morir como un santo, fallando por una vez la expresión vulgar «sicut vita finis ita».

ABADOLOGIO DE JUNIAS

Hemos rebatido atrás la afirmación del historiador francés de que «les archives d'Osera sont muettes sur les abbés de Junias». Sucede todo lo contrario. Podemos ofrecer hoy el catálogo si no completo, de la mayoría de los prelados que rigieron el pequeño monasterio portugués. Una cosa hay cierta: desde mediados del s. XV al menos — si no lo fue siempre — la elección de estos prelados se realizaba en el monasterio de Osera. Ignoramos el origen de esta práctica totalmente nueva en la Orden, al menos no sabemos de otro caso semejante (32).

Vamos a ofrecer aquí el catálogo de los abades conocidos, con alguna noticia correspondiente a los mismos, y las fechas en que gobernaron la comunidad (33).

---

(31) Documento que figura en el expediente sobre Fr. Lorenzo de Vera, existente hoy en el APO, leg. 214.

(32) Es incuestionable que Junias fue siempre abadía, pero abadía en todo el rigor de la palabra. Los documentos nos lo están pregonando. Cuando no hubiera otra prueba, la tendríamos en la impetración que de la misma hizo el famoso Fr. Lorenzo de Vera, «el abad bendito». Lo que nos choca un poco es que estos abades fueron elegidos siempre en el monasterio de Osera. Lo que está fuera de duda es que su comunidad fue siempre muy pequeña, cuando más media docena de monjes.

(33) Se notarán grandes lagunas de abades, sobre todo en los tres primeros siglos. No obstante, los que conocemos, irán colocados en numeración correlativa.

1. *Martín Perez*, 1250-1272. Este es el primer nombre de abad conocido que nos transmite Peralta, pues el otro abad que firmó en el documento informativo sobre el Canal de Olleros, en 1157, a los diez años de la fundación, ya dijimos cómo no se firmó con el nombre propio. Dom Martín Pérez, al final de su gobierno, se retiró de nuevo a su monasterio de Osera para prepararse a bien morir.

2. *Gonzalo Coello*, 1484-1501. Ya conocemos a este santo varón, oriundo de Portugal y monje de Osera, en quien dom Suero de Oca depositó toda su confianza y le puso al frente de la abadía de Junias, siendo un espejo de toda virtud para sus monjes, no menos que para los feligreses que le estaban confiados. Esta ejemplaridad es más digna de tenerse en cuenta si pensamos la situación trágica que pesabe sobre la Iglesia, víctima de los errores del Renacimiento, cuando la mayoría de las comunidades gemían en manos de abades comendatarios, personajes funestísimos en todos los sentidos.

Ya sabemos cómo sucedió su muerte, a consecuencia de un acto de caridad heroica ejercido con los feligreses de nuestra Señora de Cela. Dios premió sus virtudes con la fama de santo que gozó en toda la comarca.

3. *Juan de Borrageiros*, 1501. También conocemos a este excelente monje, que siendo prior de Osera en los tiempos azarosos de dom Suero de Oca, gobernaba al mismo tiempo la abadía de Junias, donde solía tener un sustituto que la presidiese en su nombre. Cuando en 1513 Fernando el Católico le rogó renunciara a la abadía de Osera, a la cual acababa de ser sublimado, le faltó tiempo para hacerlo, retirándose definitivamente a su pequña abadía de Junias, donde falleció a los pocos años.

4. *Esteban da Costa*, 1520. Era clérigo secular y no sabemos el tiempo que permaneció al frente de la abadía como abad comendatario. Su recuerdo es poco grato para los monjes de Osera por su mal proceder: «Porque hauiendo vacado en la muerte del Succesor aquella Abadía, la impetró un Esteuan da Costa, Clérigo Secular y se apoderó della, excluydos los Monges, que se vinieron a Ossera. Entonces se perdieron los papeles de aquella casa y las reliquias que en ella auia se lleuaron a Braga en cuya diócesis está entre ellas el cuerpo deste Prelado» (34).

---

(34) Cfr. Fr. Tomás de ePralta, *Fundación, antigüedad...*, *o. c.*, 239, 12. No sabemos cuándo comenzó ni cuando finalizó su gobierno. Sospechamos que lo noticia

5. *Valeriano de Villada*, 1566-1569. Era monje de Matallana, y su paso por la abadía de Junias lo hemos recogido de un manuscrito antiguo sobre el referido monasterio de Matallana, de donde fue elegido abad en 6 de septiembre de 1569. Allí se dice: «Antes había sido abad de Junias, en Portugal», suponemos el trienio precedente, pues en esta época debía seguir la norma establecida en la congregación de Castilla en que se renovaban los abades cada tres años ([35]).

6. *Martin de Salinas*, 1599-1602. Conocemos ya el nombramiento de este abad a instancias de Fr. Lorenzo de Vera, cuando ordenó desde Roma que acudiera cuanto antes un monje de Osera a tomar posesión de la abadía de Junias, en su nombre, antes de que la ocupase el supuesto monje de Alcobaça. Los monjes de Osera nombraron rápidamente a Fr. Martín Salinas, quien se personó en la abadia, juntamente con otro monje, y allí perseveró hasta que se fue a curar a Osera, y entretanto tomó posesión de ella el «abad bendito» y ya no pudo regresar a ella.

7. *Lorenzo de Vera*, 1602-1614. Monje *de Valparaíso* (Zamora) y procurador de la C. C., ya sabemos el historial de este hombre enigmático, que tanto dio que hacer a la Orden y a los tribunales, pero que al fin sucumbió víctima de la justicia que se echó implacable sobre él tal vez a primeros de abril de 1614, pues el día 11 de dicho mes comenzó su reclusión en la cárcel de Osera donde permaneció por especio de ocho años, armando trapisondas sin cesar, por más que aparentaba un exterior como un santo.

Ya vimos el proceso judicial seguido con todo rigor, pero omitimos la sentencia emitida por Fr. Luis de Estrada, general de la C. C., la cual vamos a ofrecer aquí: «Vista por el Santo Definitorio la relación de estos puntos, decretó y determinó pro nunc que el religioso que es llamado Abbad de Junias, no ha de usar de insignias abaciales, de que usan los abades de la Orden. Declara también que el dho abad de Junias tiene grado en su monasterio de Osera después del prior del, como le tiene el Prior de San Justo y otros. Iten declara el Santo Definitorio que la elección de tal abbad de Junias se ha de hacer y se haga conforme se determinó en el

transmitida por Peralta al decir que «después de lo impetra que Esteuan da Costa de la Abadía de Iunias la volvió a poseer Osera hasta el año 1552 en que el Ordinario de Braga la proveyó en un clérigo secular», esté equivocada, pues vemos que en 1566 había al frente le ella un monje de la C. C., Fr. Valeriano de Villada.

([35]) Unida Osera a la C. C. en 1545, es posible impusiera en Junias la misma norma imperante en la nueva reforma, nombrando abad trienal.

Capítulo General próximo inmediato. Así lo decretó y determinó en su Capítulo y Monasterio de Palazuelos, a 10 de mayo de 1621. Fr. Luis de Estrada» (36).

No sabemos la fecha exacta del fallecimiento del «abad bendito», sólo que fue edificante, como la del buen ladrón.

8. *Félix de Bárcena*, 1614-1620. Posiblemente fue nombrado este abad para suceder a Fr. Lorenzo de Vera en el momento de ser depuesto de su cargo y trasladado a la prisión. Tenemos de ello varios testimonios que hemos visto en distintos documentos. Uno de ellos, la aprobación del arzobispo de Braga del tenor siguiente: «Dom Frey Aleixo de Meneses, por merce de Deus e da Seé Apostolica, Arcebispo e senhor de Braga, Primaz das Hespanhas, etc. A osque esta nossa pizão de Uigr.ª ad nutum e posse uirem, fazemos saber que estando ora uaga a Vigr.ª do Mostr.º de Santa M.ª de Junias de Pitoes, da Ordem de Sam Bernardo, deste nosso Arcebispado, por nos constar do saber e maes partes do P. Fr. Féliz de Barcena, religioso da dita ordem, e conuentual do Mostr.º de Ossera do Reyno de Galiza, e ser examinado e apurado conforme ao Sag. Conc. Trid. Nos a apresenacâo do Rdo. Abbade do dito Mostr.º de Ossera e puemos de Virgr.º do dito Mosteiro de Santa M. de Junias de Pitoes a seu e nosso nuptum remouiele dos prelados nossos e seus succesores e che encarregamos a cura e regimento da dita Vigr.ª No ispiritual somente e elle pello dito modo aceitou esta puicao e prometeo de cada dous annos uir dar conta do que aproueita nos casos de conciencia e no mae a seu oficio pertencente en cada hû dos mezes de junho ou julho e a primera vez uira em cada hû dos ditos mezes do anno de mil eseiscentos e dezanove e mandamos a os freigeses do dito Mostr.º e Vigr.ª em virtude de obediencia e sobpena de excomunhao aiâo ten ahô daqui en diante ao dito P. Fr. Félix de Barcena por seu verdadeiro vigairo, e como a tal che obedicâionas cousas a seu carrego e officio pertenecentes, e sob a mesma pena mandamos a qcalquer clerigo tabaliâo ou Frtr.º deste aracebispado che de aposse da dita Vigr.ª prellos autos acustumado de que che passarâ a mesma pena mandamos a qualquer em Braga sob nosso sello e siñal do Rdo. Aleixo de Moraes Gouernador e Prouisor de nosso Arcebispado a os dez dias do mez de Março de mil seiscentos e dezasete annos». Siguen las firmas (37).

(36) El documento, firmado por el general Fr. Andres de Trujillo y por su secretario Fr. Luís de Estrada, se halla en el APO leg. 214.

(37) Documento existente en el AHN de Madrid, secc. Sellos, caja 111, n.º 1(2). En Osera se halla fotocopiado.

9. *Simón de Montoya*, 1620-1624. Conocemos el acta o promesa de obediencia hecha por este monje al ser elegido abad de Junias en 1620. Dice así:

«Ego Frater Simon de Montoya, profeso huius monasterii de Ossera , cisterciensis ordinis, et diocesis de Orense, Abbas Monasterii de Sanctae Mariae de Junias, anexii et filialis dicti Monasterii de Ossera, bracharensis diocesis in Regno Portugalii, Promitto subiectionem, Reverentiam atque obedientiam a sanctis patribus stabilitam, secumdum Regulam Sancti Benedicti Reverendo Patri Fratri Athanasio Esparza, Abbati dicti Monasterii de Osera et sucessoribus tuis canonice intrantibus, et quod privilegia et libertates nostrae Observantiae observabo neque impignorabo neque infaeudabo aliquo modo, licet conventus consentiat, sine expressa licentia dicti Monasterii de Osera.

Sic Deus me adiuvet et ista sancta Evangelia. Fr. Simon de Montoya.

10. *Atanasio Pérez*, 1624-1626 ([38]).

11. *Cristobal Criado*, 1626-1629.

12. *Gabriel Lirio*, 1629-1633. En un documento del APO hemos visto la promesa de obediencia hecha por este monje en manos del abad de Osera Fr. Félix de Bárcena, al ser elegido abad de Junias, pero no se detalla el año en que hizo el juramento. Suponemos fue en el primer trienio de Fr. Félix de Bárcen — 1629-1632 — como abad de Osera.

13. *Francisco de Santa Gadea*, 1633-1636.

14. *Simón Rojo*, 1636-1639. Todos estos monjes fueron personajes de notable relieve histórico, como lo prueba el hecho de que la mayoría fueron sublimados más tarde a la abadía de Osera, algunos más de un trienio. Fr. Simón Rojo, natural de Frechilla (Palencia), fue elegido el trienio 1644-1647, siendo uno de los abades que inmortalizó su nombre no sólo al convertir en sacristía la hermosa sala capitular o de «las palmeras», sino

---

([38]) Todos estos abades están documentados, a base de los documentos y libros existentes en el AHP de Orenes. Allí se pueden ampliar los datos.

por haber sido él quien ideó y llevó a cabo la escalera de honor o monumental que hoy podemos admirar en toda su grandiosidad.

15. *Valeriano Sánchez*, 1639. No sabemos cuánto duró su gobierno, como tampoco el nombre de sus sucesores.

16. *Gregorio de la Bastida*, 1654.

17. *Pablo de Arlanza*, 1659. Tampoco hemos logrado en el momento presente el nombre de los abades que le sucedieron hasta 1671.

19. *Dionisio Fernández*, 1674.

20. *Pedro Blanco*, segunda vez, 1677.

21. *Benito de la Vela*, 1680.

22. *Anselmo Dorado*, 1683.

23. *Diego Ruiz*, 1684.

24. *Fulgencio Salazar*, 1702.

25. *Feliciano Alcázar*, 1726.

26. *Roberto Valladolid*, 1703.

27. *Lucas Pastor*, 1739.

28. *Isidoro Gutiérrez*, 1742.

29. *Alberico Ximénez*, 1742. Conocemos el acta de nombramiento de este abad una prueba más en favor de Junias, como verdadera abadía: «Nos, el Mtro. D. Fr. Baltasar Marquez, Abbad del Imperial Monasterio de Sta. María de Ossera, Orden de Ntro. P. San Bernardo, en el Reino de Galicia, etc. Usando del derecho que tenemos para elegir y nombrar Vicario de la Iglesia monasterial y feligresía de Sta María de Junias de Pitones, sita en el Arzobispado de Braga, Reino de Portugal, y unida a nuestro Monasterio y su mesa *pleno iure*, elegimos y nombramos con parecer de nuestro

Conuento por vicario de dha Sta. Iglesia al P. Predicador Fr. Alberico Ximénez monje profeso en dho Monasterio de Osera y abad del expresado Monasterio de Junias, y le damos toda la facultad que de derecho nos compete para administrar y gobernar dicha Vicaría, en lo espiritual y temporal, hasta que nuestro sucesor haga nuevo nombramiento, y en cumplimiento de la disposición y declaración pontificia, nombramos por compañero del P. Fr. Alberico Ximénez al P. Predicador Fr. Gabriel Tripiana, monje también profeso del dho Monast.º, y suplicamos al serenísimo Señor Arzobispo y Señor de Braga primar de las Españas, se sirva de admitir y dar su aprobación al dho P. Predicador Fr. Alberico Ximénez para el oficio de tal Vicario. Dado en Osera, sellado con el sello de nuestro Oficio y respaldado por nuestro Secretario».

30. *Mauricio Aguado*, 1752. Falleció en 1755.

31. *Eugenio de Resa*, 1755.

32. *Crisóstomo Díez*, 1757.

33. *Julián de Cuenca*, 1759.

34. *Famiano García*, 1763.

35. *Esteban Lerín*, 1767.

36. *Silvestre Caballero*, 1775.

37. *Francisco Sánchez*, 1783. En tiempo de este abad realizó la visita regular a Junias el abad de Osera Fr. Adriano de Huerta, dejando la correspondiente carta de visita, que reproduciremos en breve.

38. *Edmundo Sánchez*, 1787.

39. *Andrés Arroba*, 1791.

40. *Juan Carrera*, 1795.

41. *Enrique Isla*, 1803.

42. *Atilano Raposo*, 1816.

Después de hecha la lista, hemos encontrado dos nombres más que se pueden añadir al catálogo: Alvaro Fernández, 1490, y Domingo Díaz de Aguiar, ambos al parecer, comendatarios.

En diversas ocasiones pretendieron los arzobispos de Braga — según hemos insinuado — arrebatar a Osera los derechos sobre Junias, una de ellas en 1744 en que habiendo el abad de Osera Fr. Nicolás Cano, juntamente con su convento elegido abad de Junias en la persona de Fr. Isidoro Gutiérrez, al presentarse como de costumbre al arzobispo de Braga con todos los documentos en regla para ser confirmado, el procurador fiscal de la mitra se resistió largo tiemplo sin confirmarle como abad «movido de siniestros y cabilosos informes, hasta que se nombrase cura secular, natural de Portugal. Al fin accedieron después de insistir el monasterio de Osera en la hegemonía de sus derechos.

Peralta sintetiza más estos incidentes cuando dice que hacia 1643, al independizarse Portugal de España, arrojaron de Junias al abad y monjes de Osera, tratando de dar la abadía a un portugués. Entonces Osera envió allá dos monjes de nacionalidad portuguesa, mas por ese mismo motivo de ser monjes de Osera se apresuraron a internarlos en el monasterio de Bouro. El abad de esta casa nombró un religioso que administrara aquella abadía y «cobrara las rentas que le quisieran pagar». No obstante, en Osera se seguía nombrando abad cada trienio, título que llevaba consigo algunas exenciones en la casa ([39]). Por fin, al hacer las paces con Portugal en 1668, dejó Bouro el gobierno de Junias que de nuevo volvió a depender de Osera hasta 1835 en que fueron expulsados los monjes por Mendizábal.

VISITA REGULAR EN JUNIAS

Una de las prácticas tradicionales en la Orden del Císter, desde los primeros tiempos, eran las visitas regulares practicadas, de ordinario, por los abades de las casas matrices en sus filiaciones. Esta visitas solían ser anuales, y en la C. C. al meno una vez durante el trienio. En ellas se daba cuenta, en escrutinio secreto de la marcha de la observancia y de la economía. Cada religioso desfilaba en particular ante el visitador, exponiendo todos los problemas inherentes a la vida de la comunidad. Al final, el visitador redactaba una carta de visita, corrigiendo los defectos o bien

(39) Cfr. Fr. Tomás de Peralta, *Fundación, antigüdad...*, *o. c.*, 331, n.° 4.

trazando normas para un mejor funcionamiento de todo el organismo monástico.

Es el año 1786. Regía el monasterio de Junias Fr. Francisco Sánchez y la casa madre de Osera Fr. Adriano de Huerta (40). En el mes de junio se presentó en Portugal para hacer la correspondiente visita. Fruto de la cual es la siguiente carta redactada a raíz de la misma. Dice textualmente:

«VISITA DE EL MONASTERIO DE SANTA MARIA DE JUNIAS

Nos, el Mtro. Fr. Adriano Huerta, Abad del Imperial Monasterio de Santa María de Osera, visitamos personalmente este devoto Monasterio de Santa María de Junias, de Pitones, en el Reyno de Portugal, Arzobispado de Braga, anejo *Jure Patronatus* al referido Monasterio de Ossera, hallamos ser necesarios para su gobierno espiritual y temporal los infrascriptos mandatos.

Primeramente mandamos al P. Abad que es o que por tiempo fuere de este Monasterio, que cumpla y guarde las visitas de mis predecesores, y lo que en ellas se manda, no siendo revocado por Nos.: como también exhortamos lea con todo cuidado las Sinodales y Visitas Diocesanas de este Arzobispado para su mayor observancia. Y si por algún accidente recibiere alguna orden o despacho contrario a nuestros derechos, o preheminencias, suplicará oportunamente de el dhos despachos y dará pronto aviso al P. Abad de Ossera, para que con su dirección y consejo execute lo más conducente.

Yten mandamos al P. Abad y más Monges de este Monasterio en virtud de santa obediencia que si alguno de los dhos menospreciando el Santo temor de Dios, y su profesión, executase alguna acción no correspondiente a nuestro instituto, que procedida la corrección fraterna, y no resultando enmienda alguna, lo participen sin dilación alguna al P. Abad de Ossera para que este providencie en el remedio.

Ytem mandamos y exhortamos en quanto podemos al P. Abad y Monges, rezen el Oficio divino en la Yglesia, quando acomodamente pudieren; como también después del toque de las Ave-Marías rezen el Rosario con su familia y huéspedes en la Yglesia, y al fin deel ento-

(40) Fr. Adriano de Huerta fue uno de los abades más distinguidos de los últimos tiempos que desfilaron por la sede de Osera. Natural de Roa (Burgos), al ser elegido abad para el cuatrienio 1783-1787, se distinguió por las innumerables obras realizadas en la casa, pero sobre todo por haber sido el primer traductor de casi todas las obras de San Bernardo al castellano, traducción que ha servido de orientación a los traductores modernos que han ganado prestigio a su costa.

narán la Salve con dos belas encendidas en el altar mayor. Y assimismo cuidará dho P. Abad que sus criados confiesen y comulguen algunas veces entre año y que vivan con el exemplo debido, alias los despedirán sin demora.

Ytem mandamos al P. Abad y Monges de este Monasterio no permitan entrar en sus celdas muger alguna, como también mandamos a los Monges conventuales de este Monasterio entren en las casas de la feligresía, sin urgente necesidad a excepción de las de los Padres Cura y Cayetano.

Ytem mandamos al P. Abad de este Monasterio en virtud de santa obediencia que en el día de Resurrección de Ntro. Señor Jesu Christo de cada un año, despida públicamente al P. Cura de esta feligresía, aunque alias tenga intención de continuarlo en el oficio, para lo que se pasará nueva presentación por solo un año, que se entiende de San Juan a San Juan Bautista.

Ytem mandamos al dho P. Abad que es o fuere de este dho Monasterio, bajo de la misma obediencia, no permita enterrar en la capilla de San Rosendo a persona alguna que no hiciese testamento, pudiendo o debiéndole hacer, o que no dejase sepultura señalada fuera de esta Parroquial, en la que solamente casará y velará a sus feligreses, y hará que éstos satisfagan en ella con los preceptos de confesión y comunión annual exactos los legítimamente impedidos y no en dicha capilla de S. Rosendo.

Ytem bajo la misma obediencia mandamos a dho P. Abad haga en cada un año memorial cobrador de todos los frutos y rentas de este Monasterio distinto de los antecedentes, con expresión de los nombres y apellidos de los que pagan, por donde pagan, y cuanto pagan; cuyos memoriales certificarán, firmarán y entregarán a su subcesor para su gobierno: y le leerán las advertencias que están en el libro de las visitas conducentes para el mayor regimen de sus subcesores.

Ytem exhortamos y encargamos al P. Abad de dho Monasterio y en su ausencia al P. Compañero que después de tocar a las Ave-Marías cierren por si o por persona de su satisfacción las puertas de dho Monasterio y las llaves guardará en su celda.

Ytem mandamos a los conventuales de dho Monasterio, pena de ocho días de culpa grave, que cumplirán en este Monasterio de Ossera, no den ni empresten dinero alguno a persona alguna dentro ni fuera de dha feligresía por la gran dificultad que hay en su cobranza.

Ytem mandamos a dho P. Abad tenga un tanto autorizado de esta

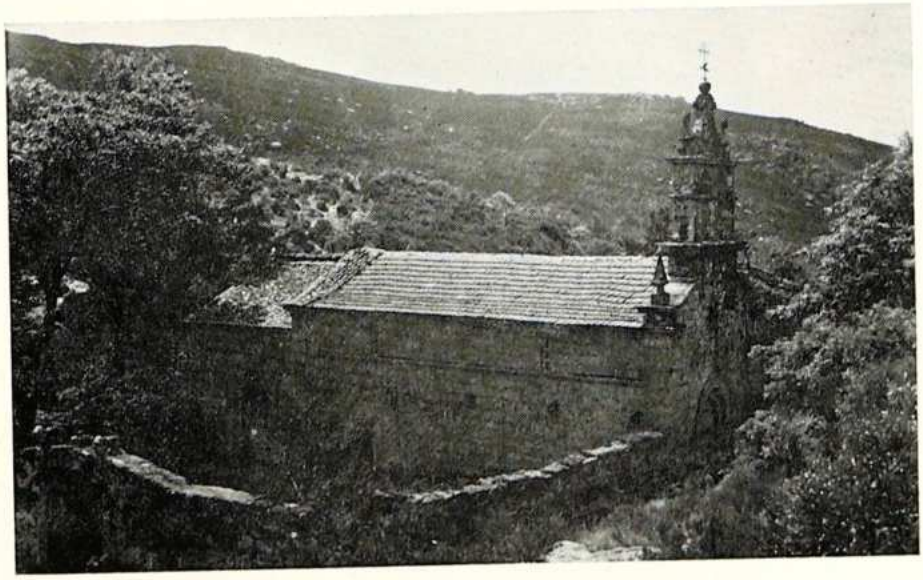
nuestra visita la que hecha y declarada en este dho Monasterio de Junias, firmada de nuestro nombre, y refrendada por nuestro infraescripto secretario, en el día quatro de el mes de Junio de mil setecientos y ochenta y seis.

Mtro. Fr. Adriano Huerta, Abad de Osera
Fr. Joaquín Cabeza, secretario» ([41]).

BIBLIOGRAFIA: Además de las obras citadas en las notas de este trabajo, vamos a dar un resumen de los fondos existentes en el APO, a fin de que sirva de orientación a quien desee profundizar más en la historia de este pequeño cenobio lusitano. Hay cuatro legajos: signatura 213: es un conjunto de documentos que abarca desde 1519 hasta 1603, destacando los alusivos a Fr. Lorenzo de Vera, a sus intrigas hasta lograr obtener para si la abadía de Junias; 214: se compone casi en su mayoría de documentos sobre la misma materia, relacionados con el proceso contra Fr. Lorenzo de Vera; 215: contiene documentos desde 1703 a 1799; 216: los documentos contenidos en este cuarto y último legado, abarcan del año 1745 al 1799.

Hay varios libros manuscritos con las siguientes signaturas y contenido; 888: Libro de cuentas que contiene noticias desde el año 1616 al 1819; 889: Es un índice de prazos o foros, es decir, un libro foral de Ntra. Señora de Junias de Pitones que abarca desde 1486 hasta el s. XVI. Lleva al final una relación de los bienes, sacada de los tumbos de Junias de 1592, hecha por ed abad Fr. Silvestre Caballero en 1777. Libro 890: Contiene un pleito entre el monasterio de Osera y doña María de Gándara. Libro 1336: Pleito entre el monasterio de Osera y Fr. Lorenzo de Vera, 114 folios. Libro 1338: carta ejecutoria.

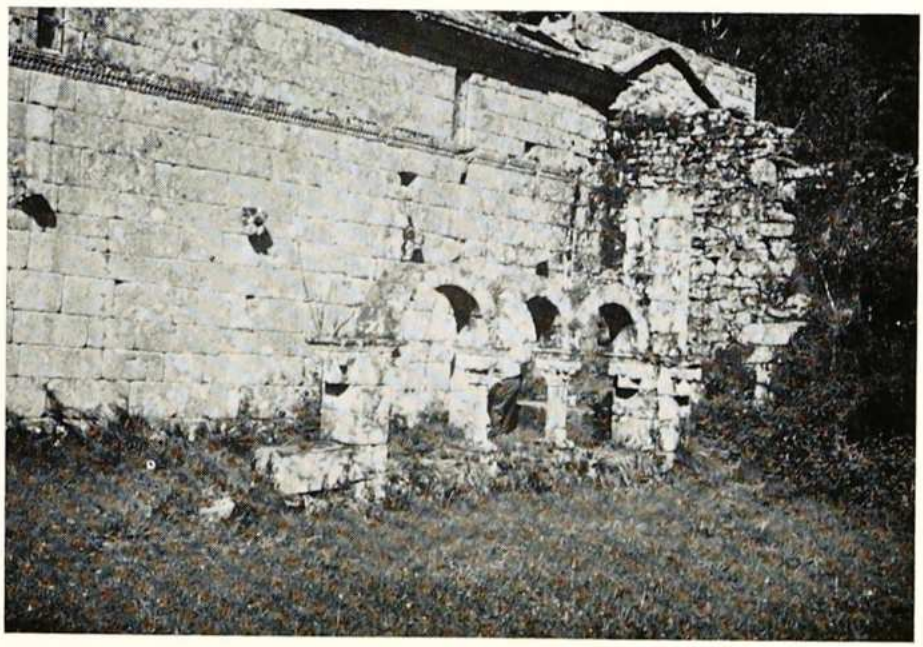
([41]) El original de esta carta se halla actualmente en el archivo de Osera, caja 15, N.° 2. En el A. P. de O. hemos visto otra carta de visita del s. XVII, pero no la transcribimos.



Montalegre — Mosteiro de Pitões de Júnias
Fachada do lado nascente



Montalegre — Pórtico do Mosteiro de Pitões de Júnias



Montalegre — Mosteiro de Pitões de Júnias
Pormenor da fachada lateral poente

A esquerda e a direita em 1834. Os empregados do Tesouro Público

Por FERNANDO DE SOUSA

Em 1834, após a extinção de diversas repartições — Erário Régio, Conselho da Fazenda, Mesa da Consciência, Junta do Tabaco, Casa da Rainha, Casa do Infantado —, e a incorporação nos «proprios nacionaes» dos bens da Patriarcal, Basílica de Santa Maria «e de todas as casas de Religiosos Regulares», o tribunal do Tesouro Público, pertencente ao Ministério da Fazenda, revelava-se tecnicamente incapaz de despachar toda a «multidão de negócios», que ao mesmo afluía.

Daí que, na sequência do relatório de José da Silva Carvalho, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, decretasse D. Pedro, a 20 de Junho de 1834, que o expediente e serviço do Tribunal do Tesouro Público se fizesse através de uma Contadoria que reunisse as atribuições de secretaria. O ministro da Fazenda, além de justificar a necessidade desta nova repartição do Tesouro Público, chamava a atenção para a «visivel economia para a Fazenda Nacional», comparando os 417 empregados das extintas repartições, que venciam um total de 164. 288.000 réis, com os 120 funcionários que o Tesouro Público passava a contar, e com os quais apenas se iam dispender 70.483.000 réis.

O decreto referia ainda a orgânica da Contadoria, seu pessoal, categorias e vencimentos correspondentes (doc. n.º 1).

A 21 de Junho é nomeado director-geral da Contadoria do Tribunal do Thesouro Publico, com o ordenado de dois contos e quatrocentos mil réis anuais, Carlos Morato Roma. O decreto de 7 de Julho do mesmo ano insere a relação das pessoas que são providas nos diversos empregos da Contadoria (1).

Pois é sobre estes funcionários que chegou até nós um grande e original fólio desdobrável, com o título de *Empregados effectivos do Thesouro Publico*, e no qual estes se encontram divididos em três colunas, de acordo com um critério ideológico.

(1) *Gazeta Official do Governo*, nº 14, de 16 de Julho de 1834, p. 58; e *Chronica Constitucional do Porto*, nº 151, de 22 de Julho de 1834, p. 545.

Aí se apontam 37 empregados como pertencentes à *esquerda*, 31 empregados da *direita* e 30 considerados *duvidosos* (doc. n.º 2).

Dos sub-directores, chefes de repartição e sub-chefe de repartição, num total de 14 indivíduos, só um chefe de repartição, Inácio Vergolino Pereira de Sousa, nos aparece como sendo de *esquerda*.

No sector da *direita* são indicados os miguelistas, alguns dos quais «façanhudos», um «condecorado com efigie», e outro que punha luminárias quando havia enforcados.

O autor deste curioso mapa seria necessariamente funcionário da Contadoria, pois, de outro modo, não poderia definir politicamente todos os elementos daquela repartição, nem indicar os pormenores que refere.

Embora não mencione qualquer data, o documento foi escrito em 1834, possivelmente, com o fim de informar algum elemento do governo acerca das convicções políticas do funcionalismo daquela repartição.

Significativamente, o mapa denuncia já uma das características fundamentais da sociedade portuguesa no plano ideológico, ou seja, o aparecimento de famílias numerosas e influentes, cobrindo pluralisticamente as mais diversas opções políticas, desde os regimes então vigentes até às oposições susceptíveis de, em determinado momento, conquistarem o poder.

Desse pluralismo ideológico deriva o facto de tais famílias conseguirem manter sempre o estatuto de elite dominante, apesar de todas as vississitudes ou mutações políticas que a sociedade portuguesa sofreu desde 1820. Famílias que, através dos seus membros, conservadores, moderados ou radicais, nos momentos de viragem política, garantem necessariamente a ligação umbilical com o poder, forçando o entendimento, o compromisso, a segurança económica, o privilégio social.

Daí também o cepticismo, a desilusão, a amargura insofrida dos «puros», dos «idealistas», daqueles que sonharam as revoluções a «sério», desde Mouzinho e os irmãos Passos, a Basílio Teles, e que, incapazes de aceitarem a inalterabilidade de tudo o que para eles era mudança, acabaram por se divorciar da vida poltica?

Aqui, no Tesouro Público, é a família Morato Roma, com 5 elementos distribuídos pela *esquerda*, *direita* e pelos *duvidosos*, dos quais, três se encontram naturalmente conotados com a direita, então moribunda.

No Portugal do renascente constitucionalismo liberal surgia uma nova repartição, integrada, contudo, por numerosos funcionários vindos do absolutismo miguelista. O aparelho burocrático do Estado mais uma vez sobrepunha à fidelidade ideológica a eficácia do funcionamento.

Poderia ter sido de outro modo?

DOCUMENTO n.º 1

Ministério da Fazenda

Relatório.

SENHOR. — Extinctas as Repartições do Erario Regio, Conselho da Fazenda, Meza da Consciência, Junta do Tabaco, Casa das Senhoras Rainhas, e Casa do Infantado, e incorporados nos proprios nacionaes os bens da Santa Igreja Patriarchal, da Basilica de Santa Maria, e de todas as casas de Religiosas Regulares, não podia deixar de affluir ao Tribunal do Thesouro huma multidão de negocios que necessariamente deve occupar muitos empregados, e demandar profundos e variados conhecimentos.

O Decreto nº 22 de 16 de Maio de 1832 dispõe no artigo 1º do titulo undecimo que haverá no Tribunal do Thesouro tantos Secretarios quantos forem precisos; porém taes Secretarios não podião bastar para o expediente, e contabilidade do Thesouro. Logo que em Lisboa se instalou a Comissão do Tribunal immensos trabalhos de Contadoria e Secretaria fizerão conhecer a necessidade de empregados habeis que de huns e outros se incumbissem. Procurei pois esses empregados, mas não perdendo de vista a simplicidade do serviço, e illustrado pela pratica, em breve conheci que huma Repartição unica, com o titulo de Contadoria, tendo as divisões convenientes, e reunindo as attribuições de Secretaria preencheria todos os fins que era mister alcançar. No Decreto que submetto á approvação de V. M. I. exige-se dos empregados da Contadoria do Thesouro Publico o maior trabalho possivel, e marcão-se-lhes vencimêtos correspondentes, e capazes de assegurar-lhes a precisa independencia; todavia quando se compára o numero e vencimento dos empregados das Repartições extintas, cujos trabalhos passarão para a nova Repartição do Thesouro Publico com o numero, e com o vencimento dos empregados d'esta Repartição, acha-se huma grandissima diminuição no primeiro, e bem visivel economia para a Fazenda Nacional no segundo: pois que

O Conselho da Fazenda tinha 64 Empregados que vencião rs		.....	48:706$000
A Junta da Administração do Tabaco	33	.....	15:753$000
A Casa das Senhoras Rainhas	23	.....	5:745$000
A Mesa da Consciencia e Ordens	29	.....	15:120$000
Erario Regio	234	.....	89:354$000
	393		174:679$200
Decima		.....	17:467$920
Soma e segue		.....	157:211$280

* *Chronica Constitucional de Lisboa*, n.º 145, de 21 de Junho de 1834, p. 598; e *Chronica Constitucional da Cidade do Porto*, n.º 131, de 28 de Junho de 1834, p. 473-474.

Casa do Infantado, em 18 de Maio de 1834, data da sua incorporação nos proprios nacionaes	24	8:560$000
	417	164:288$000
O Thesouro Publico vem a ter pelo presente Decreto	120	95:288$000
Diferença	297	70:483$230

Guiado por taes princípios, e firmado na experiencia de 10 mezes tenho a honra de propôr a V. M. I. o seguinte Decreto. Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda, 20 de Junho de 1834. = O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda. — *José da Silva Carvalho.*

DECRETO

Tomando em consideração o Relatório do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, e tendo ouvido o Conselho d'Estado; Hei por bem, em Nome da Rainha, decretar o seguinte:

Artigo 1.º. O expediente e serviço do Tribunal do Thesouro Publico se fará por huma Contadoria, que reune as attribuições de Secretaria; e por hum Porteiro, seis Continuos, dous Correios a cavallo, e dous moços.

Artigo 2.º. A Contadoria será dividida em 6 Repartições. A primeira terá a seu cargo os tributos directos, a segunda os indirectos, a terceira os Proprios Nacionaes, a quarta a Receita extraordinária, e a quinta a Despeza geral. Huma Repartição denominada central, reunirá toda a contabilidade do Thesouro; e lhe pertencerão tambem os negocios que por sua natureza não competirem às cinco Repartições da Receita e Despeza, ou convier ter concentrados.

Art. 3.º. O pessoal da Contadoria compõe-se de hum Director Geral, com o ordenado de dous contos e quatrocentos mil reis; dous Sub-Directores, com hum conto e seiscentos mil reis; seis Chefes de Repartição com hum conto e quatrocentos mil reis; seis Sub-Chefes de Repartição, com hum conto de reis; 24 primeiros Officiaes, com oitocentos mil reis; 30 Officiaes Ordinarios, com seiscentos mil reis; e 30 Aspirantes, com trezentos mil reis.

Art. 4.º. Os demais Empregados designados no artigo 1.º, vencerão: — o Porteiro oitocentos mil reis; os Ajudantes do Porteiro, quinhentos mil reis; os Continuos trezentos mil reis; os Correios a Cavallo, montados á sua custa, seiscentos mil reis; e os Moços, cento quarenta e quatro mil reis.

Art. 5.º. Ao Director Geral incumbe a direcção geral da Contadoria; apresentar no Tribunal, diariamente, huma Tabella da entrada, e sahida dos dinheiros no dia antecedente, com declaração do saldo existente em Caixa, e sendo a da segunda feira comprehensiva de toda a semana finda; abrir e ler a correspondencia no Tribunal, e receber as ordens ácerca do expediente ou de quaesquer outros objectos; assignar os Officios ou quaesquer outros papeis que não deverem ser assignados pelo Presidente ou dous Conselheiros, lançar os despachos nos requerimentos, subscrever os papeis que deverem ser subscriptos; assignar as Certidões; e fazer tudo o mais que competia

aos Escrivães da Camara ou Secretarios dos Tribunais extinctos, aos Officiaes Maiores das Secretarias dos mesmos Tribunaes, e ao Escrivão da Mesa e Contadores Geraes do extincto Erario.

Art. 6.°. Cada Repartição terá 1 Chefe, 1 Sub-Chefe, 4 Primeiros Officiaes, 5 Ordinarios, e 5 Aspirantes; podendo porém todos estes Empregados ser occupados nas outras Repartições quando, e como o Director Geral determinar.

Art. 7.°. Cada hum dos Sub-Directores terá a seu cuidado a inspecção especial de 3 das 6 Repartições da Contadoria, bem como a revisão de todos os papeis por ellas processados, e será obrigado a dar conta ao Director Geral dos abusos ou omissões que nas mesmas Repartições encontrar.

Art. 8.°. O serviço da Contadoria principiará às 9 horas da manhãa, e durará até ás quatro da tarde, se não houver necessidade de continuação.

Art. 9.°. Depois de occupados completamente os logares da Contadoria, quando houver vagatura; o Tribunal, ouvindo o Director Geral da Contadoria, fará as convenientes propostas pelo Ministério da Fazenda. A antiguidade regulará os acessos, tendo-se com tudo em vista o merecimento e bom serviço.

Art. 10.°. Todos os Empregados da Contadoria, até aos Aspirantes, terão farda, na conformidade do Decreto de 4 de Janeiro do corrente, pertencendo ao Director Geral e da segunda classe; aos Sub-Directores e Chefes de Repartição, a da terceira; aos Sub-Chefes de Repartição, Primeiros, e Segundos Officiaes, a da quarta; e aos Aspirantes a da quinta.

Art. 11.°. O presente Decreto será considerado como regulação provisoria da Contadoria do Thesouro; e o Tribunal deverá propôr, quando o julgar conveniente, as alterações que a experiência mostrar serem necessárias.

Art. 12.°. Ficão revogadas quaesquer Leis ou Disposições em contrario ao presente Decreto. O Ministro Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico, assim o tenha intendido, e expessa as ordens convenientes para a sua execução. Paço de Queluz, em 20 de Junho de 1834 = D. PEDRO, *Duque de Bragança. — José da Silva Carvalho.*

DOCUMENTO n.° 2

A ESQUERDA

Funcionários:	Cargos:	Ordenados:
Inácio Vergolino Pereira de Sousa.	chefe de repartição	1.400.000 r.
José Cândido Fernandes.	primeiro oficial	800.000 r.
António Joaquim Dias Braga.	»	»
António Júlio da Silva Pereira.	»	»
António Firmo Alves da Silva.	»	»
Miguel António Vidal.	»	»
Sebastião José da Costa.	»	»
Lucio José de Meneses.	»	»

Rodrigo José de Lima Felner.	primeiro oficial	Ordenados:
Manuel Ferreira Borges.	»	»
Manuel Peixoto Galvão de Melo.	oficial ordinário	600.000 r.
Caetano de Seixas e Vasconcelos.	»	»
Silvério José Florêncio.	»	»
Maurício Leonardo Fernandes Rodrigues.	»	»
Tomás Caetano Borges de Sousa.	»	»
José Ernesto da Silva Pessoa.	»	»
Vicente Eugénio Rodrigues.	»	»
João José da Cunha Basto Estrela.	»	»
Joaquim José da Costa.	»	»
José Maria Pereira Batista Leça.	»	»
João Lázaro Furtado.	»	»
Sebastião José Pedroso.	»	»
João Lane Junior.	»	»
António Joaquim da Silva	»	»
Manuel Joaquim Fernandes Tomás.	»	»
José Teodoro Pereira.	»	»
Tomás Miguel da Costa. (trabalhou bastante para as eleições).	»	»
Manuel Bento de Morais Rodrigues.	»	»
João da Silva Pessoa.	»	»
José Gualdino Ferreira. (trabalhou bastante para as eleições).	»	»
João Anastácio da Silva.	»	»
Guilherme Augusto de Sousa e Cunha.	»	»
Joaquim Pereira da Silva Prata.	»	»
Luís Pereira de Meneses.	»	»
Guilherme Carlos Mourão da Fonseca.	»	»
* Manuel Inácio Moreira Freire.	»	»
* O filho de Filipe Ferreira de Araújo e Castro.	»	»

A DIREITA

Funcionários:	Cargos:	Ordenados:
José Joaquim Lobo. (miguelista condecorado com efígie).	sub-director	1.600.000 r.
Domingos António Barbosa Torres. (miguelista).	»	»
Francisco Morato Roma	chefe de repartição	1.400.000 r.
José Maria de Lara Junior. (miguelista façanhudo).	»	»

* Vão referenciados com este sinal os funcionários cujos nomes não constam do decreto de 7 de Julho de 1834.

António Martins de Azevedo, (miguelista façanhudo).	chefe de repartição	Ordenados:
João Maria de Carvalho e Oliveira, (tem préstimo; fugiu do Porto quando ali chegou o exército libertador e veio fazer «grande alarido a Lisboa dizendo das pocas forsas que alli dezembarcarão)».	sub-chefe de repartição	1.000.000 r.
Francisco dos Santos Pinto, («punha luminarias quando avia enforcados»).	»	»
José Bernardo da Rosa, (miguelista; tem préstimo).	»	»
Simão Tadeu de Morais, (Miguelista).	»	»
José Melquiades Léger, (miguelista façanhudo).	primeiro oficial	800.000 r.
Marcelino António de Morais, (miguelista façanhudo).	»	»
António Anacleto da Silva Morais,		
Joaquim Francisco de Azevedo,	»	»
(miguelista).	»	»
José Joaquim da Silva Reis,		
Francisco Manuel da Silveira,	»	»
Eduardo Leça,	»	»
João Francisco Regis Schiappa de Azevedo,	»	»
(miguelista façanhudo).	primeiro oficial	800.000 r.
António Martinho Gonçalves, (miguelista façanhudo).	»	600.000 r.
Joaquim Gregório Ferreira Ribeiro, (miguelista façanhudo).	»	»
António Soares de Oliveira,		
José Pedro dos Reis e Vila,	»	»
(tem préstimo).	»	»
José Morato Roma,		
Joaquim Pedro Seabra,	»	»
António Morato Roma,	»	»
Guilherme Cândido Xavier de Brito,	»	»
(miguelista).	aspirante	300.000 r.
Eduardo Samuel Demony, (miguelista).	»	»
Libério José de Sousa Mascarenhas, (miguelista incauto).	»	»
José Maria Pimenta Borsão de Albuquerque (miguelista).	»	»
António Martins de Azevedo Junior, (tolo).	»	»

* Lucio José Barbosa Torres. (foi ..... avido)	aspirante	Ordenados:
* José Pedro de Carvalho. (foi da Torre do Tombo. «He muito e muito direito»).	»	»

DUVIDOSOS

Funcionários:	Cargos:	Ordenados:
José Joaquim Oliveira Barbosa Macedo. (tem préstimo).	chefe de repartição	
António de Paiva Pereira da Silva.	»	»
Crispim Morato Roma. (casou rico).	sub-chefe de repartição	1.000,000 r.
António Maria Bouyrat. (de muito préstimo).	»	»
Joaquim Justiniano Ferreira. (de muito préstimo).	primeiro oficial	800,000 r.
Alexandre José da Silva e Almeida.	»	»
Manuel José Pereira Trindade.	»	»
Francisco António Pereira Magalhães.	»	»
José Tavares de Macedo. (muito préstimo).	»	»
Manuel António Pereira.	oficial ordinário	600,000 r.
João José do Nascimento Luppe.	»	»
Joaquim José de Mesquita.	»	»
Fernando José da Gama.	»	»
António Augusto Pereira da Silva.	»	»
Fernando Teodoro Arnaut.	»	»
Joaquim António Pereira Viana.	»	»
Cristiano Frederico Altavilla. (tem préstimo).	aspirante	300,000 r.
Agostinho José Pereira Rodrigues.	»	»
José Carlos Rodrigues.	»	»
António Gonçalves Pereira.	»	»
Francisco de Assis de Lima Barbosa de Macedo.	»	»
Nuno José Gonçalves.	»	»
José Leite de Sousa Reis.	»	»
António dos Santos Albano Gonçalves Lima.	»	»
Francisco Simões Margiochi Junior.	»	»
Augusto Simões Margiochi	aspirante	300,000 r.
Eduardo Moura.	»	»
José Pedro Daniel Delgado.	»	»
* Joaquim José de Faria.	»	»
* Fernando António Ribeiro dos Santos.	»	»

Megalitismo nos arredores de Braga —Necrópoles do Monte de Crasto

Por JOSÉ JOÃO RIGAUD DE SOUSA

É indubitável que a arqueologia portuguesa, com o génio de Martins Sarmento, sofreu um impulso positivo enorme. Atestam-no não só as obras do Mestre, mas também aquelas que, saídas do seu exemplo, ainda hoje são dignas do nosso interesse, muito especialmente pelos elementos que revelam. Um dos exemplos disso é o trabalho do abade Manoel Macedo, pároco de Sobreposta, em que ele nos descreve, de maneira exemplar para a sua época, as mamoas das freguesias de Sobreposta e Pedralva. Redigido em 1898 e publicado no vol. XIII da Revista de Guimarães, legou-nos o conhecimento de uma série de importantes monumentos que, sem o seu contributo, possivelmente estariam ainda desconhecidos.

Mas, se o trabalho de Manoel Macedo é, passados quase cem anos sobre ele, um estudo quase exemplar, porque nos ocuparmos agora novamente dessas mamoas?

A resposta é simples: bastaria só o tempo decorrido sobre a publicação do referido trabalho para justificar uma nova publicação, mas acontece, além disso, que hoje é mais fácil referenciar esses monumentos do que então, e que também nos parece da maior utilidade que, em vez de republicar trabalhos de difícil acesso e praticamente esquecidos, apesar do seu valor, fazer a sua actualização que servirá tanto de homenagem aos seus autores como de instrumento de trabalho mais acessível.

Antes de entrarmos no assunto, iremos apresentar um breve resumo que situe o megalitismo do noroeste da Península no âmbito das várias opiniões até hoje emitidas.

Cuevillas (1), Bouza-Brey (2) e Pericot (3) consideram um grupo galego-minhoto com características que o individualizam. Os dois primeiros

(1) López Cuevillas, *La epoca megalitica en el noroeste de la Peninsula*, «Caesaraugusta», 13-14, 1959.

(2) Lopez Cuevillas e Bouza-Brey, *La civilización neo-eneolitica gallega*.

(3) L. citado por Vítor O. Jorge, *Um programa de pesquisa no domínio do megalitismo do Noroeste de Portugal*, «XIV Cong. Nac. de Arq., Vitoria, 1975», Zaragoza, 1977.

julgam que as culturas a norte e a sul do Douro têm uma tradição comum, mais rica a sul e mais pobre a norte (4).

Jordá Cerdá considera que o noroeste não é bem diferenciado.

Savory (5) defende a tese de expansão para norte.

Bosch-Gimpera desloca o centro inicial para Trás-os-Montes.

Victor de Oliveira Jorge (6), por seu lado, considera prematuro pôr o problema antes da obtenção de dados suficientes que permitam um seu estudo profundo. Apesar desse conhecimento ser muito defeituoso no norte do País já se vai conhecendo a localização desses monumentos, mas o que está totalmente ignorado é a localização dos locais de habitação dos povos que os construíram. Se não podemos hoje aceitar a hipótese de Martins Sarmento de que... «Estas sepulturas eram as últimas moradas dos habitantes dos castros...» (7), já não podemos negar a que mais adeante propõe «... todo aquele que estudar a posição das mamoas em relação aos castros não pode furtar-se à convicção de que as duas espécies de monumentos estão inteiramente ligadas» (8). Temos também de ter em conta a situação das gravuras rupestres que aparecem em alguns castros, o que vêm ainda dar mais peso à hipótese de Sarmento. Este autor acrescenta mais os achados de machados de pedra, que tanto encontrou nos castros como nas mamoas.

Em 1977, no colóquio sobre dolmenismo, realizado no final do XIV Congresso Nacional efectuado nesse ano em Lugo, investigadores galegos apresentaram conclusões a que chegaram nos seus estudos sobre dolmenismo realizados nessa região:

1 — Existem dolmens de câmara poligonal pequena e de câmara rectangular, com corredor grande ou pequeno, orientados este-oeste;

2 — Têm sido sempre encontrados em mesetas de certa elevação e nunca nos vales, ou seja, nos locais actuais de pastoreio colectivo e nas divisões das actuais paróquias;

3 — Não há concentrações em grandes necrópoles. Quando muito existem dois ou três, e são pequenos, donde se depreende a existência de uma base económica de cultura móvel (itinerante ou transumante). Como vere-

---

(4) H. N. Savory, *Espanha e Portugal*, Lisboa, 1969.

(5) Ob. cit. em 3.

(6) Martins Sarmento, *A propósito dos Castros*, in *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 171.

(7) Ib.

(8) Loc. cit., pp. 421-422.

mos, este ponto talvez não se aplique totalmente à série de monumentos que vamos estudar;

4 — Não têm sido encontrados povoados. Actualmente estão a procurá-los usando o auxílio da fotografia aérea;

5 — O espólio encontrado poder-se-á resumir assim:

5.1 — Achas sem o corpo polido;

5.2 — Pontas de seta sempre de base triangular;

5.3 — Faquinhas de secção rectangular;

5.4 — Cerâmica muito imperfeita, de paredes grosas, sem decoração e de forma globular ou cilíndrica;

5.5 — Cerâmica incisa não cardial, vermelha;

5.6 — Cerâmica decorada a pente, vermelha (talvez do tipo Boquique);

5.7 — Cerâmica campaniforme autêntica (variedade atlântica), vermelha;

5.8 — Cerâmica tipo Palmela;

5.9 — Em alguns locais o campaniforme está associado ao metal (um punhal, três pontas de flecha).

6. — Observam-se sinais de revitalização.

Oliveira Jorge, por seu lado, resume assim o produto das suas observações (9):

1 — Arquitectura:

1.1 — Túmulo simples:

1.1.1 — Câmara poligonal (Carrazeda do Alvão, Canidelo);

1.1.2 — Câmara rectangular (Esposende);

1.2 — Túmulo de corredor (Penafiel, Lamoso, Baião, Barrosa);

2 — Espólio:

2.1 — Espólio de pedra (machados polidos alongados e rectangulares, enxós, micrólitos trapezoidais, facas, pontas de seta de base triangular — Bougado, Canidelo — e base deduncular Guilhabreu);

3 — Cerâmica:

3.1 — de tradição local, decoração incisa;

3.2 — de influência almeriense (taças tronco cónicas ou carenadas e tigelas de base arredondada com decoração em estria);

3.3 — campaniforme, de tipo internacional (Guilhabreu, Barrosa) e na Galiza também do tipo Palmela-Ciempozuelos.

(9) *Ob. cit.*

Posto o problema, vamos entrar agora propriamente no assunto que pretendemos tratar, as necrópoles dolménicas que circundam o Monte do Crasto.

A zona de que nos vamos ocupar situa-se no concelho de Braga e, dentro de este, nas freguesias de Pedralva e Espinho. Geograficamente podemos dizer que se está entre os vales dos rios Cávado, a norte, e Ave, a sul, nas alturas que formam as Serras do Carvalho de Este e dos Picos, entre as quais corre o rio Este, afluente da margem direita do Ave. Estas duas serras, contrafortes da Serra da Cabreira, são pouco arborizadas, e nelas existem mesetas ricas em água, portanto em pastos. Próximo encontra-se a Serra da Falperra e a estação arqueológica da Santa Marta das Cortiças (Falperra), bem como Lanhoso e Briteiros.

A principal elevação da Serra dos Picos é conhecido por Monte do Castro (ou Crasto) tendo a cota de 564 m. Domina a nascente e a sul planaltos de cota dos 500 m., ricos em água. Do alto dele, abrange-se a região em todos os azimutes. Como o nome indica esta elevação, essencialmente granítica, apresenta nítidos vestígios de ocupação humana, como fragmentos de cerâmica lisa e grosseira, pouco abundantes, e um ou outro resto de parede. A sua superfície está coberta de blocos de pedra não aparelhada. O abade Macedo viu, em 1898, restos de três ordens de muralhas, ligando-o uma delas com o monte vizinho bem como restos de casas que ele explorou, não tendo encontrado cerâmica.

Além de se avistarem do seu cume grande parte dos castros da região também se enxerga, na sua base, para o lado sul e para o poente, um número bastante elevado de mamoas, o que não condiz com o verificado na vizinha Galiza. Estas duas necrópoles situam-se uma na freguesia de Espinho e a outra na da Portela. Descrevemo-las:

1 — **As mamoas da freguesia de Espinho, lugar da Lagoa** (entre o km. 48,900 da E. N. 309, seguindo pelo caminho que daí parte, até ao topo da carreira de tiro).

Ao invés do que geralmente acontece, a população da zona não têm qualquer noção do passado arqueológico do terreno que frequenta. Para ela as mamoas que alteiam no planalto, onde o gado pasta e o monte a que chamam do Crasto e não do Castro (têm sempre o cuidado de corrigir), não possui qualquer significado. Contudo a bem mais distante Citânia de Briteiros é-lhes bem conhecida, pois, quando se lhe pergunta se por ali existem restos do tempo dos «mouros», a resposta acorre rápida: «que sim, a alguns quilómetros, a Citaina».

A existência destes monumentos é revelada por Martins Sarmento, em 1883 (9), seguindo-se-lhe, em 1898, o artigo do P.e Manoel Macedo (10).

Estes dois trabalhos diferem em alguns pormenores. Enquanto Sarmento assinala sete mamoas o abade Macedo assinala oito, além de uma existente defronte das alminhas de Espinho, o que perfaz nove. Na prospecção que realizamos encontramos oito (entre quatro certas e quatro duvidosas), incluindo a que se encontra junto das alminhas e que passamos a descrever:

1.1 — Mamoa n.º 1:

Dimensões: diâm. 14,50 m — alt. 1,34 m;

Descrição: encontra-se coberta de vegetação rasteira (tojo, urze) e apresenta no centro a depressão característica de ter sido violada.

A base é circundada por linhas de pedras que afloram à superfcie. A vertente sul está mais desgastada pela erosão e deixa ver pequenas pedras.

1.2 — Mamoa n.º 2:

Dimensões: diâm. 13,40 m — alt. não se pode obter;

Localização: em relação à n.º 1: dista dela 64 m.

Descrição: Encontra-se coberta por abundante tojo, que impediu uma melhor observação da parte superior. Inferiormente vê-se o círculo de pedras que a delimita.

1.3 — Mamoa?:

Dimensões: não se puderam obter;

Localização: em relação à n.º 2: dista dela 27,60 m.

Descrição: pelas suas características não se pode afirmar que se trate de uma mamoa, poderá ser o desaterro de uma das muitas minas que percorrem o local.

1.4 — Mamoa??:

Dimensões: diâm. 6,90 m;

Localização: em relação à n.º 1: dista dela 44,70 m;

Descrição: é duvidoso que se trate de uma mamoa.

1.5 — Monticulo de terra (11).

Descrição: monticulo a sudeste da mamoa n.º 1. De certeza que não é mamoa.

---

(9) Martins Sarmento, loc. cit.

(10) Manoel Macedo, *Freguesia de Sobreposta e Pedralva*, «Rev. de Guimarães», vol. XIII, Guimarães, 1898, p. 121.

(11) Citamos mesmo as elevações que não são por certo mamoas por possivelmente terem sido indicadas pelo P.e Macedo, como sendo desses monumentos. Daí as discrepâncias observadas no número de mamoas por Sarmento, Macedo e nós.

1.6 — Mamoa n.º 3:

Dimensões: diâm. 17,80 m — alt. 0,88 m;

Localização: a sul das anteriores, junto do limite sul da carreira de tiro e do caminho que leva à estrada (km. 48,900) e onde se encontra a n.º 4.

1.7 — Mamoa???:

Localização: encontra-se no ângulo oposto ao de 1.6, isto é, no extremo norte da carreira de tiro.

Descrição — monticulo de terra sendo muito duvidoso que se trate de uma mamoa.

1.8 — Mamoa n.º 4:

Dimensões: não se puderam obter;

Localização: junto à estrada nacional 309 ao km. 48,900, a sul da n.º 3 e em frente das alminhas que se encontram na estrada. É referida pelo P.e Macedo em relação às alminhas de Espinho, que ainda hoje existem na estrada;

Descrição: trata-se de uma mamoa, mas pelo facto de estar coberta de tojo denso não se pôde observar melhor.

2. — **As mamoas da freguesia de Pedralva, lugar da Lagoa Velha**

A nascente do Monte do Crasto e num planalto limitado por esta elevação e outra a nascente, abrindo a Norte sobre o vale do rio Este, encontra-se outra necrópole formada igualmente por quatro mamoas. Este local pode ser atingido ou a partir do monte do Crasto para nascente, ou partindo do caminho que conduz à igreja paroquial e que prossegue em direcção a norte e depois tomando para poente. Este planalto situa-se na Serra dos Picos.

Aqui existe a mesma discrepância entre Martins Sarmento e o abade Macedo, conforme atrás notamos em relação ao grupo da freg. de Espinho. O primeiro reconhece seis e o segundo só quatro, enquanto que nós encontramos quatro, como o abade Macedo.

As características físicas deste local são idênticas às do anterior, ou seja, um planalto com uma farta quantidade de água, possuindo, nos pontos menos húmidos, vegetação de tojo e urze e nos mais húmidos relva. As mamoas foram construídas nos mais secos, tal como as de Espinho.

Igualmente como em Espinho o grupo pode dizer-se que se estende segundo uma linha orientada no sentido norte-sul.

Hoje elas encontram-se bastante destruídas, pois foram cortadas por sulcos abertos por uma máquina, que possivelmente se destinam ao plantio de eucaliptos.

2.1 — Mamoa n.º 1:

Dimensões: não nos foi possível delimitá-la devido ao estado em que se encontra;

Descrição: reconhece-se a sua existência apesar do seu estado;

2.2 — Mamoa n.º 2:

Dimensões: diâm. 12,50 m — alt. 1 m;

Descrição: é formada por terra e pedra solta. Um dos seus esteios foi usado como marco de delimitação de propriedade. Coberta de vegetação rasteira e tojo.

2.3 — Mamoa n.º 3:

Dimensões: diâm. 13,30 m — alt. 0,80 m.

Descrição: dois dos seus esteios estão à vista, e toda ela se encontra cortada pelos sulcos atrás referidos.

2.4 — Mamoa n.º 4:

Dimensões: diâm. 11,80 m.

Descrição: muito destroçada vendo-se ainda, no entanto, algumas das pedras que lhe serviam de esteios.

3. — **Outras mamoas**

Não fazendo já parte deste conjunto que nos propozemos descrever mas vizinhas dele existem mais duas, na freguesia de Pedralva, no Alto de S. Miguel (Serra da Encosta) e outras na Pena Província (Serra do Carvalho de Este) de que pensamos ocupar-nos em próximo trabalho. Haveria também sinais de estes locais terem sido habitados, bem como o das Eiras Velhas.

CONCLUSÕES

É indubitável que se está numa zona onde floresceu uma população megalítica e parece-nos ser de salientar o interesse de uma investigação mais profunda e um possível relacionamento com a Falperra 1 ([12]) e com a cerâmica do tipo Penha. Além disso são de evidenciar mais alguns pontos:

1.º — esta zona apresenta um número um pouco maior de monumentos do que os referidos na Galiza;

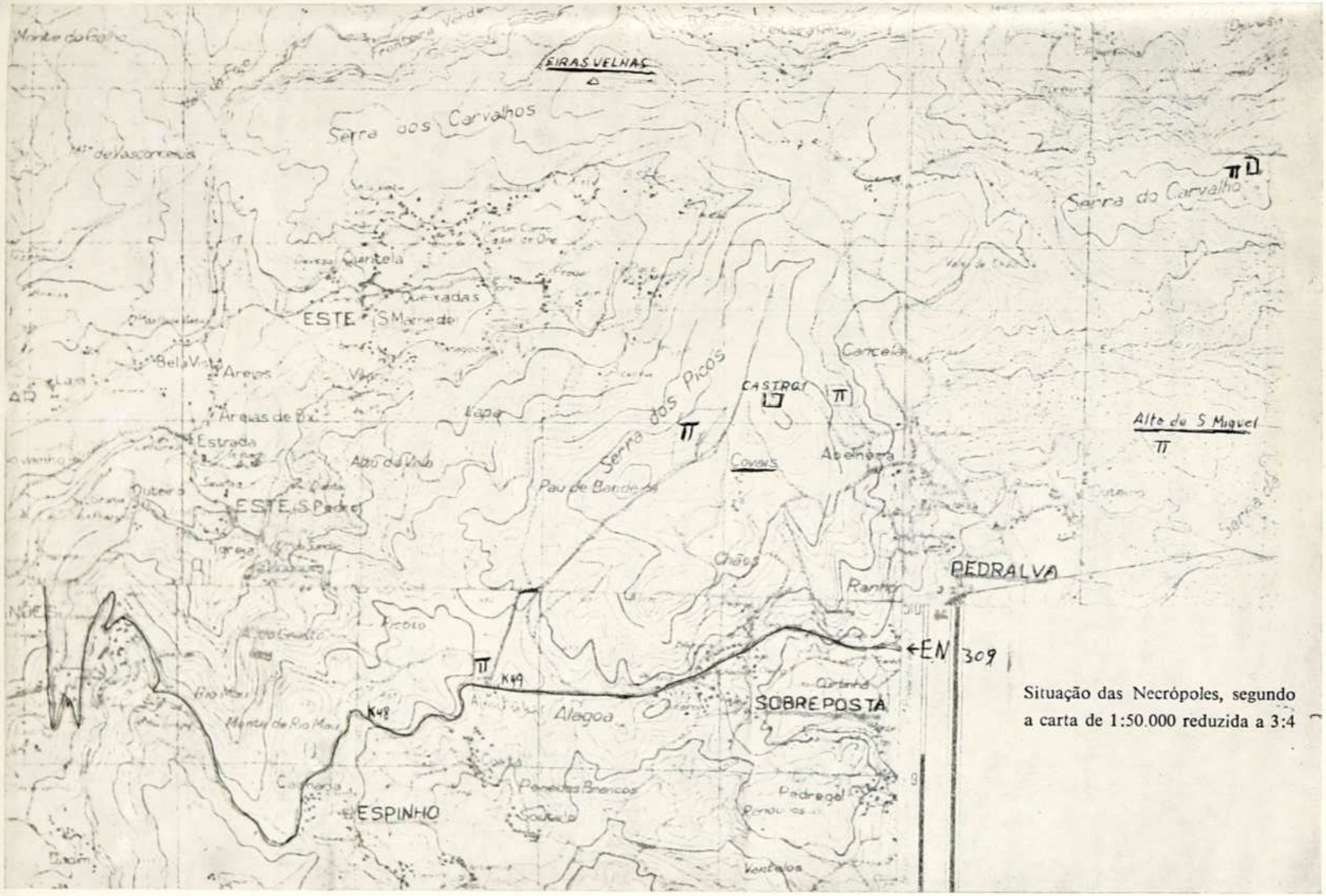
([12]) Julgamos que o primeiro nível de ocupação desta estação arqueológica seja da época do bronze.

2.º — é curiosa a existência de duas necrópoles vizinhas o que se poderá atribuir ou a épocas diferentes ou a grupos distintos.

3.º — o estudo destas duas necrópoles deve ser feito com o do monte do Crasto, possível local de habitação dos construtores destes monumentos.

4.º — o facto da violação dos monumentos não nos parece invalidar a realização de escavações, pois nós cremos ser ainda possível obter dados relativos à época e forma deles.

5.º — devemos estar perante uma população de pastores e não de agricultores.



Situação das Necrópoles, segundo a carta de 1:50.000 reduzida a 3:4

Os santeiros da Maia

Por JOSÉ MANUEL ALVES TEDIM

Todos os que nasceram na zona da Maia habituaram-se, desde novos, a ouvir falar nos *santeiros*. A sua existência pode considerar-se como uma das características das «Terras da Maia», pelo peso da tradição e pelo interesse de alguns dos trabalhos daqueles artistas.

Esta actividade dos escultores-santeiros inseriu-se, originariamente, no extenso movimento de imaginária religiosa de madeira, de tipo estandardizado, que o Ocidente conheceu no século XIX, do qual, como exemplo universalmente conhecido, ficou a imaginária do bairro de S. Sulpício de Paris (1).

Em Portugal, as oficinas de santeiros congregavam-se, no século passado, em vários lugares. Foram centros desta arte escultórica as cidades do Porto, de Braga, de Lamego, de Viana do Castelo e ainda Vila Nova de Gaia, onde alguns escultores se distinguiram e individualizaram, tais como João Afonseca Lapa, José Fernandes Caldas e mesmo Teixeira Lopes. No entanto, durante a I República, grande parte dessas oficinas desapareceu, para subsistirem as da Maia (2).

Duas causas explicam tal excepção: por um lado, o facto das oficinas da Maia se terem mantido a nível de umas poucas famílias (Família Maia e Família Thedim, principalmente); por outro lado, o seu carácter artesanal, mantido até hoje (oficinas na sua maioria caseiras e de dimensões reduzidas).

Estando as oficinas da Maia em perigo de desaparecimento, interessei-me por fazer um pequeno trabalho sobre elas, até porque eu próprio

---

(1) Louis Réau — *Iconographie de l'Art Chrétien* — tomo I — *Introduction Générale* (Paris, 1955), pp. 467-470.

(2) Carlos de Passos — «Os Santeiros da Maia», in revista *Lusíada*, Vol. III, n.º 10 (Porto, 1957), pp. 139-140.

estou ligado, por laços familiares, a alguns dos seus artistas. Quero, porém, salientar a orientação e ajuda que me foram prestadas pelo meu professor e amigo Dr. Flávio Gonçalves, que ao longo da investigação sempre colaborou comigo e sempre me incitou a concluir este modesto trabalho.

★

Desde o século XIX que pelas «Terras da Maia» se foram formando pequenos artífices-imaginários. Poucos seriam os que começaram, mas volvidos anos, a sua arte tornar-se-ia numa das maiores fontes de trabalho da zona, tão precária de recursos económicos. De pequenos artífices esses imaginários passaram a mestres de grandes oficinas, algumas das quais viriam a ser consideradas autênticas oficinas-escolas.

Foi principalmente nas freguesias de S. Mamede de Coronado e de Santa Maria de Avioso onde tais oficinas nasceram. Destas, dominadas por uma organização profissional de tradição mediévica, outras nasceram, pela passagem dos oficiais a mestres. Assim se foram espalhando pelas freguesias circunvizinhas, nomeadamente Silva Escura, Santa Cruz do Bispo, Vermoim, Folgosa, S. Pedro de Avioso, Barca e outras localidades. Além disso, em S. Mamede de Coronado e Santa Maria de Avioso as oficinas acabaram por se multiplicar. Mercê de sucessivas divisões administrativas sofridas pelas «Terras da Maia», o conjunto das povoações citadas encontra-se hoje repartido pelos actuais concelhos de Santo Tirso, Maia e Matosinhos ([3]).

As oficinas dos santeiros, como já o afirmei, tornaram-se uma importante fonte de trabalho da região (essencialmente agrícola), já que os habitantes dali não tinham indústrias capazes de lhes dar trabalho digno e remunerado. Os pobres abundavam por todo o lado; as crianças não tinham escolas, nem condições sócio-económicas para conseguirem um dia uma boa colocação.

Ao lado desta situação ingrata alguém se impunha e triunfava na vida: eram os «mestres santeiros». Chamavam-lhes os «senhores da terra» ([4]). A profissão de santeiro oferecia garantias. Além disso era uma profissão pouco dura, pois não expunha os seus trabalhadores às intempéries do tempo e não lhes exigia um esforço tão grande como o que era exigido aos lavradores e a outros ofícios.

([3]) *Vide* mapa anexo.

([4]) Linguagem utilizada pelos informadores locais que inquiri.

As oficinas encheram-se, a produção de imagens aumentou e com ela a riqueza de alguns mestres. Nas povoações, porém, as diferenças de ordem económica continuaram a existir, e até, em alguns casos, aumentaram.

AS ANTIGAS OFICINAS

(1875-1930)

Pouco há a dizer sobre as primeiras oficinas, pois não existem documentos que as comprovem e as definam. No entanto, testemunhas ainda vivas, com oitenta e mais anos, contaram-me aquilo de que ainda se lembram. É a partir desses testemunhos, e das informações dos actuais mestres, que me baseio.

Por volta do terceiro quartel do século passado (1875) alguns carpinteiros tentaram imitar aquilo que se fazia no Porto, em Gaia e até em Vila do Conde: esculpir imagens (5). A partir de pequenos pedaços de madeira começaram por fazer imagens de *Cristo Crucificado*. De dois desses homens, Joaquim de Sousa Oliveira e José Ferreira Thedim I (6), viriam a nascer, nos finais do mesmo século, duas grandes oficinas: a dos «Irmãos Maia» e a de José Ferreira Thedim II, filho do seu homónimo. A primeira estava situada em Santa Maria de Avioso, lugar de Cidadelha (Maia) e a segunda na freguesia de S. Mamede de Coronado, lugar de Fontes (Santo Tirso), vindo esta a ser instalada mais tarde na mesma freguesia, no lugar de Brêto.

Serão principalmente estas duas oficinas, e estas duas famílias, que irão, na região, dar continuidade à tradição da escultura religiosa em Portugal, posto que não possamos esquecer outro centro no qual, ainda hoje, tal tradição se conserva, embora com menor importância: Braga.

---

(5) Testemunho de Amálio Maia e Amadeu Ferreira Thedim.

(6) O pai deste artista também se chamava José Ferreira Thedim; sendo carpinteiro nunca chegou a ser imaginário.

Oficina dos Irmãos Maia (7)

Depois da morte do seu iniciador, Joaquim de Sousa Oliveira, será esta oficina dirigida pelos seus filhos até que, cerca de 1915, passará para apenas um deles, mestre e director, Amálio Maia. Este mestre santeiro virá a ser um dos grandes e dignos artistas da região, pela maneira como sempre gostou de trabalhar e pelo seu carácter de autêntico criador (principalmente nas roupagens), o mesmo acontecendo ao seu rival José Ferreira Thedim II.

Muitos foram os homens que pela oficina passaram, ora como aprendizes, ora como oficiais. Juntamente com o mestre colaboravam os seus irmãos Germano Maia, Manuel Maia, Aureliano Maia, Armindo Maia e Luciano Maia.

Outros empregados aqui trabalharam: Joaquim Sá, Alberto Sá, Martinho de Sá, Américo Martins, Joaquim Maia, Agostinho Azenha, Celestino Oliveira, Filipe de Oliveira e muitos mais, dos quais não me foi possível conseguir os nomes, pois Amálio Maia tem hoje uma idade avançada (oitenta e dois anos), não se recordando deles (e também não possui documentação comprovativa).

Algumas imagens feitas nesta oficina (8) *(figs. 5 e 6)*:

Nossa Senhora de Fátima — Igreja das Mercês, Lisboa;
Nossa Senhora dos Navegantes — Capela da Senhora da Guia, Vila do Conde;
Nossa Senhora de Fátima — Panamá, local desconhecido;
Nossa Senhora da Conceição — Casa particular, Póvoa de Varzim;
Nossa Senhora das Dores — Igreja em Coimbra;
Beato Nun'Álvares Pereira — Parte incerta. Foi encomendada por uma Casa Comercial de Braga. Com esta escultura conseguiu a medalha de ouro na Exposição de Arte Sacra de Sevilha do ano de 1929;
Sagrado Coração de Jesus — Igreja dos Terceiros de S. Francisco, Braga;
S. Roque — Capela de S. Roque, Póvoa de Varzim;
Sagrado Coração de Maria — Igreja dos Clérigos, Porto.

(7) Testemunho do mestre Amálio Maia.
(8) Idem.

Muitas mais imagens se fizeram na oficina, para a América, Brasil, Itália, Espanha, e outros países; mas acontece que os grandes encomendadores destas obras eram as casas comerciais, desconhecendo-se os seus destinos. Além disso estas casas não permitiam que os santeiros assinassem as obras, com o fim de não lhes dar concorrência nas encomendas.

Oficina de José Ferreira Thedim II (9)

Para José Ferreira Thedim II (assim como para Amálio Maia) a arte era tudo. Foi um homem que, nos seus primeiros tempos de mestre, não se deixou imbuir e influenciar pelo espírito comercial a que tinha chegado o seu ofício. No entanto, volvidos alguns anos, perdeu essa força e tornar-se-ia um dos grandes comerciantes de «santos» da região, comércio que contribuiu para a grande fortuna que conseguiu acumular.

Nomear todos os seus empregados, oficiais e aprendizes seria trabalho muito difícil, pois foram em grande quantidade. Importa, porém, referir alguns, principalmente aqueles que viriam a passar a mestres e aqueles que, embora operários noutras oficinas, continuariam este artesanato, durante o período do mestre e após a morte dele, até aos nossos dias:

Manuel Ferreira Thedim — Já falecido. Teve oficina em S. Mamede de Coronado (10);
Amadeu Ferreira Thedim — Hoje é oficial santeiro (11);
Guilherme Ferreira Thedim — Mestre santeiro, actualmente com oficina instalada em Santa Cruz do Bispo (Matosinhos) (12);
Avelino Moreira Vinhas — Mestre santeiro, actualmente com oficina em S. Mamede de Coronado;
Crispim de Oliveira Monteiro — Já falecido. Foi mestre santeiro com oficina em Silva Escura (Maia);

---

(9) Testemunho de Amadeu Ferreira Thedim, irmão de José Ferreira Thedim II (já falecido)

O mestre José Ferreira Thedim II foi agraciado por S. Santidade Pio XI com *La Croce Pro Ecllesia et Pontifice* e premiado com o Grande Prémio na secção de Belas Artes da Exposição de Sevilha (1929) e da Exposição Colonial Portuguesa no Palácio de Cristal no Porto (1934).

(10) Meu avô. Irmão do mestre José Ferreira Thedim II.

(11) Irmão do mestre José Ferreira Thedim II.

(12) Idem.

Luciano Moreira de Sá — Já falecido. Foi mestre santeiro com oficina em S. Mamede de Coronado ([13]);

Manuel José Ferreira Thedim — Mestre santeiro, actualmente com oficina em S. Mamede de Coronado ([14]);

Luciano Thedim — Santeiro, hoje com oficina própria em Nogueira da Maia (Maia) ([15]);

Zacarias dos Santos Thedim — Abandonou o ofício e é hoje empregado comercial ([16]);

José de Sousa Fontes — Mestre santeiro, actualmente com oficina em Folgosa (Maia);

Alberto Carneiro — Hoje escultor e professor na Escola Superior das Belas Artes do Porto.

Algumas imagens feitas nesta oficina ([17]):

Nossa Senhora de Fátima — Capela das Aparições, Fátima;

Sagrado Coração de Maria — Convento do Carmelo, Coimbra;

Santa Mãe de Deus — Capela do Hospital do Caramulo;

S. João de Deus — Propriedade do Museu da Oficina *(fig. 8)*;

Nossa Senhora do Ar — Capela do Campo de Aviação na Ota, Alenquer;

Sagrado Coração de Jesus — Sé Catedral de Leiria;

S. João de Brito — Igreja de S. Vicente de Fora, Lisboa (esta peça foi premiada com o Grande Prémio na Exposição Colonial Portuguesa);

Nossa Senhora da Alegria — Igreja das Furnas, S. Miguel, Açores;

Santa Teresinha — Igreja das Mercês, Lisboa;

Senhora das Dores — Igreja Matriz de S. Mamede de Coronado;

Sagrado Coração de Maria — Igreja Matriz de Mondim de Basto *(fig. 7)*;

S. Francisco Xavier — Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Póvoa de Varzim;

([13]) Primo do mestre José Ferreira Thedim II.

([14]) Meu pai. Sobrinho do Mestre José Ferreira Thedim II. Passou a dirigir a oficina de Manuel Ferreira Thedim a partir da morte deste.

([15]) Sobrinho do mestre José Ferreira Thedim II.

([16]) Idem.

([17]) Testemunho de Mamede Bianchi Thedim, filho do mestre José Ferreira Thedim II.

S. José — Igreja das Furnas, S. Miguel, Açores;
Santo Amaro — Capela de Nossa Senhora do Desterro, Póvoa de Varzim.

Inúmeras foram as imagens aqui produzidas, imagens essas que encheram as nossas igrejas e que muitas vezes se espalharam por todo o mundo católico.

OFICINAS ACTUAIS

(1930-1976)

Muitos foram os homens que pelas duas citadas oficinas passaram. Deles, alguns viriam a tornar-se mestres, outros passariam a trabalhar sozinhos e outros acabariam por abandonar o ofício, pois o seu sonho não se tinha realizado.

É de notar, todavia, que tanto a oficina de José Ferreira Thedim II, como a de Amálio Maia, continuariam a funcionar quase até aos nossos dias.

Agora, outras oficinas existem em Santa Maria de Avioso, em S. Mamede de Coronado, em Vermoim (Maia), em Folgosa e noutras localidades da região.

Oficina de Avelina Moreira Vinhas (18) *(figs. 1, 3, 9 e 10)*:

Instalada na freguesia de S. Mamede de Coronado, ainda hoje ali se trabalha nos mesmos moldes das antigas oficinas.

O seu mestre actual, Avelino Moreira Vinhas, começou como aprendiz na oficina de José Ferreira Thedim II. Por volta de 1930 separou-se deste mestre e passou a trabalhar em oficina própria, que se tornou um dos grandes centros de produção e de trabalho da região.

Contou-se por bom número o grupo de homens que, vindos de outras oficinas, ou sendo aprendizes, por aqui passaram. Cito alguns: Aureliano Maia, Carlos Campos, Mauro de Sousa, Martinho de Sá, Manuel Sá, Joaquim

(18) Testemunhoo do mestre Avelino Moreira Vinhas.

Oliveira Monteiro, Luciano Santos, Alberto Vinhas (19), José Guilherme Moreira da Silva, Mário Ferreira Maia, Alberto Carneiro, Domingos Matos e Paulo Dias da Costa.

Destes artífices alguns seguiram o caminho de santeiros, outros abandonaram-no, ora para emigrarem (exercendo fora do país, muitas vezes, profissões próximas de imaginários), ora para seguirem outros ofícios mais rendosos. Contudo, actualmente, ainda trabalham na oficina: Alberto Vinhas, Joaquim Oliveira Monteiro, Artur de Sousa Teixeira e Filipe da Silva Teixeira (20).

Algumas das imagens feitas nesta oficina (21):

Sagrado Coração de Jesus — 3,50 m. Encontra-se na Igreja de S. Domingos, em Lisboa, e foi encomendada por Soares Branco;

Beato Nun'Álvares Pereira — Tamanho natural. Encontra-se no Convento de Mafra e foi encomendada por Soares Branco;

Nossa Senhora do Carmo — Não se conhece o tamanho nem o local exacto onde se encontra. Sabe-se que está na cidade de Salvador, Baía, no Brasil;

Cristo Crucificado — 2,50 m. Encontra-se na Igreja Matriz de Cedrim (Viseu);

Rainha Santa Isabel — 1,20 m. Encontra-se na Ilha do Pico, Açores, e foi o pároco da freguesia de S. Mateus quem a encomendou;

Cristo Crucificado — 1,20 m. Está em S. João de Porto Rico;

S. Pedro — 1,30 m. Está algures em Lourenço Marques e foi o Arcebispo daquela cidade que a encomendou;

Nossa Senhora de Lourdes — Está na cidade de Salvador, Baía, Brasil. Desconhece-se o tamanho e o paradeiro exacto desta imagem;

S. Judas Tadeu e *Santo António* — Estão na Igreja de S. Mamede em Lisboa;

Cristo Crucificado — Está na Igreja de Santo António de Vagos (Aveiro);

---

(19) Filho do mestre Avelino Moreira Vinhas.

(20) Todos estes artistas são oficiais, pois na oficina actualmente não existem aprendizes.

(21) Torna-se muito difícil mencionar a data da execução das peças, dado que os artistas disso se não recordam.

Nossa Senhora de Fátima — Número incalculável. Imagens encomendadas principalmente por casas comerciais da vila de Fátima, donde seguem para todo o mundo.

Muitas outras podia referir, mas as casas comerciais continuam a ser os principais encomendadores de imagens, o que dificulta conhecer-se o seu paradeiro.

Oficina de Martinho de Sá (22)

Situa-se na freguesia de Santa Maria de Avioso, lugar de Cidadelha (Maia).

Como a maioria dos mestres actuais, Martinho de Sá começou por trabalhar numa oficina-escola. Neste santeiro temos um caso muito especial, ou seja, «por uma questão de estética e amor à arte» nunca gostou de trabalhar «sob as ordens dum mestre» (23). E assim, ainda antes de 1930 o vemos a trabalhar sozinho, o que acontece ainda hoje, nunca tendo empregados sob o seu comando.

Muitas foram as obras feitas por este escultor. Impressionaram-me particularmente os trabalhos feitos em marfim, onde a perfeição e o rigor artístico são notórios. Nos seus trabalhos em madeira, porém, sempre tentou fugir ao usal e nunca se deixou influenciar pelas exigências dos seus clientes «quase sempre de muito mau gosto» (24). Talvez por isso nunca triunfasse economicamente, como tinha acontecido com os grandes mestres.

Algumas imagens feitas nesta oficina:

Sagrada Família — 20 cm. Grupo em marfim, ainda hoje na posse do mestre;

Cristo Crucificado — 3 m. Está algures nos Açores;

S. Judas Tadeu — Desconhece-se o paradeiro e o tamanho. Foi encomendada pelo mestre Guilherme Ferreira Thedim (25) *(fig. 11)*;

S. José — 40 cm. *(fig. 12)*.

(22) Testemunho do santeiro Martinho de Sá.

(23) Palavras de Martinho de Sá.

(24) Idem.

(25) Irmão do mestre José Ferreira Thedim II.

Outras obras fez Martinho de Sá para casas comerciais, das quais se desconhece o paradeiro. Importa referir que trabalhou e recebeu encomendas do escultor Américo Gomes, chegando mesmo a utilizar alguns dos seus modelos. Também trabalhou para Henrique Medina.

Oficina de Manuel da Costa Ferreira Thedim ([26])

Fica na freguesia de Santa Maria de Avioso, lugar de Cidadelha. Esta oficina descende já da de José Ferreira Thedim Ascensão ([27]) (pai do actual mestre), a qual por sua vez, já vinha duma outra existente em S. Mamede de Coronado, que pertencera ao seu avô Manuel Ferreira Thedim ([28]).

Durante muitos anos Manuel da Costa Ferreira Thedim trabalhou acompanhado de oficiais e aprendizes, o que não acontece actualmente, dado que os jovens não se sentem atraídos por esta arte. Os empregados que lhe enchiam a oficina desapareceram, para restar apenas um. Eis alguns deles:

Arlindo Moreira de Jesus — Está em França e trabalha como carpinteiro;
Manuel Ferreira Thedim — Está na Austrália;
Domingos Fonseca — Hoje é industrial têxtil;
José Moreira Quelhas — Está em França e trabalha como carpinteiro;
Fernando Alvim de Sousa — Hoje é entalhador;
Aureliano Fonseca — Hoje é fiscal da Função Pública;
Manuel da Silva Monteiro;
José Guilherme Moreira da Silva — Trabalha ainda como santeiro na oficina.

Tal como todas as outras oficinas, também esta actuou e actua essencialmente para casas comerciais, nomeadamente: *Casa Fânzeres* (Braga), *Casa António Alves* (Braga), *Casa Estrela* (Porto), *Casa França* (Porto),

([26]) Filho de José Ferreira Thedim Ascensão, e primo, em segundo grau, do mestre José Ferreira Thedim II. Deu-me as informações de que me servi, embora me não fornecesse quaisquer dados sobre imagens executadas na sua oficina.

([27]) O nome inicial deste mestre era de José Ferreira Thedim, ao qual acrescentou Ascensão para não ser confundido com o mestre José Ferreira Thedim II.

([28]) Irmão do antigo mestre José Ferreira Thedim I.

A Funerária (Porto), *Casa Nun'Álvares* (Porto), *Casa S. José* (Porto), *Casa Alberto Domingos* (Lisboa), *Casa Bruma* (Coimbra) e *Casa Estatuária* (Coimbra) ([29]). Por outro lado, a oficina trabalhou para particulares e para igrejas portuguesas e estrangeiras (América do Norte, Brasil, África do Sul, Suíça e outros países da Europa Ocidental).

Oficina de Crispim de Oliveira Monteiro ([30])

Encontra-se instalada no lugar de Frejufe, freguesia de Silva Escura (Maia).

O mestre começou como aprendiz na oficina de Amálio Maia, onde durante todo o tempo que aí permaneceu nunca venceu um salário, acabando por passar para a oficina de José Ferreira Thedim II, começando então a ganhar 3$00 por dia (à volta de 1920-30).

Durante muitos anos trabalhou com empregados vindos, todos eles, de outras oficinas:

Augusto Duarte — Ainda hoje é escultor santeiro, trabalhando na freguesia de Barca;
Fernando Gonçalves;
José Thedim ([31]);
Luciano Thedim — Continua escultor-santeiro. Trabalha como particular na freguesia de Nogueira da Maia;
Alberto Monteiro — Filho do mestre. Trabalha actualmente como oficial na oficina do pai;
Carlos Thedim — Hoje é Funcionário da Biblioteca Pública do Porto ([32]).

Algumas imagens feitas nesta oficina:

Pio X — Tamanho natural. Está na Igreja da Penha, Guimarães. Obra de à volta de 1950;

([29]) Testemunho do mestre Manuel da Costa Ferreira Thedim.

([30]) Testemunho do mestre Crispim de Oliveira Monteiro. Faleceu em 1977 após a realização do inquérito feito para este trabalho.

([31]) Parente afastado do mestre José Ferreira Thedim II.

([32]) Sobrinho do mestre José Ferreira Thedim II.

S. João Bosco — 1 m. Está na Ilha do Faial, Açores. Obra de 1945;
Santa Maria Goretti — Encontra-se na Igreja Matriz da Vila das Aves (Santo Tirso);
Santa Inês — Está na Igreja Matriz da Vila das Aves;
Nossa Senhora da Conceição — Está na Igreja Matriz de Silva Escura (Maia);
Nossa Senhora da Paz — Está na Igreja Matriz da Vila das Aves;
Santo António — Encontra-se na Igreja Matriz de S. Paio de Guimarei (Santo Tirso);
Beato Nun'Álvares Pereira — Está na Igreja Matriz de Vila do Conde;
S. Sebastião — Encontra-se na Igreja Matriz da Vila das Aves;
S. Joaquim — Está na Igreja Matriz de Riba d'Ave;
S. Pedro — Encontra-se na Igreja Matriz de Riba d'Ave.

À semelhança das outras oficinas, também recebeu encomendas, em número incalculável, de imagens da *Virgem de Fátima*, originárias de Fátima ou do estrangeiro.

Oficina de Manuel José Ferreira Thedim (33)

Situa-se no lugar de Brêto, freguesia de S. Mamede de Coronado.

Trata-se de um outro escultor-santeiro que começou a trabalhar, como aprendiz, na oficina de José Ferreira Thedim II, donde saiu para trabalhar, como mestre, em oficina própria, no ano de 1951.

Com ele trabalhou o seu irmão Zacarias dos Santos Thedim e ainda Carlos Thedim e Luciano Thedim, seus primos. Hoje ainda possui a sua oficina, trabalhando sozinho, visto que os outros operários enveredaram por outros caminhos.

Algumas imagens feitas nesta oficina *(figs. 13 e 14)*:

Sagrado Coração de Maria com os pastores de Fátima — 2 m. Está algures no Estado de Paraná, Brasil;
Senhor dos Passos — Tamanho natural. Está algures em Cabo Verde;

(33) Testemunho do mestre Manuel José Ferreira Thedim. Sobre este mestre *vide* nota 14.

Nossa Senhora da Conceição — Encontra-se na cidade de Carmona, Angola;
Cristo Crucificado — 2,50 m. Está em Sá da Bandeira, Angola;
Cristo Crucificado — 3 m. Está na cidade de Lobito, Angola.

Além disso a sua produção está voltada essencialmente para imagens relacionadas com a *Virgem de Fátima*, imagens que são enviadas para casas comerciais da vila de Fátima, que por sua vez as vendem para a Alemanha, Áustria, Suíça, Filipinas, etc.

Oficina de José de Sousa Fontes (34)

Está montada na freguesia de Folgosa (Maia). José de Sousa Fontes é oriundo da oficina, ainda existente, de Avelino Moreira Vinhas. Aí deu os primeiros passos como aprendiz.

Tal como tinha acontecido com outros mestres actuais, naquela oficina não usufruía qualquer salário, acabando por ir trabalhar para a oficina de José Ferreira Thedim II, onde passou a ganhar 3$00 por dia. Em 1958 saiu desta, e passou a exercer profissão em casa própria, como mestre, tendo às suas ordens dois oficiais e um aprendiz (que se retirou logo de início), cujos nomes passo a referir: Cândido da Silva Cruz e Orlando da Silva Andrade (emigrou e trabalha como carpinteiro). Na oficina trabalha actualmente o oficial santeiro Joaquim Alves Moreira Azenha.

Algumas imagens feitas nesta oficina:

Nossa Senhora do Amparo — Está numa capela de S. Pedro da Cova (Gondomar) *(fig. 15)*;
Sagrado Coração de Maria — Encontra-se numa casa particular no Porto;
S. José — Está em parte incerta;
Sagrado Coração de Jesus — Encontra-se numa casa particular em Vilar do Pinheiro (Vila do Conde).

A oficina trabalha para casas comerciais centradas na vila da Fátima, o que contribuiu para que se desconheça o destino das imagens. Sabe-se, porém, que seguem quase sempre para o estrangeiro.

(34) Testemunho do mestre José de Sousa Fontes.

★

Da análise das oficinas hoje existentes (35) salientam-se desde já alguns aspectos. Em primeiro lugar a fuga de trabalhadores de todas elas. Como se teve ocasião de verificar, uns abandonaram o ofício para, em Portugal, procurarem outra profissão que fosse mais rendosa e não exigisse tanto esforço de atenção; outros, porém, seguiram os passos de muitos portugueses e emigraram, umas vezes para França, outras vezes para a Austrália e outros países, para aí exercerem diversas artes, muitas vezes afins à de imaginários (carpintaria, por exemplo).

Os *santeiros*, em suma, entram em decadência, o que não quer dizer que as encomendas não existam. Pelo contrário, aumentaram bastante, principalmente depois da 2.ª Guerra Mundial (1945) e após uma imagem da *Virgem de Fátima* (de José Ferreira Thedim II) ter percorrido o mundo. De toda a parte choveram encomendas.

Em segundo lugar note-se a comercialização de alto nível em que caiu este artesanato. Em todas as oficinas as imagens fazem-se às centenas, principalmente *Senhoras de Fátima*. O espírito de concorrência entre elas alastra e o carácter de parceria, que os antepassados dos actuais mestres tantas vezes utilizaram, desaparece. Este espírito comercial, reinante actualmente, fez com que os salários aumentassem e baixasse a grande diferença existente outrora, economicamente, entre o mestre e o ofical (36). Embora isto aconteça, os aprendizes não aparecem e, enfim, esta arte tende a desaparecer.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Durante e depois do primeiro quartel do século XX as encomendas feitas aos santeiros aumentaram consideravelmente, o que provocou um afluxo muito elevado de indivíduos para as oficinas. Tal obrigou a uma estruturação e divisão do trabalho, seguindo de perto uma tradição que tem raízes na Idade Média (37).

---

(35) Outras oficinas existem na região, nomeadamente em S. Mamede de Coronado, Vermoim, Gondim, Barca e S. Romão de Coronado, mas, umas porque se negaram a dar o seu testemunho e contributo, outras por que não passam de pequenas oficinas isoladas, não as refiro aqui em particular.

(36) Hoje um oficial ganha cerca de 8 000$00, por mês.

(37) Conclusão conseguida depois de ouvir as mais variadas testemunhas directamente ligadas ao assunto.

Em cada uma das oficinas havia um homem que comandava e dirigia os trabalhos, que era o *mestre*. A este cabia a factura das partes mais difíceis e exigentes da obra. Era ele o responsável pela execução da cabeça, das mãos e dos pés, além de alguns pormenores da indumentária. Antes de se entrar na fase de apuramento das imagens, retocava aquilo que estava errado e nesta atitude residia a sua parte de professor, pois procurava ensinar ao empregado (ou oficial) como se devia cortar e porquê.

Juntamente com ele trabalhavam os oficiais, responsáveis pelo «desbaste» e esboço das imagens. Antes de atingirem o grau máximo de *oficial de primeira*, passavam pelas fases de *oficial de terceira* e *oficial de segunda*.

Ao lado destes trabalhavam os *aprendizes* que, como a palavra indica, tinham vindo para aprender, mas que, no entanto, estavam encarregados de algumas tarefas de pouca importância, como, por exemplo, a execução das «insígnias» (ou atributos das figuras) e o «lixamento» das imagens. Só volvidos dois anos os aprendizes começariam também a «desbastar» a madeira das esculturas, sempre orientadas por um oficial. A aprendizagem era toda de ordem prática. Noções de desenho, de estruturação escultural, de história da arte e conceitos estéticos eram assuntos estranhos à educação dos santeiros.

Um grande fosso separava os *aprendizes* dos *oficiais*, e estes dos *mestres*, do ponto de vista económico. O mestre, em geral, conseguia boas receitas e chegava a ser o homem mais rico da povoação. Pelo contrário, o aprendiz, que provinha quase sempre de família humilde e pobre, quando entrava para a oficina não recebia qualquer ordenado e às vezes chegava mesmo a ter que pagar ao mestre uma certa quantia para aprender o ofício. Também tinha que trazer consigo todos os instrumentos necessários ao trabalho. Só decorridos dois anos, e ainda como aprendiz, passava a ganhar cerca de $20 (vinte centavos) por dia (isto em 1925/30).

Os oficiais nunca atingiram grandes ordenados, o que, muitas vezes, os obrigou a abandonar a arte. Nos primeiros anos do século XX um oficial ganhava 1$00 ou 1$50 por dia. Por volta de 1925/30 já ganhava, nalgumas oficinas, 10$00 ou 15$00. Cerca de 1945/50 ganhavam eles 35$00.

Ao lado destes ordenados baixos existiam os preços elevados de muitas imagens, que seria a causa deste desequilíbrio económico. Note-se que o mestre José Ferreira Thedim II vendeu para o Ceilão, em meados do século XX, uma imagem pela fabulosa quantia de 43 000 dólares! Importa ainda referir que por volta de 1950 uma imagem de um metro de altura custava cerca de 5 000$00. O preçário actual não o consegui, porque os mestres não o quiseram dar a conhecer.

Nem sempre as encomendas, porém, satisfizeram as necessidades económicas dos mestres. Nas suas origens (1875) as obras produzidas não passavam de imagens de tamanho reduzido.

Com a I República as oficinas enfrentaram uma grande crise, embora continuassem a produzir imagens para casas comerciais do Porto e Braga ou para particulares. Esta crise será superada a partir de 1920, com o acréscimo das encomendas, assim como com o tamanho das imagens. É de sublinhar que Amálio Maia fez, durante este período, uma imagem de *Nossa Senhora da Conceição*, de 2,50 metros, para a Ilha do Faial, nos Açores (38).

TÉCNICA DE FABRICO

Outrora, o mestre, antes de dar início a uma obra, modelava-a no barro. Enquanto a modelava seguia sempre um padrão convencional, mas de quando em quando dava-lhe características novas e próprias do seu estilo (39).

Os «modelos» utilizados eram sobretudo os deixados por outras gerações *(fig. 16)* ou então imagens (já conhecidas) do escultor Fernandes Caldas, de Gaia e da Casa França, do Porto. Neste ponto chegou-se mesmo a considerar como originais peças que no fundo não passavam de imagens divulgadas em catálogos. É o caso da imagem de *Nossa Senhora de Fátima* da capela das aparições, em Fátima, feita por José Ferreira Thedim II como obra original, da qual existe, se lhe tirarmos os Anjos, uma exactamente igual num catálogo de 1907 (40).

Terminado o modelo de barro, os oficiais passavam num bloco de madeira ao «desbaste» da imagem *(fig. 3)*. Para tal utilizavam o processo da quadrícula e da escala, segundo o princípio da regra de três simples geométrica, princípio esse transmitido de geração em geração, empiricamente (41).

Após o «desbaste», os oficiais davam continuação à obra, esboçando-a. Depois de esboçada, outro oficial trataria de lhe fazer um «buraco» nas

(38) Testemunho de Amálio Maia.

(39) Notar que o mestre actual já não modela as obras no barro, mas segue modelos já existentes.

(40) Catálogo da *Casa Estrela*, Porto, 1907, primeira edição, estampa 47.

(41) Testemunho do escultor Alberto Carneiro.

costas — a *alma* (42) — para a tornar mais leve e menos susceptível de abrir brechas. Os aprendizes, acompanhados dos oficiais, encarregavam-se, por fim, do «lixamento» da obra. Esta terminaria com a colocação das mãos e da cabeça, que tinham sido «serradas» do esboço e esculpidas pelo mestre *(fig. 4)*. Na cabeça, entretanto, tinham sido colocados os olhos de vidro.

Concluída a obra, a imagem passava para as mãos dos pintores, que trabalhavam quase sempre sós e noutra terra vizinha (43). Aí a imagem começava por ser aparelhada com uma camada de cola e gesso. Levava depois outra camada de tintas de esmalte e acabava por ser pintada com tintas alvaiade, a óleo, nos diversos tons do rosto, mantos ou adornos. Seguia-se, então, o douramento dos mantos e túnicas *(fig. 2)*.

MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS

As oficinas utilizam, desde sempre, como matérias-primas, além de outras:

O cedro brasileiro;
O buxo — de origem portuguesa;
A madeira de cerejeira — de origem portuguesa;
A madeira de vidoeiro — de origem portuguesa;
A tília — de origem portuguesa;
O castanho — de origem portuguesa;
A tola — de origem africana;
O marfim — de origem africana (44);
O pau-preto (muito raro) — de origem africana;
O mogno — de origem africana;
A pedra mármore — de origem portuguesa (Estremoz e Vila Viçosa);
A pedra-ançã — de origem portuguesa (Coimbra e Leiria);
O granito — de origem portuguesa (Norte);

(42) Carlos Passos — «Os santeiros da Maia», in Revista *Lusíada*, volume III n.º 10 (Porto, 1957), p. 142.

(43) Testemunho do mestre pintor Joaquim Oliveira de S. Mamede de Coronado. *(fig. 2)*.

(44) Poucos foram os mestres que conseguiram trabalhar o marfim.

O barro — de origem portuguesa (Aveiro);
O gesso — de origem portuguesa;
Os olhos de vidro — de origem portuguesa (Marinha Grande).

Para trabalhar a madeira, e até o marfim, usam-se os seguintes instrumentos:

Para imagens pequenas:

Palhetes (de 10 mm a 20 mm);
Goivas (de 10 mm a 20 mm);
Goivas redondas (de 10 mm a 20 mm);
Goivas lassas (de 10 mm a 20 mm);
Agulhas (agulhas de máquina de costura depois de facetadas e aguçadas);
Formão pequeno.

Para imagens grandes *(fig. 17)*:

Goiva redonda;
Goiva lassa;
Goiva angular (para cortar fundo);
Formão.

Para acabamento:

Grosas *(fig. 18)*;
Lixa.

Outros instrumentos:

Quadrícula;
Compasso;
Esquadro;
Escala;
Masseta, masso e martelo;
Plaina;
E serrote grande e pequeno ([45]).

([45]) Informações obtidas por intermédio do mestre Amálio Maia e mestres actuais.

CONSIDERAÇÕES ICONOGRÁFICAS E ESTÉTICAS

A falta de documentação escrita torna difícil a tarefa de fazer um levantamento geral sobre os temas da imaginária dos santeiros da Maia. No entanto, a partir dos dados conseguidos, poder-se-á referir algo acerca dos temas que outrora foram realizados e os que hoje são constantes.

Até 1917 (data do aparecimento da Virgem de Fátima) os santeiros voltavam-se para a execução de pequenas obras, pois as encomendas eram pouco frequentes — ora crucifixos, ora figuras de Santos. Eram frequentes, entretanto, as encomendas de imagens da *Virgem Maria* (*Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora da Conceição* e *Nossa Senhora da Assunção*).

O aparecimento da Virgem em Fátima veio alterar o tipo de encomendas dos santeiros. Essas encomendas voltaram-se sobretudo para as imagens da *Virgem de Fátima*, embora as oficinas continuassem a receber pedidos para a execução doutras peças, quer para igrejas, quer para satisfazer «promessas» dos fiéis.

Além das imagens da *Virgem de Fátima*, muitas outras têm executado os santeiros:

Temas relacionados com Cristo — *Figuras do Presépio, Cristo Crucificado, Cristo Morto, Senhor dos Passos* e *Sagrado Coração de Jesus;*

Temas relacionados com a Virgem — *Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Assunção, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Saúde, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora do Bom Sucesso, Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora da Hora* e *Nossa Senhora da Fátima;*

Santos principais — *Santo António, São Judas Tadeu, São João de Brito, São Sebastião, São José, S. Domingos de Gusmão, Santo Inácio de Loyola, São Francisco, Beato Nun'Álvares Pereira, São Brás, São Mamede, São Pedro, São Paulo, S. Tiago, São Lourenço, Santo Amaro, S. João Baptista, São Félix, São Roque, Santa Teresa de Jesus, Santa Maria Goretti, Santa Rita, Santa Teresa de Ávila, Santa Luzia* e *Santa Filomena* (46).

Toda esta temática tem sido acompanhada por peculiares aspectos estéticos que as oficinas têm conhecido.

---

(46) Por razões que se conhecem este tema deixou de ser encomendado.

Nas oficinas antigas distinguiram-se Amálio Maia e José Ferreira Thedim II.

Durante muito tempo ambos trabalharam com devoção e como autênticos escultores.

Todavia, a partir de certo momento, a «idealização escultórica deu lugar à cópia de panejamentos e o carácter expressivo caiu numa sistemática subordinação abonecante» (47). A busca da originalidade, que tinha movido os santeiros, desapareceu, quando o manequim entrou a satisfazer as condições da encomenda.

A estatuária religiosa entrava em decadência. Todo o sentido de intuição foi avassalado pelo horrível bonitinho. Em todas as oficinas aparecem sempre as mesmas Senhoras de Fátima, os mesmos Sagrados Corações de Jesus, as mesmas Senhoras de Lourdes.

Não existe nenhum pormenor significativo, típico de cada mestre, que permita destrinçar as peças e atribuí-las separadamente.

Esta agonia, que já vem dos finais do século XIX, começa a notar-se mais a partir do segundo quartel do século XX e para tal muito teria contribuído o surto de Fátima. Cai-se no convencional e no trabalho rendoso. O que importa é agradar aos clientes e mostrar aos crentes que a imagem representada é um «*santo*», um ser diferente dos terrestres, um ser em quem a imagem de Deus se reflectiu. Para tal o santeiro dá-lhe traços fisionómicos quantas vezes efeminados e amaneirados e enche-lhes as roupagens de lindos brocados e rendilhados de ouro. Assim, baixa a qualidade estética das imagens. As peças são convencionais, estereotipadas, inertes e rígidas.

Os panejamentos são duros e pouco trabalhados, salvo uma ou outra excepção. A pintura que as cobre é de má qualidade e, muitas vezes, contribui para lhes tirar a expressão artística.

Termino com uma frase, que me dirigiu, não há muito tempo, o escultor Altino Maia: «Hoje não há santeiros, há sim fazedores de Santos».

S. Mamede de Coronado, 1976.

---

(47) Altino Maia — «Escultura, Hagiografia» in *Ora & Labora*, revista Litúrgica Beneditina, ano I, n.º 5, (Singeverga, 1954), pp. 266-267.



Fig. 1 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). Aspecto da oficina de Avelino Moreira Vinhas (cujo mestre se vê no primeiro plano).



Fig. 2 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). O mestre pintor Joaquim Oliveira trabalhando na sua oficina.



Fig. 3 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). Oficina de Avelino Moreira Vinhas (um oficial desbastando uma imagem).



Fig. 4 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). Oficina de Jaime Ferreira dos Santos (um oficial na fase de acabamento de uma imagem).



Fig. 5 — Santa Maria de Avioso (Maia). *S. João de Brito.* Imagem da oficina dos Irmãos Maia.



Fig. 6 — Santa Maria de Avioso (Maia). *S. Brás.* Imagem da oficina dos Irmãos Maia.



Fig. 7 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). *Sagrado Coração de Maria.* Imagem da oficina de José Ferreira Thedim II.



Fig. 8 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). *S. João de Deus.* Imagem da oficina de José Ferreira Thedim II.



Fig. 9 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). *Nossa Senhora do Rosário.* Imagem da oficina de Avelino Moreira Vinhas.



Fig. 10 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). *Nossa Senhora da Conceição.* Oficina de Avelino Moreira Vinhas.



Fig. 11 — Santa Maria de Avioso (Maia). *S. Judas Tadeu.* Imagem da oficina de Martinho de Sá.



Fig. 12 — Santa Maria de Avioso (Maia). *S. José.* Imagem da oficina de Martinho de Sá.



Fig. 13 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). *Sagrado Coração de Jesus*. Imagem da oficina de Manuel José Ferreira Thedim.



Fig. 14 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). *Nossa Senhora de Fátima*. Imagem da oficina de Manuel José Ferreira Thedim.



Fig. 15 — Folgosa (Maia). *Nossa Senhora do Amparo.* Imagem da oficina de José de Sousa Fontes.



Fig. 16 — S. Mamede de Coronado (Santo Tirso). «Modelos armazenados na oficina de Jaime Ferreira dos Santos.

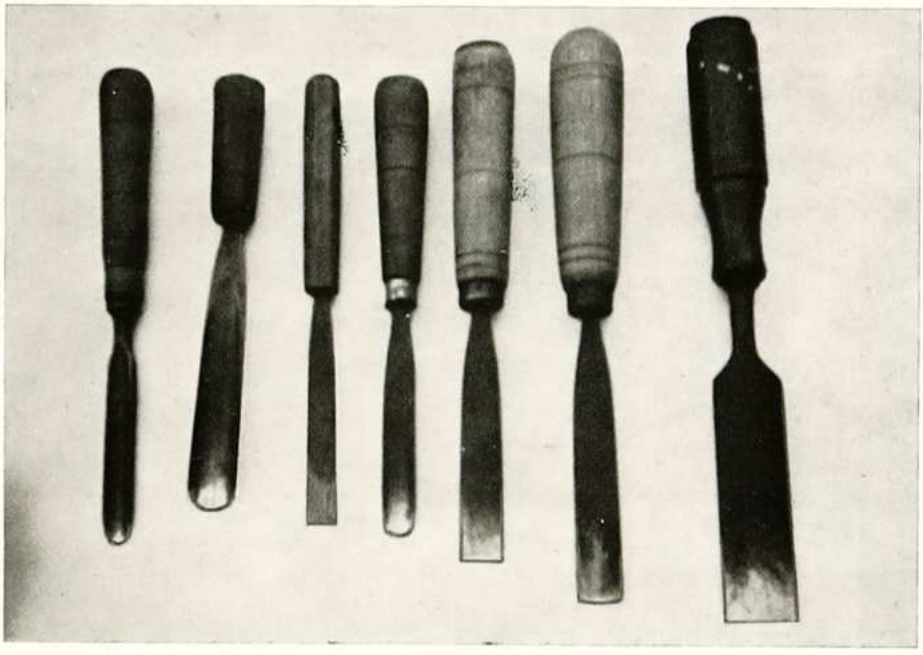


Fig. 17 — Goivas e formões utilizados nas oficinas dos «santeiros da Maia»

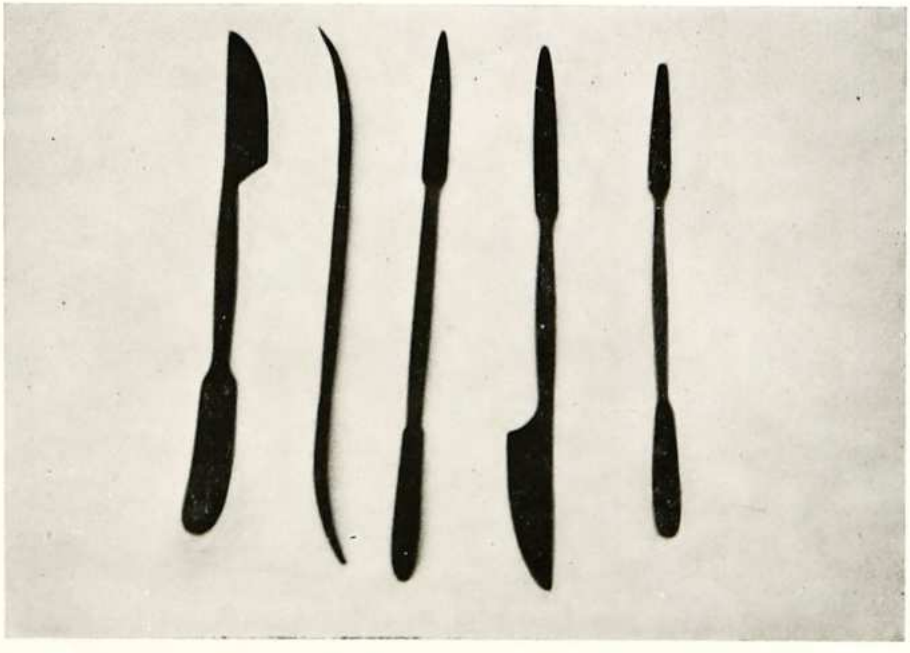
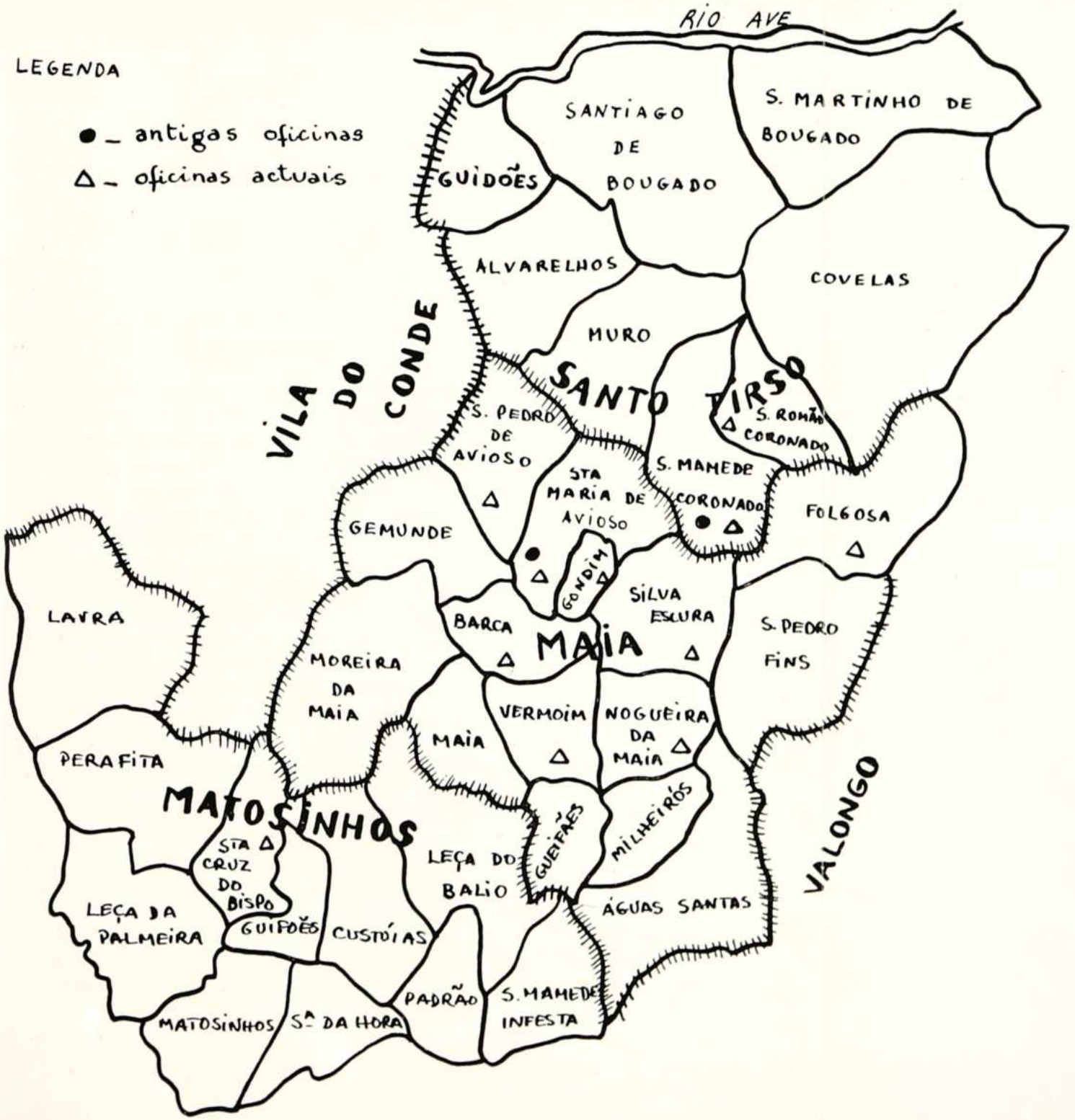


Fig. 18 — Grosas utilizadas nas oficinas dos «santeiros da Maia».


LEGENDA
● _ antigas oficinas
△ _ oficinas actuais
RIO AVE
SANTIAGO DE BOUGADO
S. MARTINHO DE BOUGADO
GUIDÕES
ÁLVARELHOS
COVELAS
MURO
VILA DO CONDE
SANTO TIRSO
S. PEDRO DE AVIOSO
S. ROMÃO CORONADO
S. MAMEDE CORONADO
STA MARIA DE AVIOSO
GEMUNDE
FOLGOSA
GONDIM
SILVA ESCURA
LAVRA
BARCA
MAIA
S. PEDRO FINS
MOREIRA DA MAIA
VERMOIM
NOGUEIRA DA MAIA
MAIA
PERAFITA
MATOSINHOS
GUEIFÃES
MILHEIRÓS
VALONGO
STA CRUZ DO BISPO
LEÇA DO BALIO
LEÇA DA PALMEIRA
GUIFÕES
CUSTÓIAS
ÁGUAS SANTAS
PADRÃO
S. MAMEDE INFESTA
MATOSINHOS
Sª DA HORA

Uma raridade bibliográfica relativa a «Braga»

Por MANUEL BRAGA DA CRUZ

Trata-se do livro «FORMA, E VERDADEIRO TRASLADO DOS PREVILÉGIOS CONCEDIDOS AOS CIDADÃOS, & MORADORES DA CIDADE DE BRAGA» publicada sem rosto, sem indicação de lugar e sem data. Desta obra raríssima, publicada na primeira metade do Séc. XVII, fez-se em 1878 uma «*reimpressão imitativa*», que já é rara também, por iniciativa da «*Empresa Editora de Obras Clássicas e Ilustradas*», com sede no Porto, reedição esta que é antecedida de uma extensa e curiosa introdução, da autoria do Professor Pereira Caldas.

Sobre esta obra foi também publicado um proficiente estudo, que se encontra a pág. 68 e seguintes do vol. II do «*Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*» (1921), da autoria do Dr. José de Sousa Machado, em que este analisa os privilégios em si, faz a sua história, e refere lapsos havidos na sua coordenação.

São muito raros os exemplares da 1.ª edição destes «*Previlégios*». O dr. Pereira Caldas, na introdução referida, informa de que não conseguiu saber de mais de oito exemplares, indicando onde se encontravam, bem como quais as livrarias célebres em que faltava esta raridade. Por seu lado o Dr. José Machado, no seu estudo, afirma nunca ter visto algum exemplar.

A publicação original dos «*Previlégios*» obedece a uma resolução tomada «*ẽ Camara*» no dia 13 de Dezembro de 1633. Só depois desta data poderia, pois, ter tido lugar a impressão. O Dr. Pereira Caldas admitia que esta tivesse sido feita ainda em 1633; e que tivesse sido seu impressor o célebre «*Frutuoso Lourenço de Basto*». O dr. José Machado, publicando o registo do óbito deste Frutuoso (10-8-1630) provou não poder ser dele a impressão; e que, se a deliberação da Câmara fôra de 13-12-1633, a edição deveria ser posterior a este ano.

É provável que aquela impressão tivesse sido feita em Braga, dado que havia cá, na altura, bons impressores (Gonçalo de Basto, viúva de Nicolau de Carvalho, etc.). Excluído da autoria o célebre Frutuoso de Basto (são conhecidas dele cerca de uma dúzia de obras, publicadas entre 1610 e 1627), só o seu familiar Gonçalo de Basto poderia ter sido o impressor da 1.ª edição dos «*Previlégios*», uma vez que são dele conhecidos dois bons trabalhos, ambos publicados em Braga no ano de 1641.

De outro familiar destes Bastos, o Francisco Fernandes de Basto, só conheço a indicação duma obra, citada no catálogo dos Reservados da Biblioteca Pública de Évora. Este católogo refere a existência de dois exemplares de «*Musa Panegyrica in Theodosium*» ambos datados de 1624, e ambos editados em Braga; um com impressão atribuida a Frutuoso Lourenço de Basto, e outro ao irmão Francisco de Basto. Achando estranho que na mesma data e na mesma localidade se tivesse publicado 2 edições diferentes da mesma obra. pedi esclarecimentos ao Ex.mo Director daquela Biblioteca que, generosamente, me informou de que há lá, na verdade, 2 exmplares daquela obra, mas que diferem, apenas, nos respectivos «*rostos*» pois que, em tudo o mais, são perfeitamente iguais, e que em ambos se indica «*typis, & expensis Fructuosi Laurentiy de Basto, per fratrem suum Franciscum Ferdinandez de Basto*». A gentileza de S. E.ª foi ao ponto de me enviar fotocópias dos rostos das duas edições ,o que muito lhe agradeço. Parece, pois, que este Francisco Fernandes de Basto nunca teve oficina própria, embora conhecesse a arte tipográfica; trabalharia, em certa altura, na oficina do irmão Frutuoso.

Façamos a descrição dos exemplares da 1.ª edição, uma vez que tenho na minha presença 3 exemplares dessa edição e ainda a descrição dum 4.º exemplar referido, sob o n.º 1278, no «*Catálogo da Livraria Azevedo-Samodães*» leiloada em 1921. A obra não é propriamente um livro; é antes, um certificado dos «*Previlégios*» que qualquer cidadão bracarense podia requerer e obter. Tinha 78 folhas impressas (numeradas só na frente) com duas partes em branco para nelas, à mão, se registar: na 1.ª página, o nome do requisitante; e, no final da última página e na página (inumerada) seguinte, o atestado de autenticidade.

Num exemplar, que considerarei o 1.º, não se sabe quem requereu os «*Previlégios*», por o não indicar a descrição feita no Catálogo Azevedo-Samodães. Mas, no final, diz: «Dada em esta cidade de Braga por nós assinada sob o selo que ante nós serve aos *oito dias* dias (sic) do mês de *janeiro* de mil seiscentos & *quarenta e dous anos Salvador Dias, escrivão da Camara os escrevy & a siney — Salvador Dias — Simão...*».

Num 2.º exemplar, na pág. 1, diz-se: «Os Juizes & Vereadores & Procurador da Cidade de Braga, & seu termo, & c. Fazemos saber, que por parte de *Antonio Da Costa de Carvalho Cidadão desta cidade* nos foi pedido...». E, na parte final: «Dada em esta cidade de Braga por nôs assinada sob o sello, que ante nôs serve aos *cinco* dias do mes de *fevereiro* de mil, seiscentos, e *Equarenta e dous annos Salvador Dias escrivão da Camara osobescrevy (3 assinaturas)*.....». Na página (em branco) seguinte encontra-se colado um selo municipal da época (único que conheço) rodeado de 5 rubricas. A seguir: «*Eu Matheus Gonçalves tabelião geral de notas nesta Cidade de Braga termo e Coutos da santa se della pelos senhores do Cabido sede vacante confirmo (?) e certifico que a letra e a sobescripção do fim dos previlegios*...». Termina a subscrição com o sinal público do tabelião.

O 3.º exemplar da 1.ª edição dos «*Privilégios*» é o que foi utilizado por Pereira Caldas para elaborar a 2.ª edição, a tal «*reimpressão imitativa*». No espaço em branco da 1.ª página refere ter sido «*Francisco Gomes de Brito cidadão desta Cidade de Braga*» quem pediu a certidão. Na parte final, ao fundo do verso da folha 78, diz: «Dada em esta dita cidade de Braga por nôs assinada sob o sello, que ante nôs serve, aos *vinte e seis* dias do mes de *janeyro* de mil, seiscentos, & *Sesentta esette annos Manuel Alves Seq.ra Escrivão da Camara o sobescrevi e assiney de meu sinal*...».

Um 4.º exemplar dos «*Previlégios*» (1.ª edição) apresenta-se sem indicações manuscritas, pelo que deve ter pertencido ao lote dos que não tiveram pretendente à obtenção da certidão.

O proficiente bibliógrafo Sr. José dos Santos, autor do catálogo do leilão da Livraria Azevedo-Samodães, nas considerações que faz a propósito do lote n.º 1278 (exemplar da 1.ª edição dos «*Previlégios*») diz: «*Em parte alguma do volume é declarado o local ou a data da impressão da obra que, não obstante, se supõe efectuada em 1635. Porém sugere-se-nos advertir aqui, que se os dizeres manuscritos e rubricas que este exemplar apresenta, nele foram firmados logo após a impressão, esta deve ter sido executada, como é natural supor-se, por fins de 1641, e não em 1635 como se tem crido até agora*».

Este ponto de vista é corroborado pela existência do volume que atrás referi em 2.º lugar e em que a confirmação tem a data de 5 de Fevereiro de 1642, menos de um mês depois da do exemplar citado anteriormente.

O interesse pelas certidões dos «*Previlégios*» não deve ter sido muito grande por parte dos «*cidadões*» de Braga pois que, depois de dois pre-

tendentes de 1642, aparece-nos outro de 1667, ou seja 25 anos depois; o que não quer dizer que não tenha havido outros naquele intervalo.

É de notar a circunstância de também haver sido publicado em 1611 o livro «*Previlégios dos cidadãos da cidade do Porto*», igualmente de grande raridade, e do qual também foi feita uma reedição em 1878, ou seja no mesmo ano da reedição dos «*Previlégios*» de Braga. Curiosamente, esta edição dos «*Previlégios*» do Porto, de 1611, foi feita pelo impressor bracarense Frutuoso Lourenço de Basto, que, pelos vistos, tinha oficinas gráficas nas duas cidades. Esta reedição dos «*Previlégios*» do Porto foi promovida também pela «*Empresa Editora de Obras Clássicas e Ilustradas*», ou seja, a mesma entidade que promovera a reedição dos «*Previlégios*» de Braga.

Algunas leyendas del Miño

Por ENRIQUE CHAO ESPINA

A todos los miñotos luso-galaicos, con todo el cariño de mi alma.

ENTRADA

Hoy traigo a las páginas de «Bracara Augusta», un manojo de leyendas que considero tan lusitanas como gallegas, puesto que van cosidas por un mismo hilo, que es el río Miño. Son leyendas galáico-portuguesas, como lo son nuestros «Cancioneiros», como lo es nuestra historia y lo fue, en un principio, nuestra lengua nacida en una misma tierra.

Estas leyendas son luso-galáicas, como lo es la Tierra Miñota. Si alguien dudase de que los miñotos de ambas orillas somos unos mismos, llámense portugueses o españoles, les invitaría a que me dijesen si nnuestros andaluces tienen más de Galicia que los habitantes de Viana do Castelo, o si los del Algarbe tienen más de Viana que los miñotos de Tuy.

Estas leyenndas son, pues, galáico-portuguesas, y rematan el ángulo noroeste peninsular, cerrando nuestra franja atlántico-cantábrica.

Estos pensamientos y sentires los plasmó el gran artista R. Alfonso Castelao en varios de sus dibujos. Castelao, presenta un pedazo de tierra cruzado por el Miño. A los dos lados del río, dibuja a unos niños que pastorean, y los de la orilla gallega se preguntan si son españoles. Convienen que lo son, como lo son otros, de los lugares de España que distan muchísimo del Miño. Pero al preguntar si los niños de la orilla opuesta son como ellos, se les dice que no lo son, porque son de patrias distintas.

Con esto, pretende Castelao hacer ver lo antinatural que es considerar a los gallegos más andaluces o valencianos, que miñotos de la orilla

izquierda. Pero lo cierto es, que la Geografía manda, y estas tierras son una sola, sean cuales fueren los convencionalismos que las separen.

Si el río es más vía que frontera, el Miño es el lazo amoroso que sólo admite separaciones por circunstancias o imposiciones que expresó João Verde en estos intencionados versos:

A Galiza e mai-lo Minho
são como dois namorados
que o río traz separados
quase desde o nascimento,
deixá-los, pois namorar,
já que os pais para casar
não lhes dão consentimento.

Rompiendo hoy con hitos fronterizos, vamos a enlazar a estos poéticos enamorados en el arrebujo de las leyendas.

LEYENDAS MIÑOTAS

Nadie puede negar a Portugal, a Castilla o Andalucía — pongo por caso — la merecida fama de sus variados vinos. Pero cuando se habla de vinos gallegos, son pocos los que les reconocen verdadero mérito. Con todo, aunque son de pocos grados, Alfonso el Sabio elogia el «bon viño de Ourens», y son insustituibles para el marisco y otros platos.

Tal vez, nuestros vinos más apreciados sean los del Ribero, y a Ribadavia se refiere la siguiente leyenda:

El Miño sirvió, muchas veces, de vía entre las tierras portuguesas y la ancestral Ribadavia. Vía de agua anudada en anillos de puentes, siempre a la espera de una legendaria boda de imposibles.

Y cuéntase que, a finales del siglo XIII, se esperaba en Ribadavia una misteriosa nave que, no sé porque artilugios, había de llegar a estas tierras, con el cometido de cargar de vino en el Convento de los Dominicos.

Los de Valença do Minho la habían avistado, y la voz popular afirmaba que venía sin tripulación en la cubierta.

La nave procedía de Lisboa, y era de tan enormes proporciones, que cuando llegó a Tuy aterró a sus habitantes, uno de los cuales perdió el habla a causa del pánico.

Hay un cúmulo de variantes y consejas en torno a cuanto se relaciona con esta gigantesca embarcación, y todavía tienen floreadas raíces en

Viana, Esposende, Castrelo y otras muchas parroquias. Pero, resumiendo, basta que sepas que se trataba del navío de Satanás, portador de un vino infernal, que pretendía desprestigiar las afamadas viñas del Convento de los Dominicos de Ribadavia.

Aunque todos los moradores de estas tierras se consideraban perdidos, el Padre Juan logró desconjurar el peligro y destruir el hechizo. Y, parece ser, que los endemoniados tripulantes, borrachos y peleándose entre sí, al caer heridos de muerte, sólo de ellos quedaba el esqueleto.

Y recordando cuanto llevamos dicho de nuestros viñedos, nos resta comentar: Qué buen vino debe ser el de estas riberas miñotas, cuando en Satanás produjo tanta envidia!

Tanto en Galicia como en Portugal, el diablo aparece como constructor de puentes. Lo saben bien los miñotos lusitanos porque en sus tierras levantó Satanás el *Puente de Misarela,* sobre el río Ravagea. El lugar es encantador para un sueño tan legendario, como irreal y para su precipicio por donde se despeña el río en cascada. En otras tierras gallegas — aunque distantes del Miño — también se creee que Puentedeume debe su nombre al demonio (en portugués y en gallego: *demo*), el cual construyó este puente a cambio del alma de la enamorada Minla. Esta precisaba cruzar el río para ver a su amado Ledán, ahogado en la endiablada corriente. El siniestro arquitecto no logró llevarse el alma de la doncella pero construyó este puente en una sóla noche, lo cual sucedió también con el mencionado Puente de Misarela.

Pero no todas son diabluras satánicas en nuestras exuberantes campiñas miñotas. Lo prueba la siguiente leyenda de San Telmo, nacido en tierras palentinas hacia 1185, y bautizado en la iglesia románica de San Martín de Frómista.

San Telmo — o Pedro González Telmo, que es su verdadero nombre — dícese que pertenece a esa clase de santos que tienen una doble vertiente: pecaminosa y de conversión, como San Pablo, la Magdalena o San Agustín. En sus años de santidad, retirado en un convento de dominicos fue modelo entre los frailes, y su fama de virtudes y milagros es de todos conocida. Como en otras muchas hagiografías ,se cuenta la forma que tuvo de librarse de una impúdica mujer, arrojándose en una hoguera e invitándola a que allí se acostase con él.

Pero volviendo a nuestro tema, puedo decirte que vivió dos años en Portugal ejerciendo de maestro de novicios en el Convento de Amarente, de donde había de salir el gran santo portugués Fray Gonzalo. Lo cierto es que la mayor parte de su vida la pasó en Galicia, donde se cuentan como

obras suyas el puente de Castrelos de Ribadavia y el de la Ramallosa, cercano a Vigo.

Leyendas y tradiciones cuentan de San Telmo que observando las desgracias que, frecuentemente tenían lugar cuando las gentes trataban de vadear el Miño, se decidió a levantar un puente. Para ello, trabajó con sus manos en su construcción y sin más auxilio que las escasas limosnas que podía recoger. Y refieren las gentes que para alimentar a sus obreros, los peces se dejaban capturar en grandes cantidades, por lo cual jamás les faltó alimento.

Tardó más que los diablos en hacer esta obra, pero el tiempo empleado fue tan corto, que no se explica sin milagro. Aunque se le vió pasar a pie de una orilla a otra del río cuando este llevaba gran caudal de agua, cuéntanse de él otros prodigios más asombrosos. Así se refiere que estando construyendo el puente de la Ramallosa y predicando a una enorme multitud, se produjo tan espantosa tempestad, que la gente se dispuso a huir precipitadamente. Entonces, San Telmo, alzando sus brazos al cielo, partió las nubles por la mitad, y separándolas hizo que la lluvia cayese copiosa a los dos lados del gentío, y que ninguno de sus oyentes se mojase.

Bien merecían las praderas del Miño que sus aguas sirviesen de caricia para las manos encallecidas de tan gran santo.

Las orillas miñotas movieron a San Telmo a escoger la purísima corriente de este río, y extender su capa sobre ella para que le sirviese de nave hasta Orense. Aquí se dice que hizo brotar las hirvientes aguas de las Burgas. El milagro de pasar una travesía sobre la capa, y prodigios semejantes, son bastante frecuentes. En el Libro II de los Reyes, se relata como Elías pasó el Jordán golpeando con el manto sus aguas que se abrieron por medio. Lo mismo hizo Eliseo después de que Elías subió al cielo. En la hagiografía se repiten casos de santos que pasaron ríos y mares sobre su propio manto, buen ejemplo es lo que se cuenta de San Raimundo de Peñafort, aunque carece el relato de fundamento histórico. En la leyenda gallega, se atribuye disparatadamente este singular prodigio a Santa Tareixa (Teresa). Referente a las Burgas, mucha gente del pueblo cree que aquella agua hirviente nace a los pies del Santo Cristo de Orense.

Una leyenda recogida por Leandro Carré, asegura que era Ribadavia el primitivo lugar escogido por San Telmo para hacer brotar tan extraordinarias fervenzas. Pero la maldad de una joven tabernera que ocasionó la muerte de un mozo, amigo del santo, le hizo cambiar de propósito, buscando a Orense para tal emplazamiento.

También el Miño y sus afluentes fueron testigos de pleitos entre prioratos, como el de la legendaria tradición del siglo XI, en la pesquería, llamada *da pena*. Estas diferencias entre abades acabaron en una paz benedictina, digna de ser imitada por cuantos nos confesamos cristianos.

En la misma línea de santimonias las orillas miñotas pudieran convertirse en altares hagiográficos y páginas de encantadores ensueños. Deben ser estas riberas prolíficas en santidad porque en ellas se mencionan hasta cinco y siete hermanos santos.

Dice la conseja que uno de estos, San Telmo, bañándose en el Miño se ahogó. Sus hermanos para verlo subieron presurosos a los siete picos donde hoy se alzan sus ermitas. San Marcos era el más próximo al río, pero como estaba muy rendido se quedó dormido y el cadáver de San Telmo fue arrastrado por la corriente hasta el valle de Louro. El cuerpo ahogado despedía tanta luz que orientó a sus otros hermanos que corrieron a rescatarlo, llegando los primeros San Fins y San Demetrio los cuales le dieron sepultura en tierras tudenses.

Como prueba de este suceso se levantan en las riberas miñotas gallegas las ermitas de los santos hermanos: San Felipe, San Pedro Fins (o ad Víncula), San Marcos y San Mamed o Demedio. A estos suelen añadirse Santo Tomé y Santa Tecla.

El Miño, y su afluente el Sil, presenciaron justicias e injusticias que constan en documentos verdaderos o falsificados. Esta documentación refiere los trágicos sucesos de Velle Bandeira, donde se encontró un cofrecillo conteniendo una daga y un manuscrito.

Ramón García Fontenla recoge esta narración y nos informa que el escrito decía que con aquella arma había sido apuñalada una viuda. Añadia que aquel que encontrase el pequeño cofre estaba obligado a denunciar el crimen, dando oportunidad de hacer justicia a los descendientes de la víctima.

El manuscrito llegó a manos de la noble familia de Luiseca, de la que tantas hazañas se refieren. García Fontenla nos informa de los pleitos y enemistades que rodean estos aconteceres. Se condenó al joven Marqués de Ríos Santos, descendiente de la familia acusada del crimen y se le dió a escoger entre una de estas dos penas:

Por la primera, se colocaría en un monte una horca donde se le juzgaría y se le ahorcaría caso de considerarle culpable.

Por la segunda, en la cima de otro monte se pondría una cadena con dos ballesteros armados de cuarenta flechas. El condenado tendría que subir a la cumbre y tocar la cadena sorteando los disparos de los flecheros.

Caso de lograr su propósito, el reo quedaría absuelto. El condenado eligió esta segunda prueba.

Resumiendo la leyenda, diremos que el joven llegó malherido a la cima. En aquel instante, se presentaron fuerzas de la guardia real y prendieron a un villano de la familia Luiseca que se mezclaba entre sus servidores. Llamábase Rui Tábora y había sido el autor del falso manuscrito. Y concluye García Fontenla:

«— Rui Tábora fue ajusticiado en el monte *da Forca*, mientras que Ríos Santos, casi desangrado, tocaba frenéticamente la cadena hasta la cual había podido llegar».

Y aún trae a colación aquellos versos:

Os da Pousa
son pouca cousa.
Os da Batundeira
gastan monteira.

Tadavía existe el alcornoque donde se celebró consejo en torno a la captura del inocente Ríos Santos. Y esta leyenda se conoce por el calificativo de *Arbol de la Batundeira.*

Hay más leyendas que tienen enlutados capoteos, aunque no sean guerreros los protagonistas. Fronteriza es la trágica narración que habla de la doble personalidad de aquella mujer que, pasando por hombre, trabajaba en la estación de Frieira. Por las noches, pasaba a Portugal, vestida de dama, lo cual era su verdadero sexo, y con el nombre de Madame Trevieux. En un traspié se cayó al río y se descubrió el verdadero contrabando que hacía...

Al desaparecer de la vista durante algún tiempo, y buscada incensantemente entre el puente fronterizo de Tuy a Portugal, apareció su cadáver y un armario conteniendo cuarenta y cinco cabezas de conspiradores portugueses.

García Fontenla, que recoje esta leyenda, comenta: «La señora Trevieux repartía con idéntica naturalidad caramelos a los niños, que mandobles a sus enemigos políticos».

En otro género de leyendas, no faltan las de moros encantados que todavia viven bajo tierras, a lo largo de los afluentes del Miño. De esta traza es la famosa fuente de Ana Manana en la comarca de Toen, entre el Miño y su afluente el Barbaña.

Cuéntase que a un soldado gallego le preguntó un moro en Africa si

conocía en Galicia la Fuente de Ana Manana. Contestóle el soldado que sí, y el morito le hizo la siguiente encomienda, entregándole un paquete:

Cuando llegues a tu tierra vas de noche a la fuente con este embol-torio y gritas por Ana Manana. Después te vendrá un gran bien..

Al llegar a su casa colocó el paquete sobre un arca, pero, en un descuido, su hermana tentada de curiosidad lo abrió, y encontró dentro un riquísimo pan de trigo que tenía cuatro cornechos. Tentada por la gula, dió un mordisco a uno de los cornechos y, seguidamente, envolvió el pan con mucho cuidado.

A la noche el soldado se dirigió a la fuente, y gritó por tres veces en voz muy alta: Ana Manana!

A la tercera de las llamadas, se le apareció una jovencita mora hermosísima, que le miró sonriente y saludó con mucha dulzura. La mocita cogió seguidamente, con mucho júbilo el paquete. Al abrirlo, aquel pan se convirtió en un jadeante caballo blanco, pero le faltaba una de las patas delanteras, correspondiente al cornecho que se había comido la hermana del soldado.

La morita, desesperada, lloró amargamente, y le hizo ver que llevaba encantada cientos de años y que ahora que podía liberarse, tendría que esperar otros tantos, pues el caballo estaba cojo. Añadió que de haber cumplido el encargo con fidelidad, ella se hubiese casado con él, y le hubiese pertenecido un gran tesoro.

Después, le maldijo a él y a su familia, deseándole un fin desastroso. La maldición se cumplió, muriendo al poco tiempo desgraciado.

Otra variante refiere que la encantda y encantadora doncella le dio una faja diciéndole que se la ciñese a su hermana, pues estaba en cinta.

Antes de utilizarla con su hermana, quiso probarla con una sobrina, para ver lo que sucedía. Se la envolvió a su cuerpo, y al terminar la última vuelta se encendió en llamas, muriendo ardida aquella inocente víctima.

Desde entonces, aquella fuente de Maimón viene llamándose: *A Fonte de Ana Manana.*

Por entresijos de ensueños y en la distancia de siglos, vislumbramos a la bellísima Ana Manana, de pelo «louro», como las princesitas rubenianas, y de caras vírgenes con azulados ojos hermanos del cielo y de nuestros ríos, que envidian a nuestras «camponesas» por su frescura de tez y soles estrellados de miradas.

Como de Ana Manana, las orillas del Sil — Afluyente del Miño — debie-

ron de enamorarse de la extraordinaria belleza de *Azud de Vill*, pues se conserva la memoria de esta joven en la presa que lleva su nombre.

Azud de Vill no sólo fue solicitadísima y perseguida por pretendientes de la tierra que la vió nacer, sino, también en Francia, a donde la llevó un peregrino que había venido a Compostela. Acabó sus dias en un convento de clausura de monjas benedictinas.

Azud de Vill entre monjes benedictinos a los que servía, y jóvenes enamorados de los que huía, parece en la leyenda un símbolo de estas riberas, donde nacieron tantas doncellas encantadas y encantadoras, por algo el río guarda su nombre con tanto orgullo.

Debían ser muy hermosas las doncellas de las orillas miñotas pues por el amor a una de ellas perdieron la vida varios soldados romanos que trataron de perseguirla. Si visitas a Belesar pregunta por la leyenda del Castro de Asma, y podrás comprobar la verdadera historia que dejamos truncada como en un romance fragmentario. Sabía Noriega Varela cuanto significaban las luguesas nacidas a orillas del Miño, y por eso afirma sin temor a equivocarse cuando pregunta: ¿Luguesas? y responde:

¡Luguesas deben de ser!:
onde elas lavan a cara
calquera pode beber.

Pero, además de doncellas ,no podía faltar la presencia mariana en nuestro Rey-Río. Cerca del pozo de Meimón, tiene el Miño una peña en la cual la Virgen puso en cierta ocasión a su Niño. Trató de adormecerlo, pero no pudo conseguirlo a causa del gran ruido que hacían las aguas. Entonces, Nuestra Señora le dijo con ternura:

Río Miño,
vai caladiño,
non me despertes
ó meu Meniño.

Dice Pastor Díaz en su poesía *Mi Color* — en la cual recuerda ríos gallegos — «*que el raudo Miño asorda y el Avia fertiliza*». Pero la precedente leyenda asegura que tan pronto el Miño oyó a la Virgen, se quedó en calma y silencioso. Es más, desde entonces, siempre va callado y con despaciosa majestad.

Y debe ser verdadera la leyenda, si creemos al gran poeta Iglesia Alvariño que en un bello poema que compuso al Miño termina con estos versos:

Pastor de ríos, Río-Miño, onde está a ponte dos destinos?
Pastor de ríos, Río-Calado, prá onde envereda-lo teu gado?
Pastor de ríos, Río-Forte, que Deus nos guie e nos conforte!
Suidades que vén e van-de Briteiros á Gontán.

FINAL

A caballo de este Pastor de Ríos, como Alvariño llama al Padre Miño, envio en estas leyendas mi alma a los miñotos, sin diferenciar fronteras. Un dibujo del mencionado Castelao presenta a un niño gallego que señala al Miño y pregunta:

¿E logo os da beira de alá son máis estranxeiros que os de Madrid?

Castelao añade que no se supo que contestar al niño.

Yo creo que la respuesta nos la da Antonio Norte en una poesía premiada en Portugal el año 1960. Fue leida en Guimarães con motivo de los Jogos *Florais*, en los cuales tuve la honra de formar parte del jurado, representando a La Coruña.

He aquí como termina esta poesía, cuyos versos nos sirven de abrazo y de saudade:

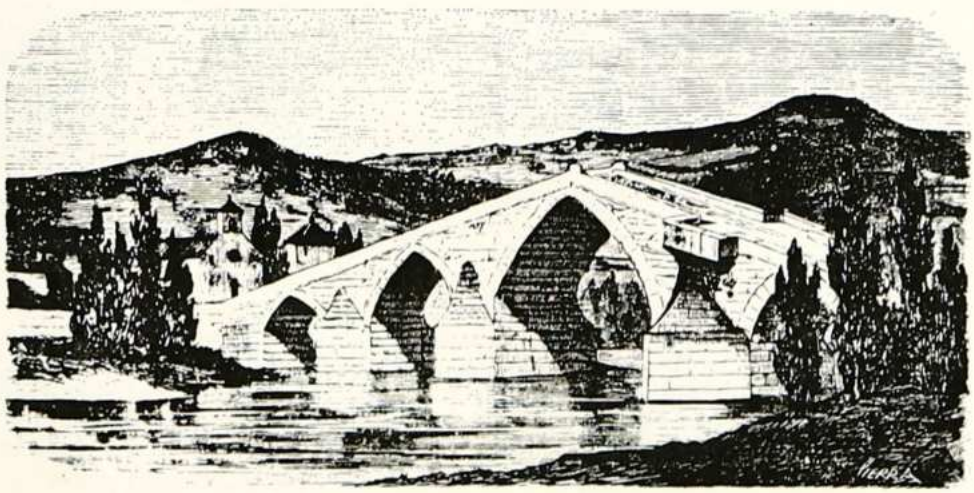
Entre vós dois cristaliza
Um río manso, e plural,
Frescura de madrigal
Que a terra uma improvisa.
Na margem norte, é Galiza,
Na margem sul, Portugal.
A água é prova, é sinal
Que a mesma fonte os baptiza.
Ó boca ardente, e concisa,
Ó *Galiza e Portugal!*

No mesmo verde natal,
Duas frautas, dois pastores,
Duas abelhas, e flores
Do mesmo chão musical.

Janelas dum só casal,
Telhado com dois pendores.
Que bem vos ficam as cores
Da vossa rima final:
Ó Galiza e Portugal,
Viveiro de travadores!



Ilustración de CASTELAO
Los interlocutores son gallegos y los de la otra orilla portugueses.



Puente romano de ORENSE sobre el Miño

(Grabado de Miranda. Siglo XIX)



Puente Internacional sobre el Miño

Foto Chao Espina)

Acerca do teatro espanhol em Portugal (século XVIII): alguns apontamentos críticos da Mesa Censória*

Por JOSÉ DA COSTA MIRANDA

Quando Gastão de Melo de Matos apresentou, vai em quinze anos, a sua *Nota sobre a difusão do teatro espanhol em Portugal*, entendeu escrever que, havendo persistido, em Espanha, ao longo do século XVIII, o «gosto pelo seu teatro antigo», não seria de todo «improvável que ele se mantivesse igualmente em Portugal» (1).

A leitura de certas páginas de Teófilo Braga e as referências aí arquivadas (2); o exame de certos dados de um recentíssimo estudo de Oliveira Barata (3), seriam, bem distantes embora no tempo, elementos através dos quais se poderiam, tranquilamente, abonar as suposições de Melo de Matos.

A quem, porém, queira buscar, por mão própria, documentação com que se abone, bastar-lhe-ia, muito simplesmente, consultar, na nossa Biblioteca Nacional, a brevíssima mas elucidativa *Informação da Compa-*

(*) É minha crença que o teor de esta breve nota se possa enquadrar, ainda, no espírito dos estudos que se apresentaram ao Congresso «A Arte em Portugal no Século XVIII», de homenagem a André Soares e cujas Actas foram publicadas em «Bracara Augusta». A data em que o referido Congresso se realizou andava-me identificando, justamente, com certa documentação que me possibilitou a publicação em revistas como «Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira», «Estudos Italianos em Portugal», «Revista de História Literária de Portugal», de alguns estudos dedicados a Molière, Metastasio, Goldoni e Apostolo Zeno, no Portugal do século XVIII.

(1) Ver, da Academia Portuguesa da História, «Anais», II Série, n.º 11, Lisboa, 1961, pp. 67-175.

(2) Teófilo Braga, *Historia do Theatro Portuguez. A Baixa Comedia e a Opera. Seculo XVIII*, Porto, 1871, sobretudo pp. 83 e 204-208.

(3) José Oliveira Barata, *Entremez sobre o Entremez*, separata de «Biblos», LIII, Coimbra, 1977, sobretudo pp. 393-403.

nhia de Comedias de q̃ he autor Ferrer, q̃ este anno de 1710 representa no patio de Lxa (4), para encontrar, naquele reduzido caderno, de uma escrita toda ela irónica, matéria primeira para afirmar da efectiva presença do teatro espanhol, entre nós, no século XVIII, ainda se nos seus tempos iniciais.

Mas quem percorra, também, as mais ou menos vultuosas colecções que dos folhetos de cordel do século XVIII se foram organizando, não deixará de localizar, sem esforço de maior, por várias das décadas de aquele tempo, edições diversas de textos relacionados directamente com um tradicional teatro espanhol. Assim, achará que, sob os cuidados de Francisco Vaaz Lobo, se dava à estampa em Lisboa, no ano de 1718, uma curiosa *Flor de entremeses escolhidos dos mayores Engenhos de Portugal & Castella*, tal como, sublinhando uma persistência que, afinal, se há-de admirar, verá que se editava, ainda em Lisboa, no já mais próximo ano de 1783, uma comédia de seu título *O melhor par entre os doze, Reinaldos de Mont'Alvão*, a qual se dizia «traduzida fielmente do seu Original Hespanhol», ou que se imprimia, dois anos mais tarde, portanto, em 1785, uma comédia como *Honestos desdens de amor*, da qual se afirmava ser «Composta no Idioma Hespanhol por D. Agostinho Moreto, e traduzida na Portugueza [*língua*] por Pedro António Pereira, ampliada e correcta por hum novo curioso».

Debateu-se, porém, o teatro espanhol, desde cedo, no Portugal do século XVIII, com a avassaladora afluência de textos dramáticos franceses e italianos. De tal forma, que Jorge de Faria ao escrever um indispensável estudo sobre a difusão do teatro francês em Portugal não hesitaria em afirmar, respeito às primeiras décadas do século XVIII: «Em Portugal o teatro espanhol, que durante um longo século frondejara nos paços e nos pátios, agonisava» (5).

Anibal Pinto de Castro que prefaciou o volume do *Catálogo da Colecção de Miscelâneas. Teatro*, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e pôde constatar, edição por edição, a abundante presença de autores de língua italiana desde muito cedo no nosso século XVIII, assinalando, igualmente, nas colectâneas estudadas, a existência de textos ou de títulos relacionáveis com autores espanhóis, haveria de sublinhar, contudo, a surpreendente sobrevivência dos autores de língua castellhana (acaso iden-

---

(4) B. N. L., Reservados, COD. 8691. *Miscellanea litteraria. Prosa e verso.*

(5) Jorge de Faria, *Um século de teatro francês em Portugal (1737-1837)*, in «Bulletin d'Histoire du Théâtre Portugais», t. 1, n.º 1, Lisboa, 1950, pp. 62-92.

tificados com uma tradição dramática peninsular), «perante a crescente influência dos italianos» (6).

A decadência em que o teatro espanhol ia caindo, por incapaz de se defrontar ,entre nós, com modelos tão poderosos e tão de acordo com um gosto que se renovava, como o seriam as páginas dos autores franceses e dos autores italianos, excelentes uns, na tragédia e na comédia, outros no drama para música; a negativa contaminação trazida ao teatro português do tempo, pela persistência de certos modelos espanhóis, são circunstâncias de todos conhecidas e que, documentalmente se recolhem de alguns depoimentos de viajantes estrangeiros que nos visitaram nesse século XVIII, ou de páginas da incipiente imprensa da época — lembraria, eu próprio, alguns desses depoimentos de estrangeiros numas páginas que preparei sobre a difusão de Molière em Portugal (7); lembraria Claude-Henri Frèches certas páginas da imprensa do tempo, extraindo curiosas notícias da «Gazeta de Lisboa», acaso explícitas, até, acerca de uma declarada oposição entre teatro espanhol e teatro italiano, acaso ilustrada por um confronto entre a zarzuela e a serenata para música (8).

Da oposição, teatro espanhol / teatro francês, geradora, afinal, no Portugal do século XVIII, de uma polémica que hoje se valoriza em todo o seu significado, se ocupou, por sua vez, Costa Pimpão (9), em data pouco distante da assinalada para o trabalho de Gastão de Melo de Matos, ressuscitando, em boa hora, um momento importante da história da nossa crítica literária. Polémica da primeira metade do século e na qual, como contendores, teríamos, seguramente, a D. Francisco de Portugal e Castro, Marquês de Valença, e (talvez) a Alexandre de Gusmão. Aquele, como defensor do tradicional teatro espanhol, tão antes e, então, ainda implantado em Portugal; o segundo, como apologista do mais moderno teatro francês. Defendendo um a originalidade dos autores espanhóis, a invenção das suas

(6) *Catálogo da Colecção de Miscelâneas. Teatro*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1974.

(7) José da Costa Miranda, *Notas para um estudo sobre o teatro de Molière em Portugal (Século XVIII)*, in «Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira, vol. XIV, n.º 2, Lisboa, 1973. Ver: pp. 22-23.

(8) *Le théâtre aristocratique et l'évolution du goût au Portugal d'après la «Gazeta de Lisboa» de 1713 à 1739*, in «Bulletin des Etudes Portugaises», t. XXVI, Lisboa, 1965, pp. 95-110.

(9) A. J. da Costa Pimpão, *La querelle du théâtre espagnol et du théâtre français au Portugal dans la première moitié du XVIII siècle*, in «Revista de História Literária de Portugal», vol. 1, Coimbra, 1962, pp. 259-273, ou em *Escritos diversos*, Coimbra, 1972, pp. 465-484.

páginas dramáticas; atacando, outro, um teatro que definia cheio de erros e de processos ultrapassados, louvando nos autores franceses a sua identificação com a natureza, o estilo adequado às situações, a presença da Razão.

Coimbra Martins acrescentou algo de muito interesse ao estudo de Costa Pimpão, tornando ainda mais sugestivo esse instante da nossa vida cultural (10). Instante que entronca ou tem suas primazias numa atitude de oposição que, na nossa terra e nesse século, se evidencia contra a literatura dramática espanhola ou com essa aparentada; instante que entronca e deverá ter seu lugar entre outros actos de maior ou de menor significado que definiram uma mesma atitude crítica de oposição à literatura dramática espanhola: mas, agora, em outras terras. Por exemplo, nas terras italianas. Conforme nos ensina, oportunamente, Walter Binni num seu estudo consagrado à literatura italiana do século XVIII (11).

A decadência do teatro espanhol, as tentativas para a sua sobrevivência, a oposição crítica a uma literatura e a uma arte cénica que se sentiam ultrapassadas, não se filtram, auferem ou recolhem, no Portugal do século XVIII, apenas a partir de depoimentos de viajantes, através de notícias de gazetas, ou de páginas de polémica. Surgem, com inteira nitidez, das obras de alguns autores dramáticos, de porte e responsabilidade diferentes: nos prólogos, nas anotações críticas ou em pleno entrecho das suas obras dramáticas.

Foi, de tal modo, que Silvestre Silvério da Silveira e Silva, apresentando uma das suas comédias de transparentes características populares diria, aludindo às comédias castelhanas, que «n'ellas sempre estimei a relevancia dos engenhos que as compozeram», para logo, contudo, avançar com restrições que importará saborear: «para serem agradáveis a todo o género de pessoas, constam de diffusas ideias, de implicados lances de ardilosos enredos, de sabios conceitos e de ditos engraçados» (12).

Também em Manuel de Figueiredo, quer no corpo das suas composições dramáticas, quer nos «prólogos» ou «discursos» que as precediam ou, ainda, nas «orações» proferidas perante os seus confrades da Arcádia,

---

(10) António Coimbra Martins, *A propósito de uma tradução de «George Dandin» atribuída a Alexandre de Gusmão*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. I, Paris, 1969, pp. 216-355.

(11) Ler-se, de Walter Binni, o cap. «La Commedia» do seu notável ensaio *Il Settecento letterario*, in *Storia della Letteratura Italiana*, dir. de Emilio Cecchi e Natalino Sapegno, vol. VI, *Il Settecento*, Milano, 1973.

(12) Da obra cit. em nota (2), ver-se p. 231.

será possível buscar afirmações críticas, negativas, acerca do tradicional teatro espanhol, ou do teatro dele derivado. Assim, no «Prologo» à incompleta e malograda edição do seu *Theatro*, datada de 1755, aludindo aos «graciosos» que abundavam nas peças portuguesas, Figueiredo não deixará de os pôr a par, depreciativamente, dos característicos «bufões» espanhóis (13).

Retomará, Manuel de Figueiredo, o tema, em um dos «Discursos» lidos perante a Arcádia (14). Enquanto, na comédia *Os Censores do Theatro* fará, com fina ironia, desabrochar a incontida alegria de um dos seus personagens, Contino (homem simples e inculto), o qual recordará, sem dissimular o seu mais íntimo prazer, as «cousas espantosas, atrozes e horrorosas» que, tantas vezes, caracterizavam o teatro castelhano representado entre nós (15).

Seria essa gente «antiga, tradicionalista» (de acordo com uma definição de António José Saraiva) (16) quem sustentaria e defenderia a permanência nos tablados portugueses, ou nos prelos dos impressores, ao longo do século XVIII, dos textos dramáticos de autores castelhanos. Gente que Correia Garção retratou, com inesquecível perícia, no seu didáctico *Teatro Novo*, na figura do velho Artur Bigodes, ao qual fará dizer na fundamental cena VI:

> .....Mas pergunto:
> As comédias de Calderon, Moreto,
> Candamo e Salazar, isso não presta?
> Têm bichos, meus senhores? Tanta gente,
> Imperadores, reis, infantes, duques,
> Os condes e os marqueses qu'as ouviam
> Com gosto e com prazer, eram uns asnos? (17).

Durante bastante tempo, um insensível público médio, alheou-se, de tal forma, dos propósitos de engrandecimento do espectáculo teatral, de uma maior sobriedade nas representações, de alguma maior delicadeza dos temas tratados, de alguma renovação da arte cénica. Por isso, o tradi-

---

(13) *Theatro*, Lisboa, ed. MDCCLV, p. X.

(14) *Obras posthumas*, vol. I, Lisboa, MDCCCIV, pp. 150-151.

(15) *Theatro*, Lisboa, mas ed. 1804, no t. VI.

(16) Ver a introdução a: Correia Garção, *Obras Completas*, vol. II (*Prosas e Teatro*), Lisboa, 1958 (p. XLVIII).

(17) *Ob. cit.* em anterior nota (16), agora p. 32.

cional teatro castelhano foi-se mantendo algo firme nesse século XVIII português que começava já a saborear Corneille ou Molière, a deslumbrar-se com Metastasio, a apreciar Goldoni.

Curiosamente, alguns outros actos de oposição à permanência de esse teatro de origem castelhana, à sua arrastada vivência no Portugal do século XVIII, iriam aparecer por parte da Real Mesa Censória. Numa singular atitude de zelo crítico, documentável desde 1768. Isto é, desde o próprio ano de criação da Mesa.

Quando, há pouco tempo, publiquei uma breve nota à qual dei o título de *Teatro manuscrito em língua portuguesa, rejeitado pela Mesa Censória (Século XVIII)* (18), referi-me à circunstância de, a certas comédias, haver sido recusada autorização para se imprimirem ou para se representarem, por se acharem construídas «ao gosto das Comedias Hespanholas». O que vinha atestado em determinadas censuras oficiais, conferindo, portanto, de tal maneira, à actividade da Mesa Censória um cariz crítico muito curioso, a não ser, de modo algum, esquecido, na luta que em Portugal se travou, ao longo do século XVIII, pela dignificação do espectáculo teatral.

Eis o essencial de algumas anotações críticas oriundas das mãos dos censores oficiais, prestando serviço na Mesa Censória. Anotações de tanto interesse, e de todo acessíveis na Torre do Tombo.

Do ano de 1768 surge-nos, por exemplo, uma apreciação à ópera *O mais heroico vallor*, que Francisco Xavier Freire pretendia imprimir. Na respectiva sentença datada de 24 de Outubro, e para além de se referir que a mencionada obra:

> sobre estar escrita em huma orthografia taõ errada, como he v. g. escrever *iterno, estimolos, deceplina, sounho, tromento, vallor, resuloçaõ, detreminar,*

dizia-se que tal ópera se poderia caracterizar, igualmente, por:

> seguir hum estilo e hum gosto inteiramente à Hespanhola, e que já hoje naõ serve se naõ de excitar o enjoo e displicencia dos sabios.

E, após se fazer ainda menção a que o texto de *O mais heroico vallor* se apresentava todo ele nutrido de «expressoens fallissimas» vinha pro-

(18) In: «Critério-Revista Mensal de Cultura», vol. I, n.º 7, Lisboa, 1976, pp. 37-40; 62-63.

posto pelo censor (aqui, o erudito António Pereira de Figueiredo) que se lhe recusasse a requerida aprovação, porque (e asim se escreveria):

> tal Opera se naõ deixe imprimir em hum tempo em que por toda a parte e em todo o genero vai a eloquencia fazendo tantos progressos ([19]).

Afirmações da maior importância para futuros juízos de valor acerca do teatro em Portugal no século XVIII e para uma perspectiva crítica acerca da censura oficial, obrigada, necessariamente, à aplicação e ao zelo por certas directrizes superiores que lhe eram marcadas, mas, igualmente, de si, e pelos seus censores, forçada a exercer, afinal, uma outra acção limitadora, desencadeada pela má qualidade dos textos que lhe eram propostos, pela mediocridade dos temas e enredos, mesmo, pela própria ausência de modernidade de muitos dos originais depositados na Mesa Censória para o prévio exame imposto pelas disposições legais.

Será uma curiosíssima faceta da actividade da censura oficial a conhecer-se, essa da espontânea actuação que os censores do tempo tomam, numa defesa do que entendiam dever defender-se para uma determinada idoneidade dos originais que lhe eram apresentadas, e para uma certa valorização da actividade teatral. E se, como naturalmente estaria dentro das imediatas obrigações dos censores, e de acordo com o estipulado pelo diploma que criara a Real Mesa Censória ([20]), se repudiavam os originais teatrais onde fossem patentes actos ou expressões «contra a Fé» ou «contra a Fé e contra as Escrituras», bem como certos «lances indecorosos contra a Majestade», assim como queixas ou observações «contra os Princípes »ou «contra o Governo», verdade é que os censores, espontaneamente, de si, entenderiam ser seu igual dever zelar ,do mesmo modo, para que os originais a sairem aprovados das suas mãos se não achassem contaminados por aspectos que contrariassem um bom uso da língua, uma certa clareza de expressão, o respeito por um número de regras a que o original dramático não deveria faltar, e das quais o teatro português imenso precisava para se reafirmar e nobilitar.

Não me encontro, aqui, fazendo a defesa ou a apologia da actividade conduzida pelos censores. Mas sublinho a necessidade de a conhecermos

---

([19]) A. N. T. T., Fundo da R. M. C., «Censuras», n.º 128, 1768.

([20]) A. N. T. T., «Ministerio do Reino. Meza da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros, 1768 a 1799», Livro n.º 362.

de um modo abundante e desapaixonado, para, então, nos lançarmos àquela imperiosa tarefa que tanto, e de há tanto, urge fazer-se: a da definitiva caracterização e apreciação valorativa do nosso teatro do século XVIII: original ou traduzido, representado ou apenas escrito.

Não deixa de ser, de facto, muito curioso, e inesperado, encontrar, quando se percorrem as apreciações críticas estabelecidas pelos censores, claramente escrito que, muitas vezes, a recusa à publicação ou à representação de determinado original vinha por o mesmo conter «impropriedades de linguagem», por se afastar de um desejado «vernaculismo», por ser caracterizado pela sua «má locuçaõ», ou, igualmente, pelo seu «estilo duro», pelo seu «estilo insulto» ou seu «estilo affectado». Não deixa de ser muito curioso, e inesperado, encontrar, nas decisões dos censores, que certas suas atitudes negativas e de recusa à publicação ou representação de determinados originais dramáticos teriam sido tomadas por os mesmos se acharem construídos «sem invenção», por serem «poco ordenados» ou por se apresentarem, até, como modelos de uma «tradução desfigurada». Ou, por se acharem inundados de «frioleiras», ou por haverem varrido de si todos os preceitos fundamentais do espectáculo dramático, ignorando ou desprezando «as Regras da Poesia Comica», chegando a «infamarem o Theatro»: como o era no caso de muitos dos originais que vinham construídos «segundo o gosto do Theatro Portuguez» e nos quais os censores encontravam patentes situações de desprezo por um mínimo de coerência no uso e respeito das que ainda entendiam por fundamentais regras e disposições da arte dramática ([21]).

Sentenças negativas por virtude de os originais se apresentarem construídos «ao gosto das Comedias Hespanholas» surgem, com uma certa frequência. Pereira de Figueiredo subscrevia, como vimos, uma dessas sentenças. Mas seria oportuno recordar que o mesmo censor irá também opor-se, alguns meses mais tarde, em Agosto de 1769, a que se possa imprimir a comédia *Lances de valor e zelos, ou as gemeas mais valerosas*, não só por se achar pejada de «inverosimilhanças», mas, ainda, por ser igualmente «formada ao estilo Hespanhol» ([22]).

Diria, olhando ao conteúdo de aquela sentença (no seu todo, aliás muito breve) que algo parece aproximar, afinal, e surpreendemente, os censores oficiais dos árcades lisboetas, no propósito de restauração da actividade teatral, de concepção da obra dramática, de dignificação do autor

---

([21]) Remeto para o estudo cit. em nota (18): pp. 39-40.

([22]) A. N. T. T., Fundo da R. M. C., «Censuras», n.º 98, 1769.

dramático. É bem possível, aliás, que em várias outras sentenças críticas de outros censores, acaso mais extensas, uma tal identidade melhor aflore, servindo a caracterizar afinal, uma atitude mais ampla, mais divulgada e mais uniforme de quanto se não julgasse e susceptível, agora, de melhor caracterizar o sector da crítica oficial.

Atentemos, assim, e em tal ordem de ideias, na seguinte e longa sentença que a Mesa subscreve em data de 8 de Novembro de 1770:

> A Comedia intitulada — Aristeo em Creta — he hum traslado claro da espanhola de D. Anto. Solis, intitulada — eligir ao enemigo —, da qual naõ so tira os conceitos; mas athé as clauzulas, e palavras, e só muda pa. proza o q̃ elle tras em verso; nella porem conserva a energia, cultura, e aceio da phraze propria do seu Author, excepto nas falas do gracioso, nas quaes por querer substituir outras ás do verdadro. Author dis couzas frias, insulsas, e chocarrices revoltantes, e athe applica duas vezes textos da escrittura pa. comprobar as suas frioleiras. Qto. ao mais sem moral, sem Pintura de costumes, e sem propriede. no carater das pessoas, e so consta de alguns Lances de amor, e valor com expressoens de finezas, de extremos, e de excessos segdo. o costume, ou abuzo do theatro Espanhol. Com tudo naõ cahe em indecencia, q̃ escandalize, e como as scenas saõ instituidas pa. divertimento, e eu naõ me persuado q̃ athe agora tenhaõ servido pa. reformar costumes, ou q̃ algum Comico tenha satisfeito plenamte. aos preceitos q̃ della prescrevem os Mes. mais apurados,

sentença que, subscrita por Fr. Francisco de Sá e António Pereira de Figueiredo e Fr. Luis do Mte. Carmelo ,se tornaria, afinal, negativa, determinando que o original «se suprimisse», impedindo-se assim, a impressão ou a representação de um original que não primava pela sua mensagem dramática, permitia ou acolhia a presença negativa dos graciosos e se achava delineado a partir de páginas relacionadas com a comédia espanhola (23).

Do mesmo ano de 1770, mas algo anterior, porque datado de Julho, seria um parecer emitido relativamente à comédia *Selva de Diana*, a qual

(23) A. N. T. T., Fundo da R. M. C., «Censuras», n.º 127, 1770.

Manuel Amado Coelho pretendia imprimir. Sem rebuços, o censor afirmaria que a citada comédia:

> he hũa daquelas mas producções com q̃ o Genio Castelhano corrompeo os seos theatros,

não deixando de estranhar (e numa curiosa afirmação) que os Espanhóis, tendo tido o privilégio de ver nascer entre eles o «glorioso Cervantes» tivessem descido afinal a obras tão modestas, na sua produção dramática. E reforçando a sua defesa da dignidade da obra dramática, o censor apontaria os defeitos de versificação encontrados no texto proposto, a ausência ou a ignorância das «regras do dragma», enquanto lembrava o altíssimo magistério de Molière. A comédia *Selva de Diana* receberia, naturalmente, um parecer crítico negativo (24).

Sentença do mesmo modo negativa iria receber o requerimento para a impressão do *Entremez dos dous Lacayos*, já representado, mas que a Mesa Censória (agora, no mês de Janeiro de 1771) iria considerar de todo

> indigno de apparecer empresso,

uma vez que, e sem algum mérito, se achava ornado de algumas das menos recomendáveis características de um teatro espanhol, claramente combatido pela Mesa Censória (25).

Ressalta de tal sentença negativa, quando lida na sua totalidade, uma série de curiosas observações acerca do «entremez», qual género dramático, a pedirem o estudo de quem pelo assunto ande interessado. Porque haveria no entremez preceitos ou preocupações moralizadoras que o censor não quereria ver esquecidas ou desprezadas, tendo-se, muito embora em conta, o fim de espontâneo divertimento que ao entremez poderia ser assinalado. Leia-se o que o censor escrevia:

> Se no Entremez se representaõ alguns vicios devem ir sempre acompanhados com a emenda ou de hum tal rediculo, q̃ os faça vis ainda aquelas pessoas q̃ o saõ; ou con a relaçaõ do castigo q̃ lhes he devido: de outra sorte só serviraõ os Entremezes pa. propagarem aqueles mesmos vicios q̃ neles se reprezentaõ.

(24) A. N. T. T., Fundo da R. M. C., «Censuras», n.º 78, 1770.
(25) A. N. T. T., Fundo da R. M. C., «Censuras», n.º 2, 1771.

Haveria o entremez de conformar-se ou de atender (considerava o censor) aos fins para que fora criado. Que o censor recordava, oferecendo-nos elementos de muito interesse para a definição do entremez, e para a anotação de certos implícitos preceitos que a arte teatral do tempo não deveria esquecer:

> O Entremez he uma especie de obra tragica burlesca, q̃ ou se entremete nas peças de alguma obra grde. pa. lhe disfarçar o serio, o grave, ou o melancolico, como diz Franco. Roiz Lobo; ou se reprezenta em lugar della, quando o lugar, o tempo, ou a comodidade, a naõ permittem; como frequentemte. acontecesse; por isso deve no seu tanto ter a mesma regulaçaõ».

Conjugando, talvez, as suas opiniões dominantes acerca da ainda persistente comédia castelhana com as suas preocupações doutrinárias acerca do entremez, poderia a Mesa Censória, tranquilamente, desembaraçar as cenas portuguesas de um bom número de originais portugueses, moldados, a um mesmo tempo, numa fonte estrangeira que se entendia por incapaz, então, de fornecer algo de renovador e de moderno, e num género tradicional, inicialmente secundário mas que caminhava para a sua plena autonomia (26). Acaso, seria essa a situação revelada pela sentença que vai recair sobre o pedido para que se reimprima certa *Musa Jocoza*, já impressa anteriormente.

Examinando o pedido apresentado, escreveria, duramente, o censor, no início da sua exposição:

> O Livro intitulado — Musa Jocoza — he hua collecçaõ de hũa Loa, e onze Entremezes Portugueses e Castelhanos, q̃ se estampou nesta Corte no anno de 1709, o qual pertende reimprimir Joze Antonio. Toda esta obra he hũa frioleira destituida de tudo, q̃ he utilidade,

pelo que o censor propunha, em Setembro de 1772, e a Mesa Censória estabelecia:

> q̃ se naõ dê licença para a reimpressão do sobredito Livro (27).

---

(26) Ver *ob. cit.* em nota (3) agora pp. 394-395.

(27) A. N. T. T., Fundo da R. M. C., «Censuras», n.º 58, 1772.

Ponho, aqui, ponto final nesta brevíssima excursão por papeis velhos que, na Torre do Tombo, aguardam a presença e o interesse de estudiosos sabedores e devotados. Para que algo mais se conheça e algo melhor se definam certos contornos da história da crítica literária em Portugal, no século XVIII, sobretudo de alguns aspectos da nossa vida cultural de então: nomeadamente, da literatura dramática e da vida teatral.



ALEXANDRE HERCULANO EM VALE DE LOBOS

« Pertenço pelo berço a uma classe obscura e modesta ».



ALEXANDRE HERCULANO

No 1.º centenário do seu falecimento

Por A. ALVARO DÓRIA

Há glórias mais brilhantes e ruidosas: nenhuma pode haver mais pura.

Antero de Quental

O que me traria o rubor às faces seria alterar doutrinas e crenças para promover os meus interesses.

A. Herculano

O nosso século XIX foi uma época que, sem exagero, pode chamar-se extraordinária. Efectivamente, entre os séculos passados desde que Portugal surgiu como Estado autónomo no século XII, só o século XVI se lhe pode comparar. Por uma série de circunstâncias, espontâneas umas, outras vindas de passadas eras, nunca se vira conjunto tão brilhante de homens notáveis, nos mais diferentes sectores, em particular no da inteligência, como na centúria passada.

Se é certo que, considerando apenas o período decorrido desde a recuperação da independência de 1640 até à vitória do Liberalismo, quase dois séculos completos, muitos homens do mais elevado quilate mental haviam sido dotados de espírito superior, o ambiente político-social não favoreceu o seu *essor*, vendo-se na centúria de Setecentos alguns deles compelidos a emigrar em busca de outros climas onde puderam desenvolver as suas teorias, aperfeiçoar os seus sistemas ou divulgar as suas ideias sem o receio de poderem um dia e subitamente ser levados por quatro quadrilheiros para apodrecerem numa masmorra.

E não se esqueça que Luís António Verney só longe da pátria pôde publicar o *Verdadeiro Método de Estudar*, ainda assim acobertando-se por detrás da autoria de «Um Padre barbadinho»...

Quando após a nossa cruentíssima guerra civil se deu a instauração do Liberalismo sob a forma constitucional, nova era se abriu para o pensamento português, era pela qual muitos suspiravam e supunham candidamente então ser possível a livre troca das ideias, com a sua discussão sem entraves num clima de fraternidade humana e de respeito mútuo.

Todos os que alguma vez dedicaram os seus cuidados ao estudo da centúria de Oitocentos sabem como o espírito intolerante do passado, vindo do fundo dos séculos, é inato nos Portugueses, embora nem de longe possa comparar-se ao dos Espanhóis e dos Italianos. Mas a nossa intolerância assumiu muitas vezes aspectos da maior violência, como se verifica compulsando as crónicas de outras eras. Servirá para alguma coisa relembrar o que se tem passado no século presente, muito em especial desde 1910 até hoje?

O século XIX foi, em certos períodos, intolerante. Apesar de tudo, homens houve que souberam enfrentar esse espírito retrógrado e combatê-lo com veemência, permitindo que os horizontes do pensamento português começassem a clarear, e assim os mais afoitos pudessem vir a público dar testemunho das suas ideias sem receio da visita dos «familiares» do Santo Ofício ou dos «quadrilheiros» da Intendência da Polícia. Creio ter sido essa a causa, uma entre as causas que favorecem a constituição desse núcleo de homens do mais alto valor a que me referi acima.

Dois sectores houve onde proliferaram alguns dos mais altos espíritos de que Portugal pode orgulhar-se: o da História e o das Letras. No dealbar do século XIX ainda viviam dois dos mais ilustres cabouqueiros do nosso passado: João Pedro Ribeiro e António Caetano do Amaral. E em 1805 morria Bocage, um dos grandes poetas líricos que poderia ter deixado obra de mais elevado valor se não tivesse vivido em ambiente tão desfavorável. Não me parece fora de propósito considerar estes três nomes os paraninfos da centúria passada durante a qual outros pares seus sobressaíram.

Ao findar a 1.ª década, nascia em Lisboa Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, consagrado mais tarde pelos seus dois primeiros nomes. E no ano passado comemorou-se o 1.º centenário da sua morte, comemoração a que, tarde embora, se associa esta Revista pela desluzida pena de quem subscreve este artigo.

Não vou aqui referir-me à vida e à obra do grande Historiador, acerca

de quem muito já se escreveu e com superior critério, com referência quer ao homem, quer à sua obra, sendo por isso já vasta a bibliografia herculaneana. Salientarei, entretanto, ter o Historiador sido uma das vítimas da intolerância no seu tempo, embora o seu temperamento de lutador intimorato, já notório na adolescência e firmado na mocidade como soldado do batalhão dos Voluntários da Rainha, tivesse defrontado com desassombro os seus antagonistas. Carácter de uma rigidez de princípios que muitos espíritos simplistas classificaram de «à antiga», ele encheu o século XIX, do qual foi inegavelmente um dos pilares.

Em nossos dias, porém, têm aparecido estudiosos a propugnar a necessidade de se «repensar» o pensamento de certos vultos eminentes da Cultura portuguesa, por considerá-los «mitos» que se torna necessário reduzir à sua condição de simples seres humanos, despojando-os da sua aura carismática que deles ainda hoje faz tabus. E Herculano é precisamente um desses «mitos» cujo carisma o torna intocável.

É esta uma das muitas formas como se manifesta a inferioridade da nossa *Intelligentzia*: a do exagero na expressão das opiniões que vem emitindo ainda hoje, com entono nos antípodas daquela humildade intelectual que falta a tantos chamados «intelectuais», e isto tem-se revelado, em especial de há um século a esta parte, a partir da célebre questão do Bom Senso e Bom Gosto, sempre que a juventude, na ânsia de novação ou de clarificação mental, entra de arremeter contra o Passado (com seus aspectos por vezes caricatos, como quando surgiu o Futurismo), esquecida ou ignorante de que o Futuro nunca surge por geração espontânea mas sempre como resultante de uma impulsão que vem do Passado e das forças latentes ou potenciais que já nesse tempo começaram a sentir-se. É de aplaudir todo o desejo sentido pelos moços de se realizarem, para se empregar uma frase estereotipada e da qual muito se tem abusado; qualquer obra porém nunca pode construir-se *in abstracto* mas forçosamente pelo recurso a conhecimentos ou doutrinas legadas pelos homens do passado e foram ou são a sua herança, constituída pela acumulação do pensamento e do saber de muitas gerações de quem somos devedores e a quem devemos estar gratos.

Classificar de «mitos» homens como Herculano só pode considerar-se uma forma de querer atrair as atenções do grande público tocando com mão canhestra no homem sem cuja obra em globo Portugal seria mais pobre; ou então como índice de ignorância dessa obra; mesmo pondo de parte o que dela forçosamente caducou, ela é ainda um edifício grandioso,

considerado e louvado por estrangeiros eminentes, como o foi o célebre Döllinger.

«Repensar» Herculano só é possível, se me é lícito dizê-lo, localizando-o no seu tempo. A mentalidade do grande Historiador formou-se no século anterior, apesar de ele ter recebido os seus ensinamentos em escola dos Padres do Oratório, a quem o Marquês de Pombal entregara o ensino após a expulsão dos Jesuítas.

Mas o jovem Herculano não se satisfez com o ensino recebido, e esforçou-se por pôr-se ao par dos progressos ideológicos realizados no seu tempo. E assim as suas ideias, que haviam brotado sob o impulso dos Oratorianos, robusteceram-se quando ele emigrou e, ao contacto com outros meios mais evoluídos do que o nosso, sentiu-se impulsionado ao conhecimento das ideologias modernas, dessa forma se estruturando a pouco e pouco o seu pensamento, cuja coluna vertebral se encontrava já solidamente constituída ao regressar à pátria entre os expedicionários de D. Pedro IV à partida da Terceira.

Impondo-se pela integridade caracterológica, e depois pela obra que lhe deu o alto lugar que ocupa na história das nossas Letras e da Cultura portuguesa, despertou a admiração dos contemporâneos (a despeito dos ataques que recebeu), projectando-se esta no século actual, tendo sido uma das manifestações mais altas da admiração de Portugal pelo autor dessa obra a trasladação dos seus restos mortais do humilde cemitério da Azoia para o sumptuoso mausoléu da sala do Capítulo do mosteiro dos Jerónimos, 11 anos após a sua morte; e, já no nosso século, as comemorações do 1.º centenário do seu nascimento em 1910.

Ninguém que conheça a obra do grande Herculano pode ignorar haver uma parte caduca, escrita como foi no período agudo do Romantismo. À luz das ideias do nosso tempo, obras como os seus romances e novelas não satisfazem o gosto de hoje, distantes como os homens do nosso século se encontram dessa época. Para se apreciar, porém, o valor de sua obra literária, e também para se avaliarem os actos de qualquer homem do passado, disse-o eu atrás, é necessário localizá-los no seu tempo. Se toda a obra de arte que conseguiu impor-se aos séculos futuros continua a admirar-se pela soma de beleza que encerra *em si*, — por exemplo o *David* e a *Pietà* de Miguel Ângelo, a *Gioconda* de Leornardo de Vinci, a *Ilíada* de Homero, as tragédias de Shakespeare, *Os Miseráveis* de Vítor Hugo, a *Guerra e Paz* de Tolstoi —, analisadas em pormenor causam muitas vezes desapontamentos ao estudioso quando não considera em conjunto qualquer delas. Foi por isso que Vítor Hugo escreveu um dia que para se

admirar Shakespeare se lhe deve considerar a obra *comme une brute*. E o grande poeta francês *s'y connaissait*...

A obra romântica de Herculano, portanto, tem de ler-se e apreciar-se à luz das ideias do seu tempo, não sendo de aceitar como processo crítico analisá-las pelo recurso aos processos de análise literária hoje empregados ou pelo padrão das ideias correntes neste findar do século. Aceitando, embora, que os romances do nosso autor padeçam dos defeitos e das limitações apontadas por alguns críticos, não há negar que o *Eurico* seja um admirável poema em prosa, a despeito de certas ingenuidades por vezes visíveis e, aqui e além, a monotonia de um ou outro capítulo.

Não foram, porém, os seus romances ou as suas novelas, uns e outras fiel reconstituição histórica, quem deu ao autor a fama de que tem gozado até hoje e o carisma que, no dizer de críticos exigentes, o elevou a «mito»: ele ficou como grande figura da nossa cultura por ter escrito a *História de Portugal*, infelizmente por concluir, monumento imorredouro que lhe valeu a consagração no estrangeiro, em particular na Alemanha (cujas consagrações nunca se fizeram de ânimo leve), e também por ter sido esse homem de carácter rígido por quem alguns seus contemporâneos sentiram antipatia, mas muitíssimos outros admiraram e até amaram pelo contraste oferecido pelos seus actos com os de tantos políticos desse tempo, quando o relaxamento de costumes na Política se ia agravando entrando pelo nosso século e perdurando até aos tristes dias de hoje.

A rigidez do seu carácter não se limitava a manifestar-se apenas nas questões de moral corrente: cristão de uma sinceridade nos antípodas do beatismo pagão da maior parte das gentes da época, amargos de boca lhe causaram os ataques daqueles a quem o seu catolicismo chocava. Porque Herculano acima de tudo adorava a Deus de quem Jesus Cristo era o único medianeiro. E foi com os versos

> «...eu creio e espero
> No Deus das almas generosas, puras,
> E os déspotas maldigo»,

que iniciou o belo e majestoso poemeto *A Semana Santa*, neles se retratando com fidelidade que nenhum dos seus biógrafos excedeu.

Efectivamente, toda a vida do Historiador se caracterizou por uma crença inabalável e profunda em Deus, visionado como pai amante mas austero, e pelo horror a todo o despotismo, vermelho ou azul-e-branco. Entre estes dois pólos — Deus e a Liberdade — se moveu Herculano nos 67 anos de vida.

O seu amor a Deus, misto de temor e respeito, levou-o a escrever algumas das mais sublimes poesias que jamais honraram a nossa literatura — como esse admirável *Deus* e a belíssima *Cruz mutilada;* esse amor levou-o ainda a atacar o Luteranismo com paixão exaltada, e até — paradoxo curioso — a lutar contra o clero ultramontano por ocasião da polémica originada à volta do famigerado «milagre de Ourique», após a publicação do 1.º volume da *História de Portugal.* Essas poesias, profundamente impregnadas de lirismo religioso, quase místico, demonstram um conhecimento íntimo e perfeito do lirismo dos *Salmos* de David e dos *Trenos* de Jeremias: é isso que os torna hoje incompreensíveis da maioria do público que ainda lê versos, inacessível à profunda religiosidade e à austera beleza formal da poesia herculaneana. Se ainda hoje se ensinasse aos nossos estudantes uma disciplina incompreensivelmente caída em desuso — a Estilística — nenhum exemplo nos parece mais próprio para lhes dar a noção exacta do estilo sublime do que as citadas poesias do autor do *Eurico.*

Tendo-se celebrizado como prosador, de prosa máscula, por vezes dura, sempre portuguesa de raiz, Herculano, em que pese aos que lhe têm negado esse dom, era principalmente poeta, ainda quando fazia prosa. Todo o citado romance nada mais é do que uma epopeia em prosa — muito acima de tantos pseudo-poemas que inçaram a nossa literatura desde o século XVI — repassada aqui e além de intenso lirismo, que solta livres as asas nos hinos do presbítero de Carteia.

Crente sincero nos dogmas do Catolicismo, não admitia inovações na dogmática, fossem elas impostas pelo Sumo Pontífice, curvassem-se mesmo os concílios à palavra do Papa. Intransigente em tal matéria, incapaz de pactuar com as novas ideias, de que resultou a definição dos dois novos dogmas — o da Imaculada Conceição e o da Infalibilidade pontifícia — conservou-se fiel aos princípios assimilados em criança e, depois, o seu espírito aceitara livremente ao atingir a idade da razão. Tendo estudado profundamente o pensamento cristão nos Evangelhos e nas obras dos grandes doutores da Igreja, tinha sempre Herculano argumentos de peso para fundamentar a sua opinião. As cartas ao P.e Barros Gomes, por exemplo, são modelos de lógica, de dialéctica e de seriedade na discussão, a despeito de certa ironia (a pesada ironia herculaneana) que por vezes lhe salta da pena. Convicto das inovações dogmáticas da Santa Sé, protesta alto e com calor, sem avocar outra autoridade a não ser «os rudes livros do Testamente Novo e dos antigos padres» (1). Para Herculano a religião constituía

(1) *Cartas.* Tomo I. Pág. 76.

um bloco saído das mãos de Deus, não sendo lícito amputá-lo ou acrescentar-lhe nada o que seria adulterá-lo, despojando-o assim do carácter divino e pureza original. Quando alguém procurasse alterar esse bloco introduzindo-lhe inovações, entendia o escritor

> «que nós, os leigos, somos alguma coisa na sociedade católica, e que, quando o erro alevanta a cabeça, é lícito a qulquer de nós *protestar* como o leigo que protestou contra Nestório, venha o erro de onde vier. Parece que nos é lícito discriminar as pastagens e o veneno do alimento porque, segundo o apóstolo, não são raros os falsos profetas» (2).

Nisto como em tudo o mais, era ainda o seu grande amor à Liberdade — fosse política ou de consciência — que o dominava. No meio de uma sociedade a dissolver-se, quando começavam a campear os sindicatos financeiros, os bancos e as grandes companhias, aberto o caminho pela política de Costa Cabral, Herculano aparecia com o aspecto de um «D. João de Castro da burguesia e do século XIX», como lhe chamou Oliveira Martins (3), incompatibilizado com os homens e o meio, não como estóico, como o mesmo autor o retratou, mas indiferente ao avanço e ao alastramento da onda, indiferença que não traduzia desinteresse pela Coisa Pública, porque muitas vezes fez ouvir o seu protesto veemente.

O seu horror ao despotismo, já apontado no excerto poético transcrito, bem cedo o obrigou a deixar a pátria, implicado na tentativa revolucionária de 1831 contra o governo de D. Miguel (4), emigrando para terras onde essa liberdade por ele visionada não fosse um mito ou um sofisma. Não sendo kantista (5), tomara como «imperativo categórico» da

---

(2) Pág. 33.

(3) *Portugal contemporâneo*, 6.ª ed. Lisboa, 1925. Tomo II, Pág. 308.

(4) Autores há que têm dado curso ao boato de Herculano ter sido «miguelista» na sua adolescência, opinião baseada numas poesias às quais se referiu Teófilo Braga em *Garrett e o Romantismo*, e cujo conhecimento obteve de Inocêncio Francisco da Silva. O falecido Prof. Vitorino Nemésio, na obra *Mocidade de Herculano*, reduziu a nada tal boato, sem qualquer fundamento válido. Não teria sido deslustre para o futuro Historiador ter comungado na admiração exaltada do Rei, seguindo assim a que a maioria esmagadora do povo tinha por D. Miguel I. Também lhe não deslustra a memória ter abandonado tal maneira de pensar para aderir ao novo ideal da Liberdade. Erro teria sido nele persistir, adquirida a convicção de ser de condenar.

Tão longe quanto hoje nos é possível remontar no conhecimento da vida de Herculano, sempre ele nos apareceu como partidário e defensor da Liberdade, que jamais renegou até morrer.

(5) Oliveira Martins, que dele foi amigo e o admirou em extremo, viu nele um discípulo de Kant, cujo racionalismo «foi o molde onde se vazaram em sistema as tendências naturais do espírito de Herculano» (*Ob. cit.* Tom. cit. Pág. 308).

sua consciência o amor à Liberdade, que nele não passava do amor às antigas «liberdades» municipalistas postergadas ou coarctadas pelo absolutismo e ele, candidamente, supunha o constitucionalismo português pudesse ressuscitar ([5a]). Por isso nunca pactuou com o partido da reacção chefiado pelo Infante depois Rei, não tendo tão-pouco enfileirado na longa procissão dos pretendentes ao opíparo banquete servido à mesa do Orçamento.

Com uma ingenuidade que o tempo havia de desfazer, cria ele ser possível mudar-se a face dos acontecimentos apenas usando a vara mágica da «Carta». Não chegou a descrer dela, e por ela sempre se bateu; descreu, porém, dos homens que diziam servi-la, e não sentia receio ou pejo de o dizer quando vinha a propósito. Repetimos: tem de localizar-se Herculano no seu tempo para lhe compreendermos as atitudes, algumas das quais talvez façam hoje sorrir os espíritos superficiais. A luta entre ele e o seu tempo não foi simples episódio, porque «constituiu o próprio símbolo do problema português da sua época» ([6]). Odiando toda a tirania — «a tirania em nome do céu e a tirania em nome do algarismo» ([7]) — estava no polo oposto do absolutismo monárquico, como do comunismo.

Oliveira Martins encontrava-se em 1870 a administrar as minas de Santa Eufêmia em Almadén (Córdova) e estava então o atravessar a fase entusiástica do apostolado socialista, escrevendo no jornal «A República», tendo ali publicado uma série de artigos sob o título genérico de *Os 50 anos do Constitucionalismo em Portugal* (espinha dorsal de onde, anos mais tarde, sairia o *Portugal contemporâneo*), nesses artigos fazendo, com ardor juvenil, ataque cerrado ao sistema constitucional. A sua admiração pelo escritor célebre levou-o a oferecer-lhe os números da publicação

---

([5a]) Na *Carta aos eleitores do círculo de Sintra* escreveu Herculano que «a administração do país pelo país é a realização material, palpável, efectiva da liberdade na sua plenitude» (*Opúsculos*. Tom. II. Pág. 230).

Para ele a centralização «é o grande defeito dos governos representativos: centralização da soberania; centralização da administração pelo executivo; centralização da justiça; centralização da força pública. Mas todos os poderes centrais tendem a destruir a independência ou a acção uns dos outros e a elevar-se acima deles. Não raro acontece isto, e a experiência ensina-nos que por via de regra é o executivo quem triunfa, sobretudo pelos meios de corrupção, triunfo tanto mais perigoso, quanto é certo que se mantêm de ordinário as aparências constitucionais, e que esse absolutismo é mais fácil de sentir do que de demonstrar quando aceita certas fórmulas tornadas estéreis» (*Ob. cit.* Tom. IV. 5.ª ed. Lisboa. S. d. Pág. 35).

([6]) António Sérgio, *Ensaios*. Tomo III. 2.ª ed. Lisboa. 1937. Pág. 167.

([7]) Carta a Oliveira Martins. *Cartas*. Tomo I. Pág. 240.

onde apareceram os artigos, pedindo-lhe ainda a opinião, talvez esquecido de Herculano ter feito parte do célebre contingente dos «7500 do Mindelo» que em 1832 tinham dado início à guerra civil.

Respondeu-lhe o escritor com uma longa carta, da qual transcrevo os períodos mais significativos relativamente à incompatibilidade do escritor com toda a espécie de tirania, para ele incomportável:

> «V. S.ª reconhece que este país encerra um povo exausto de seiva moral. Não o perdeu a liberdade: vinha perdido do passado, e acabaram de o perder certas influências francesas de diversas espécies, que não sei se são democráticas, mas que de certo não são liberais. A liberdade o que fez foi descobrir o que, em parte, os parches do absolutismo tapavam. Diante dos recentes desenganos de V. S.ª cai por terra a sua sentença condenatória ou, pelo menos, é lícito interpor dela recurso de revista. O mal está antes no país do que nas instituições. Dou-lhe quatro países, comparativamente pouco importantes, como o nosso, e constitucionais: a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca e a Suécia. Aponte-me um dos maus resultados práticos, atribuídos em Portugal às instituições representativas, que se dê ao mesmo tempo em todas aquelas quatro nações. Se o não encontrar, é óbvio que esses maus resultados não derivam das instituições. Podem facilitá-los; mas a sua causa verdadeira está forçosamente noutra parte».

A seguir, continua:

> «Se me diz que o sistema constitucional é por ora incompleto, contraditório, às vezes absurdo, convenho; se me afirma que entre as diversas nações que o adoptaram, e, sobretudo, entre nós a desenvolução dos seus princípios não está ainda em completa harmonia com as condições de um verdadeiro progresso social, confesso-o. Digo mais: parece-me que há uma revolução inteira a fazer no seio das sociedades que puderem suportá-lo contra o *morbo gaulês* da centralização, que mata hoje a França e há-de matar tudo o que tiver invadido. Ora, nesta revolução pacífica, ou que, ao menos, pode ser pacífica, eu não sei que proveito há-de tirar da democracia e da república, até porque o tal *morbo* veio em grande parte delas».

E mais adiante:

> «Entre os homens novos parece-me que está em moda tratar, ora com desdém excessivo, ora com demasiada cólera, o liberalismo; e o jornal adoecia dessa enfermidade. Não creio que lhes sobrem boas razões para isso: para nos reputarem gente tão somenos, a nós, os velhos liberais. Cumpria-lhes serem mais justos, ou, se quiserem, mais agradecidos. Pelo menos, um pequeno serviço nos deve, em Portugal, a geração

nova. Foi o proporcionar-lhe, à custa de torrentes de sangue, nosso e alheio, a faculdade de evangelizarem o republicanismo e a democracia, sem perigo de lhes escapar a cabeça de cima dos ombros, ou sequer de lhes adejar em volta do leito do repouso o medo dos tiranos».

Declarava que «a democracia estende constantemente os braços para o fantasma irrealizável da igualdade social entre os homens» enquanto a natureza, «impassível, os vai eternamente gerando física e intelectualmente desiguais». E prossegue:

«Mas a minha inteligência amotina-se contra a conversão do homem em molécula. Repugna-me vê-lo apoucado, quase anulado, diante da sociedade, e esta, pessoa moral, indivíduo colectivo, artificial, subrogando-se ao indivíduo real. Resume-se nisto a índole da grande república americana. Nas democracias, a igualdade fabrica-se mergulhando-se as cabeças que se elevam e flutuam acima das vagas populares, na torrente das vontades irreflexivas e inconscientes que se precipitam para o imprevisto só porque as paixões as arrastam. E este mergulhar é eterno, porque a realidade, a verdade natural, protesta eternamente contra ele» (8).

A sua aversão à demagogia vinha já da mocidade, da época das pugnas ardentes na defesa da «Carta», e manifestou-se então nos dois opúsculos de *A Voz do Profeta*, onde, em estilo bíblico enfático e à maneira do Lamennais das *Paroles d'un Croyant*, ele verbera com indignação e veemência os desatinos da revolução de Setembro e os seus excessos:

«O povo tinha a liberdade e quis a licença; tinha a justiça e quis a iniquidade: o povo perecerá».

«Porque a lei e a virtude foram postas no mundo para proveito do homem, não para proveito de Deus».

«Quando uma nação quebra todos os laços sociais, dela será todo o dano».

«Para as turbas o cheiro do sangue é perfume suave; o roubo gloriosa conquista.

«E elas se fartarão de sangue e de rapinas com a voluptuosidade atroz do antropófago que se banqueteia com os membros semivivos do seu semelhante.

«Porque a plebe desenfreada é como o fantasma do crime, como o espectro da morte, como o grito de extermínio» (9).

Ao contrário do que poderia supor-se da leitura destas frases, Herculano, homem do povo, tinha do povo uma noção mais precisa e realista

(8) *Ob. cit.*, Págs. 203, 204, 201, 208 e 209.

(9) *Opúsculos*. Tomo I. Lisboa. MDCCCLXXIII. Págs. 32-33.

do que têm ainda hoje os que aparecem na praça pública a reclamar, exaltadamente, o reconhecimento dos «direitos do povo». No ensaio, escrito em francês *Mousinho da Silveira ou la révolution portugaise*, encontramos estas passagens perfeitamente esclarecedoras:

> «*Pour moi, le peuple est quelque chose de grave, d'intelligent, de laborieux; ce sont ceux qui possèdent et qui travaillent, depuis l'humble métayer, ou le laboureur de son propre champ, jusqu'au grand propriétaire; depuis le colporteur et le boutiquier jusqu'au marchand en gros; depuis l'homme de métier jusqu'au fabricant*» (9a).

Tais palavras levariam hoje os espíritos «progressistas» a alcunhar de reaccionário este homem *qui avait payé de sa personne* levado pelo seu profundo amor pela Liberdade...

Para Herculano, homem de aço, individualista inveterado, de uma inflexibilidade de ferro, em cujo rosto se pintava já aos 26 anos, na severidade das linhas, a austeridade do carácter, liberdade não é sinónimo de tripúdio.

> «A licença mata a liberdade; porque se livremente oprimes, livremente podes ser opresso; se o assassínio é teu direito, direito será para os outros assassinar-te.
>
> «Se a força, e não a moral, é a lei popular, quando os tiranos tiverem mais força, legitimamente podem pôr no colo do povo um jugo de ferro».
>
> «Porque a liberdade não é tanto um fim como um meio; quer-se a liberdade não tanto para as nações serem livres, como para serem felizes» (10).

Tendo combatido como simples soldado no cerco do Porto, já o disse, selara com o seu sangue a justeza das suas ideias, sendo o amor da Liberdade dos povos que o atirara aos 20 e poucos anos para a luta brava e para as trincheiras onde se morria.

Ao seu espírito justo todos os excessos repugnavam, como anos volvidos repugnariam ainda mais os processos parlamentares e a política, tal como a compreendiam e praticavam os homens do seu tempo. Condenou o absolutismo real, mas ao seu espírito chocava-o mais ainda o despotismo do número. Na citada carta para Oliveira Martins escreveu:

(9a) *Ob. cit.* Tomo II. 6.ª ed. Lisboa. S. d. Pág. 194.

(10) *Opúsculos.* Tom. cit. Pág. 45.

«Que a tirania de dez milhões se exerça sobre um indivíduo, que a de um indivíduo se exerça sobre dez milhões deles, é sempre a tirania, é sempre uma coisa abominável» (11).

No seu individualismo extreme, ele não punha concretamente a questão do regime, partindo do princípio, implícita ou explicitamente expresso, de que são os homens que fazem os regimes e não estes que fazem aqueles.

«Para quem tem estas crenças, a questão das monarquias e das repúblicas é uma questão secundária. Se entende que a monarquia corresponde melhor aos fins, prefere-a; prefere a república se entende o contrário. Tão ilegítimo acha o *direito divino* da soberania régia, como o *direito divino* da soberania popular. Para eles a soberania não é direito: é facto — facto impreterível para a realização da lei psicológica e até fisiológica, da sociabilidade, mas, em rigor, negação, porque restrição, nos seus efeitos, do direito absoluto, e cujas condições são, portanto, determinadas só por motivos de conveniência prática e dentro dos limites precisos da necessidade. Fora disto, toda a soberania é ilegítima e monstruosa» (12).

Nesta mesma carta, toda ela interessantíssima, um ponto há perfeitamente esclarecedor:

«Eu, meu caro democrata e republicano, nunca fui muito para as ideias que mais voga têm hoje entre os moços, e que provavelmente virão a predominar por algum tempo no século XX, predomínio que não as tornará piores, nem melhores do que são. A liberdade humana, sei o que é: uma verdade de consciência, como Deus. Por ela chego facilmente ao Direito absoluto; por ela sei apreciar as instituições sociais. Sei que a esfera dos meus actos só tem por limites naturais a esfera dos actos livres dos outros, e por limites factícios restrições a que me convém submeter-me para a sociedade existir e para eu achar nela a garantia do exercício das minhas outras liberdades. Todas as instituições que não respeitarem estas ideias, serão, pelo menos, viciosas. Absolutamente falando, o complexo das questões sociais e políticas contém-se na questão da liberdade individual. Por mais remotas que pareçam, lá irão filiar-se. Mantenham-me esta, que pouco me incomoda que outrem se assente num Trono, numa poltrona ou numa tripeça. Que as leis se afiram pelos princípios eternos do bom e do justo, e não perguntarei se estão acordes, ou não, com a vontade de maiorias ignaras» (13).

---

(11) *Cartas*. Vol. cit. Pág. 208.
(12) Pág. 207.
(13) Págs. 206-207.

Parece, por isso, que a este homem de uma só peça, que amava a Liberdade e por ela se batera, a ideia republicana devia ter-lhe sido mais cara ao coração do que a Monarquia, constitucional embora. Nenhum estudioso ignora que a Constituição de 1822, promulgada pelas Cortes instituídas pela revolução de 1820, era de timbre tão avançado que aos espíritos atentos se afigurava republicana. Abolida no ano imediato após o golpe da «Vilafrancada», veio a ser substituída pela «Carta» *outorgada* pelo Imperador do Brasil em 1826. Dez anos mais tarde, foi por sua vez abolida pela revolução de Setembro, daí saindo nova Constituição em 1837, ainda mais avançada do que a de 1822.

Herculano, «voluntário da Rainha», jurara defender a «Carta», por ela se bateu. Vitoriosa a revolução de Setembro, demitiu-se do cargo de funcionário da recémcriada Biblioteca do Porto por não querer prestar juramento à Constituição de 1822, provisoriamente restaurada pelo Governo saído da revolução. Por carta a Manuel Pereira Guimarães, presidente da Câmara Municipal do Porto, comunicava Herculano:

> «Persuadido pela voz da íntima consciência de que não devo prestar o juramento para que V. S.ª me convida, no seu ofício de hoje, julguei também me cumpria comunicar-lhe imediatamente a minha resolução.
>
> A fé que prometi guardar à carta constitucional da monarquia selei-a com as misérias do desterro e com os padecimentos e riscos de soldado que passei na emancipação da pátria — para a conservação de um cargo público não sacrificarei, portanto, nem a religião do juramento, nem o orgulho que me inspiram as minhas acções passadas.
>
> «Pode, assim, V. S.ª declarar a essa ilm.ª Câmara que o meu lugar de segundo bibliotecário está vago, para que ela proponha ao governo actual, para o preencher, qualquer outra pessoa que, por certo, melhor do que eu desempenhará as obrigações a ele anexas» (14).

Quem redigiu esta carta tão nobre e, também, tão altiva era um moço de 26 anos, que quatro anos antes vivera a vida tumultuosa dos acampamentos na Terceira e a das trincheiras no Porto, se encontrava a desempenhar funções para que fora chamado ainda antes da vitória das tropas liberais, e nenhuns meios de fortuna possuía. Nessa época ainda não era de uso fazer-se o «saneamento» puro e simples dos funcionários, exigindo-se-lhes previamente o juramento que tantos, e não apenas jovens,

---

(14) Pág. 178-179: «Ninguém deve aferir os seus actos livres, senão pelas próprias opiniões, pelas doutrinas que tem propugnado». Pág. 227: «Aferir pelas minhas ideias o meu proceder é o que unicamente faço».

se apressaram a prestar. Por imperativo de consciência, Herculano recusou-se a prestá-lo e demitiu-se.

Como um mês depois ainda o não tivessem demitido, escreveu directamente a Manuel da Silva Passos, presidente do Governo, a insistir pela demissão, aliás já dada ao 1.º bibliotecário que a pedira ao mesmo tempo que ele.

Por que era afinal antipática a ideia de República a este adversário intransigente do «direito divino»? Como se explica que este homem, que ajudara pelas armas, pela palavra e pela pena a derrubar o velho edifício monárquico, nutrisse pelas ideias republicanas aversão funda e sempre demonstrada? Ele o explica ainda nessa mesma carta para Oliveira Martins, das mais belas que lhe saíram da pena, espécie de súmula do seu «ideário», escrita a sete anos da sua morte:

> «As ideias democrático-republicanas tendem, por sua índole, a apoucar o indivíduo e a engrandecer a sociedade, se é que eu as compreendo. É por isto que, nas trevas do seu pensar, a democracia estende constantemente os braços para o fantasma irrealizável da igualdade social entre os homens, blasfemando da natureza que, impassível vai gerando física e intelectualmente desiguais. É por isto que ela acreditou ter feito uma religião séria desse fantasma, quando o que realmente fez foi inventar a idolatria do algarismo; e, cobrindo com a capa de púrpura a mais ruim das paixões, a inveja, enfeitiçou-a com um vago helenismo, cuja definição seja qual for, nunca resistirá a uma severa análise» (15).

Encerrado dentro do seu liberalismo ferrenho, intransigentemente individualista, recusava-se este «cérebro mais lúcido, mais verrumante, mais bem afinado e sistemático que pensou em língua portuguesa» (16), a compreender o significado da palavra «democracia», exceptuando a «definição filológica do dicionário», e a «mais avantajada ideia» que dela fazia no seu tempo, era «depois de uma comunidade de franciscanos (...) os Estados Unidos da América» (17), talvez visionados apenas através do livro célebre de Aléxis de Tocqueville, oferecido pelo seu amigo dilecto o rei D. Pedro V, que o lera e anotara com cuidado (18).

---

(15) Pág. 208.

(16) A. Sérgio, *ob. cit.* Pág. 164.

(17) *Cartas*. Tom. cit. Pág. 209.

(18) Conhece-se a opinião de Herculano acerca do monarca por quem ele tinha uma amizade que «chegou quase a tocar as raias de apaixonada cegueira», conforme escreveu a D. Pedro II, imperador do Brasil. Na própria confissão do Historiador o Rei ia «às vezes conversar [com ele] na [sua] modesta morada durante largas horas».

Partindo deste pressuposto (que veio a constituir depois uma das causas, mas não a principal, da malevolência do malévolo Teófilo Braga, que sempre opôs Garrett a Herculano) ([19]), dizia morrer

> «sem acreditar que as instituições democrático-republicanas convenham à velha Europa, sobretudo a estas sociedades meio-romanas, meio-germânicas na índole, e celto-romanas na raça, que estanceiam no ocidente. Digo mais: duvido de que convenham à América meridional, à América de gente latina. Explicam muitos a opulência, o poder, a actividade imensa dos Ianques pelas suas instituições democráticas, comparando os Estados-Unidos com o Brasil, país monárquico-representativo. A história e os factos extra-históricos encarregam-se de explicar isso de outro modo.

Teria passado em julgado a ideia-feita de D. Pedro V, cujas elevadas qualidades de inteligência e de carácter é aqui supérfluo salientar, ter sido discípulo *dilecto de Herculano*. No «Prefácio» da 3.ª edição da *História de Portugal*, ao dizer não esperar nem querer qualquer agradecimento ou recompensa por ter escrito a sua obra famosa, referindo-se ao Rei, escreveu: «Recompensa tive-a inteira no afecto da mais nobre e mais pura alma que encontrei na terra» (8.ª ed. Lisboa. S. d. Tomo I. Pág. 17).

Foi por isso com dolorosa surpresa que há anos se teve conhecimento de cartas e outros escritos de D. Pedro V, inéditos até então, nos quais há várias referências a Herculano bastante desprimorosas. O falecido escritor Ruben Andresen Leitão editou alguns volumes com os escritos citados, num dos quais, *Cartas de D. Pedro V ao Imperador do Brasil* (Lisboa. 1968) se encontra uma extensa carta do Rei, datada de 21 de Dezembro de 1858, na qual ele passou em revista os principais escritores da época, e ali deparamos o seguinte período que desfaz por completo a ideia-feita acima referida: «Mais velho que eles todos, e destinado a sobreviver-lhes, prossegue Alexandre Herculano, com a paciência de um beneditino, esse imenso e fastidioso panfleto contra a realeza, a aristocracia e o clero, essa defesa póstuma do municipalismo, que ele intitulou a História de Portugal. Faço justiça àquela cabeça, mas descreio daquele coração, para quem não há nem piedade nem gratidão. Natureza satânica que é força detestar, e que contudo seduz. Seduziu-me; foi bom para que eu o conhecesse» (Pág. 71).

Espanta como a inteligência deste Rei, tão apregoada e tão patente em quase tudo o que escreveu, se revelasse incapaz de compreender o intuito do Historiador ao escrever a sua *História*, chamando-lhe desdenhosamente «fastidioso panfleto», admirado nos meios cultos da Europa e serviu de ponto de partida para futuros historiadores. E que dizer do juízo do Rei acerca das qualidades morais de Herculano? Todavia, talvez por rebate de consciência, ao concluir a extensa carta, alude à «presença moral [de Herculano] na cena pública» que considerava «exemplo de uma das mais poderosas forças mentais que este país produziu» (Pág. 75).

([19]) «Examinar o verdadeiro anti-Herculano obstinadamente erguido por Teófilo é entrar nos meandros de um dos mais complexos e mórbidos labirintos do nosso oitocentismo; há aqui, nesta entranhada e facciosa máquina de guerra teofiliana montada contra o patriarca de Vale de Lobos, um contenciosos que transcende a mera antipatia entre dois homens do mesmo ofício, ainda por cima portugueses, ou seja, respirando no acanhado espaço mental de um País sem mais tradições de sadio labor

> Servem ao intento a origem das raças, a natureza do clima, a fertilidade e imensidão do território. (...) Mas quando assim fosse, quando a grandeza dos Estados-Unidos fosse indubitavelmente resultado do seu organismo político, ainda a avaliação comparada dos efeitos deste com os efeitos do liberalismo no Brasil daria conclusões falsas, porque nem os elementos do cálculo seriam completos nem a fórmula adequada. Em vez de uma simples comparação, deveria fazer-se uma equação: Distarão mais os progressos do Brasil dos da América do Norte, do que distaram os de Portugal nos começos deste século dos da Inglaterra nos fins do passado? Talvez a resposta a esta pergunta fizesse pender a balança entre as duas nações americanas a favor da mais atrasada. Depois, porque se mostram ineficazes as instituições republicanas nos estados de origem espanhola? É que a Espanha, na época em que as suas colónias se emanciparam não valia, em relação ao progresso, mais do que Portugal».

Para ele, o que

> «constitui a principal feição do republicanismo democrático é o servir de prólogo ao cesarismo»,

e o cesarismo — a tirania! — era o *leit motiv* das suas diatribes. Como explicar a anomalia dos Estados Unidos na América e da Suíça na Europa? Explicava-a ele, aliás incompletamente, pelas ideias religiosas dominantes daqueles dois Estados:

> «São na essência o mesmo o calvinismo e o puritanismo; e o calvinismo penetrou tão fundamente na vida moral dos suíços, como o puritanismo nas antigas colónias inglesas emancipadas. Mas o calvinismo e o puritanismo que são, senão a democracia republicana na sociedade espiritual? A vida política das duas sociedades foi, digamos assim, uma prolação da sua vida moral. Quando as instituições e as ideias políticas de um povo derivam das suas crenças e instituições religiosas, a manutenção tenaz das primeiras nada tem de extraordinário.
>
> «São justamente considerações desta ordem que vêm fortificar a minha persuasão de que, independente do seu mérito, ou demérito absoluto, a democracia repugna às nações ocidentais da Europa, educadas pelo catolicismo que, na pureza da sua índole, é o tipo da monarquia representativa. Seria preciso ignorar a imensa influência que as religiões têm no desenvolvimento intelectual e moral das grandes famílias humanas, na formação lenta da sua índole particular, para não perceber quão difícil é dar um carácter, não só novo, mas até oposto, ao seu organismo social e político» (19*).

---

do espírito, numa anárquica, azeda e reimosa República das Letras onde, em geral, todos se detestam, caluniam e mutuamente se vilipendiam». (João Medina, *Herculano e a geração de 70*. Lisboa, 1977. Pág. 23).

(19*) *Cartas*, Vol. cit., Págs. 211-212.

Foram longas as transcrições, absolutamente necessárias, porém, para demonstrar com clareza qual a trave mestra das ideias políticas de Herculano, as quais, sejam quais forem as opiniões a seu respeito, devem merecer o respeito de todos: ele pertenceu ao número restritíssimo daqueles que sempre as serviram com desinteresse e devoção por amor da colectividade.

Homem de carácter íntegro, insisto, jamais pactuou com a política «devorista» ou com aqueles que de todos os tempos, estão sempre prontos a servir o amo que mais der. Vivendo num tempo em que abundavam, surgiam e desapareciam os *condottiere* da aventura política, Herculano teria forçosamente de seguir o caminho que tomou, afastando-se primeiro para os recessos do passado, procurando nas linhas dos documentos carcomidos pelo tempo a origem das liberdades base fundamental do seu amor à Liberdade; fugindo depois para Vale de Lobos, para esquecer, nos cuidados prestados às suas oliveiras, os dissabores, os desgostos, as acrimónias que lhe devem ter carregado ainda mais o semblante carregado ([20]).

Dotado de indomável orgulho, era capaz, apesar disso, de descer à humildade intelectual, tão rara já no seu tempo, incapaz de esconder a sua

---

([20]) Em substanciosa conferência realizada na Academia Portuguesa da História integrada no Ciclo de Conferências promovido pela ilustre instituição para comemorar o 1.º centenário da morte do Historiador, o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão falou em *O Significado de Vale de Lobos*, dizendo que essa morte «fez criar uma corrente de opinião que buscava explicar as razões sociológicas que o haviam fixado na sua quinta estremenha». Citando depoimentos diversos, como o de Ramalho Ortigão («O dia do nosso grande luto nacional não é aquele em que expirou o solitário ilustre, mas sim aquele em que deixou de existir para o vertiginoso bulício da vida pública o ardente escritor»), o de Antero de Quental, o de Oliveira Martins, o de António Sérgio («Contra a viciosa organização do Portugal dos nossos dias, todo o grito de protesto tem em Val-de-Lobos a sua fonte»), Fidelino de Figueiredo e Vitorino Nemésio, pesando alguns dos pareceres emitidos e fazendo o respectivo balanço, o Prof. Serrão entende que o Historiador não se retirou para Vale de Lobos para fugir ao mundo que, aliás, o venerava, mas para dar realidade a antigos desejos antes manifestados em cartas para amigos. E depois de citar um trecho de uma carta para Garrett, conclui que essa opinião «confirma que Herculano sempre acarinhou a ideia de se retirar de Lisboa quando sentisse chegado o último quartel da vida».

Não é para uma breve nota acompanhar a curva do pensamento do ilustre Professor, condensado na frase transcrita. Todavia, aceitando as suas conclusões, assentes, aliás, em depoimentos do próprio Herculano, a verdade é que me parece não ser de excluir a ideia de a retirada para Vale de Lobos se ter afigurado ao Historiador um alívio por afastar-se do vespeiro de Lisboa e de todos os seus figurantes.

O que me parece ser redondamente falso, e o Prof. Serrão confirma, é que ao

indignação, também não podia ocultar a sua rudeza inata quando se sentia melindrado ou supunha o queriam ofender.

D. Pedro II, imperador do Brasil, relacionara-se com todos os sábios e todos os intelectuais do seu tempo. De curiosidade mental insaciável, ia até às ciências mais abstrusas, nas quais se comprazia com aquele sibaritismo intelectual inato nos Braganças. Quando visitou pela primeira vez Portugal, entre os seus encontros conta-se o que fez a Vale de Lobos e tanto incomodou Herculano porque o Imperador não se demoveu com os argumentos por ele opostos: parecer-lhe imprópria para o receber a sua casa humilde. Cativado com ele, D. Pedro, de regresso ao Rio, fez que o Governo premiasse o autor da *História de Portugal* com uma comenda. Sem a teatralidade de Flaubert ao recusar a Legião de Honra, o historiador escreveu-lhe uma carta cheia de dignidade a recusar a honra:

> «Acaba V. M. — começava ele — de fazer com que o seu governo me desse uma singular demonstração de apreço e benevolência. Infelizmente o sentimento, a consciência e a razão, acordes entre si inibem-me de aceitá-la.
>
> «Haja um desejo de V. M. para cuja realização seja necessário um áspero sacrifício meu. Ordene-mo V. M. e verá se o sacrifício se faz. Este excede os recursos da minha energia moral».

Manifestava a sua amizade sincera por D. Pedro de Alcântara, por ser ele «uma clara inteligência, um homem honrado e um nobre carácter». No Imperador do Brasil respeitava «a manifestação de um princípio político», continuando:

> «respeito o chefe de uma nação irmã da minha; mas parece-me que nem essa amizade dá direito à graduação, nem esse respeito exige recompensas públicas».

Não se recordava de ter feito qualquer serviço ao Brasil, achando que

> «as distinções honoríficas, onde e quando não significam o meio de um vil mercadejar de consciência, são haveres que pertencem aos beneméritos da pátria, haveres depositados na mão do soberano para solver dívidas de gratidão da sociedade».

---

abandonar Lisboa definitivamente, tivesse Herculano feito o voto de abandonar as letras: «o culto das letras nunca esteve ausente do seu viver campestre, num labor por vezes febril e de que o seu epistolário deixou testemunho». De resto, sabe-se como ele trabalhava no 5.º volume da *História de Portugal*, truncada pela morte. (*Alexandre Herculano*. Ciclo de Conferências. Lisboa, MCMLXXVII. Págs. 353-388).

E comentava com a sua ironia:

> «Receio muito que o coração de D. Pedro de Alcântara o iludisse, e o levasse inconscientemente a abusar da sua intimidade com o Imperador em proveito de uma afeição particular».

Havia, porém, outro motivo de recusa, este imperioso e pelo Historiador julgado «grave»:

> «é que, no meu país e na família de Bragança, houve outro D. Pedro de quem fui ainda mais amigo por que essa amizade chegou quase a tocar as raias de apaixonada cegueira. Também casualmente era soberano. Ia às vezes conversar comigo na minha modesta morada durante largas horas. Um dia pediu-me que aceitasse uma dessas mesmas distinções honoríficas com que o Imperador do Brasil quis honrar-me. Recusei, e expus-lhe, pareceu-me então que singularmente, parece-me hoje que rudemente, os motivos da minha recusa. Insistiu com os olhos arrasados de água. Continuei a recusar tenazmente, porque as minhas convicções, neste ponto eram já como são agora — inabaláveis».

Sem o consultar, D. Pedro V fê-lo nomear Par do Reino, e Herculano recusou também a mercê. O rei morreu e com ele desapareceu aquele que a Oliveira Martins se afigurava «um D. Duarte transviado no século XIX». E depois de narrar o facto, o historiador continuava dirigindo-se ao Imperador sábio:

> «E eu, que na minha vida por severa, ou talvez, ruim condição, poucas vezes tenho chorado, chorei muito por ele a ocultas: a ocultas, porque foi moda por muito tempo chorá-lo na praça pública.
>
> «Senhor! daquele ataúde de D. Pedro V, arrumado, esquecido no carneiro de S. Vicente de Fora viria supurar-me aos ouvidos uma voz acusadora, se eu aceitasse a outro soberano o que não quis aceitar ao moço rei que ali jaz. Pezam-me sobre o coração para tornar a saudade mais acre, as lágrimas que lhe vi verter: não me pezam sobre a consciência. Pezariam e bem duramente, se acedesse agora aos generosos intuitos de V. M.» (21).

Manifestação de orgulho? Talvez, não, porém, desse orgulho mesquinho que promana da vaidade balofa dos que costumam espanejar-se entre os brasões dourados, ou da que, mais crassa, resulta de uma auto-suficiência que não passa de demonstração inequívoca de um complexo de

(21) In *Portugal contemporâneo*. Vol. e ed. cit. Págs. 456 e 457.

inferioridade. O orgulho de Herculano, se estou a ver bem, resultava sobretudo de uma recta consciência que se sabia superior à do vulgar dos homens por ter apenas por escopo o cumprimento do dever, imposto por essa mesma consciência.

Que o seu orgulho nada tinha da vulgar vaidade prova-o a sua atitude para com tantos que nele viam um ser superior. Discursando a 6 de Julho de 1840 na Câmara dos Deputados, declarou chão e raso ter nascido «entre essas turbas plebeias, que passam desprezadas na terra». E ao «Jornal do Comércio» escrevia a 7 de Dezembro de 1862: «Pertenço pelo berço a uma classe obscura e modesta: quero morrer onde nasci» (22).

Em 1859, o já citado D. Pedro V, cuja devoção pelas Letras e pelo estudo o levou a criar o Curso Superior de Letras, subsidiado do seu bolso particular, mandou oferecer ao historiador, logicamente, uma cadeira de História no recémcriado Instituto. Logo Herculano lança mão da pena para escrever ao Ministro, creio que o depois famoso António José de Ávila, uma carta a recusar o convite e a explicar os motivos da recusa, que eram três: o primeiro achava ele ser «a própria insuficiência», acrescentando:

> «Não me revisto aqui duma falsa e ridícula modéstia. É uma verdade singela, singelamente dita. Não suponho que haja em Portugal quem tenha estudado com mais paciente ardor do que eu a história da nossa idade média, e, nesta parte, creio que as minhas lições não envergonhariam o professor nem quem o escolhesse. Fora daí, não sei mais do que sabem muitos outros, e é natural que saiba menos do que alguns. Não me persuado de que numa cadeira d'História Geral me pudesse elevar, ao menos por alguns anos acima do vulgar. Seria mortificação para o meu amor próprio. Dizem que sou orgulhoso, e é provável que seja assim, visto que tantos o dizem; mas a emenda de vícios radicados, na época da vida a que cheguei, é excessivamente difícil».

O segundo motivo da recusa era o «propósito inabalável» em que se encontrava «de abandonar dentro de três ou quatro anos a vida literária; mas abandoná-la completa e irrevogavelmente», acrescentando:

> «Penso nisto há muito tempo, e não é de ontem a resolução definitiva que tomei a tal respeito. Ao menos, quero para mim a velhice, já que não tive nem a mocidade nem a idade de homem. Não pede muito quem pede para o último quartel da vida a obscuridade e o esquecimento. Nem o país me deve nada, nem eu a ele: estamos quites».

---

(22) Cit. in *A Mocidade de Herculano*, por Vitorino Nemésio. Vol. I. Lisboa, 1934.

Finalmente, a terceira razão era que, segundo o modo como ele concebia o ensino da História,

> «é indispensável partir de certos princípios e doutrinas para por eles se aferir os factos sociais e políticos, e que a análise dos factos, avaliados por essas normas, se transforme numa síntese, mais ou menos complexa, que é o que eleva este género d'estudos ao grau de ciência. Princípios e doutrinas cada qual tem os seus, e é por eles que aprecia os actos dos homens e o valor das coisas. Eu, por mim, não sei proceder de outro modo, e é o que faria ensinando. Mas é nisso que se estribam as minhas repugnâncias. As opiniões professadas nas escolas oficiais não reflectem nunca sobre o soberano, constitucionalmente irresponsável. Quando, porém, o soberano, fora da órbita oficial, constitui o ensino, cria, mantém e regula a escola como particular, não tem responsabilidade legal, porque em nenhum caso a pode ter; mas fica-lhe a moral. Nada mais fácil, portanto, do que chegar um dia em que, sem o pensar nem o querer, eu comprometesse essa responsabilidade, ou em que, antevendo-a, tivesse de sacrificar a consciência e a livre manifestação das minhas opiniões, o que em nenhum caso estou resolvido a fazer» (23).

Era nova manifestação do seu indomável espírito de liberdade e independência, mas também de um escrúpulo, já incompreensível nos meados do século passado. Nos tempos de hoje teria o Historiador sido tomado por sujeito lunático ou de visão muito restrita por recusar a «fatia» que liberalmente lhe estendiam os Poderes Públicos...

Alguém, sob a capa do anonimato, publicou ou fez publicar um dia num jornal de Lisboa mais uma entre tantas diatribes contra o espectaculoso e irrequieto Saldanha, cujos malabarismos políticos Herculano parece não ter compreendido, o que explica ou justifica a colaboração dada depois ao futuro duque na preparação do movimento da «Regeneração». D. Fernando, marido de D. Maria II e ao serviço de quem o Historiador trabalhava então como bibliotecário da biblioteca do Paço da Ajuda, mostrou o violento artigo ao velho marechal, nessa altura Presidente do Conselho, e atribuiu a autoria a Herculano.

Excessivamente vaidoso de si, um tanto ingénuo embora valentíssimo e grande estratega, era Saldanha vulnerável à lisonja. A ser verdade a acusação do jornal, tornava melindrosa a posição de Herculano. Tendo tomado conhecimento do artigo calunioso e também de o Rei consorte o ter dado como autor, dirigiu o Historiado ao Presidente do Conselho uma

(23) *Cartas*. Tom. II. Págs. 263-264.

carta de explicações, modelo pela nobre dignidade que transpira, sem ocultar certa acrimónia que ressalta em todas as linhas.

> «Há sete anos que me separei da vida pública. Desde essa época até hoje não tenho escrito uma única linha em nenhum jornal político. Sejam quais forem as minhas opiniões acerca dos homens ou das coisas, limito-me a expendê-las no círculo dos meus amigos. Aí mesmo poucas vezes, porque todos sabem quanto vivo retirado.
>
> «Este procedimento que a mim próprio impus estriba-se na convicção de que posso ser mais útil ao meu país e a mim mesmo empregando o tempo de outro modo. Não me sobeja bastante para o desperdiçar em artigos ásperos ou mórbidos, que não conduzem, por via de regra, a nada. Se cresse que para este pobre Portugal ainda havia salvação; se chegasse a ter a consoladora esperança de fazer-lhe algum serviço melhor do que esse em que me ocupo — o redigir-lhe a longa e gloriosa inscrição tumular; esteja V. Ex.ª certo de que não seria nas colunas dum jornal, com lugares comuns ou frases vãs de eloquência datada, que eu iria oferecer o fraco tributo das minhas cogitações à salvação da pátria. Havia de fazê-lo de um modo mais duradouro, mais profícuo e mais grave.
>
> «E lá, acredite-me V. Ex.ª, nem me encobriria debaixo do manto do anónimo, nem perguntaria se as minhas opiniões iam ou não de encontro às de qualquer pessoa. Seja débil ou forte a inteligência que Deus me deu, não vacila nem se acurva senão diante daquela ante quem todas as sumidades do mundo são fumo, são sombras vãs, que não estão, mas passam.
>
> «Nunca enfeudei o meu espírito nem a partidos, nem a homens: nunca hei-de enfeudá-lo».

Seguidamente passa Herculano a referir-se ao facto que mais o chocou: ter sido D. Fernando quem lhe imputou a autoria do artigo agressivo para o Marechal. O Rei, aceitando a versão de tal artigo se dever ao historiador, demonstrava não conhecer o nobre carácter do seu servidor.

D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha era o 2.º marido de D. Maria II, ainda reinante ao tempo. As referências conhecidas ao seu carácter são em geral anódinas: se se lhe não atribuem actos que o deslustram, tampouco se lhe atribuem outros que o pudessem elevar no conceito dos homens sérios do seu tempo. O seu casamento, após a morte da Rainha, com uma cantora lírica de 2.ª categoria, elevada para o efeito a Condessa de Edla pelo Duque de Coburgo, originou certas críticas não tanto pelo Rei ter querido desposar uma *roturière*, mas pelo que a maledicência lhe atribuía, e, anos mais tarde, quando vago o trono de Espanha foi proposto D. Fernando para o ocupar, recusaria o irrequieto general Prim tal candi-

datura com a conhecida frase sangrenta que lhe é atribuída. E o geral dos louvores a esse Rei acomodatício concentram-se no apodo de «Rei Artista», no duplo sentimento de *connoisseur* e de desenhista e aguafortista ([23 a]).

Era-lhe, no entanto, inteiramente devotado o Historiador por lhe ter dado a mão nomeando-o bibliotecário da Ajuda no momento em que Herculano se demitiu de iguais funções na Biblioteca Pública do Porto. Nesta mesma carta que tenho estado a citar, ele o confessa com a sua habitual lealdade:

> «Há, porém, uma *única* pessoa, cujas opiniões não sou obrigado a seguir; mas cujas susceptibilidades a gratidão me constrange a respeitar. É S. M. El-Rei. Se posso deixar na terra algum vestígio da minha passagem, devo-o em grande parte a ele. Honro-me de o ter já testificado perante naturais e estranhos de maneira indelével, mas sem baixeza, sem indignidade.
>
> Aceitei da mão dele um cargo na sua casa, que espontaneamente me conferiu. Aceitei-o porque sou pobre; porque preciso de ganhar o pão com o meu trabalho.
>
> «Durante nove anos que tenho servido El-Rei, uma única mercê que lhe pedi concedeu-ma logo benevolamente. Foi a promessa de opor a sua alta influência a todas as propostas de qualquer ministro para se me infligir alguma dessas honrarias com que neste charco de corrupção e miséria se tem, não raramente, recompensado prostituições de mais de um género; ou algum desses cargos públicos que mais de uma vez se têm posto em vergonhosa almoeda. Tremi de que os meus concidadãos suspeitassem que eu tinha merecido tais honrarias em tais cargos.
>
> «Devo, pois, a S. M. o pão e a defesa da minha dignidade moral. Mais do que isto não pode um homem dever a outro homem. A memória desses benefícios é uma balisa que deixo no caminho da vida, e de que estou convencido me não é lícito afastar os olhos sem me desonrar, seja qual for a posição que no futuro a força das circunstâncias me reserve em relação a S. M.».

Para esclarecer o assunto de gravidade em que o seu nome fora envolvido, pedia ele a Saldanha que lhe desse a «nota do número e lugar» onde se publicara «o artigo com que [lhe pretendiam] cingir uma coroa de glória político-literária». Uma vez tomado conhecimento directo do delito, achava Herculano que se

---

([23 a]) Fazendo o necrológio de D. Fernando no «Ocidente» (11 de Janeiro de 1886), Ramalho Ortigão escreveu que o Rei «fazia consistir uma das primeiras felicidades da sua existência no prazer de se consagrar aos que estimava com a bonomia mais tocante, repartindo com eles as suas alegrias de arte» (***Costumes e Perfis***, Lisboa, 1944. Pág. 189).

«contiver apenas opiniões desfavoráveis a certas coisas ou a certos homens, por aspérrimas que sejam as ideias ou as frases dele, não descerei a justificar-me. Tenho provado em mais de um escrito que as minhas opiniões políticas não são nem violentas nem exageradas. Quando a impressão momentânea das insinuações do réptil que lhe instilou no espírito semelhante absurdo tiver passado, S. M. há-de fazer-me justiça, sem que eu a solicite. Tenho bastante fé no seu bom juízo para o esperar.

«Se, porém, nesse papel há convícios que o firmam a ele directa ou indirectamente, V. Ex.ª bem vê que é impossível abandonar este negócio a si mesmo. Admitindo a ideia de que fosse capaz de semelhante vilania, S. M. foi cruelmente injusto para comigo. É uma necessidade para mim provar-lhe e retirar-me do seu serviço; porque tanto ele como eu nos avaliámos mutuamente mal».

Uma vez de posse do artigo, esforçar-se-ia o escritor por

«descobrir o seu autor verdadeiro e exigir dele a declaração conveniente para a levar com a minha demissão à presença de S. M.».

Acreditava o íntegro, mas também ingénuo Historiador não haveria

«na alta imprensa política um homem tão torpe que queira deixar pesar sobre a fronte do inocente o ferrete de uma acção vil, quando nele essa acção própria não passará de imprudente ou descomedida, e que, em todo o caso, é sua».

E adiante concluía:

«Não pode escapar à delicada sensibilidade de V. Ex.ª o que a minha situação tem de intolerável. Se nesta carta escrita no primeiro ímpeto de indignação, há alguma frase que possa ofender a V. Ex.ª, de quem pessoalmente nenhum agravo tenho, rogo-lhe que a considere como de antemão apagada, não me recusando o leve favor que lhe peço, o qual é para mim de tanta monta, e que aliás me veria constrangido a implorar directamente de S. M.» (24).

---

(24) Págs. 5-10. Na «advertência» da 1.ª edição da *História de Portugal* escreveu Herculano: «Esta situação vantajosa e excepcional devo-a a S. M. ElRei. Ele criou para mim espontânea e generosa ma conservou, a despeito de mais de uma procela violenta, que tem ameaçado afundar o meu débil esquife, porque sou navegante assaz rude e inábil em evitar com arte a fúria das tempestades. Se este livro não for inteiramente inútil para a glória da pátria, a S. M. mais que a mim o agradeça a nação» (8.ª ed. Lisboa, s. d. Tomo I. Pág. 26).

E ao prefaciar a 3.ª edição, volta a insistir: «Foi a este [D. Fernando] que eu devera uma situação isenta de pesados encargos, a qual tornara possível dedicar a maior e melhor parte do tempo ao duro e longo lavor que hoje exige a composição da história» (Ed. e tom. cit. Pág. 7).

Ignora-se qual fosse o modo como se resolveu o assunto. Como o Historiador continuou ao serviço de D. Fernando, a certeza a que se pode chegar é ter-se descoberto o autor do artigo incriminado, embora jamais aparecesse, em letra de forma pelo menos, a confissão da culpa a apresentar ao Rei.

Apesar do alto renome criado à volta do Historiador, do respeito por tantos sectores a ele tributado, o seu tempo e o seu meio não o compreenderam: caracteres como o seu eram já raros então. Detestando a política, considerando-se incompatível com ela, acreditou, em idade já madura, que Saldanha fosse capaz de dignificar o constitucionalismo português caído no descrédito público, e para isso empregou o seu esforço máximo para a «Regeneração»: ingénuo, com a ingenuidade dos caracteres sãos que avaliam os outros por si mesmos, não adivinhou, nem mesmo pressentiu que o velho Marechal, de peito constelado de medalhas, não passava de mera tabuleta, simples fachada por detrás da qual se ocultavam os oportunistas, os ambiciosos, os «hábeis», todos aqueles enfim que sabem aproveitar as ocasiões e navegar com segurança nessas águas turvas onde depois vão pescar com habilidade e segurança.

Se ainda pôs alguma fé na «Regeneração», foram-se-lhe todas as ilusões no próprio momento da vitória, ao recusar a pasta que Saldanha lhe oferecia. Abria-se diante dele um vazio, que deveria fazer-lhe sentir o travo da derrota dos seus ideais aceites na juventude e o atiraram para a emigração e depois para a luta armada em defesa da Liberdade, degenerada esta na licença por ele acusada com veemência n'*A Voz do Profeta*. Desde 1836 até aos seus últimos dias, este homem austero, completamente desiludido dos seus compatriotas, sentiu a amargura dos vencidos: afinal, abertas de par em par as portas do templo da Liberdade, quem as franqueou foram, por um lado, os «hábeis» e, pelo outro lado, as «turbas» que o historiador fustigou na sua obra célebre. Trinta anos depois, ao prefaciar o I volume dos *Opúsculos*, escrevia:

> «Têm passado trinta anos depois daquela época; as paixões tempestuosas de então fizeram silêncio, e o cartismo e o setembrismo são dois cadáveres sepultados no cemitério da história. O autor da *Voz do Profeta* contempla tão placidamente o seu opúsculo como se mão estranha o houvera escrito. A experiência e os desenganos fazem-no sorrir daquelas cóleras, daquelas hipérboles dos vinte e seis anos. Quantos erros, quantas ignorâncias em muitas das suas opiniões desse tempo! E todavia, ainda os sentimentos que inspiravam o cartismo no seu berço parecem nobres e elevados, as doutrinas que constituíam a sua essência sólidas e justas. É inegável que o credo democrático, em que os adversários se estribavam,

> tem desde essa época adquirido numerosos sectários. O velho liberalismo passa de moda. O dogma da soberania popular, proclamado como supremo direito, substitui o único direito absoluto que ele reconhecia, a liberdade e os foros individuais. Isso passou agora a igualdade civil, que era um consectário do dogma liberal, transfere-o para o mundo político, e um nível imaginário passa teoricamente por cima de todas as desigualdades humanas, perpétuas, indestrutíveis. A paixão da liberdade esmorece, porque a absorve e transforma a da igualdade, a mais forte, a quase única paixão da democracia. E a igualdade democrática, onde chega a predominar, caminha mais ou menos rápida, mas sem desvio, para a sua derradeira consequência, a anulação do indivíduo diante do estado, manifestada por uma das duas fórmulas, o despotismo das multidões, ou o despotismo dos césares do plebiscito» (25).

A cento e dez anos de distância, é surpreendente a visão de Herculano ao predizer o curso dos acontecimentos que nós teríamos de testemunhar neste nosso conturbado século.

Tinham passado os anos agitados das suas pugnas com os que o haviam atacado. Reavivada a velha atracção pela vida agrícola, retirou-se do convívio das gentes que ele não compreendia, nem elas tampouco se mostravam dispostas a compreendê-lo. Morto D. Pedro V, recolhia-se definitivamente — «pobre rústico dos Bairros» — ao exílio na pátria, *émigré* diria Paul Bourget, morrendo definitivamente para o mundo da Política. Passou a ser apenas uma sombra, austera sombra que ainda atemorizava alguns, mas de quem tantos se riam como de um caturra sem emenda. Desapareceu praticamente da vida activa, abandonando de vez os livros da Ajuda, como abandonara décadas antes os da Biblioteca do Porto. Passou à categoria de «antepassado»: ninguém o via, ninguém o ouvia — era já um «ex-escritor português» (26), simples lavrador, preocupado apenas com a excelência do seu azeite, de reputação nacional... E se algum dia as exigências da vida agrícola o obrigavam a descer à Capital, o seu vulto de rude camponês devia espantar a mocidade dourada do tempo, esses peraltas que talvez se lhe rissem nas costas por temor do seu rosto carrancudo. De resto, se lá ia, era de fugida, parando às vezes na loja de livros dos velhos amigos Bertrands, passando meteoricamente por esse foco de infecção «regenerado».

---

(25) *Opúsculos*. Tom. cit. Págs. 24-25.

(26) Carta a Fernández de los Ríos. *Cartas*. Tom. II. Pág. 42.

*

A cem anos da sua morte, nesse fatídico dia 13 de Setembro de 1877, a figura deste homem, por alguns transformado em «mito», ainda hoje nos espanta, não tanto pelo seu saber histórico seguro, mas principalmente pela força do seu carácter. Nesse livro amargo *Portugal contemporâneo*, dedicou-lhe Oliveira Martins, seu amigo, todo um capítulo considerado até hoje as páginas mais belas dedicadas à memória desse homem excepcional, ali salientando, acima de tudo, o seu carácter.

> «Ao lado da humanidade tinha Herculano a dureza e a força lusitana; e por cima da espontaneidade, abafando muitas vezes o coração, dando sempre uma forma inteligível à força, viera a educação racionalista dar uma unidade, mais ou menos consistente, aos seus pensamentos e aos seus sentimentos. Assim, a palavra que o retrata é o Carácter, porque nele a vida moral e intelectual eram uma e única: o contrário do céptico, não raro santo, o próprio do estóico, não raro obtuso.
>
> «Dizemos pois Carácter no sentido e valor que a palavra teve na Antiguidade, e não na vaga acepção moderna. Não é a vida intemerata, não é o desprezo dos bens mundanos, o ódio à ostentação vã, a recusa desabrida de título, de honras, de lugares, que em si constituem o Carácter: embora a repugnância pelas coisas mesquinhas seja consequência indispensável desse modo de existir que consiste essencialmente na afinação perfeita das regras da moral e dos princípios da inteligência da vida do cidadão e da existência do filósofo. O tipo do carácter à antiga é o estóico, e este é o nome que propriamente define a fisionomia de Herculano; este é o tipo que passo a passo vem crescendo até dominar nos últimos anos, quando as lições, sucessivas do mundo, nunca estóico e muito menos do que nunca em nossos dias, e muito menos do que em parte alguma em Portugal, quando os desenganos do mundo o degredaram para o exílio, não como um mártir, mas como um homem que, protestando sempre, se não converte nem se corrompe».

E depois:

> «Por isso o estóico é por natureza austero e duro; e na pessoa de Herculano esse género agrava-se com efeito por vários motivos: já pelo seu temperamento lusitano, já pela deplorável baixeza do nível moral da sociedade portuguesa, já pelo saber considerável sistematizado pelo filósofo e sem dúvida alguma desproporcionado para a ilustração média do país em que vivia».

Mais adiante, continua:

> «Do acordo da inteligência e da moral vem ao estóico um pensamento bem diverso e até oposto ao dos santos, que do antagonismo sen-

> tido partem para as soluções místicas. Esse pensamento é o individualismo, cujo traço fundamental consiste na ideia de que o homem é em si um ser completo e a única verdadeira realidade social; a ideia de que a razão humana é a fonte do conhecimento certo e absoluto, a consciência a origem da moral imperativa, e a liberdade, portanto, a fórmula da existência social. Deste modo de ver as coisas nasce aquilo a que podemos chamar o orgulho transcendente, isso que os antigos estóicos disseram Carácter, quando pela primeira vez uma tal forma do pensamento apareceu sistematizada» (27).

Se nem todas as conclusões do autor são de aceitar — por exemplo a de considerar Herculano um estóico, pelo menos tal como o termo se tomava na Grécia e em Roma antigas — tem de se concordar que as suas palavras constituem um contributo muito apreciável para o conhecimento da pessoa moral do Historiador. Através dos excertos de cartas suas e de outras obras, parece-me ter deixado bem expresso como o carácter foi a qualidade saliente em Alexandre Herculano. Tendo enchido com o seu nome quase três quartos do século XIX, esse nome projectou-se ainda no nosso século, em cujo primeiro terço todos os estudiosos e todos os homens cultos o pronunciavam ou a ele se referiam com respeito, enquanto, por outro lado, a sua obra continuava a ser fonte de muitos trabalhos de valor ou objecto de estudos conscienciosos, alguns deles escritos para comemorar o 1.º centenário do nascimento do escritor.

Entretanto, teve início o grande *tournant* da civilização, que ainda estamos a viver, com o deflagrar da I Grande Guerra e, um quarto de século mais tarde, acentuado com o segundo conflito, verdadeiro cataclismo qualquer que seja o ângulo pelo qual se considere. A civilização, em particular a ocidental, entrou em crise e o Mundo viu, entre atónito, angustiado ou simplesmente curioso, uma série de acontecimentos que quase vertiginosamente estavam a contribuir para aluir os fundamentos sobre que essa civilização havia assentado, daí surgindo, como corrente impetuosa, um conjunto quase informe de ideias, de conceitos, de teorias, de sistemas, tantos dos quais, por muito que os considerassem novos, vinham do fundo dos tempos, represados como haviam sido durante séculos para garantia da sobrevivência da civilização em progresso.

Derruídas as fortes barreiras que secularmente impediram a animalidade do primitivo de voltar a dominar a Terra, ei-la que triunfa, não apenas como expressão dos instintos do selvagem cavernícola, mas também armada das mais recentes e sofisticadas armas de que qualquer civi-

(27) Págs. 303-305.

lização jamais pôde dispor. Neste duelo travado entre os restos da civilização milenar, em que ainda nascemos e fomos criados, e a nova civilização (?) mecânica, que já tenta expandir-se pelos espaços siderais, temos de concordar ser esta quem dispõe da força capaz de avassalar o Mundo, contra a qual o Homem nada mais possui senão a força do Carácter, aparentemente bem frágil e virtualmente vencida.

Diz-nos a História que nesse tormentoso e, sob tantos aspectos, pavoroso século V, Átila, rei dos Hunos, após a derrota nos Campos Cataláunicos infligida pelas últimas legiões romanas, quis tirar desforço retumbante da vergonha sofrida e para isso desceu à Itália e avançou contra Roma, indefesa e no último grau de decadência. A Cidade Eterna já havia sofrido o assalto dos Visigodos de Alarico umas décadas antes e recordaria por certo as depredações, as violências, os actos de extrema crueldade desses bárbaros, oriundos das margens do Volga. Os Hunos, originários das estepes asiáticas do Turquestão, vinham precedidos de mais pavorosa fama, correndo como ameaça horrível o dito do seu Rei, orgulhoso de jamais voltar a nascer a relva onde o seu cavalo pusesse as patas. Era ele o símbolo horrendo da força bruta em toda a sua sanguinolenta grandeza.

Facto inacreditável ocorreu então, a demonstrar que perante a força moral dum povo, incarnada em um único homem, em numerosos casos a bruta fereza cede e curva a cabeça vencida ou dominada. Ao saber Átila às portas de Roma, o papa S. Leão, inerme e rodeado pelo seu clero, avançou para o chefe dos Hunos e, em nome do céu, impôs-lhe a retirada. Ignora-se quais os sentimentos que teriam atravessado o coração e a mente do bárbaro, ao ver aquele homem de branco, empunhando um simples báculo de pastor de almas em vez do gládio faiscante de guerreiro, a impor-lhe a retirada em nome de um princípio dele desconhecido. Por certo seria entidade misteriosa e cheia de poder, capaz, portanto, de fulminar o Rei dos Hunos, como o raio derruba o mais forte e gigantesco roble da floresta. E o bárbaro cedeu: Roma estava salva por então.

Em nossos dias incertos não seria possível repetir-se essa cena simples e grandiosa passada há mais de mil e quinhentos anos nas margens do Tibre, porque a Barbárie de hoje desconhece a força resultante da moral e sabe estar na posse dos mais aperfeiçoados meios de destruição e de conquista. Sabe mais ainda: sabe que do lado da civilização existem muitos e numerosos admiradores, adoradores até desses meios destruidores. Por isso a velha civilização, sempre renovada através dos séculos, está ameaçada de desaparecer.

E faço a mim mesmo a pergunta: que representa nos nossos dias, perante o triste espectáculo oferecido pelo Mundo, o nome de Alexandre Herculano? Que pode dizer ele às gerações novas, nascidas e criadas neste ambiente de dissolução moral em que vivemos? Que mensagem, como sói dizer-se, poderá ele ter deixado aos pósteros?

O movimento desde há pouco mais de um ano lançado pela ilustre Academia Portuguesa da História, para se comemorar condignamente no ano passado o 1.º centenário da morte do grande historiador, não pode considerar-se resultante do recrudescimento de interesse pela sua obra, mas, pelo contrário, precisamente uma tentativa para se voltar ao convívio com o autor de tantas obras multifacetadas, grande parte das quais são ainda de actualidade flagrante.

Daí a proliferação de obras, quase todas de carácter erudito, acerca de Herculano, enquanto a citada Academia realizava o ciclo de conferências, já atrás referido, naturalmente dedicadas aos académicos e seus convidados. Pelo que me tem sido dado verificar, não apareceu ainda qualquer trabalho com a finalidade de estudar em profundidade o homem que foi Herculano, dando realce à qualidade que no mais elevado grau o distinguiu.

Porque, creio bem, em época notória pelo abastardamento do carácter, quando homens de elevado nível social descem às atitudes mais estranhas e à prática dos actos mais degradantes, será obra do mais alto merecimento apontar à juventude exemplos capazes de não a deixarem soçobrar sob o peso do cepticismo resultante da degradação que todos os dias tem diante dos olhos. Na juventude, sempre isso se pensou e sentiu, está o futuro das pátrias; por isso, quem já vai descendo o outro pendor da colina, é nessa juventude que põe a esperança de ela realizar o que os velhos não chegaram a conseguir. Já Herculano escrevera estas palavras de oiro ao falar da juventude: «Uma geração não pertence unicamente a si, pertence ao pretérito cuja herdeira é, ao futuro cuja testadora será» ([27a]).

Ao longo da história oito vezes secular de Portugal, muitos são, felizmente, os exemplos capazes de serem apresentados aos jovens de hoje como espelho a que deveriam mirar-se, desde o sabido caso de Egas Moniz, cumpridor fiel da sua palavra em era de paixões bravias à solta, até ao do simples oficial que há poucos anos em Timor se negou a render-se aos guerrilheiros da FRETILIN, morrendo com o nome de Portugal nos lábios. Entre todos eles, porém, pela coerência dos seus actos com o seu pensa-

---

([27a]) *Opúsculos*. Tom. VIII. 3.ª ed. Lisboa, s. d. Pág. 209.

mento, sobressai Alexandre Herculano, de quem «o seu carácter, o seu temperamento, os seus actos, o papel que desempenhou na sociedade portuguesa, coincidem perfeitamente na realização de uma figura típica que é, ao mesmo tempo, o modelo moral de uma comunidade» (28).

O mesmo ilustre pensador e doutrinário que acabei de citar, disse ainda:

> «Nunca decerto o ideal de um povo se viu melhor esculturado, não só no génio mas na vida, não só na vida mas na obra, e até nas linhas fisionómicas de uma característica individualidde» (29).

Individualidade que, dado

> «o seu emblema do Carácter, a sua inspiração de ressurgimento, comparte com Camões o privilégio máximo de ser um representante da Nacionalidade» (29a).

Por que não levar, pois, até aos jovens portugueses, como antídoto a falsas ideias claras absorvidas com avidez por moços impreparados para a sua análise em profundidade, por que, repito, não levar ao conhecimento dessa mocidade as obras de Herculano, muito em especial os *Opúsculos*, cujos volumes podem, ainda hoje, constituir um autêntico manual de cidadania baseado no amor da Liberdade, que impõe, antes de tudo o mais, e respeito mútuo entre os homens?

Na sua admirável *Carta aos Eleitores do círculo de Sintra*, já citada, escreveu o Historiador:

> «A eleição de campanário é o sintoma e o preâmbulo de uma reacção descentralizadora, a descentralização é a condição impreterível da administração do país pelo país, e a administração do país pelo país é a realização material, palpável, efectiva da liberdade na sua plenitude, sem anarquia, sem revoluções, de que não vem quase nunca senão mal» (30).

Parece-me que estas palavras, da pena do historiador dos Municípios, são a melhor conclusão para o meu modesto trabalho, que encerro *ainda* na esperança de os meus compatriotas de todos os credos políticos se debruçarem sobre esses opúsculos herculanianos para ali haurirem os ensinamentos capazes de os levarem ao conhecimento e ao *amor consciente* da Liberdade sem renegarem a sua condição de portugueses.

---

(28) A. Sérgio, *Ensaios*. Vol. cit. Pág. 163.

(29) *Ob. cit.* Pág. 166.

(29a) *Ob. cit.* Pág. 177.

(30) *Opúsculos*. Tom. II cit. Pág. 230.



ACORDOS E VREACOẼS da Câmara de Braga no Episcopado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, 1566 (VIII.14) — 1567

Nota de edição — Prossegue-se na tarefa não pequena de editar, na sua integridade, o supérstite documental das câmaras de Braga na gloriosa data de um dos seus mais egrégios Prelados e Senhores — o venerável D. Frei Bartolomeu dos Mártires: presença larga e profunda no mundo culto de quinhentos (e a oitocentos), com novas e assinaladas marcas em todas as horas conciliares, desde a hora em que tanto brilhou na final fase do Concílio Tridentino, 1562-64.

O período abrangido pelo presente fascículo de Actas de Acordos incide em tempo de assinalada história, pois então se reuniu e concluiu o IV Concílio Provincial Bracarense (IV e, até hoje, último Concílio de Braga). As pequenas informações dadas por estas actas fazem-nos desejar, verdadeiramente, que se não tivesse perdido a documentação conciliar. Por ela, melhor se veria a presença e actuação do laicado bsacarense na

magna reunião provincial de seus Bispos. Vibra muito timbrada a nota de liberdade inteira para estar presente e apresentar interpelações ou requerimentos:

> 12. 2: que eram chamados pera enlegerem cinquo pessoas que enlegesem Procuradores que lhes bem parecerem pera asystirem no Consylio provyncial e nele requererem o que pertencer a prol deste povo.
>
> 13. 1: forom falar ao Senhor Arcebispo que era o que mandava pera entrada dos Prelados que vynhão ao Synodo Provyncial. E que tãobem S. R. Senhoria lhes dese favor e licença pera requererem sua justiça nele e fazerem Procuradores pera que em nome do Povo requererem toda sua justiça acerqua de todo o que lhes fose neceçareo pera bem e conservação da Republyqua e em cumprimento de seu mandado
>
> ...E sua Senhoria respondeo que eles e o povo desta cidade tyrião em tudo muito boa ajuda pera os emprazamentos que eles requerião, e que seu voto syrya ese posto que avia daver mais votos. E que eles requeresem tudo e fizesem procuradores e o que bem lhes parecese sobre o caso.

Outra nota, que se vai avolumando com acta após acta, nós a vemos na maneira, toda de são humanismo, de governar, com atenção real ao bem do Povo, ao interesse, direitos e anseio do Povo, Povo ouvido, Povo chamado a votar, a escolher quem o represente ou o governe ou o administre, como na recolha da sisa em cada freguesia (76,2).

Outra frase, e a mais ampla e representativa, a vemos no abastecimento dos diversos géneros alimentares e dos mesteres. Aqui temos a Lei do estanho aplicada em Braga (33.1, 41.2.3.4, 42.1.2), o abastecimento de peixes, com uma preciosa lista das diversas espécies comerciadas e correntes em Braga (77.3.4, editando reprodução de Fl. 75 v); abastecimento de carne, azeite, calçado...

O mundo braguês das festas e feriados ilumina-se com a notícia das celebrações também nestes anos. Será monotonia de «fado» a cumprir ou essas festas eram festivamente organizadas e vividas? Em que medida se mistura o profano e sacro? A aplicação do Concílio Tridentino é manifesta, chega a prepotente, ou vai-se iluminando, fazendo luz em apelo ao bom senso e à Fé?...

Os atalhos de exploração cultural através do conjunto destas e semelhantes Actas de administração pública são atalhos inúmeros para um sem número de temas da mais subida valia histórica. Isto é incontestável. Isto o confirma o parecer autorizado dos mais representativos escalões académicos...

... Isto será paga consoladora para recompensa de horas e horas debruçadas sobre textos nada fáceis e para as Ex.mas Edilidades Bracaraugustanas tão atentas ao património cultural dos seus munícipes.

Porto, 24-VI-1978.

frei António do Rosário, o. p.

Braga, ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL, *ACORDOS*, Livro de 1566 (cont.)

[Fol. 1] 1. *LIVRO DOS ACORDOS da cidade de Bragua que se ordenou aos quatorze dAgosto de quinhentos sesenta e seis anos por se acabar o outro que avia.//*

[Fol. 1 v.] [*Em branco*]. //

[Fol. 2] 2. *LIVRO DOS ACORDOS da camara da cidade de Bragua do ano de quinhentos sesenta e seis anos que se ordenou aos quatorze dAgosto por outro que corria se acabar em o qual ano são Juizes Ruj Corea digo que são Regedores os seguintes*

JUIZES: Rui Corea e o doutor
Pero Fernandez de Ljma

VREADORES: Fernão Luis
Gaspar de Lemos e o licenciado
Joam Nogueira

PROCURADOR DO C.º: Bastião Gonçalves

Manuel Lopez Camelo esprevão da Camara pelo Arçebispo noso Sõr o esprevi. //

[Fol. 2 v.] [*Em branco*]

[Fol. 3] 3. Quarta feira quatorze dagosto de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara os senhores Rui Corea Juiz ordinairo, Fernão Luis Vreador e o doutor Pero Fernandez de Lima Juiz ordinairo Bastião Gonçalves Procurador do Concelho ho qual dise que Gaspar de Lemos Vreador que era fora e não viria mais E depois de acabado veio Joam Nogueira Vreador

Quadrilheiro do Campo de Santana

Item 1 acordaram por quanto não avia quadrilheiro no campo de Samtana da parte de cima enlegeram pera quadrilheiro da dita Rua a Bastião Alvarez pedreiro morador na dita Rua, ao qual per eles Regedores foi dado juramento dos santos avangelhos em que pos sua mão direita que bem e verdadeiramente sirva o dito oficio gardando seu Rigimento E ele pelo dito Juramento asy o prometeo cumprir E lhe mandaram que em termo de quatro dias tirase o Rigimento com os da sua vintena que fiquaram asentados no Livro dos quadrilheiros so pena de quinhentos reais pera o Concelho.

bastião † alus. /

Que se notifique o quadrilheiro

Item 2 loguo enlegeram mais pera quadrilheiro do dito Campo de Santana da [Fol. 3 v.]
parte de bayxo a Gaspar Giraldes filho D. Antonio Giraldes do dito Campo de Santana ao qual mandaram notifiquar per Bastião Alvares pedreiro e quadrilheiro do Dito campo de Santana da parte de cima que em termo de tres dias venha tomar Juramento pera servir e levar seu Rigimento so pena de qui digo de dous mil reis da cadea E que se dese a fe da notifiquação E que lho notifiquase que viese loguo a dita camara E loguo veio o dito Bastião Alvares quadrilheiro e dise e deu fe que fora loguo notifiquara ao dito Gaspar Giraldez o sobredito e viese so a dita pena E que disto dava sua fee.

Quadrilheiro

Item 3 loguo veio Gaspar Giraldez e que esta inlygido pera quadrilheiro do dito Campo de Santana da parte de bayxo E lhe deram juramento dos santos avangelhos em que pos sua mão direita que bem e verdadeiramente sirva o dito officio de quadrilheiro gardando seu Rigimento que ele tirara em termo de tres dias com os da sua quadrilha e asentados no Livro dos quadrilheiros so pena de quinhentos reais pera o Concelho E asynou aqui.

Gaspar gyRaldez. /

[Fol. 4]
Item 4 despacharam cousas como delas se pode ver. Manel lopez esprevão o esprevi.
Lemos / ljma / fernã lujs / nog^r^ / bastiã glz.

4. Sabodo dezasete dagosto de sesenta e seis anos forom juntos em camara hos sõres doutor Pero Fernandez de Lima Juiz Fernão Luis o licenciado Joam Nogueira Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho Gaspar de Lemos Vreador

Pelourinho da Porta do Souto

Item 1 acordaram porquanto ha lanço de vinte e quatro mil reais de pedreiros que lançaram o dito lanço estando ele em trynta e ora mandaram apegoar e poer a pegão o pylourinho da Porta do Souto

que cahiu a quem o menos quisese fazer por que se adarrematar logo elo perante mim

[Fol. 4 v.]

esprevão na praça do pão desta cidade per Fernão dAlvarez pegoeiro foi dito alta voz quem quiria lancar no pilourinho da Porta do Souto e tomar a obra dele vinte e quatro mil reais dão por ele quem no menos quisera fazer receber-lheão o lanço E loguo se adarrematar E por se arrematar a hum Antonio Gonçalves pedreiro do termo de Barcelos da freguesia de Syqueyra como consta da espretura que fez Amador da Cunha tabeliam que fez sobre o caso a que me reputo.

Item 2 despacharam pitiçõis e outras cousas como de tudo se pode ver. Manel lopez esprevão o esprevi.

ljma / fernã lujs / lemos / nog^a / bastiã glz /.

Vinho

Item 3 acabante a dita camara loguo em ela pelos taverneiros que presentes eram foi dito a eles Regedores que perdião no vinho que pidião a suas merces lhe gritaxem (?) o vinho porque o não podião vender polo preço de quatro reais e meio E por eles Regedores foi dito que hobrygandose eles a dar bom

[Fol. 5]

vinho de fora muito bom daqui até dia de Samiguel o podesem dar a sinquo reais com pena que a pesoa que o a mais der pagar por cada vez pera o Concelho e quem o acusar da cadea quatro mil reais honde estarão na cadea quinze Dias E que não averão mais acrecentamento no dito vinho ate o dito dia de Samiguel Eu esprevão tomase a obrigação a quem se obrigar E o que não se obrigar não vendera senão a quatro reais e meio so a dita pena E o vinho de Baral de Lima o poderão vender a quatro reaij sendo muito bom E o não venderão senão os que se obrigarem ho que cumprirão so a dita pena E o venderão em abastança conforme a obrigaçõis. Manel Lopez esprevão o esprevi.

ljma / fernã luis / lemos / bastiã gls /.

5. Quarta feira vinte e hum dagosto do dito ano de quinhentos sesenta e seis anos veio a camara Joam Nogueira Vreador e Bastião Gonçalvez procurador do Concelho E Gaspar de Lemos Vreador dise ontem que hia pera fora E Fernão Luis Vreador dise ontem que ate nosa Senhora da Misericordia não podia fazer nada E não vieram nenhuns veio nenhum Juiz. Manuel Lopez o esprevi.

[Fol. 5 v.] 6. Sábodo vinte e quatro dagosto de quinhentos sesenta e seis anos não fizeram vreação por ser dia do bem avynturado Senhor Apostolo Sam Bertolameu. Manuel Lopez esprevaõ o esprevi.

7. Quarta feira vinte e oito dagosto de sesenta e seis anos não veio ha camara senão Rui Corea Juiz e Bastião Gonçalves Procurador do Concelho Gaspar de Lemos Vreador dise o dito rocurador que ontem lhe disera que disese que hia pera fora e não podia vir a camara porque hia a cousa que lhe relevava Fernão Luis Vreador dise nas camaras atras que ate dia de nosa Senhora da Misericordia não podia fazer nada. Manel Lopes esprevão o esprevj. Digo que dise o dito Ferndo Luis Vreador aos dezasete do dito mes depois da camara acabada que ate dia de nosa Senhora da Misericórdia não podia fazer nada. Manel Lopez esprevão o esprevi.

[Fol. 6] 8. Sesta feira trinta dagosto de sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea e o doutor Pero Fernandez de Lima Juizes ordinairos Gaspar de Lemos o licenciado Joam Nogueira Vreador Bastião Gonçalves Procurador do Concelho

[Item 1] Pratiquaram sobre ho Pidido e se forom por asentarão (sic) que segunda feira se ajuntarem aqui. Manel Lopez esprevão o esprevi.

9. Sabodo trynta e hum dagosto de sesenta e seis anos forom juntos em camara hos Sõres doutor Pero Fernandez de Lima Juiz ordinairo Gaspar de Lemos o licenciado Joam Nogueira Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho Fernão Gonçalves digo Fernão Luis Vreador já atras dise que ate nosa Senhora da Misericordia não podia fazer nada.

Carta del-Rei

Item 1 na dita camara apresentou o dito Juiz Pero Fernandez huma carta delRei noso Senhor
[Fol. 6 v.]
que lhes espreveo sobre mandarem dinheiro do Pidido a qual fyqua na camara.

Almotacés

Item 2 acordaram de mandarem tirar o cofre pera tirarão (sic) os almotaçes E dantre os pilouros tiraram hum em o qual sairão por almotaces pera o mes seguinte de Setembro Antonio dAguiar e Antônio dOrdem os quais mandaram chamar E veio Antonio dAguiar e recebeu juramento dos Santos Avangelhos que sirua o dito oficio bem e fielmente gardando o serviço de noso Senhor Deus e as partes o direito e as posturas desta camara e em tudo o Rigimento da Ordenação e de pelo dito juramento asy o prometeu cumprir o asynou aqui.

amtº dagjar

[Item 3] E por não vir Antonio dOrdem que sahiu por almotaçe que mandaram chamar e dise o Porteiro que não estava em casa asentaram que depois lhe darião o Juramento e cometião a mim esprevão que lhe dese o juramento. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Juramento

Item 4 porquanto veio o dito Antonio dOrdem lhe foi dado Juramento dos Santos Avangelhos em que ele pos sua mão direita que bem e verdadeiramente sirva o dito oficio gardando
[Fol. 7]
o serviço de noso Senhor Deus e as partes o direito e as posturas desta camara E em tudo e por tudo o Rigimento da Ordenação E ele pelo dito Juramento asy o prometeo cumprir. Manel Lopes esprevão o esprevi.
ljma / lemos / nogra / bastiã gls / Antº dordian /

10. Quarta feira quatro de setembro de sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres doutor Pero Fernandes de Lima Juiz Gaspar de Lemos Vreador Bastião Gonçalves Procurador do Concelho Joam Nogueira Vreador dise hum visynho que ele fora fora buscar telha pera cubrir huma casa que ho mandava dizer e pedia licença E por nã virem mais não fizeram nada. Manel Lopez esprevão o esprevi.
Ljma / Lemos / bastiã glz //

[Fol. 7 v.] 11. Item quinta feira doze dias de setembro de sesenta e seis anos foram juntos os senhores Ruy. Correa o doutor Pero Fernandez de Lima Juizes e Fernão Luis e Gaspar de Lemos Vreadores da camara

Concílio Provincial

[Item 1]
E mandarão chamar aos doutores Pero Ribeiro Pero Alvarez Verea Manuel Aranha e consultarão com eles acerca da instrução que se deve fazer pera os procuradores que forem elengidos requererem no synodo provincial o que for bem pera a republica.

Sentença sobre Campo da Vinha

Item 2 Acordaram que o Procurador do Concelho Requeira a inxecução da sentença que foy dada sobre o regueiro do enxurro do Campo da Vinha e asy sobre as penas conteudas na dita sentença E eu dº diguo e a tudo darão (?) a sua devida inxecução, citando e demandando todas as pesoas que pera iso forem necesarias ha custa da camara o que fara sob pena de paguar a pena conteuda na dita sentença E eu Diogo Veloso Tabaliam que por mandado dos ditos senhores por o esprevão da camara isto esprevi. *fernãluis / lemos / Correa / Ljma //.*

[Fol. 7 A] 12. Sabodo quatorze de setembro de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sores Rui Corea e o doutor Pero Fernandez de Ljma Juizes ordinayros Fernão Luis Gaspar de Lemos o licenciado Joam Nogueira Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho

Carta de vizinhança

Item 1 deram licença a hum homem de Sam Pero dEscudeiros termo desta cidade pera ir vender quatro bois de sua cryação que jurou serem seus mandarom lhe pasar carta de certidão como do Livro do Risisto e da dita certidão se pode ver.

Eleição para Procuradores ao Conc. Provincial

Item 2 na dita camara sendo presentes os cidadãos e gente do povo da cidade que abayxo asynaram que per voz de pegão forom chamados lhes foi dito que eram chamados pera enlegerem cinquo pesoas que enlegesem os Procuradores que lhes bem parecerem pera asystirem no consy

[Fol. 7A v.]

lyo provyncial e nele requererem o que pertencer a prol deste povo E sahirão as mais vozes Francisco Nogueira Lourenço Campelo Aleyxo da Costa Bastião Pereira Joam Teyxera cidadãos da dita cydade e lhes deram poder pera em seu nome enlegerem os ditos Procuradores. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Mᵉˡ Aranha doctor / o doutor *Xᵒᵃˡ* / / *Martj brauo* / *Antº pinto* / *xpõuao pachequo* / *pº de brito* /.

[Item 3] E porquanto depois de asinados os acima por quanto antes se pratiquara que esprevesem as vilas e cidades comarquas e da provincia asentaram que se esprevese as vistas da Camara E os acima asinados se forom E os mais asynaram abayxo. Manel Lopez esprevão o esprevi.

A Aᵗº de / philipe / Bᵃʳ da Rocha / gᵈº Aranha / baltesar daraujo / pº dias areas /

[Fol. 8]

Simão cardº / Valẽtj frejre / Pº Veloso / baltesar da maia / Imº † luis / antº † gls / frᶜº miz / alejxo † simois / dº barros / mateus † freire / pº diz / frᶜº †

glz / fernã diz / fr^co^ † glz / ant^o^ † frz / estevam glz? / h^o^ † Roiz /fr^co^ lopez /p^o^ † glz / alu^o^ † glz / p^o^ † a^o^ / Ant^o^ Piz / P^o^ † Vaz / G^o^ † pjz / marcos † Roz / p^o^ † a^o^ / ffr^co^ de † pajva / G^ar^ Roys / Jacome † gls / belchior Frz / Jm^o^ † luis

[Fol. 8 v.]
L^co^ campello / tEx^ra^ / Aleixo dacorda /bastyam V^ra^ / nog^ra^ ljma / Corea / fernã luys / G^ar^ de lemos / o L^do^ João nog^ra^ / bastiã gls /.

13. Item Loguo no dito dia quatorze de setembro de sesenta e seis anos na dita cidade de Braga no paço do Concelho honde se fazem as vreações sendo presentes os Sõres Ruj Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima Juizes Fernão Luis Gaspar de Lemos Vreadores Bastião Gonçalvez Procurador do Concelho

Fala com o Arcebispo

[Item 1] Por eles foi dito que mandavão a mim esprevão asentase aqui a minha fe em como he verdade que em os quatro do dyto mes que foi quarta feira eles Sõres forom falar ao Senhor Arcebispo que era o que mandava pera entrada dos Prelados que vynhão ao Synodo Provyncial E que tãobem S R Senhoria lhes dese fauor e licença pera requererem sua Justiça nele e fazerem Procuradores pera que em nome do Pouo requeresem toda sua justiça acerqua

[Fol. 9]

de todo o que lhes fose neceçareo pera bem e conservação da Republyqua e em cumprimento de seu mandado E deu fe que eles Regedores e eu esprevão com eles depois da camara acabada fomos ao Senhor Arcebispo E eles Regedores lhe deram conta do sabredito e sua Senhoria respondeo que eles e o povo desta cidade tyrião em tudo muito boa ajuda pera os emprazamentos que eles requerião, e que seu voto syrya ese posto que avia daver mais votos E que eles requeresem tudo e fizesem procuradores e o que bem lhes parecese sobre o caso E eu dito Manel Lopez esprevão asyney aquy esta fe e o esprevi.

Manel Lopez Camelo /.

14. Quarta feira dezoyto de setembro de quinhentos sesenta e seis anos não vieram a camara porque diz que Fernão Luis e Gaspar de Lemos Vreadores e Bastião Gonçalves Procurador do Concelho eram a vindimar E o dito Gaspar de Lemos e o Procurador pidirão licença e o diseram a mim esprevão E o dito Fernão Luis vindimava. Manel Lopez esprevão o esprevi //.

[Fol. 9 v.] 15. Sabodo vinte e hum de Setembro de sesenta e seis anos não fizera vreação por ser dia do bem avinturado Senhor Apostolo Sam Mateus. Manel Lopez esprevão o esprevi.

16. Quarta feira vinte e cinquo de setembro de quinhentos sesenta e seis anos não veio nynguem a camara senão o Procurador e o Porteiro da Camara E eu esprevão Manel Lopez esprevão o esprevi.

17. Sabodo vinte e oito de setembro de sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Fernão Luis e o licenciado Joam Nogueira Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho Gaspar de Lemos diz que he fora E por não vir nenhum Juiz não fizeram mais que ho siguinte

Escusa de Vereadores
Item 1 na dita camara diseram os ditos vreadores Fernão Luis e Joam Nogueira que
[Fol. 10]
eles per Juramento de seus oficios não vieram a camara atras proxima por terem negoceos.

Ponte de Prado
Item 2 Porquanto o dito Procurador dise que ha ponte de Prado tinha hum buraquo num dos arquos da parte de qua e coria priguo Que ha hirião ver.

Almotacés
Item 3 mandaram tyrar o cofre e dous pilouros que estão em hum bolso tiraram hum pilouro em o quoal sahiram por almotaces Manel de Lemos e Lourenço Fernandes os quais pera o mes siguinte doutubro e os mandaram chamar e vieram ambos e lhes foi dado juramento dos Santos Avangelhos a cada hum per sy que bem e verdadeiramente servirião os ditos ofícios gardando o serviço de noso Senhor e as partes o direito e em tudo e por tu[do] o Rigimento da Ordenacão E asynarão aquy E asi gardarão as posturas e vreações. Manel Lopez esprevão o esprevi.
fernã lujs / lço frz / M^el de lemos / nog^ra / bastiã glz //.

[Fol. 10 v.] 18. Quarta feira dous doutubro de sesenta e seis anos não veio a camara senão Fernão Luis Vreador e Bastião Gonçalves Procurador do Concelho O Juiz Pero Fernandez de Lima diz que era na vindima averia dez ou doze dias E por não vir outro Juiz nem os mais Vreadores não se fez vreação. Manel Lopez esprevão o esprevi.

19. Sabodo cynquo doutubro de sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea Juiz ordinayro Fernão Luis Gaspar de Lemos vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho e o Licenciado Joam Nogueira Vreador

Despachos
[Item 1] E depois de despachar algumas cousas e as pratiquarem o dito juiz dise que tinha muito que fazer que depois asynarya o que eles Regedores fizeram entretanto e que despois asynarya.

Venda de vinho novo
Item 2 na dita camara pareceo Antonio Fernandez taverneiro da praça do peyxe e dise
[Fol. 11]
que pidia a suas merces e asy Elena Pires vyuva da dita praça do peyxe que quyryão vender vinho novo da tera que lho posesem E visto per eles Regedores e a informação que tomaram acordaram que hobrigandose eles ate por todo mes de dezembro do presente ano darem o cartilho a dous reais com a imposisão o posão dar so pena se o a mais der cada hum pagar por cada vez pera o Concelho

e quem o acusar dez cruzados da cadea e hum ano de degredo E com esta condição mandaram a mim esprevão que tomase a obrigação a quem se quisese hobrigar E loguo o dito Antonio Fernandez e Elena Pirez se obrigaram pela dita obrigaçam E asynou por ela Gaspar Roiz porteiro da camara a seu roguo

ant° † frz / Gaspar Rois /.

[Item 3] E loguo pareceo Francisco Gonçalves da Rua de Sam Marcos e se obrigou a vender o dito vinho da tera conforme a dita obrigação que lhe foi declarada E asynou aqui.

ffr^co † Glz //.

[Fol. 11 v.]

Pregão da venda do vinho novo

Item 4 acordaram que se apregoase pela cidade e arrabaldes que nenhuma pesoa venda vinho novo da tera senão obrigandose ate per todo o mes de dezembro o dar ha dous reais o cartilho conforme ao acordo atras sobre iso feito E mandaram Fernão dAlvarez pegoeyro que dese fe do pegão.

Tosador em Braga

Item 5 na dita camara apresentou Antonio Francisco tosador morador nesta cidade a eles Regedores huma carta dingiminação dofício de tosador da cidade de Lisboa E porque eles mandarão que se cumprise e ele asentase fazenda e mandaram a mim esprevão que delo lhe dese certidão per mim asynada de como asy mandaram

Carta de vizinhança

Item 6 mandaram pasar carta de vizinhança a Joam Fernandes de Campos da freguesia de Sam Pero de Meiximinhos termo desta cidade pera ir vender dous bois de sua cryação foilhe dado Juramento e que em tres meses venda como da dito carta e Livro dos Risistos mais largamente se pode ver.

Item 7 acordaram de hirem ver a Ponte de Prado que diz que esta prigosa pera mandarem coreger e a

[Fol. 12]

sy a Ponte Nova e a de Guimarães. Manel Lopes esprevão o esprevi.

Corea / fernāluis / G^er de lemos / nog^a / bastiã glz /

20. Quarta feira nove doutubro de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea Juiz ordinayro Fernão Luis o licenciado Joam Nogueira vreadores Bastiã Gonçalves Procurador do Concelho Gaspar de Lemos Vreador.

Prática

[Item 1] E loguo o dito Joam Nogueira vreador depois de pratiquarem algumas cousas pidiu licença e se foy por dizer que tinha muito que fazer e eles Regedores lha deram

Porteiro da Câmara

Item 2 na dita camara pareceo Baltasar Vieira Porteiro da Camara e dise a eles Regedores que vinha ser

[Fol. 12 v.]

servir seu oficio que lhe mandasem entregar as chaves e mais fato que he obrigado ter e tinha dantes E logo pareceo Gaspar Fernandez que servia per ele e lhe entregou as chaves e ele as tomou ao dito Baltasar Vieira e se ouve por entregue de todo fato que ele dantes tinha E asynou aqui. Manel Lopez esprevão o esprevi

Corea / fernāluis / gasp^er de lemos / bastiã glz / baltesar vieira /.

21. Sabodo doze doutubro de sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea Juiz ordinairo Bastião Gonçalves Procurador do Concelho Gaspar de Lemos Vreador dise hum seu filho a mim esprevão que ele era fora e não avia de vir oje a camara o que dise a eles Regedores E veio Fernão
[Fol. 13]
Luis Vreador os quais mandou dizer Joam Nogueira vreador que não podia vir por que estava muito ocupado e porem logo veio.

Escrivão de Almotaçaria
Item 1 na dita camara apresentou Joam Gomez huma provisão do Arcebispo noso Senhor que ha por bem que ho dito Joam Gomez sirva o oficio dalmotaçaria, digo d esprevaõ d almotaçaria por tempo de seis meses como mais largamente se pode ver da dita provisão a qual mandaram eles Regedores que se nom pyse a qual provisão tornou a levar ho dito Joam Gomez.

Vinho de fora
Item 2 acordaram por serem informados da valia do vinho de fora da tera velho e como os taverneiros pedem acrecentamento mandarão que ho muito bom vinho velho o posão dar os taverneiros obrigados o cartilho a seis reais E o que tal não for di pera bayxo lhe poera o almotace E o dito cartilho vindido a seis reais e o di pera bayxo entra a imposição so pena cada hum que mais levar pagar por
[Fol. 13 v.]
cada vez pagar pera o Concelho e quem o acusar dous mil reais da cadea e seis meses de degredo pera fora da cidade e seu termo.
Item 3 despacharam pitiçõis e outras cousas como delas se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi.
fernã luis / Corea / Nog^a / bastiã glz /.

22. Quarta feira dezaseis doutubro de sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres doutor Pero Fernandez de Lima Juiz ordinairo Fernão Luis Vreador que dise que Gaspar de Lemos Vreador lhe mandara dizer que hia pera fora e não avia de vir a camara E Bastião Gonçalves Procurador Rui Corea Juiz

Item 1 Despacharam pitiçõis e outras cousas como delas se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi.
fernãluis / Corea / ljma //

[Fol. 14] 23. Sabodo dezanove doutubro de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima Juizes Fernão Luis Vreador Bastião Gonçalves Procurador do Concelho Gaspar de Lemos Vreador.

Mamposteiro dos cativos no Penso
Item 1 na dita camara se apresentou huma carta precatorea de Manel Luis memposteiro dos cativos mor em que lhes pidia porquanto na freguesia de sam Vivente de Penso termo desta cidade não avia memposteiro pequeno pera pidir as esmolas que lhes requeria nomeasem tres pesoas na dita freguesia pera delas ele escolher huma conforme ao Rigimento E vista per eles Regedores a dita carta nomearam loguo Joam Luis Fer-

não Anes Joam Gonçalves e mandaram a mim esprevão que delo pasase cirtidão nas costas da dita carta per mim asynada.

Os agravos na Almotaçaria

Item 2 mandaram na dita camara ha Joam Gomez que ora serva d esprevão d al

[Fol. 14 v.]

motaçaria que aos sabodos trouxese a camara os agravos que tivese das partes porque as quartas feiras estavão ocupados.

Item 3 despacharam as pitiçõis e outras cousas como deles e de tudo se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi.

ljma /

Amos dos enjeitados

Item 4 acordaram que hos amos dos engeitados engeitados (sic) não [*entretinha*: venhão] a camara senão as quartas feiras porque aos sabados tem muitas ocupações E que asy se notefique ao esprevão da imposisão que os espreve.

Cartas de vizinhança

Item 5 mandaram pasar cartas de vysinhança a omens do termo pera levarem a vender bois de suas cryações e lhes deram juramento e que em tres meses vendesem. Manel Lopez esprevão o esprevi

Corea / ljma / fernã luis / lemos / bastiã gls //.

[Fol. 15] 24. Dominguo vinte doutubro de sesenta e seis anos forom juntos em o paço do Concelho honde se fazem as Vreações Rui Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima Juizes Fernão Luis Gaspar de Lemos o licenciado Joam Nogueira Vreadres Bastião Gonçalves Procurador do Concelho

Concílio Provincial

[Item 1] E o doutor Baltasar de Teive e o doutor Pero Ribeiro e o doutor Manel Aranha hos quais todos pratiquaram em cousas pera requererem aos Senhores Arcebispo e mais Prelados que estão nesta cidade sobre ho synodo provincial e cunsiliu[m]. Manel lopez esprevão o esprevi.

25. Quarta feira vinte e tres doutubro forom juntos em camara os Sores Rui Corea Juiz Gaspar de Lemos o licenciado Joam Nogueira Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho Fernão Luis Vreador.

Certidão de sisas

Item 1 na dita camara deram a eles Regedores

[Fol. 15 v.]

huma carta dos Regedores da vila de Guimarães sobre que lhe mandem huma certidão acerqua de como pasaram os dous quartes do no pasado da sisa do pesquado do ano pasado de quinhentos sesenta e quatro anos e asy de como se ão com a sisa das Igrejas E vista per eles Regedores a dita carta mandaram a mim esprevão que pasar a dita cirtidão e que eles asinarião.

Item 2 na dita camara mandaram chamar o doutor Teive e os doutores Pero Ribeiro e Manuel Aranha e asi vieram Estevão da Cunha e Bastião Pereira e todos pratiquaram e cunsultaram acerqua do santo cunsiliu e pera requererem ao Senhor Arcebispo e os mais Prelados E pera iso se fez huma pitição como maes largamente consta dela E asentaram d amanhã ir la. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Corea / ljma / gaspar de lemos / fernãluis /bastiã gls //.

[Fol. 16] 26. Sabodo vinte seis anos de quinhentos diguo vinte e seis doutubro de sesenta e seis anos foram juntos em camara os Sõres Rui Corea Juiz Fernão Gaspar de Lemos o licenciado Joam Nogueira Vreadores Bastiã Gonçalves Procurador do Concelho.

Privilégio do SS. Sacramento

Item 1 na dita camara apresentou Gaspar Afonso de Sam Pero dEscudeiros termo desta cidade hum privilegio do Santisimo Sacramento pera pidir as esmolas na dita Igreja de Sam Pero d Escudeiros pera o Santisymo Sacramento E visto per eles Regedores ho dito privilegio mandaram que se gardase e cumprise como nele se contem e que eu esprevão lhe dese delo cirtidão no dito pryvilegio per mim asynada de como asy mandavão.

Cartas de vizinhança

Item 2 mandaram pasar cartas de vizinhança a homens do termo pera irem vender bois de suas criaçõis e lhe deram juramento e que em tres meses vendesem como mais larga

[Fol. 16 v.]

[mente] consta do Livro do Risisto dos gados e das ditas cartas E asi mandaram pasar cartas a pesoas pera irem comprar gado pera suas lavouras.

Cem carneiros para a casa do Snr. Arcebispo

Item 3 asy pera Joam Gonçalves do arrabalde dos chãos ir comprar cem carneiros pera casa do Sor Arcebispo como consta do Livro do Risisto e a dita carta. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Quadrilheiro

Item 4 enlegeram por quadrilheiro de Samiguel o Anjo ate Cruz da Pedra a Diogo Fernandez saralheiro do arrabalde de Samiguel o Anjo e lhe deram juramento que em termo de oito dias tire seu Rigimento so pena de quinhentos reais pera o Concelho. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Corea / fernã luis / lemos / nog^ra / bastiã gls /.

[Item 5] Em vinte e nove doutubro do dito ano de sesenta e seis anos na cidade de Bragua no paço do Concelho honde se fa

[Fol. 17]

zem as vreações foi entregue por Rui Corea Juiz [*entrelinha:* foi entregue] a Manel da Costa Recebedor dos erdades e Igrejas huma paga que trouxe Antonio Sobrinho de Guimarães de dozentos e trynta e hum mil e trezentos reais E asy outra paga que Rui Corea pagara o ixycutor em Guimarães da cera e de dous mil e novecentos e sesenta reais que he pagua em cumprimento dos dous quartes pasados do presente ano E asynaram aqui de como entregou E mandaram a mim esprevão que dese os ditos papes E asy o dito Manel da Costa de como os levou e obrigou a os trazer ou outra paga em forma. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Corea / Manuoel da Costa /.

27. Quarta feira trynta doutubro de sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sores Rui Corea Juiz Joam Nogueira Vreador Bastiaõ Gonçalves Procurador do Concelho Fernão Luis Vreador dise Baltasar Vieira que hia semear triguo e não podia vir a camara //

[Fol. 17 v.]

Privilégio da SS. Trindade

Item 1 na dita camara mandaram que hum privilegio da Santisyma Trindade que pede Amador Vaz pedreiro do arrabalde dos Chãos que lho gardem o dito privilegio pera pidir as esmolas na Irmida de Sam Vicente em riba dos chaos se garde e cumpra como em ele se contem E mandaram a mim esprevão que delo lhe pase certidão no dito privilegio. Manel Lopez esprevão o esprevi. *Corea / Nogr^a / bastiã gls /.*

28. Segunda feira trynta e hum doutubro de sesenta e seis anos forom juntos em camara o doutor Pero Fernandes de Lima Juiz Joam Nogueira Vreador Bastião Gonçalves Procurador

Almotacés

Item 1 mandaram tirar o cofre honde estão as enleições e do bolso dos almotacés tiraram hum piloiro

[Fol. 18]

em o qual sairão por almotaces pera o mes siguinte de Novembro Jorge de Melo e Francisco Teyxeira os quais mandaram chamar E veio Francisco Teyxera e recebeo Juramento dos santos Avangelhos em que pos sua mão direita que bem e verdadeiramente sirva o dito ofício d almotace gardando o serviço de Deus noso Senhor e as partes seu direito e as pusturas desta camara e em todo e por todo o Rigimento da Ordenação E ele pelo dito juramento asy ho prometeo cumprir E asynou aqui.

Fr^co tx^ra /

Juramento

[Item 2] loguo veyo o dito Jorge de Melo que sahiu por almotace e recebeo o dito juramento dos santos Avangelhos em que pos sua mão direita pelo qual prometeo fazer verdade gardando o serviço de Deus e as partes o direita e as posturas desta camara e em todo e por todo o Rigimento da Ordenação E asynou aqui. Manel Lopez esprevão o esprevi

Lima / Jorge de Melo / nogr^a / bastiã gls //.

[Fol. 18 v.] 29. Sabodo dous de novembro de sesenta e seis anos não fizeram vreacão por ser dia dos fieis de Deus. Manel Lopez esprevão ho esprevi

30. Quarta feira seis de novembro de sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sorẽs Rui Corea Juiz Fernão Luis Vreador Bastião Gonçalves Procurador do Concelho o licenciado Joam Nogueira Vreador.

Saçadores de Ceuta

Item 1 acordaram de enlegerem os saquadores da Ceita.

Sacador nos Chãos

Item 2 acordaram que fose saquador da Ceita do arrabalde dos Chãos e de Sam Miguel o Anjo ate cruz da Pedra Risio das Ortas Porta de Sousa e os Bizcainhos e Campo da Vinha o genro d Saj[r]rayva dos Chãos

[Fol. 19]

Sacador do Campo de Sant,Ana

Item 3 acordaram mais que fose saquador do Campo de Santana e Rua de Samarcos com seu Risio e Rua do Anjo

Porta de Santiaguo com o mais a Bente Anes do pilourinho.

Sacador na cidade

Item 4 accrdaram mais que fose saquador da Porta do Souto e de toda a cidade dos muros adentro Marçal Roiz Mulbo (?)

Item 5 despacharam pitiçõis como delas se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi. E o dito Rui Corea Juiz se foi sem asynar e dise que depois asinaria. Manel Lopez esprevão ho esprevi
Corea / fernãluis /nog^ra / bastiã gls //.

[Fol. 19 v.] 31. Sabodo nove de Novembro de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em Bragua os Sores Pero Fernandes de Lima Juiz ordinairo Fernão Gonçalves Procurador do Concelho Joam Nogueira Vreador.

Escusa de vereador

Item 1 na dita camara disse o deGaspar (sic) de Lemos Vreador que as camaras atras serão duas ou tres não viera por sua molher estar muito doente e não sahia de casa e tãobem fora hum dia fora.

Fiança

Item 2 mandaram a mim esprevão que tomase por fiador Francisco Martins cutileiro da Rua de Samarcos a Francisco da Costa cleryguo pagar a pensão dhumas casas do Concelho que estão na Rua do Anjo e gardar as condiçõis do prazo delas E que a fiança Eu esprevão a faça neste Livro.

Ceuta

Item 3 acordaram porquanto Manuel Roiz que estava eleito pera saquador da Ceita atraz fez pitição ao Senhor
[Fol. 20]
Arcebispo que fose saquador des da Porta do Souto pera dentro com toda a cidade e asy como consta do Rol do dito Marcal Roiz Vicente Patricio. Manel Lopez esprevão o esprevi.
fernãluiz / Ljma /g^r lemos / nog^ra / bastiã glz /.

32. Quarta feira treze de novembro de sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea Juiz Fernão Luis Gaspar de Lemos Vreadors Bastião Gonçalves Procurador do Concelho E sobreveyo Joam Nogueira Vreador

Chão, casa e prazo

Item 1 acordaram e diserão eles Regedores que hos anos pasados fora dado por eles Regedores a Gonçalo Martins pedreiro e a Ines Gonçalves sua molher hum pequeno de chão que esta arriba das casas que estão ha
[Fol. 20 v.]
o padrão de nosa Senhora a Branqua quando vão pera o joguo da bolia per ele fazer humas casinhas tereiras por ser pobre e que ele se falecera e ela sua molher fiquara muito pobre e vivia na dita casinha de que ela e o Pero Anes pobre pagão vinte reais cadano ao Concelho E por sua pobreza não poderam espidir prazo E ora eles Regedores lhe pasaram huma provisão pera que lograsem as ditas casas e pagasem o dito foro de vinte reais e como tivesem posibylidade farião prazo e não farão cousa alguma desta camara digo do dito chão sem licença desta camara cujo chão he como mais largamente consta da dita

provisão ou asinado que ela levava E asynou por ela a seu rogo Baltasar Vieira Porteiro da camara por ela não saber asynar.

Asino por mjm a seu Rogo *Baltesar Vieira* 1566 /.

Escrivão dos órfãos

Item **2** na dita camara pareceo Joam Pereira criado do Senhor Arcebispo e dise que era provido do oficio da metade do esprevão dos orfãos desta cidade como constava pela provisão que apresentada (sic) e que era obrigado a dar fiança ate contia

[Fol. **21**]

de duzentos mil reais que logo apresentou. Manel Lopez outrosi criado do dito Senhor em hum pubriquo estromento E vista a dita provisão por eles Regedores foi dito que se treladase neste Livro E o avião por vertude dela por esprevão e asy aceitavão a dita fiança he mandaram que tãobem se treladase neste Livro e fiquase a propea nesta camara

Calçada

Item **3** acordaram porquanto mandaram que se fizese ha calçada a frente de Sam Marcos que portanto se pagase a Gaspar Vaz pedreiro d apar Samarcos e a outros que na dita calçada andaram.

Calçadas

[Item **4**] E asy acordarão mais que se pagase aos pedreiros que fizerão as calçadas ao (...) typão e abayxo e aos que fizeram o andayme pera gente de pe a Cruz de Pedra e aos que fizerão a calçada na Rua da Porta Nova da Misericórdia

[Fol. **21 v.**]

Item **5** despacharam pitiçõis e outras cousas como de tudo se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Corea / fernãluis / nogr[a] / lemos / bastiã gls /.

[Item **6**]

Trelado da carta do esprevão dos orfãos Joam Pereira

Dom frei Bartolomeu dos Martires por merce de Deus e da Santa See Apostolica arcebispo e Sôr de Braga Primas das Espanhas etc. A quantos esta nosa carta de confirmaçãa de ametade do oficio e pose virem fazemos saber que sendo ora vaguo ametade do oficio d esprevão dante o juiz dos orfãos desta nosa cidade e seu termo per morte natural de João Bravo vltimo esprevão e posuidor que dele foy Nos por confiarmos do saber e são consciencia de Joam Pereira noso familiar lhe damos e confirmamos a dita ametade do oficio de escrivã dante o Juiz dos Orfãos desta nosa cidade e seu termo e asy e da maneira que ele por direito o deva ser E aver antre elle e Antonio Fernandez de Gois escrivã da outra ametade estrebuição de quoaesquer feitos causas e cousas tocantes ao dito oficio pera o que farão livro de destrebuição. O qual eles mesmos destrebuirão entre sy irmaãmente aos meses

[Fol. **22**]

alternatim E o paguarão ha custa dambos E ele dito Joam Pereyra avera pelas espreturas que fizer todos os proes e percalços a elas e ao dito oficio pertencentes sem em cousa alguma tocantes ao dito oficio asy no que hade escriver como no que hade levar polas espreturas, alterar, mudar, acrecentar nem demenuir cousa alguma do que ho dito Joam Bravo seu antecesor athe aquy levou, e fez e por direito divia levar e fazer somente na dita destrebuição que antre eles averaa repartidmente. E mandamos que em todas as cousas do dito oficio outra alguma pesoa sem consentimento do dito Joam Pereira se não intrometa a escriver O qual jurou perante nos aos santos evangelhos de bem e fielmente servir o dito oficio guardando a nos noso serviço e as partes seu direito e o sagredo da justiça Pelo que mandamos ao noso Juiz dos Orfãos e

dos Residos e a todas as mais Justiças desta cidade asy ecclesiasticas como secolares e asy do dito termo que daquy em diante ajão e tenhão ao dito e conheçam ao dito Joam Pereira por verdadeiro escrivão da ametade do dito oficio e como a tal seja dado inteira fee e credito a suas espreturas em juizo e fora dele E mandamos ao dito Juiz dos Orfãos que lhe dee a pose pelos autos acustumados e lhe faça entregar o Cartorio por eventairo como se custuma Em testemunho do qual mandamos pasar a presente sob noso sinal e sello de nosas armas aos seis dias do mes de novembro. Roque Vieira que serve de escrivam da camara por simão Freire o fez anno de mil quinhentos sesenta e seis anos. [copia:] *O Arcebispo Promas //.*

[Fol. 22 v.]

[Item 7] *Trelado da fiança que deu o dito João Pereira ao oficio de esprevão dos Orfãos*

Em nome de Deus Amen. Saybhão quoantos este instromento de fiança e abonança virem que no ano do nascimento de noso Sôr Jesu Christo de mil quinhentos sesenta e seis anos aos doze dias do mes de novembro do dito ano na cidade de Bragua, nas pousadas onde pousa o Sôr doctor Pero Fernandes de Lima Juiz ordinario nesta cidade pelo Arcebispo noso Sôr etc., que sam junto da See ao canto da Rua que vay pera os açougues pareceo Joam Pereira criado do Senhor Arcebispo e por ele foi dito que hora era provido do oficio d escrivã dos orfãos desta cidade e seu termo que vagou per falecimento de Joam Bravo seu proximo antecesor. E porque não podia servir sem primeira dar fiança de dozentos mil reis conforme ha Ordenação que pidia a ele sôr Juiz lhe tomase a dita fiança como era obriguado. E logo ahy pareceo Manoel Piriz criado do Sôr Arcebispo e morador nesta cidade e por ele foy dito que ele fiava como de feito fiou ao dito Joam Pereira em dozentos mil res pera que acertando algumas pesoas de perderem suas fazendas por algum descuido ou erro do dito Joam Pereira que em seu oficio cometa de satisfazer aas partes pera o qual obrigava sua pesoa e bens moveis e de raiz avidos e por aver que pera iso specialmente importe aver E isto com declaraçam que posto que ele Manoel Piriz fiador pague

[Fol. 23]

algumas perdas ou danos que todavia sempre esta fiança fique inteira de dozentos mil reis e posto que ele Joam Pereira perqua o oficio polos taes erros que ele sempre fique obriguado aas pessoas o que tocar a perda esta obrigação e fiança fazer como fiador e principal paguador e remova como removeo todas as diuidas e hobriguaçõec em sy e renunciava como renunciou aos juizes de seu foro e se obrigou a responder perante as justiças desta cidade E todolos outros privilegios que posa ter como de Arrayolos, Torre de Moncorvo, e outros quoaesquer porque todos avja por renunciados. E que todo fez por sua livre vontade hou contra digo sem constrangimento de pesoa alguma E ele Joam Pereira se obrigou per sua pesoa e bens a tirar a paz e a salvo ao dito Manuel Piriz de todolos encarreguos e perdas que lhe sobrevierem (?) por causa dele Joam Pereira e seu oficio E se obrigou com as mais clausulas e condiçõis e renunciações costumadas nesta espretura atras. Testemunhas que estavam presentes digo, que ele Sôr Juiz e eu tabaliam Geral como pesoa publica e estepulante e aceiptante a aceitei e estepulei esta fiança em nome das pessoas a que tocar posa. Testemunhas que presentes estavão Jacome da Costa mercador e morador nesta cidade e Pero Anes alfayate outrosy morador nesta

cidade segunda Jeronimo dAlpõem, tabaliam Geral nesta cidade e termo e outros desta Sancta Igreja de Braga pelo Il^mo^ e R^mo^ Sõr o Sõr Arcebispo de Braga Primas das Espanhas e do Conselho del Rey noso Sõr que este instromento de fiança escrevi em meu Livro de notas e asy tresladei bem e fielmente e fiz meu publico sinal que tal he./.
[Fol. 23 v.]

33. Sabodo dezaseis de novembro do dito ano de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea Juiz ordinayro Fernão Luis o licenciado Joam Nogeira Gaspar de Lemos Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho

Lei do estanho
Item 1 na dita camara pareceram Goncalo Vilela Tristão Gonçalves Pero Dias picholeiros moradores nesta cidade e diseram a eles Regedores que era vinda a lei do estanho que pidião a suas merces lhes desem despacho conforme a ela E loguo per eles Regedores foi dito que loguo com muita bryvidade mandaryão a cidade do Porto busquar as marquas que diz a ley. E loguo mandaram ao dito Procurador que em termo de quinze dias, traga e faça trazer as ditas marquas conforme a dita lei so pena de pagar as partes.

Despachos. Nova reunião
Item 2 despacharam pitiçõis e outras cousas como delas se pode ver e asentaram que a tarde torna
[Fol. 24]
sem a esta camara pera cousas da cidade. Manel Lopez esprevão o esprevi.
lemos / nogr^a^ /

Preço do azeite
Item 3 acordaram porquanto os azeiteiros trouxeram certidão da cidade do Porto em como o azeite val la por postura a dezoito reais o cartilho e esta em custume valer aqui mais hum real que portanto avalha (?) aqui o cartilho a dezanove reais e a ese preço se vendera e asy o asentaram e mandaram. Manel Lopez esprevão o esprevi.
Corea / fernãluis / lemos / bastiã glz /

34. Segunda feira dezoito de novembro do dito ano de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara hos Sõres Rui Corea e o doutor Pero Fernandes Juizes ordinayros basti //
[Fol. 24 v.]
ão Gonçalves Procurador do Concelho digo Bastiã Gonçalves Procurador do Conselho Gaspar de Lemos Vreador.

Concílio Provincial
Item 1 pratiquaram em cousas que ãode requerer aos Sõres Prelados do Santo Cunsyliu pera bem da Repubryqua e não asynarão. Manel Lopez esprevão o esprevi.

35. Quarta feira vinte de novembro do dito ano de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea Juiz Fernão Luis Gaspar de Lemos Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho.

Vinho de fora da terra

Item 1 na dita camara pareceo Tome Fernandes taverneiro da Rua das Aguas e dise que ele se obrigava a vender vinho de fora da terra novo muito bom ate fim de dezembro do presente ano a vinte ceitis o quartilho. Não ouve efeito.

Obra do Pelourinho

Item 2 na dita camara dise Baltasar Piriz
[Fol. 25]
carpinteiro morador no Risio. das Ortas desta cidade que ele se obrigava por si e seus bens ha Antonio Gonçalves pedreiro da freguesia de Siqueira do termo de Barselos que esta obrigado a fazer o Pilourinho desta cidade todo o dinheiro que tem recebido e receber desta camara o pagara não cumprindo ele com a obra a o pagar por ele o que tiver recebido. E asynou aquy de como asy obrigou.

balta †† sar piz /

Item 3 despacharom autos d almotaçaria. Manel Lopez esprevão o esprevi.
Corea / fernãluis / gaspar Lemos / bastiã gls /.

36. Sabodo vinte e tres de novembro do dito ano de quinhentos sesenta e seis anos foram juntos em camara os Sorẽs Rui Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima Juizes ordinairos Fernão Luis Gaspar de Lemos o licenciado Joam No
[Fol. 25 v.]
geira Vreadors Bastião Gonçalves Procurador do Concelho E o dito Rui Corea Juiz se sahiu e dise que hia fazer audiência.

Ceuta

Item 1 na dita camara entregou Gaspar Pirez çapateiro dos chãos genro do Saraiva com o seu Rol da Ceuta de que foi saquador do dito arrabalde da Ceita e do Campo da Vinha e Bizcainhos Rysio das Ortas e arrabalde de Sam Miguel o Anjo até Cruz da Pedra mil e novecentos e noventa digo mil e novecentos e noventa os quais fiquaram em poder do dito Procurador ate se ajuntar mais.

Reunião à tarde

Item 2 asentaram de se ajuntarem a tarde pera proverem em cousas que relevão. Manel Lopez esprevão o esprevi.
lima / fernãluys / nogr^a /lemos / bastiã glz //.
[Fol. 26]

Moedas de cobre

Item 3 loguo no dito dia, sabodo vinte e tres de novembro de sesenta e seis anos sen[do] presentes os Sõres Rui Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima Juízes Fernão Luis Gaspar de Lemos o licenciado Joam Nogueira Vreadores lhes foi apresentada huma carta delRei noso Senhor pera certa diligencia com os Recebedores da cidade e termo sobre as moedas de cobre. E o asento que niso tomaram se espreveo no Livro das Sisas do presente ano e se respondeo a Sua Alteza. Manel Lopez esprevão o esprevi.
Corea / fernãluis / gaspar de lemos / ljma / o Ldo João nog^r^a /.

37. Quarta feira vinte e sete de Novembro de sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima Juizes Fernão Luis Gaspar de Lemos o licenciado Joam Nogueira Vreadores Bastião Gonçalves Procurador

Item 1 por eles foi pratiquado em Cousas e de
[Fol. 26 v.]
proveito do cumum e asy mandaram fazer auto de cousas de tomadas como de tudo se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Concilio Provincial

Item 2 acordaram que pera enxecusão do que estava asentado acerqua dos Procuradores eleitos pera irem ao Sagrado cunciliu se chame o povo per asinarem ha procuraçam.

Vinho de fora da terra

Item 3 acordaram que o vinho novo de fora da tera não pase o cartilho de vinte ceitis o muito bom E isto com a imposisão so pena de dous mil reais da cadea por cada vez e seis meses de degredo fora da vila e termo.

Festa de S. Miguel

Item 4 acordaram que se faça a festa do Senhor Samiguel o Anjo como he custume E que sobre eso se faça como milhor se poder fazer. Manel Lopez o esprevi.
Corea / ljma / fernãluis / gaspar de lemos / nog^ra / bastiã gls //.
[Fol. 26A]

38. Sesta feira vinte e nove de novembro de sesenta e seis anos forom juntos em camara Fernão Luis o licenciado Joam Nogueira Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho.

Privilégio dos cativos

Item 1 na dita camara apresentou Joam Gonçalves carpinteiro da Porta de Santiago da parte de fora hum privilegio dos cativos pera pidir as esmolas na Igreja e freguesia de Santiago da Sividade E visto per eles Regedores o requerimento do dito Joam Gonçalves que ho requereo diserão que ho dito privilegio se gardase e cumprise como nele se contem E mandaram a mim esprevão que delo lhe pasase certidão no dito privilegio per mim asynada de como asy ho mandavão.

Almotacés

Item 2 mandaram tirar o cofre honde
[Fol. 26A v.]
estão os almotaces e tiraram ho derradeiro pilouro em ho qual sairam por almotaces pera o mes siguinte de dezembro Pero de Brito e Baltasar dAraujo hos quais mandarão chamar e veio Pero de Brito e recebeo juramento dos Santos Avangelhos em que pos sua mão direita e por ele prometeo gardar o serviço de noso Senhor Deus e as partes o direito e as posturas da camara e em todo e por todo o Rigimento da Ordenacão E eles Regedores mandarão a mim esprevão que porquanto Baltaser d Araujo não veio que eu lhe dese o juramento depois. Manel Lopez esprevão o esprevi.
nog^ra / p^o de brito / bastiã glz /

39. Sabodo trinta de novembro de sesenta e seis anos não fizeram vreacão por ser dia do Senhor apostolo Santo Andre E logo no dito dia

Juramento

[Item 1] por ainda não ter juramento e ser cometido a mim espreyão que lho dese a Baltasar dAraujo que sahira por almotace com Pero de Brito lho dei dos Santos Avangelhos
[Fol. 27]
em que ele pos sua mão direita pelo qual prometeo servir fielmente o dito oficio gardando o serviço de Deus e as partes ho direito e posturas desta camara e em todo e per todo o Rigimento seu da Ordenação. Manel Lopez esprevão o esprevi.

baltasar daraujo /.

40. Quarta feira quatro de dezembro de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sôres doutor Pero Fernandez de Lima Juiz Fernão Luis Gaspar de Lemos Vreadores E sovreveio Bastião Gonçalves Procurador do Concelho e Joam Nogueira Vreador.

Ceuta

Item 1 acordaram de enlegerem pera saquador da Ceita des a Porta do Souto de dentro com toda a cidade a Francisco Fernandes saralheiro da Porta de Sousa E o dinheiro arrecadara em termo doito dias so pena de o pagar de sua casa E o enlegeram sem embargo doutra enleição atras

[Fol. 27 v.]
Item 2 acordaram de falarem nos recebedores da Sisa pera os enlegerem e asentaram que pera proxima Camara de os enlegerem. Manel Lopez esprevão o esprevi.
ljma / lemos / fernã luis / nogr^a / bastiã gls /.

41. Sabodo sete dias de dezembro de sesenta e seis anos forom juntos em Camara os Sôres doutor Pero Fernandez de Lima Juiz Gaspar de Lemos Joam Nogueira Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho Fernão Luis Vreador.

Calçada

Item 1 na dita camara pareceo Alvaro Gonçalves pedreiro de Sam Vytor e dise que lhe divião parte dhuma calçada que ele fizera na dita freguesia na estrada em Vilar e o fizera por mandado da camara no ano pasado de sesenta e cinquo e fiquara alguma parte por fazer que ha
[Fol. 28]
cabara o presente ano e que era pago no dito ano pasado de mil reais e que agora lhe divião quorenta e duas varas e meia que era o dito Fernão Luis vreador E asy o dise o dito Fernão Luis que eram E as foram midir per mandado deles Regedores a cinquoenta reais ha braça em toda a calçada em que entra o recebido.

Estanho

Item 2 acordaram de prover sobre a lei d estanho E pera iso mandaram chamar os picholeiros que tem tendas na cidade Gonçalo Vilela Tristão Gonçalves Pero Diaz e lhes mandaram que enlegesem Juiz do oficio e esprevão E logo eles enlegeram por Juiz ao dito Tristão Gonçalves e por esprevão Gonçalo Vilela aos quais deram juramento Dos santos Avangelhos que bem e verdadeiramente sirvão os ditos oficios conforme a lei que lhes foi declarada E eles Diseram que bem a sabyão e prometeram pelo dito juramento em que poseram suas mãos direitas fazer em tudo verdade conforme a dita ley. E asynaram aquy.
tristãglz / G Vilela / P^o Diz //.
[Fol. 28 v.]

Marcar o estanho

Item **3** acordaram e mandaram e enlegeram pera irem a casa do dyto Tristão Gonçalves Juiz do oficio d estanho marquar os ensais (?) padrões que vieram da cidade do Porto, a Fernão Luis e o licenciado Joam Nogueira Vreadores e Sebastião Gonçalves Procurador e eu esprevão E do que pasase e marquasem se fizese asento neste livro. Manel Lopez esprevão o esprevi

Corea / fernãluis / gaspar dlemos / ljma / bastiã gls /.

Marcação do estanho

Item **4** loguo no dito dia sete de dezembro do dito ano de quinhentos sesenta e seis anos o dito Fernão Luis e o licenciado Joam Nogueira Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho e eu esprevão conforme a enleição acima fomos fora da porta de Sam Joam nas pousadas de Tristão Gonçalves Juiz do oficio d estanho sendo presentes o dito Tristão Gonçalves Juiz e Gonçalo Vilela esprevão do oficio e Pero Diaz picholeyro loguo marquaram os padrões d estanho que vierão da cidade do Porto das marquas

[Fol. 29]

siguintes . scilcet. a marqua desta cidade em cada padram que he hum b e huma tore em cima E a marqua de Tristão Gonçalves e hum t e hum g e a divisa de Juiz e hum J e hum S. e huma cruz no meio E o sinal de Gonçalo Vilela he hum G e hum V e hum J [cortado: e o sinal] e hum v diguo a marqua E a marqua de Pero Diaz he hum p com hum o em riba e dous raminhos de rador do p E declaro que ha marqua de Goncalo Vilela he hum g e hum v e hum G e hum v. E as ditas marquas fiquarão em mãos dos ditos picholeiros de cada hum a sua e a da cidade fiqua na mão do dito Juiz Tristão Gonçalves d estanho e dos tres padrões que vyeram do Porto deram aos ditos picholeiros cada hum [*entrelinho:* sua] sua mestra pera lavrarem conforme a dita cidade digo a dita lei marquados com a marqua da cidade E os padrões que vieram do Porto asy marquados rarqua digo no almareo da camara E mandarão aos ditos picholeiros que husem de seus oficios gardando em todo a lei de sua Alteza pera o que lhe deram diguo

[Fol. 29 v.]

mandarão que asy ho cumprão e gardem E eles asy o prometeram cumprir E este termo não se asynou senão aos honze do dito mes per Rui Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima Juizes ordinayros Fernão Luis Gaspar de Lemos Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho e se asynou com os ditos Tristão Gonçalves Juiz do estanho e Gonçalo Vilela Juiz do dito estanho diguo esprevão e Pero Diaz picholeiro no Paço do Concelho honde se fazem as vreações Manel Lopez esprevão o esprevi e risquei e o sinal e fiz antrelinha que diz sua. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Corea / ljma / fernãluis / tristãgls / gaspar de Lemos / bastiã gls / nog^{ra} / G^{o} vilela / P^{o} Diz /.

42. Quarta feira honze de dezembro de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara Rui Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima Juizes Fernão Luis Gaspar

[Fol. 30]

de Lemos Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho Joam Nogueira Vreador mandou dizer que andava ocupado na calçada dos Palames

Venda de obras em estanho

Item 1 na dita camara pareceram Gonçalo Vilela e Tristão Gonçalves picholeiros moradores nesta cidade e dise o dito Gonçalo Vilela que ele conforme a lei do estanho era obrigado a fazer obrigação neste Livro quando mandase vender a sua obra de estanho lavrado O qual dise que ele ora em seu nome mandava vender Antonio Vilela seu obreiro e que ele se obrigava como logo se hobrigou a toda pena que ho dito Antonio Vilela fizer e vender no dito estanho o que não deve fazer conforme a ley ele Gonçalo Vilela a pagar tudo conforme a ley de sua Alteza do dito estanho e tornou [*entrelinha:* a dizer] que ho dito Antonio Vilela he seu obreiro muito tempo ha E asy ho jurou em os santos Avangelhos e que que (sic) a obra que ho dito Gonçalo diguo Antonio Vilela seu obreiro leva a vender he sua, dele Gonçalo Vilela, e que portanto se obrigava conforme a pena na

[Fol. **30 v.**]

dita lei conteuda encorendo o dito seu obreiro em alguns caso[s] per onde deva pagar a dita pena E asynou aqui o dito Gonçalo Vilela. Manel Lopez esprevão o esprevi com antrelinha que diz a dizer. Manel Lopez o esprevi.

G° Vilela /.

Venda de obras de estanho

Item 2 loguo pelo dito Tristão Gonçalves picholeiro foi dito morador nesta cidade que ele ora quiria ora mandar vender por Pantalyam Fernandes e Tome Gonçalves seus obreiros moradores nesta cidade estanho lavrado e que conforme a lei de sua alteza que trata do dito estanho he obrigado a fazer obrigação nesta camara e que ele conforme a dita ley se obrygou aos ditos seus obreiros gardarem os mandados na dita lei conteudos so pena dele dito Tristão Gonçalves pagar a pena conteuda na dita lei E conforme a ela se obrigou e jurou em os santos Avangelhos que hos ditos obreyros são seus moradores nesta cidade e a omra dele Tristão Gonçalves E asynou aqui. Manel Lopez esprevão o esprevi.

tristã gls //.

[Fol. **31**]

Nova reunião

Item 3 asentaram eles Regedores que ha manhã se ajuntarião nesta camara pera cousas que cumpriaõ a cidade. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Corea / Ijma / fernãluis / gaspar de lemos /.

43. Quinta feira doze de Dezembro do dito ano de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea e o doutor Pero Fernandez Juizes Fernão Luis Gaspar de Lemos Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho e Joam Nogueira Vreador.

Recebedores da sisa

Item 1 acordaram de enlegerem os recebedores da sisa pera o ano siguinte Item enlegeram loguo pera recebedor do geral da cidade e arrabaldes ha

[Fol. **31 v.**]

a Joam Pereira sirgueiro da rua de Samarcos que loguo mandaram chamar e lhe notificaram em sua pesoa que tivese careguo de receber o dito rendimento pera o dito ano seguinte de sesenta e sete anos Dise que não sabia ler nem esprever somente fazer mal o seu sinal Derão juramento dos santos Avangelhos presente o dito Joam Ferreira a Francisco Martins cutileiro da

dita Rua em que ele pos sua mão direita pelo qual dise que he verdade que hum dia não he acordado qual a porta do dito Joam Ferreira o dito Joam Ferreira tirara de hum saquo de papes hum prazo e que ho dito Joam Ferreira e ele Francisco Fernandez ambos lião por ele e que tãobem lia o dito Joam Ferreira como ele Francisco Martins e milhor diguo que dise o dito Francisco Martins que ambos lião igalmente pelo dito prazo E al não dyse E do custume diselhe (sic) e o dito Joam Ferreira dise que he verdade que ele lera o dito prazo que então apryndia com Belchior de (?) Matos e que depois lhe esquecera o ler e esprever E o dito Francisco Martins dise que a seu parecer aviria sete ou oito meses que se lera o dito prazo pouquo mais ou menos Mandarão ao dito Joam Ferreira que asynase aqui e recebese

[Fol. 32]

o dito rendimento como lhe estava mandado E per ele foi dito que por não saber ler nem esprever agravava pera o Senhor contador Não lhe receberam o agravo e asinarão aqui o dito Francisco Martins e o dito Joam Ferreira.

Joam Fr^o / fr^co Miz /.

Recebedor da sisa

Item **3** enlegeram loguo pera recebedor dos ramos da carne peixe e azeyte pera o ano siguinte de sesenta e sete a Belchior de Matos o qual mandaram chamar e lhe mandaram e notifiquaram em sua pesoa que tivese careguo de receber os ditos e rendimentos digo hos ditos ramos e rendimentos so pena de pagar tudo de sua casa E por ele foi dito que protestava não no receber por estar citado a pitição do doutor Antonio Carovalho pera corte e mais que era notairo apostoliquo que nunqua estava risidente nesta cidade e que trazia sete

[Fol. 32 v.]

demandas e que ainda tinha que dizer mais.

Recebedor da sisa

Item **4** enleger loguo mais pera recebedor dos ramos do vinho e Igrejas e erdades a Francisco Gonçalves o novo çapateiro dos Chãos digo do arrabalde dos chãos pera o ano siguinte de sesenta e sete E mandaram que fose notifiquado que tenha careguo de receber os ditos ramos e rendimento so pena de o pagar de sua casa E que se asente a fe da notifiquação se asente a fee.

Recebedor da sisa

Item **5** enlegeram loguo por recebedor do geral do termo e coutos d Arintim e Pedralva pera o ano siguinte de sesenta e sete a Fernão Diaz çapateiro morador na dita cidade o qual mandaram chamar e lhe mandarão e notifiquarão que tivese de recer digo carguo de receber o dito rendimento pera o ano siguinte so pena de tudo pagar de sua casa E aqui lho mandaram em sua pesoa. Manel Lopez espreyão o esprevi.

Corea / ljma / fernãluis / lemos nog^a / bastiãglz //.

[Fol. 32A]

44. Sabodo quatorze de dezembro de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara os Sõres Rui Corea Juiz Fernão Luis Gaspar de Lemos Vreadores Bastião Gonçalves Procurador Joam Vreador

Calçadas

Item **1** acordaram e diseram que porquanto eles Regedores mandaram fazer a calçada que esta a fonte de Sam Marcos que tinha a tera muitos cabouquos com a agoa e inxuros E pela dita

rezão a mandaram fazer a jornais. Que portanto mandavão que a dita calsada se asente nas despesas no Livro a jornais que ho Procurador diser que se o presente ano fizeram que eram a da rua que vay da Rua de Sousa da Misericordia pera o Campo dos Touros e a que se fizera na estrada da Naia ao estrypom E a da Cruz da Pedra E outra que se

[Fol. 32A v.]

fez acima na dita estrada da Quinta da Naya E a das conegas.

Cartas de vizinhança

Item 2 deram e mandaram a mim esprevão que risistase as cartas de vizinhança a omens que vieram com elas pera comprar gado neste termo E lhes dese o juramento e risistase no Livro dos Risistos e lhe pasase as certidõis diso.

Item 3 despacharam pitiçõis como delas se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Corea / fernãluis /gaspar dlemos / nog^ra / bastiã glz /.

45. Quarta feira dezoito de dezembro do dito ano de quinhentos sesenta e seis anos não fizeram vreacão por ser dia de nosa Senhora dante Natal. Manel Lopez esprevão.

[Fol. 33]

46. Sabodo vinte e hum de dezembro de sesenta e seis anos não fizeram vreação por ser dia do Senhor Sam tome apostolo. Manel Lopez esprevão o esprevi.

47. Segunda feira vinte e tres de dezembro de sesenta e seis anos forom juntos em Camara os Sores Rui Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima Juizes Fernão Luis Gaspar de Lemos Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho.

Recebedor da sisa

Item 1 acordaram porquanto estava eleito pera recebedor da sisa do ramo do geral d cidade e arrabaldes Joam Ferreira sirgueiro e ele pareceo ora em camara e dise que ele tinha agravado pera o Contador que queria seguir seu agravo pois não sabya ler nem esprever que pidia a suas merces lhe desem outro recibimento

[Fol. 33 v.]

com ele mais podese e o aceitaria e que com iso se dara do agravo E visto per eles Regedores aceitaram sua pitiçam e por lhes parecer pidia rezão ho enlegeram pera recebedor dos ramos do vinho Igrejas e erdades e o desalivavão do recibimento que tinha do geral da cidade e arrabaldes E o recibimento recebera o vinho erdades e Igrejas de que ho dito Joam Francisco foi contente e se dera do agravo E asynou aqui

Joam Fr. /

Recebedor da sisa

Item 2 acordaram loguo porquanto estava enleito por recebedor da sisa dos ramos do vinho igrejas e erdades pera o ano siguinte Francisco Gonçalves çapateiro dos Chãos o novo que ho desalivavão do dito recibimento e o enlegerão pera recebedor do dito ano siguinte de sesenta e sete dos ramos do geral da cidade e erdades E mandarão que fose notifiquado. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Corea / ljma / lemos / fernãluis / bastiã gls //.

[Fol. 34]

48. Terça feira vinte e quatro de dezembro de quinhentos sesenta e seis anos forom juntos em camara o Sõres Rui Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima Juizes Fernão Luis Gaspar de Lemos o licenciado Joam Nogueira Vreadores Bastião Gonçalves Procurador do Concelho.

Nova Câmara

Item 1 mandaram tyrar o cofre e tyraram a embolada pera se levar ao Senhor Arcebispo pera limpar E a entregaram ao dito Fernão Luis Vreador mais velho pera que a leve eu esprevão com ele. Manel Lopez esprevão o esprevi.
Corea / ljma / fernãluis / nogʳᵃ / Gaspar dlemos / bastiãgls /
Item 2 loguo no dito dia acima vinte e quatro de Dezembro de sesenta e seis anos Fernão Luis vreador e eu esprevão fomos a Sua Rᵐᵃˢ Senhoria aos paços
[Fol. 34 v.]
Arcebispais e presente mim esprevão ho dito Fernão Luis Vreador entregou a embolada ao dito Senhor e lhe ficou em sua mão. Manel Lopez esprevão o esprevi.

49. Sabado vinte e oyto dias do mes de dezembro do anno do nacimento de noso Sôr Jehsu Christo de mil quinhentos sesenta e seis anos foraõ Juntos em camara Ruy Corea e o doutor Pero Fernandez de Lima Juizes e Fernão Luis e Gaspar lemos o licenciado Joam Nogueira Vreadores e Sebastião Gonçalves Procurador do Concelho

Item 1 tratarão do lançamento da sisa e despacharão petições e outros papees e ouvirão partes. Eu Diogo Veloso tabaliam esto esprevi por Manoel Lopez esprevão da camara estar mall da vista.
Corea / ljma / fernã Luis / lemos / nogrᵃ / bastiã glz //
[Fol. 35]

50. E loguo no dito dia mes e ano atras espretos foram juntos em camara Ruy Correa e o juiz Pero Fernandes lima Juizes e Gaspar de Lemos Vreador Sabastiaõ Gonçalvez Procurador do Concelho

Item 1 e fezerão conta do Recibimento da sisa acharão carreguar sobre Belchior Pirez çapateiro morador nos Chãos recebedor do ramo do termo da cidade e coutos de Pedralva e Arentim trezentos noventa e nove mill setecentos oytenta e dous reais Os quaens o dito Belchior Pirez he obriguado entregar ao allmoxarife e ja delle tem paguo os tres quoarteis E paguara este que acaba neste mes. E acharão carreguar sobre Antonio Diaz çapateiro dos ramos do azeite e carne e pescado dozentos sesenta dous mil novecentos e trinta reais dos quoaes acharão ter paguo os tres quoarteeis somente. Pagou Manoel da Costa seis mil reais que deve asentar Antonio Diaz pera soprimento deste seu recebimento que lhe quebrarão ,scilicet. quatro mil reais que forão lançados a Bento Anes carniceiro e por ser tão pobre que se não achou em que fose penhorado E o dito Manoel da
[Fol. 35 v.]
Costa lhos deu do seu recebimento e tãobem lhe dera dous mil reais que ho dito Antonio Diaz tinha dados ao ouvidor que tem tudo guardado (?) desta ao lançamento da sysa E com estes seis mil reais teem o dito Antonio Dias paguos

os tres quoarteis E paguara este derradeiro. E acharão carreguar sobre Guaspar Guomez recebedor do geral desta cidade e arrabaldes trezentos sesenta nove mill e cem reais dos quoães tem paguo os tres quoartens e paguara este derradeiro. E acharom mais carreguar sobre Manoel da Costa recebedor do vinho Igrejas e erdades quatrocentos cinquoenta e dous [*entrelinha*: mil] quatrocentos (?) noventa e dous reais e meio. E destes aver de pagar Avallino Paride dozentos cinquoenta e tres mil oytocentos e cinquoenta e seis reais. Dos quoães tem paguo os tres quoarteis e pagara este derradeiro com o qual diguo que deve entreguar (?) Manoel da Costa ao Almoxarife dozentos cinquoenta [*cortado:* quoatro *Entrelinha cortado:* e seis] mil [*vários cortes:* oyto centos trinta reais. *Entrelinha cortado:* e dozentos nove reais] diguo quatro mil e oytocentos e trinta e cinquo reais que todo faz soma o que os ditos Revebedores amde entreguar ao dito almoxarife hum quonto dozentos oytenta seis mil seiscentos corenta e seis reais ficando ao dito Manoel da

[Vol. **36**]

da Costa por pagamento das capelas de Branca de Azevedo e Juiz das sysas e mais despesas que são as siguintes conto novecentos e sete mil seiscentos cinquoenta e sete reais e meio. Dos quaes ade pagar aos administradores da capela de Dom Diogo de Sousa sesenta mil reais E sesenta e dous mil quinhentos reais ao Chantre administrador da capela De Dom Baltasar Limpo E vinte mil reais a Branca d Azevedo molher que foy de Diogo Lopez Homem. E seis mil reaes ao Juiz das sysas desta cidade E mil reais ao esprevão das sysas. E mil Duzentos ao Requeredor. E mil seiscentos ao porteiro. E livarçõis ao dito Manoel da Costa [*entrelinha:* nem consta?] quoatro mil reais que deu de mandado desta camara a Ruy Correa pelo trabalho que levou a acerca das pautas desta sysa e yda e estada que fez de mandado desta camara a Guimarães. E guastos que la fez com sua pesoa e bi omens e em cavalguadura quer em besta que...? a conta que fez com o almoxarife que tinha mandado pehorar esta camara. e os seis mil reais que atras ficarom que deu Francisco Dias ricibidor como atras ficou dito. E dous mil reais que deu a Ruy Guomez pela casa. E seis mil novecentos e

[Fol. **36** v.]

cinquoenta reaes per que compram sesenta e nove (...?) que se entregarom ao almoxarife em cera. E mil quoatrocentos trinta reais que se pegarão em Guimarães ao Almoxarife de contas que tinha feitas com o caminheiro. E sinquoenta reais que derão a hum caminheiro que veio de Guimarãis com huma carta do Contador (...?) E quatro contos reais que a Baltazar Vjeira de seu trabalho [*entrelinho:* mandado] deles Regedores que fazem em soma estas despesas meudas. Vinte mil oyto centos trinta reais. E asy mais quatro mil trezentos oytenta e tres reais que deu a Manoel Lopez Camelo esprevão da camara que lhe forão contados dos livros e papeis tocantes da sysa que tudo faz em suma vinte e cinquo mil dozentos y seis reais. Os quoaens abatidos e asy os sesenta mil reais da capela de dom Diogo de Sousa e os de dom Baltasar Limpo e os de Branca dAzevedo e do Juiz e Porteiro e Requeredor das ditas sysas que ficão na mão dele Manoel da Costa pera os aver de pagar dos cento noventa seis mil seiscentos cinquoenta e sete reais ficão mais do resto dezoyto mil seiscentos e corenta e quatro reais dos quoais se de

[Vol. **37**]

am (?) pagar algumas quebras no receber e vender da geral desta cidade te

tever que por não ser mandada se lhe não tornou (...?) Manuel da Costa tever (...?) igrejas e erdades o qual conta se fez com o dito Manoel da Costa e com os ditos Juizes e Vreadores que aqui asynarão. Não faça duvida as antrelinhas que dizem [...] E eu Diogo Veloso tabaliam que esto per mandado deles Regedores por Manoel Lopez Camelo esprevão da Camara estar mal desposto o escrevi

Corea / ljma / guspar dlemos / bastiã glz /

51. Dominguo vinte e nove de desembro ano do nacimento de noso Senhor Jhesu Christo de mil quinhentos

[Fol. 37 v.]

sesenta e sete anos forom juntos em camara Rui Corea e o doutor Pero Fernandez juizes ordinairos Gaspar de Lemos Vreador Bastiaõ Gonçalves Procurador do Concelho

Provisão dos Regedores para 1567

Item 1 apresentou o dito Rui Corea Juiz huma provisão do R^mo^ Senhor Arcebispo em a qual se contem que que (sic) Sua Senhoria alympou as pautas da embolada dos tres anos que começarom o ano pasado de sesenta e seis e ora alimpara pera o presente de quinhentos sesenta e sete. A qual provisão diz que o presente ano de sesenta e sete sirvão de Juizes o doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto e de Vreadores Francisco Nogueira o doutor Manel Aranha Manel de Queiros e de Procurador Joam Duarte. E com a dita provisão apresentou hum (...?) com hum sobresprito com pautas dos Juizes Vreadores e Procurador do Concelho que ãode servir pera os anos de mil quinhentos e sesenta e sete e mil quinhentos e sesenta e oito de que tirarão digo In (sic) tyraram os do ano de mil quinhentos e sesenta e seis. As quaes pautas e provisão

[Fol. 38]

dise o dito Rui Corea Juiz que lhe fora [da]do per hum Digo Pero Tabares ontem ja de noute.

Juramento de novos oficiais da Câmara

Item 2 E loguo per eles Regedores foi mandado chamar os oficiais novos e vieram o doutor Pero Alvarez juiz o doutor Manel Aranha Manel de Queiros Vreador Joam Duarte Procurador do Concelho e receberam juramento dos santos Avangelhos em que poserão suas mãos direitas pelo qual prometeram fazer verdade cada hum em seu oficio conforme a Ordenação E asynaram aqui E o doutor Pero Alvarez e Manel Aranha não quiseram receber juramento porque tinhão a iso embarguos Mandaromlhes que ate amanhã as duas oras depois de meio [*entrelinha:* dia] venhom providos de Sua R^ma^ Senhoria so pena de vinte cruzados, venhão tomar juramento e que quanto aos embargos se levem a Sua Senhoria. E asy dise Antoni Pinto Juiz que tinha embargos e não tomou juramento por isso mandaram que hos embargos se levasem a Sua Senhoria E vierão [...?] ate menha as duas oras depois do meio dia E se não que venha tomar juramento so pena de vinte cruzados

[Fol. 38 v.]

e que taes embargos se levem a Sua Senhorya que ele apresentou. Manel Lopes esprevão o esprevi.

Corea / ljma / gaspar de lemos / bastião glz / Queyroos 1566 */ Jm^o^ duarte /.*

52. Em trinta de dezembro de quinhentos sesenta e seis anos na cidade de Braga no Paço do Concelho honde se fazem as vreações estando Rui Corea e o doutor Pero Fernandes de Lima juizes ordinayros Bastião Gonçalvez Procurador do Concelho que forom juntos pera as cousas siguintes E asi veio Gaspar de Lemos vreador.

Juramento de novos oficiais

Item 1 loguo mandaram chamar o doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto Juizes novos que ontem vieram com embargos e lhes deram juramento dos santos Avangelhos a cada hum per sy que bem e verdadeira

[Fol. 39]

mente sirvão e eles pelo dito juramento asy o prometeram cumprir E asy deram juramento dos santos avangelho Francisco Nogueira que sahiu por vreador que bem e verdadeiramente sirva o oficio de vreador gardando o serviço de Deus e o Rigimento da Ordenação E ele pelo dito juramento em que pos sua mão direita todo asy [prometeo] cumprir. E asynaram aqui. Manel Lopez esprevão o esprevi E quanto aos embarguos eu esprevão de mandado dos ditos Regedores os levei a Sua Senhoria com os ditos embargantes os quais diseram suas rezões a Sua Senhoria R^ma^. E depois de ouvido mandou que os embargantes servisem. Manel Lopes esprevão o esprevi.

Antonjo Pinto / o odoutor p^o^ aluz / / Corea / ljma / fr^eo^ nog^ra^ / gaspar de lemos // .

[Fol. 39 v.] [*Em branco*]

[Fol. 40] 53. *LIVRO DOS ACORDOS da cidade de Bragua do ano do nacimento de noso Sôr Jehsu Christo de mil quinhentos sesenta e sete anos do qual ano sayram por*

JUIZES: ho doutor Pero Alvarez e
Antonio Pjnto

VREADORES: Francisco Nogueira e
o doutor Manuel Aranha
Manel de Queiros

PROCURADOR DO CONCELHO: Joam Duarte

Manel Lopez Camelo esprevão da Camara da dita cidade pelo arcebispo noso Senhor o esprevi

[Fol. 40 v.] [*Em branco*]

[Fol. 41] 54. Quinta feira dous de Janeiro do ano do nacimento de noso Senhor Jehsu Christo de mil e quinhentos sesenta e sete anos na cidade de Bragua no Paço do Concelho forom juntos em camara os Sôres

doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto Juizes ordinayros Francisco Nogueira o doutor Manel Aranha Manel de Queiros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho

Juramento de Vereador

Item **1** na dita camara por ainda não ter juramento o doutor Manel Aranha vreador pelo dito Juiz Pero Alvasez lhe foi dado o dito juramento dos santos Avangelhos que bem e verdadeiramente sirva o dito hofício de Vreador gardando em todo rigimento da Ordenação e fazendo em tudo verdade E ele pelo dito juramento dos santos Avangelhos em que pos sua mão dreita asy o prometeo cumprir.

M^l Aranhadoctor //

Pregão

[Fol. **41** v.]

Item **2** acordaram que se lançase pegão per a cidade e arrabaldes e lugares pera que todos os oficiais husarem de seus oficios e mesteres e gardarem os acordos e posturas desta camera ja feitas porque todas as posturas e acordos feitos ate qui e vreações as ratifiquam e aprovão como nelas se contem e penas delas pela enformação e expiriencia que tem delas E que o pegoeyro de a fee do pegão.

Cobrar das rendas

Item **3** acordaram de enlegerem pesoa pera que coram as rendas da camara imposição e a do verde e coimas e imposição e mididagem enquanto se não arendarem.

Renda da mididagem

Item **4** loguo na dita Camara mandaram chamar Francisco Fernandez luveiro e lhe deram juramento dos santos Avangelhos que bem e verdadeiramente olhe e cora a renda da mididagem d alfandega da Porta do Souto E ele pelo dito juramento asy o prometeu o cum

[Fol. **42**]

prir. E ele pelo dito juramento asi ho prometeo cumprir E asynou aqui.

frc° fz /

Olheiro da imposição

Item **5** Loguo mais na dita camara mandaram chamar Pero Martins dos Bizcainhos e lhe mandaram que tivese o encargo de olhar pela sisa digo renda da imposisão bem e fielmente ate se arrendar e lhe seria pago seu trabalho E pera iso lhe foi dado juramento dos santos Avangelhos em que por sua mão direita E ele pelo dito juramento asy ho prometeo cumprir E asynou aqui.

P° Mjz /

Guarda da cidade

Item **6** loguo pelos ditos Vreadores foi dito e asy o Procurador e requirido aos ditos juizes que mandasem corer o sino do castelo e visitar as estalagens e mandar gardar a cidade E os ditos Juizes loguo na dita camara mandaram mandaram (sic) o Pero Feo Meirinho que tivese

[Fol. **42** v.]

careguo de corer a cidade e prender os culpados.

Sobre as câmaras

Item **7** asentaram e acordaram de fazerem as mais camaras e vreações que poderem fora das acustumadas pera entenderem no serviço del Rey noso Sõr narrecadação de suas rendas porque nas ordenadas ouvirião às partes porque ao diante não ouvese niso ouvida fazyão esta declaração. Manel Lopez esprevão o esprevi.

o doctor p° aluarez / Antonio pinto / M^l Aranhadoctor / Queyroos / fr^co° nog^ra° / Jm° duarte /.

55. Item loguo no dito dia dous de Janeiro de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Antonio Pinto juiz ordinayro Francisco Nogueira Manel de Queyros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho e o doutor Manel Aranha Vreador E o doutor Pero Alvarez Juiz.

Guarda da cidade à noite

Item 1 na dita camara mandarharão (sic) cha

[Fol. 43]

mar Jorge de Barros alcayde pequeno da dita cidade e lhe mandarão que todas as noutes mandase tanger o sino do Castelo e corese a cidade pera prender os culpados so pena da pena da Ordenação.

Renda do verde e coimas

Item 2 na dita camara mandaram chamar Fernão Roiz do arrabalde de Samiguel o Anjo e lhe encomendaram que tivese careguo de corer a renda do concelho do verde e coimas ate se arrendar e fizese meter tudo no livro pera que tudo viese a boa arrecadação E não recebera na mão coisa alguma porque lhe sera pago seu trabalho E pera iso receber o juramento dos santos Avangelhos em que pos sua mão direita de tudo cumprir e fazer bem e fielmente e fazer em tudo verdade E asynou aqui.

fernã Roiz /

Chave do cofre

Item 3 na dita camara entregou Lourenço Campelo Vreador que foi o ano pasado de sesenta e cinquo a chave que tinha do cofre ao licenciado Joam Nogueira Vreador que foi o ano pasado de sesenta e seis pera a ter que foi

[Fol. 43 v.]

digo pera a ter conforme a Ordenação E por o dito Joam Nogueira receber a dita chave da dita man[eira] asynou aquj.

Lco campello / o Lº João nogra /

Chaves. Armário das escrituras

[Item 4] E asy loguo se entregaram as chaves que tinhaõ do cofre Antonio Camelo e Antonio Vieira Vreadores que forom do ano de sesenta e cinquo a Fernã Luis e Gaspar de Lemos Vreadores que forom o ano de sesenta seis e por lhas entregarem eles as levaram asynarão aqui E asy mais entregou Fernão Luis Vreador mais velho que foi o dito ano de sesenta e seis a chave que tinha do Almareo das espreturas a Francisco Nogueira Vreador mais velho do presente ano E pela o dito Francisco Nogueira receber asynou aqui E perante eles todos meteram as pautas e provisão que Sua Rma Senhoria mandou deles Juizes Vreadores o Procurador que servem o presente ano E asynaram aqui os das chaves e eles Regedores avante.

fernãluys / frco nogra / gaspardlemos //

[Fol. 44]

Como fazer as cartas de ouvir

Item 5 acordaram e mandaram a mim esprevão que porquanto as cartas douvir dos Juizes e oficiais da camara diguo que as cartas douvir dos Juizes Vreadores e Procurador se fação pela maneira que eles Regedores mandaram a mim esprevão que o fizesse.

Carniceiros

Item 6 na dita camara pareceram Joam Nunez e Niculao Gonçalves carniceiros moradores na dita cidade e trataram sobre a carne que avião de dar ate o Intruido conforme o obrigação que fizeram o ano pasado E por estar incerta acerqua do pagamento que avião de pagar de sisa pelo qual tinhão duvida de talhar a cidade tinha necesidade de carne mormente agora que residyão aqui os Sores episcopos no cunsiliu provincial portanto e por outros justos respectos

asentaram que talhasem as cabecas que eram obrigados na dita obrigação atee o Intruydo e pagarom de sisa por cada cabeça aos Recebedores cinquoenta (?) reais o que cumprirão em todo so pena de trezentos
[Fol. 44 v.]
reais por cada cousa que não cumprirem E asy se obrigaram e aceitaram hum e outros de parte a parte E asynaram aqui.
Jm° † *nunez / njcula* † *gls / o doutor p°alurz / Antonio pinto / nog^ra / M^el Aranhadoctor / Queyroos* 1567 / *Jm° duarte /.*

56. Sesta feira tres de Janeiro de quinhentos sesenta e sete anos forom Juntos em camara os Sõres Antonio Pinto Juiz ordinayro Francisco Nogueira Manel de Queiros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho

Fé de pregão
Item 1 na dita camara pareceu Fernão dAlvarez pregoeyro e dise que ele apegoara per esta cidade
[Fol. 45]
e arrabaldes e lugares acustumados a vreação e acordo sobre os mesteres que husem de seus oficios feito atras que husem de seus oficios e mesteres E que o apegoara no dito dia que foi feito E asynou aqui esta fe que deu o dito Fernão dAlvarez E asy mais que as vreações e posturas que as aprovavão e avião por boas asy como no dito acordo se contem que tudo junto esta E a dita vreação sobretudo se fez ontem dous de Janeiro que ele tudo apegoou E asynou aqui.

ffernã † *dalz /*

Outra fé de pregão
[Item 2] E asy mais deu fe o dito Fernão dAlvarez pegoeiro que apegoara ontem e oje que quem quisese lançar nas rendas da imposisão e do verde do Concelho e mididagem d alfandega pela cidade e arrabaldes e que não lançaram em nada E asynou aqui

ffernã † *dalz*

Obrigação de carniceiro
Item 3 na dita camara mandaram chamar Francisco Martinz carniceiro e lhe notificaram e leram
[Fol. 45 v.]
a obrigaçam que ontem fizeram Joam Nunez e Nicolaõ Gonçalves ate o Intruydo e diseram se se queria obrigar como eles E por ele foi dito que sy e asy se obrigava a dar tres bois e huma vaqua cada somana ate o dito dia d Intruido e a pagar a sisa asy como Joam Nunez e Niculaõ Gonçalves conforme as suas obriguações que lhe leram. Testemunhas Baltasar Vieyra porteiro da camara E Pero Lopez rendeiro que foi do Concelho E asynou aqui.
P° † *lopez / fr°* † *nunez / baltesar vieira* 1567 /

Rendeiro
Item 4 na dita camara lançou Pero Lopez rendeiro do Concelho que foi o ano pasado na renda do Concelho do verde e coimas o presente ano trynta mil reais Receberamlhe o lanço e ele asynou aqui.

P° † *lopez /*

Fiança dos homens do Alcaide
Item 5 acordaram e mandaram que se notifiquase aos homens do alcaide e meirinho que ate primeira camara reformem suas fianças a seus oficios so pena se o asy não cumprirem pagar cada hum mil reais e de não servir mais cada hum o dito oficio E asy que notifiquase
[Fol. 46]

ao dito alcayde meirinho que não dando cada hum de seus a dita fiança e reformala os não tragão mais consiguo diguo que lhes não cunsyntão que husem de seus oficios so pena de mil reais pagos da cadea por cada vez que cada hum husar de seu oficio os ditos seus homens

Chamado o Ouvidor

Item **6** acordaram de mandarem ao Sôr Ouvidor como mandaram recado por Baltasar Vieira Porteiro da Camara quando quiria sua merce vir a esta camara pera se pooer em efeito as cousas da sisa mandou dizer segundo dise o Porteiro que hamanhã viria das oito por diante. Manel Lopez esprevão o esprevi.

o doutor p° / nog^ra / Antonio pinto / Queyroos 1567 */ Jm° duarte /*

57. Sabodo quatro de Janeiro do dito ano de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em ca

[Fol. **46** v.]

mara em camara (sic) os Sôres doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto Juizes ordinairos Francisco Nogueira o doutor Manel Aranha de Queiros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho

Sisa

Item **1** acordaram de mandarem lançar pegão pera que a huma depois do meio dia oje os cidadãos e gente do povo sejão juntos nesta camara pera enlegerem os seis lançadores que hãode lançar a sisa o ano presente e mandaram loguo a Fernã dAlvarez pegoeyro que fose lançar o dito pegão. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Antonio pinto / M Aranha doctor / ng^ra / Queyroos 1567 */ Jm° duarte /*

58. Idem loguo no dito dia quatro de Janeiro do dito ano de quinhentos sesenta

[Fol. **47**]

e quatro anos na cidade de Bragua no Paço do Concelho honde se fazem as vreações

Pregão de eleições

[Item **1**] Per Fernao d Alvares pegoeiro foi dito e dado fe que ele apegoara per esta cidade e arrabaldes e lugares acustumados oje que todos viesem a camara pera enlegerem os repartidores e lançadores da sisa pera o presente ano so pena cada hum que não viese asy do povo da cidade e arrabaldes como cidadãos pagase dous mil reais E polo asy apegoar lhe ser mandado pelos Juizes Vreadores que asy o apegoase e o apegou o asinou aqui

ffernã † dalz /

Repartidores da sisa eleitos

Item **2** loguo no dito dia quatro de Janeiro do dito ano de quinhentos sesenta e sete anos a tarde forom juntos em camara os Sôres doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto Vreador Joam Duarte Procurador do Concelho diguo Vreadores Francisco Nogueira e o doutor Manel Aranha e Manel de Queyros E o dito Joam

[Fol. **47** v.]

Duarte Procurador do Concelho e o Senhor doutor Antonio Lopez ouvidor por ser cousa toquante a sisa e pelos cida-

dãos e povo da cidade e arrabaldes abayxo asynados serem juntos per pegão que deytou Fernão dAlvarez pegoeyro pera a enleicão dos repartidores da sisa do presente ano loguo hi se tomaram os votos conjuntamente (?) de todos e sayram por repartidores nempre Antonio Vieira e Alvaro Afonso cidadãos e Pero de Carvalhães e Gaspar Gomez Vreadores e Antonio Martins cutileiro e Francisco Lopez luveiro oficiais E por sahirem com mais votos se pubricou loguo a tal enleição e deram loguo juramento dos santos Avangelhos do dito Antonio Martins que servise o tal careguo bem e verdadeiramente e mandaram que os outros eleitos e ele viesem a esta camara terça feira sete deste mes e se faria auto conjuntamente deste dito careguo E enlegeram por esprevã diguo que eu esprevão ouvese provisão do Sõr Arcebispo pera Joam Teyxera me ajudar ou outra pesoa que Sua Senhoria R^ma^ ouvese por
[Fol. 48]
seu serviço pera bom despacho da fazenda de Sua Alteza.

Ramo das correntes das partes de fora

Item 3 na dita camara trataram com os cidadãos e povo sobre o ramo da corente das partes de fora que tinhão por enformação avia em todas as vilas e lugares desta comarqua e avendo sobre iso diliberado acordo asentarão todos que a sisa das partes de fora se pagase e ouvese ramo da corente tãobem fora dado por ramo a esta camara que eles Regedores arrendasem a pegão no qual ramo nom entraria o pão trygo caseiro e milho cevada painço farynhas porem as partes de fora do termo e cidade e coutos pagaryão a sua parte da sisa E o mesmo pagaryão os desta cidade e termo comprandoo pera levar pera fora por enganos que podia acontecer e asy pareceo bem a todos e que niso e nos mais ramos os Juizes Vreadores e procurador provesem e or
[Fol. 48 v.]
denasem como lhes bem pareça e fose serviço de Deus e del Rey noso Senhor e bem do povo. Manel Lopez esprevão o esprevi.
[*assinaturas:* reprodução fotográfica de Fls. 48 v. e 49]
[Fol. 49]
[Reprodução fotográfica].

[Fol. 49 v.] **59.** Segunda feira digo terça feira sete de Janeiro do dito ano de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Antonio Pinto Juiz ordinayro Francisco Nogueira ho doutor Manel Aranha e Manel de Queyros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho e o doutor Pero Alvarez e o Senhor doutor Antonio Lopez ouvidor per as cousas toquantes da sisa.

Fiança de Tabelião

Item 1 na dita camara pareceo christovão de Resende morador na dita cidade e dise que ele he provido dos oficios de Tabeliam pubryquo e judicial na dita cidade e que era obrigado a dar fiança a cada oficio ate contia de trynta mil reais e que ele apresentava como loguo apresentou hum estromento de fiança ate contia de sesenta mil reais aos ditos oficios que eles Regedores viram e aceitaram a dita fiança e mandaram que o dito
[Fol. 50]
estromento e fiança se trelade neste livro E mandaram loguo ao dito Chris-

tovão de Resende que fizese sinal pubryquo de que hade husar que loguo fez. *xpuãoderesende* [e desenho] /.

Lançadores da sisa

Item 2 na dita camara mandaram chamar Pero de Carvalhaes e Gaspar Guomez eleytos pera lançadores da sisa mercadores e lhes deram juramento dos santos Avangelhos em que cada hum pos sua mão direita que bem e verdadeiramente lancem e repartão a dita sisa a cada hum como merecer eles com os mais lançadores E eles pelo dito juramento asy ho prometeram cumprir E asynaram aqui.

pedro de carualhaes / gaspar guomez //

[Fol. 50 v.]

Repartidores da sisa

Item 3 loguo na dita camara per eles Regedores e ouvidor foi mandado chamar os eleitos pera reparticão da sisa e vieram presentes Alvaro Afonso cidadão e Pero de Carvalhaes e Gaspar Gomez mercadores e Antonio Martins cutileiro oficial e Antonio Vieira cidadão não foi achado nem Francisco Lopez luveiro oficial E eles Regedores mandaram dar juramento per mim esprevão e alcayde que ambos fomos a sua pousada E eu esprevão dey juramento dos santos Avangelhos Branqua Lopez molher do dito Antonio Vieira declarase honde era seu marido E per ela foi dito so careguo do dito juramento que ele era ausente e partira per Abrantes vysytar hum irmão dela e per carta do dito seu irmão E não podia vir tão cedo por ter la negoçeos E o mesmo jurou nesta camara Antonio Sobrinho seu genro que veyo alegar a dita ausencia E quanto ao dito Francisco Francisco (sic) Lopez sua molher mandou a esta camara dizer que era fora e farya detença de tres ou quatro dias e vindo que faria o que lhe mandasem o que visto per

[Fol. 51]

eles Regedores e ouvidor e como avia priguo na tardança e cumpria a serviço de Sua Alteza toda brividade enlegeram Durando Anes criado d Antonio Vieira e Joam Teyxeira cidadão desta cidade E isto com parecer deles Regedores e ouuvidor e alguns cidadãos E loguo deram juramento dos santos Avangelhos aos ditos Alvaro Afonso e Joam Teyxera em que poseram suas mãos direitas que bem e fielmente repartisem a sisa deste ano presente como cada hum miricia e devia pagar E asy o prometeram E asynaram aqui.

Jorge de barros Alquaide / Jm° tEx^a^ / Aluaro a° / ãt° Sob° /

Provisão do Arcebispo

Item 4 na dita camara apresentou Joam Gomez que serve d esprevão dalmotaçaria huma provisão do Arcebispo noso Senhor que enquanto servir o dito oficio sirva d esprevão da imposisão o qual mandaram que se treladase neste Livro E o dito Joam Gomez levou a dita provisão pera depois a dar pera se treladar

[Fol. 51 v.]

Taverneiros obrigados

Item 5 na dita camara sendo presentes Afonso Pirez Bento Anes Miguel Pirez Baltasar Pirez António Fernandes Joam Gonçalves Pero Gonçalves Farynhato taverneiros per eles Regedores lhes foi notifiquado e mandado que vendesem vinho como fizeram o ano pasado e se viesem obrigar em termo doyto dias e que loguo oje começasem vender por que lhe davão pera iso licença e que quanto a sisa não querendo eles tomar o ramo a sua conta e repartila antre sy lhes farião toda ajuda e favor por que doutra maneira seria perjuizo da fazenda de sua Alteza E portanto lhes notifiquavão husasem de seus oficios so pena de pagarem a sisa intejramente a elRej noso como era per ramo

E eles Regedores não serem obrigados nem a cidade com tal ramo. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Ant° / o doutor p° / Jm° duarte / nog°° / M¹ Aranha doctor / Ant° pinto / Queyros //

[Fol. 52] 60. Item loguo no dito sete de Janeiro do dito ano de quinhentos sesenta e sete anos a tarde forom juntos em camara os Sôres doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto Juizes ordinayros Francisco Nogueira o doutor Manel Aranha Manel de Queyros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho

Carta de vizinhança

Item **1** na dita camara deram licença a Joam Duarte da freguesia diguo a hum homem que veyo com quarta de vizinhança de fora pera comprar huns bois a Joam Duarte de Sam Pero de Meiximinhos termo desta cidade e lhe deram juramento como mais largamente consta do Livro dos Risistos e da dita carta.

Arrendamento do verde e coimas

Item **2** na dita camara porquanto avia lanço na Renda do verde do concelho e coymas de tres mil reais que eram trynta e hum mil fez lanço Pero Lopez que tinha nela lançado trynta mil reais de mais quinhentos que são trinta e hum mil e quinhentos reais receberemlhe o lanço e que se

[Fol. 52 v.]

apegoase E asynou aqui o dito Pero Lopez.

p° † lopez /

Sisa da corrente

Item **3** na dita camara pareceo Fernão dAluarez çapateiro da Porta do Souto na renda da sisa do corente fez lanço de sesenta mil reais conforme ao acordo desta camara atras neste Livro que lhe foi declarado E asynou aqui E eles Regedores lhe receberam o lanço E o dito Fernão dAlvarez dise que não lançava nada e não quis asynar. Manel Lopez esprevão o esprevi.

o doutor p° / Aranha doctor / Queyroos 1567 */ Jm° Duarte / Ant° pinto / nog°°.*

[Item **4**]

Treladado o siguinte do estromento de fiança de Christovão de Resende dos oficios de tabaliam pubryquo e judicial que apresentou atras as tres folhas

[Fol. 53] Em nome de Deus Amen. Saybão quoantos este instrumento de fiança he obriguação virem que no ano do nacimento de noso Snõr Jesu Christo de mil he quinhentos sesenta he sete anos aos seis dias do mes de Janeiro do dyto ano em a cidade de Bragua na Rua Nova de Sousa, nas pousadas da morada do Senhor Pero Alurez diguo do Sôr doutor Pero Alvrez juiz ordinayro nesta cidade he seu termo pelo Arcebispo noso Senhor etc. perante o dyto Senhor Juiz pareceo de presente Christovão de Resende e bem asy João de Raudona cidadão desta cidade e per ele Christovão de Resende foy dito que ele estava provido por Sua Senhoria R^mas dos oficios de tabalião do pubryquo e judicial desta sidade he seu termo que forão de Geraldo Martinz cidadão desta cidade he por quoanto ele Christovão de Resende era obriguado a dar fiança de servir bem os taes oficios conforme a Ordenação dele Christovão de Resende loguo presentou fiador he principal paguador ao dyto Joam de Raudona que presente estava o qual Joam de Raudona dise he se obrigou de paguar todos os danos ou perdas que a alguma parte se causar por malicia ou culpa dele Christovão de Resende por respeito dos ditos ofícios E isto como fiador he prin-

cipal paguador A quoal fiança se obrigava ate contia he copia de sesenta mil reais .scilicet. trinta mil do judicial he trinta mil polas notas somente
[Fol. 53 v.]
E desta maneira fazia esta obrigação como fiador he principal paguador e conforme a Ordenação pera ho que obrigou sua pesoa e a todos seus bens he a responder por ante as justiças desta cidade he asy o outorgou he aceptou E eu tabalião todo estipuley he aceitey em nome das pesoas a que pode tocar, a quem dele se mandarão dar hum he muitos estromentos e publicas formas. Testemunhas que forão presentes Amador da Cunha cidadão desta çidade he nela tabalião he Dominguos Dias da freguesia de Cervaes termo de Prado que todos asinarão E eu Manoel de Lemos tabalião das Notas públiquo he judicial nesta cidade he seu termo pelo Arcebispo Primas etc. noso Senhor que esto esprevi he tirey fielmente de meu Livro de Notas he asino aquy de meu publiquo sinal que tal he em fe he testemunho de verdade.

61. Quarta feira oito de Janeiro do dito ano de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sorẽs Antº Pinto Juiz Francurador do Concelho e Manel Aranha Vreador e o doutor Pero Alvarez Juiz
[Fol. 54]

Juramento dos Jurados

Item 1 acordaram e mandaram a mim esprevão que dese juramento aos jurados e os asentase no Livro deles pela forma e rigimento do acordo do ano pasado de quinhentos sesenta e quatro anos.

Juramento dos Quadrilheiros

Item 2 acordaram mais e cometeram a mim esprevão que dese juramento aos quadrilheiros e os asentase nos Livros deles o que tudo mandaram pera mais bryvydade e despacho deles por serem ocupados eies Regedores no rigimento da Cidade.

Arrendamento da corrente

Item 3 na dita camara pareceo Geraldo Gonçalves de Sam Marcos e dise que ele fazya lanço na renda da corente sesenta e seis mil reais com as condiçõis que lhe forom declaradas E eles Regedores lhe mandaram asynar este lanço que ele asynou .scilicet. que não entrase neste ramo o pão que se vender pera cidade e termo e coutos e vinho e azeyte e pescado que he dos outros ramos. E o dito Geraldo Gonçalves asy o asynou com as ditas condições

Gdº glz //.

Obrigação dos mesteres

[Fol. 54 v.]
Item 4 acordaram e mandaram a mim esprevão aos obrigados digo que tomase as obrigações aos mesteres que se quiserem obrigar conforme aos acordos sobre iso feitos no ano pasado de quinhentos sesenta e quatro anos e que pela forma dos ditos acordos tomase a obrigação a toda pesoa que se quisese obrigar.

Taberneiros e sisa do vinho

Item 5 na dita camara parecerão os taverneiros abayxo asynados e sobre muita porfia que tiveram sobre as sisas do vinho porque se quirião escusar todos de venderem que era contra serviço del Rey noso Senhor e de Sua fazenda e

perda do povo vieram a tal conclusão que eles vinhateiros se obrigaram a husar de seus mesteres por este ano e pagarião a sisa que lhe fose acopeada eles Regedores lhe deram a eles vinhateiros o ramo da corente do vinho e feiras da cidade e termo quanto ao vinho a qual corente (...?) fara pelo tal ramo. E eles Regedores o poderã arendar E o rendeiro pagara aos recebedores e esa copea se descargara do tal ramo e tão

[Fol. 55]

bem fara por eles vinhateiros o vinho que Alvaro Creces ou outras pesoas desta cidade trouxerem de fora aqui alem de porque sempre pertenceo ao ramo do vinho com declaração que ho tal rendeiro da corente não levara mais que quinze reais por carega aos da cidade e aos de fora a vinte reais e hum quartilho de vinho por carrega como sempre custumou e dez reais por carega de buro E que hos que venderem vinho na cidade paguem sisa haquilo que bem parecer a eles Regedores e eles Regedores lhe farão fazer pagamento da tal sisa E se alguma pesoa se não vier obrigar a vender vinho no termo que lhe foi asynado não podera vender sem licença da maior parte dos obrigados Isto se entendera nos que quiseram por taverna que nas pesoas que quiserem vender algum vinho de suas lavras abastara licença da camara sem mais outra cousa tanto com pagar a sisa e imposisão. E eles Regedores lhes farão diminuir do tal ramo aquilo que se achar pro rata da crecença daquilo que elRei noso Senhor [*entrelinha:* faz] se lhe

[Fol. 55 v.]

couber E desta maneira asentaram e concordaram E quanto a sisa dos de sua lavra sera o que ategora se acustumou ou como se asentar com os lançadores e eles taverneiros terão careguo de fazer arrendar a dita corente do vinho e arrendada ou não ou arrecadada ou não eles taverneiros fiquarão obrigados a pagar toda sisa do dito ramo inteiramente a sua alteza E ora vendão ou não pagarão o dito ramo como dito he E os ditos taverneiros se obrigaram a vender o dito vinho loguo d oje em vante como sempre fizeram asy os de fora como os da tera so pena cada hum pagar por cada vez pera o Concelho e engeitados dous mil reais diz entrelinha [...]. Manel Lopez esprevão o esprevi. Testemunhas presentes Gaspar Gonçalves da Porta do Souto e Baltasar Vieira Porteiro da camara E os taverneiros presentes Tome Fernandes, Antonio Fernandes, Afonso Pirez, Baltasar Pirez, Miguel Pirez Joam Gonçalves, Pero Gonçalves, Francisco Afonso, Bento Anes, Luis Gonçalves, Francisco Gonçalves, Afonso Gonçalves, Gonçalo Alvarez testemunhas os sobreditos Gas

[Fol. 56]

par Gonçalves e Baltasar Vieira. Manel Lopez esprevão o esprevi

bentianes / ant° † frz /

Sisa dos taberneiros

[Item 6] E depois d asynados estes dous asentaram eles Regedores que hos taverneiros não serão obrigados a mais que aquilo que os lançadores lhes lançar a cada hum conforme ao ramo e desta maneira o outorgaram e aceitaram E asynaram. Testemunhas os sobreditos Gaspar Gonçalves e Baltasar Vieira. Manel Lopez esprevão o esprevi. *p° † glz / baltesar piz / jm° glz / a° Piz / luis glz / tome † frz / migell piz / gaspar glz / g° † alurez / baltesar vieira /.*

[Item 7] E não asynaram Francisco Afonso e Francisco Gonçalves

[Fol. 56 v.]

E Afonso Gonçalves e eles Regedores

asynaram aqui aqui (sic) Manel Lopez esprevão o esprevi.

o doutor p^o / M^l Aranha / Queyroos 1567 */ Ant^o pinto / Jm^o duarte / nog^ra /.*

62. Quinta feira nove de Janeiro do dito ano de quinhentos sesenta e sete anos forom Juntos em camara os Sõres Antonio Pinto Juiz Francisco Nogueira Manel Aranha Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho E o doutor Pero Alvarez Juiz.

Vacas para o mosteiro de Semide

Item 1 na dita camara pareceo Gonçalo Fernandez filho de Luis Pirez da freguesia de Lamaçães termo desta cidade morador que dise ser no mosteiro de Symide da cidade de Coimbra e dise a eles Regedores que ele se achara no termo desta cidade

[Fol. 57]

e o dito seu pay lhe dava huma vaqua da ligitima de sua may e outra comprava a Diogo Martinz da Ribeira da freguesia de Sam Vitor termo desta cidade que pidia a eles Regedores lhe mandasem pasar carta de certjdão para comprar e levar as ditas vaquas Deram-lhe juramento se pasava asy E por jurar que sim lhe deram licença pera levar as ditas vaquas E a mim esprevão que lhe pase cirtidão e que lhe ponha as cores.

Obrigação de vendedores de peixe

Item 2 na dita camara pareceram Diogo Pirez Antonio Alvarez Joam Paiz Domingos Pirez Pero Gonçalves Joam Gonçalves Alvaro Trevis? moradores nesta cidade diseram a eles Regedores que eles e cada hum deles se obrigavão a dar peyxe fresquo e sequo e sardinha ao acordo sobre iso feito no ano pasado de quinhentos sesenta e quatro diguo no ano pasado de quinhentos sesenta e quatro anos no Livro das hobrigações em que se eles obrigarão e sabião muito bem o dito acordo e se

[Fol. 57 v.]

husou ategora e pagar ha sisa a elRei noso Senhor como lhes for lançada E eles Regedores o aceitaram e diseram que farya por este ramo do pesquado todo o pesquado que se vender nesta cidade e termo e não levarão mais que de vinte hum E o mesmo o corente dos que vierem de fora vender pesquado e sardinha e todo genero de pesquado E os almocreves e pesquadores que vendem peyxe continuadamente pagarão o que lhe for lançado pelos lançadores e toda esta sisa seja em favor do ramo do pesquado pera se aver respeito no lançamento o que eles Regedores fazião (sic) porquanto o pesquado e sardinha e corente dele sempre pertenceo ao ramo do pesquado E polo syntirem asi por serviço de Deus e de sua Alteza e bem do povo e por asi parecer bem ao Senhor Doutor Antonio Lopez ouvidor e aos lançadores de que se ao diante fara termo asi sobre este ramo como sobre os mais. Testemunhas que presentes forom Joam Gomez esprevão d almotaçaria e Baltasar Vieira Porteiro

[Fol. 58]

da camara da dita cidade.

di^o † pz / Ant^o allz / Joam pais / jom glz / d^os † piz /

[Item 3] E quanto a Pero Gonçalves não foi presente. Testemunhas os sobredito Baltasar Vieira e Joam Gomes que asynaram aqui todo o sobredito como testemunhas.

baltesar vieira 1567 */ João Guomez /.*

Carta de vizinhança

Item 4 deram licença eles Regedores a homens que vieram de fora com carta de vizinhança pera comprar gado no

termo desta desta (sic) cidade e lhe deram juramento como do Livro do Risisto e da dita carta mais largamente se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Fé de pregão

Item **5** na dita camara pareceo Fernão dAlvarez pegoeiro e dise que ele apregoara a renda da mididagem d alfandega da Porta do Souto em nove mil e vinte reais que fora o deradeiro lanço

[Fol. **58** v.]

que lançara Gaspar Gonçalves e loguo eles Regedores vista a fe de Fernão d Alvarez mandaram dar o ramo na dita camara ao dito Gaspar Gonçalves que ele aceitou e se obrigou a dar fiança em termo doyto dias so pena de pagar de pena a contia E asinou aqui. Manel Lopez esprevão o esprevi.

o doutor p° alz / Ant° pinto / Gaspar glz / Queyroos 1567 */ M¹ Aranha doctor / Jm° Duarte / fernão † allurz pregoeiro /.*

63. Sabodo honze de Janeiro do dito ano de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Antonio Pinto Juiz Francisco Nogueira Manel Aranha Manel de Queyros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho.

Lanço no pregão

Item **1** na dita Camara pareceo Ayres

[Fol **59**]

saralheiro da Rua de Sam Marcos e dise que el lançava na sisa da corente mais quatro mil reais que eram com os sesenta e seis que estavão lançados setenta mil reais e que da dita maneira erão setenta mil reais que lançava Mandaram eles Regedores a mim esprevão que asy ho asentase e ele asynase como asynou.

ayres † diz /

Privilégio da SS. Trindade

Item **2** na dita camara apresentou Afonso Anes da Granja da freguesia de Palmeira termo desta cidade hum privilegio da Santisima Trindade em que o enlegeo frei Basilio pera pidir as esmolas na dita Igreja e freguesia de Palmeira o qual frei Basilio he procurador e padre da Ordem da Santissyma Tryndade E visto per eles Regedores o dito privilegio mandaram que se gardase e cumprise como nele se contem E mandaram a mim esprevão que pasase certidão no dito pryvilegio de como asy mandavão E a dita certidão asynada per mim esprevão no dito pryvilegio

[Fol. **59** v.]

Despachos

Item **3** despacharem pitiçõis como delas se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Ant° pinto / nog^re / M¹ Aranha / Queyroos 1567 */ Jm° duarte /*

64. Em quatorze de Janeiro do dito ano de sesenta e sete anos na cidade de Braga no Paço do Concelho honde se fazem as vreações

Juramento de lançadores da sisa

[Item **1**] per ho doutor Manel Aranha e Manel de Queyros Vreadores foi dado juramento dos Santos Avangelhos a Lopez luveiro lançador da sisa com os mais polo ainda não ter que bem e verdadeiramente reparta e lance com os outros a sisa a cada hum como merecer

sem odeo nem afeição a ninguem e ele pelo dito juramento em que pos sua mão direita asi o prometeo fazer E asynou qui. Manel Lopez esprevão o esprevi.
Queyroos 1567 / *fr^co lopez* //
[Fol. **60**]

65. Terca feira quatorze de Janeiro de sesenta e sete anos forom Juntos em camara os Sõres doutor Pero Alvarez Antonio Pinto juizes Francisco Nogueira Manel Aranha Manel de Queyros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho

Festa de S. Sebastião
Item **1** acordaram de ordenarem a festa da bespara e dia do Sõr Sam Sebastião por elRey noso Sõr nacer naquel dia pera que noso Sõr lhe acrecente a vida.

Fogueira e consoada aos músicos
Item **2** acordaram que se fação as duas fogeiras a bespara de noute huma na Praça do Pão outro na calçada como he custume e o Procurador do Concelho dara a consoada as trombetas charamelas atambales.

Iluminações
Item **3** poerã pelas janelas do Paço do Concelho muitas candeas de sevo e se acenderão loguo a noyte quando ha fogueira na Praça arder.

Páleo e bandeiras de Nossa Senhora e do Anjo
Item **4** acordaram mais que ho paleo levarão na prosição que adir
[Fol. **60** v.]
a Sam Sebastião no dia eles Regedores E as bandeiras levarão dous cidadãos dos mais antigos as bandeiras de nosa Senhora e a do Anjo.

Bandeiras de S. João e de Sant'Iago
Item **5** as bandeiras de Sam Joam e Santiaguo levarão os juízes das confrarias.

Despesas autorizadas
Item **6** acordaram mais que ho Procurador do Concelho faça tudo e pague todo o que for neceçareo pera dita festa e o mais que lhe for mandado. Manel Lopez esprevão o esprevi.
o doutor p^o alz / Ant^o pinto / Aranha-doctor / nog^ra / Queyroos 1567 / *Jm^o duarte /*.

66. Quarta feira quinze de Janeiro de quinhentos sesenta e sete anos não fizeram vreação por ser dia do bem avjnturado Senhor Santo Amaro. Manel Lopez esprevão o esprevi
[Fol. **61**]

67. Sabodo dezoyto de Janeiro de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara hos Sõres doutor Pero Alvarez Juiz Francisco Nogueira o doutor Manel Aranha Manel de Queyros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho

Sisa, recebedor Aires Dias
Item **1** na dita camara mandarão chamar Ayres Diaz saralheiro da Rua de Sam Marcos desta cidade que tem feito lanço na sisa do corente desta cidade de setenta mil reais cadano que fianças tinha pera dar a dita renda dise que seus genros e obrigação da sua fazenda o que visto per eles Regedores diseram que pola enformação que tinhão dele Ayres Diaz que trataria bem o povo folgarião de lhe dar o dito ramo com

ele Tinhão pratiquado que he que não levara nenhuma sisa do pão que aqui se vier vender confor
[Fol. 61 v.]
me acordo desta camara que lhe eu esprevão li e que do mesmo pão podera levar sisa aos compradores de fora ou da cidade que comprarem pera fora E não entrara neste ramos vinho azeite pesquado nem rendas di ? nem cousas pertencentes a outros ramos e todo outro genero de mercadorias que vierem vender a esta cidade levara sisa aos vendedores a vynte e cinquo reais por milhar E a louça e lenha e carvão sera o que ordenar esta camara E os que vierem comprar de fora a esta cidade pagarão sisa inteira de sua parte E não tomara companheiro sem licença desta camara por não tomar pesoa perjudicial E desta maneira ritificou o dito lanço e o asynou, dizendo mais eles Regedores que em caso que lhe dem o dito ramo que ele dara e reformara as fiansas com que a renda seja sigura. Testemunhas presentes Baltasar Vieira Porteiro da dita camara e Francisco Lopez luveiro da Rua do Souto da dita cidade. Manel Lopez esprevão o esprevi. *fr^co lopez / baltesar Veira* 1567 / *Aires* † *diz //.*
[Fol. 62]

Peixeiros

Item 2 na dita camara pareceram Antonio Gonçalves Gancho e Gonçalo Pirez Francisco Gonçalves Alvoro Treves (?) e diseram que se obrigavão a vender peyxe e sardinha asy e pela maneira que os outros almocreves estão obrigados atras neste Livro. Não ouve efeito fiquou pera tarde. Manel Lopez esprevão o esprevi.
M^l Aranha / o doctor p^o alz / nog^re / Jm^oduarte / Queyroos 1567 /.

68. E loguo no dito dia Sabodo a tarde dezoyto de Janeiro de sesenta e sete anos forom juntos em camara o doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto Juizes ordinayros Manel Aranha Manel de Queyros vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho.

Sisa, lanço de António Velho

Item 1 na dita camara pareceo Antonio Velho do Campo de Santana e dise que ora que sabia declaradamente as
[Fol. 62 v.]
cousas que pertencião ao ramo da corente e a maneira de que avia de sisar no levar do sysar do levar da sisa do que não era certefiquado dantes, lancava setenta e hum mil reais por tres anos em cada hum ano aos quartes conforme ao rigimento paguos a quem eles Regedores ordenarem a que dara boas fianças de que sejão contentes no qual ramo lancava conforme ao lançamento que fez oje neste dia Ayres Diaz que lhe foi lida com outro acordo atras de que no lançamento do dito Ayres Diaz faz menção E serão foros da sysa os moradores desta cidade e termo e coutos dArintim e Pedralva que he desta camara com as mais declarações feitas atras E porque fiquaram por declarar certas cousas no lanço do dito Ayres Diaz com parecer dos repartidores da sisa asentaram o siguinte
item que não levase a mais de louça preta e vermelha que vinte e cinquo reais por caro item de louça vidrada por caro cinquoenta reais e de caro de carvão dez reais e de caro de lenha dous reais e de caro destevas (?)
[Fol. 63]
diguo quatro reais E de caro de taboado de castanho trynta reais e de carvalho quinze (?) reais e de ripagem dez reais e saquo dalhos cinquoenta reais e de cousa de louça que vier na cabeça não

leve nada E com estas declrações lançou lho dito Antonio Velho os ditos setenta e hum mil reais cadano como dito he E o asynou E eles Regedores o aceitaram. Testemunhas que presentes foram Baltasar Vieira Porteiro da dita camara e Gaspar Roiz Porteiro das sysas na dita cidade moradores.
Ant.º Velho / baltesar Vieira 1567 / *Gaspar Roiz /*

Item 2 na dita camara mandaram eles Regedores aos que em camara estavão pera terça feira se hir na Praça desta cidade das oito até as dez oras per que ad arrematar a dita renda. Manel Lopez esprevão o esprevi.
o doutor pº aluz / Antº pinto / Aranha doctor / Queyroos 1567 / *Jmº duarte //.*
[Fol. 63 v.]

69. Terça feira vinte e hum de Janeiro de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Antonio Pinto juiz Manel Aranha Manel de Queyros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho E sobreveio o doutor Pero Alvarez.

Lanço de Bento Anes na sisa a arrendar
Item 1 na dita camara pareceo Bento Anes taverneiro e dise que ele lançava na renda da sisa da corente e a punha em setenta e dous mil reais conforme aos acordos da camara e lanço de Antonio Velho que fiqua atras onde lançaram que da louça e lenha que vier na cabeça não aja sisa nem na leve e isto por tres anos em cada hum ano os ditos setenta e dous mil reais E isto conforme ao Rigimento de sua Alteza E não tomara companheiros consiguo nesta renda sem licença desta camara so pena de se abrir o lanço E a diminuição pagara o dito Bento Anes e a crecencia fara polo ramo o que tudo fazem por mais favor do povo presumirem poderem aver
[Fol. 64]
algumas acumulações E os lançadores erão presentes e cunsintirão niso E o dito Bento Anes asynou.
benteanes / Jmº tExrª / Alluaro aº / Frco lopez / Gaspar Gomez / Antº myz / pedro de carualhaes /

Lanço de Afonso Pires na imposição do vinho
Item 2 na dita camara fez lanço Afonso Pirez taverneiro na imposisão do vinho de sesenta e sinquo mil reais por este ano pagos aos quartes com os caregos acustumados a qual imposisão he hum ceitil em cada quartilho de vinho que o comprador paga e asy como he huso e custume e que os almotaces lhe ponhão o vinho a como he custume e posturas desta camara E que no pre[ço] do vinho va mais o ceitil da imposisão ha qual imposisão tomarão com o dito Afonso Pirez Antonio Fernandez Baltasar Pirez Joam Gonçalves Tome Fernandez Gonçalo Alvares taverneiros
[Fol. 64 v.]
todos juntamente e cada hum in solido a qual tomarã pera sy e pera os mais taverneiros como perante sy se acopearem E avendo algum agravo a camara provera niso como lhe parecer E fara esta renda por todos os que se obrigarem no tempo que for asynado por pegão E o dito preço sera em paz e em salvo pera esta camara e darão fiança em termo d oito dias so pena de pagarem a diminuição E crecendo que faça pela camara A qual loguo foi apegoada andando (?) muitos dias pegão per Fernão Alvarez pegoeiro com hum ramo na mão dizendo que quem quisese lançar na dita renda da imposisão setenta e cinquo mil reais dão por ela E por

ninguem mais não dar foi arrematada aos ditos taverneiros na Praça do Pão desta cidade e tomou o ramo o dito Gonçalo Alvarez taverneiro pera os ditos taverneiros como acima dito he. Testemunhas Baltasar Vieira porteiro desta camara e o dito Fernão dAlvarez pegoeiro que deu o ramo por mandado deles Regedores e asynaram aqui hos
[Fol. 65]
ditos taverneiros e Regedores. Manel Lopez esprevão o esprevi. Diz [...].
A° piz / Jm° † gz / g° † alluz / baltasar piz / Ant° † frz / o doctor P° al / Aranhadoctor / tome † frz / Ant° pinto / Queyroos 1567 */ Jm° duarte / baltesar Vieira* 1567 */ fernão † allurz /.*

70. Item loguo no dito dia a tarde vinte e hum de Janeiro de sesenta e sete anos forom juntos em camara Antonio Pinto Juiz ho doutor Manel Aranha Manel de Queiros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho os
[Fol. 65 v.]
quais forom juntos e asy o doutor Pero Alvarez Juiz que se foi sem asinar.

Cartas de vizinhança à Feira de S. Sebastião

Item 1 deram licença a homens que vieram do termo de Barcelos com cartas de vizinhança pera comprar bezeros e bois pera suas criaçõis na feyra de Sam Sebastião termo do balde digo desta cidade e lhes deram juramento como tudo mais largamente do Livro dos Risistos e das ditas cartas mais largamente se pode ver.

Renda a pregão

Item 2 acordaram e mandaram que porquanto o termo que deram a Fernão Roiz que lançou no ramo do verde e coymas e Pero Lopez que lançou no ramo da corente do vinho era pera darem as fianças era ja pasado e não tinhão satisfeito com eles que se posesem a pegão até satisfazerem de arrematarem a quem mais der.

Quadrilheiro

Item 3 na dita camara mandaram chamar Gonçalo Pirez çapateiro da Rua de Sam Marcos e ordenaram e enlegeram pera quadrilheiro dametade da dita Rua contra a porta de Sam Joam e lhe deram juramento que servise o dito ofício bem e fielmente gardando seu ri
[Fol. 66]
gimento e que em termo doito dias tire ho Rigimento e va a casa de mim esprevão busqualo so pena de quinhentos reais pera o Concelho E no dito rigimento hirão os da sua quadrilha E lhe dei juramento E asynou aqui. Manel Lopez o esprevi.
G° † piz / Ant° pinto / M¹ Aranha doctor / Queyroos 1567 */Jm° Duarte /.*

71. Quarta feira vinte e dois de Janeiro de sesenta e sete anos não fizeram vreação sendo juntos pera iso Antonio Pinto Juiz Manel de Queiros Vreador Joam Duarte Procurador do Concelho E por não vyrem mais e ser dia de Sam Vicente não fizeram vreação. Manel Lopez esprevão o esprevi.
Ant° pinto / Queyroos 1567 */ Jm° duarte //.*

[Fol. 66 v.] 72. Sabodo vinte e cinquo de Janeiro de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto Juizes Francisco Nogueira Manel Aranha Manel de Queiros vreadores Joam Duarte Procurador.

Obrigação dos mesteres de mantimento

Item 1 acordarão que todos hos mesteres ,scilicet, taverneiros carniceiros padeiros azeiteiros candongueiros (?) feyxeyros de lenha saleyros regateyros de fruta e todoutra de mester de mantimento se venhão obrigar em termo de seis dias e pasados toda pesoa que husar e vender sem ser obrigado paguar por cada vez pera o concelho mil reais E mandaram que se apegoase e o pegoeiro de o pegão.

Pregão sobre renda da imposição do vinho

Item 2 acordarão que se deyte pe
[Fol. 67]
gão por esta cidade e arrabaldes e lugares acustumados que os vinhateiros que quiserem quynhoyees na renda da imposisão venhão a esta camara dentro de seis dias os quais pasados e não vindo ha tal renda da imposisão fiquarão aquelas pesoas que ha tem tomada E porque ao fazer de fe dizião estar o pegoeyro Fernão dAlvarez doente mandarão que ho porteiro da camara lho fose notifiquar aos ditos vinhateiros e da notifiquação de sua fe. Manel Lopez esprevão o esprevi.
o *doutor p° alurz / Ant° pinto / nog^ra° / Queyroos* 1567 */Aranhadoctor / Jm° duarte /.*

73. Terça feira vintoito de Janeiro de sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres doutor Pero Alvarez
[Fol. 67 v.]
Juiz E o doutor Manel Aranha Manel de Queiros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho.

Provisão real sobre repartição das sisas

Item 1 na dita camara apresentou o doutor Antonio Lopez ouvidor e lhes apresentou huma provisão del Rey noso Sõr imprimida sobre a repartição das sisas principalmente sobre as rendas das Igrejas. Mandaram que se treladase no Livro e ela fiquou nesta Camara E pelos ditos Regedores foi dito que ha cumpririão E o dito ouvidor dise que a proviquara e avia por proviquada.

Juramentos

Item 2 acordaram pelos lançadores lhes dizerem que tinhão feita a repartição e era neceçareo fazeremse os segundos lançadores pera lançarem aos ditos lancadores e a seus parentes conforme ao Rigimento E virão a pauta e as mais vozes sayram os seguintes Rui Corea Eitor Diaz Pero dAreas Manel da Costa Gonçalo Pirez o çapateiro da Rua do Folgado Baltasar Pires da Porta de Sousa. E loguo mandaram chamar aos sobreditos pera lhes
[Fol. 68]
darem juramento E loguo veio Pero dAreas ao qual foi dado juramento dos Santos Avangelhos em que que (sic) ele pos sua mão direita pelo qual prometeo fazer verdade E asynou aqui com o dito Manuel da Costa E o dito Gonçalo Pirez çapateiro a que tão bem foi dado o dito juramento em que poseram suas mãos direitas E por o dito juramento dos Santos Avangelhos prometeram fazer verdade e sem odeo nem afeyção.

p° das areas / Manoel da Costa / g° piz /.

Juramento

[Item 3] E loguo na dita camara veyo Eitor Diaz e lhe foi dado juramento dos Santos Avangelhos em que pos sua mão direita pelo qual prometeo fazer verdade e sem odeo nem afeição lancarya a sysa como entendese E asynou aqui.

Eitor Diaz //

[Fol. 68 v.]

Aranzeis de tábua

Item 4 acordaram porquanto tinham dado a sysa da corente com certas declarações conteudas no arrendmento que sobre iso se fez e pera que mais facilmente se posa saber o que cada hum ade pagar acordaram que se fizese dous arãozes de taboa nos quaes esprevesem as ditas declarações do que se ade pagar ao Rendeiro da corente e hum sera pera Porta do Souto e outro pera a de Sousa E tãobem se fara outro pera midadgem da Porta do Souto E o dito Procurador os mandará fazer e pagar.

Açougues

Item 5 mandaram mais ao dito Procurador que mande concertar o que for neceçareo nos açougues.

Cirios do 2 de Fevereiro

Item 6 acordaram e mandaram ao dito Procurador que mande fazer os cirios pera os Regedores na procição como esta ordenada.

Item 7 asentaram que o dito Procurador fa

[Fol. 69]

ça tudo como esta mandado. Manel Lopez esprevão o esprevi.

o doutor p° alluz / Queyroos 1567 */ M¹ Aranha doctor / Jm° duarte /.*

74. Quarta feira vinte e nove de Janeiro de quinhentos sesenta e nove anos forom juntos em camara os Sõres doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto Juizes o doutor Manel Aranha Manel de Queyros Vreadores Joam da Costa Procurador do Concelho Francisco Nogueira Vreador // digo que forom juntos aos vinte e nove de Janeiro de quinhentos e sesenta e sete anos.

Juramento

Item 1 na dita camara mandaram chamar Rui Corea eleito lançador pera com os outros lançarem aos seis lançadores da sisa e a seus parentes conforme ao Rigimento de Sua Alteza e lhe

[Fol. 69 v.]

deram juramento dos santos Avangelhos em que pos sua mão direita que bem e verdadeiramente lance a dita sisa sem odeo nem afeição E ele pelo dito juramento asy o prometeo cumprir E asynou aqui.

Corea /

Juramento

Item 2 loguo na dita camara deram juramento dos Santos Avangelhos a Baltasar Pirez çapateiro da Porta de Sousa eleito com os mais atras lançadores pera lançarem a sisa aos seis lançadores e aos seus parentes conforme ao Rigimento em que pos sua mão direita prometeo fazer verdade e lançar sem odeo nem afeição a dita sisa.

E asynou aqui.

baltasar piz /

Sisa do vinho

Item 3 na dita camara mandaram chamar os taverneiros e vieram Antonio Fernandez Afonso Pirez Baltasar Pirez Gonçalo Alvarez Joam Goncalvez Tome Fernandez Jorge Anes Miguel Pirez E loguo per eles Regedores lhes foi dito que eles Regedores lhe deram pera o

ramo do vinho o vinho da corente
[Fol. 70]
com declaração que busquem rendeiro ou olheiro e não no fazendo que pagasem sisa inteiramente como consta do acordo desta camara atras que lhes foi lido E porquanto Pero Lopez que lançou quorenta mil reais no tal ramo per hum ano não dava fianças que eles vinhateiros nomeasem rendeiro que lançase no dito ramo ou abonasem o dito Pero Lopez ou nomeasem olheiro ou depositareo pera receber sem dereitos que não no fazendo que todo cahiria a conta deles vinhateiros sem eles Regedores serem obrigados de compoerlhes cousa alguma por quanto lhe davão este ramo não no tendo estes anos pasado[s] e sem embarguo diso pagavão inteiramente o ramo de todo vinho asy como estava arendado e dado a camara por encabeçamento pelo que se caregava a eles vinhatejros todo ramo posto que não husem da corente dele que por lhe fazer boa lho davão E mandaram a mim esprevão fazer este Asento
[Fol. 70 v.]
Testemunhas presentes forom Baltasar Vieira Porteiro da Camara Miguel Gonçalvez da Rua Nova de Sousa E mandaram ao dito Pero Lopez que não corese mais a dita renda pois não dava fiança E isto sem prejuizo desta camara e deles Regedores pera se nom perder a tal sisa. Manel Lopez esprevão o esprevi.
baltesar Vieira 1567 / *Ant° pinto / o doutor p° alz / miguel † gllz /M[l] Aranha doctor / Queiyroos* 1567 / *nog[rs] / Jm° duarte /*

75. Sabodo primeiro de Fevereiro do dito ano de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres doutor Pero Alvarez Juiz Francisco Nogueira Manel Aranha Manel de Queyros Vreadores João Duarte Procurador do Concelho //.

Pregão de arrendamento de sisa
[Fol. 71]
Item 1 acordaram que por quanto os vinhateiros não querem abonar Pero Lopez que lançou na corente do vinho tendo deles dante dito que folgarião que ele tevese ha tal corente e porque Pero Lopez ha quem foi dado o ramo não dava fiança lhe não quiseram fazer arrendamento E pera mais abastança notifiquaram a eles vinhateiros que busquasem rendeiro ou desem olheiro per arrecadação da dita corente e eles vinhateiros não quiserão satisfazer E porquanto não se arrendando a renda a pesoa que de fiança em abastança sera perda e se perdera a tal corente pera mais abastança sem prejuizo do acordo atras acordaram que se posese a pregão o dito ramo e no maior lanço se arrematase sendo chamados os taverneiros pera iso pera não pretenderem ignorarem interese E loguo mandaram chamar o dito
[Fol. 71 v.]
Pero Lopez ao qual diseram estando presente se tinha fiança pera os quorenta mil reais ao qual respondeo que não tinha mais que pera dous quartes e eles Regedores que pois não dava fiança pera todo ano avião por aberto ho lanço e se poera a pegão e a diminuição pagaria ele dito Pero Lopez estando presentes por testemunhas Baltasar Vieyra Porteiro da camara e Joam teyxera cidadãos da dita cidade.
p° † Lopez / Jm° tEx[ra] / baltesar Vieira 1567 /

Sisa do vinho
Item 2 loguo forom chamados os taverneiros e vieram Pero Gonçalves Farinhato Joam Gonçalves Miguel Pirez

Baltasar Pirez Bente Anes Francisco Gonçalves e lhes deram conta acerqua do dito Pero Lopez e o que se faria da dita renda da corente do vinho Diseram os ditos taverneiros que era bem feito de se abrir o lanço pois não dava fiança porque eles não no quirião
[Fol. 72]
abonar e protestavão eles vinhateiros de aver por Pero Lopez a diminuição da dita renda do lanço que fez e que pera iso se pusese a pegão e se arrematase a quem mais dese e que fose por tres anos com boas fianças porque desta maneira mais facilmente lançarião nela com a dita reservação de averem eles vinhateiros a quebra pelo dito Pero Lopez pois não deu fianças E loguo em pesoa de todos lançou na dita renda corente do vinho Francisco Gonçalvez o crespo taverneiro da Rua de Sam Marcos trinta e dous mil reais em paz e em salvo por tres anos em cada hum ano os trynta e dous mil reais pagos aos quartes todo conforme ao Rigimento del-Rey noso Senhor Testemunhas presentes Joam Teyxera e Baltasar Vyeyra Porteiro da Camara E asy foi presente com os ditos taverneiros Jorge Anes taverneiro que dise o mesmo. Testemunhas os sobreditos
Jm° gllz / fr°° glz / p° † glz / bente Anes / baltesar piz / Jorge anes / migell † piz / Jm° tEx^ra Vieira 1567 //.
[Fol. 72 v.]

Pregão da renda da sisa da corrente do vinho
Item 3 loguo per eles Regedor foi mandado que a dita renda da sisa do vinho da corente se posese a pegão e que se arrematase a quem mais der e se arrematarla a quem mais der loguo na Praça do Pão da dita cidade per Fernão o Alvarez pegoeyro foi apegoada a dita renda dizendo que quem quisese lançar na renda da sisa da corente do vinho trynta e dous mil reais davão por ela por tres anos em cada hum ano os ditos trynta e dous mil reais E não lançaram mais.

Despachos
Item 4 despacharam pitições como delas se pode ver Francisco Nogueira Vreador sahiuse depois de todo feito e que depois asynaria. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Cartas de vizinhança
Item 5 mandaram pasar cartas de vizinhança pera homens do termo hirem vender bois de suas criações e lhes deram juramento e que em tres meses vendão como mais largamente consta das ditas cartas e Livro do Risisto E que eu esprevão lhes pasase as ditas
[Fol. 73]
ditas (sic) cartas. Manel Lopez esprevão o esprevi.
o doutorp°aluz /Aranhadoctor / Queyroos 1567 / *nog^ra* / *Jm° duarte* /.

76. Quarta feira cinquo de Fevereiro de sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Antonio Pinto Juiz o doutor Manel Aranha Manuel de Queiros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho Francisco Nogueira Vreador diz que he fora.

Obrigação de taberneiros, almocreves e outros
Item 1 acordaram e mandaram que todos os taverneiros almocreves e os mais mesteres que não estão obrigados se venhão obrigar ate os vinte do dito mes so pena cada hum que não cumprir pagar dous mil reais pera o concelho e quem os acusar E mandaram que se apegoase e o pegua (sic) se e o pegoeyro de fe do pegão
[Fol. 73 v.]

Nas freguesias, eleição de recebedores da sisa
Item 2 acordaram que os homens do

termo desta cidade em cada freguesia enlegerão hum omem abonado para saquador e recebedor do dinheiro da sisa em que a fazenda delRey noso Senhor este sygura o qual recebedor saquador o dinheiro que ouver de receber o arrecadara e tratara em termo de dez dias a esta cidade ao recebedor que pera iso esta ordenado so pena de o pagar de sua casa aos quartes o que os das ditas freguesias enlegerão pessoa auta e abonada so pena se tal não for os das ditas freguesias pagarem a contia de suas casas Mandaram que se pasasem alvaras per as ditas freguesias e que asy o cumpram E os Jurados e quadrilheiros virão dar suas fes de como e a quem enlegeram em cada freguesia

Recebedor

Item **3** acordaram porquanto atras no ano pasado de sesenta e seis estava eleito aos vinte e tres de Dezembro Francisco Gonçalves pera recebedor do ramo do gyral da cidade e erdades e se fiz pos per inivertencia por que hade ser

[Fol. **74**]

do gyral da cidade e arrabaldes que o avião por recebedor do dito ramo do gyral da cidade e arrabaldes e que fose notifiquado. Manel Lopez esprevão o esprevi E declararam mais que ante dele esta outro recebedor eleito do ramo das ditas erdades com outros ramos. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Ant°° pinto / M¹ Aranhadoctor / Queyroos 1567 / *Jm° duarte*

77. Sabodo oito de Fevereiro de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Antonio Pinto Juiz Manel Aranha Manel de Queiros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho Francisco Nogueira Vreador dise o porteiro que era fora avia tres quatro dias E ele pidiu licença pera ir fora tee sete ou oyto dias.

Pesador das moedas de ouro

Item **1** na dita camara enlegeram por pesador das moedas douro a Pero

[Fol. **74** v.]

Lopez mercador que os anos pasados o foi e lhe deram juramento que bem e e fielmente pasase (sic) as ditas moedas conforme a Ordenação e Rigimento que ele tem acerqua diso E ele pelo dito juramento dos santos Avangelhos em que pos sua mão dereita asy o prometeo cumprir E asynou aqui.

P° lopez /

Obrigação de taberneiros e outros

Item **2** na dita camara deu fe Fernão dAlvarez pegoeiro que apegoara per esta cidade e arrabaldes e lugares acustumados que todos os taverneiros almocreves azeiteiros e todos os mais mesteres viesem a esta camara pera se obrigarem so pena de dous mil reais cada hum que se não vyese pera o Concelho e quem os acusar conforme ao acordo sobre iso feito atras E asynou aqui esta fe

ffernã † daluz /

Obrigação de almocreves

Item **3** na dita camara pareceram os almocreves que abayxo asinaram e vão declarados e per eles foi dito que alguns dos almocreves estavão

[Fol. **75**]

obrigados a dar pesquado e que eles que não estavão obrigados se obrygavão como obrigaram a dar pesquado e sardinha conforme as obrigações desta camara que eles sabem e lhes foi lido o acordo atras em que se os outros obrigaram E eles Regedores os haceitaram. E porquanto no dito acordo se declarou que fizese polo ramo do pesquado a corente da sisa dele e porque eles Rege-

dores eram informados que na arrecadação se avia alguma maneira davexação asy por nom terem certo Rigimento como por nom terem presentado nesta camara olheiro pera quererem prover nisto depois de muitas enformações tomaram por ora te esta camara ter outra enformação que faça a prol de todos e bem do povo que o olheiro ou quem receber esta sisa garde o Rigimento siguinte como pareceo por ora bem a eles Regedores e ditos almocreves por que todos forom chamados per pegão pera esta camara.

Sisa do pescado e marisco

Item **4** não levarã de carrega de sardinha

[Fol. **75** v.]

de sisa das partes de fora que aqui vierem vender, mais que sesenta reais; de mulo ou mula e de buro ametade. E de carega de pesquado sequo dozentos reais, digo caro, e de carega cem reais e ha metade de buro. E de carega de saves cem reais e de buro ametade e de costal de buro nada. E de carega de lampreas cem reais e di pera bayxo a ese respeyto tirando de costal de buro pera bayxo sendo menos de tal costal. E de marisquo, lagostas, crangegos, de quorentinho (?), e, de dez pera bayxo, nada. Cações fresquos e raias e do semelhante pesquado de cada carega, quorenta reais, e de buro ametade. E carega de pesquadas sequas diguo fresquas oitenta reais. E de caro dostras trynta reais. Mixiylhões e outro marisquo vinte reais do caro E a ese respeyto levarã por carega, e de costal de buro nã levarã sisa. Carega de polvo sequo cem reais e de caro dozentos. Carega de tainhas, baqualhao, sardas, setenta reais, de caro cento e quorenta. E as mais cousas que aqui não vão declaradas, quando ouver duvida se declararã. E isto

[Fol. **76**]

se entende nas partes de fora que aqui vyerem vender porque hos da cidade que o trouxerem de fora ou husarem do tal mester serã acopeados per os lançadores E os que não forem cadimos na camara ou pelas pesos que ordenarem se lhes caregara a sisa como bem parecer sem por iso ora se receba ou não esta camara sea obrigada ha cousa algum do pesquado porque ho que nisto faz he por syntirem ser serviço delRei noso Senhor e bem do Povo e parecer bem ao Senhor doutor Antonio Lopez ouvidor com quem se cumunicou e tratou. E pera boa arecadação e não aver avexações os ditos almocreves ofereceram pr olheiro a Joam Gonçalves conego(?) da lenha e que arrecadase e olhase conforme a este Rigimento que lhe foi lido e jurou aos Santos Avangelhos de bem e fielmente as corer e arrecadar e se obrigou de gardar o Rigimento de sua Alteza. E os ditos almocreves o abonaram na tal arrecadação que tomaram a sua conta ate outra cousa se prover nesta camara E to

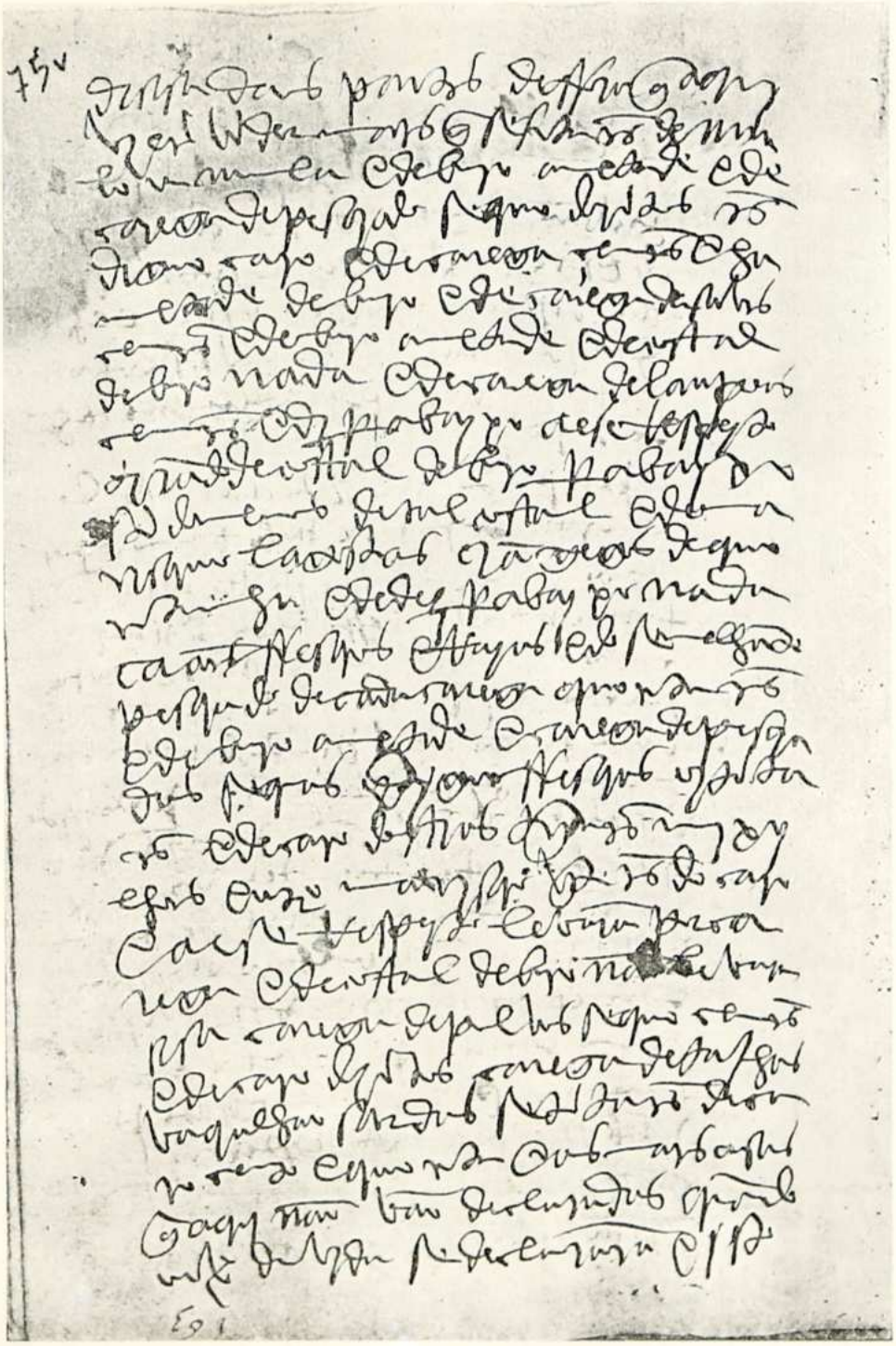
[Fol. **76** v.]

do asy aceitaram E mandaram fazer este asento E os ditos almocreves que estavam presentes Antonio Alvarez João Gonçalves Joam Paiz Domingos Pirez. Testemunhas presentes baltasar Vieira porteiro da camara e Bento Anes taverneiro, moradores na dita cidade.

Amtº allz / Antº L / Jam glz / Joam paiz / Dsº † piz / boltasar vieira 1567 */ bente anes /.*

Recebedores da sisa

Item **5** na dita camara mandaram chamar Francisco Gonçalves capateiro dos Chãos o novo e lhe diseram que ele estava enligido per recebedor do geral da cidade e arrabaldes pera receber a sisa do presente ano que tivese careguo de a receber so pena de pagar de sua casa ha contia do rindimento E por eles



Braga, Arquivo da Câmara Municipal, *Acordos 1567*, fl. 75 v.

foi dito que ele tinha embargos a o ser por ter privilegio do Senhor Sam Gonçalo e que quando lho não gardarem que ele fora
[Fol. **77**]
eleito pera o ramo das erdades e Igrejas o qual recebera E per eles Regedores foi dito que eu esprevão autuase tudo e lhes fose concluso pera diterminarem o que lhes parecece justiça e ele viese a primeira camara so pena de receber como dito he o dito ramo da cidade e arrabaldes pera o qual ficou notifiquado e com pena de dous mil reais se não vier a dita primeira camara

Arrendamento da imposição
Item **6** na dita camara asinaram ho arrendamento da imposisão que fez Diogo Veloso tabaliam em setenta e sinquo mil reais pagos aos quartes a Antonio Fernandes e Antonio Pirez e Baltasar Pirez taverneiros e outros como dele Recebedores e fiadores huns dos dos outros como dele se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi.
Ant° pīto / M¹ Aranha doctor / Queyroos 1567 / *Jm° duarte //.*
[Fol. 77 v.]

78. Quarta feira doze de Fevereiro de sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sōres doutor Pero Alvarez juiz Francisco Nogueira Manuel de Queyros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho dise o Porteiro da camara que estava doente E veio o doutor Manel Aranha vreador

Sisa do pescado
Item **1** na dita camara sendo presente ho Senhor Antonio Lopez ouvidor per as cousas toquantes a sisa, loguo lhe foi mostrado o Rigimento que tinhão feito eles Regedores acerqua d arrecadação da corente do pesquado E visto per ele, o ouve por bem que asy se gardase como em ele se contem E o asynou e ...? aqui todo ? juntamente
Ant° L /

Recebedor da sisa
Item **2** na dita camara pidio Francisco Goncalves çapateiro dos Chãos que lhe despachasem hum riquirymento que ele tinha feito acerqua do recebedor do geral desta cidade e arrabaldes E per eles Regedores foi
[Fol. **78**]
dito ao dito Francisco Gonçalves que ele viese ha manhã ou primeira camara que se fizer e lhe darão despacho por encareguado o dito ramo do geral da cidade e arrabaldes como ia caregado esta, so as penas conteudas no Rigimento de Sua Alteza E caregar tudo sobrele e lho ão des agora por notifiquado. Manel Lopez esprevão o esprevi.
o doutor p° allz / Queyroos 1567 / *M¹ Aranha doctor / Nog^re /*

79. Item loguo acabante a dita ca diguo que forom juntos em camara em treze do dito mes de Fevereiro os Sōres doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto Juizes ordinairos Francisco Nogueira o doutor Manel Aranha Vreadores e o doutor Antonio Lopez ouvidor pera cousas toquantes a sisa

Lançador nos lançadores da sisa
[Item **1**] e loguo
[Fol. **78** v.]

per suas merces todos porquanto Eitor Diaz hum dos lançadores que avia de lançar aos seis ançadores e a seus pa-

rentes no segundo a sisa era ausente e não se esperava sua vinda tão cedo e era neceçareo acabarse ho lançamento pera sua Alteza ser servido, asentaram que da pauta se tyrase outro que tivese mais votos dos cidadãos pera se fazer o dito lançamento E loguo tyraram os mais votos da dita pauta Alvaro Folgueira cidadão da dita cidade que loguo veio e recebeo juramento dos santos Avangelhos em que pos sua mão direita pelo qual prometeo fazer verdade. E asynou aqui. Manel Lopez esprevão o esprevi

Aluro folgr^a /.

Recebedor da sisa

Item 2 na dita camara pareceo Francisco Gonçalves capateiro dos Chãos o novo, e dise que ele era contente de servir este ano o ramo do geral da cidade e arrabaldes E isto fazia por ser sua Alteza e por niso levar gosto o Senhor doutor Antonio Lopez ouvidor e os mais Regedores com protestação do seu privilegio ser gardado daqui avante em tudo E per eles Regedores foi dito que lhes aprazia e eram contentes que daqui avante se gardase e se risistase E asynou aqui dizendo mais eles Regedores que eram contentes e lhes aprazia

[Fol. 79]

que daqui avante o tal privilegio valese ao dito Francisco Gonçalves em todolos encaregos do Concelho e ainda que seja como este. Manel Lopez esprevão o esprevi.

fr^co glz / Ant L / o doutor p^o alluz / Ant^o pinto / Queyroos 1567 */ ng^ra / Aranhadoctor /.*

80. Quinta feira treze de Fevereiro de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Antonio Pinto Juiz francisco Nogueira Manel Aranha Manel de Queiros vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho diz que era doente.

Sobre o pão

Item 1 na dita camara acordaram que pera bom provimento desta cidade e termo que fosem chamados os Rendeiros das rendas das Igrejas pera lhe mandarem

[Fol. 79 v.]

gardarem aquilo que lhes bem parecer e tãobem pera sigurança e pagamento da sisa de sua Alteza E mandaram que se apegoase so pena de dous mil reais pera o Concelho o que não viese a fazer declaração em oito dias ou no termo que particularmente lhes for notifiquado E o pegoeiro dê a fe do pegão.

Medidas do Concelho

[Item 2] E asy acordaram mais que nenhuma pesoa de qualquer sorte e condiçom que seja não dê mididas pera midirem as pesoas que vem vender a esta cidade de fora somente o rendeiro da mididagem lhas dara so pena da pesoa que has der page por cada vez pera o Concelho e quem o acusar mil reais alem das mais penas que pera iso tem pelas posturas sobre iso feitas. E mandaram que tudo se apegoase e o pegoeiro dê a fe do pegão.

Pão das igrejas

Item 3 acordaram mais que se pasasem alvaras pera o termo desta cidade pera que hos quadrilheiros e jurados notifiquem aos Rendeiros das Igrejas que não tirem nenhum pão das ditas Igrejas so pena de cinquoenta cruzados pera o Concelho e quem

[Fol. 80]

acusar por cada vez E que em termo d oito dias ate primeira camara venhão a ela so a dita pena por bem de justiça

e asy que notifiquem aos caseyros das Igrejas e freigueses que não consyntão tirar nenhum pão das ditas Igrejas pouquo nem muito e o tomem aos que ho tyrarem e o tragão a esta cidade pera se fazer o que for justiça. E da nodifiquação dareis vosas fes. Manel Lopez o esprevi.
Ant° pinto / M^l Aranha doctor / ng^ra / Queyroos 1567 /.

81. Sabodo quinze de Fevereiro de sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Francisco Nogueira Manel Aranha Manel Queiroos vreadores o doutor Pero Alvarez Juiz diz que he fora E sobreveio Antonio Pinto Juiz o Procurador diz que esta doente.

Carta de vizinhança
Item 1 mandaram pasar carta de vizynhança a hum Gonçalo Pirez da Bouça de Sam Pero dEs
[Fol. 80 v.]
cudeiros termo desta cidade pera ir comprar pera sua lavoura tres juntas de bois foilhe dado juramento e que em tres meses comprase com outras declarações como do Livro do Risisto e a dita carta mais largamente se pode ver.

Despachos
Item 2 mandaram fazer hum auto pera se esprever o pão dos Rendeiros das Igrejas desta cidade. Manel Lopez esprevão o esprevi
Ant° pinto / nog^ra / Queyroos 1567 / *M. Aranha doctor* /.

82. Quarta feira dezanove de Fevereiro do dito ano de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres doutor Pero Alvarez e Antonio Pinto Juizes Francisco Nogueira Vreador Manel de Queiros Procurador digo Vreador diz que esta doente E asy Joam Duarte Procurador do Concelho O doutor Manel Aranha vreador diz que he fora.

Provisão do Arcebispo: Paga aos oficiais, casas ao redor do Castelo
Item 1 pelo doutor Pero Alvarez Juiz foi apresentada huma provisão do Arcebispo noso Senhor em a qual se contem e fala acerqua do dinheiro que hos oficiais da camara levão
[Fol. 81]
per dia de Corpus Christi que não levão senão ametade e ametade no cabo do ano. E asy fala que não dem licença pera casas a redor do Castelo E por não estar o doutor Aranha e Manel de Queyros Vreadores nem Joam Duarte Procurador do Concelho como atrás consta, asentarão que a primeira camara se veria a dita provisão

Auto do pão das Igrejas
Item 2 mandaram asentar termos no auto do pão dos Rendeiros em que os Rendeiros asynará como deles se pode ver dos ditos termos.

Quadrilheiro
Item 3 na dita camara enlegeram por quadrilheiro no arrabalde dos Chãos na quadrilha de bayxo a Antonio Fernandez çapateiro e lhe deram juramento e que fose apourda digo asentase no Livro dos Quadrilheiros em termo de oito dias so pena d oitocentos reais. Manel Lopez o esprevi.
o doutor p° aluz / Ant° pinto / nog^ra //.
[Fol. 81 v.]

83. Sabodo vinte e dous de Fevereiro de sesenta e sete anos forom Juntos em camara os Sõres doutor Pero Alvarez Antonio Pinto Juizes Francisco Nogueira Vreador o doutor Aranha Vreador he fora Manel de Queiros Vreador esta doente E asy dise Baltasar Vieira Porteiro que Joam Duarte Procurador esta doente.

Casa do Recebimento da sisa

Item 1 acordaram que porquanto os dias pasados eles Regedores e o ouvidor estando presente diputarão por casa do ricibimento da sysa que se ade fazer este ano presente a logea de Gaspar Gomez da Praça do Pão que he lugar mais decente pera iso que há nesta cidade E porque ao tal tempo nom se esprevera este asento que se tomara e a diputavão pera iso como diputada estava o que se asinase este termo por todos e pelo mesmo Gaspar Gomez que diso era contente.

Gaspar Gomez //.

Sisa dos azeiteiros

[Fol. 82]

Item 2 na dita camara pareceram os lancadores e per eles foi dito a eles Regedores que os azeiteiros desta cidade erão contentes de pagar o ramo da sisa do azeite do presente ano contanto que Pero Alvarez de Nosa Senhora a Branqua e Domingos Gonçalves çapateiro dos Chãos fizesem asento e se obrigasem de não venderem azeite nesta cidade e seu termo pelo groso nem pelo miudo E loguo eles Regedores chamaram ao dito Pero Alvarez e Domingos Gonçalvez que presentes estavão lhe fizerão a dita pregunta E per eles Pero Alvarez e Domingos Gonçalves foi dito que eles eram contentes e se obrigavão de nom vender azeite pelo groso nem pelo miudo estes tres anos siguintes, scilicet, sesenta e sete, sesenta e oito, sesenta e nove so pena que fazendo qualquer deles que paguem a sisa em dobro que soyão pagar que sera pera o mesmo ramo do azeite E loguo na mesma camara per

[Fol. 82 v.]

eles lançadores foi dito que ho mesmo se avia de fazer com Catarina Lopez viuva molher que foy de Bernaldo d Aguiar ataqueiro a qual sendo perguntada per eles Regedores pelo conteudo acima neste termo per ela foi dito que ela cunsyntia no conteudo neste termo asy como dizem Pero Alvarez e Dominguos Gonçalves e rogou a Baltasar Vieira porteiro da camara que asynase por ela como asynou e os mais Testemunhas Gaspar Fernandes Porteiro da Sisa e Pero Anes alfaiate moradores nesta cidade. Manel Lopez esprevão o esprevi.

p° † alz / d°s † glz / asino por mim e por ella *Baltesar Veira* 1567 */ p° anes / pedro de carualhães / Gaspar Gomez / Ant nuz / fr°° lopo /ng°ª / gaspar Roiz / o doutor p° aluz / nog°ª / Ant° pinto //.*

[Fol. 83]

84. Quarta feira vinte e seis de Fevereiro de sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres doutor Pero Alvarez Juiz e o doutor Manel Aranha Vreador Joam Duarte Procurador do Concelho Francisco Nogueira Vreador he fora Manel de Queiros Vreador esta doente e sobreveio Antonio Pinto Juiz.

Estanho. Vendedor

Item 1 loguo na dita camara pareceu Gonçalo Vilela pichaleiro e per ele foi dito que no ano pasado de sesenta e seis aos quinze de dezembro ele pidira licença aos oficiais desta camara pera

mandar vender seu estanho e aviado per Antonio Vilela seu sobrinho e obreiro e se obrigara conforme a Ordenação e lei do estanho a pagar todas as perdas e danos e penas conforme a dita lei em que encorese ho dito Antonio Vilela O qual Antonio Vilela perdera huma certidão e licença que di (sic)
[Fol. 83 v.]
lhe fora pasada pelo que lhes pidia a eles Regedores lhe mandasem pasar outra E pera efeito deso dise que se obrigava como obrigou a todas perdas e danos em que encorese o dito Antonio Vilela per rezão da dita lei E conforme a ela E eu esprevão o aceitey pelas partes a que pode toquar E o dito Gonçalo Vilela jurou aos Santos Avangelhos que todo estanho que ho dito Antonio Vilela levar e levar ao diante. Testemunhas presentes Joam Teixeira cidadão desta cidade e Baltasar Vieira porteiro da dita Camara.
tEx^{ra} / A^{o} Vilela / Baltesar Vieira 1567 /.

Auto do pão
Item 2 mandaram asentar termos no auto do pão dos rendeiros como deles se pode ver. Manel Lopez esprevão o esprevi.
o doutor p^{o} aluz / Ant^{o} pinto / M^{l} Aranhadoctor / Jm^{o} duarte //.
[Fol. 84]

85. Sabodo primeiro de Março de sesenta e sete anos forom Juntos em camara os Sõres doutor Pero Alvarez Juiz Francisco Nogueira Vreador Joam Duarte Procurador do Concelho Manel de Queiros Vreador esta doente E veio o doutor Manel Aranha Vreador e sobreveio Antonio Pinto Juiz.

Auto do pão
Item 1 mandaram asentar termos no auto do pão dos rendeiros das Igrejas como deles se pode ver.

Carvão a descarregar
Item 2 despacharam huma pitição aos ferreiros e sombreiros acerqua do descarregar do carvão que por ora podesem descaregar as suas portas contanto que logo alimpasem so as penas na Vreacão conteudas e contanto que ao tempo de descaregar metão o caro (?) bem dentro na casa ate honde poder entrar O que asy acordaram ate esta camara mandar o contrayro,scilicet. se tanto poder entrar o caro cabendo ho sesto pera o descaregar.
[Fol. 84 v.]

Carta de vizinhança
It 3 mandaram pasar carta de vyzinhança a Matias Gonçalves de Nabara pera ir vender dous bois de sua criacão e lhe deram juramento e que em tres meses vendese como mais largamente consta da dita carta e do Livro do Risisto. Manel Lopez esprevão o esprevi.
o doutor p^{o} aluz / Ant^{o} pinto / M^{l} Aranha doctor / nog^{ra} / Jm^{o} duarte. /

Contas da sisa de 1566
Item 4 loguo no dito dia primeiro de março de sesenta e sete anos no paço do Concelho entenderam na conta do Rindimento das sisas do ano pasado por terem por enformacão que ho inxicutor vinha fazer a correição das ditas sisas e deixaram as contas da camara dos despesas do Concelho em que tentavão por andar as dazenda de sua Alteza. Manel Lopez esprevão o esprevi.
nog^{ra} / M^{l} Aranha doctor. //
[Fol. 85]

86. Terça feira quatro de março de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres doutor Pero Alvarez que serve de ouvidor por o doutor Antonio Lopez ouvidor estar mal desposto e Francisco Nogueira o doutor Manel Aranha Vreadores todos pera cousas de sisa

Executor da sisa

Item 1 asentaram que se dese recado desta camara a Christovão Lopez cavaleiro fidalgo da Casa delRei noso Senhor que se diz ser Inxycutor da fazenda do dito Senhor pera lhes mostrar as provisões de sua Alteza e vistas lhe fazerem pagamento do devido E mandaram a mim esprevão que o fesece entrar(?) o qual veio a esta camara e pratiquaram ele sobre o pagamento do deradeiro quartel e mandarão aos Recebedores que lhe pagasem e ouvesem quitação em forma e que Manel

[Fol. 85 v.]

Manel (sic) da Silva esprevão do almoxyryfado que dese o trelado das provisões e dese o trelado antiguas (sic) pera esta camara. Manel Lopez esprevão o esprevi.

o doutor p° aluz / nog^ra / Aranha doctor /

87. Quarta feira cinquo de Março de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Antonio Pinto Juiz Manel de Queiros Vreador Joam Duarte Procurador do Concelho Francisco Nogueira Vreador Manel Aranha Vreador dise o Porteiro que era fora em Rendufe

Porta nos Muros

Item 1 pelo dito Procurador foi dito a eles Regedores que a Porta do Souto da parte de dentro na escada do Muro se fizera huma porta em bayxo e outra im cyma na dita escada E porque podia perjudicar a cidade e Muro

[Fol. 86]

lhes requiria a suas merces as fosem ver e fizesem cumprimento de Justiça

Despachos

Item 2 despacharam pitiçõis como delas se pode ver. Manel Lopez esprevão ho esprevi.

Procurador incumbido de ver o que requerera

Item 3 per eles Regedores foi dito ao dito Procurador que lhe encomendavão tivese muito careguo e fizese muita diligencia acerqua do que requereria por ser muito serviço de noso Senhor E eles Regedores estavão prestes pera ir cada ora E por ora o não fazião por ser ja tarde. Manel Lopez esprevão o esprevi. *Ant° pinto / nog^ra / Queyroos* 1567 / *Jm° duarte /.*

Contas do ano de 1566

[Item 4] Em sete de março de mil quinhentos sesenta e sete anos na cidade de Braga, no Paço do Concelho estiverã em contas das rendas e despesas do Concelho do ano

[Fol. 86 v.]

pasado de quinhentos sesenta e seis de que foi Procurador Bastião Gonçalves, Francisco Nogueira e Manel de Queiros Vreadores presente ano e Joam Duarte Procurador do Concelho per mandado da camara E asy foi presente o dito Bastião Gonçalves E requereram os ditos oficiais a mim esprevão que pusese minha fe que eles hos(?) mais oficiais da camara estiveram os dous meses pasados de Janeiro e Fevereiro em esta camara

casi todos os dias tyrando domingos e festas em negocios da sisa e fazenda de sua Alteza e arendamentos dela e seus ramos e em arrendamento das ditas rendas do Concelho e governança da cidade e que por iso nom fizeram mais cedo as ditas contas E por ser verdade o sobredito como atras consta pelos acordos e outras cousas atras dou fe pasar asi. Manel Lopez esprevão o esprevi. E os ditos tres estiveram nelas como dito he E por ser tarde se não acabaram de tomar e fiquaram pera se acabarem. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Manel Lopez camelo //.

[Fol. 87]

Milho para Esposende

[Item 5] Em sete de março de quinhentos sesenta e sete anos na cidade de Braga no Paço do Concelho per Francisco Nogueira e Manel de Queiros Vreadores foi mandado passar certidão a humas molheres dEsposende pera levarem de casa do Arcediago de Vermoim da Se desta cidade tres caros e meo de pão diguo que por lha terem mandado pasar como da dita certidão mais largamente se pode ver a que me reporto asinaram aqui E asi dise Joam Duarte Procurador que mandara pasar a dita certidão diguo que hos ditos Vreadores e Procurador mandaram pasar a dita certidão as ditas molheres que perante eles Regedores pareceram como consta da dita certidão. Manel Lopez esprevão o esprevi.

nog^ra / Queyroos **1567** */ Jm^o duarte /.*

88. Sabodo oito de Março de sesenta e sete anos forom Juntos em camara os Sõres Francisco Nogueira e o doutor Manel Aranha Ma
[Fol. 87 v.]
nel de Queiros vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho E Antonio Pinto Juiz que fazia audiência e sobreveio E o doutor Pero Alvarez Juiz serue d ouvidor por o ouvidor estar mal desposto.

Distribuição do pelouro das estradas

Item 1 acordaram de se repartirem pera cada hum deles Regedores ter careguo das estradas, scilicet. Item Francisco Nogueira tera a estrada da Naya, Item o doutor Manel Aranha, a estrada que vai pera Guimaraes. Item Manuel de Queyros, a estrada da Ponte de Prado. Item Joam Duarte a estrada do Val dEste.

Poderes de cada ofcial nas estradas

Item 2 acordaram que cada hum na parte que lhe coube destas calçada posa fazer e mandar e ape
[Fol. 88]
nar como se todos fosem eles Regedores juntos e mandar prender e penhorar os [*entrelinha*: reves] e proceder contrela como lhes parecer justiça O que acordaram pola grande nicicidade de se prover nas calcadas e servintias desta cidade E poderã inxicutar seus mandados pelos oficiais da justiça desta cidade o que tudo farã sem duvida alguma. Diz antrelinho reves.

Carniceiros e carne na Páscoa

Item 3 na dita Camara pareceram Joam Nunez e Nicolao Gonçalves carniceiros moradores na dita cidade e Francisco Martins outrosi carniceiro E dise cada hum deles que se obrigavão o dito Joam Nunez a dar e cortar bespera de Pascoa e Pasquela cada sabodo dos sobreditos outo bois e huma vaqua E Niculao Guimarães nos ditos dous dias outros oito bois e huma vaqua E

o dito Francisco Martinz tres bois e huma vaqua asy que cada hum deles dara nos ditos dous dias em cada hum a dita
[Fol. 88 v.]
contia de bois e vaquas sentando nos açougues pubriquos desta cidade por preço o arratel de sete reais e meio so pena por cada cabeça que faltar pagar cada hum deles a pena que por iso tinhão o ano pasado. E eles Regedores aceitaram suas obrigações e lhes mandaram pasar cartas de vizinhança e lhes deram juramento que outro gado não comprem senão o que ouverem de cortar nesta cidade. E asinarão aqui.
nycolão † glz / Jm° † nunez / fr°° †miz /.

Despachos
Item 4 despacharam pitiçõis e pratiquarão em cousas de proveito da cidade E pera sobre iso hirem falar ao Senhor Arcebispo. Manel Lopez esprevi.
Ant° pinto / nog^a / M^l Aranha / Queyroos 1567 */ Jm° duarte /.*

89. Quarta feira doze de março de quinhentos sesenta e sete anos
[Fol. 89]
não fizeram vreação por ser dia do bem avinturado Senhor Sam Gregorio. Manel Lopes esprevaõ o esprevi.

90. Sexta feira quatorze de março de quinhentos sesenta e sete anos foram juntos em camara os Sõres Antonio Pinto Juiz Francisco Nogueira Manel Aranha Manel de Queiros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho E o doutor Pero Alvarez que serve de ouvidor em ausencia do ouvidor

Da sisa
[Item 1] pera pratiquarem sobre cousas da sisa e fazenda de sua Alteza E o dito ouvidor se foi sem asynar E eles Regedores entenderam no Rigimento e despacharam pitiçõis. Manel Lopez esprevão o esprevi.
Ant° pinto / M^l Aranhadoctor / Queyroos 1567 */ nog^a / Jm° duarte //.*

[Fol. 89 v.] 91. Sabodo quinze de março de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Francisco Nogueira Manel Aranha Manel de Queyros Vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho E o Snr doutor Pero Alvarez Ouvidor em ausencia do doutor Antonio Lopez Ouvidor E Antonio Pinto Juiz e o ouvidor per as cousas da sisa.

Casa da sisa, deixada
Item 1 na dita camara mandaram chamar Gaspar Gomez e lhe diseram que hos recebedores da sisa do presente ano fizeram piticã que lhe desem outra casa da tabola pera o ricibimento alegando alguns respeitos e cousas pera iso pelo que lhes pidião lhes alevantase a palavra e desobrigase esta camara da obrigação em que estava da sua casa E ele Gaspar Nunez dise que cunsitia nyso e avia esta camara por desobrigada E eles Regedores o aceitaram E o dito Gaspar Gomez asynou aqui.
Gaspar Gomez /

Nova casa da sisa

Item 2 loguo mandaram chamar Rui Gomez de Brito esprevão das sisas ao qual diseram que hos Recebedores das sisas pidião ha tabola do Ricibimento na casa dele Rui Guomes E pela enformação que tinhão sendo asj averia melhor arrecadação na fazenda de

[Fol. 90]

sua Alteza e garda dos Livros por tudo se lhes quisese dar a sua casa pera ricibimento da sisa do presente ano de mil quinhentos sesenta e sete ate se acabar o dito ricibimento lhe darão o que fose justo E ele Rui Gomez foi contente de lhe dar E lhe prometeram daluguer pela tabola pera tal ricibimento tres mil reais E ele Rui Guomez dara mesa cadeiras acustumadas daremse pera tal tabola pelos ditos tres mil reais pagos pela renda de sua Alteza como he custume se pagar E tera sempre tudo prestes da maneira que por tal tabola se diguo de maneira que por falta da tabola se [*entrelinha*: nom] perqua cousa alguma da fazenda de sua Alteza por que se obrigou tudo cumprir por seus bens E asi o aceitaram huns e os outros E asynou aqui nom (sic)

Ruy gomes brito /.

Entrega do Livro

Item 3 na dita camara per mim esprevão foy entregue a Rui Gomez de Brito esprevão das sisas na dita cidade e termo

[Fol. 90 v.]

e coutos dAritim e Pedralva ho livro feito e asynado pelos repartidores das sisas do presente ano e pelo ouvidor e pelas mais pesoas que o ele(?) asinaram o qual Livro he pera estar na camara e ele o levou pera o treladar em outro conforme ao Rigimento de sua Alteza digo ao segundo Rigimento de sua Alteza e o tornara o camara em breve ho qual vai com seus enceramentos dous (?) hasynados como dito he sem vicio nem brida nem outra cousa que duvida faça per asy o tornar E asynou aqui comigo esprevão. Manel Lopez esprevão o esprevi.

Ruy Gomez brito / Manel lopez camelo /

Recebedores da sisa

Item 4 E loguo na dita camara pareceram os Recebedores do presente ano Fernão Diaz çapateiro Joam Francisco sirgueiro e Gaspar de Matos e Francisco Gonçalves çapateiro E per eles foi dito que eles fizeram huma pitição a esta camara em que lhes pidiram tabola na casa de Rui Gomez de Brito esprevão das sisas e que outra vez lha tornavão a pidir E per eles Regedores foi dito que per bem da

[Fol. 91]

dita pitição lhe davão a dita casa pera tabola e que d oje por diante por diante (sic) o esprevão das sisas lhes dara tabola e despacho E o dito doutor Pero Alvarez ouvidor asynou aqui contas acerqua das sisas.

o doutor p° aluz / roderico de suares / fernã diz / fr°° glz / Jm Fr° /

Almocreves

Item 5 loguo na dita camara pareceram os almocreves abayxo asynados E per eles foi dito que ao seu ramo pertencia a corente do pesquado de fora e tinhão posto olheiro nele per licença desta camara que eles achavão mais seu proveito que se arrendase o ramo da corente do pejxe pelo que lhe pidião que ho mandase por a pegão e o arrendasem a quem mais dese com toda brevidade E per eles Regedores foi dito que sem perjuizo dos lançamentos dos repartidores da sisa fiquando todo a sua conta deles almocreves e tirando a paz

[Fol. 91 v.]

e a salvo esta camara asi delRei noso Senhor como dos outros seus companheyros gardando o Rigimento desta camara lhe darão e arrendarão a conta

deles almocreves a dita renda E eles todos diserão que erão diso contentes e se obrigavão per si e seus a todo asy comprir E eles o aceitarão sendo presente o doutor Pero Alvarez que serve d Ouvidor por o doutor Antonio Lopez Ouvidor estar doente.
o doutor p° a / Joam paiz / dj° † piz / afonso glz / symão † piz / marcos † glz / domyngos † piz /.

Item **6** despacharam pytiçõis e outras cousas como delas se pode ver E asynaram aqui. Manel Lopez esprevão o esprevi.
Ant° pinto / M¹ Aranhadoctor / nog^re / Queyroos 1567 */ Jm° duarte //.*
[Fol. **92**]

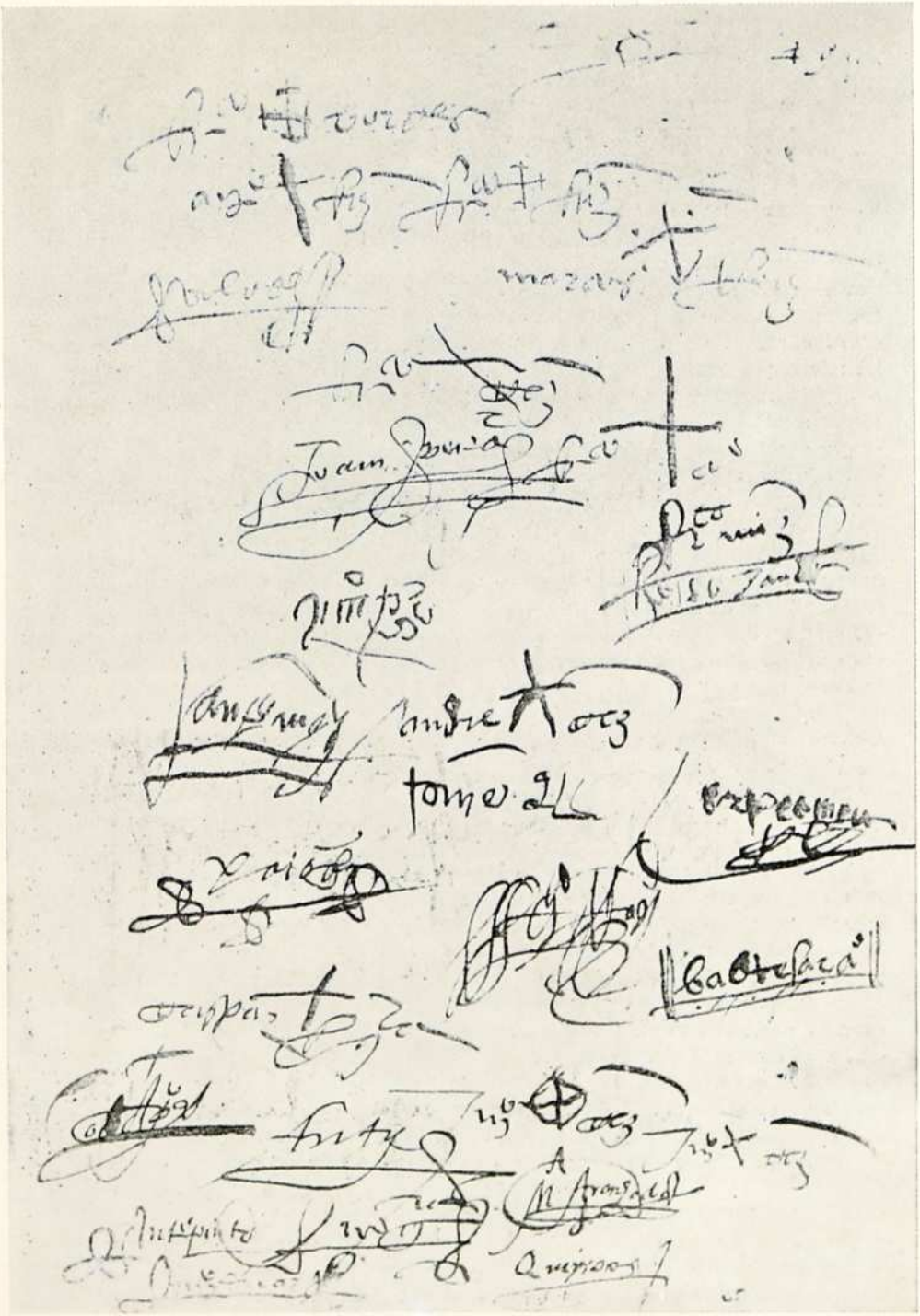
92. Segunda feira dezasete de março do dito ano de quinhentos sesenta e sete anos forom juntos em camara os Sõres Antonio Pinto Juiz Francisco Nogueira Manel Aranha Manel de Queiros [*riscado:* Procurador do Concelho] vreadores Joam Duarte Procurador do Concelho. Risquei Procurador do Concelho.

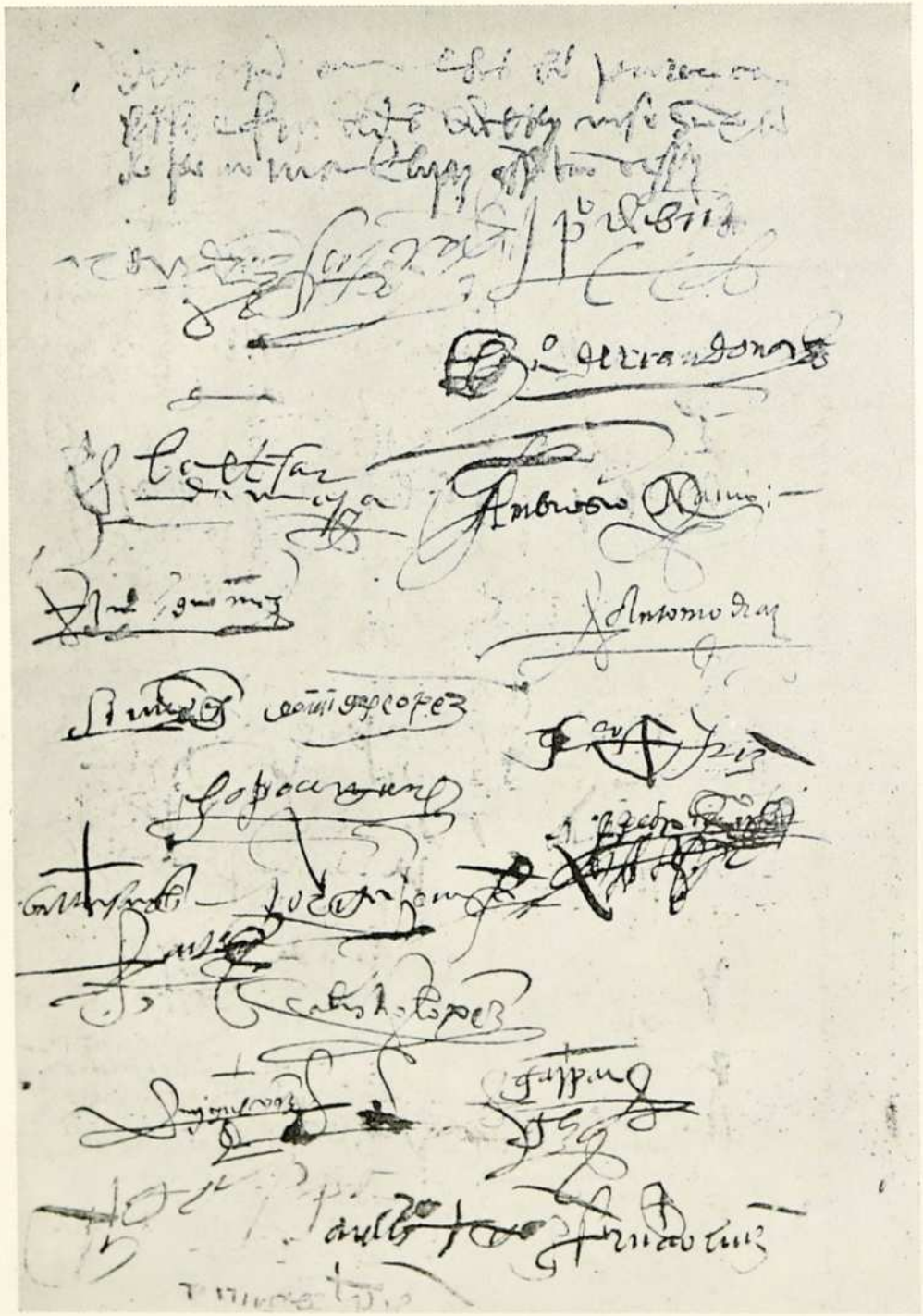
Lei da taxa do calçado

Item **1** mandaram chamar os cidadãos que soem andar no Rigimento da cidade e vieram os que abayxo asynaram Aos quais loguo leram a Ley delRei noso Senhor que fala sobre a tayxa das botas, borzeguys e calçado a qual ley oje nesta dia lhes dera Manel de Lemos tabaliam nesta cidade dizendo que ho doutor Pero Alvarez que serve d Ouvidor lha mandava E cumuniquaram com os ditos cidadãos a maneira que tirião pera fazerem a tal taxa pera ser feita com toda deliberação e asentaram que se dy
[Fol. **92** v.[
via aver a copea autentiqua da taxa do calçado da cidade do Porto e vila de Guimarães se nesta camara se nã podesem bem enformar com a taxa que nela tem ou por qualquer outra enformação que milhor poderem ter que visem eles Regedores.

Item **2** asentaram que eles Regedores continuasem na dita taxa enformandose com alguns cidadãos E que ante de se concluir em todo se ingiminase e comuniquase com os mais da governança conforme a dita lei E com iso se concluyria e se darya a inxycução porque doutro maneira não se poderia tão asynha acabar mandando que em dez dias se acabase.
marti frz / Antonio Vieira 1567 */ Aleixo d ... / tEx^re / cerqr^e / Fran^co Roiz / Aluro folg^re / Correa / guarda / Jm° frs / manoelis / manoell ... / nog^re /*
[Fol. **93**]
Ant° pinto / Queyroos 1567 */ Jm° duarte / M¹ Aranha doctor /.*

[*Continua*]





ÍNDICE

do Volume XXXII

Sumário dos Fascículos 73-76 (85-86)

ANO DE 1978 (JANEIRO-DEZEMBRO)

Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV	P.e Dr. José Marques	3
Francisco Sanches (1551-1623)	Dr. Cruz Malpique	53
Nota sobre a Igreja de N. S.a de Guadalupe, de Braga, relativamente ao surto dos espaços curvilíneos, na arquitectura setecentista lusa e brasileira	Dr. Mário Barata	69
Inventário dos Livros da Misericórdia desta cidade de Braga existentes no Arquivo Distrital da mesma cidade		79
Novos elementos relativos a Mestre Paulo, pregador do século XV, contra os judeus bracarenses	Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno	117
Um testamento concebido durante a Peste Negra	Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno	125
Jimeno Díaz y Adosinda Gutiérrez	Prof. Dr. M. Rubén Garcia Álvarez	143
Itinerário de D. Fernando (1367-1383)	Dr.a Maria Teresa Campos Rodrigues	181
Nótula sobre um levantamento popular nas véspesas do Interregno	Dr. Armando Luís de Carvalho Homem	229
Prespectivas actuais da historiografia medieval espanhola	Prof. Dr. José Mattoso	247
Repercussões em Portugal da Independência dos Estados Unidos	Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos	267
Datos para la historia del Monasterio de Junias	Fr. Maria Damian Yáñez Neira	289
A esquerda e a direita em 1834. Os empregados do Tesouro Público	Dr. Fernando de Sousa	321
Megalitismo nos arredores de Braga — Necrópoles do Monte de Crasto	Professor José João Rigaud de Sousa	329
Os santeiros da Maia	Dr. José Manuel Alves Tedim	337
Uma rarid de bibliográfica relativa a «Braga»	Dr. Manuel Braga da Cruz	357
Algunas leyendas del Miño	P.e Prof. Doutor Henrique Chao Espina	361
Acerca do teatro espanhol em Portugal (século XVIII): alguns apontamentos críticos da Mesa Censória	Dr. José da Costa Miranda	371
Alexandre Herculano	Escritor A. Álvaro Dória	383
Acordos e Vreacoēs da Câmara Municipal no Episcopado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, 1566 (VIII.14) — 1567	Frei António do Rosario	415

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente fascículo alcança já 86 números, repartidos em 32 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11) publicou-se sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fascículos 12 e 13), já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, apareceu com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** hoje sob a direcção do Dr. Fortunato Ferreira de Oliveira, Francisco Pereira de Bacelar Ferreira e Dr. Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães.

Os coleccionadores que porventura só puderem obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II volume, devem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

——— /// ———

CAPAS PARA «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a Revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à *Livraria Cruz, Rua D. Diogo de Sousa, Braga.*

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da Colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta» que, sempre que a façam encadernar, dêem instruções aos artífices para conservarem as capas originais, reunindo-as por ordem, no final do volume, ou de outro modo que prefiram. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

PEDE-SE PERMUTA

——— /// ———

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Alma — Revista de Espiritualidade Franciscana.
Bracara Augusta — Revista de História e Regionalismo.
Cenáculo — Revista dos Alunos do Seminário Conciliar.
O Distrito de Braga — Boletim Cultural de Etnografia e História da Junta Distrital.
Itinerarium — Revista de Cultura.
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga.
Scientia Ivrídica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Jurídica de Braga.
Theologica — Revista de Estudos Eclesiásticos.